

**CARGOS E OFÍCIOS
NAS MONARQUIAS IBÉRICAS:
PROVIMENTO, CONTROLO E VENALIDADE
(SÉCULOS XVII E XVIII)**

Colecção **ESTUDOS & DOCUMENTOS**

1. **AQUÉM E ALÉM DA TAPROBANA**
Estudos Luso-Orientais à memória de Jean Aubin e Deniz Lombard
Edição organizada por LUÍS F. R. THOMAZ
2. **A ALTA NOBREZA E A FUNDAÇÃO DA ESTADO DA ÍNDIA**
Actas do Colóquio Internacional
Edição organizada por JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA e VÍTOR LUÍS GASPAS RODRIGUES
3. **RELAÇÃO DO DESCOBRIMENTO DA ILHA DE S. TOMÉ**
por MANUEL DO ROSÁRIO PINTO
Fixação do texto, Introdução e Notas de ARLINDO MANUEL CALDEIRA
4. **NEGÓCIOS DE TANTA IMPORTÂNCIA**
O Conselho Ultramarino e a disputa pela condução da guerra
no Atlântico e no Índico (1643-1661)
por EDVAL DE SOUZA BARROS
5. **A PRESENÇA INGLESA E AS RELAÇÕES ANGLO-PORTUGUESAS EM MACAU**
(1635-1793)
por ROGÉRIO MIGUEL PUGA
6. **CRONOLOGIA DA CONGREGAÇÃO DO ORATÓRIO DE GOA**
pelo Padre SEBASTIÃO DO REGO
Direcção e Estudo Introdutório de MARIA DE JESUS DOS MÁRTIRES LOPES
Apresentação de ANÍBAL PINTO DE CASTRO
7. **O ESTADO DA ÍNDIA E OS DESAFIOS EUROPEUS**
Actas do XII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa
Edição de JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA e VÍTOR LUÍS GASPAS RODRIGUES
8. **MULHERES EM MACAU**
DONAS HONRADAS, MULHERES LIVRES E ESCRAVAS (SÉCULOS XVI E XVII)
por ELSA PENALVA
9. **COMENTARIOS DE LA EMBAXADA AL REY XA ABBAS DE PERSIA (1614-1624)**
POR DON GARCIA DE SILVA Y FIGUEROA
Volumes 1 e 2: Texto-Edição crítica de RUI MANUEL LOUREIRO, ANA CRISTINA COSTA GOMES e VASCO RESENDE; **Volume 3:** Anotações-Coordenação de RUI MANUEL LOUREIRO; **Volume 4:** Estudos-Coordenação de RUI LOUREIRO e VASCO RESENDE.
10. **REPRESENTAÇÕES DE ÁFRICA E DOS AFRICANOS NA HISTÓRIA E NA CULTURA – SÉCULOS XV A XXI**
Edição de JOSÉ DAMIÃO RODRIGUES e CASIMIRO RODRIGUES
11. **GOVERNO, POLÍTICA E REPRESENTAÇÕES DO PODER NO PORTUGAL HABSBURGO E NOS SEUS TERRITÓRIOS ULTRAMARINOS (1581-1640)**
SANTIAGO MARTÍNEZ HERNÁNDEZ (dir.)
12. **ANTÓNIO VIEIRA, ROMA E O UNIVERSALISMO DAS MONARQUIAS PORTUGUESA E ESPANHOLA**
Organização de PEDRO CARDIM & GAETANO SABATINI
13. **HISTÓRIAS ATLÂNTICAS: OS AÇORES NA PRIMEIRA MODERNIDADE**
por JOSÉ DAMIÃO RODRIGUES
14. **CARGOS E OFÍCIOS NAS MONARQUIAS IBÉRICAS: PROVIMENTO, CONTROLO E VENALIDADE (SÉCULOS XVII E XVIII)**
ROBERTA STUMPF & NANDINI CHATURVEDULA (orgs.)

CARGOS E OFÍCIOS NAS MONARQUIAS IBÉRICAS: PROVIMENTO, CONTROLO E VENALIDADE (SÉCULOS XVII E XVIII)

ROBERTA STUMPF & NANDINI CHATURVEDULA (ORGS.)

Centro de História de Além-Mar
CHAM
Universidade Nova de Lisboa
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade dos Açores

LISBOA
2 0 1 2

FICHA TÉCNICA

Título	CARGOS E OFÍCIOS NAS MONARQUIAS IBÉRICAS: PROVIMENTO, CONTROLO E VENALIDADE (SÉCULOS XVII E XVIII)
Organizadores	ROBERTA STUMPF & NANDINI CHATURVEDULA
Edição	CENTRO DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS / UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA UNIVERSIDADE DOS AÇORES
Capa	Santa Comunicação, Lda. Rua Actriz Adelina Fernandes, 7B 2795-005 Linda-a-Velha
Imagem	Cavaleiros da Ordem de Cristo. OR 1909. DEBRET, Jean Baptiste, <i>Voyage pittoresque et historique au Brésil, ou Séjour d'un Artiste Français au Brésil, depuis 1816 jusqu'en 1831 inclusivement, époques de l'avènement et de l'abdication de S. M. D. Pedro 1^{er}</i> , Paris, Firmin Didot Frères, 1834-1839, v. 3, pr. 8.
Depósito legal	346942/12
ISBN	978-989-8492-11-1
Data de saída	Outubro de 2012
Tiragem	500 exemplares
Execução gráfica	PUBLITO – Estúdio de Artes Gráficas, Lda. Parque Industrial de Pitancinhos BRAGA - Portugal

Apoio:

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA



ÍNDICE

Apresentação , por ROBERTA STUMPF & NANDINI CHATURVEDULA	9
---	---

PROVIMENTOS DE OFÍCIOS E PATENTES NA PENÍNSULA IBÉRICA

MAFALDA SOARES DA CUNHA, O provimento de ofícios menores nas terras senhoriais. A Casa de Bragança nos séculos XVI-XVII	15
NUNO GONÇALO MONTEIRO, O provimento dos ofícios principais da monarquia (1640-1808)	39
FERNANDO DORES COSTA, Observações para o estudo das nomeações dos postos militares	51
JOSÉ SUBTIL, As mudanças em curso na segunda metade do século XVIII: a ciência de polícia e o novo perfil dos funcionários régios	65

PROVIMENTOS DE OFÍCIOS E PATENTES NAS CONQUISTAS ULTRAMARINAS

SUSANA MÜNCH MIRANDA, Entre o mérito e a patrimonialização: o provimento de oficiais na Casa dos Contos de Goa (séculos XVI e XVII)	83
JOSÉ DAMIÃO RODRIGUES, O provimento de ofícios da Fazenda Real nas ilhas atlân- ticas: o caso dos Açores.....	101
GUILLERMO BURGOS LEJONAGOITIA, La provisión de cargos en la América española a través del Consejo Y Cámara de Indias durante el reinado de Felipe V	123

O CONTROLO DA ACTUAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS RÉGIOS

INÉS GÓMEZ GONZÁLEZ, ¿Un medio de control extraordinario? Las visitas parti- culares y secretas a los magistrados de las Chancillerías y Audiencias caste- llanas	147
NUNO CAMARINHAS, As residências dos cargos de justiça letrada.....	161

VENALIDADE DE OFÍCIOS: QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

FRANCISCO ANDÚJAR CASTILLO, Venalidad de oficios y honores. Metodología de investigación	175
MARÍA DEL MAR FELICES DE LA FUENTE, <i>Venta y beneficio</i> de cargos en la España moderna: consideraciones en torno al concepto de venalidad	199
MARÍA LÓPEZ DÍAZ, Legislación y doctrina de los oficios en España: el proceso de (re)incorporación a la Corona	213

PRÁTICAS DE VENALIDADE NAS MONARQUIAS IBÉRICAS E SEUS DOMÍNIOS

ANTONIO JIMÉNEZ ESTRELLA, Servir al rey, recibir mercedes: asentistas militares y reclutadores portugueses al servicio de Felipe IV antes de la guerra de restauración	239
NANDINI CHATURVEDULA, Entre particulares: venalidade na Índia portuguesa no século XVII	267
ROBERTA STUMPF, Formas de venalidade de oficios na monarquia portuguesa do século XVIII	279
OS AUTORES	299

APRESENTAÇÃO

Este volume é o resultado de um seminário que decorreu em Lisboa em Setembro de 2011 no Centro de História de Além-Mar (CHAM), da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores. A ideia de organizar este seminário surgiu do interesse em aprofundar um tema pouco estudado para o caso português: a venalidade dos ofícios no império luso na época moderna. No entanto, como se poderá observar, o resultado final ampliou-se para problemáticas mais gerais sobre a administração das monarquias ibéricas. Dentro deste multifacetado e complexo universo dos ofícios foi dado destaque às questões relacionadas com provimento dos cargos civis e militares (incluindo a venalidade como forma de acesso) e com o controlo sobre a actuação dos funcionários “públicos”; finalmente, procurou-se avaliar quanto este era eficaz para garantir o bom governo e evitar os desvios de conduta, o que hoje chamaríamos de corrupção.

A sequência das partes que compõem este livro foi pensada com o objectivo de proporcionar ao leitor informações para uma melhor compreensão dos textos subsequentes. Os estudos sobre a compra-venda de ofícios, por exemplo, ponto de partida da elaboração deste seminário, podem ser melhor compreendidos mediante um prévio contacto com as pesquisas sobre os mecanismos de provimento. Para além deste critério, entendemos que as realidades ultramarinas ganham maior inteligibilidade se investigarmos anteriormente os ditames e mecanismos administrativos de suas respectivas metrópoles. Por fim, cada uma das partes foi estruturada segundo critérios cronológicos.

Iniciamos a primeira com o estudo de Mafalda Soares da Cunha que parte da relevante dimensão dos territórios portugueses sob a jurisdição senhorial no Seiscentos. A autora nos dá a conhecer o grau de interferência do poder régio nestas terras e da autonomia dos donatários na eleição dos oficiais que serviam localmente. Nuno Gonçalo Monteiro, abordando o século seguinte, dirige seu foco para a escolha daqueles que serviriam à monarquia lusa nos postos de maior relevo, salientando a indiscutível rele-

vância da condição fidalga. São os critérios de provimento que importam também a Fernando Dores Costa na sua abordagem sobre a nomeação dos postos militares na segunda metade do século XVIII. Ao investigar a relevância do mérito e/ou sangue na nomeação dos homens de armas acaba por tocar em um assunto que José Subtil prioriza em seu texto. Este analisa como o “Estado de polícia” passou a interferir no perfil do oficialato e em tantas outras questões relativas ao aparato administrativo no Reino português a partir do reinado de D. José.

Na segunda parte, Susana Münch Miranda dedica-se ao estudo dos ofícios fazendários em Goa e observa com maestria como os critérios de escolha/eleição dos servidores dependiam, no século XVI, da localidade onde eram providos e do regime de concessão dos ofícios (serventia ou propriedade). José Damião Rodrigues procura relacionar de uma forma original grande parte dos temas abordados neste volume através de estudos de caso, esclarecedores da estrutura fazendária nos Açores até 1750. Guillermo Burgos Lejonagoitia, por sua vez, retoma para a monarquia espanhola um tópico já referido neste livro por alguns autores portugueses – o impacto das reformas político-administrativas de Setecentos no regime de recrutamento dos funcionários, seja na Península ou na América.

Os autores da terceira parte fazem uso de diferentes metodologias para explorar o controlo exercido sobre o oficialato e as expectativas depositadas no exercício do mando. Inés Gómez González explora com detalhe as fontes produzidas em quatro visitas particulares, realizadas extraordinariamente no século XVII, para averiguar o comportamento dos magistrados da Audiência de Sevilha e da Chancelaria de Granada. Nuno Camarinhas, por sua vez, tem como objecto de análise as residências efectuadas em Portugal no século XVIII, utilizadas para avaliar a actuação dos juízes. Temporal e espacialmente distantes, estes dois estudos têm uma problemática comum que é dimensionar a eficácia dos instrumentos régios das monarquias na observância de seus interesses. O que está intrinsecamente ligado à análise do espaço que os agentes das Coroa encontravam para agir com autonomia.

As duas últimas partes do livro tratam do tema da venalidade de ofícios em sua dimensão teórica e prática, respectivamente. Francisco Andújar Castillo apresenta as dificuldades metodológicas em trabalhar com este objecto de estudo, sugerindo, no entanto, a partir de casos concretos, várias possibilidades de superá-las. O panorama historiográfico é fornecido por María del Mar Felices de La Fuente, quem reflecte sobre os ofícios vendidos e beneficiados, esta última categoria aparentemente inexistente no caso português. Por fim, María López Díaz faz um importante e curioso exercício, a partir de fontes normativas e doutrinárias, ao analisar o processo de reincorporação pela Coroa castelhana dos ofícios patrimonializados que se iniciou com Carlos II. Trata-se de pensar a venalidade de cargos não apenas como um movimento de uma única direção, já que se a Coroa vendia ofícios também os comprava.

Os últimos textos abordam empiricamente a venda de ofícios e patentes militares. Antonio Jiménez Estrella pisa em solo português para analisar como assentistas e recrutadores de soldados e oficiais, de origem lusa, serviram a monarquia dos Áustria, para obter em troca mercês, entre as quais patentes militares. Nandini Chaturvedula e Roberta Stumpf investigam formas distintas de venalidade no Império português – a venalidade entre particulares em Goa e a protagonizada ou consentida pela Coroa no Reino e na América respectivamente. São textos que se propõem a repensar a amplitude da prática venal em Portugal e seus territórios ultramarinos, a qual tem sido, com muita frequência, considerada insignificante, principalmente face à intensidade que teria ganhado na monarquia vizinha.

O fato de propormos questões afins para a análise das administrações das monarquias ibéricas, cujas culturas políticas eram de similar matriz, contribui para pensá-las sob uma perspectiva comparativa. Porém, ainda que o volume como um todo forneça a possibilidade de estabelecer comparações, inclusive entre os territórios de um mesmo império, não foi solicitado a nenhum autor que trabalhasse com esta metodologia.

No mais, resta dizer que não pretendíamos com este volume esgotar a análise do tema dos cargos e ofícios nas monarquias castelhana e portuguesa nos séculos em apreço. Nosso intuito, para além daquele que nos motivou a organizar o seminário, foi dar a conhecer ao leitor a importância deste objecto de estudo, ainda pouco explorado e por isso um terreno fértil para futuras investigações.

Não poderíamos deixar de agradecer as entidades que apoiaram a realização do seminário e esta publicação: o Centro de História de Além-Mar (CHAM), da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e a Embaixada da Espanha em Lisboa. Ao *staff* do CHAM, Inês Pinto Coelho, Paula Monteiro e Carla Veloso pelo apoio logístico mais do que acolhedor. A John Harvey por nos ajudar a resolver pequenos detalhes. E, finalmente, a Pedro Cardim pelo incentivo de sempre.

**PROVIMENTOS DE OFÍCIOS E PATENTES
NA PENÍNSULA IBÉRICA**

O PROVIMENTO DE OFÍCIOS MENORES NAS TERRAS SENHORIAIS. A CASA DE BRAGANÇA NOS SÉCULOS XVI-XVII*

MAFALDA SOARES DA CUNHA
CIDEHUS – Universidade de Évora

Introdução

É conhecida a centralidade das estruturas materiais de governo para a compreensão da acção política das monarquias da época moderna. Em termos internacionais o historial desta área de estudos – história institucional, da burocracia ou da administração – é longo; A. M. Hespanha renovou-a decisivamente em Portugal, há já muitos anos¹, chamando a atenção para a configuração jurisdicionalista do sistema político e criando um quadro interpretativo que a historiografia posterior tem vindo a debater. De então para cá, os trabalhos efectuados privilegiaram ora a descrição dos principais postos e dispositivos institucionais da monarquia ora a forma como determinados grupos sociais (fidalgos, eclesiásticos, juristas, mercadores) acederam, controlaram ou monopolizaram certos centros de poder. Com um âmbito mais ou menos ambicioso na delimitação cronológica, espacial ou institucional, debruçam-se, quase todos, sobre as relações sociais de poder.

Em virtude da incorporação do tópico da venalidade dos ofícios, o tema mereceu, entretanto, uma atenção renovada nas historiografias portuguesa e brasileira. A genealogia desse interesse, e também das interrogações que actualmente percorrem a investigação histórica, radicam no reconhecimento

* Este texto integra-se nos trabalhos desenvolvidos no âmbito do projecto: *A comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa (1580-1808): Reino, Atlântico e Brasil* (PTDC/HIS-HIS/098928/2008).

¹ A. M. HESPANHA, *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político (Portugal, séc. XVII)*, Coimbra, Almedina, 1994.

da extensão do fenómeno nas coetâneas monarquias francesa e espanhola contraposta à escassez do mesmo em Portugal e nos seus territórios ultramarinos. Os dados do debate foram já equacionados e não há razão para os retomar aqui². O que importará adiantar é que a reflexão sobre a venalidade dos cargos e das honras tem despertado a comunidade historiográfica para a reanálise dos próprios conceitos e para a inquirição das condições e mecanismos da concessão destes ofícios, seja no quadro da cultura política da época, seja no âmbito das práticas da acção governativa. Um dos resultados desta reproblemática do tema é a recuperação das discussões sobre as especificidades do sistema político da época moderna em Portugal e sobre os fundamentos sociais e institucionais da sua persistência.

Este texto inscreve-se nesta linha de análise, através da abordagem do provimento de ofícios menores nas terras senhoriais que é uma questão bastante descurada tanto nos já abundantes estudos sobre o poder local, quanto nos trabalhos (esses ainda escassos), sobre senhorios na época primo-moderna. O estudo de caso que analisarei reporta-se às terras do ducado de Bragança entre os finais do século XVI e o primeiro quartel do século XVII. O seu propósito mais geral é o de contribuir para o melhor conhecimento das relações políticas dos senhores com os seus territórios, em particular com as instituições municipais, problema que intersecta igualmente as relações da coroa com os senhorios e as esferas do auto-governo municipal. Recordem-se, por isso, os comentários de A.M. Hespanha sobre a importância destes oficiais locais no registo e no controlo dos elementos de prova sobre os diversos tipos de direitos (desde o “estatuto pessoal aos direitos e deveres patrimoniais”) das populações³.

Mas o presente estudo tem também objetivos mais circunscritos associados à prática política da casa de Bragança a fim de testar a hipótese de esta actuar de forma mais interventiva e mais autoritária no espaço local do que a Coroa ou outros senhorios. E desse ponto de vista tentarei avaliar de que modo alguns poderes senhoriais tinham capacidade para criar particularismos no espaço político do Reino, que se sabe ser bastante mais homogéneo do que aquele que existia em outras monarquias.

Para situar devidamente o objecto desta análise é importante sublinhar que as áreas de intervenção senhorial mais relevantes na organização política e social do espaço local se referem às esferas de actuação dos magistrados com jurisdição territorial (os ouvidores e juizes de fora) e à confirmação dos governos concelhios as quais não serão analisadas aqui. No que a estes últimos respeita também importa explicitar que envolvia o número mais

² Roberta GIANNUBILO STUMPF, “Venalidad de oficios en la monarquía portuguesa: un balance preliminar” in FRANCISCO ANDÚJAR CASTILLO e MARIA DEL MAR FELICES DE LA FUENTE (eds.), *El poder del dinero. Ventas de cargos y honores en el Antiguo Régimen*, Madrid, Biblioteca Nueva, 2011, pp. 331-344.

³ A. M. HESPANHA, *As vésperas do Leviathan...*, cit., pp. 160 ss.

expressivo de pessoas nomeadas pela casa, já que significava que em cada três anos se escolhiam três vereadores e um procurador por ano. Ou seja doze pessoas para cada um dos quarenta e um municípios do senhorio da casa de Bragança, o que perfaz cerca de 492 indivíduos. Sendo assim, há que explicar que as razões para a exclusão destes cargos da presente análise residem, por um lado, no facto de as monografias sobre o poder local⁴ – seja nas terras realengas, seja nas senhoriais – terem privilegiado os processos eleitorais e a composição social dos órgãos de governo das terras. Especificamente para a Casa de Bragança, é o caso do trabalho de Rogério Borralheiro relativo a Chaves⁵ ou do recente estudo de Fátima Farrica sobre três terras alentejanas no período da chamada Guerra da Restauração⁶. Em contrapartida, os ofícios locais da dada do duque nunca foram objecto de um tratamento autónomo, muito menos à escala do senhorio como me proponho fazer.

Descer na hierarquia das relações de poder do espaço social local permitirá, assim, observar outras realidades sociais e institucionais, a partir do confronto entre os recursos e as práticas senhoriais com as estratégias desenvolvidas pelos oficiais nomeados ao longo do seu percurso. Ou seja, era o provimento destes ofícios menores entendido pela casa ducal como um recurso remuneratório enquadrável na economia da mercê? Como uma oportunidade de intervenção nas hierarquias sociais das localidades? Como parte de um aparelho de governo estruturado a partir de critérios meritocráticos ou a partir de vínculos pessoais? Como um bem gerido no âmbito das estratégias dos particulares? E como contribuem estes provimentos para caracterizar as relações de poder entre a esfera local e a do governo senhorial? Para responder a estas perguntas começarei por enquadrar juridicamente a forma como este privilégio era usufruído pela casa de Bragança, descrevendo, depois, o volume e a tipologia dos ofícios menores concedidos por esta casa senhorial de forma comparativa com a monarquia. Observarei

⁴ Ver sínteses historiográficas em Nuno G. MONTEIRO, “Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime”, *Análise Social*, n.º 141, 4.ª série, vol. XXXII, 1997, pp. 335-368; Francisco Ribeiro da SILVA, “*Historiografia dos municípios portugueses (séculos XVI e XVII)*” in Mafalda Soares da CUNHA e Teresa FONSECA (ed.), *Os Municípios no Portugal Moderno. Dos forais manuelinos às reformas liberais*, Lisboa, Edições Colibri - CIDEHUS - Universidade de Évora, 2005, pp. 9-37 e Pedro BRITO, “As elites locais e suas famílias no Portugal Moderno” in Mafalda Soares da CUNHA e Juan HERNÁNDEZ FRANCO (org.), in *Sociedade, família e poder na Península Ibérica. Elementos para uma história comparativa / Sociedad, familia y poder en la Península Ibérica. Elementos para una historia comparada*, Lisboa, Ed. Colibri - CIDEHUS - UE, pp. 193-216.

⁵ Rogério Capelo Pereira BORRALHEIRO, *O Município de Chaves entre o Absolutismo e o Liberalismo (1790-1834)*, Braga, Ed. do Autor, 1997 e IDEM, “O sistema eleitoral na administração concelhia no Antigo Regime português: o modelo dos concelhos da Casa de Bragança, Barcelos Terra Condal: *Actas do Congresso Histórico e Cultural*, Barcelos, Câmara Municipal, 1999, vol. 1.

⁶ Fátima FARRICA, *Poder sobre as periferias: A Casa de Bragança e o governo das terras no Alentejo (1640-1668)*, Lisboa, Ed. Colibri - CIDEHUS - UE, 2011.

depois as práticas do provimento desses ofícios menores, através de indicadores relativos à patrimonialização dos ofícios (se eram sobretudo providos em propriedade ou a título precário; se eram os próprios nomeados quem serviam o ofício ou se se admitiam serventuários; qual importância relativa da figura das renúncias ou como se processava a sua transmissão); das razões invocadas para a outorga do ofício; e ainda das qualidades requeridas ao novo provido (qual o nível de cumprimento dos requisitos exigidos pela legislação geral, por exemplo).

Quanto à relevância do tema, não valerá a pena insistir na importância de conhecer melhor as práticas políticas dos donatários. Como é sabido, em Portugal na primeira metade do século XVI (1527-1532), cerca de metade das câmaras do país estava sob a jurisdição senhorial (leiga e eclesiástica) (54,6%); em 1640, esse valor ainda cresceu um pouco (57,6%). Todavia, se incluirmos neste cômputo, e para 1527-1532, os senhorios das ordens militares que só incompletamente estavam sob dependência da Coroa, o valor crescerá para cerca de 70%⁷.

Enquadramento jurídico da dada de ofícios em terras dos Bragança

O provimento dos oficiais locais era uma área importante de exercício formal do poder dos donatários nas suas terras. Já se disse antes. A sua concessão por parte do rei não estava, no entanto, contida nas doações genéricas das terras e obrigava a enunciação expressa na carta régia. No que respeita à Casa de Bragança, a parte mais significativa das jurisdições que detinha nos finais do século XVI foi outorgada ao longo do século XV e incluía a dada de ofícios das terras. Logo no início do século XVI, o 4.º duque, D. Jaime (1496-1532), procurou garantir esses direitos face às disposições mais restritivas contidas nas recém promulgadas *Ordenações* e obteve da Coroa o direito a manter em uso os privilégios jurisdicionais doados aos seus antecessores (cartas régias de 1511, 1521⁸). Esta preocupação com as condições de exercício do governo do senhorio parece ter sido alargada durante o governo do duque seguinte, D. Teodósio I (1532-1563), já que a maioria dos novos privilégios que obteve dizia respeito às formas gerais de governo do senhorio, em vez do acrescentamento de privilégios específicos para cada uma das suas terras que os anteriores duques tinham recebido. Por esses novos privilégios e pela confirmação das cartas régias de doação anteriormente concedidas o senhorio brigantino ficava isento das disposições fixadas nas *Ordenações Manuelinas*, mantendo os usos tradicionais e assegurando uma imensa auto-

⁷ Nuno G. MONTEIRO (coord.), «Os poderes locais no Antigo Regime» in César de Oliveira (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 52.

⁸ António Caetano de SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, t. IV, P. 1.^a, Coimbra, Atlântida - Livraria Editora, 1950, pp. 84-86.

nomia em matéria de aplicação da justiça e de governo das terras por parte dos oficiais senhoriais. Constituíam, no entanto, direitos mal vistos e mal aceites pelos magistrados régios, justamente porque fugiam à legislação comum.

Em 1607, o monarca procurou resolver esse desconforto através de um alvará onde se listavam os privilégios sobre os quais o procurador da Coroa tinha dúvidas e que justificara a abertura de uma demanda judicial à Casa, em data que não se conhece. Permitia-se explicitamente que a Casa tivesse chancelaria própria ao qual andava anexo o direito de cobrar os respectivos direitos; que os oficiais das suas terras se chamassem pelo duque de acordo com a Lei Nova; que os ouvidores senhoriais passassem cartas de seguro conforme ao que as Ordenações dispunham para os corregedores régios; que os duques pudessem prover os ofícios de escrivães dos órfãos, dos tabeliães das suas terras, dos escrivães das câmaras, dos porteiros das câmaras, tanto os que os duques servissem perante os juízes de fora, como os que servissem perante os juízes ordinários (ou das terras), desde que não fossem do provimento das câmaras; isentava as pessoas que bem entendesse dos encargos do concelho nas suas terras, por mandado e não por privilégio; autorizava a que provesse os procuradores do número nas suas terras, desde que fossem aptos e suficientes, habilitados já pelo rei ou pelo Desembargo do Paço e com a condição de não excederem em número o que já estava previsto para essas terras; reconhecia ainda o direito a dispor de duas partes das rendas dos concelhos, desde que fossem para o bem público deles, e enumerava as obras permitidas (fontes, pontes, calçadas e estradas públicas); e também a prover as serventias dos ofícios de justiça das suas terras como os anteriores duques faziam; ou a fazer escudeiros a pessoas de suas terras, mesmo que elas não estivessem ao seu serviço⁹.

A questão não ficou, porém, sanada uma vez que em 1614 o pleito se mantinha activo. O Desembargo do Paço considerava que havia irregularidades na forma como a Casa de Bragança provia os ofícios da sua dada, em particular sobre “a ordem com que se leva o dinheiro por os ditos ofícios”¹⁰. Alegar-se-ia mais tarde que o duque usava de jurisdições para as quais não tinha doação régia. Colocada a questão nesses termos, o rei concordava com a necessidade de esclarecimentos adicionais. Esta decisão, talvez não por acaso, coincidia na data com outro despacho régio sobre um pedido de provisão do duque para que não fosse tirado da jurisdição das terras de que era donatário sem ser ouvido judicialmente e sem ser antes persuadido do direito a não usar delas. O monarca admitia a razoabilidade da petição e instruía o procurador da Coroa para que requeresse contra o duque como

⁹ J. J. de Andrade SILVA, *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa – 1603-1612*, Lisboa, Imprensa de J. J. A. Silva, 1854, p. 206.

¹⁰ 9 de Abril de 1614, J. J. de Andrade SILVA, *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa – 1613-1619*, Lisboa, Imprensa de J. J. A. Silva, 1855, p. 98.

se havia ordenado e que o mandasse citar. Alertava, no entanto, dever-se “proceder nesta matéria com o tento e consideração que pede a importância dela”, pelo que antes de se dar o libelo, se deveria enviar o mesmo ao rei com o parecer do Desembargo do Paço em anexo¹¹. Em Agosto desse mesmo ano, perante o bem informado libelo sobre a matéria, pedia-se que o duque apresentasse os documentos comprovativos das jurisdições e dos direitos considerados duvidosos no Desembargo do Paço¹². O que a Casa fez, mas incompletamente, pelo que em Novembro do ano seguinte se passou um alvará de confirmação de parte dos privilégios em causa, ordenando-se ao procurador da Coroa que encerrasse a demanda que movera ao duque. E terminava-se acrescentando que caso o duque se não conformasse com a decisão, que prosseguisse o assunto em justiça¹³. O que terá feito através da apresentação das doações originais, de que resultou a emissão de uma carta régia de Maio de 1617 onde se confirmavam os restantes privilégios¹⁴. Não obstante, solicitou e obteve em Outubro desse mesmo ano um alvará onde se confirmava a totalidade dos privilégios que haviam sido objecto do pleito¹⁵. O caso encerrou-se, como se vê, a contento dos duques, mas estes não descuidaram, depois, as confirmações expressas de tais privilégios em 1627 e 1638¹⁶.

Este longo relato de um pleito que se estendeu, pelo menos, ao longo de dez anos revela os singulares privilégios de governo que a casa ducal de Bragança detinha, bem assim como a importância que era conferida às relações entre o donatário e os seus territórios. Eram questões candentes que buliam com a autoridade senhorial, interferiam directamente na governação das terras e perturbavam os equilíbrios sociais de poder no interior das comunidades. Embora não se conheça o histórico da negociação, nem os termos exactos da mesma, o acordo estabelecido pela Casa em 1593 com os oficiais da câmara e homens bons da governança da vila de Melgaço denuncia o interesse ducal em alargar os seus direitos em matérias de provimentos de ofícios, já que estes trespassaram no duque o direito de proverem os ofícios de escrivão da câmara e de escrivão da almotaçaria. Não se conhece se na sequência houve necessidade de confirmação régia deste

¹¹ 9 de Abril de 1614, J. J. de Andrade SILVA, *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa – 1613-1619*, cit, pp. 98-99.

¹² 27 de Agosto de 1614, J. J. de Andrade SILVA, *Collecção Chronologica... 1613-1619*, cit., p. 101.

¹³ 18 de Novembro de 1615, J. J. de Andrade SILVA, *Collecção Chronologica... 1613-1619*, cit., p. 183.

¹⁴ 24 de Maio de 1617, J. J. de Andrade SILVA, *Collecção Chronologica... 1613-1619*, cit., p. 245.

¹⁵ 2 de Outubro de 1617, J. J. de Andrade SILVA, *Collecção Chronologica... 1613-1619*, cit., pp. 258-259.

¹⁶ J. J. de Andrade SILVA, *Collecção Chronologica... 1627-1633...*, cit., p. 116 e J. J. de Andrade SILVA, *Collecção Chronologica... 1634-1640...*, cit., pp. 149-150.

acordo, mas o certo é que em 1680 estes ofícios estavam incorporados no lote dos de dada da casa nesse concelho¹⁷.

Sobre a concessão dos ofícios locais é sabido que o quadro legal do reino impunha que os providos cumprissem certo número de requisitos políticos, sociais e de mérito para o desempenho do ofício. Entre eles impunha-se a naturalidade (desde, pelo menos, 1439, embora as *Ordenações Manuelinas* baixassem o limiar dessa exigência para os ofícios dos concelhos pedindo que fossem ou “naturais ou moradores”¹⁸). Mas limitavam-se, também, arbitrariedades na selecção dos providos por parte das entidades responsáveis com o objectivo expresso de garantir qualidade no exercício dos cargos. Por isso estava estabelecido que os ofícios não deviam ser vendidos e que o oficial provido devia servir por si e não ceder o cargo a qualquer serventuário. Procurava-se, pois, garantir a qualidade do desempenho, evitando transferências no seu exercício não controladas pela Coroa. Daí que as situações de impedimento, que podiam até desembocar em renúncias do exercício do cargo por parte do titular, tivessem que ser bem justificadas e feitas nas mãos do rei, no que se tentava evitar transacções entre particulares. Todos estes dados são já bem conhecidos¹⁹.

Os privilégios recebidos da Coroa transferiam a verificação de todas estas condições para os duques de Bragança, mas iam mais longe. Em 1526 (e depois em 1594) o rei dirigira um alvará ao duque de Bragança onde se dizia

“possa dar os ofícios de suas terras, que de sua dada são, a seus criados em satisfação de seus serviços, sem embargo da minha ordenação no livro quarto, titulo quarenta e um que defende que os que têm poder de dar ofícios não os vendam, nem mandem vender, nem levem algum dinheiro por os dar”²⁰.

O vocabulário usado no alvará merece atenção, pois parece associar explicitamente a satisfação de serviços aos criados com venda. Para melhor esclarecer estas questões semânticas importa notar que o conceito de criado era genericamente utilizado pela casa ducal para identificar todos aqueles que detinham um qualquer vínculo de dependência com os duques, fosse ele decorrente da dada de ofícios das suas terras, do governo central da casa ou

¹⁷ Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), ms. 755: Manuel Palha LEITÃO, *Relação das Igrejas, comendas, alcaldarias mores, lugares de letras, numero de moradores das terras e officios de apresentação, senhorio e datta do Estado e Casa de Bragança feito no ano de 1680*.

¹⁸ *Ordenações Manuelinas*, Liv. 1, tit. LVI, e comentários sobre a questão em Antonio TERRASA LOZANO, “Los últimos naturales del rey: nobleza y naturaleza legal en Portugal (siglos XV- XVII)” (no prelo).

¹⁹ Roberta GIANNUBILO STUMPF, “Venalidad de officios en la monarquía portuguesa...”, cit. e Fernanda OLIVAL, “Economía de la merced y venalidad en Portugal (siglos XVII y XVIII)” in Francisco ANDÚJAR CASTILLO e María del Mar FELICES DE LA FUENTE (eds.), *El poder del dinero...*, cit., pp. 345-377.

²⁰ António Caetano de SOUSA, *Provas...*, cit., t. IV, P. 1.^a, pp. 93 e AHCB, ms. 2166, fl. 195v, relativamente ao de 1526 e AHCB, ms. 14, fl. 330 para o de 1594.

do foro doméstico. Em muitos casos os vínculos sobrepujam-se, noutros não. A utilização do vocábulo era, assim, bastante genérica. O que parece concordar com os termos do privilégio acima descrito, já que parece aceitar-se que o ofício fosse tomado como um meio de pagamento para um serviço prestado ao duque, desligando-o, talvez, dos critérios processuais estipulados pela lei geral sobre provimentos de ofícios. Será essa separação que induz o monarca a entender este tipo de doação como venda de ofícios? Como se sabe, era prática também às vezes seguida pela monarquia no quadro do que se tem designado por economia da mercê. Sem querer agora entrar no vivo debate historiográfico sobre o que é ou não é uma venda de ofícios (que se prende com a indiscutível fluidez na aplicação dos conceitos de mercê graciosa e obrigatória), valerá apenas insistir na necessidade de revisitarmos a argumentação que a historiografia hispano-americana tem apresentado sobre o tema (e que amplia muito o conceito de venalidade), a partir de uma análise mais profunda do que aquela que tem sido feita até hoje sobre as percepções que os próprios coetâneos tinham relativamente ao significado deste tipo de situações e bem como sobre as alterações introduzidas pela evolução do tempo.

O oficialato local da dada da Casa de Bragança. Distribuição geográfica e tipologia dos ofícios

O provimento de ofícios era uma questão que assumia especial relevo para os Bragança já que o seu senhorio abarcava quarenta e um municípios onde se dizia que o duque D. João II (1631-1640) provia “1.300 e tantos ofícios de justiça como de escrivães tabeliães meirinhos”²¹. Este número será exagerado, mesmo se admitirmos que o autor contabilizou os vários ofícios da dada do duque que andavam anexos e eram servidos por um único oficial, os ofícios locais criados pela Casa e ainda, as vereações eleitas.

A relação geral sobre os recursos da Casa de Bragança da autoria de Manuel Palha Leitão de 1680 apresenta números mais credíveis²². Embora mais tardia do que os fenómenos aqui analisados, o autor – que ao que parece seria escrivão do tesouro da casa de Bragança²³ – tem a vantagem de descrever e avaliar sistematicamente os ofícios locais e de correição da dada da Casa (que não incluíam os cargos electivos), embora não contabilize os ofícios locais criados pela Casa (ou seja fora do quadro das doações régias)

²¹ BNP, ms. 28, n.º 130, com cópia ligeiramente diferente em British Library (BL), Add. 20933, fls. 8-15.

²² BNP, ms. 755: Palha LEITÃO, *Relação das Igrejas...*

²³ Maria Adelina de Figueiredo Batista AMORIM, *A missão franciscana no estado do Grão-Pará e Maranhão (1622-1750). Agentes, estruturas e dinâmicas*, vol. II, Elenco Documental, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Doutoramento em História (mimeo.), 2011, pp. 282-283.

que não seriam, todavia, muito numerosos²⁴. Estes últimos andavam ligados sobretudo aos sectores da assistência e saúde (nos hospitais patrocinados pela Casa de que são exemplos o capelão, escrivão, enfermeiro ou hospitaleiro, ou médicos de partido dos concelhos) e do ensino (mestre de meninos ou de gramática). Carcereiros em algumas localidades.

Mas voltemos aos ofícios de dada ducal que são o objecto de análise deste texto. Segundo Palha Leitão andavam concedidos a 381 oficiais (ver quadro n.º 2) que dividiu em quatro núcleos: correição das ouvidorias, juízo geral, juízo dos órfãos e ofícios do almoxarifado. Já quanto aos postos de guerra identificou apenas os de sargento-mor em Barcelos e de capitão-mor do Castelo de S. João Baptista de Vila do Conde (ambos pagos pelas rendas da Casa) e os honoríficos postos de capitão-mor e sargento-mor de Melgaço²⁵. De acordo com a tipologia de A. M. Hespanha o primeiro destes núcleos corresponderia ao que na Coroa se designava por administração periférica da coroa, os segundo e terceiro aos oficiais de governo e justiça, o quarto ao sector fiscal²⁶.

QUADRO N.º 1

Terras, moradores, número de oficiais e rendimento das ouvidorias da Casa de Bragança

Comarca	Terras	Moradores		N.º de Oficiais		Rendimento Anual dos Oficiais	
			%		%	réis	%
Bragança	11	18.592	35,5%	8	38,1%	438.000	54,2%
Barcelos	16	23.399	44,6%	6	28,6%	200.000	24,8%
Ourém	2	2.503	4,8%	2	9,5%	35.000	4,3%
Vila Viçosa	12	7.919	15,1%	5	23,8%	135.000	16,7%
Total	41	52.413	100,0%	21	100,0%	808.000	100,0%

Assim, o primeiro núcleo respeitava os ofícios da correição que assessoravam o ouvidor. Só existiam nas sedes das comarcas ou ouvidorias da Casa, o que quer dizer em Bragança, Barcelos, Ourém e Vila Viçosa. O seu número variava de acordo com a importância demográfica e a extensão territorial de cada uma delas, mas não ultrapassava sete ofícios, ou seja escrivão, chanceler, escrivão da chancelaria, meirinho, contador, inquiridor e distribuidor (estes três últimos, andavam sempre anexos); porteiro e fiel das apelações, podendo alguns ser repetidos (quadro n.º 1).

²⁴ Estes ofícios são conhecidos a partir de outra documentação: Livros de Mercês de D. Teodósio II, Livros de Registo das Câmaras ou Livros de Notariais.

²⁵ BNP, ms. 755: Palha LEITÃO, *Relação das Igrejas...*, cit., pp. 27-36.

²⁶ A. M. HESPANHA, *As vésperas do Leviathan...*, cit.

O segundo núcleo incluía o escrivão da câmara, tabeliães de notas e judiciais e respectivos escrivães, contador, inquiridores e distribuidores, escrivão da almotaçaria, procurador do concelho, meirinho, carcereiro (só em Chaves), vedor dos panos; no terceiro inseriam-se o juiz e escrivão dos órfãos, avaliador e porteiro; o quarto agrupava o juiz dos direitos reais, almoxarife, escrivão do almoxarifado, solicitadores e procuradores dos feitos da Casa de Bragança, porteiro, couteiros de pé e de cavalo²⁷.

QUADRO N.º 2

Número e avaliação dos rendimentos anuais dos oficiais locais de provimento da Casa de Bragança, 1680

Proveniência	Rendimentos dos ofícios locais e de correição			Ofícios locais e de correição	
	réis	%	Géneros	N.º de oficiais	%
Comarca de Bragança	3.230.530	36,2	Trigo: 1 moio 17 alqueires; Centeio: 3,3 moios; Vinho: 47 almudes	92	24,1
Comarca de Barcelos	1.968.210	22,1	Trigo: 53,5 alqueires; Centeio: 35 alqueires; Milho: 35 alqueires; Vinho: 38 almudes	108	28,3
Comarca de Ourém	514.300	5,8	Trigo: 1 moio 15 alqueires	31	8,1
Comarca de Vila Viçosa	2.290.780	25,7	Trigo: 1,8 moios; Centeio: 2 moios 10 alqueires	122	32,0
Reguengos da Estremadura e Ribatejo	150.000	1,7		10	2,6
Dízimas do Pescado	760.000	8,5		18	4,7
Total	8.913.820	100,0		381	100,0

Em apartados próprios, Palha Leitão descreveu os oficiais dos reguengos da Estremadura e Ribatejo e das Dízimas do Pescado. Como se compreende, tinham funções essencialmente ligadas à fazenda ducal, embora o poder de serem dados pelos duques não estivesse contemplado nas cartas régias de doação das terras, mas antes concedidos em doação específica.

É óbvio que nem todas as terras da Casa dispunham desta extensa panóplia de oficiais; tal como para as comarcas também no caso das terras a dimensão demográfica, a extensão geográfica, o peso económico e as próprias particularidades dos diversos espaços concelhios explicam a existência

²⁷ BNP, ms. 755: Palha LEITÃO, *Relação das Igrejas...*, cit.

de um maior ou menor número de tipologias de ofícios e de oficiais providos. Na realidade, quase só as cabeças de comarca detinham a totalidade destes ofícios e alguns deles desdobrados por mais de um oficial, ao contrário do que ocorria nos concelhos e nos coutos pequenos em que vários ofícios andavam anexos e eram servidos por um único oficial. Por outro lado, como a legislação geral estipulava que só o rei podia criar novos ofícios, sempre que se considerava justificado criar um qualquer novo ofício em alguma terra era necessário obter autorização régia. A Casa de Bragança obteve esse privilégio por diversas vezes ao longo do tempo, assim intermediando, na maior parte dos casos, petições das próprias vereações. O leque de argumentos que apresentavam assentava quase sempre no crescimento demográfico das terras ou/e no aumento do fluxo administrativo²⁸.

O valor económico dos ofícios também não era idêntico e segue, nas suas linhas gerais, o que ocorria nas terras da Coroa. As suas rendas eram emolumentares, pelo que o valor variava em resultado da própria importância do ofício e do número de ofícios concentrados nas mãos de um único oficial, mas igualmente da importância da terra. Deste modo, servir o mesmo cargo num concelho pequeno e pobre não era comparável a fazê-lo numa terra com maior dignidade. Referindo-se a Castro Laboreiro, sita na ouvidoria de Barcelos, explicava Palha Leitão a propósito de os ofícios das escrivãs do público e judicial, da almotaçaria e da câmara andarem juntos e renderem apenas 4.000 réis que

“por a mor parte do anno não ter acto algum de vereação que fazer por a dita vila ser a maes pobre de entre Douro e Minho e não hirem á camara se não quando he occasião precisa, ou a fazerem almottacés não tem ordenado algum, e só lhe paguam os moradores cada anno meya quarta de centeyo ou hum vintem por ella”.

Em Rates, localizada na mesma ouvidoria, a situação era ainda mais desoladora, pelo que justificava:

“nesta villa não há officio algum, nem he capas de o haver e vay por distribuição cada ano um dos escrivães do Geral da vila de Barcellos escrever nos dias que o juiz da dita vila de Rattes faz audiencia”²⁹.

²⁸ Exemplos registados, até ao momento, são: em 1561 a doação de mais um tabelião do judicial em Borba, assim aumentando o seu número de 3 para 4 (AHCB, ms. 3, fl. 208); em 1567 a permissão para criar de novo em Portel o ofício de meirinho ante o juiz de fora dessa vila e que o mesmo fosse provido pelo duque (AHCB, ms. 16, fl. 1v); em 1578 a autorização para separar os ofícios de procurador e tesoureiro das rendas do concelho de Bragança (AHCB, mss. 16, fl. 156v); em 1579 a licença para criar de novo o cargo de meirinho em Monforte, em lugar do de alcaide que fora extinto (AHCB, ms. 16, fl. 107v); ou em 1598 a concessão de mais dois ofícios de escrivão dos órfãos em Bragança, para além dos dois que já lá havia, e mais um de distribuidor (AHCB, ms. 14, fl. 341v).

²⁹ BNP, ms. 755: Palha LEITÃO, *Relação das Igrejas...*, cit., fls. 31-32v e 35, respectivamente.

Em termos globais o valor médio anual do rendimento destes oficiais era de 23.396 réis, embora oculte grandes discrepâncias. Assim do ponto de vista territorial os oficiais da ouvidoria transmontana seriam os melhor pagos (média de 35.114 réis anuais), pese embora no quadro dos sectores definidos os servidores da dízima do pescado estarem à cabeça com 42.222 réis de rendimento anual médio.

Sobre as áreas de actividade que ocupavam os oficiais locais constata-se a prevalência absoluta da justiça e polícia (80%) sobre a fazenda. No entanto, face aos dados agregados apresentados por A. M. Hespanha para o Reino (12%), parece haver na Casa de Bragança uma maior atenção ao sector da fazenda. Com efeito, se os ofícios do almoxarifado representam apenas 12% do total dos oficiais providos pelos duques (quadro n.º 3), esse valor cresce para 20% quando se acrescentam os oficiais associados à da dízima do pescado e aos reguengos da Estremadura e Ribatejo (quadro n.º 2). Todos estes ofícios de fazenda venciam ordenados pagos pelas rendas locais da Casa, quase sempre combinando dinheiro com géneros (cereais e vinho).

QUADRO N.º 3

Ofícios dos almoxarifados, 1680

Ouvidorias	N.º	%	Sedes de almoxarifado
Bragança	9	10%	2
Barcelos	9	8%	1
Ourém	10	32%	2
Vila Viçosa	16	13%	6
Total	44	12%	15

Com a excepção dos postos militares já referidos que também venciam ordenados, tal não ocorria com os demais oficiais do juízo geral e do juízo dos órfãos. Para estes o rendimento anual era estimado em função do valor cobrado pelo desempenho da sua actividade. Já os outros oficiais locais que não faziam parte “da dada” da Casa também recebiam ordenado, igualmente retirado das rendas que a Casa tinha no respectivo concelho. O escrivão da câmara apresentava uma situação particular, já que auferia em simultâneo um ordenado pago pela câmara, mas também rendimentos emolumentares.

Como se viu no quadro n.º 2, o valor global do rendimento destes ofícios representava cerca de nove contos de réis, o que aponta para um valor que rondava os 20% dos rendimentos dos recursos que, segundo Palha Leitão, a Casa de Bragança distribuía a terceiros³⁰. O montante é significativo e

³⁰ Mafalda Soares da CUNHA, *A Casa de Bragança, 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Editorial Estampa 2000.

corroborar a ideia da importância deste privilégio da “dada de ofícios” na economia de mercê da Casa. Em qualquer caso e na sequência do que atrás foi apontado, importa acrescentar que tal como ocorria na Coroa, existe a ideia de que a maior parte destes ofícios, uma vez concedidos pelo duque ficavam pouco disponíveis, já que a tendência era para a sua patrimonialização por parte dos seus titulares. Mas será exactamente assim?

A prática do provimento dos ofícios locais pela Casa de Bragança (1583-1626)

Os dados que a seguir analisarei assentam maioritariamente nos provimentos de ofícios entre 1583 e 1626 contidos nos livros de registo de mercês de D. Teodósio II³¹ e num livro de portarias deste duque³² que foram complementados com documentação dos livros de registo da câmara de Bragança, de Vila do Conde e de Vila Viçosa, assim como dos cartórios dos tabeliães desta última vila e da de Portel. Como se percebe, o *corpus* documental é de proveniência heterogénea e de forma alguma pode ser considerado exaustivo. Existem elementos sobre provimentos em outra documentação relativa aos municípios da Casa cujo levantamento seria necessário para completar a análise (documentação municipal e do fundo dos *Direitos Extintos* do arquivo da Casa, por exemplo). Os dados já recolhidos nos livros de registo das câmaras demonstram-no bem, pois contêm informação complementar que ajuda muito a explicar algumas situações que os livros de registo de mercês apenas enunciam, além de acrescentarem também casos (poucos) que, por razões desconhecidas, não foram registados no cartório senhorial.

Trata-se assim de um universo de 1.188 provimentos para quarenta e três anos, que respeita essencialmente o juízo geral e o juízo dos órfãos. Excluíram-se os juizes de fora, mesmo nos casos (que eram frequentes) de acumulação destas funções com o de juiz dos órfãos, alcaide das sacas ou coudel das éguas, porque se considera que nessas situações o critério de nomeação aplicado segue o dos magistrados do governo periférico da Casa e não o da dada de ofícios locais. Assim sendo, encontram-se apenas 114 provimentos (cerca de 10%) respeitantes aos ofícios de fazenda, incluindo o seu contencioso (ou seja, os oficiais do núcleo do almoxarifado e aqueles encarregados da administração das dízimas do pescado e dos reguengos). Era de resto comum que os almoxarifes acumulassem essas funções com as de juiz dos direitos reais ou dos direitos reais da dízima do pescado. Destes, sessenta e dois provimentos pertencem ao ramo das dízimas do pescado, enquanto nos reguengos são apenas em número de treze.

³¹ AHCB, *Livro de Mercês de D. Teodósio II*, Livs. 135-137.

³² AHCB, ms. 1395.

Começo a análise pela tramitação processual relativa ao provimento destes ofícios para dizer que segue, no essencial, a que era praticada pela Coroa. A grande diferença é que não exigia confirmação por parte do rei, mas apenas pelo duque; no caso dos oficiais que tivessem que apresentar provas de suficiência de méritos, estas podiam ser atestadas pelo desembargador e chanceler da Casa ducal, como se dizia na carta ducal de 4 de Junho de 1584 a propósito do provimento de Francisco Cordeiro como tabelião de notas de Vila Viçosa: “foi ensinado e havido por apto pelo doutor Félix Teixeira, desembargador e chanceler de minha casa”³³. Admitia-se também que as renúncias se fizessem nas mãos do duque e não do rei, transferindo igualmente para a Casa a verificação das condições exigidas pelo quadro legal. Mas, como na Coroa, o circuito ligado ao provimento implicava que as provisões de ofício fossem registadas no cartório central e depois localmente. Deste modo as provisões de ofício eram registadas no Paço Ducal em Vila Viçosa onde, por norma, o oficial jurava, assinava, pagava dízima do ofício na chancelaria da Casa (que era um valor elevado do qual o duque fazia frequentemente mercê total ou parcial aos oficiais providos) à qual acrescia um outro custo designado “chancelaria” (bastante menos significativo) que correspondia aos serviços de emissão do documento por parte da Casa; depois disso o oficial, munido com o original da provisão selada com as armas do duque e o respectivo regimento, fazia-a registar no livro da câmara da terra onde iria servir, dava fiança, jurava de novo e tomava posse. No caso dos tabeliães, e tal como ocorria com os providos pela Coroa, deviam ainda assentar nos livros de registo camarário o respectivo sinal público.

Se atendermos aos quarenta e três anos para os quais acompanhamos os provimentos ducais, verifica-se uma média anual de vinte e oito actos. Como pode este elevado número ser interpretado? Antes de iniciar a análise destes dados recorde-se que é entendimento comum na literatura sobre esta matéria que os ofícios locais eram aqueles em que a patrimonialização era mais frequente. O que significava o entendimento que os filhos dos oficiais que tivessem servido bem dispunham de direitos sucessórios.

QUADRO N.º 4

Modalidade de concessão do ofício

	Serventia	Propriedade	Total	%	Omissos
Expressa	197	139	336	60%	
Inferidas	222		222	40%	
Total	419	139	558	100%	630
%	75%	25%			53%

³³ Arquivo Histórico Municipal de Vila Viçosa (AHMVV), RG 703, fls. 39-39v.

O assunto é complicado e as fontes utilizadas são quase sempre pouco claras relativamente aos critérios seguidos em matéria de provimento. Começo, por isso, por apontar algumas das características deste universo de 1.188 provimentos de ofícios. A maioria dos dados recolhidos só refere o nome do oficial provido e o cargo. São 630 casos, classificados como “omissos”, no quadro n.º 4. Dos restantes, só em 336 casos se indica de forma expressa a modalidade de concessão do ofício, ou seja se em propriedade ou em serventia. Pelo cruzamento da informação com os provimentos que não registam o termo serventia, mas em que se aponta o período em que o ofício é concedido (e que classifiquei como “inferidas”, no quadro n.º 4), depreende-se que em mais 222 situações se proveram pessoas sem a propriedade do ofício. O que perfaz 558 provimentos com modalidade de concessão de ofício, dos quais a esmagadora maioria não detém direitos de propriedade sobre o ofício (75%) (ver quadro n.º 4). Os prazos de usufruto desses últimos ofícios com modalidade de concessão de “inferida” apontam prazos de exercício oscilam entre um mês e três anos. Interessante é, todavia, verificar que muitos destes oficiais viram o seu tempo de ofício sucessivamente prorrogado por mais tempo, ao longo de vários anos. Existe registo de renovação formal dos mesmos (quase sempre também com carácter temporário) nos livros de mercês, mas a leitura de outra documentação dá a entender que em muitos outros casos os oficiais empossados por tempo delimitado continuaram a servir os mesmos ofícios por períodos muito longos. Que podiam ir, inclusivamente, além do tempo das renovações assentes nos livros. Não sei, de resto explicar, a razão pela qual esses registos não foram sempre efectuados. Posso apenas conjecturar falhas do escrivão do cartório da casa ou negligência no cumprimento da exigência de renovação. O caso de André Rodrigues, serventuário de um ofício em Monforte, de que adiante se falará, revela um uso de quase vinte anos, mas poder-se-iam citar muitos outros. Estas observações permitem, no entanto, dois comentários. Estas concessões temporárias indiciam, por um lado, que a Casa procurava garantir novos ingressos através da chancelaria ducal, enquanto por outro lado mantinha a liberdade de dispor desses ofícios. Mesmo se eles fossem, como muitas vezes eram, renovados no mesmo oficial, o certo é que a Casa retia o direito de o não fazer. E, como se sabe, este jogo era determinante na economia da mercê³⁴.

A concessão em propriedade parece minoritária, embora seja muito provável que muitos casos “omissos” se refiram a provimentos em propriedade. Esta afirmação deve, todavia, ser tomada com cautela já que a documentação é tudo menos clara nesta matéria. Com efeito, a cláusula que surge numerosas vezes nos provimentos de ofícios nos livros de mercês *enquanto S. Ex.^a houver por bem e não mandar o contrário*, que à primeira

³⁴ Fernanda OLIVAL, *As Ordens militares e o Estado moderno: Honra, mercê e venalidade: moderno (1641-1789)*, Lisboa, 2001.

vista pode sugerir uma concessão precária, parece-me em outros casos ocultar um ofício em propriedade. Dou dois exemplos que ilustram a opacidade desta fórmula. Em Julho de 1600 registou-se nos livros das mercês a dada dos ofícios de tabelião das notas e de escrivão da imposição de Vila Viçosa a António Luís da Cerveira “que vagarão por simples renúnciação que delles fizerão, ss. do das notas Gaspar Franco, e do da imposição António Cordeiro últimos proprietários que delles forão”³⁵. E dizia-se *enquanto o eu houver por bem e não mandar o contraio*. No entanto, em Novembro de 1601, no registo do ofício de tabelião das notas e judicial em Simão Luís, afirmava-se que o uso do ofício era apenas enquanto durasse o impedimento de António Luís da Cerveira, seu irmão e proprietário do ofício³⁶. Ou seja, a cláusula não significava precariedade na titularidade do ofício. Já em Abril de 1600, Francisco Cordeiro recebera de mercê a serventia do ofício de escrivão dos órfãos de Vila Viçosa que vagara por morte de Rui de Sande, com a mesma fórmula *enquanto S. Ex.^a houver por bem e não mandar o contraio*. Provavelmente o que esta formulação indicava era a possibilidade de o duque dispor a todo o tempo dos ofícios, embora tal poder não o eximisse da obrigação de compensar o oficial que detinha os direitos do ofício pela perda dos mesmos. Ou seja o duque (tal como o rei fazia, de resto) não abdicava do direito de intervir no destino dos ofícios da sua dada.

A plasticidade de acção da casa de Bragança é ilustrável através de um exemplo (entre muitos possíveis).

Em 1584, André Rodrigues e sua mulher Isabel Gomes foram nomeados pela Casa de Bragança no ofício de meirinho da vila de Monforte, por três anos. Em consequência abdicaram do direito de processar a fazenda do duque. A acção judicial intentada pelo casal fundava-se nos direitos que Isabel Gomes alegava ter sobre os ofícios de alcaide das sacas de Chaves, que fora do seu pai, e o de tabelião da vila de Montalegre do qual Custódio Lopes, primeiro marido da mesma, recebera um alvará de promessa do duque³⁷. Tais factos significam por um lado que a casa de Bragança reconhecia que Isabel Gomes dispunha de direitos à herança dos ofícios do pai e do primeiro marido e que, por isso, estava disposta a compensá-la. Eram ofícios patrimonializados, portanto. Por outro lado revelam que o direito a herdar esses ofícios podia ser objectivado num qualquer outro ofício da dada da Casa. Esta evidência aponta para a possibilidade de a casa jogar com o conjunto de ofícios que tinha disponíveis nas suas terras para satisfazer as obrigações para com os seus vassallos. Note-se que os dois ofícios em causa se situavam em terras transmontanas e que o de meirinho em Monforte, no Alentejo. Mas mais ainda. O ofício foi explicitamente concedido pelo prazo

³⁵ AHCB, *Livro de Mercês de D. Teodósio II*, Liv. 136, fl. 335v, cujo registo está em AHMVV, RG 703, fls. 71v-72.

³⁶ AHCB, *Livro de Mercês de D. Teodósio II*, Liv. 137, fl. 202.

³⁷ AHCB, *Livro de Mercês de D. Teodósio II*, Liv. 135, fl. 192v.

de três anos, ou seja a título precário. Talvez, presume-se, porque a casa não se queria comprometer de forma definitiva com esta nomeação, resguardando a possibilidade de lhes conceder um qualquer outro ofício, que fosse mais conveniente para as duas partes. Tal não aconteceu, porque em 1597 e em 1603 André Rodrigues ainda estava “encarregado” deste ofício de meirinho e nas duas ocasiões concedeu-se-lhe um novo prolongamento de três anos³⁸. Ora esta última informação reforça a ideia já enunciada de as concessões precárias de ofícios terem como intenção estabelecer limites aos direitos dos oficiais aos ofícios, libertando a casa das obrigações jurídicas que os direitos em propriedade implicavam. Mas, como também já se disse, permitindo que o governo ducal obtivesse novos proventos pela cobrança dos direitos de chancelaria anexos à emissão das renovações das cartas de ofício.

Relativamente às causas subjacentes aos novos provimentos – matéria que se cruza com a questão da posse precária – só há informação para 42,8% dos casos (quadro n.º 5). Nestes regista-se quase sempre qual era o nome do anterior oficial e às vezes a relação de parentesco que com ele tinha o actual provido. Recuperei as três categorias usadas que são morte, renúncia e impedimento, que se distribuem da seguinte forma: 55,2%, por morte, 16,3% por renúncia e 27,3% por impedimento.

QUADRO N.º 5

Causas expressas da vacatura do ofício

	Morte		Impedimento		Renúncia		Suspensão/Revogação		Total	
Total Provimentos	281	55,2%	139	27,3%	83	16,3%	6	1,2%	509	42,8%

Os casos em que não é dada informação poderiam decorrer de uma variedade grande de circunstâncias que os livros de registo não anotaram, mas que nalgumas situações se descobre através dos poucos fólios que sobraram de um livro de portarias da Casa de finais do século XVI. Seria o caso de intermediação de terceiros a quem o duque por uma qualquer razão queria agradecer. Desde logo D. Catarina, sua mãe, mas também clientes seus ou gente exterior à Casa, como era o corregedor de Évora ou o bispo de Miranda. E estas situações parecem demonstrar novamente que havia a possibilidade de dispor de ofícios livres nas terras ducais. Ou seja, nem todos os ofícios estariam vinculados a direitos por parte dos seus anteriores titulares.

Os impedimentos resultam sempre em serventias, razão pela qual, e como disse antes, juntei essas referências às serventias expressas, assinando-as no quadro n.º 4 como “inferidas”.

³⁸ AHCB, *Livro de Mercês de D. Teodósio II*, Liv. 137, fl. 249.

Já quanto às renúncias não se observam dados diferentes daqueles que se conhecem para os ofícios da Coroa. Como se referiu acima, os oficiais tinham que renunciar ao ofício nas mãos do duque (“os ditos ofícios renunciaram simplesmente em minhas mãos”), apresentando para o efeito uma escritura notarial. A renúncia resultava numa nova dada de ofício quase sempre sem indicação de prazo, parecendo assim configurar um ofício em propriedade. Mas, por detrás destes formalismos exigidos pela Casa estavam normalmente transacções onerosas entre particulares ou a satisfação de obrigações da casa com os seus vassalos, como se mencionou há pouco. A partir dos dados de que disponho (e que não serão diversos dos da Coroa), pode dizer-se que nos casos de transacções “ocultas” entre oficiais, o oficial certamente pagava ao anterior proprietário quando entrava no ofício ou ao longo do tempo de exercício. O que podia traduzir-se na entrega dos montantes totais ou em pagamentos anuais, configurando, neste caso, um arrendamento do ofício. Não sei valores exactos, mas imagino que variassem também em resultado das circunstâncias concretas em que o antigo proprietário se encontrava e da própria procura do ofício, que como é óbvio variava no tempo e, sobretudo, em função da avaliação estimada do ofício. As modalidades dependiam, por isso, do acordo estabelecido entre as partes que quase só deixou vestígios indirectos na documentação. Quando tal ocorre, o cruzamento dos dados descobre um activo mercado de ofícios que não parece ter proveito económico directo para a Casa ducal, mas que necessitava certamente da sua conivência para funcionar. Francisco Andújar Castillo refere-se a esta questão no seu texto neste livro apontando-a como uma forma de venalidade pouco estudada³⁹. Como disse antes, haveria que indagar melhor estes processos.

Aponto dois exemplos que me parecem expressivos. Manuel Raimundo, filho de Frutuoso Raimundo, recebeu em 1602 a mercê do ofício de escrivão da correição das terras de Entre Tejo e Guadiana, por morte de seu pai que servira essa escrivania desde 1591. Pelos termos posso presumir que tivesse havido transmissão em propriedade. Em Agosto de 1604 era Francisco Ribeiro quem a servia em serventia e o duque decidiu provê-lo na sua propriedade, pelo que compensou Manuel Raimundo com um alvará de lembrança para um ofício de justiça de valia até 180.000 réis⁴⁰. Percebe-se que a história era mais complexa, pois numa escritura notarial, também de 1604, Francisco Ribeiro fez uma doação a Manuel Raimundo de 16.000 réis ao ano (por este ser pobre e órfão) com duração até à morte do doador ou até Manuel Raimundo ser provido num ofício do duque⁴¹. Do não dito, parece que Manuel Raimundo, talvez menor de idade, terá vendido a propriedade

³⁹ FRANCISCO ANDÚJAR CASTILLO, “Venalidad de oficios y honores. Metodología de investigación”.

⁴⁰ AHCB, *Livro de Mercês de D. Teodósio II*, Liv. 136, fl. 258v.

⁴¹ Arquivo Distrital de Évora (ADE), Notariais de Vila Viçosa.

do ofício de escrivão da correição das terras do Alentejo por 16.000 réis anuais. Talvez em resultado da morte de Francisco Ribeiro, em 1621 Manuel Raimundo foi provido pelo duque nesse mesmo ofício, mas em serventia e ainda o servia em 1624⁴².

Mas a manipulação dos ofícios como recurso económico não se cingia aos oficiais. Viu-se antes que a Casa de Bragança tinha o privilégio de com eles poder satisfazer serviços aos seus criados, utilizando-os assim como um montante pecuniário. O que, por sua vez, tinha implícito que a pessoa que o recebia poderia dispor dele para realizar a verba que a Casa lhe tinha em dívida. Aponto alguns casos. Querendo fazer cumprir a promessa de mercê feita pelo duque D. João I de um ofício de justiça da comarca de Trás-os-Montes de valia de 200.000 réis a João Baía de Mesquita, morador em Chaves, concedeu D. Teodósio II ao próprio, ou a um dos seus filhos, o ofício de tabelião do público e judicial dessa vila que vagara por morte de Baltasar Pires. Com prazo de execução da promessa curto por parte da casa: um mês somente. Dizia ainda que se quisessem trocar os ditos ofícios por outros da dada da Casa na mesma vila ou na comarca de Trás-os-Montes, o poderiam fazer, desde que não escolhessem o de meirinho que servia com o ouvidor dessa comarca, nem com o juiz de fora de Chaves ou de Bragança. E alargava a mercê, isentando-a da cláusula de consanguinidade entre oficiais da mesma terra, já que um outro filho deste João Baía já era proprietário de um outro tabelionato de Chaves. Como contrapartida, estipulava o prazo de envio do nome do novo oficial em quatro meses, findos os quais a validade desta promessa de mercê se extinguiria, ficando o duque livre de prover outrem no citado ofício⁴³.

Nem sempre a Casa se envolveria tanto nesses “negócios” particulares, mas o teor de todos estes registos indica que certamente conhecia e admitia a sua prática. Veja-se, por exemplo, o caso de Belchior de Castro, morador de Melgaço, recebera do duque D. João um alvará de lembrança de dois ofícios de valia de 160.000 réis para as pessoas que casassem com suas filhas. Em 1585, com o antigo oficial já defunto, D. Teodósio II começou a dar cumprimento ao disposto por seu pai fazendo mercê a uma das filhas (de nome Margarida de Castro) do ofício de tabelião do público e judicial de Melgaço avaliado em 120.000 réis, que vagara por morte de João Gonçalves, para quem com ela casasse. Terá sido Baltasar Salgado que renunciou, em conjunto com sua mulher, a esse mesmo ofício em 1587 a favor de Francisco da Costa. Dos remanescentes 40.000 réis receberam um alvará de lembrança do duque⁴⁴. Presume-se que entre Baltasar Salgado e Francisco da Costa houvesse um qualquer negócio que o duque depois sancionou. Ou o outro

⁴² Para o provimento, AHCB, *Livro de Mercês de D. Teodósio II*, Liv. 137, fl. 325v; para a referência de 1624, ADE, Ordens Menores, mc. 6, n.º 148.

⁴³ AHCB, ms. 1395, fls. 4-4v.

⁴⁴ AHCB, *Livro de Mercês de D. Teodósio II*, Liv. 135, fl. 256.

caso que respeita Leonardo Teixeira, filho de um almoxarife de Chaves falecido por volta de 1609, e que era chanceler da comarca de Bragança desde pelo menos 1588. Leonardo Teixeira tinha um historial grande de serviços ao duque no que este designava como “as alterações do reino”, leia-se a conjuntura de 1580-1581, e que incluía o acompanhamento a D. João às cortes de Tomar. Certamente em resultado de tudo isto, e ainda (presumo eu) pelo facto de o pai ter morrido e o ofício não lhe ser transmitido, em 1609 recebeu simultaneamente uma mercê ordinária de 12.000 réis por ano pelos serviços do pai e um alvará de lembrança de um ofício ou alvitre de 200.000 réis para meter uma de suas filhas no convento “por respeito de uma portaria de sua ex.^a feita por Rodrigo Rodrigues para o mesmo efeito, e agora o terá, tendo as cláusulas e condições do alvará”⁴⁵. Ou ainda o caso da protecção à viúva do recém-falecido João Gomes, tabelião de Bragança, em 1595 em que o duque dizia expressamente:

“tenho assentado de o dar (o ofício citado) a hu criado meu com obrigação de casar com hua filha do dito João Gomes qual sua mãe nomear, e enquanto não casar prouerei da serventia do officio a pessoa que quiser a viúva tendo as partes e sufficiencia que se requerem”⁴⁶.

QUADRO N.º 6

Causas da vacatura do ofício só entre parentes

Parentesco	Morte		Impedimento		Renúncia		Total	
Sogro	23	21,7%	3	2,8%	6	5,7%	32	29,6%
Pai	46	41,5%	13	12,3%	13	12,3%	72	66,7%
Outros parentescos	2	1,9%	1	0,9%	1	0,9%	4	3,7%
Total / Família	71	65,74%	17	15,74%	20	18,54%	108	100,0%

A morte surge como a causa maioritariamente invocada nas provisões ducais para o provimento. Destas, 38% das vagas por morte (em número de 281, quadro n.º 5), ou seja setenta e um casos (quadro n.º 6) respeitam membros da mesma família. A fim de clarificar a representatividade dos dados relativos à transmissão entre parentes, convém sublinhar antes de mais que se trata apenas de cerca de 10% do universo total, o mesmo é dizer 108 (ver quadro n.º 6) dos 1.188 provimentos que estão na base desta análise. Este número de pouco mais de uma centena de exemplos seria certamente mais elevado se tivesse sido possível cruzar a informação e reconstituir os agregados familiares. Em qualquer caso, e partindo da presunção de que existia a tendência para se aceitar que os oficiais dispunham de direitos sucessórios sobre os ofícios, é também de presumir que os casos de relação familiar

⁴⁵ AHCB, *Livro de Mercês de D. Teodósio II*, Liv. 136, fl. 72v.

⁴⁶ AHCB, ms. 1395, fls. 2-2v.

directa estivessem enunciados. O que permite sugerir que o nível de endogamia do oficialato local da casa de Bragança era baixo. Mas, repito, há que ter cautelas relativamente a esta interpretação.

Circunscrevendo assim a análise apenas ao pequeno grupo das transmissões dentro do grupo familiar (108 casos), constata-se que um pouco mais de 2/3 (66,7%) aponta para a transmissão entre pai e filho e quase 1/3 (29,6%) apresenta ofícios como parte da constituição dos dotes das filhas dos oficiais. A intervenção de outros parentes parece residual, mas, repito, tal pode dever-se ao facto de se não ter efectuado a reconstituição dos agregados familiares. Apresento um caso, entre os muitos possíveis, que tem a particularidade de acompanhar três gerações e incluir informação sobre os vários tipos de concessão de ofício efectuados pela Casa ducal. Refere-se a Manuel Álvares Ribeiro que em Fevereiro de 1603 foi agraciado com a serventia da escrivania do almoxarifado da vila de Ourém por seis meses, se tanto durasse o impedimento de Gaspar Sodré, dado como proprietário do referido ofício. O impedimento ter-se-á prolongado, já que em Setembro a mercê é-lhe renovada por mais três meses. Nada mais se sabe até 1620, momento em que foi concedido a Manuel um alvará de lembrança para poder, em sua vida ou por seu falecimento, nomear em Catarina Sodré, sua filha, a citada escrivania e a dos direitos reais da mesma vila⁴⁷. Depreende-se pelo apelido da filha que haveria qualquer laço de parentesco entre os dois oficiais. Talvez Manuel fosse genro e talvez tivesse recebido a primeira escrivania em dote. Algures entre 1603 e 1620 recebera, todavia, uma outra. O facto de alcançar direitos de transmissão na filha indicia, por seu turno, a intenção de os utilizar para lhe dar estado. De casada ou freira. Em ambos os casos constituiria, portanto, a totalidade ou parte do dote. Mas no primeiro caso havia a probabilidade de o futuro marido servir o ofício, enquanto no segundo a dada do ofício corresponderia a um mero meio de pagamento para entrada no mosteiro, como se viu atrás com o caso de Leonardo Teixeira.

Atente-se porém, em outros dois casos que complementam este raciocínio e ilustram o que me parecem ser importantes vertentes de práticas disciplinadoras por parte da casa de Bragança. Em 1588 para fazer mercê a Cristóvão Teixeira, o duque mandou passar carta em forma do ofício de contador e inquiridor da vila de Chaves à pessoa que casasse com sua filha Isabel, desde que tal facto se concretizasse nos dois anos seguintes⁴⁸. Ou seja, condicionava-se (como no caso de João Baía acima mencionado), a execução da mercê a um prazo determinado, evitando, desse modo, que esta fosse accionada em função dos interesses dos nomeados, com os inerentes riscos de estes processos fugirem ao controlo da Casa. Já em 1619, a situação era outra. Cosme da Costa, morador em Barcelos, e que era escrivão e

⁴⁷ AHCB, *Livro de Mercês de D. Teodósio II*, Liv. 137, fl. 249v.

⁴⁸ AHCB, ms. 1395, fl. 8.

chanceler da correição de Barcelos desde a morte do sogro Diogo da Costa em 1589, recebeu a mercê de um alvará de lembrança para em sua vida ou por seu falecimento nomear esses ofícios em sua filha Ana da Costa, “para os uer a pessoa que com ella cazar a qual será hu criado de Sua Ex^a”⁴⁹. Dito de outro modo, a Casa de Bragança parecia querer condicionar o mercado matrimonial do seu oficialato local, limitando-o (ou pelo menos, favorecendo) ao universo da sua criadagem. Assim impediria que os direitos sobre os ofícios detidos pelos seus anteriores titulares recaíssem em gente exterior à sua esfera de influência.

Conclusão

Os dados apresentados permitem algumas reflexões finais. Primeiro que tudo estabelecer que a prática de provimento de ofícios por parte da Casa ducal tende a privilegiar as concessões precárias em detrimento das em propriedade. Ao contrário do que poderia à primeira vista sugerir, este facto não significa que a maior parte dos ofícios não estivessem patrimonializados. Com efeito, somando os números das mortes do anterior oficial com as renúncias verifica-se que, em mais de 80% dos novos provimentos para os quais se conhece a causa de vacatura dos ofícios a Casa de Bragança considerava que os titulares dos ofícios dispunham, pelo menos, de direitos vitalícios de usufruto dos mesmos, mas que considerava igualmente que podia intervir com alguma liberdade no processos de nomeação. O que significava que o duque podia nomear o sucessor com direitos reconhecidos para um ofício distinto (mas de valor equivalente) daquele que o seu parente servira. Assim sendo o elevado número médio anual de provimentos que a Casa efectuava (recorde-se que eram vinte e oito) deve ser lido em resultado do reconhecimento destes mesmos direitos dos oficiais e da convivência ducal com um dinâmico mercado de ofícios entre o seu oficialato. Como na Coroa, temos então um oficialato ducal que é eminentemente exercido por serventuários. E, como na Coroa, também a Casa fiscalizava os méritos dos mesmos; literacia mas também os requisitos sociais como se depreende da condição “em que caiba sua pessoa” inscrita em algumas das promessas de ofício⁵⁰. Resguardava também a possibilidade de intervir na composição desse oficialato, como fazia o rei. Esse seria então o motivo que explica o elevado número das serventias, já que quem exercia o ofício tinha que dispor de provisão ducal. Mesmo por um mês. Mas para a Casa haveria outras contrapartidas para esta prática que se concretizavam nos direitos de dízima e de chancelaria cobrados por cada acto ou, no caso de ficarem isentos dessa paga, a garantia da gratidão por parte dos oficiais beneficiados.

⁴⁹ AHCB, *Livro de Mercês de D. Teodósio II*, Liv. 137, 447v.

⁵⁰ AHCB, ms. 1395, fls. 1v, 2.

Para terminar devo ainda sublinhar que a dada de ofícios constituía uma forma eficaz de satisfazer serviços de natureza variada fossem eles passados, presentes ou futuros ao mesmo tempo que asseguravam a satisfação das necessidades de governo e de controlo social da Casa sobre as terras do seu “estado”, como então se dizia. As formas e as causas são múltiplas, no que me parece em tudo semelhante ao que ocorre na Coroa. Como principais características poder-se-á enunciar o carácter socialmente bastante fechado de todo este processo, quase sempre circunscrito aos vassallos ou subordinado aos interesses das relações sociais dos duques. Deve finalmente constatar-se a plasticidade e o nível de autonomia com que o poder senhorial dos Bragança era exercido no interior do seu “estado”.

O PROVIMENTO DOS OFÍCIOS PRINCIPAIS DA MONARQUIA DURANTE A DINASTIA DE BRAGANÇA (1640-1820)

NUNO GONÇALO MONTEIRO
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Durante a dinastia de Bragança (1640-1820) era bastante claro para os actores sociais e políticos que existia um conjunto bem circunscrito de ofícios principais da monarquia portuguesa, tanto civis como eclesiásticos, providos ou apresentados pela Coroa no Reino e seus domínios e conquistas. Tendencialmente monopolizados pelas grandes Casas aristocráticas da nova dinastia (as dos Restauradores de 1640 e as que a sustentaram durante a guerra), num contexto recentemente estudado a nova luz,¹ também era bem sabido que os serviços desempenhados nesses “postos grandes que V. Majestade provê” davam lugar às mais significativas doações régias em honras e “mercês úteis”. A estreita circularidade do sistema aparece identificada em fontes pelo menos desde o último terço do século XVII e, apesar dos abalos sofridos na segunda metade de setecentos que em parte a limitaram, volta a ser reconhecida e destacada, agora em tom de denúncia, pelo discurso liberal nos anos vinte e trinta do século XIX.²

As investigações das últimas duas décadas permitem conhecer com significativo detalhe o âmbito e os limites do processo antes referido, a partir dos importantes estudos realizados sobre diversas categorias institucionais. Trata-se de uma matéria, portanto, razoavelmente conhecida.³ No entanto,

¹ Cf. Leonor Freire COSTA e Mafalda Soares da CUNHA, *D. João IV*, Lisboa, 2006.

² Cf. Nuno Gonçalo MONTEIRO, *O Crepúsculo dos Grandes. A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750-1850)*, 2.ª ed. revista, Lisboa, Imprensa Nacional, 2003.

³ Cf. entre outros, N. G. MONTEIRO, P. CARDIM e M. S. da CUNHA (org.), *Óptima Pars. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, 2005; e N. G.

o próprio avanço das pesquisas permite colocar novas questões. Tanto mais que sabemos que essa circularidade se não aplicava a todos os níveis do espaço social. Existiam certos planos relativamente aos quais se tem insistido exactamente na abertura que os caracterizava.⁴ Será que se pode falar de práticas institucionais duais?

A presente intervenção não se reporta a nada de totalmente novo, mas a matérias e fontes razoavelmente conhecidas. Voluntariamente reformulada como um ensaio, tem por objectivo debater e articular diversas perspectivas historiográficas, umas mais recentes, outras mais antigas, de forma a tentar produzir um balanço integrado da situação portuguesa em contexto comparado. Acresce que em outras historiografias se tem conferido uma renovada atenção aos temas da patrimonialização e da venalidade dos ofícios. Matérias que aqui cabe debater também numa óptica comparativa.

I. A percepção dos contemporâneos

Ao longo da época moderna foram muito numerosos e recorrentes os escritos que se pronunciaram sobre a relação entre ofícios e nobreza. Parte essencial da cultura política europeia e de um amplo conjunto de escritos portugueses, a matéria prestou-se a controvérsias, mas por norma prevaleceu a ideia de que quanto mais importantes eram os ofícios mais qualificada deveria ser a nobreza de quem os exercia. Na literatura dos anos posteriores à Restauração de 1640 também é possível identificar um outro tópico, mais específico: o reconhecimento de que existiam postos superiores na monarquia portuguesa e a quem cabia exercê-los.

Assim, num notável manuscrito datável da década de 1650, apresenta-se uma lista dos “Postos grandes que Vossa Majestade provê em Portugal, Algarve, Ilhas e África que tudo se reputa por Reino graduando os conforme a estimação que se fez e faz de cada hum são os seguintes”.⁵ Por ordem hierárquica decrescente eram eles: Vice-rei da Índia, Vedores da Fazenda, Presidente do Desembargo do Paço, Presidente do Conselho Ultramarino (acrescentando-se que “tem ainda a estimação deste posto pela que tem e pela que teve quando era Conselho da Índia”), Regedor da Casa da Supplicação, Presidente da Mesa da Consciência e Ordens, Governador da Câmara

MONTEIRO, *Elites e Poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*, 3.^a ed., Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2012.

⁴ Cf. Fernanda OLIVAL, *Honra, mercê e venalidade: as Ordens Militares e o Estado Moderno*, Lisboa, Estar, 2001.

⁵ Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL), Pombalina 653, Filme 3330, fls. 463-466, referência gentilmente cedida por de Pedro Cardim e já reportada em Mafalda Soares da CUNHA e Nuno G. MONTEIRO, “Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português nos séculos XVII e XVIII”, in *Óptima Pars...*, cit., pp. 208-209.

de Lisboa (*sic*), Governador do Porto, Governador do Algarve, Governador do Brasil (provavelmente acrescentado depois ao manuscrito, tal como Pernambuco), General de Tanger, Capitão de Mazagão, Governador de S. Gião, Governador da Fortaleza de Belém, Governador da Ilha da Madeira, Governador do Castelo da Terceira, Governador da Ilha de S. Miguel (“quando não assiste nela o Conde de Vila Franca”), Capitão da Torre Velha, e Governador de Pernambuco. Depois, declarava-se que

“acrescentaram-se os postos seguintes: Governador das armas das Províncias, Governador das armas de Cascais – estes postos têm tomado grande estimação por respeito aos soldos por serem maiores que todos os que ficam apontados, mas como não governam mais que na guerra, não tem jurisdição alguma no político, parece que devem ter lugar logo após o governador do Algarve, porque com engano manifesto se reputa por maior que este posto o Governador de Armas do Alentejo”.

Seguiam-se os Provedores dos Armazéns, da Casa da Índia, das Alfândegas, Contador-mor e Guarda-mor, mas acrescentava-se que “os mais postos daqui para baixo se reputam por pequenos e nesta conta entram hoje os de letrados, posto que o de Chanceler mor nos tempos antigos em que não andou em Letrados era de grandíssima reputação”. E, ainda “ficam fora os oficiais da Casa se for necessário apontá-los-ei conforme ao predicamento de cada um, mas será em papel à parte”. De resto, acrescentava-se depois que os postos “fora do Reino depois da Índia” tinham à frente os Governos do Estado do Brasil e do Reino de Angola; o do Rio só vinha em sexto lugar, depois de Cabo Verde, S. Tomé e Maranhão, mas notava-se que “pela bondade da terra e utilidades que dá” deveria vir depois de Angola. Por fim, listavam-se ainda “Lugares Eclesiásticos”: Grão Prior do Crato, Inquisidor Geral, Capelão Mor, etc., depois os prelados, onde se coloca em primeiro lugar o Arcebispado de Braga “pela dignidade de Primaz”, mas destacando-se que era o terceiro em estimação...⁶

Mais do que a hierarquia dos lugares e dos espaços, que irá sofrer mutações durante o século e meio seguinte, há alguns tópicos que convém destacar e que se manterão sem grandes alterações no essencial. Desde logo, a clara diferença entre “postos grandes” e “pequenos”. Em seguida, a ideia de que os postos grandes não eram para letrados. Finalmente, o facto de esses postos incluírem (com uma hierarquia mutável) os Governos das conquistas (com o único Vice-reinado em primeiro lugar), os Governos de armas das Províncias do Reino (que permanecerão com tal estatuto mesmo depois da guerra), as Presidências dos Tribunais centrais (com as Vedorias da Fazenda, que perderão esse estatuto), os ofícios da Casa Real e os “Lugares Eclesiás-

⁶ A fonte inclui ainda, entre outras coisa, uma relação dos ofícios e praças do estado da Índia.

ticos”. Note-se que não se fala nem dos membros do Conselho de Estado, nem do Secretários de Estado ou das Mercês.

Um outro documento da mesma altura, igualmente de autoria não identificada e recentemente trabalhado,⁷ “Advertências para se haver de notar no despacho de mercês”, permite estabelecer uma hierarquia muito clara entre os serviços feitos no desempenho de ofícios e a respectiva remuneração pela Coroa. Distingue claramente as mercês a atribuir: no cume “Vilas com suas jurisdições”, Alcaidarias-mores, Comendas, filhamentos de fidalgos (nem sequer fala em títulos), “e daí para baixo” Hábitos de Cristo, Tenças, Lugares em mosteiros e, entre outras coisas, “Alvarás de ofícios” e “Praças mortas nas fortalezas e praças no Reino”. As Vilas, Alcaidarias-mores e Comendas “devem dar aos fidalgos e pessoas de cujos Pais foram” pelos “serviços dos mesmos pais ou dos filhos sucessores de sua Casa”. Pedindo-se de novo as Vilas com jurisdição devem dar-se “a fidalgos que hajam sido Generais, e Governadores das armas, e se hajam nelas e na continuação do serviço avantajado de maneira que mereçam esta honra”, mas

“também se pode dar com a mesma limitação a fidalgos que pela Paz hajam ocupado os postos maiores de Presidentes, porem com tais serviços tal continuação e aplauso neles que os façam capazes desta mercê que se deve reputar por muito grande”.

As Alcaidarias-mores de grande rendimento se deveriam dar aos mesmos, dando-se as de pouca renda a “fidalgos que sirvam pela guerra com satisfação e particularidade e a alguns Ministros da paz de postos grandes (sendo daqueles que mereçam a honra de serem do Concelho de S. magde)”. Também as Comendas de mais de 200.000 réis “se devem aos fidalgos que serviram nos postos grandes da guerra com satisfação e continuação e forem de qualidade conhecida”, e as menores a “fidalgos que sirvam na Guerra em menos postos (...) e a soldados cujo valor e continuação no serviço os faça capazes de se igualarem aos fidalgos nos postos em que se hajam avantajado muito na guerra”, e “também se devem aos Fidalgos que servem na Casa Real e a alguns Ministros que por seus bons procedimentos e pelo trabalho dos ofícios que servem mereçam que S. magde” os beneficie. E segue-se uma longa enumeração, que chega aos Hábitos e aos Alvarás de promessa de ofício. Em resumo, todas as mercês principais se deviam dar exclusivamente a fidalgos de “qualidade conhecida” pelos serviços na guerra ou na paz numa Presidência de Tribunais. As Comendas e as Alcaidarias-mores de menor

⁷ “Advertencias pera se aver de notar no despacho de mercês”, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), ms. Graça, T. 7D, n.º 39, fls. 299-301, indicação igualmente de Pedro Cardim; recentemente trabalhado em Fernanda OLIVAL, “Economia de la merced y venalidad en Portugal (siglos XVII y XVIII)”, in Francisco ÁNDÚJAR CASTILLO y María del Mar FELICES DE LA FUENTE (eds.), *El poder del dinero. Venta de cargos y honores en la España del Antiguo Régimen*, Madrid, Biblioteca Nueva, 2011, pp. 353-354.

rendimento as poderiam dar-se a outros fidalgos ou a “alguns Ministros de paz”. E daí para baixo...

Algumas décadas mais tarde, tudo deverá ter ficado ainda mais visível. O fantástico relatório diplomático francês de 1684⁸ afirma que os fidalgos portugueses têm poucos bens patrimoniais para se manter, “ils tachent tous d’obtenir des charges, des commanderies ou des pensions”. Acrescenta que “le Roy donne toutes les charges de son Royaume, et les provisions ne sent expédient que pour trois ans, cependant ces charges ne sorte guère des maisons à qui on les donne”. E depois de falar do sistema de remuneração dos serviços, destaca que

“comme tout ce que le Roy peut donner est pour la noblesse, a fin de récompenser les gens de moindre qualité, on a fait plusieurs Chevaliers do Christ (...) il ni a que cette espérance d’obtenir des grâces que tient les Portugais auprès du Roy”.

Em resumo, no reinado de D. Pedro II seria já notório, para um observador bem informado, que a nobreza (entenda-se, a primeira nobreza) procurava os cargos, as Comendas e as pensões e que o Rei tudo lhes concedia, e que mesmo os cargos concedidos por três anos acabariam por não sair das Casas que os haviam recebido. Para os de “menor qualidade” restavam os Hábitos de Cavaleiro da Ordem militar de Cristo... De forma flagrante, temos aqui desenhado um mundo dual no que se reporta a mercês e a ofícios.

Pela mesma altura, para invocar um entre muitos testemunhos da auto consciência dos próprios actores envolvidos nessa teia relacional, pode-se retomar as palavras do senhor de Povolide, Tristão Nuno da Cunha e Ataíde, quando se negociava o eventual casamento da herdeira presuntiva do trono português com o Duque da Sabóia. Boa parte dos fidalgos hostilizava esse hipotético matrimónio por um motivo bem claro e confessado: “Diziam que os títulos saboiardos haviam de ter em Portugal as honras dos mesmos títulos Portugueses, e entrarem nos Governos das Conquistas sem diferença dos Portugueses, e nos Lugares políticos, e Postos militares, e terem Comendas”.⁹ Em resumo, os fidalgos portugueses temiam ter de repartir com os da Sabóia as honras, os Governos das Conquistas, os lugares políticos, os postos militares e as Comendas...

Muito mudou ao longo do século XVIII, em particular no período pombalino. As Secretarias de Estado afirmaram-se como centros de poder e de decisão política em detrimento dos tribunais, a política das grandes mercês esteve durante algum tempo parcialmente bloqueada e, por fim, o acesso da

⁸ Joaquim Veríssimo SERRÃO (ed.), *Uma relação do reino de Portugal em 1684*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1960.

⁹ ANTT, Casa dos Condes de Povolide, pacote 19A, sup. 13, livro I, 89v.

primeira nobreza aos ofícios principais deixou de ser tão mecânico como era antes¹⁰. Mas tirando o primeiro ponto, nada de essencial se modificou. São os mesmos tópicos de sempre que, agora em tom de denúncia crítica, vamos encontrar no discurso da Revolução liberal nos anos 20 do século XIX:

“...a Nobreza de Portugal, desonerando-se da maior parte dos encargos publicos, monopoliza todos os cargos importantes do Estado, ou sejam d’emolumento, ou sejam de pura distinção – As Presidencias dos Tribunais – as Comissões diplomáticas – os Governos lucrosos das Colonias – os Postos maiores do Exercito – os Grandes Benefícios Eclesiásticos – as Comendas – os Bens da Coroa foram sempre, e ainda agora são, o apanagio das familias nobres, quase por uma sucessão hereditária”.¹¹

II. O acesso aos ofícios principais

Já antes se pôde apreender que o mundo dos fidalgos da primeira nobreza e dos juristas não coincidiam e, no plano social, escassamente se sobrepunham. As listas publicadas por José Subtil com informações para mais de 1700 desembargadores providos nos diversos tribunais depois de 1640 permitem concluir que apenas cerca de 1% tinha nascido em Casas da primeira nobreza da corte.¹² Acresce que o que sabemos sobre casamentos mistos permite, sem dúvida, afirmar a sua raridade: pouco foram os juristas que se casaram com filhas da primeira nobreza. Fidalgos e juristas como mundos separados. E os ofícios a que podiam aceder não coincidiam senão de forma limitada.

Mas, qual era o regime de acesso aos ofícios “maiores”? Em que sentido se pode dizer que eram ofícios patrimonializados?

Os ofícios da Casa Real eram doados em vidas ou excepcionalmente de juro e herdade. Simplesmente, como os despachos nos mesmos acompanhavam os dos restantes bens da Coroa (onde se incluíam) e Ordens, a tendência era para se perpetuarem nas Casas, tal como os restantes bens. Desta forma, a maior parte dos ofícios antigos da Casa Real foram detidos com bastante continuidade ao longo da dinastia brigantina.¹³ Valha apenas um exemplo. Em Março de 1769 D. José Francisco da Costa e Sousa, que

¹⁰ Cf. Nuno Gonçalo MONTEIRO, “Identificação da política setecentista. Notas sobre Portugal no início do período joanino”, in *Análise Social*, n.º 157, 2001, pp. 961-987, e IDEM, *D. José. Na sombra de Pombal*, 2.ª ed. revista e ampliada, Lisboa, Temas e Debates, 2008.

¹¹ *Revolução anti-constitucional em 1823, suas verdadeiras causas e efeitos*, Londres, 1825, p. 4 (atribuído a Simões Marchiochi e/ou José da Silva Carvalho).

¹² Cf. diversos trabalhos anteriores e mais recentemente José SUBTIL, *Dicionário dos Desembargadores (1640-1834)*, Lisboa, UAL, 2010.

¹³ Cf. Nuno Gonçalo MONTEIRO, *O Crepúsculo dos Grandes...*, cit., pp. 532-534, e Pedro CARDIM, “A Casa Real e os órgãos centrais de governo no Portugal da Segunda metade de Seiscentos”, in *Tempo*, n.º 13, 2002, pp. 13-57.

viria mais tarde a ser o 2.º Visconde de Mesquitela pelo casamento, recebeu de D. José a mercê

“em sua vida da do ofício de Armados Mor, da Comenda de São Vicente da Beira, da Tença de duzentos e cinquenta mil reis no Almoarifado dos Vinhos; de outra de cento e cinquenta mil reis no Almoarifado do Reino do Algarve, de onze mois de trigo no Almoarifado de Azambuja, assim como tudo foi possuído pelo dito seu Tio”.

Com efeito, tinha sucedido na Casa (bens patrimoniais) do tio avô, mas para continuar a referida e a “benemérita memória dos seus ascendentes”, sendo sobrinho, “não poderia conseguir sem que a Minha real Benignidade lhe valesse com a continuação dos Bens da Coroa e ordens, que constituem o esplendor, e ajudam a subsistência da sua Casa”.¹⁴ Em síntese, foi despachado numa vida no ofício da Casa Real, tal como o foi na Comenda e nas tenças. Embora assim se tenham remunerado também quaisquer serviços que ao próprio “possam pertencer”, nunca estes são referidos e a mercê foi concedida, como tantas outras, explicitamente pela “Real benignidade”, para continuação da Casa e “memória dos ascendentes”.

A doação em vidas de outros ofícios principais existiu, mas foi excepcional. O ofício de Regedor da Casa da Suplicação doado em vida em 1510 a um antepassado foi muitas vezes atribuído aos Silvas da Casa de Vagos, mas o caso mais notório é de Governador da Relação do Porto (normalmente unido ao Governo das armas), criado por Filipe II, fora desde 1581 doado por Filipe I à Casa dos Sousas que foi elevada em 1611 ao Condado de Miranda do Corvo. Aliás, o ofício foi formalmente doado em mais quatro vidas por D. Afonso VI (1662) ao 3.º Conde de Miranda (1626-1706), depois feito 1.º Marquês de Arronches (1674).¹⁵ De facto, os quatro primeiros senhores daquele Condado tiveram todos a propriedade do dito ofício, que só foi desempenhado por outros na sua ausência e nos anos subsequentes à Restauração e, sempre, por Grandes ou membros da primeira nobreza. Tanto o Marquês de Arronches como seu irmão, D. Luís de Sousa (1630/1702), arcebispo de Lisboa feito cardeal em 1697, eram membros do Conselho de Estado, e personagens políticas influentes da regência e reinado de D. Pedro II.¹⁶ Tanto o Marquês, como o seu irmão eclesiástico em sua substituição, foram Governadores da Relação e Armas do Porto. Mas como só teve sucessão numa neta e esta numa filha, as vidas extinguiram-se e, com elas, a ligação entre a Casa e o ofício que tinha durado mais de cem anos.

¹⁴ ANTT, Ministério do Reino, Decretos, mç. 17, doc. n.º 25. *Decreto com concessão do cargo de armador-mor e atribuição da comenda de São Vidente da Beira da Ordem de Avis a D. José Francisco da Costa e Sousa*, 1769.

¹⁵ Anselmo Braancamp FREIRE, *Brasões da sala de Sintra*, livro II, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1927, pp. 179-181.

¹⁶ Joaquim Veríssimo SERRÃO (ed.), *Uma relação...*, cit., pp. 26-29.

São particularmente sugestivas os comentários sobre estas matérias nas *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna*, uma crónica política de marca bem conhecida. A propósito de 1669, refere-se que “com pretexto de desterrar do Reino tôda a forma de govêrno castelhano”,¹⁷ o Infante D. Pedro pretendeu mudar a presidência de diversos tribunais. No ano seguinte, quando o 3.º Conde Miranda regressa da embaixada em Madrid “trazia o desejo de ser Governador do Porto” mas “Sua Alteza, por remediar o absurdo, donde nasce aos homens a insolência, lhe tirou a propriedade intrusa, e decretou que fosse trienal, como antes que os Castelhanos tiranizassem o domínio”. E acrescenta: “os governos das praças e dos povos não hão de ser hereditários, hão de ser trienais, não só porque o príncipe possa escolher o sujeito, (...) senão porque quem sabe que o não hão de remover anima-se a proceder como não deve”.¹⁸ Mas contra os prognósticos, o Conde de Miranda acabaria por tomar posse efectiva do Governo do Porto em 1671.

Embora tal pudesse constar de regimentos, só concedidos em poucos casos, estava muito difundida a ideia de que estes ofícios tinham em princípio uma duração trienal. Mais exactamente, parece que muitos dos comentários partiam do princípio de que os governos ou eram trienais, de acordo com o modelo de nomeação dos juízes de fora desde a Idade média, ou eram vitalícios e, portanto, tendencialmente hereditários. No fundo, como acontecia com os ofícios menores. No entanto, não parece que essa presunção tenha fundamento. As fórmulas podiam variar. Por exemplo, no regimento do Governador Geral da Paraíba (1609) dizia-se: “hei por bem e me praz que, enquanto servirdes a dita Capitania, ou eu não mandar outra coisa”, enquanto no regimento do Capitão-Mor General e Governador do Reino do Algarve (1624) se afirma “para nele servires o dito cargo pelo tempo que houver por meu serviço”. Ou seja, os ofícios superiores da monarquia portuguesa ou eram formalmente vitalícios (caso dos da Casa Real) ou o seu provimento tinha, de direito, uma duração indefinida.

No entanto, a ideia de que no essencial os ofícios maiores ou eram vitalícios ou trienais teve uma imensa persistência. Numa memória manuscrita datada de 1803, atribuída a um destacado fidalgo, contra a consolidação das Secretarias de Estado e do “despotismo ministerial”, dizia-se que os Secretários de Estado “até ao tempo do marquês de Pombal foram simplesmente uns canais por onde subiam os negócios à presença do Soberano, presentemente são tudo”, o que teria péssimas consequências pois “com esta trincheira de criaturas revestidas d’autoridade, passa-se a tudo, adquirem-se honras, e riquezas, quartam-se as alçadas dos Tribunais, forjam-se Leis Novas, desprezam-se as antigas, alteram-se todas as formalidades”. A alternativa seria simples: “todos os grandes Cargos deste Reino são trienais por

¹⁷ *Monstruosidades do tempo e da fortuna* (ed. Damião PERES), Porto, vol. II (1669-1671), 1939, pp. 21-22.

¹⁸ *Ibid.*, pp. 85-86.

estabelecimento, seria grande conveniência que o fosse também o de Secretário de Estado”! Deste modo, se poria fim ao despotismo ministerial, reputado “o maior flagelo dos povos”.¹⁹

No Estado da Índia, como depois no do Brasil, pressupunha-se que os governos gerais ou vice-reinado tivessem uma duração de três anos. Na prática, porém, em períodos de instabilidade no Oriente os providos exerciam o cargo menos tempo (alguns por morrerem precocemente no desempenho do cargo), enquanto em situações mais estáveis se ultrapassava em média em vários anos a duração do mesmo.

A escolha dos governadores e capitães-mores obedeceu a modalidades diversas mas, depois da Restauração, a tendência foi para que a selecção fosse antecedida por um “concurso” e ulterior consulta do Conselho Ultramarino. No entanto, tal processo nunca abrangeu os Vice-Reis e Governadores Gerais da Índia e do Brasil - matéria sobre a qual apenas o Conselho de Estado era consultado. Acresce que durante a primeira metade do século XVIII tais concursos foram praticamente desaparecendo, presumindo-se que os Secretários de Estado ou outros passaram a decidir directamente sobre o assunto. Por fim, o abandono do sistema dos concursos no Conselho Ultramarino e a alteração no processo de decisão antes descrito não se traduziu numa plebeização do recrutamento dos Governadores e Capitães-mores que, nas Capitânias principais, manteve e acentuou o seu carácter profundamente elitista.²⁰ Ou seja, existindo ou não concurso, a “qualidade de nascimento” dos candidatos era sempre um factor decisivo que pesava na sua escolha.

III. Comparação

Desde logo, importa identificar até que ponto o cenário conhecido configura uma realidade excepcional em termos europeus ou, ao invés, se situa dentro de um padrão que tem diversos paralelos em outros contextos. Acresce que, dado o peso que conceitos como o de “patrimonialização dos ofícios” têm na bibliografia internacional sobre o tema, parece relevante precisar em que sentido a expressão se deve utilizar no contexto analisado. Consagrada nas historiografias francesa e espanhola está a ideia de que durante a época moderna se venderam numerosos ofícios nobilitantes e destacados nas respectivas monarquias, os quais passaram a ser transmitidos

¹⁹ Marquês de ALORNA, *Memórias políticas* (apresentação de J. NORTON), Lisboa, 2008, pp. 89-93; ao contrário do que se indica nesta edição, é provável que o manuscrito tenha sido escrito pelo 6.º Conde de S. Lourenço.

²⁰ Cf. ROSS LITTLE BARDWELL, *The governors of Portugal's South Atlantic Empire in the seventeenth century: social background, qualifications, selection and reward*, Santa Barbara, University of California, 1974, e Mafalda Soares da CUNHA e Nuno G. MONTEIRO, “Governadores e capitães-mores do Império Atlântico...”, cit., pp. 211-214.

hereditariamente nas famílias que os possuíam.²¹ No caso português, no âmbito considerado, apesar de algumas vezes proposta nunca se verificou a venda dos cargos “principais”, que na maior parte dos casos não eram formalmente vitalícios, tal como a maioria não era ofícios hereditários. O que mais se aproximou das práticas das monarquias vizinhas, para além dos ofícios menores, terá sido a venda de ofícios das alfândegas, ou das secretarias de Conselho principais, como o caso recentemente estudado da venda do ofício de secretário do Conselho Ultramarino.²²

No entanto, apesar de a maior parte dos ofícios principais não terem nunca sido doados em vidas, isso não impediu que quem os desempenhava fosse recrutado dentro de um círculo social extremamente restrito, constituído por cerca de meia centena de Casas titulares e mais algumas outras com eles aparentadas tal como as referências textuais citadas sugerem e a investigação empírica amplamente confirma.²³ Ou seja, sem possuírem a titularidade vitalícia ou hereditária, os ofícios principais eram monopolizados por um pequeno grupo. Poderá supor-se que isto equivale ao tipo de patrimonialização existente nas monarquias vizinhas e em Portugal em muitos dos ofícios menores?²⁴

Em algumas áreas das ciências sociais, encontra-se muito difundida a ideia de que, ao invés da Europa do Norte, “the infrastructures of Latin Europe’s absolutist states (France, Spain, Portugal, Savoy, Tuscany and Naples) where clearly patrimonial in character”, e o principal critério seria o de “property officeholding – often in its most pronounced form (full heritability of office) – dominate across the entire region”.²⁵ A persistência “across much of the continent until 19th century and beyond of patrimonial practices like proprietary officeholding” seria um obstáculo persistente à formação de uma administração efectiva e honesta, que prolongaria o seu legado em outros territórios, como a América latina.²⁶

Muita da reflexão sobre estas matérias gira ainda em torno do legado conceptual da obra de Max Weber. Aí se fala, entre outras coisas, de “patri-

²¹ A bibliografia sobre o tema é quase infindável. Cf. sobre o tema Roland MOUSNIER, *Les institutions de la France sous la monarchie absolue 1598-1789*, 2 tomos, Paris, PUF, 1974-80; Francisco TOMÁS Y VALIENTE, *Gobierno y instituciones en la España del Antiguo Régime*, Madrid, 1982; Francisco ANDÚJAR CASTILLO, *El sonido del dinero. Monarquía, ejército y venalidad en la España del siglo XVIII*, Madrid, 2004.

²² Maria Fernanda BICALHO, “Ascensão e queda dos Lopes de Lavre: secretários do Conselho Ultramarino”, in R. Bentes MONTEIRO; B. FEITLER; D. CALAINHO e J. FLORES (orgs.), *Raízes do Privilégio. Mobilidade social no mundo ibérico do Antigo Regime*, Rio de Janeiro, 2011, pp. 283-315.

²³ Cf. as referências das notas 1, 2 e 3.

²⁴ Cf. Neste mesmo livro o texto de Roberta STUMPF, “Formas de venalidade de ofícios na monarquia portuguesa do século XVIII”.

²⁵ Thomas ERTMAN, *Birth of the Leviathan. Building States and Regimes in Medieval and Early Modern Europe*, Cambridge, Cambridge University Press, 1997, p. 9.

²⁶ *Ibid.*, p. 321.

monial burocracies” e também de “local patrimonialism”.²⁷ Mas será que o recrutamento de oficiais em um círculo fechado social e familiar é o mesmo que patrimonialização? Se a resposta for positiva, então o modelo de referência é o “patrimonialismo local” e o exemplo que o próprio Weber fornece é o da Inglaterra e do seu governo local, dominado até ao início do século XX pelas mesmas famílias da *gentry* local. Ou seja, nada permite associá-lo a uma marca específica da Europa do Sul.

Acresce que a historiografia recente tem vindo a destacar que na Europa do século XVIII, apesar da chamada “revolução militar” e do recrutamento de burocratas com outras origens sociais, as velhas elites nobiliárquicas tinha um peso muito maior do que o que se presume. No caso da Prússia, por exemplo, existia um esforço bem conhecido para recrutar membros das nobrezas antigas para as elites militares.²⁸ E no Reino Unido o peso da aristocracia na elite política, diplomática e militar era maior e prolongou-se mais tempo na época contemporânea do que na maior parte dos territórios do Continente.²⁹ Certamente, uma alta nobreza tão fechada e com uma relação tão estreita com a administração central da monarquia é relativamente excepcional. Mas, de modo algum, configura um padrão típico da Europa do Sul.

Valerá a pena, naturalmente, discutir a cronologia do processo e, em particular, em que medida constituiu ou não uma marca peculiar da dinastia brigantina. E, também, importa debater em que medida os modelos aplicáveis aos “ofícios maiores” se podem decalcar para os menores ou se, pelo contrário, os universos institucionais considerados são efectivamente duais. Foi esta última a opinião que aqui se adoptou.

²⁷ Cf., entre as múltiplas edições, Max WEBER, *Economia y sociedad*, México, 1944.

²⁸ Para uma panorâmica geral, cf. H. M. SCOTT e Christopher STORRS, “The Consolidation of Noble power in Europe, c.1600-1800”, in Hamish SCOTT (ed.), *European Nobilities Western and Southern Europe*, 2 vols., London, Palmgrave Macmillan, 2006.

²⁹ Dimensão que se prolongou até a início do século XX, em muitas matérias, e sobre a qual existe uma extensa bibliografia.

OBSERVAÇÕES PARA O ESTUDO DAS NOMEAÇÕES DOS POSTOS MILITARES

FERNANDO DORES COSTA

Centro de Estudos de História Contemporânea / Instituto Universitário de Lisboa

I.

Neste texto não se apresentam resultados de uma investigação sistemática sobre as nomeações para os postos militares, mas apenas algumas observações para o estudo desses provimentos durante a chamada era moderna, mais exactamente, o período entre o governo de Pombal e a Guerra Peninsular. Essa futura investigação será certamente longa, minuciosa e por isso penosa. O que apresento aqui são anotações que sobre este tema se foram impondo ao longo da investigação feita sobre as relações entre a sociedade e a formação do exército centrada no período 1763-1807.¹

Os postos militares têm a característica de não serem hereditários e, conseqüentemente, de regressarem periodicamente a um acto “livre” de nomeação de um novo detentor. Poder-se-ia imaginar que seriam por isso, hipoteticamente, ao consagrarem os que se tinham notabilizado por qualidades pessoais, um local de grande dinamismo social. Desde os autores da Antiguidade que se explicitava a incompatibilidade entre a herança dos postos e a direcção dos homens em armas: nada garantia que os filhos tivessem as qualidades dos pais. A condução e a preparação do embate entre formações armadas exigem o domínio de uma “arte” e uma “frieza” que não se garante pelos antepassados. Esta era porventura a mais expressiva manifestação da dificuldade que sempre acompanhava a nobreza – enquanto uma representação, socialmente organizadora, de uma presença de homens de uma outra natureza entre os seres comuns. Os acidentes da reprodução e

¹ Fernando Dores COSTA, *Insuubmissão. Aversão ao Serviço Militar no Portugal do Século XVIII*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2010.

da transmissão do legado entre gerações impediam que se consolidasse a imagem dessa outra natureza pois também eles estavam sujeitos aos “acidentes” dos mortais. A educação dada aos jovens fidalgos destinar-se-ia a dar-lhes uma persistência e uma segurança em si próprios, mas os resultados eram incertos. Para mais, a guerra era, nas palavras do conde Lippe, cada vez mais uma “ciência” e não uma “arte”. Soberano de um minúsculo condado alemão e frequentador da Corte de Londres, homem culto do seu século, investigador de temas de fortificação e de balística e de muitos outros assuntos militares e políticos recolhidos nos seus escritos, tentava iniciar a educação da nobreza portuguesa, durante a sua missão nos anos 1762-1764, persuadindo-a sobre a necessidade de obter conhecimentos “científicos” e não apenas da “arte do mando”, confluindo com a preocupação manifestada nessa altura pelo futuro marquês de Pombal perante uma alteração do risco de uma nova guerra.²

O traço contrastante entre a monarquia portuguesa e a hispânica³ quanto à venalidade nos ofícios militares, desde que esta foi revelada, ocupou naturalmente grande atenção entre os historiadores desta época em ambos os países, confrontados com um traço de disparidade flagrante em duas culturas políticas tão próximas. A venalidade escondia-se e há que procurá-la, mas até agora nenhuma fonte nos indicou que tivesse lugar no caso de Portugal. Para mais, parece improvável que escapasse a um autor tão marcadamente crítico como, nos primeiros anos do século XIX, o morgado de Mateus.⁴ Temos de ponderar a possibilidade de a compra poder apresentar-se de forma mais complicada. Um passo do texto chamado “Testamento político de Richelieu” deve levar-nos a considerar que a ausência de sinais de uma compra de postos à Coroa não permite concluir que a compra não se fizesse, envolvendo vendedores informais na cadeia administrativa. A questão estaria na identificação do vendedor.⁵ Se não houvesse uma venda mais ou menos visível pelos oficiais do poder régio, haveria uma venda informal e invisível pelos intermediários. Temos algumas cartas que comprovam o jogo de influências para a colocação de indivíduos em postos: os autores das cartas “lembram” este ou aquele nome para certos lugares. A prática é de tal modo evidente na comprovação do que esperávamos que se verificasse que nos poderia levar a considerar eficaz o que era, pelo excesso, apenas uma rotina sem grande valor. Aqueles que recebiam a “sugestão”, só a acolhiam se devessem favores aos seus interlocutores. Mas, receberiam uma “retribuição” os que correspondiam ao favor solicitado? Onde termina a “venalidade dos

² *Ibid.*, pp. 267-272.

³ FRANCISCO ANDUJAR CASTILLO, *El sonido del dinero: monarquía, ejército y venalidad en la España del siglo XVIII*, Madrid, Marcial Pons, 2004.

⁴ Fernando MAYA (compil.), *Subsídios para a história militar de Portugal*, Lisboa, Typ. Universal, 1904.

⁵ Diogo Pires AURÉLIO (ed.), *Testamento Político de Richelieu*, Lisboa, Temas e Debates, 2008, p. 171.

ofícios” e começam as ofertas – as ofertas puramente “pessoais” e “espon-tâneas” – entre “particulares?” Nas cartas, diz-se que os postos foram obtidos por meio de “favores”: era apenas a voz maledicente dos despeitados?⁶

Num campo, existe em Portugal uma forma peculiar de “compra” de postos na cavalaria: o indivíduo que reunisse determinado número de cavalos receberia a patente de capitão de cavalos. No início do século XVIII, esta compra da patente passava pelo Conselho de Guerra e incluía a negociação dos poderes que o futuro capitão queria obter e que a administração régia (pelo menos nos casos que conheço) acabava por recusar: nomeação dos oficiais, impossibilidade de reformação da companhia, definição do local de aquartelamento. Por outro lado, o candidato a capitão teria de ser considerado (pelo menos processualmente) militarmente capacitado por alguma experiência para o exercício do seu posto, não podendo aparentemente ser um qualquer indivíduo endinheirado (a compra de 40 cavalos, por exemplo, era uma avultada despesa) a adquiri-lo.

Outro aspecto há muito assinalado no exército é a persistente hegemonia da primeira nobreza.⁷ Também neste ponto parece haver uma especificidade da monarquia portuguesa: o apego aos postos máximos da hierarquia militar. Recorde-se que estamos perante um exército que não combate com frequência, é periférico no sistema europeu e mesmo nos espaços extra-europeus funciona como sistema de circulação intercontinental de alguns indivíduos de origem europeia, mas sem que haja a formação de exércitos para além das guarnições de praças. Por outro lado, esta persistente hegemonia dos fidalgos poderia não ter uma grande importância militar já que a eficácia disciplinar residiria sobretudo na acção dos segundos comandantes. A autoridade social era o papel dos primeiros, comunicando idealmente a máxima honra à pertença às fileiras. Isto deveria chamar – “naturalmente” – os homens nobres às fileiras, algo que parecia estava longe de se verificar.

Em vez de uma nobreza segunda que ocupasse os postos intermédios e reconhecesse os homens da nobreza primeira nos lugares do topo, vários testemunhos apontam para o preenchimento da oficialidade intermédia do exército com os “criados” das casas. Um deles aponta-o como um capricho da primeira nobreza: uma reforma completa do exército retirar-lhe-ia os meios para a sustentação de um grande número de “criados”, o que era a sua “ vaidade favorita”.⁸ Nunca saberemos se o episódio do oficial que servia à mesa de um fidalgo que supostamente foi presenciado pelo conde de Lippe ocorreu ou se foi construído como uma fábula organizadora: aquele tipo de situação não era aceitável do ponto de vista da “sociedade militar” e não

⁶ Por exemplo, as cartas de D. Pedro Manuel de Vilhena para o tio, Arquivo Histórico Militar (AHM), 1-7-1-43; Fernando Dores COSTA, *Insubmissão...*, cit.

⁷ Nuno Gonçalo Freitas MONTEIRO, *O Crepúsculo dos Grandes*, Lisboa, INCM, 1998, pp. 540-543.

⁸ Fernando Dores COSTA, *Insubmissão...*, cit., p. 250.

seria permitida. Não era o indivíduo que estava em causa, mas a referida “sociedade” que, por natureza, deveria escapar a qualquer tarefa degradante e “mecânica”. Os diagnósticos coetâneos das relações sociais do interior do exército português incluíam a denúncia de uma excessiva proximidade entre oficiais intermédios e inferiores⁹ e soldados, imposta em primeiro lugar pela remuneração insuficiente e incerta dos oficiais. Tudo aponta para que esta fosse uma actividade que apenas ocupava os homens a tempo parcial. O atraso nos pagamentos de soldos vai nesse sentido, sendo improvável que se pudesse sobreviver sem os meios obtidos através de outras actividades. Por isso mesmo, encontramos os soldados que trabalham fora dos quartéis ou se dedicam ao contrabando e oficiais que são alfaiates.

A investigação sobre esta crucial questão dos “criados” que permitisse comprovar que correspondia a uma prática confronta-se com uma dificuldade metodológica: a escassa informação sobre estes homens comuns e sobre a sua efectiva posição social. Onde se encontram as fontes que possibilitem comprovar essa *efectividade*? Quando esses homens ascendem, mentem sobre o seu passado ou, pelo menos, omitem as “máculas sociais”. Não é a essa actividade que se chama genealogia, a invenção de uma origem honrosa?

A noção de “criado” coloca problemas por si mesma e apenas esta investigação permitiria delimitar o seu alcance social. “Criado” é o protegido, educado sob a égide e membro de um séquito; é também serviçal, no sentido corrente no século XX. Quando, no início do século XIX, se criaram novos tributos que incidiam sobre os consumos e objectos de luxo, um deles recaiu sobre os criados, mas foi necessário explicitar o domínio a que se referia. Não apenas não compreendia as mulheres, incentivadas a substituírem os homens em algumas ocupações, mas não abrangia, na letra da lei, “os Caixeiros, Escreventes, Praticantes e outros desta qualidade, que não forem Criados de luxo, mas entrarem na Classe de Aprendiz, Officiaes, Agentes, Moços de Padeiros, Moços de Fornos e Remeiros”.¹⁰ Grande era o leque de situações que poderiam ser abarcadas pela noção de “criado”.

“Colocar homens” é o poder social por excelência. “Colocar” é garantir a subsistência quotidiana (pelos meios a que dá acesso) e o estatuto social (talvez perdurável como “capital” transmissível aos descendentes) de um indivíduo e produzir desta forma um “obrigado”. É um acto de “criação”, um acto de arbítrio, apenas dependente da “boa vontade” e do “acolhimento no séquito”, é um acto de um pequeno rei, mesmo de um pequeno “deus das coisas terrenas”. Sabemo-lo do estudo das casas senhoriais e este uso dos

⁹ Os oficiais de patente de um regimento de infantaria era o coronel, o tenente coronel, o sargento mor – por vezes designado apenas por major – os capitães, tenentes e alferes; são oficiais inferiores, os sargentos, furriéis, porta-bandeiras e cabos.

¹⁰ Fernando DORES COSTA, *Crise financeira, dívida pública e capitalistas (1796-1807)*, dissertação de Mestrado em Economia e Sociologia Históricas, Universidade Nova de Lisboa, 1992, p. 110.

postos intermédios seria o seu prolongamento. Recorde-se a interdição dos conselheiros de guerra, definida logo após a criação do Conselho, no início da década de 1640, após a aclamação de D. João IV, em votarem nos assuntos respeitantes aos seus familiares como publicitação destas redes de cumplicidades e de interesses que guiavam os homens antes de tudo o mais e até ao confronto mortal. A amizade/inimizade comanda as decisões. A escassez de postos era provavelmente uma fonte de problemas face ao volume da procura imaginada. Na correspondência corrente deparamos (como disse) com a referência banal aos empenhos, pelo que eventuais séries suficientemente longas de cartas podem ser metodologicamente úteis. Contudo, sempre suspeitamos que a maioria dos empenhos se fizesse oralmente, não deixando sinais.

Curiosamente, foi a partir do interior do exército que alguns elementos ilustrados apresentaram, no final do século XVIII, a luta de “classes” que se aí se manifestava. A luta era entre o “mérito” e a “herança”. Esse debate foi curiosamente referido por um autor insuspeito como Jorge Borges de Macedo¹¹ num texto polémico contra o uso “marxóide” da noção de “classe”. Tratava-se de demonstrar que a capacidade pessoal era socialmente reconhecida e que havia homens que ascendiam em função dela e, conseqüentemente, que as “classes” não estavam fechadas. Na verdade, isto apenas poderia afectar usos marcadamente caricaturais e intelectualmente indigentes da noção de “classe”.

Esse debate sobre a legitimidade do exercício dos postos do exército do final do século XVIII abarcou a redacção de memórias notáveis como a de Vicente António de Oliveira,¹² ele próprio de muito provável origem plebeia e que, a partir de uma actividade militar tradicionalmente plebeia, a artilharia, ascendeu lentamente até ao topo.¹³ O tema central da memória de Oliveira é o efeito de paralisação do incentivo à ambição de diferenciação social introduzido pela hereditariedade da nobreza. Esta forma de transmissão do estatuto impelia à inactividade dos herdeiros e retirava aos homens que se querem evidenciar pelos seus méritos pessoais o desejo de o fazerem, pois os caminhos se encontram bloqueados pela transmissão esperada da primeira nobreza. Isso desincentivava os homens a ascenderem por suas qualidades próprias. Previa Oliveira que, no seu sistema reformado, a autoridade dos oficiais sobre os seus homens se reforçasse pois neles veriam homens que haviam chegado aos postos pelas suas qualidades próprias.

As questões metodológicas que se levantam pelo estudo dos postos militares seriam pois, em primeiro lugar, se dispomos de fontes que nos per-

¹¹ Jorge Borges de MACEDO, “Para o encontro de uma dinâmica concreta na sociedade portuguesa (1820-1836)”, in *Revista Portuguesa de História*, n.º 17 (1977), pp. 245-262.

¹² Fernando Dores COSTA, “O bom uso das paixões: caminhos militares na mudança do modo de governar”, in *Análise Social*, XXXIII (149), 1998, pp. 969-1017.

¹³ José Justino Teixeira BOTELHO, *Novos subsídios para a história da artilharia portuguesa*, Lisboa, Comissão de História Militar, 2 vols., 1944-48.

mitam uma “classificação” (numa quantidade relevante) dos homens que ocupam, além dos postos superiores, os postos intermédios; em segundo lugar, se dispomos de fontes que permitam relacionar os intermédios com as “zonas de influência social” dos homens “de cima”, comprovando que há um emprego “tradicional” dos seus “criados” (sendo isso uma fonte de má qualidade do exercício); em terceiro, se dispomos de fontes que permitam alguma fundamentação para a alegação de que estes homens que são provenientes da (segunda e/ou recente) nobreza e da plebe e não da fidalguia (e da nobreza que a copia) comunicam de forma diversa, mais eficaz, com os seus subordinados e ocupam de forma mais intensa (“profissional”) os seus postos?

A conjugação de informação de várias origens permitirá alguma informação que será mais ou menos rudimentar, a saber, os processos de habilitação às ordens militares (sobre os quais me referirei brevemente em seguida); os processos individuais dos oficiais existentes no Arquivo Histórico Militar; os decretamentos e decretos de serviços; as correspondências pessoais para a comprovação do uso das “influências”; por fim, os arquivos de casas fidalgas cujos titulares detivessem postos militares e onde seja eventualmente possível encontrar as trajetórias dos seus “criados”.

II.

A conjugação de informação é uma orientação que se deve ensaiar, tentando suplantar de outro modo as falhas nas fontes de qualidade. Fontes privilegiadas, pela qualidade da informação que podem permitir, são, como se sabe, as habilitações às Ordens militares.¹⁴ Quando não temos a desventura de os candidatos serem dispensados das provanças, a informação pode ser muita e incluir o desvendamento de “segredos” que, por constituírem “máculas sociais”, não seriam de outro modo desvendados. Mas em muitos casos não dispomos, por razões que podem ser várias, de um processo de habilitação. Por outro lado, na sequência da reforma das Ordens militares foi suprimido, a partir de 1792, o processo de habilitações com os passos anteriores e criou-se uma rotina burocrática na obtenção dos hábitos.¹⁵ As habilitações da Ordem de Avis depois de 1790, quando essa Ordem renasce, não fornecem qualquer informação sobre os indivíduos, as mercês sendo o resultado automático da ocupação de determinados postos ou cargos. A série das habilitações na época anterior possibilita, pelo contrário, informação por vezes detalhada de uma pequena parte dos oficiais superiores. Outros não constam dos ficheiros – por falha na série documental ou,

¹⁴ Sobre as Ordens militares: Fernanda OLIVAL, *As ordens militares e o estado moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*, Lisboa, Estar, 2001.

¹⁵ *Ibid.*, pp. 509-512.

porventura, por desinteresse por uma tão banal distinção – ou são dispensados, por já terem antepassados que haviam sido habilitados, restando neste caso a parte pessoal, ou ainda dispensados por completo, por determinação régia, alegando-se a urgência de se apresentarem publicamente com o hábito da Ordem.

Dos 15 marechais de campo que não pertenciam à nobreza titular na lista publicada no *Almanaque de Lisboa* de 1782, apenas encontrei cinco habilitações. Além da dúvida quanto a alguns estrangeiros, a origem plebeia é provável no caso do célebre Bartolomeu da Costa, fundidor da estátua de D. José, que foi dispensado de provanças. De trinta nomes de brigadeiros, apenas treze processos foram encontrados. À primeira vista, sobre nenhum deles esse levantaria alguma dúvida, pessoal ou familiar, quanto às condições para obtenção da mercê.

Recorde-se que o processo de habilitação, até ao momento em que as provanças passaram a ser sistematicamente dispensadas, revelava um conflito entre duas legitimidades. O rei fazia mercê do hábito de uma Ordem, mas para que esta se tornasse efectiva tinha de passar por um crivo que poderia constituir uma espécie de “supervisão aristocrática” às decisões régias, já que poderia deste modo “emendar” mercês feitas a indivíduos que as não deveriam idealmente receber.

Entretanto, encontramos alguns casos de indivíduos que são de origem manifestamente plebeia e que ascenderam a postos tão elevados como o de coronel. Um caso é o de Francisco Brunete¹⁶ que por despacho régio de 3 de Outubro de 1764, em “satisfação dos referidos Serviços obrados”, a saber, na infantaria da capitania de Grão Pará e na praça de Cascais durante doze anos e oito meses, de 6 de Outubro de 1751 a 15 de Abril de 1764, como soldado, cabo de esquadra, sargento, alferes, tenente, capitão e sargento-mor, recebia a mercê do hábito de Cristo com oitenta mil réis de tença e a faculdade de renúncia. Mas a habilitação era desfavorável. Assim se concluía em 17 de Abril de 1765 que:

de Suas provações constou ter as partes pessoaes, e Limpeza necesaria. Porem que o Pay teve Caza de Pasto nesta Corte, o avo Materno trabalhador de todo o Serviço, e servindo também algum tempo de Tanoeiro, a May de Segunda condição, a avo Materna mulher de todo o serviço de caza fora, E por estes impedimentos se julgou por impedido para entrar na Ordem.

Tal como muitos outros indivíduos reprovados no inquérito sobre os requisitos, Francisco Brunete recorreu para o rei:

com huma petição allegando que elle fora despachado pelos seus próprios Serviços feitos no Militar até ao posto de Sargento mor [...] E porque os impe-

¹⁶ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Habilitações da Ordem de Cristo (ANTT/HOC), Letra F, maço 3, número 13.

dimentos não Erão Sordidos, e tinhão acabado por ter falecido Seu Pay, Esperava da Real grandeza de V. Mag.e a graça de dispensa de q. necessitava, E que V. Mag.e Costuma Conceder.

Sublinhem-se as clivagens presentes nos argumentos: entre o carácter pessoal dos serviços que permitiam que se chegasse a um tão elevado posto e uma herança que tardiamente se apresentava como obstáculo; entre impedimentos sórdidos e outros; terem terminado com a morte do pai, havendo pois impedimentos actuais e os que deveriam ser esquecidos.

Francisco Brunete nascera em Lisboa, tinha trinta e cinco anos em 1765, e iniciara a actividade militar com cerca de vinte e um anos de idade, era solteiro, filho legítimo de Peregrino Brunete, que morou à Boa Vista, onde tinha casa de pasto e onde assistia. Nos seus primeiros anos teria sido estudante de gramática e depois passara ao Pará, onde buscara o serviço militar. O seu ponto de partida ascensional era extra-europeu. Uma explicação era dada para a sua progressão:

pello seu bom prosedimento se fes digno de que o Capitam general, o Ill.mo e Ex.mo Francisco Xavier de Mendonça o puchou a offical e pasando com elle a esta Corte Se agregou ao regimento de goarnição da Praça de Cascais com o qual Seguindo os mais postos chegou ao de Sargento mor em que prezentemente serve Sem que tivesse outro exercicio.

Brunete é pois uma criatura de Francisco Xavier de Mendonça: foi este que o puxou a oficial e já em Portugal o agregou à praça de Cascais, da qual chegará a ser coronel. O caso Brunete ilustra deste modo a promoção de um “criado”. Exemplifica a possibilidade de um plebeu ascender a postos superiores do exército sob a protecção de um poderoso. Podemos deste modo considerar a hipótese destes poderosos demarcarem a sua influência social pela ocupação dos postos por criaturas suas. Independentemente de uma impossível avaliação do mérito pessoal de Brunete, a sua progressão dependeu de um poderoso e, conseqüentemente, pela ocupação da sua “região” de colocação de criaturas (eventualmente em competição com outros poderosos, admitindo que haveria sempre nobres de segundo plano que procuravam postos) ou então de um desinteresse dos nobres pela tarefa quotidiana de vigilância e adestramento dos homens. Tomar o caso Brunete como “abertura aos homens que se afirmam pelo mérito” seria uma ingenuidade.

Outro exemplo é o de Henrique José de Figueiredo,¹⁷ remunerado em 27 de Janeiro de 1775 pelos serviços feitos, tendo sido capitão do regimento extinto de voluntários reais, com a mercê do hábito de Cristo com quarenta mil réis de tença efectiva. Também ele é considerado impedido de ingressar na Ordem já que o pai fora sapateiro, o avô materno almocreve, a mãe e a avó maternas de segunda condição, segundo o relatório de 30 de Março de

¹⁷ ANTT/HOC, Letra H, maço 4, número 3.

1775. Era filho de Manuel dos Anjos que fora sapateiro de Cascais e depois meirinho dos clérigos, ocupação que já não exercia à data da habilitação. Uma testemunha declarava que Henrique José de Figueiredo servira no regimento de Cascais até sargento, passando na campanha (de 1762) para o dos Voluntários Reais e depois despachado para os “Brasis”, não sabendo com que posto, dizendo-se que era capitão nos Voluntários. Outra testemunha afirmava que “a May sempre fora recolhida” preocupação que se encontra frequentemente para diferenciar as mulheres de lojistas (admitindo-se implicitamente que o recolhimento era no seu caso mais difícil). Um advogado da vila referia que o pai fora criado do seu irmão, actual chantre de Portalegre, depois sapateiro e mais tarde meirinho; ouvira que o avô materno fora almocreve, “porem sempre foram bem reputados”. A ascensão de Figueiredo ter-se-á feito durante a campanha de 1762, passando de sargento para capitão dos Voluntários e depois passando ao Brasil. Na instrução militar para Martim Lobo de Saldanha, governador e capitão general da capitania de S. Paulo, era mencionado como tendo sido nomeado tenente-coronel da legião de que seria coronel o próprio governador e encarregado pelos seus superiores da disciplina daquele corpo desde a sua formação.¹⁸ Outros coroneis de que encontrei a respectiva habilitação pertencem já a uma segunda geração, filhos de plebeus que subiram no interior do exército. É o caso de Bartolomeu de Sousa e Brito Tigre, filho de um tenente-coronel de incontável origem plebeia, José da Silva Tigre. Bartolomeu era já capitão quando, em 1758, recebeu a mercê do hábito de Cristo.¹⁹ A “mácula social” denunciada pela habilitação era evidente: o pai, nos seus princípios de vida, “tinha parte em hum Prezepio que falava, não Só Em Caza, mas tambem [em] Romarias por dinheiro”. O avô paterno constava que fora “agulheiro” e o materno “andava vendendo Sacos de Carvão e depois fora contratador do mesmo genero”. A mãe e avó eram mulheres de “Segunda Condição”.

Em 1779, o coronel Bartolomeu Tigre requereu a satisfação dos seus terceiros serviços. Obtivera anteriormente os despachos de dois hábitos e duas tenças de trinta mil réis por quinze anos de serviços até tenente de infantaria e por doze anos, cinco meses e três dias até capitão. Os serviços terceiros referiam-se a oito anos, seis meses e três dias (1760-1768) no Alentejo, na Corte, na campanha da “Ultima Guerra” e nas ilhas de Cabo Verde e Bissau nos postos de sargento-mor, tenente-coronel e coronel governador das ditas ilhas, sendo em 1768 coronel com assento na primeira plana da Corte. Lembrava mais detalhadamente que no ano de 1762, sendo sargento-mor, fora levantar gente de novo para soldados à comarca de Avis para o regimento de Elvas e para os de artilharia. Depois da campanha, fora provido no posto de coronel com o governo das ilhas em 11 de Setembro de 1763, e servira durante três anos. Tinha acompanhado o desembargador

¹⁸ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, volume 4, p. 355.

¹⁹ ANTT/HOC, Letra B, maço 3, número 16.

Carlos António na prisão dos jesuítas durante sete meses e prendera os régulos que tinham morto o ouvidor das ilhas de Cabo Verde e fizera conduzi-los à Corte.²⁰ Em Bissau, expedira gente para a construção da fortaleza da ilha, conduzira os mantimentos e aprestos dessa obra e guarnecera a ilha de Bissau com armamentos à custa da sua fazenda. Reclamava a “pacificação” de Cabo Verde e a protecção das autoridades eclesiásticas. Em 1789, dez anos depois, este pedido ainda não fora despachado e foi reformado, ou seja, passou à inactividade, eventualmente com o gozo de meio soldo. A reclamação de remuneração passou depois aos herdeiros.

Outro caso é o de Vicente Ferreira da Silva,²¹ natural da vila de Moura, onde era morador, filho legítimo de Pedro Mendes da Silva, coronel de infantaria e governador que havia sido da praça de Moura, natural da vila de Avis, e de sua mulher D. Mariana Josefa do Carmo, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Amareleja, termo de Moura. A admissibilidade de Vicente à Ordem de Cristo era contrariada porque segundo o relatório de 27 de Março de 1753:

o Pay foi no Seu principio muzico, e depois Coronel de Infantaria, e Ultimamente Governador da praça de Moura; o avô paterno tambem Muzico, e avo paterna vendedeira de Couzas Comestíveis, e por estes impedimentos Se julgou por inhabil para entrar na Ordem.

Interessante é a trajectória do pai Pedro Mendes da Silva, de músico, filho de músico e de vendedeira, até coronel e governador da praça de Moura, cujos serviços de 1667 até 1722 foram relatados em documento, de 26 de Agosto de 1726, anexo à habilitação do filho, que merece ser citado. Os serviços haviam sido feitos durante um ano:

em praça de Soldado de Cavallo e infante e nos postos de Alferes e Ajudante Sargento e Capitam de infantaria Sargento mor com exercício, emtretido Tenente Coronel com exercício e reformado e Ultimamente Governador da Praça de Moura em que ficou continuando com patente de Coronel de Infantaria. No anno de 667 Se achar no rendimento [*sic* – i.e. rendição] da vila de Cortejana que foi Saqueada tirandosse della hum concideravel despojo. No de 1686 Sendo Ajudante, hir com o seu 3.º da Província do Alemtejo [em] socorro do Reyno do Algarve assistir nelle o tempo de quatro mezes e meyo. No de 1691 acompanhar o Seu Mestre de Campo a Cidade de Beja a Levantar gente [...] No de 692 Sendo Capitam Se embarcar com outenta Soldados do seu terço na fragata Santa Clara a Correr a Costa e andar nella mais de quatro mezes, no de 693 hir da praça de Moura com o seu terço ao Reyno do Algarve a guarnecer a Vila nova de Portimão no de 695 voltar ao dito Reyno a assistir na Cidade de Lagos.

²⁰ Sobre a revolta em Cabo Verde e a acção de Tigre: *História Geral de Cabo Verde*, volume III, 2002, pp. 315 e ss.

²¹ ANTT/HOC, Letra V, maço 1, número 6.

O que está em causa é a remuneração destes serviços do pai de Vicente. O seu recurso alega precisamente que fora despachado pelos de seu pai até ao posto de coronel e governador de Moura “e porque os impedimentos que lhe rezultarão não era rigorosa Mecanica” recorria ao rei para que fosse servido:

dispensalo, em attensão a Ser despachado pelos Serviços de Seu Pay, e o Supp.e estar Servindo a V. Mag.e no posto de Sargento [mor] no mesmo Regimento de Moura e ter dezanove annos de Serviço, e no tempo que [...] nascera já Seu Pay era Coronel, e Governador de Moura, e os mais avos e ascendentes erão nobres pois Se tratavão Com Limpeza, e porque Se acha fameliar do Santo officio.

Novas clivagens se denunciam nestes argumentos: a mecânica rigorosa e outra que o não seria; os serviços do pai mas também o tempo de serviço do filho; o facto de na altura do nascimento o pai já ser coronel; a nobreza como um “tratamento com limpeza”, a encenação de um estatuto que molda a opinião e em que pouco conta o passado. O despacho favorável ao suplente foi dado em 23 de Julho de 1753.

Outro aspecto que as habilitações revelam prende-se com a promoção rápida porque ter o hábito de cavaleiro de uma Ordem constitui condição prévia ao oferecimento para a ocupação de postos nos domínios. É o exemplo de Manuel António Tavares²² sargento-mor quando recebe o hábito, com cerca de 26 anos, casado, baptizado na freguesia de Almargem do Bispo, morador na Junqueira mais tarde promovido a coronel. Afirma a primeira testemunha:

q. fôra deste Reino para o de Angolla, onde lhe Consta Servira a S. Mag.e no Militar, chegando ao posto de Capitão de Infantaria, e Voltando à Corte de Lx.^a hé morador neste sitio e está despachado no posto de Sargento mor para voltar para o dito Reino.

Em 1795, sendo coronel do regimento de infantaria de Angola, foi-lhe levantado processo de cujas acusações foi ilibado.²³

As habilitações à Ordem de Cristo revelam também nascimentos fora do casamento. É o caso de D. Diogo Soares de Noronha (coronel em 1782),²⁴ filho de João Pedro Soares de Noronha, de cujas provanças constou ter a limpeza necessária, porém ser “filho adulterino de João Pedro Soarez de Noronha a May Comcubina do mesmo e hoje se acha Religioza em S. Mónica, o avo materno carpinteiro de Seges e a avo Materna mulher de segunda Condição”. Recorrendo, alegava que eram por via materna os impedimentos e a mercê do hábito que fora concedida para ir servir no “Estado

²² ANTT/HOC, Letra M, maço 20.

²³ *Academia das Ciências, Manuscritos da Série Azul*, n.º 34, p. 16.

²⁴ ANTT/HOC, Letra D, maço 12, número 93 (1738).

da Índia” com a praça de soldado. Pedia dispensa por estar “parte tão remota”. O parecer é favorável à dispensa por estar “Servindo na Índia aonde foi Servir voluntariamente”. Uns anos mais tarde, será, já em Portugal, coronel do regimento de infantaria dito de Lippe. A “mácula” não impediu a sua progressão.²⁵

A circunstância de estes casos “interessantes” pela sua irregularidade se detectarem aparentemente apenas com indivíduos que não progrediram além do posto de coronel levanta a dúvida metodológica sobre a definição do campo de investigação até ao posto de brigadeiro. Para mais, este parece ser o posto honroso a que ascendem apenas uma parte dos coronéis à beira da reforma.

Improvavelmente se encontrarão fontes com este tipo de riqueza informativa dos pormenorizados processos de habilitação, mas a conjugação de informações constantes das fontes acima referidas poderão talvez permitir a composição densa de “biografias” e, em consequência, a fundamentação de padrões sociais no interior do grupo dos oficiais superiores.

III.

Os trabalhos sobre “história social” encontram-se centrados na questão da chamada “mobilidade social”. O tema está historicamente marcado pela oposição entre “fechamento” e “abertura ao mérito” que caracterizariam *grosso modo* as épocas “moderna” e “contemporânea”. Embora criticada, a perseguição deste contraste subsiste. Por um lado, a preocupação dos estudos de história “social” tem sido a ascensão social e não a queda – mas, em termos “sociológicos”, o que importa é o “saldo” entre os dois movimentos. O renascimento recente do interesse pelas “elites” inclui a legitimação da diferenciação social e sobretudo a sua “naturalidade”.

Por outro lado, os estudos tendem a tomar os grupos como “universos” de análise. Como alguém escrevia em relação à época medieval, os historiadores estudam sobretudo a “nobreza” e, na medida do possível, os “camponeses”, mas poucas linhas dos seus livros se referem à relação entre eles, ou seja, à autoridade (aqui tomada como o reconhecimento “espontâneo” da superioridade como “natureza”) e ao uso da coacção. Ora, este é o ponto crucial. Que papel tem a autoridade? Qual o da coacção? Em que ponto predominam as rotinas sociais e o “fatalismo”?

A detecção de casos de “mobilidade social ascendente” pode ser interpretada à luz da metáfora do “hotel” de Schumpeter (que tinha aliás um

²⁵ D. Diogo Soares de Noronha é uma das personagens que o marquês de Resende inclui na sua *Pintura de outeiro nocturno...*, Lisboa, 1868, p. 16, ao qual se atribui jovialidade e a significativa máxima de que as leis militares se aplicam, na guerra, todas, na paz, algumas, e no dia do Corpo de Deus, nenhuma.

óbvio propósito politicamente polémico).²⁶ Mais do que uma continuidade da transmissão geracional e longa dos lugares ocupados, haveria uma renovação dos ocupantes dos “quartos” do hotel. Nesse caso, não importaria tanto compreender quanto tempo os ocupantes dos “quartos” neles permaneceriam ou se eram frequentemente substituídos por outros ocupantes (vindos de um nível abaixo), importaria antes saber, por um lado, qual a “lei” que determinava o número de “quartos” e se este evoluía e, por outro lado, de que modo os “ocupantes” afirmavam de modos diferentes a sua autoridade. O que nos interessa não é tanto saber se há alguns elementos que, não tendo nascimento notável, ascendem aos postos mais elevados, antes se isso se encontra associado a um diferente modo de governo dos homens. O reconhecimento desta ascensão por mérito e não por rotina social constituía por si mesmo um factor de legitimidade do mando? Este tipo de ascensão está associado a uma presença mais frequente dos oficiais superiores (que geralmente não aconteceria) junto dos seus homens e a uma preocupação com a sua disciplina? Neste ponto, a questão coloca-se em saber se o efeito “de massa” apoiava a rotina social ou se, pelo contrário, se a capacidade “profissional” é entendida pelos comuns como vantajosa ou, pelo contrário, como destrutiva de uma rotina que, não o denunciando, os protegia?

²⁶ Joseph SCHUMPETER, *Imperialism and Social Classes. Two essays*, L. von Mises Institute, Auburn, 2007, p. 126 [1919-1927].

AS MUDANÇAS EM CURSO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII: A CIÊNCIA DE POLÍCIA E O NOVO PERFIL DOS FUNCIONÁRIOS RÉGIOS

JOSÉ SUBTIL

Universidade Autónoma de Lisboa

I. O “Estado” como estado de polícia

O sistema político de uma “monarquia corporativa” caracterizado por um pluralismo político e uma administração passiva que se limitava a “fazer justiça, preservando os direitos adquiridos”, donde decorria a “centralidade de um direito, garante desses direitos”,¹ um direito feito da doutrina jurídica do *ius commune*, colapsa na segunda metade do século XVIII diante de práticas administrativas vincadamente interventivas.

A melhor caracterização do novo sistema político passa pelos mecanismos disciplinadores do Estado de Polícia que interferiu em todos os aspectos da vida, disciplinando os corpos, as almas e os bens, criando normas, procedimentos e orientações através da via administrativa sem recurso aos tribunais.²

De um ponto de vista da legitimação política, a arte do governo de polícia configurou o seu sistema de poder alicerçado no conceito de “interesse

¹ António Manuel HESPANHA, “Depois do Leviathan”, *almanack braziliense* [online] n.º 5, 2007, pp. 55-66; *As Vésperas do Leviathan, Instituições e Poder Político (Portugal, séc. XVII)*, Lisboa, Edição do Autor, 1986.

² Ver José SUBTIL, “O Direito de Polícia nas Vésperas do Estado Liberal em Portugal”, *Ordem, Razão, Decisão: experiências jurídicas antes e depois da modernidade* (Curitiba, Juruá, em publicação). Temas sobejamente tratados por Michel Foucault. Ver, em especial, *Segurança, Território, População*, São Paulo, Martins Fontes, 2008 (cursos no Collège de France entre 1977 e 1978 e editados pela Gallimard/Seuil em 2004).

público” e limitou a avaliação do desempenho à racionalidade do conhecimento, ou seja, o poder de polícia fundava as suas raízes no saber científico e numa acumulação de informações que determinavam as orientações dos seus programas e práticas.

Se estes instrumentos de acção e intervenção política são novos, o modelo de governo não o era totalmente na medida em que estava enraizado na longa tradição da pastoral cristã. Governar era, de acordo com esta perspectiva, cuidar das populações, indivíduos e território, tal como faz o “bom pastor” ou o “timoneiro” de um navio, metáforas que, à época, associavam o poder do governante ao poder pastoral cristão.

Esta relação entre ‘rebanho’ e ‘população’, pastor da igreja e príncipe de vassalos, produzia, também, os efeitos que habilitavam à avaliação do bom ou mau pastor, do bom ou mau príncipe. Uma migração modelar que está sobejamente evidenciada nos inúmeros tratados que dispunham sobre as mais diversas áreas de governo e que operaram a emergência e o desenvolvimento de racionalidades e conhecimentos, de informações e cálculos, de uma arte direccionada para governar pela acção permanente e positiva sobre os indivíduos. A uma assistência devida, passiva e virtuosa, típica das monarquias corporativas, sobrepõe-se, agora, a intervenção social do Estado de Polícia.

Por outro lado, este modelo não foi, também, na sua formulação uma revolução sob o ponto de vista do *ius commune* vigente. Na verdade, a doutrina jurisdicionalista do governo familiar serviria de mote ao desenvolvimento desta nova “ciência” administrativa, ou seja, o poder que o príncipe passava a ter em relação aos homens e à economia do Reino, era, afinal, semelhante ao poder que tinha como pai de família para com a sua casa e os seus parentes, cuidando do seu bem-estar e aumentando as suas riquezas, mesmo que não pudesse tirar a uns para dar a outros. Esta *potestas* que lhe permitia deitar mão a certas formas discricionárias de governo seria manipulada para outros interesses, como o bem público e a razão do Estado de Polícia, estendendo o governo da «economia» ao bem-estar e ao engrandecimento dos súbditos e a *administratio* dos bens à obtenção da riqueza do Estado.³

Se o direito de polícia estava, desde há muito, inscrito no quadro legislativo português⁴ como a capacidade jurisdicional que os magistrados usufruíam para intervir nalgumas áreas como a criminalidade, mendicidade,

³ José SUBTIL, “Justiça e Ciência de Polícia”, *Actores, Territórios e Redes de Poder, entre o Antigo Regime e o Liberalismo*, Curitiba, Juruá Editora, 2011, pp. 257-274.

⁴ Aos corregedores pertencia-lhes a fiscalização, lançamento e arrecadação das sisas, inspecção do cultivo das terras, obras públicas, limpeza e sanidade (*Ordenações Filipinas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, Livro I, títs. 62 e 68). Os almotacés estavam encarregues da tabelação e terçamento dos géneros, observância das taxas, pesos e medidas. Os juizes das alfândegas estavam afectos ao comércio, interno e externo, zelando pela arrecadação dos direitos de entrada e saída (*Ordenações Filipinas, op. cit.*, Livro I, títs. 68).

vagabundagem, limpeza de ruas e caminhos, aferição de pesos e medidas, por exemplo, o certo é que, em meados do século XVIII, este direito transformou-se numa modalidade administrativa que se subtraiu à esfera jurisdicional e se afirmou em áreas funcionais completamente novas que puseram em marcha, a partir da década de sessenta, um governo que disciplinou os mais diversos campos sociais, que confundiu o direito e a justiça, que gerou políticas de regulação na base de que o “Bem Comum deve preferir a tudo” (1756).

Os primeiros textos doutrinários sobre a polícia só surgiram depois do terramoto (1755), concretamente com a obra de Ribeiro Sanches e culminariam, no final do Antigo Regime, com a avalanche de memórias da Academia Real das Ciências dirigidas à agricultura, artes, manufacturas, higiene, saúde pública, criminalidade, segurança, alimentação, assistência à infância, combate de epidemias, desenvolvimento de novos remédios, formação técnica e profissional.

Estas novas ideias foram dominadas, mais uma vez, por magistrados e juristas e, pela primeira vez, por médicos e cirurgiões.

Os textos jurídicos de maior visibilidade na época foram os de Pascoal José de Melo Freire que, no entanto, quando fala da polícia não faz referência aos tratados europeus e enuncia esses princípios como fazendo parte da tradição jurídica. Tanto no *Novo Código do Direito Publico de Portugal* (redigido entre 1773 e 1783) como nas *Instituições de Direito Civil Português* (redigidas entre 1783 e 1789), enuncia um Direito de Polícia ancorado na legislação tradicional, da responsabilidade dos magistrados, regulado pelas Ordenações do Reino e submetido ao “Imperante como pai de família”.

Um conceito ligeiramente diferente foi defendido por outro jurista, Francisco Coelho de Sousa e Sampaio que, poucos anos depois, nas *Prelecções do Direito Pátrio, Público e Particular* (1794), quando se refere ao *Direito da Polícia* como suporte da “felicidade do Estado”, considera como seus instrumentos a cultura das disciplinas, o aumento da população, a saúde dos povos, o comércio, a agricultura e as manufacturas. Um programa em que, afinal, se baseou, nas suas linhas gerais, o Intendente Geral da Polícia e os órgãos policiais criados durante o período pombalino e mariano-joanino.

Os tratados do médico António Nunes Ribeiro Sanches, *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos* (1756)⁵ e o *Metodo para aprender e estudar a Medicina* (1763) foram, antes de mais, tratados gerais de polícia na medida em que, embora fundamentados na saúde pública, extravasavam para todas as áreas de governo e se apoiavam na autoridade do conhecimento científico.

O mesmo aconteceria com a proposta de José Pinheiro de Freitas Soares (1769-1831), *Tractado de policia medica, no qual se comprehendem todas as*

⁵ “Tratado da Conservação da Saúde dos Povos”, *Obras*, vol. 2, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1996, pp. 149-391 e “Método para Aprender e Estudar a Medicina”, vol. 1, 1959, pp. 1-200.

matérias que podem servir para organizar um regimento de policia de saúde, para o interior do reino de Portugal (1818) em que reverte para o Estado de Polícia a política de conservação da saúde, onde inclui variadíssimas matérias de intervenção administrativa e justifica a saúde como um pilar estruturante da economia, justamente porque entende que uma população saudável é sinónimo de riqueza.

Em 31 de Janeiro de 1784, no preâmbulo da tradução de uma obra francesa sobre a polícia⁶, que João Rosado de Villalobos dedica a Diogo Inácio Pina Manique porque “V.S. se desvela há tantos annos em polir huma Nação [...] he hum Genio Tutelar do Patriotismo, da honra, e gloria da Nação Portuguesa”, afirma-se que a polícia é “a alma da fortuna, e abundância, da tranquillidade publica, e de todas as commodidades geraes” e que as “luzes da Polícia” devem ser guiadas por leis ditadas “pela Razão, conformes à equidade natural, tendentes ao bem geral, e à utilidade particular de todos os homens em todas as classes” e postas em prática por um “poder executivo” forte “sem ser absoluto e ilimitado”.

II. O governo de polícia em Portugal

Num trabalho recente⁷ mostrei que a origem deste sistema político em Portugal foi marcada pelo terramoto de 1755, acontecimento que proporcionou uma sucessão de inovações administrativas que, com o decorrer dos anos, cimentaria um projecto coerente de polícia, desde a criação da Intendência Geral da Polícia (1760) até à constelação de organismos que se formaram no período pombalino e mariano-joanino (inspecções-gerais, intendências, superintendências, juntas, mesas, colégios, academias de arte, hospitais, bibliotecas, etc.).

Esta inovação não foi, portanto, determinada por qualquer dinâmica resultante de um processo político mas consequência de um fenómeno natural trágico. A organização administrativa, o conjunto dos magistrados e tribunais e o direito disponível, não tinham competências, conhecimentos e fórmulas para lidar com a inesperada situação causada pelo sismo, tsunami e incêndio de Lisboa. Foi necessário encontrar respostas oportunas recorrendo a saberes e experiências estrangeiras, sem tempo para grandes discussões dogmáticas e adequando as práticas inusitadas ao ritmo das necessidades.

Foram, assim, sujeitos à disciplina da polícia os mais diversos campos sociais, surgiram novos actores e autoridades, saberes e técnicas que geraram um poder administrativo completamente novo e determinante nas políticas

⁶ *Elementos da policia geral de hum estado*, tradução de João Rosado de Villalobos e Vasconcellos, 1786-87, Oficina de Francisco Luiz Ameno.

⁷ José SUBTIL, *O Terramoto Político (1750-1759)*, Lisboa, Edial, 2008, e “Evidence for Pombalism: Reality or Pervasive Clichés?”, *e-JPH* [online], 2007, vol. 5, n.º 2, pp. 51-55.

de regulação social. Os comissários e os organismos que assumiram este programa reformista foram muitos e variados, com uma actividade dominada por uma intervenção enérgica, decisões rápidas e orientadas pela oportunidade política e pelo interesse público.

Em 25 de Junho de 1760, com o argumento de que a “justiça contenciosa” e a “polícia” eram incompatíveis, e tomando como exemplo as reformas europeias, foi criado o cargo de Intendente Geral da Polícia com “ampla e ilimitada jurisdição na matéria da mesma Polícia sobre todos os Ministros Criminais e Civis”, gozando do privilégio de desembargador do Paço com competências para, sobre todos os delitos, preparar os processos e deferir sobre os mesmos. Só em casos excepcionais seriam revistos pela Casa da Suplicação, podendo, inclusive, a polícia instaurar simples processos verbais, “sem limitação de tempo e sem testemunhas”, mesmo contra a “opiniões dos Doutores Juristas, as quais são entre si tão diversas como costumam ser os júzoz dos homens”.

Quando Diogo Inácio de Pina Manique tomou posse (20 de Maio de 1780), a sua jurisdição seria alargada à reedificação da cidade e, ao longo da sua carreira, o novo intendente intrometer-se-ia em diversas áreas de governo e criou conflitos com quase todas as autoridades, inclusive, com as secretarias de estado.

Mas, no decurso das reformas, algumas áreas funcionais da polícia acabariam por se autonomizar como, entre outras, a fazenda, comunicações e correios, agricultura, minas e metais e a saúde pública.

Na linha do *cameralismo*,⁸ o Erário Régio (22 de Dezembro de 1761) centralizou as operações de tesouraria da fazenda real, eliminou a pulverização das repartições que actuavam na arrecadação das receitas e pagamento das obrigações régias e inaugurou uma nova contabilidade pública.

Sobre as estradas e comunicações, por falta de princípios de “Polícia” para estabelecer os critérios das suas construções e o seu bom uso, seria criado um Superintendente Geral das Estradas com a tarefa de formar um Regulamento de Polícia, Economia e Administração (Alvará de 11 de Março de 1796).

Quanto aos Correios, em 17 de Outubro de 1796, Rodrigo de Sousa Coutinho, fazia saber ao conde de Penafiel, proprietário do ofício de Correio-mor, que era necessário incorporar o ofício na Coroa por razões de “boa polícia”.

Na agricultura, Luiz Ferrari de Mordau seria nomeado Intendente Geral da Agricultura (1765), cargo que exerceria por muitos anos, pelo menos até 1802.

Nas minas e metais, Joaquim Pedro Fragoso da Mota de Sequeira, doutor por Coimbra, viajaria pela Europa como pensionista do governo para

⁸ Ver Alexandre Mendes CUNHA, “Police Science and Cameralism in Portuguese Enlightened Reformism: economic ideas and the administration of the state during the second half of the 18th century”, *e-JPH*, vol. 8, number 1, Summer 2010.

obter conhecimentos antes de exercer o lugar de Intendente Geral das Minas e Metais do Reino, acontecendo o mesmo a José Bonifácio de Andrade e Silva.

Na área da saúde pública, uma das mais dinâmicas no âmbito do governo de polícia, foram extintos os cargos de Físico-mor e Cirurgiãomor e criada a Junta do Protomedicato (Lei de 17 de Julho de 1782). Entre os deputados da junta contaram-se ilustres cientistas como os doutores Francisco Tavares e José Correia Picanço, ambos lentes da Universidade de Coimbra, sócios da Academia Real das Ciências e de outras academias internacionais. Em 28 de Agosto de 1813, uma nova junta, a Junta de Saúde Pública, aglutinaria competências de vários organismos no combate às epidemias.

Para avaliar o alcance deste Estado de Polícia bastará lembrar que o quadro institucional da administração central da Coroa se tinha mantido praticamente o mesmo desde a Casa de Áustria até ao terramoto de 1755, ou seja, ao longo de mais de século e meio e que, entre meados de Setecentos e as invasões franceses (1755-1807), foi profundamente alterado com a criação dos órgãos policiais e o crescente protagonismo das secretarias de Estado, a ponto de podermos afirmar que se operou a maior reforma administrativa da monarquia portuguesa da época moderna.

III. Ofícios privados e públicos

Se os ofícios régios foram afectados pela doutrina de polícia, conforme adiante se verá, também os ofícios privados (“mecânicos”), entendidos como os “modos, os methodos, ou arte de trabalhar as primeiras matérias, por todas as partes sujeitas ao ensino, para as necessidades, e usos os mais necessários dos homens” passaram a ser entendidos de forma diferente.⁹

A principal mudança consistiu na desconstrução do vínculo profissional das “mestranças”, um costume antigo que obrigava a quem queria trabalhar que o fizesse “sómente debaixo de hum mestre, que faz trabalhar segundo o seu methodo”, no respeito pelo tempo de ensino e preço do trabalho.

Desde o período pombalino que se começou a admitir que os oficiais “remendões”, que não faziam parte de um “corpo de mestres”, pudessem ser livres de trabalhar e vender os seus produtos para “deixar a cada hum o direito de exercitar o seu ofício como elle entender, sem moléstia, constrangimento, ou embaraço algum” porque quantos mais oficiais houver mais “barata será esta obra, ainda que grosseira”.

A divisão dos ofícios, para uma “útil direcção da Polícia”, passou a ser equacionada em função da produção interna (comércio passivo) e das expor-

⁹ *Elementos da policia geral de hum estado*, cit., p. 218 (restantes citações, pp. 219-228).

tações (comércio activo). A primeira nunca deveria ser excedentária para não prejudicar o consumo interno pelo que esta regulação deveria ser assegurada pela polícia através de taxas. Ao contrário, para as exportações, a polícia tinha obrigação de utilizar todos os recursos para estimular e favorecer a produção e o comércio.

Para que estas funções pudessem ser concretizadas, preconizava-se que a administração policial se baseasse num conhecimento perfeito da realidade através de “bons mapas, do seu número, da sua força, da sua qualidade, do seu valor”, actualizados anualmente, para se apurar o grau de desenvolvimento.

Neste sentido, qualquer oficial que quisesse trabalhar deveria obter licença e ser recenseado pela Polícia para que pudesse ser examinado, creditado nas suas competências e se verificar as necessidades do ofício no contexto nacional. Competiria, ainda, à polícia impor as regras do trabalho e inspeccionar as actividades laborais de forma permanente.

Pretendia-se, também, que os processos de contencioso entre «mestres» e «praticantes» deixassem de ser tratados exclusivamente pelos tribunais, passando para a alçada de uma junta ou conselho onde tivessem assento oficiais da polícia e representantes dos interesses da economia do país.

Uma outra função atribuída à polícia consistiria em colmatar a falta de ofícios nalgumas especialidades, contratando trabalhadores estrangeiros no respeito pela tolerância religiosa que “permite hoje na Corte a todas as Nações Recatholicas [...] não só que professem as suas Religiões, mas também não os obrigando a fazerem profissão publica da Religião do Paiz”.

No plano jurídico, pelo Alvará de 3 de Agosto de 1753, cairia o costume de nos ofícios liberais ou mecânicos, após a morte dos proprietários, se requererem cartas de provimento por “detrimento grave ao meu serviço e bem público” o que implicava que os ofícios de “indústria, arte e experiência” passariam a ficar vagos para serem providos “nas pessoas mais peritas e experimentadas”, a seleccionar por concurso.

Esta corrente reformista seria, contudo, retemperada no início do reinado de D. Maria quando foi permitido que alguns requerimentos de filhos de proprietários pudessem ser consultados (Aviso de 3 de Setembro de 1777).

Se as consequências destas ideias sobre os ofícios mecânicos estão praticamente por conhecer em Portugal, o mesmo não acontece, porém, com os ofícios e cargos régios.

A primeira grande novidade sobre os ofícios públicos teve a ver com a adopção do carácter amovível e transitório dos seus desempenhos. A reforma começou em meados do século XVIII (entre 1750 e 1755) com a definição dos estatutos remuneratórios¹⁰ segundo a qual o pagamento de um serviço

¹⁰ Vários diplomas em *Collecção das Leis, Decretos, e Alvarás, que comprehende o feliz reinado de Elrei Fidelíssimo D. José o I*, Oficina de António Rodrigues Galhardo, 1777-1801.

por um ordenado constituía uma contratualização (modelo de obediência, disciplina e avaliação do desempenho), ao contrário da ideia do ofício como fonte de rendimento sustentado por uma base económica autónoma (patrimonialização), um quadro típico da monarquia corporativa.

Esta mudança no estatuto remuneratório foi acompanhada por um novo enquadramento jurídico de acordo com o princípio de que os proprietários “servão seus officios por suas proprias pessoas”, proibindo, por esta forma, a prática dos serventuários (Alvará de 8 de Agosto de 1753). O mesmo viria a acontecer com os pedidos de renúncia que deixaram de ser consultados (Alvará de 20 de Abril de 1754).

No início da década de sessenta, ganhou consistência a ideia de que os ofícios “tenham a natureza de meras serventias [...] sempre amovíveis a Meu Real arbitrio” e que nenhum oficial “possa accumular em si dous Officios da Minha Real Fazenda” (Alvará de 22 de Dezembro de 1761), ou seja, pretendia-se que os ofícios régios passassem a ser entendidos como simples comissões de serviço e, por isso, disponíveis politicamente.

Dez anos depois, num regimento com força de Lei (23 de Novembro de 1770), eram combatidas, mais uma vez, as ideias corporativas: é “erroneo, abusivo, e sem fundamento” o direito consuetudinário que permitia os ofícios passarem de pais para filhos, portanto, “Os Officios vagos, e que daqui em diante, succedendo vagar, forem por mim providos, se entendão sempre personalissimos, e dados sómente em vida” contra o chamado costume e “pretendido Direito Consuetudinário”. Todo o preâmbulo da lei procura ancorar estas determinações nas decisões de Cortes que sempre terão fundado a mercê régia dos ofícios restrita à vida do donatário, não extensível aos filhos, descendentes ou parentes.

Estas prerrogativas baseavam-se, portanto, em apreciações políticas e técnicas como a “aptidão das pessoas” e a “confiança do Principe” que o costume e as opiniões dos “doutores, que preocupados, e cegos pelas sonhadas tradições de que era justo, e coherente com as Leis, e Costumes destes Reinos” teriam alterado para a “repugante” ideia da transmissibilidade e patrimonialidade. Entre o donatário e o seu sucessor tinha que se evitar a semelhança dos estatutos por ser “escandalosa, e miserável”, ou seja, a mercê só pertence ao donatário e restrita à sua vida.

Estas inovações no plano formal passaram a implicar que todo o funcionário régio possuísse jurisdição disponível, qualidades requeridas para o ofício (mérito) e responsabilidade pelo desempenho profissional (avaliação). Requisitos que seriam conjugados com a promoção da livre e espontânea vontade do monarca para proceder às nomeações. No plano religioso foram igualmente eliminados os inconvenientes que impediam o exercício dos ofícios públicos por quem fosse acusado de apostasia “fantástico motivo de serem de infecta Nação” (Alvará de 24 de Janeiro de 1771).

IV. A situação dos ofícios na altura da revolução (1820)

De acordo com a relação de empregados públicos em funções nas secretarias de estado, tribunais e repartições públicas de Lisboa, bem como de pensionistas, mandada elaborar pela Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda no início do liberalismo (1821), reportando-se, portanto, à situação do ano anterior,¹¹ são registados 3.813 beneficiários dos quais 387 se referem a pensões e 30 a tenças. No total das remunerações existem 523 em acumulação pelo que o total de empregados em actividade de funções é de 2.873. Deste conjunto são, ainda, admitidos dois grupos: os que fazem parte do “Número” e os “Supranumerários”, ou seja, do quadro ou além do quadro. Embora os números se reportem à cidade de Lisboa é um facto que indiciam, na sua globalidade, dois indicadores poderosos. O primeiro diz respeito à qualidade e quantidade das grelhas de ofícios e cargos que se pode admitir como correspondentes à totalidade do Reino. O segundo indicador, sobre a quantidade de ofícios e cargos, não obstante não corresponder ao total do Reino, espelha a maioria de empregados públicos a que se deve, apenas, juntar os juízes de fora, provedores, corregedores, desembargadores da Relação do Porto, funcionários das alfândegas e pouco mais (alguns intendentos, inspectores e comissários delegados dos órgãos de administração central) que não ultrapassarão quatro centenas.

Como se pode ver pelo quadro I, as categorias profissionais recenseadas correspondem a 67 tipologias, das quais 11 (MAIÚSCULAS) merecem atenção pela novidade uma vez que não surgem na linguagem do sistema antigo ou, quando aparecem, são residuais.

QUADRO I

Categorias profissionais

Tipologias			
Advogado	Cobrador	Examinador	Mineiro
AJUDANTE	Comprador	Executor	MOÇO
AMANUENSE	Condutor	Feitor	Oficial
Anotador	Contador	Fiel	Pagador
Apontador	CONTÍNUO	Fiscal	Porteiro
Aprendiz	CORREIO	Físico	PRATICANTE
Arquitecto	Corretor	Gravador	Professor
ASSISTENTE	Criado	Guarda	Promotor
Auditor	Cronista	HOMEM	Recebedor

¹¹ *Relação nominal dos empregados públicos, e pensionários das secretarias de estado, tribunais, e outras repartições, na cidade de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1821.

Avaliador	Cursor	Inquiridor	Sacador
BIBLIOTECÁRIO	Distribuidor	Intérprete	Secretário
Boticário	EMPREGADO	Juiz	Selador
CAIXEIRO	Encarregado	Lente	Servente
Caminheiro	Enfermeira	Médico	Serventuário
Carcereiro	Ensaaiador	Medidor	Solicitador
Cartulário	ESCRITURÁRIO	Meirinho	Tesoureiro
Cirurgião	Escrivão	Mestre	—

É o caso de ajudante, amanuense, praticante e contínuo que dão indicações de uma aprendizagem dos ofícios burocráticos; de bibliotecário e correio que ganham alguma identidade depois da criação da Real Biblioteca Pública de Lisboa e da nacionalização dos correios; de escriturário, a maior novidade da grelha, que está associado a uma gradação de competências correspondente a uma progressão profissional; e, por fim, classificações funcionais muito generalistas como empregado, moço ou “homem” que podem significar actividades indefinidas ou associadas a tarefas ocasionais.

O mesmo se poderá dizer quanto aos cargos (ver quadro II) que estão classificados em 28 categorias, das quais 7 (a MAIÚSCULAS) são claramente produto das reformas (administrador, chefe, comissário, director, inspector, intendente e superintendente).

QUADRO II

Cargos

Designações			
Adido	Chanceler	Deputado	Presidente
ADMINISTRADOR	CHEFE	Desembargador	Procurador
Agravista	COMISSÁRIO	DIRECTOR	Provedor
Alcaide	Conselheiro	INSPECTOR	SUPERINTENDENTE
Almotacé	Conservador	INTENDENTE	Vedor
Almoxarife	Cônsul	Ministro	Vereador
Censor	Corregedor	Ouvidor	Zelador

Como já foi anotado, o conjunto de organismos envolvidos neste recenseamento (ver quadro III) espelha a estrutura da administração central e vai mesmo além na medida em que inclui instituições que não são propriamente administrativas como as cadeias, faróis, fornos, obras e fábricas, cujos funcionários inventariados respeitam apenas a lugares de direcção ou controlo por parte da administração régia e não correspondam ao total dos quadros de pessoal.

QUADRO III
Organismos recenseados

Inventário	
Academias	Hospitais
Alfândegas	Imprensa Nacional
Almotaçarias	Intendência da Marinha
Almoxarifados	Intendência das Minas e Metais
Arsenais e Armazéns	Intendência Geral da Policia
Aula de Comércio	Junta da Bula da Cruzada
Aula de Gravura	Junta da Fazenda da Marinha
Biblioteca Nacional	Junta da Saúde
Cadeias	Junta das Munições da Boca
Câmara de Lisboa	Junta do Almirantado
Casa da Índia	Junta do Comércio
Casa da Moeda	Junta do Melhoramento das Ordens Religiosas
Casa da Suplicação	Junta do Tabaco
Casa das Obras	Junta dos Provimientos de Boca
Casa das Rainhas	Junta dos Três Estados
Casa de Bragança	Juntas de Juros (Real Empréstimo, Novo Imposto)
Casa do Risco	Mesa da Consciência e Ordens
Casa dos Seguros	Mesa das Carnes
Casa Pia	Mesa das Três Casas
Caudelarias	Mesa do Bem Comum
Cavaliarias Reais	Mesa do Pescado Seco
Chancelarias	Mesa do Sal
Cofres Públicos	Mesa dos Azeites
Colégio dos Nobres	Mesa dos Vinhos
Comissariados	Museu e Jardim Botânico
Conselho da Fazenda	Oficina Régia
Conselho da Guerra	Paço da Madeira
Conselho Ultramarino	Pinhais
Contadorias	Porto de Belém
Correio e Postas	Porto de Cascais
Depósito Publico	Portos Secos
Desembargo do Paço	Provedor-mor da Saúde
Fábrica da Cordoaria	Registo Geral das Mercês
Fábrica da Pólvora	Repartição do Selo
Fabrica das Sedas	Secretarias de Estado
Faróis	Superintendência Geral dos Contrabandos
Fornos	

Uma aproximação mais detalhada a este inventário pode conduzir-nos a um esboço do perfil dos principais ofícios (ver quadro IV).

QUADRO IV
Categorias profissionais com mais de 50 incidências

1	2
Administrador (75)	
Ajudante (72)	
<i>Apontador</i>	<i>Sem graduação; 1.º e 2.º</i>
<i>Bibliotecário</i>	<i>Sem graduação; 1.º e 2.º</i>
<i>Cirurgião</i>	<i>Sem graduação; 1.º e 2.º</i>
Comissário (64)	
Contínuo (71)	
Deputado (72)	
Escriturário (437)	Sem graduação; 1.º; 2.º e 3.º
Escrivão (316)	Sem graduação; 1.º; 2.º e 3.º
Feitor (321)	
Fiel (64)	
Guarda (166)	
Inspector (51)	
Moço (53)	
Oficial (330)	Sem graduação; Papelista; 1.º; 2.º; 3.º; Maior; Menor
Porteiro (83)	
Praticante (301)	

Nota: 1 – Total de incidências entre parêntesis; 2 – Categorias com escalões (entre parêntesis os níveis de classificação); a *itálico* estão referidas categorias com escalões mas com nível de incidência inferior à seleccionada.

As cinco categorias mais representativas (escriturário, escrivão, oficial, praticante e feitor) equivalem a cerca de 60% de todo o conjunto.

O maior grupo, dos “escriturários”, inexistente durante a monarquia corporativa, apresenta ainda uma categorização que começa na designação simples de escriturário, passa pelas graduações em terceiro e segundo escriturário e termina em primeiro escriturário.

Segue-se o “oficial” cuja novidade é a proliferação do ofício por vários organismos administrativos, quando só existia, predominantemente, no âmbito das secretarias de estado, e uma progressão de escalões altamente selectiva. Os escalões de oficial maior e oficial menor estão reservados para as secretarias de estado enquanto os de graduação simples, terceiro, segundo

e primeiro ficam afectos a outros órgãos com particular incidência nas mesas, juntas e intendências.

A categoria de “praticante”, também nova, significa o patamar de acesso aos ofícios, uma espécie de tirocínio e estágio.

A referência ao tradicional ofício de “escrivão” é acompanhada pela mesma ideia de progressão profissional através de escalões semelhantes aos escriturários, o que não acontecia anteriormente.

A alta representação dos “fatores” traduz, por sua vez, a importância de um cargo a quem estão confiadas tarefas de controlo, supervisão e gerência, adequadas ao estado de polícia.

Nesta nova linha doutrinária sobre os ofícios podemos ainda assinalar os casos de administrador, comissário e inspector. Os apontadores, bibliotecários e cirurgiões, sendo embora menos representativos, apresentam igualmente escalões de progressão na carreira.

A grande maioria dos rendimentos (cerca de 65%) situa-se no intervalo entre 200 e 400 réis anuais. Abaixo de 200 réis temos um grupo de cerca de 23% de ofícios. A acumulação de vencimentos entre ofícios menores é dominante entre escrivães, meirinhos, escriturários, oficiais e fiéis.

Vejamos, agora, o topo das remunerações, sem considerar pensões, superiores a 1.900 réis anuais e que está reduzido a uma pequeníssima elite dividida entre os que conseguem obter o rendimento através de um só ofício ou por acumulação de cargos (ver quadros V e VI).

No último caso, num total de 23 funcionários e ministros régios, as acumulações fazem-se, fundamentalmente, num círculo institucional formado pelos tribunais da Casa da Suplicação e Desembargo do Paço, pelos conselhos Ultramarino e da Fazenda, e pelas juntas do Tabaco, Comércio e Almirantado. Todos os cargos e ofícios exercidos na Casa das Rainhas¹² e Bragança são sempre em acumulação.

QUADRO V

Rendimentos superiores a 1.900 réis anuais obtidos em acumulação

Titular	Cargos em acumulação	Total
João António Salter de Mendonça, visconde de Azurara	Chanceler CS, Procurador da Coroa CS, Deputado CB, Procurador no CU, Desembargador do Paço, Deputado na JT, Guarda-mor da Torre do Tombo, Procurador da Coroa	6.888

¹² Na Casa das Rainhas esta situação foi comprovada em José Subtil, “O Estado e a Casa da Rainha de Portugal. Entre as Vésperas do Terramoto e o Pombalismo”, *Las Relaciones Discretas entre las Monarquías Hispana y Portuguesa: Las Casas de las Reinas (siglos XV-XIX)*, Madrid, Ediciones Polifemo, 2008, volume II, pp. 725-767.

Pedro Mariz de Sousa Sarmento	Conselheiro na Junta do Almirantado, Procurador na Contadoria Geral, Inspector da Cordoaria, Almirante	6.800
Caetano de Noronha, conde de Peniche	Deputado na CR, Conselheiro no CF, Deputado na CB, Deputado na JT, Inspector do Terreiro Público, Provedor das Capelas de D. Afonso IV	5.962
António José Guião	Desembargador da CS, Conselheiro do CF, Procurador da Fazenda, Juiz na Mesa da Consciência e Ordens	5.680
Cipriano Ribeiro Freire	Presidente da JC, pensão da SENE e SENG	4.400
Joaquim António de Oliveira Leite de Barros	Juiz na JA, Juiz na Contadoria de Lisboa, Deputado na Junta das Munições de Boca, Deputado na Junta dos Três Estados, Desembargador do Paço	3.360
Carlos May	Conselheiro do CF, Inspector nos Arsenais e Chefe de Esquadra	3.208
Joaquim da Costa e Silva	Intendente das Cavalariças Reais, Tesoureiro do Terreiro Público	3.000
Pedro de Mendonça e Moura	Conselheiro na JÁ, Almirante	3.000
João Velásquez Sarmento	Deputado na Junta da Bula da Cruzada, Deputado na JT, Conselheiro no CF	2.950
Joaquim Guilherme da Costa Posser	Deputado na CB, Oficial na SENM, Oficial na SENR, Conselheiro da CB	2.690
Vasco Manuel da Câmara, conde Porteiro-mor	Presidente da JT, Deputado da Junta dos Três Estados	2.480
Manuel Nicolau Esteves Negrão	Chanceler-mor, Desembargador do Paço, Deputado na JT	2.320
José Acúrcio das Neves	Deputado na Fábrica das Sedas, Deputado na JC, Secretário da JC	2.300
João de Sampaio Freire de Andrade	Vereador na Câmara, Deputado da JC, Inspector da Fábrica das Sedas	2.250
Miguel António de Melo	Deputado na CR e Conselheiro do CF	2.220
Nuno Caetano da Costa	Contador Geral e Administrador das Forragens da Cavalaria Real	2.200
António Martins Seixas	Recebedor dos Direitos em 7 organismos	2.040
Francisco Coelho de Sousa Sampaio	Juiz dos Feitos da Coroa na CS, CF e CU	2.000
Joaquim António Xavier Anes da Costa	Oficial na SENF, Administrador da Imprensa Nacional	2.000
Manuel Vicente Teixeira de Carvalho	Desembargador do Paço, Procurador da Fazenda na CB, Deputado na CB	1.970
Joaquim António de Araújo	Agravista na CS, Deputado na CR, Deputado na JT	1.920
José Ribeiro Saraiva	Agravista na CS, Deputado na CR, Deputado na JT	1.920

Nota: CS – Casa da Suplicação; CB – Casa de Bragança; CU – Conselho Ultramarino; JT – Junta do Tabaco; JC – Junta do Comércio; CF – Conselho da Fazenda; CR- Casa das Rainhas; CF – Conselho da Fazenda; JA – Junta do Almirantado.

QUADRO VI

Ofícios singulares superiores a 1.900 réis anuais

Titular	Cargo	Total
Pedro de Sousa Holstein	Ministro Plenipotenciário na Santa Sé	9.600
Joaquim Lobo da Silveira	Ministro Plenipotenciário na Suécia	6.000
José Amado Graham	Secretário da Missão nos Estados Unidos	2.400
Rafael da Cruz Guerreiro	Encarregado dos Negócios na Sardenha	2.400
António Correia de Amorim e Castro	Conselheiro no Conselho da Fazenda	2.000
Francisco Manuel de Andrade Moreira	Conselheiro no Conselho da Fazenda	2.000
José Maria de Sousa	Conselheiro no Conselho da Fazenda	2.000
Lourenço de Lima	Conselheiro no Conselho da Fazenda	2.000
Manuel de Portugal e Castro	Conselheiro no Conselho da Fazenda	2.000
Domingos António de Sequeira	Pintor da Câmara	2.000
Filipe Vaz de Carvalho e Sampaio	Contador Fiscal das Tropas	2.000
Francisco Vieira	Pintor da Câmara	2.000
João António de Araújo de Azevedo	Conselheiro no Conselho da Fazenda	2.000
João Jacomo Altavila	Comissário na Serra Leoa	2.000
Joaquim César de Figanietti	Comissário na Serra Leoa	2.000
Joaquim José de Sousa	Conselheiro no Conselho da Fazenda	2.000
José da Cunha Fialho	Conselheiro no Conselho da Fazenda	2.000
Visconde de Balsemão	Conselheiro no Conselho da Fazenda	2.000

De destacar, sem dúvida, a situação privilegiada de João António Salter de Mendonça¹³ cujo rendimento, com seis acumulações, equivale ao vencimento de mais de cinco desembargadores do Paço, um dos cargos mais bem remunerados (1.200 réis anuais), acompanhado pelo Almirante Pedro Mariz de Sousa Sarmento, do conde de Peniche, dos desembargadores António José Guião e Joaquim António de Oliveira Leite de Barros e, ainda, de Cipriano Ribeiro Freire e Carlos May.

Quanto aos ofícios singulares (quadro VI), é dominante a remuneração atribuída a diplomatas em missões especiais no estrangeiro e o caso dos deputados do Conselho da Fazenda, o cargo mais bem pago na administração central.

¹³ João António Salter de Mendonça, um dos mais importantes políticos do final do Antigo Regime, era filho de uma natural de Pernambuco e o desembargador Jorge Salter de Mendonça. Nasceu em 15 de Agosto de 1746 e faleceu em 14 de Junho de 1825. O avô materno foi capitão-mor de Pinhanéu e senhor do engenho de Goyana. Era, ainda, bisneto de D. Cosme Pessoa, filha do sargento-mor de Pernambuco. Tomou posse como desembargador do Rio de Janeiro no ano de 1786. Chegou a desembargador do Paço em 1802. Depois da fuga de D. João VI para o Brasil foi secretário do Conselho de Regência e nomeado Secretário de Estado dos Negócios do Reino. Recebeu o título de Visconde de Azurara meses antes da revolução liberal.

V. Conclusão

As práticas de polícia revestiram-se de particular importância na medida em que conseguiram ampliar as formas de controlo social através de dispositivos e tecnologias disciplinares que haveriam de conduzir à ‘morte’ política e institucional dos organismos polissinodais. A melhor forma de caracterizar o sistema político em Portugal, após o terramoto de 1755, é justamente o Estado de Polícia de que procurámos identificar, ao longo do texto, algumas das suas influências na categorização dos ofícios, perfis das competências profissionais e remunerações de que se destacaremos as seguintes considerações:

- a) Sem dúvida que surgem novos ofícios e cargos afectos à burocracia e à direcção administrativa, tanto em qualidade como em quantidade;
- b) Existem indícios da formalização, nalguns ofícios, de um processo de acesso e regulação da progressão profissional;
- c) É dominante a tendência para se associar um ordenado a uma função;
- d) As acumulações estão associadas a uma retribuição o que, não deixando de ser um privilégio antigo, estão, agora, consignadas;
- e) É claro o enorme desfasamento entre o grosso do funcionalismo e as elites. Num cálculo aproximado podemos dizer que o salário médio de cerca de 80% dos empregados rondará os 250 réis de média anual e que só 20% auferem vencimentos superiores a 400 réis. Neste grupo, uma pequeníssima elite tem rendimentos superiores a 1.000 réis onde se incluem, sobretudo, desembargadores, conselheiros e intendentes.

Um núcleo muito reduzido auferem vencimentos exorbitantes, acima dos 1.900 réis.

**PROVIMENTOS DE OFÍCIOS E PATENTES
NAS CONQUISTAS ULTRAMARINAS**

ENTRE O MÉRITO E A PATRIMONIALIZAÇÃO: O PROVIMENTO DE OFICIAIS NA CASA DOS CONTOS DE GOA (SÉCULOS XVI e XVII)

SUSANA MÜNCH MIRANDA *
FCSH-UNL / CHAM-FCSH-UNL, UAç.

Em 1517, por decisão da monarquia, o governo da fazenda do Estado da Índia começou a autonomizar-se relativamente ao vice-rei. À data, a nomeação do primeiro vedor da fazenda inaugurou uma nova orgânica funcional que tenderia a complexificar-se nas décadas seguintes.¹ De entre as alterações introduzidas no tecido administrativo da coroa, mercê da desanexação de jurisdições atribuídas inicialmente ao vice-rei e doravante desempenhadas pelo novo magistrado, vale destacar o estabelecimento do núcleo institucional primitivo que iria dar origem à Casa dos Contos da Índia. Ainda sem essa designação, foi em Cochim que um pequeno núcleo de contadores e escrivães começou por fiscalizar a gestão dos feitores e almoxarifes que serviam no império português da Ásia, sob a supervisão do novo vedor. Todavia, nos anos subseqüentes, esta primitiva estrutura ainda permaneceu sob a tutela da instituição central situada em Lisboa (Casa dos Contos do Reino e Casa), só vindo a ganhar plena autonomia por volta de 1545, já depois de concretizada a sua transferência para Goa. A partir desta data, a Casa dos Contos da Índia passou a assegurar em pleno a inspecção administrativa das extensões periféricas da fazenda que operavam na Ásia, que

* Bolseira de Pós-Doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia/Ministério da Educação e Ciência.

¹ Susana Münch MIRANDA, *A Administração da Fazenda Real no Estado da Índia (1517-1640)*, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2007, pp. 225 e ss.; S. Münch MIRANDA, "Centre and periphery in the administration of the royal exchequer of Estado da Índia (1517-1640)", *e-Journal of Portuguese History*, Volume 7, number 2, Winter, 2009, pp. 5-7 [em linha] (disponível em http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue14/pdf/smiranda.pdf).

se concretizava, como é conhecido, numa acção de verificação de contas.² Com a governação dos Áustria, a instituição adquiriu uma orgânica interna e competências jurisdicionais bem definidas, graças a um novo corpo normativo promulgado entre 1589 e 1605.³ Por seu intermédio tornou-se claro que, para além de controlar os movimentos contabilísticos realizados pelos oficiais de recebimento, a instituição detinha ainda os poderes jurisdicionais necessários para responsabilizar os infractores, bem como para dirimir litígios relacionados com a verificação das contas. Dito de outro modo, a Casa dos Contos era também um tribunal.

Esta breve síntese dos principais marcos da história da Casa dos Contos da Índia é indiciadora da atenção que as monarquias europeias começavam a prestar à gestão dos seus recursos financeiros no século XVI. É certo que, de entre as áreas de acção do príncipe, a fazenda permanecia subalternizada em relação à justiça, por razões bem conhecidas. No século XVI ainda predominava a concepção tardo-medieval que, ao identificar o príncipe com a comunidade, forjava uma profunda indistinção entre finanças públicas e finanças privadas, com consequências na forma como os recursos eram geridos. Longe dos critérios economicistas actuais da eficácia e eficiência, a deontologia do governo da fazenda era dominada pela influência do modelo aristotélico de “administração da casa”, que conferia um sentido doméstico e patrimonialista à tomada de decisões.⁴ Mas se estes constrangimentos continuavam a impender sobre a gestão da fazenda, não há como negar que é também no século XVI que os recursos financeiros adquirem uma centralidade progressiva. A afirmação da preeminência das monarquias europeias e a intensificação da sua capacidade de interferência na sociedade foram causa de despesas crescentes, fosse para sustentar organizações administrativas mais complexas, fosse para financiar a guerra.⁵ Por seu turno, custos

² Sobre este modelo de fiscalização, cf. António Manuel HESPANHA, *As Vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político. Portugal (século XVII)*, Coimbra, Almedina, 1994, p. 213. Note-se que a constituição de uma estrutura autónoma dotada de poderes de inspecção sobre as extensões administrativas a quem competia a gestão do tesouro real também teve lugar na América espanhola (Ismael SANCHEZ BELLA, *La Organización Financiera de las Índias. Siglo XVI*, Sevilha, Escuela de Estudios Hispano-Americanos de Sevilla, 1968, pp. 59-69).

³ *Archivo Portuguez Oriental (APO)*, edição de J. H. da Cunha RIVARA, Fasc. 5, Parte III, New Delhi, Asian Educational Services, fac-símile da edição de 1877, 1992, pp. 1181-1246.

⁴ É extensa a bibliografia sobre este assunto. Veja-se, entre outros, Giovanni MUTO, “Sull’evoluzione del concetto di «hacienda» nel sistema imperiale spagnolo”, in Aldo DE MADDALENA e Herman KELLENBENZ (ed.), *Finanze e ragion di Stato in Italia e in Germania nella prima Età moderna*, Bolonha, Il Mulino, 1984, pp. 155-179; Daniela FRIGO, “Disciplina rei familiariae: a economia como modelo administrativo de Antigo Regime”, in *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, n.º 6 (1991), pp. 47-62; António Manuel HESPANHA, “Os Poderes do Centro: a Fazenda”, in *História de Portugal*, dirigida por José MATTOSO, vol. IV, *O Antigo Regime (1620-1807)*, coordenado por António Manuel HESPANHA, Lisboa, Estampa, 1993, pp. 205-206.

⁵ Winfried SCHULZE, “The Emergence and Consolidation of the Tax State”, in Richard BONNEY (ed.), *Economic systems and State finance*, Oxford, Oxford University Press, 1995, pp. 268 segs.

galopantes impuseram novas soluções de financiamento, sobretudo por via da taxação fiscal, assim justificando que a expressão *pecunia nervus rerum* se impusesse como a norma das monarquias da Europa ocidental.⁶ Não é, pois, surpreendente, que a centúria de Quinhentos coincida também com algumas mudanças institucionais, destinadas a aperfeiçoar os mecanismos de controlo dos estados modernos sobre os seus recursos pecuniários. Carlos V fornece talvez o melhor exemplo de uma intervenção alargada no tecido administrativo central na vizinha Espanha, concretizada na reestruturação das *Contadorias Maiores* e da *Escribania Mayor de Rentas* e na criação do *Conselho de Hacienda*.⁷ Em Portugal, as primeiras décadas do século XVI foram também palco de mudanças no tecido organizativo da fazenda. Cabe lembrar a sistematização das normas que orientavam a gestão fiscal e financeira operada pelo Regimento da Fazenda (1516) que, para além de trazer uma definição mais precisa das atribuições dos almoxarifes, recebedores e dos contadores das comarcas, implicou também um novo figurino institucional no centro, baseado em três vedores da fazenda.⁸ Igualmente relevantes foram as intervenções de D. Manuel na Casa dos Contos do Reino e Casa (1514), organismo central que tinha a seu cargo a fiscalização contabilística das treze contadorias em que se subdividia o reino.⁹

É neste pano de fundo que se inscreve o esboço prosopográfico dos oficiais afectos à Casa dos Contos da Índia, que aqui se apresenta. Dentro dos limites impostos por uma documentação pouco abundante, esta biografia colectiva do grupo especializado da instituição – os contadores – fornece um ponto de observação privilegiado sobre a tensão constante entre uma percepção ainda muito indistinta do governo da fazenda e uma sensibilidade política crescente em questões financeiras.

As linhas que se seguem estruturam-se em várias partes. Na primeira parte, procura-se dilucidar algumas questões relacionadas com a missão da Casa dos Contos, na medida em que se repercutem nos procedimentos administrativos protagonizados pelos contadores de carreira, a exigir conhecimentos técnicos específicos. A segunda parte toma como objecto de análise as hierarquias internas e os filtros de acesso à carreira de contador, a fim de obter a radiografia possível daquele núcleo especializado de contas. Ao fazê-lo, abre-se também caminho para uma observação privilegiada do funcionamento interno da Casa dos Contos e para uma avaliação da sua capacidade de realizar a sua principal missão administrativa.

⁶ Michael STOLLEIS, “*Pecunia nervus rerum*. Il problema delle finanze nella letteratura tedesca della ragion di Stato nel XVII secolo”, in Aldo DE MADDALENA e Herman KELLENBENZ (ed.), *Finanze e ragion...*, cit., pp. 21-44.

⁷ Carlos Javier de CARLOS MORALES, *El Consejo de Hacienda de Castilla. 1523-1602. Patronazgo y clientelismo en el gobierno de las finanzas reales durante el siglo XVI*, Junta de Castilla y León – Consejería de Educación y Cultura, 1996; Giovanni MUTO, “The Spanish System: Centre and Periphery”, in Richard BONNEY (ed.), *Economic systems...*, cit., pp. 234-237.

⁸ António Manuel HESPANHA, *As Vésperas...*, cit., pp. 213-214.

⁹ Virgínia RAU, *A Casa dos Contos*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1951, pp. 26-30.

I. Administração periférica e a organização do controlo das contas

Uma avaliação das obrigações administrativas da Casa dos Contos pressupõe que se considere previamente o universo de oficiais fiscalizados. Como já disse, a extensão ao Estado da Índia de um tribunal de contas visava garantir que os oficiais de fazenda fossem alvo de uma inspecção administrativa, tal como sucedia e era prática comum nas monarquias europeias.¹⁰ Feitores, tesoureiros, almoxarifes ou recebedores que no Estado da Índia gerissem executivamente recursos financeiros e materiais da coroa estavam, pois, obrigados a prestar contas no final dos seus triénios. Contudo, é difícil medir a dimensão dessa rede administrativa periférica, caracterizada por um elevado grau de volatilidade, em virtude dos fluxos e refluxos da presença portuguesa na Ásia. Ainda assim, um retrato estático obtido para o ano de 1618 mostra que eram vinte as feitorias espalhadas pela costa oriental africana, Golfo Pérsico, costa ocidental indiana, Ceilão e Sueste asiático, muito embora nem todas possuíssem receitas fiscais próprias.¹¹ A estas feitorias acresciam ainda as doze unidades administrativas autónomas do complexo sistema organizativo montado nos territórios de Goa, Salsete e Bardez, projectando a malha administrativa periférica da fazenda para um total de trinta e duas caixas.¹² Se este era o universo mais relevante controlado pelos Contos da Índia em 1618, as suas obrigações administrativas estendiam-se ainda a um número flutuante de contas relativas a armadas e a viagens organizadas pela coroa que afluíam para fiscalização a um ritmo muito variável, em consonância com a duração das comissões de serviço dos respectivos oficiais. Ao longo das décadas de 1620 e 1630, as tarefas do tribunal tenderam a alargar-se, quer devido à constituição de novas caixas ou tesourarias, quer devido ao lançamento de novas imposições, cujo controlo se atribuiu à instituição.¹³ Cabe lembrar que nem todas as contas representariam desafios idênticos de fiscalização. Morosas e exigentes tecnicamente seriam as contas que movimentavam muitos papéis e cujos oficiais realizavam inúmeras transacções, como a feitoria de Goa, enquanto as contas de missões específicas, como viagens e armadas, representariam menores dificuldades. Para todos os efeitos, esta questão devolve o olhar para a organização do controlo das contas.

Em 1584, Filipe II incumbiu D. Duarte de Meneses, vice-rei da Índia, de mandar reduzir as provisões e regimentos relativos aos Contos num único

¹⁰ A constituição de instituições centrais de controlo da contabilidade está em marcha na maior parte das monarquias europeias desde finais do século XIV, sendo também prática comum na administração dos municípios urbanos a norte dos Alpes (cf. Martin KÖRNER, "Expenditure", in Richard BONNEY (ed.), *Economic systems...*, cit., pp. 397-398).

¹¹ São elas: Sofala, Mombaça, Mascate, Ormuz, Diu, Damão, Baçaim, Manorá, Chaul, Goa, Onor, Barcelor, Mangalor, Cananor, Cochim, Cranganor, Coulão, Manar, Ceilão e Malaca.

¹² Susana Münch MIRANDA, "Centre and periphery...", cit., p. 4.

¹³ Susana Münch MIRANDA, *A Administração...*, cit., pp. 481-485.

texto normativo.¹⁴ Cumprida a tarefa, e depois de enviada uma primeira proposta a Lisboa, em Março de 1589 chegava-se à versão final do Regimento dos Contos de Goa.¹⁵ Nele ficavam minuciosamente definidos os procedimentos relativos à tomada de contas, à arrecadação e execução das dívidas alcançadas, delimitando-se também as funções dos oficiais que serviam nos Contos. Note-se que essas formalidades administrativas não se afastavam dos estilos e rotinas em uso no reino. Pelo contrário, a matriz funcional da prestação de contas definida em 1589 resulta da transposição de um conjunto de práticas instituídas no reino e da sua moldagem a uma nova realidade administrativa. Neste sentido, não é surpreendente que o sistema unigráfico de escritura contabilística, que estava em uso nos Contos do Reino e Casa e que, com algumas excepções, predominava na organização financeira das monarquias europeias, tivesse também sido transposto para a Ásia.¹⁶

Os procedimentos administrativos encerrados nos 101 capítulos do regimento filipino comprovam à saciedade que a tarefa fundamental da Casa dos Contos se concretizava na fiscalização individual dos indivíduos que geriam executivamente fundos da monarquia. Não se tratava, pois, de produzir balanços financeiros ou de avaliar o estado das finanças do rei, mas de comprovar a legitimidade formal de cada um dos movimentos contabilísticos realizados nas caixas. Para esse objectivo concorriam as diversas etapas em que se encerrava a prestação de contas: desde o momento em que os oficiais davam entrada na instituição até à decisão final de quitação ou condenação dos fiscalizados, a tramitação burocrática consagrada em 1589 revela uma grande complexidade.

A etapa mais morosa era sem dúvida, a verificação de contas, em que se exigia ao contador e ao seu escrivão que verificassem, uma a uma, as verbas lançadas quer nos livros de receita quer nos de despesa, para despistar omissões, irregularidades ou erros nos registos apresentados. Em particular, o controlo das despesas exigia a confrontação dos registos dos livros de despesa com os papéis justificativos apresentados pelo fiscalizado, tal como se fazia no reino, aliás. Contudo, esta etapa revestia-se de algumas especificidades que dificultavam a inspecção administrativa.

A primeira especificidade prende-se com o assim designado processo de *desconto dos cadernos dos feitores*, formalidade administrativa a cargo da

¹⁴ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Chancelaria de Filipe I, liv. 9, fl. 319v.

¹⁵ APO, Fasc. 5, Parte III, pp. 1181-1246.

¹⁶ Sobre o caso português, cf. Judite Cavaleiro PAIXÃO e Maria Alexandra LOURENÇO, *Contos do Reino e Casa*, comunicação apresentada ao 10.º Congresso de Arquivologia, realizado entre 27 de Novembro e 3 de Dezembro, 1994 (mimeo.). Veja-se também Anne DUBET, "Finances et Réformes Financiers", in *Le Bulletin de la Société d'Histoire Moderne et Contemporaine*, n.ºs 3-4 (2000), pp. 56-57.

Matrícula Geral e que devia anteceder a verificação dos dispêndios.¹⁷ Inexistente no reino, esta formalidade consistia na conferência dos pagamentos executados pelos oficiais de recebimento em matéria de remunerações, com os registos nominais, contidos nos livros da Matrícula, dos oficiais, homens de armas e eclesiásticos que estivessem formalmente ao serviço da coroa na Ásia.¹⁸ Contudo, o *desconto dos cadernos* raramente se cumpria antes do início da prestação de contas, pelo que a validação das despesas com ordenados tendia a realizar-se nos Contos, com recurso aos mandados de pagamento do vice-rei ou dos vedores da fazenda. Considerando a elevada dimensão do corpo de oficiais, soldados e eclesiásticos sustentados pela fazenda real e a elevada quantidade de papéis que havia que manusear, este processo de validação foi sempre muito moroso e desajustado à capacidade humana da instituição.

A segunda particularidade, também ela ausente no reino, radica na diversidade das moedas asiáticas que colocava verdadeiros desafios técnicos aos contadores. Na verdade, à Casa dos Contos de Goa chegavam livros e papéis registados em moedas de valor cambial muito diverso, em função do sistema monetário regional onde os oficiais de recebimento tivessem actuado. Infelizmente, o regimento da Casa dos Contos é omissivo relativamente à moeda de conta utilizada no processo de verificação. Mas parece razoável admitir que os contadores conduziam a inspecção na moeda em que tivessem sido registados os movimentos contabilísticos.¹⁹ Por conseguinte, além das necessárias competências contabilísticas, aos contadores exigia-se conhecimentos aprofundados das particularidades do Estado da Índia e do mundo asiático. Resta saber se estas exigências técnicas estavam presentes na estruturação da carreira interna e na definição das variáveis de recrutamento neste domínio específico da administração da fazenda.

II. Acesso e progressão numa carreira especializada

Entre 1554 a 1638, o pessoal ao serviço dos Contos oscilou entre um mínimo de vinte e sete e um máximo de quarenta e nove indivíduos, que se repartiam por três categorias funcionais. Enquanto oficiais especializados na verificação das contas, provedores, contadores e escrevães constituíam, sem dúvida, a categoria mais relevante. A este grupo correspondia uma car-

¹⁷ Sobre a Casa da Matrícula, veja-se Susana Münch MIRANDA, “Centre and periphery...”, cit., p. 6.

¹⁸ No reino, o controlo das despesas com ordenados fundava-se nas folhas de assentamento de ordenados, anualmente elaboradas pelos vedores da fazenda. Apesar de tentativas efectuadas no início da década de 1620, o alargamento da feitura de folhas de assentamento às circunscrições fiscais do Estado da Índia não se chegou a concretizar (cf. Susana Münch MIRANDA, *A Administração...*, cit., pp. 470-471).

¹⁹ Susana Münch MIRANDA, *A Administração...*, cit., pp. 490-491.

reira interna bem definida, como se verá, e de que o posto de escrivão representava o primeiro degrau. Uma segunda categoria estanque em relação à primeira, englobava um conjunto de ofícios que, não estando envolvidos directamente na inspecção de contas, asseguravam tarefas complementares ao bom funcionamento da instituição. Neste âmbito, inserem-se o guarda e porteiro dos Contos, bem como o executor das dívidas, o meirinho e os respectivos escrivães. Por último, a Casa dos Contos de Goa empregava ainda um conjunto de oficiais menores, de designação variável, responsáveis pelo desempenho de tarefas auxiliares: os chamadores, naiques, peões e servidores.

Inevitavelmente, o grupo mais relevante é o primeiro. Na organização funcional dos Contos, provedores, contadores e escrivães representam o núcleo vital por onde perpassava a vida administrativa da Casa dos Contos. Disso é também expressão o facto de representarem o corpo mais numeroso da instituição. No seu quadro orgânico, os postos de escrivão, contador e provedor variaram, em conjunto, entre um número mínimo de dezasseis (1638) e um máximo de vinte e cinco (1607).²⁰ É a sua biografia colectiva que aqui estará em observação, pela especificidade que o seu perfil médio permite entrever relativamente às demais carreiras da instituição, inclusivamente no que diz respeito ao seu acesso. De fora deste inquérito ficam, pois, os presidentes do tribunal – os provedores-mores – cuja selecção obedecia a critérios próprios, indissociáveis de uma magistratura da hierarquia superior do tecido do governo da fazenda. Aliás, os provedores-mores recrutavam-se frequentemente no exterior da instituição.²¹ Já os oficiais de apoio à fiscalização, agrupados na segunda categoria, apresentam um perfil muito distinto, ficando também de fora desta análise. Neste caso, na selecção de candidatos para o cargo de guarda ou de executor predominavam variáveis consentâneas com a lógica patrimonial do ofício público.

Cabe notar que a biografia que aqui se procura traçar do corpo especializado dos Contos é a possível, atendendo aos condicionalismos impostos pela documentação institucional, avara em informações sobre este grupo. Ainda assim, em núcleos depositados no Arquivo Histórico de Goa, no Arquivo Histórico Ultramarino e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo respigaram-se algumas informações que permitem entrever o modelo de acesso à carreira, as características do seu provimento e a mobilidade dos seus percursos profissionais.

Entre 1517 e 1640, cerca de cem indivíduos circularam e ocuparam postos do núcleo especializado de oficiais da Casa dos Contos. As informações sobre cada um desses indivíduos são muito desiguais, não tendo sido possível, pelos motivos aduzidos, proceder a uma reconstrução sistemática

²⁰ Susana Münch MIRANDA, *A Administração...*, cit., p. 349.

²¹ Susana Münch MIRANDA, *A Administração...*, cit., pp. 359-361.

das suas biografias. Em todo o caso, por considerar um tempo longo de mais de cem anos, a investigação realizada permitiu acompanhar o percurso de muitos deles.

A estrutura hierárquica do grupo, já perfeitamente definida aquando do regimento filipino, é o primeiro elemento a considerar. A sua carreira decompunha-se em três escalões, a que correspondiam competências, remunerações e graus de responsabilização distintos. O primeiro degrau coincide com o posto de escrivão, onde os oficiais iniciavam o tirocínio profissional e adquiriam a experiência necessária para poder evoluir na carreira. O segundo patamar corresponde ao lugar de contador, responsável pelas operações de verificação e encerramento das contas. Pela perícia técnica exigida, este escalão só era acessível após vários anos de experiência adquirida numa escrivaninha. Por fim, o topo da carreira atingia-se com a nomeação para provedor das contas, a que correspondiam tarefas de maior responsabilidade relacionadas com a revisão de contas e com o despacho da jurisdição voluntária.

Uma carreira bem-sucedida na Casa dos Contos podia assim, no plano teórico, começar numa escrivaninha e terminar com o provimento de provedor, posto aos quais só os contadores mais antigos e de maior experiência tinham acesso. Este percurso gradativo, contudo, não estava disponível a todos os contadores, uma vez que as duas vagas de provedor das contas previstas no quadro orgânico da Casa introduziam um estrangulamento no vértice superior da carreira.²² Por conseguinte, a nomeação para contador constituiria para a maior parte destes oficiais o auge de uma carreira iniciada como escrivão. Em circunstâncias excepcionais, uma trajectória pessoal percorrida no tribunal poderia ainda terminar com a presidência, por intermédio de uma promoção a provedor-mor. Mas este desfecho constituía a excepção e não a regra na lógica de provimento deste último cargo, onde era comum o recrutamento exterior à própria instituição.

Em termos gerais, os percursos deste oficialato apontam para a existência de uma progressão interna pautada por critérios que se prendem com a qualificação técnica, entendida como “saber de experiência feito”, adquirido e construído com o tempo. Assim, ao primeiro degrau – o posto de escrivão – só se podia aceder depois de um exame prévio, conduzido pelo provedor-mor e destinado a comprovar aptidões e competências. A mesma regra aplicava-se aos provimentos em serventia, que apenas deveriam contemplar indivíduos “criados no mesmo negocio da fazenda”.²³ Também a regulação do acesso aos escalões superiores de contador e provedor sublinha o carácter progressivo desta carreira: o acrescentamento ao posto de contador pressupunha uma carreira de quatro anos no escalão de escrivão, tal

²² Susana Münch MIRANDA, *A Administração...*, cit., p. 349.

²³ *APO*, Fasc. 5, Parte II, doc. 513, p. 568.

como a promoção a provedor só podia ser alcançada após idêntico tempo de serviço como contador.²⁴ Em 1646, alargava-se ainda a cinco anos o período que os escrivães teriam de cumprir a fim de se tornarem elegíveis para uma promoção.²⁵ Mas a passagem efectiva para o escalão superior dependia ainda, teoricamente, da aprovação do provedor-mor, traduzida num exame destinado a comprovar as competências técnicas do candidato. Donde vale sublinhar que não há automatismos no dispositivo de promoção interna. Aliás, globalmente, estes requisitos de progressão são em tudo semelhantes àqueles que vigoravam na Casa dos Contos do Reino.²⁶

A configuração da carreira deste oficialato sugere, assim, que a qualificação técnica constitui o critério central na selecção dos eventuais candidatos. Além deste primeiro filtro, ainda se juntava uma segunda variável de recrutamento, que distinguia os reinóis dos naturais da Índia. Na verdade, estes postos eram preferencialmente entregues a portugueses ou, em segunda instância, a filhos de portugueses, para que o domínio da língua portuguesa fosse assegurado, bem como para reforçar a autoridade do tribunal no contexto da administração da coroa.²⁷

Pela qualificação técnica exigida aos providos, e à semelhança do que sucedia com os provedores-mores, as nomeações eram dominadas pela concepção “funcional-corporativa” do ofício.²⁸ A dada do provimento vitalício competia ao rei, muito embora se excluísse a venalidade e a possibilidade de transmissão hereditária. Ou seja, como estava em causa o exercício de uma função específica, para a qual se requeria também um perfil profissional adequado, o provido não detinha a posse plena do ofício. Em todo o caso, sempre que houvesse lugares vagos no quadro, por morte dos seus detentores ou por sentença judicial que impedisse os proprietários de continuarem a exercer, o vice-rei tinha jurisdição para prover serventias. Para esse efeito, deveria escolher indivíduos com aptidões reconhecidas e cuja entrada nos Contos estava teoricamente condicionada ao já referido exame prévio. A confirmação do ofício estava, contudo, reservada à coroa, que fazia depender a sua decisão de informações concretas relativas às qualidades e aptidões dos oficiais interinos.²⁹

Assim, estão aqui expressas duas vias, embora não exclusivas, de acesso a uma carreira construída nos Contos de Goa. A primeira concretizava-se por nomeação directa da monarquia e visava o preenchimento de vagas de qualquer um dos três escalões da carreira. Os provimentos recaíam habitual-

²⁴ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Conselho Ultramarino, cód. 32, fls. 189v-194v.

²⁵ ANTT, Governo do Estado da Índia, Livros das Monções, liv. 55, fl. 176.

²⁶ Virgínia RAU, *A Casa...*, cit., p. 217.

²⁷ AHU, Índia, cx. 23, doc. 31.

²⁸ António Manuel HESPAÑA, *História das Instituições. Épocas medieval e moderna*, Coimbra, Livraria Almedina, 1982, pp. 394 segs.

²⁹ APO, Fasc. 6, doc. 45, pp. 778-779.

mente em oficiais dos Contos do Reino, acrescentados ao degrau seguinte da carreira na instituição congénere do Estado da Índia: de escrivão a contador e de contador a provedor. Maiores problemas de identificação colocavam as escolhas para as escrivaninhas. Aí os critérios preponderantes parecem ser a ligação à casa real e uma carreira já iniciada ao serviço da coroa, já que as nomeações contemplavam moços da câmara e cavaleiros fidalgos ou ainda indivíduos com familiarização comprovada em matérias de contabilidade pública, feita pela mão de um parente nos Contos do Reino.³⁰

A segunda via de acesso à carreira passava pelo exercício de uma serventia concedida pelo vice-rei. Neste caso, a experiência prévia adquirida durante a interinidade podia representar uma titularização futura, ainda que para todos os efeitos a selecção fosse mediada pelo vice-rei e determinada por critérios que passavam, certamente, pelas suas estratégias clientelares. De qualquer modo, na medida em que também as serventias pressupunham um exame prévio, é legítimo considerar que, quer nas nomeações feitas pela administração central, quer nos provimentos locais, a insistência com a qualidade técnica do recrutamento fosse uma constante do ponto de vista da coroa.³¹

Vale ainda a pena frisar que a singularidade desta carreira progressiva e predicada pelo mérito se revelava ainda noutros aspectos. Desde logo, na possibilidade de despedimento, sempre que os providos não tivessem ainda obtido confirmação da coroa. Foi o que sucedeu em 1605 quando quatro contadores e igual número de escrivães foram desapossados por falta de aptidão profissional.³² Pelas mesmas razões, dois contadores foram despedidos em 1631 por decisão tomada em Conselho da Fazenda, muito embora um deles fosse posteriormente reconduzido ao posto de escrivão com que tinha vindo provido do reino.³³ Do mesmo modo, a ausência comprovada de competências técnicas podia condenar alguns oficiais a começarem e a terminarem a sua carreira como escrivães. Por fim, o desenho jurídico destes ofícios permitia ainda alcançar uma aposentação, com o ordenado correspondente. Assim sucedeu, pelo menos em 1594 e 1638, a vários contadores após uma longa carreira na instituição.³⁴ Note-se que, quer a possibilidade de despedimento quer a aposentação, acentuam o carácter não patrimonial destes ofícios.

Contudo, embora a configuração desta carreira coloque sistematicamente a tónica nas competências e na suficiência dos candidatos, a remeter

³⁰ Susana Münch MIRANDA, *A Administração...*, cit., p. 372.

³¹ Cf. *APO*, Fasc. 5, Parte III, doc. 1075, pp. 1534-1535; *APO*, Fasc. 6, doc. 45, pp. 778-779; AHU, cód. 346, cap. 8, fls. 41-42v.

³² Historical Archives of Goa (HAG), Provisões, Alvarás e Regimentos, cód. 3033, fl. 297v.

³³ Os contadores em causa serviam havia muitos anos, mas sem confirmação régia (HAG, Conselho da Fazenda, cód. 1161, fl. 176); AHU, Conselho Ultramarino, cód. 210, fls. 79v-80).

³⁴ Cf. *APO*, Fasc. 3, doc. 141, pp. 438-439; HAG, CF, cód. 1163, fl. 14v.

já para a emergência de uma proto-burocracia, uma análise mais detalhada dos provimentos e do perfil do oficialato dos Contos de Goa permite captar algumas distorções, mercê da sobrevivência de alguns traços do modelo de patrimonialização dos ofícios. Outras vias de acesso à carreira tornam-se então visíveis.

O casamento com uma órfã enviada do reino que trouxesse como dote a concessão de um ofício de escrivão ou de contador dos Contos de Goa era uma delas.³⁵ Como é bem conhecido, esta prática sustentava-se em considerações baseadas na “graça” que obrigava o monarca a compensar os seus vassallos por serviços prestados e, neste caso, contemplava indivíduos recrutados localmente.³⁶ Embora o provimento fosse teoricamente subordinado à verificação da capacidade dos providos para o desempenho dos cargos, o controlo sobre o recrutamento era nestes casos mais difícil de efectuar. E, na realidade, pelo menos num caso, o requisito da aptidão profissional não foi cumprido. Segundo uma informação do provedor-mor datada de 1637, o contador Manuel Coelho, cuja entrada nos Contos remontava a uma nomeação efectuada nas condições referidas, era considerado homem de “pouco talento e suficiencia que mal sabia formar uma carta”, pelo que a sua substituição era urgente.³⁷

Uma outra permanência da lógica patrimonial dos ofícios decorria da concessão de alvarás “de lembrança” para os filhos dos oficiais de contas. Desta prática resultavam fortes ligações familiares entre os seus membros, a sugerir que os laços de sangue representavam uma via de acesso privilegiada à instituição. Contudo, é importante desde já fazer notar que esta realidade não remete para a existência de mecanismos de transmissão hereditária destes ofícios. Dado o carácter hierarquizado e gradativo da carreira, estes cargos não integravam o património dos seus detentores, reservando-se a coroa o direito de os recuperar após a sua morte. Ou seja, pese embora o exagero do exemplo, o ofício de topo na carreira deste oficialato – provedor de contas – que, como vimos, exigia um longo percurso profissional prévio, não era passível de ser transmitido a um herdeiro. No entanto, devido a um costume doutrinal largamente aceite, os titulares acabavam por ver garantidos os direitos dos seus filhos; neste caso a um posto nos Contos, no âmbito da remuneração de serviços a que legitimamente podiam aspirar no decurso de uma carreira ao serviço da coroa.³⁸ Mais uma vez estamos ao nível da

³⁵ Cf. APO, Fasc. 5, Parte II, doc. 420, pp. 507-508; HAG, Cartas Patentes e Provisões, cód. 4465, fls. 61v-62; HAG, Provisões, Alvarás e Regimentos, cód. 3033, fls. 160-161; AHU, CU, cód. 210, fls. 79v-80.

³⁶ António Manuel HESPANHA, “La Economía de la Gracia”, in *La Gracia del Derecho. Economía de la cultura en la Edad Moderna*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 1993, pp. 151-176.

³⁷ AHU, CU, cód. 210, fls. 79v-80.

³⁸ Sobre o reconhecimento por parte da doutrina dos direitos dos filhos aos ofícios dos pais, cf. António Manuel HESPANHA, *As Vésperas...*, cit., pp. 510-511.

liberalidade régia que envolvia sobretudo a concessão em regime de “mercê” dos dois primeiros escalões desta carreira, podendo beneficiar um filho ou uma filha, esta última por intermédio do expediente do dote de casamento.³⁹ Em 1637, segundo uma informação do provedor-mor, dos nove escrivães que então serviam, quatro tinham entrado na carreira ao abrigo dessas condições: dois eram filhos de contadores e tinham ascendido ao posto por alvarás de lembrança passados aos progenitores, enquanto os demais tinham obtido os provimentos em dote de casamento.⁴⁰ Aliás, esta prática é também largamente atestada no recrutamento dos oficiais dos Contos do Reino e Casa em idêntico período, detectando-se marcadas relações de parentesco que perpassavam toda a instituição.⁴¹

Em Goa registam-se pelo menos dois casos em que a consolidação familiar destes cargos é detectável até à terceira geração. Num deles, a linhagem de oficiais remonta aos Contos do Reino e Casa, a Belchior de Brito, que aí servia de escrivão no início da década de 1590. O seu filho, Manuel de Brito Monteiro, iniciou-se nas rotinas contabilísticas pela mão do pai e obteve provimento de escrivão dos Contos da Índia, para onde partiu em 1607. Em Goa desenvolveu a sua carreira profissional, conseguindo o acrescentamento a contador em 1613.⁴² Três décadas mais tarde, Manuel de Brito Vidal, neto de Belchior de Brito, iniciava o tirocínio profissional numa escrivania dos Contos de Goa.⁴³ O segundo caso envolve pai, filho e genro, todos com carreiras iniciadas e consolidadas em Goa. Depois de servir durante vários anos de escrivão, André da Costa, nascido na Índia, foi acrescentado a contador no ano de 1595, na vaga deixada aberta pelo falecimento de seu pai, António da Costa.⁴⁴ No prosseguimento da sua carreira, André da Costa ascendeu à serventia de provedor das contas e ementas em 1613, e nos anos subsequentes obteve da coroa alvará de concessão de uma escrivania em dote para uma filha, que se traduziu na entrada na carreira do seu genro, Francisco Ferreira Godinho.⁴⁵

O quadro aqui traçado deixa poucas dúvidas relativamente à presença de fortes interesses familiares no seio dos oficiais dos Contos, ainda que não

³⁹ APO, Fasc. 5, Parte I, doc. 127, p. 241; ANTT, Governo do Estado da Índia, Livros das Monções, liv. 24, fls. 55-56.

⁴⁰ AHU, CU, cód. 210, fls. 79v-80.

⁴¹ Virgínia RAU, *A Casa...*, cit., pp. 247 segs.

⁴² ANTT, Chanc. Filipe II, liv. 13, fls. 365 e AHU, Índia, cx. 2, doc. 93.

⁴³ AHU, CU, cód. 210, fls. 79v-80.

⁴⁴ APO, Fasc. 5, Parte III, doc. 1019, p. 1418. António da Costa, fora moço da câmara do rei e recebera mercê do ofício de escrivão dos Contos da Índia em 1563 (APO, Fasc. 5 Parte II, doc. 467, p. 54), tendo na década de 1570 ascendido a contador (HAG, Provisões, Alvarás e Regimentos, cód. 3034, fls. 106v-107).

⁴⁵ *Documentos Remetidos da Índia ou Livros das Monções*, vol. II, edição de R. A. de Bulhão PATO e A. da Silva REGO, Lisboa, Academia Real das Ciências, pp. 361-263; AHU, Conselho Ultramarino, cód. 210, fls. 79v-80.

seja possível calcular a percentagem de indivíduos que acederam à carreira por esta via, nem avaliar os seus efeitos na qualidade do recrutamento. Em todo o caso, será enganador partir do princípio que a manifestação de mecanismos de reprodução social deste oficialato conduzia necessariamente a uma degradação do seu perfil técnico. Na verdade, atendendo a que o provimento de filhos ou genros se encontrava condicionado a um prévio exame que atestasse as suas aptidões, a sua introdução na carreira fazia-se ainda em idade muito jovem, pela mão dos seus progenitores. Acompanhando-os diariamente aos Contos, aí aprendiam a ler e a escrever e se iniciavam também nas rotinas administrativas. Embora não tivessem funções definidas nem qualquer tipo de vínculo jurídico à Casa, o processo de aprendizagem podia incluir o desempenho de algumas tarefas menores que envolvessem o exercício da escrita. Com o tempo, adquiriam experiência e as competências necessárias que lhes permitisse, havendo vaga no quadro, accionarem os respectivos alvarás de lembrança e ascenderem ao escalão de escrivão. Esta prática era comum não só no reino, como também noutros contextos administrativos.⁴⁶ A Casa dos Contos de Goa não constitui excepção a este cenário. Sirva de exemplo o caso de Sebastião da Fonseca, filho do contador Inácio da Fonseca que, por petição de seu pai, recebeu um alvará do vice-rei para começar a servir nos Contos “nos traslados das arrecadações que vão para o reino e coisas que há na Casa para se escreverem”.⁴⁷

Por conseguinte, do ponto de vista da coroa, a consolidação destes ofícios nas mãos das mesmas famílias podia representar o recrutamento dos mais aptos e competentes, treinados no serviço régio pela mão de um parente próximo. O sistema aspirava assim a um justo equilíbrio entre a competência técnica, indispensável nesta carreira hierarquizada e progressiva, e as exigências sociopolíticas relacionadas com o reconhecimento do direito dos filhos aos ofícios dos pais.

Em contrapartida, os provimentos locais em regime de serventia feitos pelos vice-reis ou governadores estão mais claramente associados a uma quebra do perfil técnico destes oficiais. Esta constatação é inseparável de um discurso corrente em torno de uma progressiva “indianização” deste oficialato. Aliás, este fenómeno surge associado às dificuldades de recrutamento

⁴⁶ Sobre esta prática no reino, cf. Virgínia RAU, *A Casa...*, cit., pp. 349 segs. Anne VANDENBULCKE retém também manifestações deste costume na Casa dos Contos do Brabante (*Les Chambres des Comptes des Pays-Bas Espagnols. Histoire d'une institution et de son personnel au XVII siècle*, Bruxelas, Éditions de l'Université de Bruxelles, 1996, p. 116), e a mesma constatação fez Marco OSTONI para a Lombardia (“Controllori e controllati: i «ragionati» nell'amministrazione finanziaria milanese fra cinque e seicento”, in Mario RIZZO, José Javier RUIZ IBÁÑEZ e Gaetano SABATINI (eds.), *Le Forze del Principe. Recursos, instrumentos y límites en la práctica del poder soberano en los territorios de la monarquía hispánica*, Múrcia, Universidade de Múrcia, 2004, vol. II, pp. 903 segs.).

⁴⁷ Cf. *APO*, Fasc. 5, Parte II, doc. 590, p. 626. Também Manuel de Brito Monteiro, filho de um escrivão dos Contos do Reino e Casa, foi provido numa escrivania dos Contos de Goa pela prática adquirida em ajudar regularmente o seu pai (ANTT, Chanc. Filipe II, liv. 13, fls. 365).

local, em termos de qualidade técnica, e era invariavelmente apontado como um dos grandes problemas que afectava a instituição.

A primeira referência ao provimento de naturais da Índia nesta carreira remonta a 1549, altura em que o contador Gaspar Caminha não escondia o seu espanto pelo provimento de quatro escrivâninhas em “mestiços”, que não tinham adquirido qualquer experiência nos morosos processos de toma de contas e, pior ainda, não sabiam sequer escrever.⁴⁸ Este panorama contrastava com o início da década de 1540, quando o quadro orgânico da Casa ainda estava preenchido com “contadores portugueses, todos nascidos em Portugal e muito velhos e omrrados e muy antiguos nela e cheos de muita experiencia nos negocios dela”. Nessa altura, também os postos de escrivão estavam entregues a portugueses “todos muito honrados e bons officiaes”. Ainda segundo o mesmo contador, o esvaziamento da instituição de oficiais reinóis devia-se quer a acidentes biológicos quer a abandonos da carreira, na sequência de conflitos com a presidência da Casa dos Contos.

Algumas décadas mais tarde, o vedor da fazenda, António Giralte afirmava que “negros e mestiços” constituíam o grosso dos oficiais da Casa, acusando-os de não terem “segredo” nas contas.⁴⁹ A insistência nestas queixas levou a coroa, em 1594, a recomendar ao vice-rei que não atribuisse cargos nos Contos a indivíduos nascidos na Índia, a não ser em situações excepcionais e desde que fossem “pessoas muito benemeritas e confidentes”.⁵⁰

Mas a necessidade de assegurar o preenchimento do quadro orgânico da instituição tornava inevitável o seu recrutamento. Entre 1597 e 1599, dos dez contadores que serviam a instituição sete eram naturais da Índia, circunstância que levou D. Francisco da Gama a solicitar o envio de oficiais do reino para os Contos de Goa. E explicava: “[porque] cá os não há de confiança nem suficiência, e bem o sente a fazenda de Sua Majestade”.⁵¹ Pelo mesmo diapasão afinaria também o provedor-mor no ano de 1620, ao solicitar à corte o envio de dois escrivães e outros tantos contadores dos Contos do Reino e Casa, para substituir oficiais considerados insuficientes. Manuel Brandão constituía o caso mais gritante, uma vez que não dominava convenientemente a língua portuguesa: “entrou a servir de contador por respeitos particulares, que he negro velho e não tomara jamais a lingoa”.⁵² Novo pedido solicitando o envio de contadores experientes para os Contos de Goa seria ainda endereçado em 1638, pelo vice-rei Pedro da Silva.⁵³

⁴⁸ “Carta de Gaspar Caminha”, in Virgínia RAU (ed.), “Regimento da Casa dos Contos de Goa de 1589”, in *Revista do Centro de Estudos Económicos*, n.º 9 (1949), pp. 113-114.

⁴⁹ Archivo General de Simancas (AGS), Secretarias Provinciales, cód. 1551, fls. 608-611v. *APO*, Fasc. 3, doc. 141, pp. 438-439.

⁵¹ Cf. Biblioteca Nacional de Portugal, cód. 1976, fls. 41-48v e 134-135v; Idem, cód. 1975, fls. 228-230; Idem, cód. 1976, fls. 161-162.

⁵² AHU, Conselho Ultramarino, cód. 32, fls. 189v-194v.

⁵³ Cf. AHU, CU, cód. 210, fls. 104v-105v.

Não obstante a insistência destas solicitações, o recrutamento deste oficialato no reino permaneceu reduzido durante o período cronológico em observação. Considerando as nomeações registadas na Chancelaria régia, distinguem-se tão-só dois momentos em que a administração central chamou a si a selecção de indivíduos para os três escalões em que se subdividia a carreira. O primeiro estende-se de finais da década de 1520 à década de 1540, altura em que a passagem de escrivães e contadores à Índia com provimento da coroa deve ser entendida à luz do processo de constituição da Casa dos Contos em Goa.⁵⁴ O segundo momento coincide com uma intervenção mais vasta nos Contos de Goa, encetada em 1607 e materializada na reinstituição do ofício de vedor da fazenda dos Contos.⁵⁵ Com Jerónimo de Brito Pedroso embarcaram pelo menos quatro escrivães, dois contadores e um provedor das contas, a que se seguiu ainda um segundo provedor que partiu de Lisboa em 1611.⁵⁶

Tirando estes momentos concretos, a administração central raras vezes cedeu aos pedidos que lhe chegavam de Goa. Não só porque oficiais práticos e experientes em matéria de Contos não abundavam no reino, como também por se entender que os vice-reis e governadores dispunham da jurisdição necessária para prover vagas por intermédio de serventias.⁵⁷ Por conseguinte, e na medida em que a coroa raras vezes interferiu directamente na selecção dos candidatos, parece certo que os vice-reis desempenharam um papel fulcral no acesso à carreira e que as serventias seriam provavelmente a sua via mais frequente.

É esta realidade que acaba por vir aumentar as contradições de um sistema de recrutamento, em que a competência dos providos era, não raras vezes, substituída pelas estratégias clientelares dos vice-reis enquanto critério de entrada e de progressão na carreira. Ao abrigo da prerrogativa que lhe permitia conceder serventias, vários foram os vice-reis que colocaram criados seus em escrivaninhas da Casa dos Contos, não obstante se ter defendido semelhante prática em 1605.⁵⁸ Em certas circunstâncias, o provimento até podia ser feito directamente para o patamar de contador, com a escolha a recair em indivíduos estranhos à Casa, em claro desrespeito pelo carácter progressivo e gradativo da carreira. Foi o que sucedeu com António Ventura, provido no cargo de contador por D. Miguel de Noronha no início da década de 1630, por demonstrar competências no domínio da escrita e da aritmé-

⁵⁴ Susana Münch MIRANDA, *A Administração...*, cit., p. 381.

⁵⁵ Sobre esta alteração institucional, cf. IDEM, *ibid.*, pp. 321-329.

⁵⁶ Susana Münch MIRANDA, *A Administração...*, cit., pp. 381.

⁵⁷ APO, Fasc. 3, doc. 141, pp. 438-439; AHU, CU, cód. 32, fls. 189v-194v.

⁵⁸ A provisão régia que estabelece esta proibição data de 3 de Março de 1605 (APO, Fasc. 6, doc. 45). Contudo, Fernão de Albuquerque, governador entre 1619 e 1622, e D. Francisco da Gama que serviu de vice-rei entre 1622 e 1628 são alguns dos vice-reis que atestadamente nomearam criados seus para os Contos (cf. Susana Münch MIRANDA, *A Administração...*, cit., p. 382).

tica, mas sem ter cumprido o tirocínio profissional dentro da instituição. E, aos olhos do provedor-mor aquelas qualificações não permitiam compen-sar o seu deficiente domínio das rotinas administrativas e dos regimentos da instituição, motivo suficiente para se advogar a sua substituição. Aliás, na mesma ocasião, o responsável pela Casa dos Contos solicitava também à coroa o estrito cumprimento das normas de entrada e de progressão na carreira relativamente às qualidades e competências dos seleccionados, pedindo expressamente que se impedisse os vice-reis de dominarem os provimentos e de nomearem apaniguados para o preenchimento de vagas.⁵⁹

Mas apesar destes ecos que chegavam de Goa, o sistema de recrutamento deste oficialato continuou a ser, em boa parte, condicionado pelos interesses dos sucessivos detentores do governo do Estado da Índia. Sem que os providos dessem garantias de eficácia e perícia técnica, como as denúncias regulares dos provedores-mores faziam crer. Como afirmava Francisco de Melo de Castro em 1644, queixando-se da baixa qualificação do seu pessoal, as vagas eram preenchidas em função do valimento dos providos, e não em virtude das suas competências.⁶⁰ Para isso também muito contribuía uma prática regular dos vice-reis, que visava contornar a proibição da dada de serventias dos Contos a criados seus. Essa prática, que é indicia-dora de uma hábil utilização em seu proveito das considerações da graça a que a monarquia estava vinculada, consistia no seguinte: as serventias de escrivaninhas eram concedidas em dote de casamento a órfãs, sendo os futuros maridos previamente seleccionados entre os criados do vice-rei e as noivas forçadas ao respectivo consórcio. Confrontado com uma destas situações, que envolvia o ofício de escrivão da Mesa do Despacho dos Contos, atribuído em dote de casamento a uma órfã cujo pai morrera em Ceilão, o provedor-mor expressava assim o seu desacordo pela interferência dos vice-reis no acesso à carreira especializada dos Contos: “não são estes lugares que se ajam de dar por serviços, senão a pessoas que tenham experiencia da fazenda e que saibam de contas e que tenham pratica dos mesmos Contos”.⁶¹ Desta forma, para além de procurar recentrar as escolhas em torno do critério da competência específica, o responsável da instituição assumia também a defesa dos mecanismos de promoção interna, baralhados por intermédio da entrada de indivíduos estranhos à carreira.

Sem pôr em causa a jurisdição do vice-rei no provimento de serventias, em 1646 a coroa respondeu a estes desvios, reforçando a natureza progres-siva da carreira e vedando o acesso aos cargos de contador a indivíduos sem percurso prévio nos Contos. A partir daquela data, os provimentos em cargos de contador só seriam válidos se os beneficiários tivessem cumprido um tirocínio de cinco anos no posto de escrivão. E, mais uma vez, para garante

⁵⁹ AHU, Conselho Ultramarino, cód. 210, fls. 79v.-80.

⁶⁰ AHU, Índia, cx. 28, doc. 65.

⁶¹ AHU, Índia, cx. 28, doc. 65.

do capital simbólico do tribunal, recomendava-se também que as nomeações para estes cargos contemplassem apenas portugueses.⁶²

Os efeitos práticos destas últimas instruções ultrapassam o âmbito cronológico da investigação efectuada. De qualquer modo, sem alterações ao modelo de provimento dificilmente se poderia registar uma elevação sensível do grau de qualificação deste oficialato. Por conseguinte, e no período que aqui estive em observação, a sua matriz de recrutamento apresenta aspectos híbridos e até contraditórios, em que elementos inovadores coexistem com elementos tradicionais. Por um lado, atendendo às funções eminentemente técnicas desempenhadas por estes oficiais, a configuração da sua carreira, em termos de acesso e de trajectória interna, aponta para a centralidade de requisitos como o mérito e a antiguidade, em detrimento de considerações associadas à “graça” e à “mercê”, típicas do modelo patrimonial do ofício público. Mas, por outro lado, estas considerações acabam por estar representadas na admissão de candidatos por intermédio da cooptação por parentesco ou ainda nas escolhas deixadas ao arbítrio do vice-rei, por meio do expediente da atribuição de serventias, combinado com a concessão de ofícios em dote de casamento.

Pese embora o hibridismo deste sistema de provimento, cabe assinalar uma diferença relativamente ao panorama vigente noutros contextos administrativos. Nos Países Baixos do Sul, por exemplo, uma parte significativa do recrutamento fazia-se por intermédio da compra do ofício.⁶³ Neste caso, ainda que se assinalem excepções, a venalidade dos ofícios abria caminho ao recrutamento de indivíduos sem formação técnica nem experiência. Sem que se atingisse este extremo, nos Contos de Goa a manutenção de alguns traços típicos da lógica patrimonial dos ofícios e o poder dos vice-reis em manipular o acesso à carreira, por via do provimento de serventias, punham em causa o critério da competência enquanto filtro de entrada e progressão interna. É neste âmbito que se devem entender as regulares lamentações dos dirigentes do tribunal a constatar o recuo do papel da qualificação no recrutamento. Esta quebra no perfil técnico do grupo mais importante do tribunal ainda se tornou mais notada depois de 1625, quando se iniciou um processo de emagrecimento generalizado do aparelho administrativo, militar e eclesiástico do Estado da Índia, destinado a reduzir despesas da fazenda real.⁶⁴ Nos Contos, essa contracção afectou sobretudo a categoria principal da instituição, com número de contadores e escrivães a baixar respectivamente para

⁶² HAG, Regimentos, cód. 855, fls. 78v-79.

⁶³ No século XVII dos oficiais que iniciavam uma carreira nos Contos dos Países Baixos espanhóis cerca de um terço obtinha o ofício na sequência de um “donativo” em numerário. No caso dos contadores, esse valor oscilava entre os quatro mil e os trinta e cinco mil florins (A. VANDENBULCKE, *Les Chambres...*, cit., pp. 127-131).

⁶⁴ Anthony DISNEY, “The Fiscal Reforms of Viceroy Linhares at Goa”, in *Anais de História de Além-Mar*, vol. III (2002), pp. 259-275.

seis e oito, quando em períodos anteriores era comum uma proporção de doze para treze, como sucedia em 1571⁶⁵. Neste contexto, o desempenho por indivíduos de manifesta incompetência técnica dos ofícios de escrivão ou contador era sentida ainda com maior acuidade, pelo desequilíbrio que assim se introduzia entre as obrigações do tribunal e o pessoal capaz de acudir ao expediente administrativo. O cumprimento do papel fiscalizador do tribunal começava a ser posto em causa quando, num quadro já de si reduzido de seis contadores afectos à Casa, apenas metade estava em condições de assegurar as tarefas de controlo das contas. Em última instância, esta questão não poderá ser negligenciada no âmbito das causas justificativas daquele que era considerado um problema estrutural à instituição: os atrasos na verificação das contas. Mas essa é uma outra história.

⁶⁵ Susana Münch MIRANDA, *A Administração...*, cit., pp. 349-350.

O PROVIMENTO DE OFÍCIOS DA FAZENDA REAL NAS ILHAS ATLÂNTICAS: O CASO DOS AÇORES

JOSÉ DAMIÃO RODRIGUES

Universidade dos Açores / CHAM - FCSH-UNL, UAç.

I.

O início da expansão portuguesa permitiu à coroa alargar progressivamente as suas áreas de intervenção e possibilitou, segundo alguns autores, a passagem de um “Estado de Justiça” a um “Estado de Finança”.¹ Mas permitiu igualmente que um determinado modelo de sociedade fosse implantado em novos territórios, prolongando as estruturas vigentes no reino embora com adaptações às realidades e aos condicionalismos locais. E, como, no reino, é preciso sublinhar que até aos finais do Antigo Regime foram claros os limites que se colocaram a um qualquer projecto “centralizador” ou limitador dos privilégios dos corpos políticos e sociais que detinham o poder à escala local.

De igual modo, importa lembrar que em alguns casos, anterior ao exercício da jurisdição régia, uma outra se fez sentir. Foi esse o caso dos arquipélagos atlânticos, sobretudo no século XV – houve algumas excepções, que se prolongaram até ao século XVIII –, doados a um senhor, o donatário – o primeiro donatário quatrocentista foi o Infante D. Henrique, duque de Viseu –, que para as ilhas enviou homens da sua casa para comandarem *in loco* a acção de povoamento e garantirem a administração da justiça senhorial e a arrecadação de rendas. No seu testamento, datado de 13 de Outubro de 1460, o Infante D. Henrique menciona explicitamente os “meus

¹ Sobre esta questão, ver, entre outros, Vitorino Magalhães GODINHO, “Finanças Públicas e Estrutura do Estado”, in Joel SERRÃO (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, s. ed., Porto, Livraria Figueirinhas, 1981, vol. III, pp. 20-40.

Almoxarifes e outras pessoas que minhas rendas, dinheiros e outras coisas receberão”.² Embora esta referência não permita afirmar que, à data, os representantes da fiscalidade senhorial eram uma realidade nas ilhas onde a ocupação humana se havia iniciado, é possível que no início da segunda metade de Quatrocentos alguns destes agentes, cuja função principal era assegurar a arrecadação dos direitos devidos ao donatário, actuariam já nas primeiras ilhas a serem povoadas. Com a subida ao trono do duque D. Manuel, em 1485, as ilhas e arquipélagos que integravam o senhorio da casa de Viseu-Beja seriam incorporados nos bens da coroa e, entre finais do século XV e meados do século XVI, criaram-se os principais ofícios das extensões periféricas da coroa e definiram-se, em grande medida, as linhas de força que organizaram a actuação dos oficiais régios presentes nos territórios insulares.

De um modo geral, nos vários domínios de actuação – justiça, comércio e fiscalidade, guerra – o provimento de ofícios para as ilhas atlânticas obedeceu aos mesmos critérios que presidiam aos provimentos para o reino e a jurisdição dos oficiais régios respeitava o quadro fixado nas Ordenações. Porém, factores como a distância, a descontinuidade geográfica ou conjunturas precisas podiam levar à criação de ofícios que apenas existiam num dado arquipélago ou ilha, à acumulação de cargos ou à elaboração de regimentos com instruções bem definidas. Em relação à primeira situação, pensemos na instituição de um feitor-geral dos escravos e algodão, em Santiago de Cabo Verde, ou na criação de um provedor das armadas, sediado em Angra desde, pelo menos, 1527. Já para ultrapassar problemas decorrentes da distância existente entre o reino e as ilhas e das dificuldades de comunicação entre o centro político e os seus agentes nas periferias imperiais, a monarquia recorreu por vezes à acumulação de ofícios. Foi assim em Cabo Verde com os ouvidores da coroa, mas esta acumulação também ocorreu nos Açores, como, de resto, em outras regiões do império.

Dois exemplos podem ilustrar o que acabamos de dizer. Por alvará de 25 de Janeiro de 1572, D. Sebastião determinou que os juízes de fora de Ponta Delgada, em São Miguel, servissem igualmente de corregedores da ilha de Santa Maria. Deste modo, todos os anos, na estação estival e sempre que as condições climáticas o permitiam, o juiz togado da cidade micalense ausentava-se, de modo a poder exercer na ilha vizinha o seu ofício de corregedor. Por este motivo, frei Agostinho de Montalverne afirmou que, no caso de Ponta Delgada, estávamos perante uma “judicatura do primeiro banco, não entram os ministros nela, senão na segunda instância”.³ Já em começos

² Cf. Manuel Monteiro Velho ARRUDA, *Colecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores*, 2.^a ed., Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1977, pp. 138-144, *maxime* p. 143.

³ Cf. Frei Diogo das CHAGAS, *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*, “Fontes para a história dos Açores”, direcção e prefácio de Artur Teodoro de Matos, colaboração de Avelino de

de Setecentos, o padre Manuel Luís Maldonado (1644-1711) apresentou na sua crónica *Fenix Angrence* uma relação dos provedores da Fazenda Real nos Açores que permite confirmar que diversos corregedores serviram igualmente o mais importante ofício da Fazenda nas ilhas açorianas.⁴

Providos pelo monarca na maior parte dos casos, no que respeita a alguns ofícios “menores” o provimento podia ser feito localmente, em serventia e por um dado período de tempo, pelos máximos representantes da coroa, situação comum nos arquipélagos.⁵ E se determinados ofícios, como os da justiça (corregedores ou ouvidores, juízes de fora), exigiam uma formação técnica e eram providos pela coroa em bacharéis geralmente oriundos do reino, outros cargos, como os da Fazenda (almojarifes, feitores, juízes do mar, contadores, provedores da Fazenda Real) foram exercidos em serventia ou em propriedade quer por enviados do rei às ilhas, quer por elementos das elites locais, que, quando recebiam a provisão dos ofícios em propriedade, buscaram patrimonializar os mesmos.

Foi este o quadro que, no essencial, perdurou até às reformas que se procuraram implementar na segunda metade do século XVIII.⁶ Nas linhas que se seguem, iremos agora centrar a nossa atenção no caso dos Açores e, em particular, no dos oficiais associados à Fazenda Real, procurando ilustrar de forma empírica o panorama geral que foi esboçado acima. Porém, fazemos notar desde já que, apesar da investigação efectuada, existem ainda questões em aberto que reclamam uma análise casuística antes de se poder elaborar um quadro geral mais completo e obter assim uma imagem mais próxima do que seria a rede das instituições e dos oficiais da Fazenda Real nas ilhas.

II.

Situemo-nos em finais de Quatrocentos. Duas cartas de quitação revelam-nos aspectos importantes da administração fiscal-financeira da casa

Freitas de Meneses e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, Angra do Heroísmo-Ponta Delgada, SREC/DRAC-Universidade dos Açores/Centro de Estudos Doutor Gaspar Frutuoso, 1989, p. 154; frei Agostinho de MONTALVERNE, *Crónicas da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, vol. II, 1961, p. 20.

⁴ Cf. padre Manuel Luís MALDONADO, *Fenix Angrence*, transcrição e notas de Helder Fernando Parreira de Sousa Lima, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol. 1, 1989, pp. 189-191.

⁵ Veja-se para o caso de Cabo Verde Zelinda COHEN, “O provimento dos oficiais da justiça e da fazenda para as ilhas de Cabo Verde”, *Stvdia*, Lisboa, n.º 51, 1992, pp. 145-176.

⁶ Para uma análise do caso açoriano, ver Avelino de Freitas de MENESES, *Os Açores nas encruzilhadas de Setecentos (1740-1770)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, vol. I: *Poderes e Instituições*, 1993 e vol. II: *Economia*, 1995; e José Damião RODRIGUES, “«Para o socego e tranquilidade publica das Ilhas»: fundamentos, ambição e limites das reformas pombalinas nos Açores”, *Tempo*, Niterói, vol. 11, n.º 21: *Dossiê Ensino de História*, Julho-Dezembro 2006, pp. 157-183.

ducal de Viseu-Beja nas ilhas açorianas.⁷ A primeira, passada a 29 de Junho de 1499 a Estevão Eanes e a António de Espínola, refere-se aos anos de 1494-1495, durante os quais os dois homens actuaram como rendeiros do duque D. Manuel nas ilhas de Santa Maria, São Miguel, Graciosa, São Jorge e Faial.⁸ Verificamos, assim, que na gestão e exploração das suas terras, sobretudo as mais periféricas,⁹ as grandes casas senhoriais recorriam ao sistema dos arrendamentos, à imagem do que a coroa já praticava nas costas africanas, procurando ultrapassar, dessa forma, as dificuldades colocadas pela percepção directa das rendas. A segunda carta, datada de 3 de Janeiro de 1505, foi passada a João de Marvão, que servira como almoxarife na ilha de Santa Maria. Dos dados nela contidos, destacamos, em primeiro lugar, o modelo de organização das receitas e despesas senhoriais, com a existência de livros ao cuidado do escrivão do almoxarifado, nos quais se registavam o dinheiro e os géneros colectados; em segundo, a confirmação de uma transição sem sobressaltos da jurisdição ducal para a jurisdição régia, pois o citado João de Marvão, a quem D. Manuel designa como “escudeiro de nossa casa”, exerceu o seu ofício nos anos de 1490-1493, ou seja, quando D. Manuel era ainda duque de Beja e donatário das ilhas, e 1496-1497, já depois da sua aclamação.¹⁰ Tal como fez na Madeira, o novo monarca efectuou a transposição de uma lógica senhorial para o exercício do poder monárquico. Além de promover vários lugares à categoria de vilas, permitindo assim a promoção das elites locais, compostas, em grande parte, por indivíduos da casa ducal, D. Manuel sustentou na existência das fidelidades e dependências clientelares a integração da fiscalidade senhorial na administração fiscal da coroa.¹¹

Após a sua subida ao trono, D. Manuel procurou desde cedo dotar as ilhas sob jurisdição da coroa de uma organização administrativa fiscal mais complexa.¹² Tendo em atenção o crescimento da actividade comercial nas

⁷ Para uma síntese, ver José Damiano RODRIGUES, “As Finanças”, in Artur Teodoro de Matos (coord.), *A Colonização Atlântica*, vol. III da *Nova História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 2005, vol. I, pp. 428-445, *maxime* pp. 429-432.

⁸ Cf. *Arquivo dos Açores (A.A.)*, edição fac-similada da edição original, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, vol. I, 1980, pp. 41-42.

⁹ Era o que também acontecia na Madeira. Cf. Susana Münch MIRANDA, *A Fazenda Real na Ilha da Madeira – Segunda metade do século XVI*, Funchal-Lisboa, SRTC/CEHA-IHA/FCSH, Universidade Nova de Lisboa, 1994, pp. 36-38.

¹⁰ Cf. *A.A.*, vol. I, 1980, pp. 49-50.

¹¹ Cf. Miguel Jasmíns RODRIGUES, “A economia: a agricultura e o comércio. A propriedade. O regime fiscal e as finanças” in Artur Teodoro de MATOS (coord.), *cit.*, pp. 102-137, *maxime* pp. 134-135; José Damiano RODRIGUES, “Nobrezas locais e apropriação do espaço: a vinculação em São Miguel no reinado de D. Manuel”, in *Actas do III Congresso Histórico de Guimarães D. Manuel e a sua época*, organizado pela Câmara Municipal de Guimarães e pelo NEPS- Universidade do Minho, Auditório da Universidade do Minho, Guimarães, 24 a 27 de Outubro de 2001, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2004 [2005], vol. III, pp. 435-449.

¹² Tratava-se de concretizar um princípio doutrinário relativo aos direitos reais, presente no Código de Justiniano e no *Digesto* e incluído nas *Ordenações Manuelinas*, Livro II, Título XV,

ilhas, com a presença cada vez mais numerosa de navios estrangeiros desde finais do século XV, os Açores receberam o seu primeiro “código aduaneiro”, o foral das alfândegas, datado de 4 de Julho de 1499,¹³ e o dos almoxarifados da Madeira, adaptado à realidade açoriana.¹⁴ Com a aplicação deste quadro normativo, o poder real definia o sistema tributário que iria vigorar nos portos açorianos, com a indicação dos navios e das mercadorias que ficavam submetidos ao pagamento dos direitos,¹⁵ da forma como as diversas mercadorias deviam ser carregadas ou descarregadas, das penas que seriam aplicadas aos infractores e do *modus operandi* dos oficiais alfandegários (juiz da Alfândega, almoxarife, escrivão do almoxarifado, alcaide do mar, porteiro da Alfândega). No caso particular do almoxarife, o regimento precisava as funções deste oficial e qual o seu âmbito de actuação: além da superintendência nas actividades ligadas à distribuição de terras e à produção agro-pecuária, o diploma procurava salvaguardar a arrecadação dos réditos devidos ao rei (dízimos, miunças), determinava a constituição de uma abegoaria, definia as relações entre o almoxarife e os demais poderes nas ilhas e incentivava a produção do pastel.

O foral dos almoxarifados reproduzido pelo padre Manuel Luís Maldonado na sua obra inclui uma referência explícita à conclusão, na Terceira, de uma “caza pera se arecadarem meos direitos *que* já comessada he” e o cronista, em comentário breve ao foral das alfândegas, considerou que, com este regimento, “sem duuida se criou de nouo o officio de Juiz”.¹⁶ Desconhecemos quando surgiram efectivamente as alfândegas nos Açores, mas as primeiras foram as de Angra, na Terceira, e de Vila Franca do Campo, em São Miguel, esta substituída pela de Ponta Delgada em 1518. O funcionamento destas instituições, essencial no controlo do movimento comercial e na cobrança dos direitos, assentava num quadro de oficiais encabeçado pelo

“Dos Dereitos Reaes que a ElRey pertence auer em seus Reynos”. Cf. *Ordenações Manuelinas*, edição fac-similada da edição da Real Imprensa da Universidade de Coimbra de 1797, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, Livro II, pp. 42-47, *maxime* p. 43. Flores e Corvo escapam a esta situação, por pertencerem a um outro senhorio, mantendo-se nessa situação até à segunda metade do século XVIII. Mesmo depois da integração tardia destas duas ilhas nos bens da coroa, a sua administração preservou traços peculiares, pelo que somente uma investigação específica e aturada poderá esclarecer as dúvidas que ainda subsistem relativamente ao quadro administrativo florentino e corvino.

¹³ Cf. Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada (BPARPD), Alfândega de Ponta Delgada (APD), *Livro 1.º do Registo*, “foral das alfândegas destas Ilhas”, fls. 170-177v, cópia de 30 de Julho de 1526; A.A., vol. VI, 1981, pp. 271-280; padre Manuel Luís MALDONADO, *Fenix Angrence*, cit., vol. 1, 1989, pp. 133-142.

¹⁴ Cf. padre Manuel Luís MALDONADO, *Fenix Angrence*, cit., vol. 1, 1989, pp. 143-149.

¹⁵ Entre as situações descritas, o foral determinava que as mercadorias e os géneros das ilhas e do reino que fossem transportados em navios nacionais não pagariam dízima; caso os navios fossem estrangeiros, ainda que a carga fosse de origem nacional, ou os navios fossem portugueses, mas os produtos se destinassem ao estrangeiro, a dízima seria cobrada.

¹⁶ Cf. padre Manuel Luís MALDONADO, *Fenix Angrence*, cit., vol. 1, 1989, pp. 143 e 149.

juiz do mar, que podia também acumular o ofício de contador, o que parece ter sido a regra em Angra. Ambos os ofícios eram vitalícios e, no geral, verificou-se a sua patrimonialização. Abaixo destes oficiais, situavam-se os almoxarifes, os escrivães da alfândega e dos almoxarifados, os porteiros da alfândega e outros oficiais secundários. Com a instituição das alfândegas e a criação do ofício de juiz da Alfândega, os almoxarifes passaram a estar dependentes destes oficiais. No entanto, apesar da opinião de Maldonado, não é possível apresentar uma cronologia segura para a sua nomeação. Quanto à jurisdição dos juizes das alfândegas (ou juizes do mar), esta foi regulamentada em 1520, com a publicação do respectivo regimento.¹⁷

Mas os juizes das alfândegas e os contadores não eram os máximos representantes da Fazenda Real nos Açores. Todo o aparelho fiscal no arquipélago dependia do provedor da Fazenda Real, ofício que data, pelo menos, de 1536¹⁸ e que recebeu um enquadramento normativo mais completo em 1561, quando Francisco de Mesquita foi provido no cargo.¹⁹ Se, para o século XVI, a informação é menos precisa, para o século XVII e a primeira metade do século XVIII os dados recolhidos confirmam que todos os ofícios das instituições fiscais e alfandegárias dependiam do Conselho da Fazenda. Já na centúria de Quinhentos os ofícios da Fazenda Real estavam sob a alçada dos vedores da Fazenda, tendo os providos – seria o caso quando não fossem letrados – de se apresentar perante aqueles oficiais régios “pera verem se é auto e achando que o é lhe passarão disso sua certidão”.²⁰ Nos inícios de Seiscentos, a propósito de um conflito de jurisdições entre o contador da Fazenda Real na ilha Terceira, que substituía o provedor na sua ausência, e o provedor das armadas, o vice-rei de Portugal remeteu a questão para o Conselho da Fazenda.²¹ Assim, até às reformas introduzidas em 1766, coube ao Conselho da Fazenda despachar provimentos, emitir ordens ou instruções e aprovar ou recusar as decisões do provedor da Fazenda Real

¹⁷ Cf. BPARPD, APD, *Livro 1.º do Registo*, “Regimento do Juiz do mar das ylhas”, fls. 179-183v (à margem do título, existe uma nota, em letra do século XVII ou XVIII, que refere estar este regimento incluído nas *Ordenações*, Livro I, Título LII – refere-se, nas *Ordenações Filipinas*, ao Título “Do Ouvidor da Alfandega da cidade de Lisboa”); padre Manuel Luís MALDONADO, *Fenix Angrence*, cit., vol. 1, 1989, pp. 192-198.

¹⁸ Cf. padre Manuel Luís MALDONADO, *Fenix Angrence*, cit., vol. 1, 1989, pp. 188-189; Francisco Ferreira DRUMMOND, *Apointamentos Topográficos, Políticos, Cívicos e Ecclesiásticos para a História das nove Ilhas dos Açores servindo de suplemento aos Anais da Ilha Terceira*, com um estudo introdutório, leitura, fixação do texto e índices de José Guilherme Reis Leite, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1990, pp. 171-172.

¹⁹ Cf. BPARPD, APD, 1270 [cota antiga: Coleção Ernesto do Canto (CEC), Manuscritos (Mss), 190], *Tombo do Almoxarifado de São Miguel (1561-1566)*, fls. 8-13v, “Trellado do Regimento que Francisco da Mizquita trouxe á estas ilhas dos açores quando á ellas ueio a seis d agosto de 1561”; padre Manuel Luís MALDONADO, *Fenix Angrence*, cit., vol. 1, 1989, p. 213.

²⁰ Cf. A.A., vol. IV, 1981, p. 77, alvará de 12 de Novembro de 1560.

²¹ Cf. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Conselho Ultramarino (CU), Açores, cx. 1, doc. 10, in A.A., 2.ª Série, vol. I, 1999, pp. 43-44, doc. 10, sem data [1615?].

nos Açores, nomeadamente em matéria de provimentos. Algumas provisões foram mesmo passadas pelos vedores da Fazenda: a título de exemplo, refiramos que, em 1649 e 1650, os condes de Cantanhede e de Odemira surgem a emitir provisões do ofício em serventia e que na primeira metade de Setecentos encontramos, entre outros, o marquês de Alegrete e o conde de Unhão.²²

Foquemos agora a nossa atenção no ofício de provedor da Fazenda Real. Recorrendo ao padre Manuel Luís Maldonado e à sua laboriosa pesquisa, a relação ou “catálogo” dos provedores, como lhe chama, contempla um total de trinta e seis nomes entre 1536 e 1707, embora o sacerdote terçei- rensê só pareça considerar como tendo sido provedores trinta indivíduos, pois assinalou, numerando, os que exerceram este ofício, dois dos quais por duas vezes.²³ Ora, a consulta de outras fontes, mormente arquivísticas, permite acrescentar ao rol de provedores da Fazenda Real pelo menos mais três nomes, elevando o total conhecido para trinta e nove.²⁴ Dos trinta e seis provedores que o cronista registou, nove serviram simultaneamente como corregedores e provedores da Fazenda Real entre finais do século XVI e inícios do século XVIII²⁵ e quatro foram provedores sindicantes. Uma primeira análise sugere que era depois de estarem nomeados como corregedores que os magistrados recebiam o provimento no cargo da Fazenda.²⁶ Ainda quanto à concentração de ofícios numa só pessoa, merece referência o caso de João da Silva do Canto, provedor das armadas e destacada figura

²² Cf. BPARPD, APD, 1358, *Livro do Registo (1568-1603)* [de facto, com registos até 1686], fls. 515v-516 (Lisboa, 12 de Dezembro de 1649) e 528-530 (Lisboa, 4 de Julho de 1650); BPARPD, APD, 1364, *Livro do Registo (1700-1707)* [de facto, com registos até 1779], *passim*.

²³ Cf. padre Manuel Luís MALDONADO, *Fenix Angrence*, cit., vol. 1, 1989, pp. 189-191. Um dos casos diz respeito a João Agostinho de Ávila, que no período da União Ibérica, logo após a conquista da Terceira, foi provido pelo marquês de Santa Cruz, em 1583, e foi de novo provido no cargo em 1600, então pelo Conselho da Fazenda.

²⁴ Cf. BPARPD, APD, 1271 [cota antiga: CEC, Mss, 190-A], *Livro de Registo da Alfândega e Almoarifado de São Miguel (1601-1607)*, fls. 259-262, ordem para o feitor de São Miguel, emitida pelo desembargador Roque da Silveira, que estava nos Açores “a Couzas de Seu serviço que Sjrroo em ellas de prouedor da fazenda”, de Angra, 22 de Janeiro de 1608 (este códice está incompleto); BPARPD, APD, 1358, *Livro do Registo (1568-1603)*, fls. 238-241v, regimento do provedor da Fazenda Real Francisco Mariz, que foi enviado a São Miguel e Santa Maria, sem data, e fls. 515v-516, registo da provisão para que António de Faria e Maia sirva por seis meses o ofício de provedor da Fazenda Real, de 12 de Outubro de 1649 (este códice tem diversos cadernos de fólhos trocados).

²⁵ Em Cabo Verde, embora tal situação já tivesse ocorrido antes, tornou-se a regra desde que, pelo alvará de 21 de Março de 1615, a coroa determinou que os ouvidores serviriam igualmente o ofício de provedor da Fazenda Real. Cf. Zelinda COHEN, “O provimento...”, cit., pp. 145-176, *maxime* p. 162, nota 47.

²⁶ Cf. BPARPD, APD, 1359, *Livro 5.º do Registo*, fl. 100, carta do conde de Faro, do Conselho de Estado e vedor da Fazenda, para que Manuel Correia Barba, que ia para os Açores como corregedor, servisse de provedor da Fazenda Real por seis meses, a começar quando acabasse o período para o qual fora provido Manuel Pereira de Lima “que por ordem do Conselho da fazenda esta serujndo o dito cargo de prouedor”, de Lisboa, 17 de Setembro de 1618, e posse a 2 de Janeiro de 1619.

da nobreza de Angra, acerca de quem escreveu o mesmo cronista que, tendo sido um dos que mais contribuiu para ilustrar a sua pátria, foi “tão conhecido e estimado na openião do Rey que o proueo juntamente em tres Prouedorias Fazenda Armadas e Fortificações”.²⁷

E quanto aos providos e ao tipo de provimento? Ao longo do período aqui considerado, ou seja, até meados de Setecentos, deparamos com o envio regular de magistrados providos no ofício. Considerando o conjunto dos trinta e nove provedores da Fazenda Real até agora identificados, registamos dezasseis magistrados, alguns dos quais acumularam funções de sindicantes ou concentraram ofícios. A consulta de documentação posterior à cronologia da *Fenix Angrence* permite afirmar que, no século XVIII, continuaram a ser providos bacharéis para este ofício.²⁸ Mas, ao lado dos letrados enviados para as ilhas, desde cedo começamos a encontrar nomes das elites insulanas (Terceira e São Miguel) ao lado de outros naturais do reino. Se, em relação aos que iam às ilhas por mandado do rei “a prouer Em sua fazenda he armadas E fazer outras cousas de seu ceruiço [*sic*]”,²⁹ haveria um capital de confiança, nomeadamente porque alguns destes indivíduos receberam o provimento do ofício como mercê pelos serviços prestados, no tocante aos insulanos parece ter existido alguma reserva. Quando António Dinis Barbosa, natural de Lisboa e cavaleiro professo da Ordem de Cristo, recebeu a mercê da serventia do cargo por três anos, se tanto durasse o impedimento do proprietário, ficou a devê-lo aos seus serviços na guerra, mas sobretudo à sua participação no “Acto de minha Aclamação”, revelando ser um “Leal portugues”. E a provisão régia acrescenta: “E Comuir a meu Seruiço Se não Sirua por pessoa das mesmas Jilhas pello Emcouinientes [*sic*] que se Conçiderão”.³⁰ Os inconvenientes, que prejudicavam os interesses da coroa, prendiam-se, como veremos, com o facto de os naturais das ilhas estarem integrados em redes de poder parentais e clientelares que, opondo notáveis locais, perturbavam a administração da justiça e a arrecadação de direitos, em especial quando os protagonistas exerciam ofícios da monarquia. Todavia, apesar desta desconfiança face aos naturais das ilhas, não foi possível evitar a sua presença nos ofícios da Fazenda Real e a tendência para o controlo dos mesmos.

No presente estágio da investigação, não é ainda possível afirmar qual o tipo de provimento dominante no que respeita ao ofício de provedor. Encon-

²⁷ Cf. padre Manuel Luís MALDONADO, *Fenix Angrence*, cit., vol. 3, 1997, p. 26.

²⁸ Cf. BPARPD, APD, 1364, *Livro do Registo (1700-1707)*, fls. 93v-94, alvará de provimento no ofício de provedor da Fazenda Real por três anos ao bacharel Isidoro Mendes de Elvas Taborda, de Lisboa, 20 de Dezembro de 1726.

²⁹ Cf. BPARPD, APD, 1271, *Livro de Registo da Alfândega e Almojarifado de São Miguel (1601-1607)*, fls. 45-46, registo do provimento do feitor Duarte Dias por seis meses pelo provedor da Fazenda Real Francisco Botelho, de Angra, 4 de Fevereiro de 1598.

³⁰ Cf. BPARPD, APD, 1358, *Livro do Registo (1568-1603)*, fls. 528-530, carta de mercê de Lisboa, 4 de Julho de 1650, e auto de posse de Angra, 17 de Dezembro de 1650.

tramos providos em serventia por seis meses, por três anos e em propriedade, embora, na maior dos casos, não tenhamos dados. Apenas três indivíduos foram providos em propriedade, um no século XVI (Duarte Borges) e dois no século XVII (o licenciado António Ferreira de Bettencourt, natural de São Miguel, e o seu genro, Agostinho Borges de Sousa). O exemplo de António Ferreira de Bettencourt ilustra bem como o serviço da monarquia com despesa pessoal permitia depois aceder a um ofício, no que representava uma espécie de venalidade encapotada.

No contexto da ocupação portuguesa do Maranhão, depois da expulsão dos Franceses e após a chegada da primeira leva de colonos idos dos Açores,³¹ o licenciado António Ferreira de Bettencourt conseguiu a mercê do ofício de provedor da Fazenda Real dos Açores por três anos ao oferecer-se para trazer da Flandres dois mestres na arte do fabrico de salitre e pólvora e para colocar no Maranhão cinquenta casais, tudo à custa da sua fazenda.³² De acordo com o alvará de provimento de 10 de Junho – outras fontes indicam o dia 12 de Julho – de 1619, nos dois primeiros anos António Ferreira de Bettencourt teria de transportar para o Maranhão quarenta casais.³³ A ordem régia foi cumprida: a 24 de Novembro de 1622, o provedor da Fazenda Real apresentou o traslado autêntico de uma certidão emitida pelo escrivão da Fazenda na conquista do Maranhão, datada de 29 de Outubro de 1621, confirmando a chegada no navio *São Francisco* de quarenta casais, perfazendo 148 pessoas.³⁴

Acerca do ofício de provedor da Fazenda Real, que constituía o vértice superior da estrutura fiscal da coroa nos Açores, escreveu o jesuíta António Cordeiro que “o officio he verdadeyramente Regio, & sem escrupulo muyto rendoso, & de quem até os Bispos, Governadores, & Donatarios dependem, & ainda muytos Grandes de Portugal que aceytão tenças, ou consignações na Fazenda Real daquellas Ilhas”.³⁵ Dependendo directamente de Lisboa, com jurisdição sobre todas as ilhas realengas, do provedor dependiam todos os demais oficiais da administração fiscal da coroa: contadores, juizes da alfândega e feitores, inicialmente designados como recebedores, bem como os

³¹ Sobre esta questão, ver José Damião RODRIGUES e Artur Boavida MADEIRA, “Rivalidades imperiais e emigração: os açorianos no Maranhão e no Pará nos séculos XVII e XVIII”, *Anais de História de Além-Mar*, Lisboa, vol. IV, 2003, pp. 247-263.

³² Cf. padre Manuel Luís MALDONADO, *Fenix Angrence*, cit., vol. 2, 1990, pp. 59-60; Francisco Ferreira DRUMMOND, *Anais da Ilha Terceira*, reimpressão fac-similada da edição de 1850-1864, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1981, vol. I, pp. 446-447.

³³ Cf. Biblioteca Pública e Arquivo Regional da Horta (BPARH), Arquivo da Câmara da Horta (ACH), Livros de Registo, livro 2 (1615-1627), fls. 169v-170v e 170v-171; padre Manuel Luís MALDONADO, *Fenix Angrence*, cit., vol. 2, 1990, pp. 59-60, *maxime* p. 59.

³⁴ Cf. AHU, CU, Brasil-Maranhão, cx. 1, doc. 51, de 24 de Novembro de 1622.

³⁵ Cf. padre António CORDEIRO, *Historia Insulana das Ilhas a Portugal Sugeytas no Oceano Occidental*, edição fac-similada da edição *princeps* de 1717, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1981, p. 200.

almoxarifques e seus ajudantes. Sirva de exemplo quanto à amplitude de competências do provedor o sucedido em 1623. Por carta de 11 de Junho endereçada ao licenciado António Ferreira de Bettencourt, a Mesa da Fazenda informava-o de que, via Flandres, o rei fora informado de que uma frota inimiga de dezassete velas partira a 29 de Abril. Tendo entrado num porto inglês, deste saíram a 6 de Maio treze navios, de 400 a 500 toneladas cada um, tendo entre quarenta e cinquenta peças de artilharia e transportando 2.000 soldados. Sendo ignorado o destino da frota, mas de modo a “prevenir a que o intento destes Rebeldes se não efetue”, pois temia-se um ataque às ilhas, a Mesa da Fazenda ordenou ao provedor da Fazenda Real que tomasse as medidas necessárias para a defesa e que obtivesse informação sobre as armas, pólvora e munições existentes, o que exigia o contacto com diversas autoridades.³⁶

Porém, apesar das ordens régias e do disposto no seu regimento, a jurisdição do provedor da Fazenda Real tinha contornos algo indefinidos – uma característica típica do Antigo Regime – e este facto, assim como os conflitos pessoais, esteve por vezes na origem de processos e pleitos que perturbaram gravemente a administração periférica da coroa. Um documento já citado desvela o que poderia ser um foco de problemas e de conflitos tendo como epicentro a concentração de jurisdições na cidade de Angra.³⁷ Sob a alçada do provedor da Fazenda Real estavam o contador da Fazenda na Terceira e mais ilhas do actual Grupo Central, as então chamadas “ilhas de baixo”, e o provedor das armadas. Contudo, na ausência do provedor, quando este visitava as ilhas de São Miguel e Santa Maria, cabia ao contador substituí-lo “em tudo que se offrece”. Por sua vez, competia ao provedor das armadas “prouer em tudo o que a nao perdida ouuer mister”. Porém, também o contador atendia a este assunto enquanto servisse como provedor, pois devia “prouer em tudo que toca à fazenda de sua magestade”. Se ambos os oficiais foram conservados nos respectivos ofícios, a sobreposição de jurisdições de limites indefinidos potenciava a eclosão de conflitos.

Nos séculos XVII e XVIII, a situação mais grave que ocorreu em termos de excesso de jurisdição terá sido o confronto que opôs o desembargador Diogo Ribeiro de Macedo, em sindicância nas ilhas para investigar “as couzas que pertencião a boa arrecadação da fazenda Real”,³⁸ ao provedor da Fazenda Real, Agostinho Borges de Sousa, tendo este último morrido na prisão.³⁹ O desembargador levou a cabo uma devassa sobre a actuação dos

³⁶ Cf. BPARH, ACH, *Livros de Registo*, livro 2 (1615-1627), fls. 168v-169.

³⁷ Cf. AHU, CU, Açores, cx. 1, doc. 10, in A.A., 2.^a Série, vol. I, 1999, pp. 43-44, doc 10, sem data [1615?].

³⁸ Cf. padre Manuel Luís MALDONADO, *Fenix Angrence*, cit., vol. 2, 1990, p. 361.

³⁹ *Idem*, pp. 287-299, para uma descrição de todo o atribulado processo que envolveu estas duas figuras da administração periférica da coroa.

oficiais da alfândega de Angra, entrando em conflito com o provedor.⁴⁰ Tendo declarado culpados este e outros oficiais, para o que contou com a colaboração de João Pereira de Bettencourt, escrivão da alfândega, “inimigo capital do *Reu* [=Agostinho Borges de Sousa]”,⁴¹ o magistrado obrigou Agostinho Borges de Sousa a ir à ilha de São Miguel, onde se encontrava, para tentar o seu livramento. Em São Miguel, procurou o desembargador convencer o juiz de fora de Ponta Delgada, Cristovão de Burgos, a pactuar consigo, o que este recusou. O processo durou alguns anos, até que Agostinho Borges, filho do acusado, conseguiu provar a inocência do pai, já depois da morte deste. Quanto a Diogo Ribeiro de Macedo, a ordem régia de 22 de Fevereiro de 1650 mandou-o regressar ao reino.⁴²

Este episódio evidencia duas questões centrais para a análise das relações de poder no Antigo Regime: em primeiro lugar, demonstra, cremos que de forma clara, a impossibilidade de a coroa controlar a acção dos seus agentes na periferia, não conseguindo, inclusive, devido à distância e à fragilidade dos canais de comunicação, impedir os conflitos entre oficiais da sua administração; em segundo lugar, mostra que, apesar da existência de limites doutrinários e jurisdicionais que condicionavam o alcance das magistraturas régias, a realidade podia ser outra, precisamente pela ausência de controlo da actuação dos agentes da coroa, mas também porque os comportamentos dos magistrados de carreira não obedeciam aos padrões de funcionalidade definidos, assentando, muitas vezes, em motivações decorrentes das suas estratégias individuais e das que resultavam das suas relações pessoais.

Estará aqui a explicação para a existência de “bons” e “maus” oficiais, como podemos ler nas crónicas coevas, os “bons” caracterizando-se pela colaboração e bom entendimento com os poderes locais, os “maus” definindo-se pelos excessos e pela oposição a esses mesmos poderes? Neste sentido vão, pelo menos, as palavras de Manuel Luís Maldonado, que, referindo-se ao procedimento do desembargador Diogo Ribeiro de Macedo, concluiu: “O Certo he *que* na uontade dos menistros consiste a vida, honra e fazenda dos homeiis, porque *quando* querem não lhe faltão textos apparentes em *que* fundão as rezoes da boa ou má inclinacão que os enleua”.⁴³

Não obstante o ofício de provedor da Fazenda Real nos Açores constituir o vértice superior da administração fiscal nas ilhas, não era o cargo mais bem pago. De acordo com o *Livro das Avaliações dos Ofícios*, de 1692, tomando como base de avaliação os respectivos rendimentos, os cargos

⁴⁰ As tentativas de ingerência dos corregedores nos assuntos da Fazenda Real, sector sobre o qual não tinham jurisdição, parecem constituir um ponto de atrito entre os provedores da Fazenda Real e os magistrados judiciais. Alguns casos demonstram esse comportamento irregular dos corregedores, essa procura de “estender a vara intrometendo se na jurisdição da fazenda Real” (idem, p. 76).

⁴¹ Idem, p. 292.

⁴² Idem, p. 299.

⁴³ Idem, p. 362.

mais importantes eram os de governador do castelo de São João Baptista (680.000 réis), governador de São Miguel (600.000 réis), corregedor (300.000 réis), provedor da Fazenda Real (251.600 réis), feitor de São Miguel (235.000 réis), feitor da Terceira (212.000 réis) e administrador da Junta do Comércio (200.000 réis).⁴⁴ Ou seja, as patentes militares superiores das duas mais importantes fortalezas, o principal ofício judicial e, depois, os cargos relativos à Fazenda Real.

Em jeito de balanço sobre a actuação dos provedores da Fazenda Real nos Açores, podemos dizer que, apesar das condicionantes expostas, foram importantes agentes da monarquia em exercício no arquipélago e que, embora se tenham registado atritos e conflitos abertos com outras instâncias de poder, a colaboração também existiu. Um exemplo acabado dessa interacção ocorreu no seguimento do naufrágio da nau capitânia da armada da Índia *Nossa Senhora da Luz* na noite de 7 de Novembro de 1615, ao largo de Porto Pim, no Faial.⁴⁵ Coube ao provedor da Fazenda Real supervisionar a acção dos diversos oficiais régios, entre os quais o corregedor dos Açores, que asseguraram o inventário da pedraria (rubis, esmeraldas, diamantes e outras pedras) e da restante mercadoria, trabalho que, não obstante, mereceu críticas por parte do provedor das armadas, Manuel do Canto de Castro.

Mas talvez o exemplo de Manuel de Matos Pinto de Carvalho, que serviu cinco anos como provedor da Fazenda Real, seja o mais paradigmático: ao elaborar uma representação com base na experiência acumulada, expondo as observações efectuadas para cada ilha no que respeitava “ao publico e policia particular de cada uma”, que tinha como destinatário último Sebastião José de Carvalho e Melo, produziu um relatório detalhado e primordial para fundamentar as reformas implementadas pelo conde de Oeiras em 1766.⁴⁶

III.

O crescimento económico das ilhas e o desenvolvimento do trato mercantil, quer ao nível do arquipélago, quer ao nível das relações entre os Açores e o exterior, cedo demonstraram a necessidade de adequar o funcionamento das estruturas alfandegárias aos novos tempos e estiveram na origem da nomeação de mais oficiais. A organização funcional das alfân-

⁴⁴ Cf. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Chancelaria-mor da Corte e Reino*, Livro 9, fls. 1-3 e 15-56. Uma síntese dos dados registados no *Livro das Avaliações dos Ofícios* foi já publicada: ver Artur Teodoro de MATOS, “Aspectos da administração das colónias portuguesas nos séculos XVI e XVII”, in Luís de ALBUQUERQUE (dir.), *Portugal no Mundo*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, vol. 4, pp. 309-324, *maxime* pp. 322-323 para os Açores.

⁴⁵ Sobre este acontecimento, ver A.A., 2.^a Série, vol. I, 1999, pp. 30-156, 160-162 e 169-170, docs. 4 a 9, 11 a 14, 17 a 18A e 21.

⁴⁶ Cf. A.A., vol. VI, 1981, pp. 21-40.

degas e a forma de arrecadação das receitas foram regulamentadas com o regimento trazido pelo provedor da Fazenda Real Francisco de Mesquita, em 1561. O alvará de 17 de Julho desse mesmo ano criou uma feitoria em São Miguel (Ponta Delgada) e outra na Terceira (Angra).⁴⁷ Ao terminar o século XVI, em 1597, o provedor Francisco Botelho estabeleceu quais as funções e horários de assistência dos oficiais alfandegários de Angra.⁴⁸

Fixemo-nos em São Miguel. Desde 1518 que a alfândega se localizava em Ponta Delgada. Quais os seus efectivos durante o século XVII? Um registo das meias anatas que deveriam pagar os oficiais da alfândega dá-nos a conhecer a sua composição em 1633: contador da Fazenda Real, juiz do mar e da alfândega, feitor, lealdador-mor dos pastéis, alcaide do mar e recebedor do trigo de São Sebastião.⁴⁹ A estes havia que acrescentar dois escrivães, estabelecidos pelo “regimento novo” de 1617,⁵⁰ um porteiro, guardas e os auxiliares do lealdador-mor. No final do século, a estrutura mantinha-se a mesma.⁵¹

Em matéria de provimentos, o que se detectou para a alfândega de Ponta Delgada obedece às linhas gerais indicadas anteriormente, ou seja, encontramos, quer para os ofícios “maiores” (feitor, contador, juiz do mar e da alfândega), quer para os “menores”, alvarás de provimento de serventia de ofício desde três meses até alguns anos e a mercê do ofício em propriedade, além de provimentos em serventia efectuados pelo provedor da Fazenda Real.⁵² Cabia ao Conselho da Fazenda fazer o provimento ou então, e apenas em casos de serventia, ao provedor da Fazenda Real, sendo a sua decisão aprovada ou recusada por aquele Conselho. Nos casos de serventia de ofício, um indivíduo podia ser sucessivamente provido por seis meses ou ser provido várias vezes, mas de forma intermitente.

Ora, conforme foi demonstrado em estudo anterior, a administração alfandegária constituiu quer um mecanismo de integração na elite do poder

⁴⁷ A primeira asseguraria a cobrança dos rendimentos dos almoxarifados de Ponta Delgada e de Santa Maria; a segunda, a dos rendimentos dos almoxarifados das capitânicas de Angra, Praia, Faial e Pico (um só almoxarifado), Graciosa e São Jorge. As Flores e o Corvo não eram incluídas, por pertencerem a um donatário. Cf. BPARPD, APD, *Livro 1.º do Registo*, fls. 195v-197 v, registado a 23 de Outubro de 1561; António dos Santos PEREIRA, *A Ilha de S. Jorge (Séculos XV-XVII). Contribuição para o seu estudo*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores/ Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais, 1987, pp. 272-274, Documento n.º 2.

⁴⁸ Cf. padre Manuel Luís MALDONADO, *Fenix Angrence*, cit., vol. 1, 1989, p. 397.

⁴⁹ Cf. BPARPD, APD, *Livro 5.º do Registo*, fls. 269 v-270, registo de 1 de Agosto de 1633, com um auto do provedor da Fazenda Real datado de 25 de Junho desse ano. As meias anatas a pagar por um ano eram, respectivamente (seguimos a ordem indicada no texto), de 4.800 réis, 4.800 réis, 16.000 réis, 2.800 réis, 1.000 réis e 400 réis.

⁵⁰ Cf. BPARPD, APD, 1359, *Livro 5.º do Registo*, fls. 91v-93, alvará que estabelece dois escrivães na alfândega de Ponta Delgada e suas atribuições, de Lisboa, 22 de Setembro de 1617.

⁵¹ Cf. ANTT, *Chancelaria-mor da Corte e Reino*, Livro 9, fls. 35-36.

⁵² Cf. BPARPD, APD, 1270, *Tombo do Almoxarifado de São Miguel (1561-1566)*, *passim*; BPARPD, APD, 1271, *Livro de Registo da Alfândega e Almoxarifado de São Miguel (1601-1607)*, *passim*; BPARPD, APD, 1358, *Livro do Registo (1568-1603)*, *passim*.

de Ponta Delgada para certos indivíduos, quer um meio de reforço do prestígio de outros.⁵³ Vejamos ambas as situações. No seio da elite política da cidade, encontramos oficiais que aí chegaram após terem estado ao serviço da coroa, nomeadamente como feitores. Assim sucedeu, por exemplo, com alguns mercadores: Baltasar Simões Barreto ou Manuel Álvares Senra.⁵⁴ Baltasar Simões Barreto negociava na praça de Ponta Delgada nos anos de 1620-1630.⁵⁵ Pediu ao rei a mercê de ser admitido nas honras e cargos da câmara, o que lhe foi concedido.⁵⁶ No entanto, somente depois de ter servido como feitor em 1636-1638,⁵⁷ é que o vemos como procurador do concelho, em 1641, e vereador, em 1653. Quanto a Manuel Álvares Senra, serviu como feitor entre 1620 e 1623, devido a ter-se casado com uma filha de João Velho Cabral, que, pelos serviços prestados, recebera a mercê da feitoria de São Miguel para quem casasse com a dita sua filha.⁵⁸ Em 1622, Manuel Álvares Senra serviu como procurador do concelho, foi vereador em 1631 e depositário dos contrabandos em 1635-1637.⁵⁹

Outros mercadores serviram como feitores, caso de Manuel Pires Paiva ou de João Baptista de Oliveira, mas não os encontramos a integrar o senado. Este facto poderá indicar que, se o serviço régio era nobilitante e permitia a ascensão social, não era, porém, condição suficiente para se conseguir a integração no grupo do poder. As redes pessoais têm aqui um papel determinante. Manuel Álvares Senra, sendo genro de João Velho Cabral, da governança de Ponta Delgada e de uma das principais famílias da ilha, garantiu assim a sua entrada na elite da cidade. Mas as suas relações pessoais não se limitavam aos laços adquiridos por via matrimonial. O serviço do rei criava solidariedades, que frequentemente se alicerçavam sobre o parentesco espiritual.

Com efeito, Manuel Álvares Senra mantinha negócios com António Ferreira de Bettencourt, provedor da Fazenda Real,⁶⁰ e este foi padrinho de

⁵³ Cf. José Damião RODRIGUES, *Poder Municipal e Oligarquias Urbanas: Ponta Delgada no Século XVII*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1994, pp. 196-212.

⁵⁴ Sobre as actividades mercantis destes homens, ver Maria Olímpia da Rocha GIL, *O Arquipélago dos Açores no Século XVII. Aspectos Sócio-Económicos (1575-1675)*, Castelo Branco, edição da autora, 1979, pp. 225-258.

⁵⁵ Idem, p. 225.

⁵⁶ Cf. ANTT, *Desembargo do Paço*, Repartição da Justiça e Despacho da Mesa, Livro 14 (1631-1632), Correspondência, fl. 216, carta régia de 2 de Junho de 1632.

⁵⁷ Cf. BPARPD, APD, 1359, *Livro 5.º do Registo*, fls. 290v-294 v, registo das fianças de Baltasar Simões Barreto, 6 de Novembro de 1635.

⁵⁸ Cf. ANTT, Chancelaria de Filipe III, *Doações*, Livro 1, fls. 81-81v, alvará de 21 de Janeiro de 1620, com um alvará de lembrança de Madrid, de 11 de Setembro de 1616; BPARPD, APD, 1359, *Livro 5.º do Registo*, fls. 132-133v. Deste modo, os alvarás de lembrança introduziam uma lógica patrimonial nos critérios de recrutamento e permitiam que os laços de parentesco se configurassem como uma via de acesso aos ofícios.

⁵⁹ Cf. BPARPD, APD, 1360, *Livro 4.º do Registo*, fl. 350, carta de quitação de 13 de Julho de 1644.

⁶⁰ Cf. Maria Olímpia da Rocha GIL, *O Arquipélago...*, cit., p. 138.

duas filhas daquele,⁶¹ Este provedor foi sogro de Agostinho Borges de Sousa, neto de Gaspar Dias, mercador cristão-novo que conseguiu entrar para a elite local. Por outro lado, Manuel Álvares Senra estava também ligado ao capitão António Borges da Costa, juiz da alfândega e da governança da cidade: este foi igualmente padrinho de uma filha sua.⁶² Finalmente, Baltasar Simões Barreto, feitor, estava ligado ao contador André da Ponte de Sousa, que foi padrinho de Ana, sua filha.⁶³ O que estes exemplos demonstram é que, para além do desempenho de cargos da administração régia, tornava-se necessária a existência de laços de parentesco com a gente da governança, que igualmente estava presente na estrutura alfandegária, para se conseguir o acesso aos cargos camarários.

E, de facto, quem dominava a alfândega era a principal nobreza da cidade, a todos os níveis. Nenhum ofício escapava aos homens da elite local, nem o de feitor; apesar de constatar-mos que começava a surgir a ideia de uma funcionalização do cargo. Isto mesmo é o que parece depreender-se da leitura de um mandado do desembargador e provedor da Fazenda Real, o Doutor Simão da Costa Estaço, a propósito da nomeação do feitor de São Miguel. Nele se lê que “nesta Cidade e em toda a jlha nam ha pesoa Com Capacidade pera seruir o dito ofiçio de feitor, senam os omes merCadores porque os mais ajnda que Sejam riCos e abonados Sam por terCas [sic] e morgados, em que se acham Clazulas [sic] proibitiuas do dito ofiçio”.⁶⁴

O texto do mandado é claro: os proprietários fundiários são ricos, mas a sua riqueza assentava em vínculos, em terras que eles não podiam movimentar, pelo que os mercadores, habituados a transacções comerciais, a lidar com bens móveis e a efectuar registos, estariam mais aptos para desempenharem o cargo de feitor. É verdade que encontramos mercadores a exercer este ofício, alguns tendo servido na câmara.⁶⁵ A tendência dominante, contudo, não era para os homens de negócio monopolizarem a feitoria, tanto mais que, na ausência de um feitor nomeado pelo rei, quem efectuava a escolha era a câmara. E se os homens da governança escolhiam mercadores para esse cargo, tal não queria dizer que os aceitassem depois entre si.⁶⁶

⁶¹ António Ferreira de Bettencourt foi padrinho de Maria e de Ana. Cf. BPARPD, Registo Paroquial (RP), Ponta Delgada (PD), São Sebastião, *Baptismos*, 3, fl. 212v, 27 de Dezembro de 1623, e fl. 313v, 30 de Março de 1633.

⁶² António Borges da Costa foi padrinho de Mariana. Cf. BPARPD, RP, PD, São Sebastião, *Baptismos*, 4, fl. 19v, 31 de Janeiro de 1636.

⁶³ Idem, fl. 24 v, 11 de Julho de 1636.

⁶⁴ Cf. BPARPD, Arquivo da Câmara de Ponta Delgada (ACPD), 7, *Livro de Acórdãos (1684-1688)*, fls. 35v-36v, sessão de 19 de Maio de 1685.

⁶⁵ Francisco Fernandes Vitória, mercador, procurador do concelho em 1664 e feitor em 1684 (cf. BPARPD, APD, 1363, *Livro 8.º do Registo*, fls. 10-11). Era sogro de Francisco Machado de Faria e Maia e de Francisco Martins Rodovalho, ambos da governança da cidade. Cf. José Damião RODRIGUES, *Poder Municipal...*, cit., pp. 147-150, 411, 427 e 428.

⁶⁶ João Chamberlain foi feitor em 1685-1686, escolhido pela câmara, com base num precatório passado pelo provedor da Fazenda Real (cf. BPARPD, APD, 1363, *Livro 8.º do*

De um modo geral, o cenário que se nos depara em Ponta Delgada ao longo do século XVII e no início do século XVIII é o de uma alfândega em que os principais ofícios estavam nas mãos de linhagens da elite nobre local. Quando a linha patrimonial masculina se interrompia, o que sucedia, regra geral, era os cargos passarem para uma linhagem paralela. Por outro lado, no impedimento temporário do proprietário, por ausência, sindicância ou doença, eram providas nesses cargos pessoas do grupo. Conclusão: a hierarquia alfandegária estava na posse de algumas famílias da elite governativa de Ponta Delgada.

O ofício de contador da Fazenda Real foi sucessivamente ocupado por Paulo da Ponte de Sousa,⁶⁷ André da Ponte de Sousa,⁶⁸ e João de Sousa Castelo Branco,⁶⁹ três gerações de uma família. Porque não tomou fianças do feitor Manuel Pires Paiva e ficou devedor à Fazenda Real de mais de três contos de réis, João de Sousa foi suspenso em 1657 e os seus bens penhorados poucos anos depois,⁷⁰ problema que não o impediu de ser eleito vereador em 1667. Mas, face à necessidade de ser nomeado um outro contador, quem foi o escolhido? Sucederam a João de Sousa Castelo Branco, durante o seu impedimento, vários homens da governança: o licenciado António Pereira Botelho,⁷¹ o licenciado António Pacheco Osório,⁷² o capitão Jerónimo de

Registo, fls. 7v-8v e 9-10). Nunca integrou qualquer elenco camarário. Sobre os Chamberlain nos Açores e outras famílias inglesas, ver José Damião RODRIGUES, “De mercadores a terratenentes: percursos ingleses nos Açores (séculos XVII-XVIII)”, *Ler História*, Lisboa, n.º 31: *Açores: peças para um mosaico*, 1996, pp. 41-68.

⁶⁷ Dele escreveu o sacerdote e cronista Gaspar Frutuoso que estando em Lisboa, no início dos anos de 1580, “não pediu, por satisfação de seus serviços a Sua Magestade, senão a soltura de seu irmão, preso nas galés, por ter a voz do Sr. D. António, pelo que lhe soltaram o irmão e o fizeram contador desta ilha de S. Miguel, cargo que agora tem, [...]”. Cf. GASPAR FRUTUOSO, *Livro Quarto das Saudades da Terra*, 2.ª ed., Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, vol. I, 1977, p. 188.

⁶⁸ Cf. BPARPD, APD, 1359, *Livro 5.º do Registo*, fls. 88-89, “Treslado da Carta do officio de Contador da fazenda de Andre de ponte de souza”, de Lisboa, 27 de Abril de 1617, com um alvará de lembrança ao pai, Paulo da Ponte de Sousa, que servira o ofício mais de vinte e cinco anos, para poder nomear o mesmo em um dos filhos, de Lisboa, 13 de Novembro de 1614. O ordenado anual era de 30.000 réis e dois moios de trigo.

⁶⁹ Provido por um ano na morte do pai, que nomeara o filho mais velho para lhe suceder, a 17 de Junho de 1653, tomou posse a 14 de Julho (cf. BPARPD, APD, 1360, *Livro 4.º do Registo*, fls. 580v-581v) e recebeu carta da propriedade do ofício a 10 de Julho de 1654 (idem, fls. 617v-619).

⁷⁰ Cf. BPARPD, APD, 1361, *Livro 7.º do Registo*, fls. 219v-222, “Treslado das pinhoras que Se fizerão ao Contador proprietario João de Soussa Castel branco em seos bens”, precatório do desembargador de 30 de Abril de 1660 e apresentação a 4 de Maio.

⁷¹ Provido por seis meses a 9 de Agosto de 1657, tomou posse no mesmo dia (cf. BPARPD, APD, 1361, *Livro 7.º do Registo*, fls. 130-131); provido por um ano a 5 de Novembro de 1660, tomou posse a 8 desse mês (idem, fls. 242-242v); e provido por seis meses a 27 de Julho de 1661 (idem, fls. 283v-284).

⁷² Provido por seis meses a 28 de Junho de 1658, tomou posse a 5 de Julho (cf. BPARPD, APD, 1361, *Livro 7.º do Registo*, fl. 140) e provido por seis meses a 29 de Novembro de 1658 (idem, fls. 157v-158).

Abreu do Vale,⁷³ o capitão Manuel Vaz Carreiro,⁷⁴ o capitão Francisco de Sousa Furtado,⁷⁵ este irmão de João de Sousa Castelo Branco. Finalmente, em 1668 seria nomeado para o cargo o capitão Gaspar de Medeiros de Sousa, juiz da alfândega desde 1666.⁷⁶

A referência ao juiz da alfândega permite deslocar agora a nossa atenção e ver o que sucedeu com este ofício. Os seus proprietários eram os Borges de Gândia ou Borges da Costa. Encontramos na câmara e no juízo da alfândega, no século XVII, Duarte e António Borges da Costa, pai e filho.⁷⁷ O último morreu em 1648 e, após a sua morte, sucedeu-lhe o filho, Duarte Borges da Câmara.⁷⁸ Preso pela Inquisição em 1652, acusado de sodomia, degredado e depois perdoado, em 1663,⁷⁹ Duarte Borges da Câmara morreria em 1666.⁸⁰ Durante o tempo em que esteve preso e degredado, verificou-se uma situação semelhante à que se seguiu ao impedimento de João de Sousa Castelo Branco: o cargo foi sendo desempenhado por diversos homens da governança. Depois da sua morte, não parecem ter existido dúvidas sobre o

⁷³ Provido por um ano, por ter terminado o provimento do licenciado António Pacheco Osório, a 7 de Junho de 1659 (cf. BPARPD, APD, 1361, *Livro 7.º do Registo*, fls. 205-205 v) e a 5 de Agosto desse ano (idem, fls. 222v-223) e mandado do provedor da Fazenda Real para servir durante a suspensão do proprietário de 2 de Junho de 1662 (idem, fls. 297v-298).

⁷⁴ Provido por seis meses a 31 de Outubro de 1662, tomou posse a 2 de Janeiro de 1663 (cf. BPARPD, APD, 1361, *Livro 7.º do Registo*, fl. 312 v) e foi conservado por mais um ano por um auto de 2 de Julho desse ano (idem, fls. 346v-347). O seu provimento foi aprovado pelo Conselho da Fazenda e comunicado em ordem de 15 de Março de 1663 enviada ao provedor da Fazenda Real (idem, fls. 346-346v).

⁷⁵ Provido pelo conde de São Lourenço por seis meses a 16 de Outubro de 1663, tomou posse a 16 de Novembro (cf. BPARPD, APD, 1361, *Livro 7.º do Registo*, fls. 332-332v); provido sucessivamente pelo Conselho da Fazenda por seis meses a 26 de Janeiro de 1664 (idem, fl. 357v), por seis meses a 27 de Setembro desse ano (idem, fl. 386) e por dois meses a 18 de Maio de 1665 (idem, fl. 386v); e provido pelo rei por um ano a 9 de Abril de 1666 (idem, fls. 401v-402).

⁷⁶ Cf. BPARPD, APD, 1362, *Livro de Registo (1656-1802)*, fls. 110v-111, mandado do provedor da Fazenda Real para o juiz da alfândega servir os dois cargos, como em Angra, de 18 de Junho de 1668.

⁷⁷ Cf. ANTT, Chancelaria de Filipe III, *Doações*, Livro 32, fls. 263v-264, carta de nomeação de 17 de Julho de 1635, com um alvará de lembrança de 12 de Fevereiro de 1614; ANTT, Chancelaria de D. João IV, *Doações*, Livro 16, fls. 468v-469, carta de 14 de Agosto de 1646, com o alvará de 1614; BPARPD, APD, 1359, *Livro 5.º do Registo*, fl. 76, alvará do ofício de juiz da alfândega, mar e direitos reais a Duarte Borges de Gândia por morte de Manuel Cordeiro de Sampaio, seu sogro, “emquanto seu filho maes velho a que tenho feito merçe da propiedade [sic] delle não tjuer ydade pera o seruir”, de Lisboa, 12 de Fevereiro de 1614, e tomada de posse a 5 de Julho de 1616.

⁷⁸ Cf. BPARPD, RP, PD, São José, *Óbitos*, 1, fl. 11v, 25 de Março de 1648; BPARPD, APD, 1360, *Livro 4.º do Registo*, fls. 501-501v, carta da propriedade do ofício de 26 de Abril de 1649.

⁷⁹ A provisão régia de 24 de Dezembro de 1663 perdeu e habilitou Duarte Borges da Câmara para todos os cargos (cf. BPARPD, APD, 1361, *Livro 7.º do Registo*, fls. 348-349) e a ordem do Conselho da Fazenda de 17 de Janeiro de 1664 permitiu-lhe continuar o exercício do ofício de que era proprietário (idem, fl. 347v).

⁸⁰ Cf. BPARPD, RP, PD, São Sebastião, *Óbitos*, 1, fl. 185v, 9 de Maio de 1666.

sucessor: Gaspar de Medeiros de Sousa, seu cunhado, recebeu a propriedade do ofício.⁸¹

Pensamos que estes exemplos são reveladores de como a administração alfândegária em Ponta Delgada estava dependente da oligarquia urbana. Outros haveria a reter mas, de modo a abreviar esta já pesada sucessão de nomes e cargos, digamos simplesmente que, para além da alfândega da cidade, a elite dirigente alargava a sua influência, por meio das relações de parentesco, à provedoria da Fazenda Real, sediada em Angra, e à provedoria dos resíduos, em Ponta Delgada.⁸² Acrescente-se que os oficiais que davam vida à provedoria dos resíduos pertenciam a famílias da governança e que os ofícios eram concedidos em propriedade, verificando-se, uma vez mais, uma coincidência entre os efectivos da câmara e um domínio da administração da coroa.⁸³ Deste modo, a patrimonialização dos ofícios e a hereditariedade surgiam como factores de reforço do poder da nobreza local. Mas também a acumulação e concentração de cargos, combatida pela coroa, mas não resolvida.

Os ofícios de contador e de juiz da alfândega eram incompatíveis? Assim parece ser, de acordo com alguns textos. Examinemos o conteúdo de dois provimentos. Em 1660, no provimento do licenciado António Pereira Botelho, que sucedeu ao capitão Jerónimo de Abreu do Vale no ofício de contador, lê-se que o referido capitão servira de contador e juiz da alfândega, mas que convinha que um indivíduo não servisse ambos.⁸⁴ No final do século, o licenciado Rodrigo Neumão da Câmara foi provido no ofício de juiz da alfândega por um ano, em 1694, porque se reconheceu que o contador não podia assistir cabalmente às obrigações dos dois ofícios, se os acumulava.⁸⁵

⁸¹ Cf. ANTT, Chancelaria de D. Afonso VI, *Doações*, Livro 20, fls. 124 v-125, carta da propriedade do ofício de 14 de Agosto de 1666; BPARPD, APD, 1361, *Livro 7.º de Registo*, fls. 414-415, carta da propriedade do ofício e posse a 2 de Novembro desse ano.

⁸² No século XVII, ambas as estruturas conheceram a presença de membros da família dos Borges de Sousa, descendentes de Gaspar Dias. Devemos ainda salientar, no que respeita à provedoria da Fazenda Real, que a 12 de Outubro de 1649, o capitão António de Faria e Maia foi provido neste ofício por seis meses, o que é sintomático, quer do seu prestígio pessoal e do dos Faria e Maia, quer do alcance do poder da oligarquia. Cf. BPARPD, APD, 1360, *Livro 4.º do Registo*, fls. 515v-516.

⁸³ Daremos apenas um exemplo: Jerónimo Gonçalves Marecos, filho mais velho de Manuel Nunes, recebeu a mercê da propriedade do ofício de escrivão da provedoria dos resíduos, que seu pai servira durante vinte anos, por alvará de 7 de Março de 1603 (cf. ANTT, Chancelaria de Filipe II, *Doações*, Livro 10, fl. 234). Como ainda não tinha idade para servir o ofício, deveria apresentar-se com o alvará na Mesa da Consciência e Ordens quando estivesse em condições de o fazer. Fê-lo em 1612 e recebeu carta da propriedade do ofício a 23 de Junho de 1612 (cf. ANTT, Chancelaria de Filipe II, *Doações*, Livro 29, fls. 122v-123). O nome de Jerónimo Gonçalves Marecos saiu nos pelouros de 1636, embora já tivesse morrido. Seu tio e seu primo serviram na câmara.

⁸⁴ Cf. BPARPD, APD, 1361, *Livro 7.º do Registo*, fls. 242-242v, carta de provimento de 5 de Novembro de 1660.

⁸⁵ Cf. BPARPD, APD, 1363, *Livro 8.º do Registo*, fls. 186-187, carta de provimento de 19 de Junho de 1694.

O certo é que, apesar deste enunciado, nunca pareceu existir qualquer problema em ultrapassar a apregoada incompatibilidade na fusão, em uma só pessoa, dos dois cargos – em Angra, parecia ser a regra – e vários foram os oficiais da Fazenda que acumularam ambas as funções.⁸⁶

Mas, a julgar pelos pedidos dos povos em Cortes e pela legislação régia, o principal problema residia nos oficiais da administração régia estarem nas câmaras. Ou, perspectivando a questão de outro ângulo, no controlo que as oligarquias exerciam sobre o aparelho burocrático da coroa, penetrando-o e utilizando-o a seu favor. De facto, nas Cortes de 1641, os povos queixaram-se dos oficiais da Justiça, secular e eclesiástica, e da Fazenda, poderosos pelo exercício dos seus ofícios, entrarem nos cargos da República e dominarem as populações, pelo que pediram a D. João IV que não autorizasse a eleição de qualquer oficial da Justiça ou da Fazenda para vereador, procurador do concelho ou almotacé.⁸⁷ Respondendo, talvez, a estas queixas, o rei publicou a lei de 25 de Outubro de 1644⁸⁸ e o alvará de 6 de Maio de 1649.⁸⁹ A primeira ia no sentido de evitar o exercício simultâneo de dois ofícios, fossem de propriedade ou de serventia, e o segundo proibia que os oficiais da Justiça e da Fazenda servissem os cargos de vereadores.

Conseguiu a legislação régia atingir os fins a que se propunha? Em Ponta Delgada, pelo menos, as disposições do poder central não encontraram qualquer suporte. A elite local “confiscou” os privilégios políticos: dominava todas as estruturas de poder e utilizava as suas redes relacionais para acrescentar a sua influência e prestígio. Em suma, apesar de procurar controlar estes poderosos grupos locais, a coroa não conseguiu, neste período, ultrapassar a barreira que representavam à afirmação de um poder régio forte. A imagem do Príncipe todo-poderoso não parece passar disso mesmo, de uma imagem, se atentarmos na debilidade dos meios de acção ao serviço do centro e na necessidade que a monarquia tinha de se apoiar nas elites locais.

A estrutura administrativa da alfândega de Ponta Delgada tinha sido montada para facilitar o controlo do movimento de produtos e navios e a arrecadação de direitos. A área de intervenção autónoma de cada oficial, ou seja, a sua jurisdição,⁹⁰ estava, à partida, definida nas *Ordenações Filipinas* e

⁸⁶ Citemos, entre outros, André da Ponte de Sousa, contador desde 1617 até à morte, em 1653, e juiz da alfândega em 1652-1653 (cf. BPARPD, APD, 1360, *Livro 4.º do Registo*, fls. 564v-565 e 578v-579) ou Gaspar de Medeiros de Sousa.

⁸⁷ Cf. José Justino de Andrade e Silva, *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa Compilada e Annotada por...*, 2.ª Série, 1640-1647, Lisboa, Imprensa de F. X. de Souza, 1856, Capítulo XCI, p. 40.

⁸⁸ Cf. BPARPD, Fundo José do Canto (FJC), Miscelânea 651, fls. 193-194.

⁸⁹ Idem, fls. 198-198v.

⁹⁰ De acordo com o direito comum, jurisdição significa poder político. Mais precisamente, jurisdição (*iurisdictio*) significa, no contexto da concepção corporativa da sociedade, que cada órgão dispõe “de um poder autónomo de auto-normação, ou melhor, de um poder de declarar (*dicere*, dizer) o seu direito (*ius*) imanente”. Cf. António Manuel HESPANHA, *Poder e Instituições*

nos regimentos. No entanto, se o centro político pretendia que os seus representantes actuassem de forma eficaz, objectivando as determinações do rei, a realidade demonstrava que os oficiais régios não se comportavam como meros instrumentos da coroa. Duas ordens de razões podem explicar este cenário: em primeiro lugar, a patrimonialização dos ofícios, que levava a que os oficiais usassem os cargos para aumentar o seu *status* e o seu prestígio pessoal; em segundo lugar, o facto de os aspectos “racionais” da burocracia não predominarem nas instituições do Antigo Regime. Como lembraram Pierre Goubert e Daniel Roche, “l’esprit ‘cartésien’ est le plus souvent aux antipodes de l’esprit de l’Ancien Régime”.⁹¹

Na alfândega de Ponta Delgada, os choques entre os oficiais tinham a sua origem na ultrapassagem dos limites de actuação de cada um. De um modo geral, porém, os confrontos entre agentes da administração alfandegária não parecem ter perturbado o quotidiano da cidade ou o funcionamento da própria alfândega. Além de que, se os conflitos nos colocam perante a existência de inimizades e de uma violência contidas que, num dado momento, se libertam, manifestando-se claramente no seio da comunidade, envolvendo os homens da governança⁹² ou fazendo-se sentir sobre os governados, tais manifestações públicas de ódios e inimizades não quebram a unidade essencial do grupo do poder local. Na defesa dos interesses e privilégios do grupo, porém, quando se tratava de afirmar a autonomia jurisdicional da câmara perante a ingerência ou os abusos de outros poderes, os oficiais surgiam unidos. Terá sido esta estratégia de coesão face ao exterior, reforçada pela densa rede de relações de parentesco e a debilidade da rede burocrática ao serviço da coroa, que permitiu a sobrevivência das até ao Liberalismo.

IV.

Concluamos. António Manuel Hespanha, ao estudar as estruturas administrativas da Fazenda Real no reino, afirmou que no caso específico da administração alfandegária esta estava “completamente isenta de servidões

no Antigo Regime. *Guia de Estudo*, “Cadernos Penélope, 1”, Lisboa, Edições Cosmos, 1992, p. 41. Assim, o poder encontra-se repartido: cada corpo social tem uma autonomia político-jurídica, necessária à execução da sua função (*officium*) (idem, p. 29).

⁹¹ Cf. Pierre GOUBERT e Daniel ROCHE, *Les Français et l’Ancien Régime*, tomo 1: *La Société et l’État*, Paris, Armand Colin, 1984, p. 197.

⁹² Não se trata tanto de conflitos entre facções rivais, mas sobretudo de conflitos interpessoais, que testemunham a existência deste lado violento dos comportamentos sociais. Dois exemplos, recolhidos entre outros: em 1655, João de Sousa Castelo Branco, contador da Fazenda Real, resistiu ao alcaide (cf. BPARPD, Fundo Judicial, Ponta Delgada, 554, *Livro para Rol de Culpados (1644-1734)*, fl. 25, 22 de Novembro de 1655) e, em 1684, João de Sousa Benevides, filho do licenciado José Freire do Rego, foi considerado culpado na devassa *ex officio* do ferimento feito ao capitão Antão Correia de Melo (idem, fl. 26, 25 de Novembro de 1684).

locais”.⁹³ Se esta afirmação tem (terá?) aplicação no reino, não se adequa à realidade de Ponta Delgada nos séculos XVII e XVIII. Na alfândega da cidade micaelense, a hierarquia e os ofícios secundários estavam nas mãos da nobreza municipal. Tanto quanto nos foi permitido ver, os notáveis locais reforçavam a sua influência controlando as instituições da monarquia, sendo os principais beneficiários de uma relação que, em nosso entender, ilustra os limites do poder real e a solidez do grupo dos homens nobres da governança.

Ao considerarmos o caso açoriano e, em particular, a administração financeira da coroa, parece-nos claro que o serviço régio funcionou duplamente: por um lado, assegurou a promoção social de indivíduos que, pela sua origem e ocupação (mercadores), de outra forma não conseguiriam alcançar o topo da pirâmide social local; e, por outro, permitiu um reforço considerável do poder e prestígio de algumas famílias da elite local, que utilizaram as estruturas periféricas da coroa em seu proveito.

⁹³ Cf. António Manuel HESPAÑA, “Centro e periferia nas estruturas administrativas do Antigo Regime”, *Ler História*, Lisboa, n.º 8, 1986, pp. 35-60, *maxime* p. 59.

LA PROVISIÓN DE CARGOS EN LA AMÉRICA ESPAÑOLA A TRAVÉS DEL CONSEJO Y CÁMARA DE INDIAS DURANTE EL REINADO DE FELIPE V*

GUILLERMO BURGOS LEJONAGOITIA
Universidad de Almería

*A la grata memoria
del profesor Juan Luis Castellano*

Dentro del organigrama de gobierno característico de la Corona de Castilla, el del régimen polisinodial, fue el Consejo de Indias el que asumió las funciones de gestión y administración de los territorios americanos españoles. Entre sus facultades estuvo la de consultar al rey los nombramientos de los sujetos que habrían de desempeñar las funciones atribuidas a los distintos cargos de gobierno, justicia, hacienda, empleos militares, dignidades eclesiásticas así como mercedes honoríficas tales como los títulos de Castilla o los hábitos de las Órdenes Militares. Este tipo de nombramientos son los que se realizaron a través de lo que se conoce como vía consultiva, por medio de la cual, mediante un proceso administrativo complejo, quedaba en manos del Consejo o Cámara la tarea de seleccionar a los candidatos sobre la base de sus méritos así como la elaboración de las ternas elevadas al monarca para la elección de uno de los pretendientes. El elemento clave de esta vía es la «consulta» gracias a la cual el Consejo planteaba al rey la

* Este trabajo se ha realizado en el marco del proyecto de investigación I+D *Venalidad de cargos y honores en la España del siglo XVIII* (HAR2008-03180), financiado con fondos FEDER por el Ministerio de Ciencia e Innovación.

lista de los sujetos que consideraba más idóneos a la espera de que le viniese devuelta con la “real resolución” del soberano quedando así decidido el nombramiento.

Sin embargo, las atribuciones en materia de provisión de cargos no son algo que podamos retrotraer al origen de este alto tribunal ya que serán una prerrogativa que se irá definiendo poco a poco desde la fundación de este organismo por Carlos V y que seguirá viéndose modificada aún en el reinado de Felipe V. Del mismo modo, la nómina de cargos cuya provisión debía correr desde la Corte fue cambiando durante los primeros dos siglos de la Modernidad hasta la llegada del primer Borbón. Son éstos dos aspectos en los que tenemos que detenernos para poder entender el funcionamiento de la provisión de cargos durante la primera mitad del siglo XVIII.

I. Evolución de las atribuciones del Consejo de Indias en materia de provisión de cargos

Durante el siglo XVI, la respuesta a cómo se realizaban los nombramientos de los miembros de la administración hispanoamericana en el seno del Consejo de Indias no es sencilla ya que, como explicó en su momento el profesor Escudero, durante esta centuria el poder de decisión sobre las provisiones de plazas en Ultramar cambió en no pocas ocasiones de manos entre los consejeros de Indias, secretarios del Consejo y presidentes del mismo según la capacidad de atraerse el favor del monarca de cada uno de estos agentes.¹ Para que podamos hablar del marco institucional y metodológico en el que se produjeron de manera reglada los nombramientos de cargos americanos a través del Consejo de Indias habrá que esperar al año 1600 en que se fundó la Cámara de Indias que, a imagen de la ya existente Cámara de Castilla, tendrá como misión exclusiva la provisión de forma consultiva de cargos y honores en los territorios ultramarinos pertenecientes a la Monarquía Católica. No podemos dejar de señalar en este punto, si de provisión de plazas queremos hablar, la fundación en esta misma fecha de la Junta de Guerra de Indias que, siempre en el seno del organismo del que estamos hablando, el Consejo de Indias, tuvo encomendada toda la materia castrense incluida la elección del personal para nombramientos militares.

Centrándonos principalmente en la Cámara,² el carácter exclusivo tanto en la composición de la misma –sólo unos pocos consejeros, camaristas, for-

¹ José Antonio ESCUDERO LÓPEZ, “La creación del Consejo de Cámara de Indias”, en Feliciano BARRIOS PINTADO (coord.), *Derecho y administración pública en las Indias hispánicas: Actas del Congreso Internacional de Historia del Derecho Indiano*, vol. I., Cuenca, Cortes de Castilla-La Mancha, 2002, pp. 621-668. Especialmente p. 632.

² Debido al carácter excesivamente especializado de la Junta de Guerra de Indias y al hecho de que sus iniciativas en la provisión de cargos militares en América iban principalmente acompañadas por una consulta paralela del Consejo o de la Cámara, según la cronología, en

maban parte de esta “comisión”³– como en el asunto que trataba –que quedaba reducido a la provisión de cargos y mercedes, una de las prerrogativas sin lugar a dudas más importantes y que ponía de relieve la importancia de los sujetos comisionados para ejercerla– ha tenido diferentes lecturas. Ernesto Schäfer señaló la fundación de la Cámara como un elemento distintivo más de la “época del favoritismo” a través del cual el duque de Lerma, reduciendo en unos pocos sujetos el gobierno de esta materia, la de la provisión, podía con mayor facilidad ejercer su influencia sobre los mismos favoreciendo a personas cercanas.⁴ Esta visión del historiador alemán fue ampliamente aceptada por don Antonio Domínguez Ortiz quien afirmó que la creación de la Cámara fortaleció la corrupción y el favoritismo.⁵ Sin embargo, José Antonio Escudero, sin entrar en este tipo de consideraciones, situó la fundación de este organismo dentro de una evolución institucional del propio Consejo de Indias y como respuesta al problema planteado por las luchas internas entre los integrantes del mismo en la búsqueda de la apropiación de las prerrogativas en materia de provisión de plazas.⁶

Lo cierto es, como hemos dicho antes, que desde 1600 se dispuso en el seno del Consejo de Indias de un organismo y un método para la provisión consultiva de cargos americanos. Si bien la Cámara de Indias no estuvo en activo de manera continua,⁷ durante los periodos en que permaneció clausurada el método pervivió ocupando el Consejo «en pleno» el papel que precedentemente había desempeñado la propia Cámara.

este estudio hemos preferido anotar sólo su existencia en tanto y cuanto surge paralelamente a la Cámara y compartía con ésta parte de sus atribuciones en la provisión de cargos militares. Para un estudio monográfico de esta junta pueden consultarse Juan C. DOMÍNGUEZ NAFRÍA, “La Junta de Guerra de Indias”, en VV.AA., *Temas de Historia militar. Ponencias*, Madrid, Servicio de Publicaciones del E.M.E., 1988, pp. 81-115 y J. F. BALTAR RODRÍGUEZ, “Sobre el origen de la Junta de Guerra de Indios”, en GONZÁLEZ VALES, L. E. (Coord.), *XIII Congreso del Instituto Internacional de Historia del Derecho Indiano: Actas y Estudios*, vol. 1, San Juan de Puerto Rico, 2003, pp. 671-686. Siguen desde mi punto de vista teniendo actualidad las páginas que a esta Junta en el siglo XVII dedicó Ernesto Schäfer en el primer tomo de su obra. Véase: Ernesto SCHÄFER, *El Consejo Real y Supremo de las Indias*, vol. I, Valladolid, Junta de Castilla y León - Marcial Pons, 2003, pp. 202-214.

³ Éste fue el término utilizado por Ernesto Schäfer para definir a la Cámara de Indias. *Ibid.*, p. 179.

⁴ *Ibid.*, p. 180.

⁵ A. DOMÍNGUEZ ORTIZ, *La sociedad americana y la Corona Española en el siglo XVII*, Madrid, Asociación Francisco López de Gómara, 1996, p. 176.

⁶ J. A. ESCUDERO LÓPEZ, “La creación...”, cit., pp. 632-637.

⁷ Desde su primera fundación hasta su clausura definitiva en 1809, la Cámara de Indias estuvo en activo de 1600 a 1609, entre 1646 y 1701 –si bien entre 1677 y 1691 estuvo oficialmente clausurada sin dejar de funcionar–, de 1691 a 1701; once meses entre 1716 y 1717 y reabierta definitivamente en 1721.

II. De la provisión real y local de los cargos americanos

Aunque nuestro estudio está centrado desde un punto de vista cronológico en el reinado del primer monarca de la Casa de Borbón, es necesario que de nuevo hagamos un recorrido por épocas anteriores –remitiéndonos incluso a los primeros tiempos del Descubrimiento– de manera que podamos conocer la evolución de las atribuciones de provisión de cargos no ya dentro del propio Consejo sino entre las autoridades americanas y las peninsulares.

Una de las formas en las que podemos clasificar los oficios americanos es atendiendo a la autoridad que los provee. Desde un punto de vista formal, las Indias eran propiedad del rey de Castilla si nos basamos en la donación papal rubricada en la bula *Inter caetera* dada por Alejandro VI a los Reyes Católicos. El mismo documento hace alusión a que corresponde a los monarcas castellanos y a sus sucesores proveer para aquellos territorios “varones probos y temerosos de Dios” que los gobiernen.⁸ Partiendo de la apenas aludida donación papal, las leyes indianas asumen que todos los nombramientos que deban hacerse en aquellas tierras son responsabilidad del rey pero, que debido a “la dilación que causaría la distancia” habrá empleos, los de más importancia, que serán provistos por el monarca –cargos de provisión real– mientras que otros lo serán por las autoridades americanas –cargos de provisión local –.⁹

Hasta bien entrado el siglo XVII las altas instancias del poder indiano tenían en sus manos la mayor parte de los cargos a proveer en América. La situación cambió lentamente durante toda aquella centuria sustrayendo a los virreyes y presidentes de las Reales Audiencias la capacidad de proveer un buen número de empleos en Ultramar. La tendencia de la Corona a asumir la provisión de estas plazas ya se había visto desde principios de siglo. Desde 1627 se pueden apreciar «intromisiones ocasionales de la Cámara» en la consulta de empleos de designación local.¹⁰

La nómina de empleos que eran de provisión local y real es algo confusa ya que variaba sustancialmente de los territorios de una Audiencia a otra y no existía, como recuerda Lohmann Villena, una pauta que regulara la distinción entre los cargos que designaba el monarca y los que se confiaban a las altas autoridades americanas.¹¹ Sin embargo, parece que durante

⁸ “[...] Y además os mandamos en virtud de santa obediencia que haciendo todas las debidas diligencias del caso, destinéis a dichas tierras e islas varones probos y temerosos de Dios, peritos y expertos para instruir en la fe católica e imbuir en las buenas costumbres a sus pobladores y habitantes, lo cual nos auguramos y no dudamos que haréis, a causa de vuestra máxima devoción y de vuestra regia magnanimidad [...]”. *Inter caetera I*, 3 de mayo de 1493.

⁹ Recopilación de las Leyes de Indias (RLI), (L)ibro III, (T)ítulo II, (l)ey I.

¹⁰ Alberto YALI ROMAN, “Sobre alcaldías mayores y corregimientos en Indias. Un ensayo de interpretación”, en *Jahrbich für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Latinamerikas*, vol. 9 (1972), p. 29.

¹¹ Guillermo LOHMANN VILLENA, *El corregidor de Indios en el Perú bajo los Austrias*, Lima, Pontificia Universidad Católica del Perú, 2001, p. 160.

las dos últimas décadas del siglo XVI quedó ampliamente configurada aun cuando nunca podremos hablar para estas fechas de una clasificación fija a este respecto. Los cargos de justicia, hacienda, y los más importantes cargos de gobierno político y militar así como puestos en la carrera de las armas eran de provisión real. En cuanto a los cargos de provisión local, eran la mayor parte de las alcaldías mayores y corregimientos¹² dados por un año prorrogable por otro más. A éstos hay que sumarles los llamados oficios “vendibles y renunciables”.¹³ También estaba encomendada a las autoridades locales la provisión en régimen de interinato de todos los oficios de provisión real que vacaren, exceptuando a los de justicia, mientras no se proveyesen por título del rey en otra persona y por periodos máximos de dos años.

La finalidad de ceder a las autoridades indianas la regalía de poder realizar ciertos nombramientos fue la de “poner en sus manos un elemento de paz y aquietamiento de los colonos” así como usarla como premio a los beneméritos.¹⁴ Ese “elemento de paz” pronto se vio como un medio a través del cual aquellas autoridades podían acomodar a sus parentelas así como obtener beneficios económicos por la provisión de estas plazas.¹⁵ La tendencia de la Corona a recuperar estas atribuciones se vio favorecida en la década de 1670 por las numerosas acusaciones de abusos cometidos por los virreyes. En 1678, tras las denuncias por vender la provisión de cargos políticos y situar en los mismos a personas inapropiadas vertidas contra el conde de Castellar, virrey del Perú, el Consejo de Indias propuso al monarca sustraer a las autoridades locales la provisión del importantísimo conjunto de plazas de gobierno que hasta entonces había gestionado. Así, por cédula de 28 de febrero de 1678 se avisó a los virreyes y presidentes americanos que sería desde aquel momento el monarca, a través de la Cámara de Indias, quien proveyese dichas plazas.¹⁶ Aunque la medida fue abolida en 1680 ante las protestas arribadas desde América y la preocupación, siempre constante, del Consejo de poder despertar movimientos de colonos descontentos, lo cierto es que el camino estaba ya trazado. En 1674 la Corona ya había comenzado a beneficiar cargos de corregidores y alcaldes mayores de provisión real¹⁷ y desde 1677 quedó comisionado el conde de Medellín para este fin.¹⁸ A partir

¹² Alberto YALI ROMÁN, “sobre alcaldías mayores...”, cit., p. 24.

¹³ Sobre éstos últimos véase: Francisco TOMÁS Y VALIENTE, *La venta de oficios en Indias (1492-1606)*, Madrid, Instituto de Estudios Administrativos, 1972.

¹⁴ Guillermo LOHMANN VILLENA, *El corregidor...*, cit., p. 165.

¹⁵ *Ibid.*

¹⁶ AGI, *Indiferente General*, L. 430, l. 42.

¹⁷ Sobre el beneficio de cargos de gobierno en esta época puede verse Ángel SANZ TAPIA, *¿Corrupción o necesidad? La venta de cargos de gobierno bajo Carlos II (1674-1700)*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2009.

¹⁸ Don Pedro Portocarrero y Aragón, conde de Medellín, era en 1677 el presidente del Consejo de Indias. En aquel año había garantizado un préstamo de la Corona por valor de 280.000 pesos al que había que sumar el propio hecho por él de 60.000 pesos más. Como pago a

1685, durante la presidencia del Consejo de Indias por el marqués de los Vélez, los cargos de provisión local que fueron vacando, uno a uno, empezaron a beneficiarse desde España “usurpando”, este es el término utilizado por Alberto Yali, a las autoridades locales la capacidad de proveerlos.¹⁹

Así las cosas, podemos decir que a las altas instancias americanas les quedaba bien poco que proveer cuando en 1700 se produjo el ascenso al trono del duque de Anjou. Esos cargos estaban constituidos por los oficios “vendibles y renunciables”, la provisión en régimen de interinato de la mayoría de los cargos de gobierno y unas pocas alcaldías mayores y corregimientos que en las instrucciones dadas a los virreyes se les otorgaban para proveerlas en sus allegados.

¿Cuáles eran específicamente los cargos que se proveían desde la metrópoli cuando llegó al trono Felipe V? Utilizando como criterio la duración de los mismos podemos decir que a través del Consejo de Indias o de su Cámara o, en cualquier caso, desde la Corte, se tramitaban los nombramientos de empleos vitalicios por una parte y, por la otra, lo que vamos a denominar empleos de corta duración. Los vitalicios eran aquellos empleos conformados por las magistraturas de las Audiencias, puestos en las oficinas de los Tribunales y Cajas Reales de la Real Hacienda, así como las de la carrera militar. El final del ejercicio de estos cargos sólo dependía de motivos biológicos, jubilación, promoción o cese.²⁰ Frente a ellos existían también empleos de corta duración –de gobierno principalmente– cuya característica principal era que tenían un límite temporal preestablecido aunque en ocasiones prorrogable. Los virreyes lo eran por tres años como norma, aunque hubo ocasiones en las que en el título de nombramiento la duración del empleo no está preestablecida quedando al arbitrio de la voluntad real.²¹ Tras los

este servicio se le concedió al conde el arbitrio de beneficiar los cargos americanos de provisión real. Alberto YALI ROMÁN, “sobre alcaldías mayores...”, cit., p. 33.

¹⁹ *Ibid.*, pp. 30 y 33.

²⁰ Aunque para el caso de los magistrados de justicia no parece que el cese de su cargo pudiese ser realmente definitivo en la mayoría de los casos. Conocemos, sin embargo, el ejemplo del licenciado Tomás Ignacio de Arana, oidor de la Audiencia guatemalteca desde 1723. En 1744 se le abrió causa por intrigar contra el presidente de aquella Real Audiencia dictándose en el Consejo de Indias sentencia de «privación absoluta» de empleo y sueldo – AGI, *Audiencia de Guatemala*, L. 274. A esta pena debemos añadir la de destierro –condena muy habitual por otra parte– a Querétaro, en la jurisdicción de la Real Audiencia de México, donde continuaba estando en 1747 – Mark A. BURKHOLDER y Dewitt S. CHANDLER, *Biographical Dictionary of Audiencia Ministers in the Americas, 1687-1821*, Westport, 1982, p. 21. En 1749 Arana ya había fallecido y su viuda solicitó el traslado de la causa del antiguo oidor de Guatemala al Consejo de Indias posiblemente con la esperanza, pues se encontraba en la extrema pobreza, de recuperar las fianzas de su marido – AGI, *Escribanía de Cámara*, L. 362B. Finalmente, en 1756 se confirmó por el Consejo la condena de este sujeto por cuatro de los dieciocho cargos de los que estuvo acusado en vida entre los que se incluía el haber instigado contra el capitán general de Guatemala – AGI, *Escribanía de Cámara*, L. 1,194.

²¹ Así, por ejemplo, en el título como virrey del Perú de fray Diego Morcillo, arzobispo de Charcas, se expresa que la duración del empleo será «por el tiempo que mi voluntad fuere».

virreyes, los presidentes de las Reales Audiencias eran provistos por ocho años, por cinco los gobiernos con o sin capitán general. Finalmente, los corregimientos y alcaldías mayores que eran encomendadas regularmente por tres años para los residentes en Indias y por cinco para los de la metrópoli aunque cuando se concedieron por dinero se hacía siempre por cinco años incluyendo en el contrato de venta del nombramiento una cláusula *ad hoc*.

III. Las reformas en el gobierno central de las Indias a principios del siglo XVIII

Antes de abordar la dinámica a través de la cual se proveían los cargos de América a través del Consejo o de la Cámara de Indias es necesario que nos detengamos en una exposición de los cambios administrativos que en el seno de esta institución se produjeron, en la medida que éstos pudieron modificar el proceso de la provisión consultiva o las propias atribuciones del Consejo en la consulta de cargos.

A nivel institucional, el siglo XVIII español ha sido retratado como una centuria de transición desde el gobierno polisinodial –típico de los siglos XVI y XVII– al gobierno ministerial –característico de los siglos XIX y XX–.²² El cambio de dinastía trajo consigo una mutación del modelo que llevaría aparejada la potenciación del poder real –pasando de la delegación de los asuntos de gobierno de instituciones colegiadas como los Consejos a ministros poderosos cercanos al monarca– y la búsqueda de un sistema más efectivo y menos burocratizado. A todo esto debemos añadir que el prestigio heredado por los Consejos de los dos siglos anteriores²³ se vio notablemente dañado ante el descrédito que pocos años después de la llegada de Felipe V al trono supuso para algunos integrantes de ciertos Consejos, incluido el de Indias, su aceptación de la autoridad de las fuerzas aliadas en lo que ha venido a llamarse “crisis austracista”.²⁴

AGI, *Indiferente General*, L. 513, l. 6. Además, entre los provistos para la más alta autoridad indiana es donde se aprecia una mayor profusión de concesión de prórrogas. Estas fueron también parte del mercado venal. Véase para el caso de intento de beneficio de una de estas prórrogas por parte del virrey Castellodosrius en G. BURGOS LEJONAGOITIA, “Los documentos *secretos* de las negociaciones del marqués de Castellodosrius, virrey del Perú”, en *Chronica Nova*, 36 (2010), pp. 317-338.

²² José Antonio ESCUDERO LÓPEZ, “Reformas del Consejo de Indias a la entrada del siglo XVIII”, en Gonzalo ANES Y ÁLVAREZ DE CASTRILLÓN y Rafael del PINO Y MORENO (coords.), *La América hispana en los albores de la emancipación*, Madrid, Marcial Pons, 2005, pp. 675-684.

²³ Juan Luis CASTELLANO CASTELLANO, *Gobierno y poder en la España del siglo XVIII*, Granada, Editorial Universidad de Granada, 2006, pp. 28-29.

²⁴ Véase J. SOLIS FERNÁNDEZ, “Notas para el estudio del Consejo de Indias del Archiduque Carlos de Austria”, en VV.AA., *VII Congreso Internacional de Historia de América*, vol. I, Zaragoza, 1998, pp. 685-710.

Así, entre 1701 y 1721 asistimos a dos décadas en las que se produjeron una serie de reformas del Consejo de Indias que afectaron tanto a su planta como a su funcionamiento y atribuciones. En este trabajo nos vamos sólo a centrar en aquellas que en mayor o menor medida afectaron a las atribuciones de consultar los cargos de provisión real encomendados a esta institución. El reinado prácticamente se estrenó con un importante cambio en la estructura del Consejo. Por decreto del rey de 6 de marzo de 1701 quedaba suprimida la Cámara de Indias desplazando sus funciones al Consejo “en pleno”²⁵. Este hecho vino además acompañado por un decreto general de reforma el cual ordenaba que todos aquellos sujetos que durante los diez años anteriores hubiesen obtenido una plaza sin que mediara consulta de la Cámara de Indias y que no hubiesen tomado posesión de ella aun cuando fueren supernumerarios, quedasen automáticamente excluidos de aquellos empleos. Esta reforma fue modificada en parte por las dudas del Consejo que, elevadas al rey por medio de consultas, produjeron una aclaración del monarca sobre esta materia ampliando el número de supuestos a reformar. Según la Real Resolución de Felipe V la medida era aplicable a todos aquellos que hubiesen en cualquier momento beneficiado un cargo y que no lo estuviesen sirviendo, y añadía que, para los casos en que no se conociese el servicio pecuniario, se aplicase a los que de diez años a esta parte hubiesen recibido un cargo por decreto ejecutivo sin que mediara la Cámara.²⁶

Desde 1701 hasta 1716 se produjeron importantes cambios en la planta del Consejo de Indias²⁷ pero ninguno de ellos afectó de manera directa a materias relacionadas con la provisión de plazas. Es posible que el desinterés por parte de la Corona y sus ministros hacia esta importante atribución del Consejo fuese debido a que durante la mayor parte de ese periodo se produjo una importante operación venal en España y América –contemporánea a la Guerra de Sucesión– en la cual las provisiones se realizaron por la vía ejecutiva.²⁸ Habiendo quedado durante la contienda tan poco trabajo a este organismo colegiado en lo que a esta función que le estaba encomendada se refiere, cualquier reforma era, si no innecesaria, carente de urgencia.

Fue 1717 el año en el que, al menos desde un punto de vista formal, se dieron una serie de decretos que afectaron a la planta y trabajo del Consejo y Cámara de Indias – esta última había sido puesta nuevamente en funcio-

²⁵ AGI, *Indiferente General*, L. 827.

²⁶ Consulta del Consejo de Indias de 25 de junio de 1701. AGI, *Audiencia de Quito*, L. 102.

²⁷ Son las plantas contenidas en las reformas de Orry (1713) y Alberoni (1715). Para ellas se puede consultar GILDAS BERNARD, *Le Secrétariat d'État et le Conseil espagnol des Indes (1700-1808)*, Ginebra-París, Centre de Recherches d'Histoire et de Philologie, 1972, pp. 6-11. Una buena revisión a este periodo –y en general a las tesis de Bernard– se encuentra también en RAFAEL D. GARCÍA PÉREZ, *El Consejo de Indias durante los reinados de Carlos III y Carlos IV*, Pamplona, EUNSA, 1998, pp. 29-48.

²⁸ Sobre la venalidad en este periodo es obligado consultar la ya citada obra F. ANDÚJAR CASTILLO, *Necesidad...*, cit.

namiento unos meses antes.²⁹ El tercero de ellos, fechado en 20 de enero de 1717, el más contundente, modificó la capacidad de ambos organismos para tratar algunas materias de gobierno y, consecuentemente, para proveer ciertas plazas americanas relacionadas con dichas materias ordenando que aparte de los negocios “de mera justicia”, se abstuviese el Consejo de “dirigir, formar cédulas ni despachos ni otras órdenes de gobierno porque todo lo que fuere de esta naturaleza y calidad y que en cualquier manera tocara a lo gubernativo, económico y providencial lo reservo en Mí para mandarlo ejecutar por la vía reservada”.³⁰ Ante las dudas expresadas por el Consejo de Indias frente a este Real Decreto se expidió otro con fecha de 11 de septiembre del mismo año en el que se participaba a los consejeros de que, además de suprimirse nuevamente la Cámara de Indias, todo lo que afectase “al manejo de mi Real Hacienda, guerra, comercio y navegación de aquellos a estos reinos, provisiones de empleos y cargos y órdenes respectivas de estas tres clases y sus incidencias y dependencias corran privativamente por la vía reservada” y añade:

en cuanto a la provisión de presidencias, plazas de administración de justicia y gobierno, corregimientos, alcaldías mayores [...] y otros empleos puramente políticos y sin conexión próxima ni remota con las expresadas materias de Hacienda, guerra comercio y navegación me consultaré el consejo como lo practicaba antes.³¹

Junto con la Cámara se suprimió también la Junta de Guerra de Indias al quedar la materia castrense fuera de la órbita del Consejo.

Pese a la claridad con la que se expresaba el monarca en septiembre de 1717, lo cierto es que hubo un grado de aplicación muy relativo en lo que a la limitación de atribuciones en materia de provisión de cargos se refiere. De hecho, aunque entre 1717 y 1722 se aprecia un descenso en lo que a provisiones por la vía consultiva se refiere, éste debe achacarse a la acumulación de futuras³² del periodo venal anterior ya que, aunque efectivamente los cargos puramente militares quedaron desde esa fecha al margen de la órbita de este tribunal, se siguieron proveyendo empleos por esta vía normalmente sin excluir entre ellos a los de hacienda.

²⁹ AGI, *Indiferente General*, L. 828.

³⁰ AGI, *Indiferente General*, L. 885.

³¹ AGI, *Indiferente General*, L. 827.

³² El sistema de provisión en régimen de «futura» es aquel en el que el nombrado para un cargo recibe la designación cuando dicho oficio no está vacante sino que se encuentra ocupado por otro sujeto. De este modo, para entrar a servirlo, el provisto deberá esperar a que expire el tiempo por el que fue comisionado para el cargo quien en aquel momento la servía. Las futuras se otorgaron también para suceder a personas que a su vez las habían obtenido previamente y que no habían entrado aún a servir el empleo e, incluso, llegaron a concederse terceras futuras sobre determinados oficios que, por lo tanto, no fueron nuevamente provistos de manera «regular» hasta que todos los futurarios lo sirviesen quedando los nombramientos en suspenso durante un buen número de años.

Por último, en diciembre 1721 se restableció nuevamente la Cámara de Indias³³ que siguió en activo hasta su supresión definitiva en 1808. La reapertura de la Cámara corrió paralela a la fundación de la Secretaría del Despacho de Marina e Indias. Éste ministerio, que durante los años precedentes había aparecido sólo entre 1714 y 1715, y cuyas funciones se fueron fundiendo y refundiendo durante las dos primeras décadas del reinado de Felipe V entre las diferentes Secretarías de Estado, se le encomendó al almirante Andrés de Pez, a la sazón gobernador del Consejo de Indias. Que tal encomienda recayera en este personaje y no en otro dice mucho de hasta qué punto la división del trabajo entre ambas instituciones fue poco clara. De hecho, Pez prefirió apoyarse en un Consejo bien surtido de ministros y oficiales frente a una Secretaría bisoña.³⁴

IV. El proceso administrativo de los nombramientos

Durante el periodo estudiado existió una doble vía para la elección de los sujetos que debían ocupar las plazas de provisión real, una es la que se realizaba a través del Consejo –vía consultiva– y la otra es la que se hacía al margen de éste mediante decretos –vía ejecutiva–. Esta doble vía no es un elemento nuevo del siglo XVIII ya que se había utilizado con anterioridad durante buena parte del siglo XVII y, sobre todo, cuando más importante fue la venta de cargos en Indias. Sin embargo, la dualidad del sistema y el progresivo giro en el protagonismo de una a la otra marcaron el panorama de la provisión de cargos en la primera mitad del siglo XVIII.

Las provisiones por la vía consultiva podían ser de dos tipos: “de oficio” o “de parte”. Un proceso “de oficio” en lo referente a la provisión de cargos, el más común, era aquel en el que el Consejo o la Cámara de Indias, siempre según la cronología –gracias a la información que obraba en cada una de sus dos secretarías³⁵ por medio de la cual podía conocer el estado de las plazas, esto es, si estaban próximas a vacar, o por medio de los avisos que llegaban desde América de defunciones de miembros de organismos con cargos vitales– emprendía la labor de volver a proveerlos a través de una consulta al rey. El uso normal es que en primer lugar se publicaran “edictos” que diesen a conocer a los posibles interesados en ocupar una plaza que ésta se hallaba en situación de volver a proveerse y que, durante quince días, podían remitir sus memoriales y peticiones a la secretaría correspondiente del Consejo de Indias. Allí, los oficiales, al mando del secretario, ordenaban

³³ Archivo Histórico Nacional (AHN), *Estado*, L. 2.329.

³⁴ Gildas BERNARD, *Le Secrétariat...*, cit., p. 15.

³⁵ El Consejo de Indias tenía desde principios del siglo XVII dos secretarías. Una de ellas se dedicaba a la “negociación” de los asuntos del Virreinato Nueva España y la otra a los propios del Perú. Ernesto SCHÄFER, *El Consejo Real...*, cit., pp. 197-201.

los memoriales que eran resumidos y a su debido momento remitidos a una reunión del Consejo o de la Cámara en la que se trataba de la provisión de la plaza vacante. En aquella reunión los consejeros o los camaristas votaban a los candidatos que consideraban más oportunos formando, aunque no siempre, una terna. Es difícil ver en las consultas del Consejo los votos de cada uno de sus ministros porque después de las votaciones los apuntes de dicha reunión volvían a la Secretaría donde se redactaba la consulta y se omitía normalmente en el discurso del documento la votación de cada uno de los ministros. Sólo en los casos en los que no se formó una terna, raros pero existentes, podemos ver los votos particulares de los llamados a la elección. Una vez redactada, la consulta volvía al Consejo donde era leída en voz alta por el secretario y, siempre que dicha redacción fuese del agrado de los votantes, era firmada. Teniendo ya conformada una consulta, ésta subía al monarca para su resolución. Durante el siglo XVII era normal que fuese el presidente del Consejo el que despachara los asuntos del mismo “a boca” con el monarca. En el siglo XVIII, sin embargo, con el desarrollo del sistema ministerial, y sobre todos desde la instauración definitiva de la Secretaría del Despacho de Marina e Indias en 1721, el proceso era distinto, pues la consulta se enviaba al Secretario del ramo quien en un billete aparte inserto en el propio documento resumía el contenido del mismo reproduciendo el nombre de los candidatos y exponiendo al monarca cuál era, a su juicio, el más idóneo. En este sentido es importante tener presente el papel jugado por el Secretario del Despacho al suponer su actuación una revisión a la labor del Consejo previa a la valoración y dictamen del propio rey. Es cierto que en las pocas consultas en las que se conserva el billete del Secretario del Despacho normalmente éste suele expresarse en los siguientes términos “puede Vuestra Majestad conformarse con el parecer del Consejo”,³⁶ pero lo es mucho más que la opinión de este ministro era siempre respetada ya que el monarca estaba muy alejado de temas tales como la elección de un alcalde mayor de una pequeña población novohispana. Posteriormente la consulta volvía al Consejo con el parecer del rey, la “real resolución”, expresada al margen. Esta resolución tenía el mismo valor que un decreto ejecutivo y era suficiente para que el Consejo expidiera el título del sujeto electo, diese a conocer a éste su elección y, una vez que el elegido aceptase formalmente el empleo, entregarle los despachos o enviárselos a América si era allí donde residía.³⁷

³⁶ No obstante, hay multitud de consultas en las que se elige indistintamente a segundos y terceros candidatos y aún a sujetos contenidos en una categoría incluida en el documento, pero no siempre presente, que sería la de los “pretendientes”.

³⁷ Obviamente muchos de los electos no estaban en Madrid esperando a que ocurriese que vacara una plaza. Los candidatos criollos e indianos, así como los peninsulares, solían enviar puntualmente memoriales con sus méritos y certificaciones de los mismos a las secretarías del Consejo notificando, además, qué tipo de empleos estarían dispuestos a desempeñar.

El Consejo de Indias podía igualmente iniciar el proceso de una consulta de provisión al rey sin que ésta estuviese forzosamente motivada por el regular cumplimiento de su obligación de atender la provisión de plazas vacantes. Es necesario tener presente que la información de este organismo sobre la situación de las plazas no era completa pues, aunque conocía las provisiones por él hechas y las dadas merced a decretos ejecutivos, la acumulación de futuras, el retraso de los provistos en tomar posesión de sus plazas y, en ocasiones, las dificultades de comunicación entre ambas orillas del imperio hacía que la fecha en que debía vacar un oficio no se conociese con precisión o que si éste quedaba desocupado por causas naturales, no fuesen conocidas siempre con demasiada prontitud. En medio de todas estas circunstancias hubo quien directamente acudió al Consejo con la noticia de haber vacado una plaza con la pretensión de que el nombramiento para ocuparla recayese a su favor. Este tipo de acciones motivaron que se produjesen otro tipo de consultas que conocemos desde un punto de vista documental como “de parte” aunque a nivel administrativo creo que es más correcto denominarlas consultas “a instancia”,³⁸ En estos casos, el sujeto debía acompañar también su pretensión con un memorial relativo a sus méritos así como las certificaciones de los mismos. El candidato tenía pleno derecho a que su petición fuese vista en el Consejo y este derecho estaba basado en la obligación de todo súbdito de prestar sus servicios al rey. Se iniciaba así nuevamente un proceso más rápido que el anterior puesto que lo único que debía valorarse eran los méritos del pretendiente y exponer al rey la petición del mismo acompañada de la conveniencia de realizar en éste la provisión según el parecer del Consejo. No era este un cauce habitual y la respuesta del rey varió según su ánimo. Generalmente la Real Resolución a la consulta o bien nombraba a quien había elevado la instancia, o bien declaraba el oficio vaco y ordenaba que se “consultase regularmente”, es decir, mediante el proceso descrito anteriormente para las consultas de oficio. En ocasiones se producía también la siguiente resolución tipo en la que el monarca se expresaba en los siguientes términos “no vengo en ello por ahora pero ordeno que se le tenga presente para futuras vacantes según sus méritos”. Esta última expresión nos hace pensar en la existencia de una estandarización no escrita de los méritos mínimos de un sujeto para ser provisto en un determinado cargo cuando su carrera era el único premio a ofrecer a cambio de un nombramiento.

Aunque en este trabajo tratamos de la provisión de cargos a través del Consejo y Cámara, no podemos dejar de tratar, sobre todo en lo que al

Estos memoriales eran también tenidos en cuenta en las secretarías para la formación de las ternas.

³⁸ Las consultas “de parte” no sólo se produjeron en el ámbito de la provisión de empleos. Genéricamente se trata de consultas motivadas a instancia “de una parte” que pueden atender a cualquier materia propia del Consejo o de la Cámara de Indias.

reinado de Felipe V se refiere, la otra vía de nombramientos, la vía ejecutiva, cuya importancia, atendiendo al uso de la misma, fue muy superior en términos absolutos a las provisiones consultivas superando a ésta en determinadas coyunturas, pues es a través de este otro método de gobernar por decreto –y elegir a los miembros de la administración es gobernar– por el que se canalizó la práctica totalidad de los nombramientos venales para Indias. Se trata, en definitiva, de una vía paralela al Consejo de Indias en la que el monarca resolvía de manera privativa la provisión de un empleo. En este caso, la decisión ejecutiva venía dictada no por una Real Resolución –la cual llevaba implícita el planteamiento de un asunto de gobierno por un agente externo a quien la emite, el rey, y que en este caso se trataba del Consejo de Indias– sino por un Real Decreto, elemento de gobierno privativo del soberano. A efectos prácticos, para este periodo es posible identificar los nombramientos por decreto con los nombramientos venales ya que la mayor parte de los que se produjeron merced al dinero se resolvieron por esta vía. Por lo tanto, al Consejo de Indias le quedó una parcela muy reducida en lo que al beneficio de empleos se refiere.

En este trabajo no vamos a describir el proceso administrativo de la provisión por decreto y de las provisiones venales porque éste se desarrolló por vías muy complejas y no siempre a través de canales estrictamente institucionales. Sería oportuno remitirnos a quien con anterioridad ha estudiado minuciosamente todos los peones y movimientos posibles en este complejo damero de ajedrez.³⁹ Es necesario tener presente la duplicidad de caminos que podían conducir a un sujeto a ocupar un empleo en la administración indiana. Esta duplicidad no llevó implícita una merma de las atribuciones del Consejo desde un punto de vista normativo –pues éstas no se vieron modificadas más allá de las reformas de 1717– pero si atendemos a la praxis de los nombramientos realizados durante el reinado de Felipe V queda claro que el Consejo y la Cámara de Indias quedaron apartados de la tarea de proveer cargos en Indias en la mayoría de los que se produjeron.

V. La coexistencia de las dos vías de nombramiento

Al hablar de coexistencia nos estamos refiriendo simplemente al hecho de que no podemos pensar en una sustitución total de uno u otro modelo. Durante todo el periodo estudiado, el Consejo de Indias proveyó cargos en América y durante todo este periodo se vendieron también empleos. Si no de sustitución, de lo que sí que podemos hablar es de predominio de una vía u otra, predominio que, en algunos momentos, llegó a ser de tal magnitud que

³⁹ Aunque es un estudio que ocupa un periodo muy concreto de la venalidad durante el reinado de Felipe V es extremadamente ilustrativo el trabajo de Francisco Andújar. Véase: FRANCISCO ANDÚJAR CASTILLO, *Necesidad...*, cit. Concretamente los capítulos 3 y 4.

nos pueden hacer pensar en la desaparición momentánea de uno de los dos sistemas. Sin embargo, es necesario tener también en cuenta que durante el reinado de Felipe V se produjo un fortalecimiento de la vía reservada con la creación de las Secretarías del Despacho. En este sentido los nombramientos por decreto tuvieron una base institucional fortalecida si comparamos los que se produjeron durante la primera mitad del siglo XVIII con los del reinado de Carlos II –etapa inmediatamente anterior y de referencia–. Por lo tanto, es lógico preguntarse si el desarrollo del sistema ministerial supuso cambios sustanciales que afectaran a las provisiones por el Consejo de Indias.

El cambio que se introdujo durante este reinado con la creación definitiva de la Secretaría del Despacho de Indias fue, podemos decir, tardío ya que no se produjo hasta casi la mitad del periodo en el que gobernó España Felipe V. Es importante señalar, no obstante, que mucho antes de que se desdoblaran las secretarías del Despacho existía ya un “superministerio”, la Secretaría del Despacho Universal, que en cierto modo encauzaba hasta el parecer del monarca buena parte de los negociados de sus Consejos.

Como hemos dicho con anterioridad, el papel del Secretario del Despacho de Indias en los nombramientos consultivos fue importante porque a través de él conocía el monarca el parecer del Consejo junto con la valoración que de ésta hacía el consabido personaje en calidad de “intermediario” que podía condicionar la decisión real. Se ha hablado ya de la escasez de la documentación en la que hemos podido observar el papel del ministro en la elección real de los nominados en las ternas y esto nos impide ir más allá de meras suposiciones acerca de cómo utilizó su posición en relación a las propuestas del Consejo. Los documentos –que insisto, son insuficientes para hablar con absoluta certeza– nos hablan de un monarca y un Secretario confiados del buen hacer del Consejo ya que en la mayoría de los casos ambos se decantan por uno de los candidatos por éste propuestos y, generalmente, por el primero.⁴⁰ Esta suposición, por otra parte, está llena de sentido común porque, además de las escasas consultas que nos sirven como base, es de suponer que, existiendo otro método de nombramientos en el que el Consejo de Indias quedaba relegado, si realmente no interesaba la opinión del mismo podía evitarse sin problema el paso previo por este organismo colegiado. Por lo tanto, parece claro que la instauración de un ministerio de Indias no supuso *a priori* un cambio sustancial en las provisiones de cargos para América cuando éstas se produjeron a través del Consejo.

Desde nuestro punto de vista el cambio más importante se produjo –paradójicamente– en los nombramientos que se realizaban por decreto. Este fue, como ya se ha apuntado, el método utilizado, además, para la pro-

⁴⁰ Sin embargo existieron también nombramientos consultivos en los que el provisto no formaba parte de la terna oficial. Desconocemos, en la mayoría de estos casos, si fueron incluidos dentro de la consulta en calidad de “pretendientes” al cargo.

visión de cargos por dinero. Mis datos me permiten afirmar que al menos en nueve de cada diez –90,03%– provisiones que se produjeron por la vía ejecutiva hubo dinero de por medio.⁴¹ Por lo tanto sabemos ya que el uso de esta vía quedó reservado primordialmente para los nombramientos venales. En el reinado de Carlos II tales nombramientos habían corrido por las manos de los presidentes del Consejo como elementos más cercanos a la figura de los ministros específicos del reinado de su sucesor. Incluso éstos mismos presidentes eran quienes despachaban con el monarca para las provisiones consultivas. El desdoblamiento de las Secretarías del Despacho supuso una apuesta por la especialización de los altos cargos del organigrama de gobierno. Aunque la creación definitiva de la Secretaría del Despacho de Indias es, como se ha dicho, tardía, las atribuciones propias de la misma habían estado presentes desde los primeros años del reinado repartidas entre los ministerios que sí estaban en activo asumiendo los responsables de los mismos los negocios de América que posteriormente confluyeron en la más alta representación del gobierno central de las Indias. Dado que el sistema a partir del desdoblamiento de las Secretarías supuso la existencia de figuras dentro de la administración de más alto rango que las de los presidentes de las distintas instituciones integrantes del sistema polisnodial, éstos fueron sustituidos en su despacho con el monarca por el ministro al cargo de la Secretaría que en cada momento tuvo las atribuciones sobre los mismos negocios que trataban los Consejos. De este modo, los presidentes del Consejo de Indias dejaron de despachar con el rey pero, no sólo eso, las provisiones venales dejaron de ser tramitadas a través de ellos pasando a los secretarios del Despacho permitiéndonos afirmar que hasta el reinado del primer Borbón no podemos hablar de una vía reservada tan puramente ministerial como hasta ese momento ni más alejada de elementos propios del Consejo de Indias como hasta entonces.

Desde un punto de vista burocrático, la vía ejecutiva era, sin embargo, deudora de los datos que se hallaban en los anaqueles de las secretarías del Consejo a través de los cuales obtenía una información capital para la negociación de la venta de cargos. Esta información era relativa al *histórico* de provisiones de un determinado empleo, el salario que le estaba asignado, el precio por el que se había beneficiado anteriormente y, en general, elementos que eran necesarios a la hora de contratar un precio y unas condiciones con

⁴¹ Para el cálculo de esta cifra hemos utilizado una base de datos de elaboración propia. Ésta se ha construido a partir de la consulta de varias decenas de legajos de diferentes depósitos documentales. Del Archivo General de Indias hemos trabajado con las secciones *Indiferente General*, *Audiencia de Lima*, *Audiencia de México*, *Audiencia de Guadalajara*, *Audiencia de Filipinas*, *Audiencia de Guatemala*, *Audiencia de Santo Domingo*, *Audiencia de Charcas*, *Audiencia de Chile*, *Audiencia de Quito*, *Audiencia de Panamá*, *Audiencia de Santa Fe*, *Casa de la Contratación* y *Contaduría*. El Archivo Histórico Nacional ha aportado también datos a la composición de nuestra base de las secciones *Estado* y *Consejos*. Por último, del Archivo General de Simancas hemos utilizado las secciones *Dirección General del Tesoro*, *Tribunal Mayor de Cuentas* y *Secretaría y Superintendencia de Hacienda*.

el pretendiente al cargo. Además, necesitaba también del aparato burocrático del Consejo encargado de expedir los títulos y despachos a los nuevos provistos y, en definitiva, de todo el proceso administrativo necesario entre el nombramiento mediante el decreto del rey hasta la toma de posesión del individuo.

Como hemos visto a lo largo de este trabajo la venalidad de empleos en América o, mejor dicho, el deseo por parte de la Corona de obtener dinero por los nombramientos que realizaba, fue motor de importantes cambios en los usos de la provisión de cargos desde el siglo XVII y, sobre todo, a partir del reinado de Carlos II. A pesar de ello el Consejo no tuvo en principio prohibición alguna para elevar ternas con candidatos que ofreciesen dinero por el cargo y, de hecho, lo hizo en algunas ocasiones.⁴² La preferencia del uso del gobierno por decreto para el beneficio de plazas frente a la vía del Consejo estaba fundamentada en que el primer sistema ofrecía ciertas ventajas frente al segundo. Estas ventajas estaban relacionadas con la rapidez en la provisión de estos cargos que venía dada gracias a la profesionalización de la vía ejecutiva en la venta de empleos y a la inexistencia en ella de ciertos problemas morales que sí tenía el Consejo de Indias para proveerlos por dinero –esto sin tener en cuenta la lentitud y complejidad burocrática propia de las consultas. Por la vía ejecutiva se conseguían, además, mayores sumas al poder suplir insuficiencias en el mérito ingresando una cantidad mayor en las arcas reales. Posiblemente el mismo defecto de méritos en una provisión venal por el Consejo habría dado al traste con la operación sustituyendo al candidato por otro que pagaría menos al tener también menos inconvenientes que suplir con dinero.

De esta manera, frente a la venalidad y a la vía ejecutiva fue poca la capacidad de actuación que en estas provisiones quedó al Consejo. Su relación entonces con el beneficio de cargos fue más en el sentido de censor⁴³ de ciertas operaciones utilizando su “deber de consejo” como base de las consultas que de forma salpicada a lo largo de todo el reinado fue elevando al rey, motivadas, comúnmente, por algún nombramiento de poco provecho para la Monarquía, por la importancia del empleo que implicaba buscar personas verdaderamente beneméritas para su desempeño o por haber vendido el rey cargos a sujetos verdaderamente incapaces.⁴⁴

⁴² En 1702 el Consejo de Indias colocaba en segundo lugar de su terna a José Allende Salazar para una plaza de oficial real de las Cajas de Lima, plaza para la que al final sería nombrado. A pesar de haberle situado en ese lugar de la prelación, el propio Consejo, en su consulta, reconocía al rey que el segundo candidato era mejor pues, aunque ofrecía la misma cantidad –20.000 pesos– dudaban de que el primer candidato pudiese hacer frente al pago de la misma. AGI, *Audiencia de Lima*, L. 344

⁴³ Este carácter de censor asumido por el Consejo ya fue apreciado por otros autores. Ver: Luis NAVARRO GARCÍA, “Los oficios vendibles en Nueva España durante la Guerra de Sucesión”, en *Anuario de Estudios Americanos*, 32 (1975), p. 148.

⁴⁴ Motivada por el nombramiento por decreto de oidor supernumerario de la Audiencia de Panamá que obtuvo en 1711 Pedro Gómez Andrade por 4.000 pesos, el Consejo de Indias

Un papel más activo jugó el Consejo en una serie de nombramientos consultados por éste a partir del decreto general de reforma de marzo de 1701 al que ya hemos aludido. Ante esta situación, los propietarios de oficios reformados tenían derecho a la devolución del dinero que habían entregado por ellos. La imposibilidad de la Corona de reintegrar a los antiguos poseedores de futuras de cargos y plazas supernumerarias el total de la suma recibida por éstos y el hecho de que en muchos casos no constase el precio de cada operación, hizo que se adoptara una segunda posibilidad de resarcimiento que se resume en la orden dada por el rey de que el “Consejo tendrá presente a los que hubieren beneficiado un empleo si en ellos concurrieren las circunstancias necesarias para proponerlos como no fuera en los mismos puestos o plazas que beneficiaron”.⁴⁵ De esta manera el Consejo emprendió la tarea de solucionar el problema planteado por la imposibilidad de la Real Hacienda de asumir los gastos de devolución de las cantidades pagadas por empleos beneficiados durante la década anterior. Este tipo de provisiones consultivas sin lugar a dudas son de naturaleza venal, pero en ellas la iniciativa del beneficio no es del Consejo ya que este se convirtió en un mero agente de recolocación de sujetos reformados en un proceso de duró varias décadas.⁴⁶

VI. Las coyunturas venales

Por último cabría preguntarse en qué momentos y por qué razones se intensificó el uso de la vía ejecutiva –que, insisto, está radicalmente unida a la venalidad– frente al uso del Consejo y Cámara de Indias como organismo propio y especializado para la provisión de cargos. Son bastantes los trabajos que han puesto en relación la venta de cargos con las necesidades

elevó una doliente consulta al rey en la que se quejaba de que ese nombramiento se hubiese producido en dicho sujeto. Las razones que daba en aquella apelación al monarca no eran para menos. Don Pedro era menor de edad y no había terminado sus estudios y, a pesar de ello, tenía ya la mitad del goce y emolumentos derivados de su plaza. Además, si éste hubiese muerto antes de tomar posesión, la plaza habría recaído en un hermano aún menor. De esta queja fue consecuencia el que Felipe V otorgara parte de razón al Consejo concediendo que don Pedro no llegara a tener ni voz ni voto en las reuniones de la Audiencia ni pudiese tampoco actuar plenamente como oidor hasta llegar a la edad mínima de veinticinco años y habiendo demostrado sus conocimientos en un examen. AGI, *Audiencia de Panamá*, L. 105.

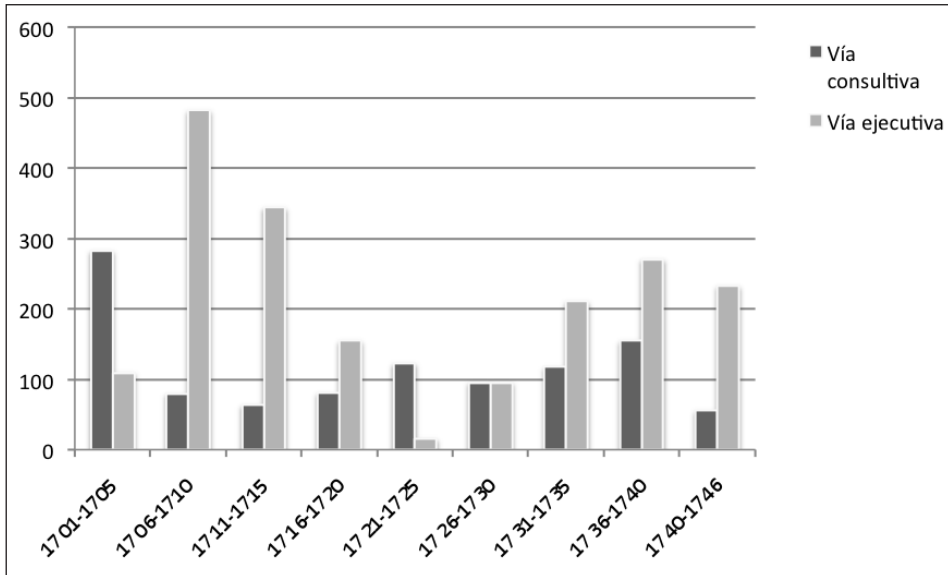
⁴⁵ AGI, *Indiferente General*, L. 553b, l. 2.

⁴⁶ A pesar de que en principio puede parecer que la reasignación de plazas a sujetos reformados en 1701 no debería haber dudado demasiado –principalmente por el interés de los propios reformados en recuperar su inversión y por el hecho de que el paso del tiempo que implicaría la paulatina desaparición de ellos–, todavía en 1732 la Cámara de Indias estaba proveyendo como corregidor de Sica Sica en la Audiencia de Charcas a Gabriel Ugarte por haber sido reformado su padre del mismo empleo que había beneficiado en 1699 sin haber recibido contraprestación alguna. AGI, *Audiencia de Charcas*, L. 160.

de liquidez de la Corona frente a determinadas coyunturas⁴⁷ y, en concreto, ante el belicismo de Felipe V. Ahora vamos a analizar el uso del beneficio de cargos –o la marginación de la Cámara de Indias– durante el reinado de Felipe V atendiendo a las circunstancias del mismo.

GRÁFICO

Provisiones por la “vía consultiva” y por la “vía ejecutiva” durante el reinado de Felipe V



A la luz del gráfico que se presenta podemos distinguir diferentes coyunturas en las que la provisión de cargos para América corrió por vías distintas a las del Consejo de Indias frente a otros momentos en los que la provisión a través de éste gozó de mayor importancia. Como se puede ver, durante el primer quinquenio del reinado el protagonismo de las provisiones lo tuvo el Consejo de Indias. Este periodo coincide con el decreto de reforma de marzo de 1701 que daba por nulos los nombramientos realizados hasta la fecha en los que el dinero hubiese sido el factor determinante de la elección. Como sabemos, las intenciones de Felipe V de detener el beneficio de cargos se vieron truncadas por la necesidad de dinero que motivó la larga

⁴⁷ Entre ellos Luis NAVARRO GARCÍA, “Los oficios vendibles...”, cit.; Francisco ANDÚJAR CASTILLO, *Necesidad...*, cit.; Francisco ANDÚJAR CASTILLO, “La financiación desconocida de la Guerra de Sucesión: La venta de cargos y honores”, en Antonio ÁLVAREZ-OSORIO ALVARIÑO, Virginia LEÓN SANZ y Bernardo J. GARCÍA GARCÍA (coords.), *La pérdida de Europa. La guerra de Sucesión por la Monarquía de España*, Madrid, 2007, pp. 313-334 y Ángel SANZ TAPIA y Fernando VALERIO MERINO, “El beneficio de cargos públicos en Hispanoamérica bajo Carlos II (1680-1700)”, en VV.AA., *El reino de Granada y el Nuevo Mundo*, vol. 3, Granada, 1994, pp. 291-314.

Guerra de Sucesión. De hecho, entre 1704 y 1711 se dieron 707 provisiones por decreto –cerca de un 27% del total de las de este tipo en solo una sexta parte de la duración del reinado– destacando dentro de este periodo los años de 1708 y 1711 con 153 y 144 provisiones ejecutivas respectivamente. La primera de estas fechas es coincidente con uno de los momentos duros de la guerra para el bando borbónico como fue la pérdida de Orán y Menorca en manos aliadas y la segunda con las necesidades de aumentar la inyección de dinero en el acontecer bélico ante la retirada de las tropas de Luis XIV. En América, no obstante, no existían suficientes oficios a proveer como para ofrecernos unas cifras tan altas como las que se aprecian en el gráfico. Esta “superprovisión” no se entiende si no tenemos en cuenta el método de provisión que no fue otro que el del uso –y abuso– de la concesión de cargos en régimen de futura o con la consideración de plazas supernumerarias. De esta manera, a pesar de los ingresos merced a operaciones venales estaban limitados por la capacidad de la administración indiana de absorber recursos humanos, la Corona pudo aumentar el número de nombramientos –y, por consiguiente, la cantidad de sus ingresos en este concepto– sin alterar sustancialmente la organización de las instituciones americanas dejando a un buen número de sujetos que habían beneficiado su cargo a la espera de que llegara el momento de tomar posesión del mismo.

El periodo que va desde el final de este primer ciclo venal hasta 1720 estuvo caracterizado en general por un bajo índice de provisiones de ambos tipos si lo observamos con las líneas generales de todo el reinado. Esto es lógico pues, como acabamos de decir, se había provisto más allá de las necesidades reales de la administración y, por lo tanto, la realidad es que el número de plazas vacantes disminuyó notablemente.

La década de los años veinte fue junto con los primeros años del reinado el único periodo en el que podemos hablar de supremacía de la vía consultiva con respecto de la ejecutiva. El número de provisiones nunca alcanzará las cotas de los nombramientos por decreto pero esto es algo normal si tenemos en cuenta que por la Cámara de Indias sólo se proveían plazas vacantes o próximas a vacar por lo que quedaba fuera del mercado, venal o no, de las plazas supernumerarias o futurarias.

En 1728 comenzó otro segundo ciclo venal que afectó a la provisión de plazas en su fase más importante hasta 1734. Desde entonces y salvo en el año 1739 –curiosamente año en que se firmó una suspensión general de pagos por la dramática situación de la Real Hacienda– nunca el número de las provisiones consultadas a la Cámara superará al de las que se dieron por decreto. El alto número de operaciones venales fue debido, nuevamente, a las necesidades económicas de las arcas reales. En 1729 se produjo la costisima doble boda portuguesa entre el príncipe Fernando y la infanta lusa doña Bárbara y de la infanta Ana Victoria –aquella que en su día estuvo destinada a ser delfina de Francia– con el heredero portugués don José. Al importante gasto que supuso este matrimonio –que incluyó el traslado de

la Corte a la frontera hispanoportuguesa – hubo que sumar otros dos importantísimos gastos. El primero de ellos es el conocido como “lustró sevillano” que no fue más que la arbitraria decisión de la reina de trasladar la Corte a la capital hispalense con la esperanza de que los aires de Sevilla pudiesen mitigar el “mal de melancolía” que sufría el monarca. El segundo gasto fue, nuevamente, la guerra. Las campañas de Italia para colocar a los infantes don Carlos y don Felipe en tronos europeos hicieron que nuevamente hubiese que emplear importes cantidades de dinero para sostener a las tropas. De hecho, el año en el que el número de provisiones venales comienza a descender, 1734, coincide con la entronización de don Carlos en el doble trono de Nápoles y Sicilia.

Por último, es de destacar el año 1740. Es bien conocida la difícil situación financiera de la Corona en 1739⁴⁸ que motivó la creación de una “junta de medios” para que estudiase posibles salidas a un fortísimo déficit público en un momento de conflicto entre España e Inglaterra que hacía prever, además, la necesidad de aumentar nuevamente la dotación de dinero en el ejército. A los nuevos problemas –que en realidad no eran más que la deuda atrasada del importante gasto de la Guerra de Sucesión, aumentado con los nuevos conflictos que salpicaron la época de Felipe V– se aplicaron viejas soluciones. Para empezar se decretó una suspensión general de pagos, la primera del siglo y seguidamente, se fomentó el beneficio de cargos en América a través de una junta a creada *ex profeso* presidida por el poderoso cardenal Molina, presidente del Consejo de Castilla⁴⁹. Se volvía así a una situación parecida a la del ciclo coincidente con la Guerra de Sucesión. De nuevo el número de cargos beneficiados –aunque nos referimos en este caso sólo al año 1740 –llegó a cotas interanuales de la categoría de la de aquella pasada época– 126 cargos, dispensas y licencias –y, de nuevo, volvieron a beneficiarse cargos de justicia– once en aquel año frente a los seis que se vendieron durante los veintinueve anteriores.

*
* *

En definitiva, hemos podido comprobar cómo la provisión de cargos a través del Consejo de Indias afectaba a un importante grupo de oficios que conocemos como empleos de provisión real. La conformación de la

⁴⁸ Véase: Pablo FERNÁNDEZ ALBALADEJO, “La suspensión de pagos de 1739: análisis e implicaciones”, en *Moneda y Crédito*, 1977, n.º 142, pp. 51-85 y Francisco ANDÚJAR CASTILLO “La hacienda real en tiempos de crisis: 1739-1741”, en Antonio Luis CORTÉS PEÑA, Miguel Luis LÓPEZ-GUADALUPE MUÑOZ y Francisco SÁNCHEZ-MONTES GONZÁLEZ, *Estudios en homenaje al profesor José Szmolka Clares*, Granada, 2005, pp. 537-546.

⁴⁹ Sobre esta Junta puede consultarse Guillermo BURGOS LEJONAGOITIA, “La última almoneda americana. El beneficio de cargos de Indias a través de la Junta de Hacienda del Cardenal Molina», en *I Reunión de Jóvenes Investigadores de Historia Moderna*, Zaragoza (en prensa).

nómina de estos cargos fue resultado del paso del tiempo y de la pugna que se produjo entre las autoridades locales y metropolitanas por la gestión de tan importante regalía. Del mismo modo, mientras que se definían los oficios cuyos nombramientos habrían de realizarse desde Madrid, hemos ido viendo cómo también dentro del Consejo de Indias se produjo una evolución institucional durante los siglos XVI y XVII hasta llevar al modelo de consulta de cargos que heredó Felipe V al subir al Trono. Tampoco hemos querido que pasara desapercibido en esta páginas el convulso periodo de reformas de las primeras décadas del siglo XVIII que colocaron el poder de los Consejos en el ojo del huracán, pero no dejándonos apabullar por la contundencia de los decretos reformadores y buscando en la práctica administrativa la aplicación real de aquellas reformas. Por último, hemos pretendido describir las circunstancias en las que se producía la provisión de cargos durante el reinado del primer monarca de la Casa de Borbón en las que de forma clara el Consejo, aun manteniendo sus prerrogativas y actividad en la provisión consultiva de cargos americanos, no tuvo ningún protagonismo en la venta de cargos quedando para él el papel de instigador de la conciencia del soberano y promotor del buen gobierno frente a la gran almoneda de cargos indianos que caracterizó a la primera mitad del siglo XVIII.

O CONTROLO DA ACTUAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS RÉGIOS

¿UN MEDIO DEL CONTROL EXTRAORDINARIO? LAS VISITAS PARTICULARES Y SECRETAS A LOS MAGISTRADOS DE LAS CHANCILLERÍAS Y AUDIENCIAS CASTELLANAS*

INÉS GÓMEZ GONZÁLEZ
Universidad de Granada

Como todos sabemos, en el Antiguo Régimen la visita, la pesquisa y el juicio de residencia son los tres medios esenciales utilizados por la monarquía católica para controlar la actuación de los oficiales públicos tanto en territorio de realengo como de señorío. Los trabajos sobre tales mecanismos de control han analizado sus aspectos jurídicos; han intentado dilucidar si realmente sirvieron para corregir los abusos de los servidores del Estado; han planteado que su mera existencia supone una reafirmación del poder de la monarquía en el conjunto de sus dominios; y los han reivindicado asimismo como una fuente de primer orden.¹

* Este trabajo se inscribe en el marco de los proyectos de investigación *Realidades Conflictivas: Sociedad, Política, Economía e Ideología en Andalucía y América en el Contexto de la España del Barroco* (P07-HUM-02835) y *El poder del dinero: dimensiones de la venalidad en los siglos XVII y XVIII* (HAR2011-23105), financiados, respectivamente, por la Junta de Andalucía y el Ministerio de Educación e Innovación. (igomezg@ugr.es).

¹ Entre los muchos trabajos que podría citar, y sin pretender ser exhaustiva, caben destacarse Ignacio DE LA CONCHA, "Un informe de don José Carvajal y Lancaster sobre el «juicio de residencia»", en *Anuario de Historia del Derecho Español*, t. XIV (1943), pp. 635-638, José María MARILUZ URIQUIJO, *Ensayos sobre los juicios de residencia indianos*, Sevilla, 1952, Rafael SERRA RUIZ, "Notas sobre el juicio de residencia en la época de los Reyes Católicos", en *Anuario de Estudios Medievales*, n.º 5 (1968), pp. 531-546; Benjamín GONZÁLEZ ALONSO, "Control y responsabilidad de los oficiales reales. Notas en torno a una pesquisa del siglo XVIII", en *Actas del II Simposium de Historia de la Administración*, Madrid, 1971, pp. 397-446; José Manuel de BERNARDO ARES, "Los juicios de residencia como fuente para la historia urbana", en José Manuel de BERNARDO ARES, *El poder municipal y la organización política de la sociedad. Algunas lecciones*

En el caso que nos ocupa, los tribunales reales, el medio utilizado por la corona para llevar a cabo la inspección de estas instituciones fue la visita general.² Éstas se realizaron con cierta regularidad en el siglo XVI, pero a partir del siglo XVII, tal y como manifiestan las publicaciones dedicadas a las visitas en Indias³ su uso fue decayendo progresivamente. A esta declinación –que en Castilla el historiador sólo puede conocer a partir de estudios particulares de cada tribunal, pues no existe una legislación general al respecto–⁴ contribuyeron tanto las dificultades anejas a su puesta en marcha como su relativa efectividad. No hay que olvidar que si en principio los beneficios de las visitas parecían evidentes –ya que se multa a muchos oficiales, a algunos se les quitan sus empleos y se llega a trasladar a algunos magistrados–, con el tiempo la relajación vuelve a imponerse entre los miembros de las instituciones. Es lo que indica la continua reiteración sobre el incumplimiento de las Ordenanzas; la necesidad de imprimir los capítulos de las visitas, para

del pasado, Córdoba, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Córdoba, 1998, pp. 69-100; María José Collantes de TERÁN DE LA HERA, “El juicio de residencia en Castilla a través de la doctrina jurídica de la Edad Moderna”, en *Historia, Instituciones, Documentos*, n.º 25 (1998), pp. 151-184; Carlos GARRIGA ACOSTA, “Control y disciplina de los oficiales públicos en Castilla: la ‘visita’ del Ordenamiento de Toledo (1480)”, en *Anuario de Historia del Derecho*, t. LXI (1991), pp. 215-390; Benjamín GONZÁLEZ ALONSO, “Los procedimientos de control y exigencia de responsabilidad de los oficiales regios en el Antiguo Régimen (Corona de Castilla, siglos XIII-XVIII)”, en *Anuario de la Facultad de Derecho de la Universidad Autónoma de Madrid*, n.º 4 (2000), pp. 249-271; Mireille PEYTAVIN, *Visite et gouvernement dans le royaume de Naples (XVI^e-XVII^e siècles)*, Madrid, Casa de Velázquez, 2003; Tamar HERZOG, “La comunidad y su administración. Sobre el valor político, social y simbólico de las residencias de Quito (1653-1753)”, en *Melanges de la Casa de Velázquez*, Nouvelle Série, n.º 34 (2004), pp. 161-183; Adolfo CARRASCO MARTÍNEZ, *Control y responsabilidad en la administración señorial: los juicios de residencia en las tierras del Infantado (1650-1788)*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 1991; Laureano M. RUBIO PÉREZ, *Visitas, juicios de residencia y poder concejil en la provincia de León. Mecanismos de control en el marco del régimen señorial durante la Edad Moderna*, León, Universidad de León, 1998 e Inés GÓMEZ GONZÁLEZ, “Algunas consideraciones sobre la residencia en señorío, a propósito de la realizada en Huéscar en 1701”, en Julián Pablo DÍAZ LÓPEZ (ed.), *Campesinos, nobles y mercaderes: Huéscar y el Reino de Granada en los siglos XVI y XVII*, Granada, Universidad de Granada, 2005, pp. 417-425.

² Acerca de las visitas a las Audiencias y Chancillerías en Castilla, véanse Carlos GARRIGA ACOSTA, *La Audiencia y las Chancillerías castellanas (1371-1525). Historia política, régimen jurídico y práctica institucional*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 1994; Eduardo GALVÁN RODRÍGUEZ, “Una visita a la Chancillería de Valladolid en la primera mitad del siglo XVII”, en *Anuario de Historia del Derecho Español*, n.º 67 (1997), pp. 981-992; José Antonio PÉREZ JUAN, “La visita de Ramírez Fariña a la Audiencia de Sevilla (1623-1632)”, en *Historia, Instituciones y Documentos*, n.º 29 (2002), pp. 357-396 e Inés GÓMEZ GONZÁLEZ, “Las visitas según un magistrado del Seiscientos. El ‘Manifiesto al mundo’ de don Francisco Marín de Rodezno” (en prensa).

³ Sobre las mismas pueden consultarse, entre otros títulos, Guillermo CÉSPEDES DEL CASTILLO, “La visita como institución indiana”, en *Anuario de Estudios Hispanoamericanos*, vol. III (1946), pp. 984-1025; Pilar ARREGUI ZAMORANO, *La Audiencia de México según los visitantes. Siglos XVI y XVII*, México D.F., Universidad Nacional Autónoma de México, 1981; Tamar HERZOG, *Ritos de control, prácticas de negociación: pesquisas, visitas y residencias en las relaciones entre Quito y Madrid (1650-1750)*, 2000 y Carlos GARRIGA ACOSTA, “Sobre el gobierno de la justicia en Indias”, en *Revista de Historia del Derecho*, n.º 34 (2006), pp. 67-160.

⁴ Benjamín GONZÁLEZ ALONSO, “Los procedimientos de control...”, cit., p. 269.

lograr su observancia; así como las quejas sobre el funcionamiento de la justicia en general y sobre el comportamiento de los ministros y subalternos en particular.

Sin embargo, que las visitas no se realizasen con regularidad, no quiere decir que no se controlase el funcionamiento de las Chancillerías y Audiencias. De hecho, muchos presidentes de los tribunales tendrán que hacer una inspección de los mismos cuando llegaran a ocupar su cargo. Además, se harán informes pormenorizados de algunos ministros y otros serán objeto de visitas particulares y secretas, cuando las quejas contra ellos, por las razones que fuesen, eran sustanciales. El análisis de estos informes y de estas visitas particulares nos brinda la oportunidad de descubrir facetas desconocidas de los individuos que conformaban el poderoso grupo de los magistrados en el Antiguo Régimen. Un grupo que como tal conocemos bien, gracias a los numerosos estudios sobre la alta magistratura que han visto la luz en los últimos años.

Por lo que se refiere a la corona de Castilla, dichos trabajos han incidido fundamentalmente en tres cuestiones: la institucionalización de un *cursus honorum*; la importancia de la casta colegial; y la existencia de auténticas dinastías al servicio del Estado, que, gracias a una hábil política, lograron que sus miembros sirvieran en todos los niveles de la administración, desde la Corte hasta el municipio. No obstante, a mi entender, a la hora de estudiar a los magistrados del Antiguo Régimen hay que tener en cuenta que no formaron un grupo homogéneo. Jean-Marc Pelorson afirmaba en su magnífico libro sobre los letrados durante el reinado de Felipe III que toda aproximación a los jueces de la monarquía desde el punto de vista sociológico debía huir de la ilusión de homogeneidad y de medianía, de los anacronismos y de las generalizaciones excesivas.⁵ Y estos informes y estas visitas particulares y secretas son una fuente de primer orden para superar dicha homogeneidad, aun a sabiendas de los problemas que conlleva la utilización de estas fuentes.

Pero no es en esta vertiente de las visitas en la que me voy a centrar a lo largo de estas páginas, pues este asunto lo trato ampliamente en una investigación de mayor envergadura sobre las visitas a la Chancillería de Granada en el siglo XVII en la que me encuentro inmersa. En este artículo analizaré, por un lado, el funcionamiento de las visitas particulares, lo que nos permitirá adentrarnos en este medio “extraordinario” utilizado por la monarquía para controlar el comportamiento de los altos magistrados; y, por otro, examinaré las objeciones que plantearon los jueces a ser sometidos a dicho control.

⁵ *Les Letrados Juristes Castellans sous Philippe III. Recherches sur leur Place dans la Société, la Culture et l'État*, Poitiers, Université de Poitiers, 1980, p. 188. Desarrollo esta cuestión en Inés GÓMEZ GONZÁLEZ, “El cuerpo de los letrados”, en Inés GÓMEZ GONZÁLEZ y Miguel Luis LÓPEZ-GUADALUPE MUÑOZ (eds.), *La movilidad social en la España del Antiguo Régimen*, Granada, Comares, 2007, pp. 61-76.

De las visitas particulares sabemos muy poco, por no decir que no conocemos prácticamente nada. Sabemos que en Indias la corona ordenó en 1668 sustituir las visitas generales por visitas particulares -a las que también se llamaba visitas específicas- y que no será hasta el reinado de Carlos III cuando se implante de nuevo la celebración de visitas generales.⁶ Por lo que respecta a Castilla, me consta que las visitas particulares se utilizan al menos desde el reinado de Felipe II,⁷ aunque las que he logrado encontrar son del siglo XVII. En total, he localizado cuatro visitas particulares: tres realizadas a ministros de la Chancillería de Granada y una efectuada a un magistrado de la Audiencia de Sevilla.

Pero, ¿en qué consisten las visitas particulares? En realidad, estas visitas son muy parecidas a la pesquisa. Según Benjamín González Alonso, tanto la visita general como la residencia tienen englobadas algo de pesquisa. Ahora bien, la pesquisa, a diferencia de las anteriores, se pone en marcha cuando existe una denuncia previa y lleva aparejada ciertas responsabilidades penales. Además, los hechos investigados no tienen que ver tanto con cuestiones de orden estrictamente profesional, sino que normalmente se refieren a actos constitutivos de delitos punibles por la vía penal. Por otra parte, el encausado es separado de su empleo mientras se realiza la pesquisa.⁸

Como tendremos ocasión de comprobar, todas las visitas particulares de que dispongo se llevan a cabo tras una acusación particular; en las mismas se enjuician determinados comportamientos de los magistrados constitutivos de delito; y me consta que durante algunas de estas visitas los ministros fueron apartados de sus oficios. Pasemos ya a verlas con cierto detenimiento.

En 1634, tras recibir unos memoriales contra el alcalde del crimen Pedro Morquecho, el rey ordena al presidente de la Chancillería de Granada, Juan Bautista Valenzuela Velázquez, que “en forma de visita secreta” averiguase la verdad de lo contenido en dichos memoriales, con el fin de dilucidar cómo había usado Morquecho “su oficio después que le tiene y reside en esa Chancillería, así en la buena y recta administración de justicia como en su... modo de vida y costumbres”.⁹ Para que los testigos pudiesen deponer con “mayor libertad”, se dispone que Morquecho se ausentase de Granada mientras se realizaba la visita, no pudiendo usar su empleo durante el transcurso de la misma.¹⁰

⁶ Inmaculada RODRÍGUEZ FLORES, “Decisiones del Consejo de Indias en materia de visitas y residencias a través de la obra de Lorenzo Matheu i Sanz”, en *III Congreso del Instituto Internacional del Derecho Indiano*, Madrid, Instituto Nacional de Estudios Jurídicos, 1973, pp. 433-474 y Guillermo CÉSPEDES DEL CASTILLO, “La visita como institución...”, cit., pp. 1021 segs.

⁷ Biblioteca Nacional (BN), Manuscrito 5.972, f. 93v.

⁸ Benjamín GONZÁLEZ ALONSO, “Control y responsabilidad...”, cit.

⁹ Archivo Histórico Nacional (AHN), Consejos, legs. 13.527 y 13.515, n.º 160.

¹⁰ AHN, Consejos, leg. 13.527.

Don Pedro Morquecho pertenecía a una de esas familias consagradas a la administración. Su padre fue alcalde de la Audiencia de Sevilla y su hermano Bartolomé también fue ministro de la Chancillería de Granada y consejero de Castilla¹¹. Pedro Morquecho, por su parte, sirvió como alcalde en la Audiencia de Sevilla y como fiscal en la Chancillería de Valladolid antes de ocupar una alcaldía del crimen de la institución granadina en 1633.¹²

La documentación con la cuenta en este caso se corresponde con la resolución de la visita. Sabemos que a Morquecho se le imputaron dieciocho cargos, aunque finalmente sólo se prueban doce de ellos. Y ¿en qué consisten estos cargos por los que se le condena? Algunos señalan que había visitado a muchos hombres y mujeres a deshoras en sus casas. Otros indican que había frecuentado y favorecido al alcaide de la cárcel de la Chancillería, llegando a permitirle que abriera una taberna en la cárcel. Pero la mayoría de ellos hacen referencia a ciertos delitos contra la moral sexual cometidos por Morquecho. En concreto, se demuestra que el alcalde había estado amancebado con tres mujeres casadas principales y que había solicitado a otras muchas, favoreciéndolas en ocasiones en sus pleitos.¹³

Por estos cargos que, como vemos, no están relacionados directamente con el desempeño de su oficio, se le condena en diferentes penas. En primer lugar, se le destierra de Granada, de donde ha de salir en ocho días, no pudiendo ocupar en el futuro ningún puesto en la Chancillería. En segundo lugar, se le traslada a la Audiencia de Galicia, donde debía ocupar una plaza de alcalde mayor, sin gozar de ninguna antigüedad, lo que supone un paso atrás en su *cursus honorum*. Y, por último, se le condena a una pena pecuniaria: 500 ducados a repartir en penas de cámara y gastos de justicia; y 200 ducados más, que es la cantidad en la que se tasan los gastos de la visita.¹⁴ Esto último me parece especialmente reseñable, pues el imputado, al ser condenado en firme, debe asumir los gastos de la visita particular.

El 16 de enero de 1635 se notificó la sentencia a Pedro Morquecho, quien aceptó la condena, la obedeció “y la besó y puso sobre su cabeza”,¹⁵ lo que no impidió que pusiera alguna objeción a su cumplimiento. Morquecho agradece la “clemencia de Su Majestad” y se muestra dispuesto a trasladarse a la Audiencia de Galicia, aunque dice no tener medios para pagar el viaje. Y en cuanto a la pena pecuniaria, declara no tener “bienes algunos más que sus gajes, que le sirven de alimentos, y sus libros, que a el parecer no pueden

¹¹ Jannine FAYARD, *Los ministros del Consejo Real de Castilla (1621-1788). Informes biográficos*, Madrid, Hidalguía, 1982, p. 28.

¹² AHN, Consejos, leg. 13.515.

¹³ *Ibid.* Sobre los delitos contra la moral sexual cometidos por Morquecho, véase Inés GÓMEZ GONZÁLEZ, “«Los pecados de hombres» en los tribunales reales: los magistrados del Antiguo Régimen y los delitos contra la moral sexual” (en prensa).

¹⁴ AHN, Consejos, leg. 13.515, n.º 160.

¹⁵ *Ibid.*

estar comprendidos como tampoco su persona, por ser ministro y por su calidad".¹⁶ No sé si finalmente Morquecho pagó el costo de la visita y la multa que se le impuso, pero lo que sí es cierto es que ocupó una plaza de alcalde mayor de la Audiencia de Galicia,¹⁷ que ejerció hasta que en 1643 se le nombró oidor de la Chancillería de Valladolid.¹⁸

La siguiente visita a la que me referiré es la que se hace en 1626 a don Francisco de Salvatierra. Un ministro en el que merece la pena detenerse, pues va a ser encausado en dos visitas generales y en una particular. El primer puesto de Salvatierra en la administración fue el del alcalde del crimen de la Chancillería de Valladolid.¹⁹ Oficio del que fue privado, junto al resto de alcaldes del crimen de la institución vallisoletana, tras una visita realizada al tribunal, ya que se demostró que los alcaldes le habían impuesto una pena corporal a un caballero, don Pedro Nieto Silva, tras sacarle de una iglesia, sin otorgarle la suplicación y yendo contra la inmunidad eclesiástica.²⁰

En 1619 Salvatierra consigue una plaza de alcalde del crimen de la Chancillería de Granada, al considerar la Cámara que ya había "purgado su yerro" y en atención a las comisiones que había desempeñado mientras estuvo apartado de su empleo.²¹ Nada más llegar a Granada, don Francisco se va a ver envuelto en una visita general a la Chancillería, concretamente en la que realiza el obispo de Valladolid, don Juan de Torres Osorio. En dicha visita se le acusa de un delito gravísimo: el estupro de una niña,²² lo que va a determinar la suspensión de su empleo y el destierro.²³

En 1626, cuando curiosamente aún no había finalizado la visita general a la institución granadina, Salvatierra va a ser objeto de una visita particular, que lleva a cabo el licenciado Antolínez, deán de la Iglesia de Granada.²⁴ En esta ocasión, lo mismo que en el caso de Pedro Morquecho, la documentación de la que dispongo se refiere a la condena final. Salvatierra, igual que le había ocurrido a Morquecho, también fue obligado a salir de Granada mientras se realizaba la visita. De hecho, tuvo que permanecer trece meses

¹⁶ *Ibid.*

¹⁷ Lo hizo en el mismo 1635, Laura FERNÁNDEZ VEGA, *La Real Audiencia de Galicia. Órgano de gobierno en el Antiguo Régimen (1480-1808)*, La Coruña, Diputación Provincial, 1982, t. I, p. 243.

¹⁸ Se le había designado oidor supernumerario el 26 de julio de 1642 y tomó posesión de una plaza de número el 25 de febrero de 1643, Cilia DOMÍNGUEZ RODRÍGUEZ, *Los oidores de las salas de lo civil de la Chancillería de Valladolid*, Valladolid, Universidad de Valladolid, p. 107. En el mismo 1643 consiguió el hábito de Santiago, AHN, *Órdenes Militares. Caballeros de Santiago*, expediente 5.555.

¹⁹ Se le nombra el 12 de marzo de 1615, Cilia DOMÍNGUEZ RODRÍGUEZ, *Los alcaldes de lo criminal en la Chancillería castellana*, Valladolid, Diputación Provincial de Valladolid, 1993, p. 60.

²⁰ Actas de las Cortes de Castilla, Madrid, 1908, t. 29, pp. 511 y 540.

²¹ AHN, Consejos, leg. 13.515.

²² AHN, Consejos, leg. 51.443.

²³ AHN, Consejos, leg. 12.445-3.

²⁴ Archivo de la Real Chancillería de Granada (ARChGr), 321-4.426-65.

en Almería y ni tan siquiera se le permitió trasladarse a Granada para “hazer por su persona los descargos necesarios”.²⁵

A Salvatierra se le imputan en esta visita particular cargos de índole muy diversa. No en vano, se dice que había cometido infinidad de abusos en los estrados, favoreciendo a sus conocidos y tratando mal a los pleiteantes con los que no tenía ninguna relación. Asimismo se declara que había recibido presentes y dineros de hombres poderosos de la ciudad. También se afirma que se había apropiado de unas herencias de las que era albacea, estafando para ello a los herederos legítimos. Y, además, se denuncia que había abusado de muchas mujeres desde que llegó al tribunal.²⁶ Por todos estos delitos se le suspende tres años de su empleo.²⁷ Al cumplirse los mismos en noviembre de 1629, y tras representar que se hallaba “en suma pobreza y reducido a miserable estado, y que su honra sólo podrá sanearse mandando Vuestra Majestad se le dé satisfacción, usando de su acostumbrada clemencia, haciéndole merced de plaza en esta corte”,²⁸ consiguió que se le restituyera en la alcaldía del crimen de la Chancillería de Granada “con la antigüedad que tenía cuando fue suspendido, conforme a su título y posesión, como si continuamente la hubiera servido”.²⁹ Puesto en el que permanecerá hasta su jubilación en 1633.³⁰

En el estado actual de mi investigación no puedo explicar por qué coinciden en el tiempo esta visita particular con la visita general a la Chancillería. Pero eso no interesa ahora. En este momento quiero subrayar las razones que esgrime la Cámara para que Salvatierra vuelva a ocupar una plaza en el tribunal granadino. Señalan los camaristas que

teniéndose consideración a lo mucho que ha padecido y que es hombre noble y [que] don Juan de Chaves y Mendoza y don Diego de Corral y Arellano que con otros fueron jueces de la visita dicen que conforme a su sentimiento los cargos porque fue suspendido tenían corta probanza, y la que hubo fue con testigos que padecían exempciones considerables, y a que salió bien de la visita general de aquella Chancillería como lo hizo de la de Valladolid, donde había tenido la propia plaza de alcalde del crimen, ha parecido que pues el tiempo de suspensión cumplió a 10 del presente mes de noviembre [de 1629] y la causa della no impide el volver a servir allí [su plaza].³¹

²⁵ AHN, Consejos, leg. 13.515, n.º 136.

²⁶ *Ibid.* He tratado con mayor amplitud algunos de estos excesos cometidos por Salvatierra en Inés GÓMEZ GONZÁLEZ, “Sobre la corrupción judicial”, in *Homenaje a Don Antonio Domínguez Ortiz*, Granada, Universidad de Granada, 2008, vol. 1, pp. 433-450 e Inés GÓMEZ GONZÁLEZ, “«Los pecados de hombres» en los tribunales reales...”, cit.

²⁷ El 27 de octubre de 1626, ARChGr, 321-4.426-65.

²⁸ AHN, Consejos, leg. 13.515, n.º 136.

²⁹ ARChGr, 304-674-44.

³⁰ AHN, Consejos, leg. 13.515, n.º 149. El 1636 reclama el sueldo que se le debe como alcalde del crimen jubilado, ARChGr, 321-4.334-24.

³¹ AHN, Consejos, leg. 13.515, n.º 136.

En consecuencia, según los camaristas, Salvatierra había “salido bien” de las visitas a las Chancillerías de Valladolid y Granada, lo que no es del todo cierto, pues se le había suspendido de Valladolid y se le había desterrado de Granada. Además, los camaristas ponen en entredicho tanto la veracidad de los cargos que se le habían imputado en la visita particular como la credibilidad de los testigos presentados en ella. Y éstos van a ser justamente algunos de los argumentos utilizados tanto por los juristas como por los ministros sujetos a este tipo de visitas para cuestionar la puesta en marcha de las mismas. De forma clara se expresa en las visitas particulares realizadas a don Francisco de Villaveta y a don Miguel de Luna y Arellano.

Hacia 1680 don Francisco Fernández de Miñano, capellán mayor de la capilla de San Isidro de Madrid, visita a don Francisco de Villaveta, alcalde del crimen de la Chancillería de Granada.³² Francisco de Villaveta, que era hijo de un alcalde de Casa y Corte, Diego de Villaveta,³³ ocupó una alcaldía del crimen en Granada de 1676 a 1685.³⁴ En este caso no dispongo de la documentación relativa a la condena del ministro, pero tengo en mi poder tanto los cincuenta y dos cargos que se le imputan a don Francisco como los descargos que presenta en su defensa. Las acusaciones contra Villaveta son gravísimas. Por un lado, se le atribuyen múltiples irregularidades en el ejercicio de su empleo. Entre ellas, cometer todo tipo de excesos en las comisiones que se le encomendaron; vulnerar sistemáticamente la jurisdicción de otras instituciones; aceptar presentes de los pleiteantes; o favorecer a sus criados y allegados. Por otra parte, en la visita se descubre que Villaveta era un hombre especialmente violento, sobre todo con las mujeres, a las que solicitaba y trataba con una violencia extrema.³⁵ Pero más allá de estos cargos, que merecen por sí solos un estudio pormenorizado, quiero detenerme ahora en la “Introducción a la respuesta de los cargos”, que redacta Miguel Malo de Molina, el abogado de don Francisco de Villaveta.³⁶

Según Malo de Molina, Villaveta debía “ser absuelto y dado por libre, declarándolo por bueno, recto y limpio juez”.³⁷ Su defensa se basaba en la

³² *Cargos que haze el señor licenciado don Francisco Fernández de Miñano, capellán de honor de Su Majestad y mayor de su capilla de San Isidro de Madrid, protonotario y juez apostólico de número de la Nunciatura de España, juez synodal del arzobispado de Toledo y juez conservador de la Sacra asamblea de la religión de San Juan en los reinos de Castilla y León; y juez por Su Majestad para la visita de los procedimientos del señor licenciado don Francisco de Villaveta Ramírez, caballero de la orden de Calatrava, del Consejo de Su Majestad y su alcalde del crimen de la Real Chancillería de Granada, así en el exercicio de su plaça como de las comisiones y pesquisas que han estado a su cargo al dicho señor don Francisco de Villaveta, los quales resultan de las informaciones y demás autos de dicha visita.*

³³ Jannine FAYARD, *Los ministros del Consejo Real...*, cit., p. 91.

³⁴ *Ibid.*

³⁵ Señalo algunos aspectos del comportamiento de Villaveta con las mujeres en Inés GÓMEZ GONZÁLEZ, “«Los pecados de hombres» en los tribunales reales...”, cit.

³⁶ *Cargos que haze el señor licenciado don Francisco Fernández de Miñano...*, ff. 1v.-9r.

³⁷ *Ibid.*, f. 1v.

existencia de una conspiración contra don Francisco, urdida por algunos vecinos de Granada. Los conspiradores, que en su mayoría eran escribanos del ayuntamiento, a los que describe como “sujetos soberbios, escandalosos, lenguarazes, faltos de conciencia y reputación”,³⁸ querían vengarse de Villaveta, porque les había condenado en algunos pleitos. Para ello, habían organizado una gran persecución, que había causado “admiración en la ciudad”, ya que habían

tenido ánimo para conspirarse y unirse para esta obra, haziendo juntas entre sí, moviendo varios sujetos dependientes suyos, unos por agradarlos y otros por redimirse de los castigos, y todos juntos procurando arrojar a mi parte de esta ciudad, para lo qual han hecho varias juntas, escrito diversos memoriales que han dado y repetido a los señores ministros más superiores, obrando en todo como quien no tiene que perder y camina con la sedienta saña de vengarse, tan ciegos en ella, que reprehendidos de algunos sujetos dezían que todo lo había de hazer la pluma.³⁹

De este modo, los enemigos de Villaveta habían logrado que depusieran contra don Francisco “hombres y mujeres enemigos de la buena administración de justicia”.⁴⁰ Razón por la que Malo de Molina solicita que se condene

a los delatores e instigadores que han motivado y querido jurar en esta visita en las mayores y más graves penas en que han incurrido, que se han de ejecutar en sus personas y bienes, para que exceso y delito semejante como es desacreditar un juez superior unos hombres facinerosos y que están escandalizando la república no queden sin castigo y el honor de los tribunales [en] la estimación que es justo.⁴¹

Como vemos, en este caso la defensa del ministro encausado también consistía en poner en tela de juicio la credibilidad de las acusaciones vertidas contra él. Pero Malo de Molina iba más allá, pues, como he indicado, señala la existencia de una conspiración bien orquestada –argumento que, dicho sea de paso, ya había sido utilizado con anterioridad por algún magistrado para defenderse durante una visita⁴²– y, además, cuestiona el procedimiento mismo de estas visitas particulares.

Esta llamada visita, escribe el abogado, no corresponde a las que regularmente mandan hazer el rey nuestro señor y su Consejo para reconocer y examinar los procedimientos de los ministros, en las cuales se averiguan con hombres cristianos y desapasionados todo lo que han obrado, para premiar sus fatigas y

³⁸ *Ibid.*, f. 8r.

³⁹ *Ibid.*, f. 2v.

⁴⁰ *Ibid.*, f. 8r.

⁴¹ *Ibid.*, f. 1v.

⁴² Cf. Inés GÓMEZ GONZÁLEZ, “Las visitas según un magistrado del Seiscientos...”, cit.

enmendar sus descuidos, que es lo que independientemente debe obrar quien los visita, para que informado Su Majestad y Consejo distribuya los premios y honores en quien mejor los mereciere, sino una afectada inquisición a que han dado lugar hombres despreciables en esta república, delinquentes escandalosos sin temor de Dios ni de sus conciencias, enemigos de la buena administración de justicia y de mi parte, que han procurado exercitarla contra ellos y contra otros muchos parientes, amigos y dependientes suyos, que habiendo dado varios memoriales falsos y mentirosos, se han hecho partes y testigos y como van libres de la pena de la calumnia se han arrojado sin temor de Dios con diversos y no pensados testimonios, falsedades e imposturas a maltratar la buena administración y honor de mi parte; y en esta consideración no parece se debía regular este juicio con las severas leyes de visita, sino con un juicio abierto, dando a mi parte copia de los testigos, para que mejor pudiera comprobar sus perjurios y el ánimo con que han depuesto.⁴³

En consecuencia, Malo de Molina pide que se tenga en cuenta “el riesgo que tienen semejantes visitas, pues en ellas se abre puerta para que la insolencia de los reos, sobre seguro y sin riesgo ninguno de personas y haciendas, puedan con temeridad y desenvoltura maltratar con lenguas perjuras a los jueces, que atenta y cristianamente han deseado cumplir con la obligación”.⁴⁴ Y, además, suplica a “Su Majestad y señores de su Real Consejo... que quando se hayan de hazer semejantes visitas sea valiéndose de hombres cristianos, atentos al mayor servicio de Dios, buena administración de justicia y utilidad de la república”.⁴⁵

En opinión de Malo de Molina, por tanto, estas visitas eran una “afectada inquisición”, en la que la capacidad de defensa del ministro quedaba seriamente mermada. Las mismas razones se utilizan, aunque con una mayor fundamentación jurídica, en el *Informe para la determinación de los cargos hechos durante la visita a don Miguel de Luna y Arellano, durante el tiempo que ha sido oidor de Sevilla y de las comisiones que ha ejecutado en Andalucía*, que se encuentra en la Biblioteca Nacional.⁴⁶ No conozco la fecha exacta de este dictamen fiscal, escrito en latín y en castellano, aunque podemos datarlo hacia 1644.

Luna y Arellano fue nombrado “oidor de la contratación de las Indias” en 1632 y cuatro años después se le hizo merced de una plaza de oidor de la Audiencia de Sevilla.⁴⁷ En la visita se investigan “sus aziones de más de doce años de servir dentro y fuera de Sevilla” y durante la misma, que duró algo más

⁴³ *Ibid.*, ff. 1v.-2r.

⁴⁴ *Ibid.*, f. 8r.

⁴⁵ *Ibid.*, f. 8v.

⁴⁶ BN, Porcones, 244-2.

⁴⁷ *Ibid.*, f. 25v. Tras abandonar la Audiencia de Sevilla, fue fiscal y consejero del Consejo de Órdenes entre 1653 y 1659, año en el que tomó posesión como consejero del Consejo de Indias, Ricardo GÓMEZ RIVERO, “Consejeros de Órdenes. Procedimientos de designación (1598-1700)”, en *Hispania*, n.º 214 (2003), pp. 657-744, p.735.

de un año, estuvo “ausente y sin plaza”.⁴⁸ En este tiempo se averigua que don Miguel cometió distintos excesos en las comisiones que se le encomendaron; que contrajo unas deudas con algunos mercaderes de la ciudad; y que mantuvo relaciones con una mujer de Sevilla.

En esta ocasión, igual que sucedió durante la visita de don Francisco de Villaveta, se argumenta que todas las denuncias contra Luna y Arellano eran falsas. Según la defensa, nos encontramos de nuevo ante una trama ideada por los enemigos del ministro, que no habían tenido reparos en divulgar “cosas tan contrarias a su recto proceder”.⁴⁹ Aunque ahora los enemigos de don Miguel no son unos hombres facinerosos, sino dos poderosos de Sevilla, en concreto un conde y un marqués, quienes al parecer habían enviado a la corte unos memoriales contra Luna y Arellano, “movidos de su propia pasión, ira y enojo, por haberlos juzgado en unas causas conforme a justicia”.⁵⁰ Para que sus memoriales tuvieran mayor credibilidad, ambos movieron todos los hilos a su alcance, consiguiendo así que sus amigos y paniaguados también testificaran contra don Miguel.⁵¹

Por otra parte, el autor del dictamen pone en tela de juicio asimismo la propia jurisdicción de la visita. En primer lugar, cuestiona que se pueda castigar a Luna de Arellano, porque le debiera dinero a algunos mercaderes. En su opinión, esta demanda se tendría que haber resuelto en un juicio ordinario, ya que don Miguel no contrajo estas deudas “por fuerza” ni valiéndose de su oficio de juez.⁵² En segundo lugar, plantea que tampoco se debía haber admitido el cargo que aludía a la relación de Luna y Arellano con una mujer de Sevilla. Sostiene que este “pecado de hombre”⁵³ no podía incluirse en los capítulos de la visita, pues en ella don Miguel “sólo ha de ser juzgado como oidor y juez en lo que sólo hizo como oidor y juez” y “por faltar en este juicio las instancias y remedio de apelación y suplicación no están comprendidos en él, sino sólo los excesos del uso del oficio que se residencia y visita, porque en los demás ha de tener sus instancias y forma regular de juicio ordinario”.⁵⁴ Y, en tercer lugar, niega que en la visita se pueda investigar la actividad de Luna y Arellano como juez de comisión. Afirma que como tal no era un juez superior y, en consecuencia, no debía haber sido “visitado, sino residenciado”.⁵⁵

⁴⁸ BN, Porcones, 244-2, f. 34 r.

⁴⁹ *Ibid.*, f. 24r.

⁵⁰ *Ibid.*, f. 27v.

⁵¹ *Ibid.* En el dictamen fiscal se tacha asimismo a otros testigos. En particular, a Luis Francisco de Ribera y a Juan Gutiérrez, a quienes Luna y Arellano había despedido en el trascurso de unas comisiones, *ibid.*, f. 31r.

⁵² *Ibid.*, f. 34v.

⁵³ *Ibid.*, f. 35v.

⁵⁴ *Ibid.*

⁵⁵ *Ibid.*, ff. 37 r. y v.

Es más, según el autor del dictamen, someter a un magistrado a esta “forma de juicio tan rigurosa... es contra todo derecho natural, divino y positivo”,⁵⁶ “porque se le quita la defensa en la honra”, al no conocer ni el nombre de los testigos ni sus declaraciones.⁵⁷ Llega a escribir, incluso, que las visitas particulares son mucho más duras que los procesos inquisitoriales, pues aunque en las causas de fe y de religión “no les dicen a los reos en ella los nombres de los testigos, danles por lo menos copia a la letra de los dichos y deposiciones, pero en esta forma de visita contra un juez no se le da copia a la letra, ni sabe como dixo el testigo, ni el tiempo, lugar, ni el modo ni otras circunstancias” del proceso.⁵⁸

Sin entrar a valorar ahora la culpabilidad de los hechos que se le atribuían a Luna y Arellano, pues no dispongo de la condena que se le impuso, me interesa destacar que el autor del dictamen hace dos objeciones fundamentales a estas visitas particulares: 1) que se investigasen hechos que no estaban directamente relacionados con el ejercicio estricto de la magistratura; y 2) la indefensión en la que quedaba el juez, ya que no conocía a los testigos ni sus testimonios y tampoco podía apelar tras hacerse pública su condena.

No cabe ninguna duda de que el procedimiento de las visitas particulares era duro, pero, como hemos visto, la gravedad de los cargos que se imputaban a los ministros, que en su mayoría tenían que ver con una clara *corrupción de costumbres*, “justificaba” el uso de dicho procedimiento, máxime cuando en la Edad Moderna los magistrados tenían que ser un dechado de virtudes morales y profesionales.⁵⁹ Además, tampoco debemos pasar por alto que en algunos casos los magistrados resultaron culpados y, aunque nunca se les apartó definitivamente del ejercicio de sus empleos –lo que, por otra parte, resulta absolutamente excepcional en la administración castellana del Antiguo Régimen–,⁶⁰ si se les condenó, ya que se les imponen algunas penas pecuniarias, se les traslada a otro tribunal o se les suspende durante un tiempo.

En definitiva, y con esto finalizo, no puedo determinar cuantas visitas particulares se llevaron a cabo en la corona de Castilla. Ni tampoco cuantos memoriales contra los ministros de los tribunales superiores recibieron los monarcas. Aunque creo que fueron más de los que en principio podríamos pensar. De otro modo no se explica que hacia 1630 el jurista Juan Bautista Larrea intentase convencer a Su Majestad de que no debían admitirse “fácilmente delaciones ni

⁵⁶ *Ibid.*, f. 32v.

⁵⁷ *Ibid.*

⁵⁸ *Ibid.*

⁵⁹ Cf. Inés GÓMEZ GONZÁLEZ, *La justicia, el gobierno y sus hacedores. La Real Chancillería de Granada en el Antiguo Régimen*, Granada, Comares, 2003.

⁶⁰ Que me conste, al único ministro de los tribunales castellanos al que se priva de su empleo definitivamente durante una visita es a don Francisco Marín de Rodezno, presidente de la Chancillería de Granada de 1650 a 1661. No obstante, conseguirá que se le rehabilite, al menos teóricamente, cf. Inés GÓMEZ GONZÁLEZ, “Las visitas según un magistrado del Seiscientos...”, cit.

memoriales contra los ministros”.⁶¹ Y es que, según Larrea, éstos eran el portillo por el que se perdía el decoro “que conviene” tengan los jueces de la monarquía. Ahora bien, Larrea no era del todo imparcial, pues es preciso recordar que él mismo sufrió la suspensión y el destierro tras una visita general.⁶²

⁶¹ Juan BAUTISTA LARREA, “Por la autoridad de los ministros”, en Paola VOLTINI, *El espacio político del letrado. Juan Bautista Larrea, magistrado y jurista en la monarquía de Felipe IV*, Madrid, UAM ediciones, 2010. Anexo III-9.

⁶² Larrea fue ministro de la Chancillería de Granada de 1621 a 1634. En la visita que realizó al tribunal don Juan de Torres Osorio se le imputaron diferentes cargos. Sobre la cuestión véanse Inés GÓMEZ GONZÁLEZ, “«Los pecados de hombres» en los tribunales reales...”, cit. y Paola VOLTINI, *El espacio político del letrado...*, cit.

AS RESIDÊNCIAS DOS CARGOS DE JUSTIÇA LETRADA

NUNO CAMARINHAS
CEDIS/Faculdade de Direito UNL

Em Portugal, na época moderna, assistimos ao crescimento da importância dos juizes letrados que, ao serviço da coroa ou de alguns dos seus donatários, administram a justiça e participam do governo quotidiano das terras sob a sua jurisdição. Dominando um saber que depende da frequência universitária (essencialmente em Coimbra) e que contamina fortemente as estruturas de poder no Antigo Regime, nos seus mais diversos níveis, este grupo vai, ao longo dos séculos XVII e XVIII, constituir-se num corpo burocrático de cariz marcadamente autónomo. As reformas introduzidas durante o período filipino, no sentido de dotar o reino e os seus mais importantes territórios ultramarinos de uma estrutura judicial lógica, marcam um primeiro momento de autonomização do grupo. Em meados do século XVII vemos, implementada no terreno, a grelha mais ou menos hierarquizada que vai prevalecer até às reformas liberais da justiça portuguesa: círculos locais de âmbito *grosso modo* concelhio, de julgamento em primeira instância (juizes de fora/juizes dos órfãos); círculos mais alargados de âmbito a que hoje chamaríamos de distrital, de julgamento em segunda instância e com alguma missão de fiscalização das jurisdições inferiores (corregedores, ouvidores e, com um quadro jurisdicional especial, provedores e auditores da gente de guerra); círculos regionais de julgamento em apelo ou agravo, nalguns casos em última instância (tribunais de relação – Lisboa, Porto, Goa, Baía, sendo a do Rio de Janeiro uma criação posterior). A tutelar todo o aparelho, sediados em Lisboa, o Desembargo do Paço e, para a sua extensão colonial, o Conselho Ultramarino, sendo que para o primeiro conselho estava também reservada a faculdade de temperar decisões das instâncias judiciais e dirimir dúvidas e conflitos decorrentes da actividade dos magistrados.¹

¹ Para um panorama institucional mais aprofundado, o estudo de referência continua a ser António HESPAÑA, *História das Instituições. Épocas medieval e moderna*, Coimbra, Livraria Almedina, 1982.

O rápido crescimento da importância económica do Brasil, depois da descoberta do ouro na região mineira, e o seu acelerado aumento populacional ao longo do século XVIII obrigam a coroa a ensaiar a transposição para a América portuguesa de um aparelho de administração judicial de complexidade próxima da que existia na metrópole.² Nessa fase, já os juízes letrados ao serviço do rei formavam um corpo dotado de grande homogeneidade, fruto de um percurso comum, de um processo de selecção que, de certo modo, formatava os elementos recrutados em poucas variantes de perfil e da capacidade, reforçada ao longo do período em análise, de se auto-regular. Corpo de Antigo Regime, o grupo dos juízes letrados da coroa era dotado de uma enorme autonomia decorrente dos privilégios que acompanhavam o exercício das suas funções e da ampla jurisdição que exercia sobre os seus próprios membros. Findo o percurso universitário,³ são os próprios magistrados que fazem a selecção dos novos membros, que, depois, propõem as nomeações para os lugares e que fazem a necessária fiscalização da actividade dos pares, ao longo de toda a carreira. Os juízes letrados respondem sempre perante outros magistrados, numa lógica de crescente burocratização do serviço da justiça.

Este texto procura analisar o instrumento da fiscalização da actividade dos juízes cessantes – a chamada “residência” – do qual dependia a sua progressão na carreira. Promovido pelo Desembargo do Paço, o processo da residência cobria a totalidade do aparelho judicial letrado, isto é, tanto os juízes nomeados directamente pela coroa quanto os juízes letrados nomeados por donatários como a Casa de Bragança, a Casa da Rainha, a Universidade de Coimbra, o Arcebispado de Braga, entre outros. A residência pressupunha a nomeação de um juiz sindicante que era enviado à jurisdição onde tinha sido exercido o ofício pelo juiz cessante. Uma vez no local, procedia a um inquérito, junto de testemunhas, sobre o seu comportamento durante o período em que estivera nomeado. Esse processo era posteriormente remetido para o tribunal de relação competente (na metrópole) ou para o Conselho Ultramarino (para os lugares das colónias) onde, depois de analisado, um juiz relator concluía sobre a qualidade da residência e a necessidade, ou não, de se proceder a um processo (em caso de comportamento desviante). A nomeação para um novo lugar dependia da apresentação de um título comprovativo de uma boa residência no lugar anterior. As residências que suscitavam dúvidas ou que revelassem incumprimento eram julga-

² A nossa análise da magistratura letrada portuguesa da época moderna, acentua esta dimensão ultramarina do aparelho judicial português – Nuno CAMARINHAS, *Juízes e administração da justiça no Antigo Regime. Portugal e o império colonial, séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2010.

³ Sobre os percursos académicos, veja-se Fernando Taveira da FONSECA, *A Universidade de Coimbra (1700-1771). Estudo social e económico*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1995 e Joana Estorninho de ALMEIDA, *A forja dos homens. Estudos Jurídicos e Lugares de Poder no Século XVII*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2004.

das por desembargadores da relação competente (ou deputados do Conselho Ultramarino), que podiam decidir a favor do magistrado ou, pelo contrário, penalizá-lo por falhas que fossem provadas.

A documentação produzida pelas residências está conservada no fundo do *Desembargo do Paço*, dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, repartida por vários maços. Dela consta, regra geral, o documento em que o juiz cessante solicita a residência, o resumo da residência e o despacho final da relação. Raramente se conservam os inquéritos às testemunhas, e muitas vezes existe apenas parte dos documentos referidos. Partindo de uma amostragem (um ano por década do século XVIII), descreveremos como decorria o processo e questionaremos a componente corporativa desta avaliação através da análise dos resultados e consequências das residências produzidas entre 1710 e 1800. Tendo presente que se trata de uma documentação produzida pelo próprio grupo, procuraremos testar até que ponto eram significativas as medidas de disciplina interna do grupo preconizadas, *a priori*, pela actuação das residências.

I. Enquadramento jurídico

A residência consistia na informação que era recolhida sobre a actuação de um juiz (ou de um governante) durante o tempo que exercera um determinado cargo numa dada jurisdição. As residências eram reguladas pelas Ordenações.⁴ O texto legislativo referia que os magistrados cessantes deveriam, com um ou dois meses de antecedência, comunicar à coroa a proximidade do final do seu tempo de serviço por forma a ser enviado um magistrado (“um Desembargador, ou outra pessoa”) à sua jurisdição para “tomar-lhe residência”, sob pena de ser privado do lugar e expulso do serviço. O magistrado encarregue da residência (o sindicante) instalar-se-ia no lugar que fosse a cabeça da jurisdição e procederia à publicitação da residência, por pregões e editais, para que quem quisesse demandar do sindicado, o fizesse perante o sindicante, no espaço de trinta dias. Seriam ouvidas as testemunhas que o sindicante achasse convenientes, durante esse período. O sindicante tinha alçada para julgar questões até 8\$000 réis; as superiores ou que envolvessem penas corporais seriam remetidas para a Relação competente. Os autos da residência seriam remetidos à Mesa do Desembargo do Paço para serem despachados por um dos Corregedores da Corte do Crime.⁵

Enquanto durasse a residência, o sindicado seria suspenso do ofício e não poderia residir a menos de seis léguas do local onde o sindicante estivesse sediado e teria que se fixar num lugar certo, comprovado por certidão do escrivão local. O sindicante desempenharia, em caso de necessidade, as

⁴ *Ordenações Filipinas*, livro I, título LX.

⁵ *Ibid.*, n.º 1.

funções do oficial cessante.⁶ A fuga do sindicado seria tomada como prova e confissão de qualquer crime registado pela residência.⁷

O texto das Ordenações descreve, de seguida, o conteúdo do interrogatório a fazer às testemunhas, depois de se lhes garantir que o magistrado cessante não mais serviria aquele ofício naquele local.⁸ As questões (“capítulos”) repartiam-se pelas diferentes dimensões da actividade do magistrado. A primeira dimensão era a das funções judiciais: se fez e como decorreram as correições, as visitas aos locais, a inspecção dos outros oficiais de justiça, as devassas; se guardou a jurisdição régia sobre a eclesiástica e a dos outros senhores das terras – e seus ouvidores –, se não houve abuso da jurisdição régia sobre as outras, se fiscalizou o cumprimento dos forais, se perseguira e prendera malfeitores; se cobrava mais às partes do que devia, se fazia audiências nos tempos devidos. Seguiu-se a dimensão moral do magistrado: se recebeu subornos de poderosos ou de partes, se recebeu empréstimos de pessoas envolvidas em litígios; se recorreu aos serviços de pessoas sem lhes pagar o que era devido, se deixara de perseguir pessoas por serem fidalgos ou abades. Finalmente, as funções governativas associadas à magistratura: se fazia consertar pontes, fontes, caminhos, prisões; se tratava de manter povoadas as localidades da sua jurisdição. Além dos interrogatórios, o sindicante deveria também proceder à consulta da documentação produzida no decurso do serviço do sindicado para garantir que o magistrado procedeu segundo as ordenações e os regimentos.

Ao longo dos séculos XVII e XVIII, a coroa produzirá legislação e cartas régias no sentido de esclarecer alguns pontos do processo e de o completar. Em 1607 e 1630 são produzidas chamadas de atenção para a não existência de perdão para os crimes revelados por residências, ao mesmo tempo que se abre a possibilidade de outros magistrados, que não desembargadores, poderem fazer residências, em caso de necessidade e de sobrecarga dos magistrados dos tribunais de relação (1617). Logo a partir da década de 1620, começa a acrescentar-se elementos necessários para a sentença das residências. Diversas leis vão aumentando o número das certidões que os magistrados deverão apresentar aquando da sua residência. Se por um lado nos apercebemos da complexa teia institucional e jurisdicional em que as magistraturas letradas estavam inseridas, por outro notam-se claramente as preocupações da coroa com as questões mais prementes do quotidiano: em 1649 torna-se obrigatória a apresentação de certidão do governo de armas em como se cupriram todas as ordens dali emanadas; em 1651 é necessário acrescentar certidão do cumprimento de todas as diligências necessárias à cobrança das décimas; em 1658, o não cumprimento das ordens de recolha

⁶ *Ibid.*, n.º 2.

⁷ *Ibid.*, n.º 3.

⁸ *Ibid.*, n.º 4.

de soldados às fronteiras passa a ser um crime mencionável em sede de residência; em 1664 é promulgada recomendação semelhante para garantir que os soldados recolhidos em casa de pais ou parentes sejam conduzidos às praças; o cumprimento das ordens da Mesa da Consciência é acrescentado em 1723; as do Comissário Geral da Bula da Cruzada em 1739; as do Conselho Ultramarino em 1742; entre outras. No final do período aqui em análise era muito longa a lista das instituições cujas certidões deveriam acompanhar o processo de residência de um magistrado.⁹

II. As fontes

Grande parte da documentação produzida no âmbito dos processos de residência encontra-se nos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, no fundo do Desembargo do Paço. Infelizmente, é raro encontrar um processo completo e muitas vezes encontram-se repartidos por mais do que um sub-fundo. Uma parte dos processos, *grosso modo* a que incluía o requerimento do magistrado cessante e a sentença do Desembargo do Paço sobre a informação recolhida, encontra-se na documentação da Repartição da Justiça e do Despacho da Mesa, organizada por maços mais ou menos ordenados cronologicamente. Outra parte, em geral a que incluía as certidões juntas pelo sindicado e, por vezes, os autos do juiz sindicante, conserva-se nos sub-fundos das repartições regionais correspondentes à localização geográfica do ofício examinado. Também aí, a informação está organizada por maços embora sem uma aparente ordenação cronológica. A tarefa de proceder a uma consulta mais sistemática desta documentação é grandemente dificultada pela inexistência de índices de nomes de magistrados, ofícios ou datas que permitissem localizar a documentação pretendida.

Dadas estas circunstâncias, decidimos utilizar o sub-fundo da Repartição da Justiça e Despacho da Mesa como matriz para criação da nossa amostra. Optámos por trabalhar um ano por cada década do século XVIII, a partir da documentação que estivesse disponível no subfundo.¹⁰ Para cada ano, recolhemos a informação sobre as residências recebidas no Desembargo do Paço e que se encontram na documentação. Para as repartições

⁹ A título de exemplo, na residência tomada ao bacharel Manuel Duarte da Silva Franco, juiz de fora cessante da Golegã, apresentam-se certidões das seguintes instituições: Executória do Senado da Câmara, Intendência-Geral da Polícia, Erário Régio, Conselho de Guerra, Executória Geral das Dividas Reais (ANTT, *Desembargo do Paço, Repartição da Corte, Estremadura e Ilhas*, maço 1617, n.º 11). Mas outras residências, de acordo com a jurisdição do magistrado cessante, podiam ter que incluir certidões da Junta do Tabaco, da Chancelaria, do Fisco do Santo Ofício, das Coutadas do Reino, do Conselho de Guerra, do Fisco dos Ausentes, da Junta dos Três Estados, da Universidade de Coimbra, da Mesa da Consciência, da Casa de Bragança, do Conselho da Fazenda, entre outros.

¹⁰ Tratámos os anos 1710, 1720, 1730, 1740, 1750, 1760, 1770, 1780, 1790 e 1800.

regionais, fizemos apenas uma pequena prospecção aleatória de alguns maços para averiguar do tipo de documentação disponível, mas o trabalho de localizar as peças correspondentes aos processos que tratámos de forma mais exaustiva revelou-se extremamente moroso e impossível de fazer num espaço curto de tempo.

Por norma, cada processo dá-nos a identificação do juiz sindicante (nome e ofício ocupado à data da residência), do juiz sindicado (nome e cargo cessante), do juiz relator (quando se trata de uma residência que subiu à relação para ser julgada), conclusão da residência (se o sindicado serviu bem ou se, pelo contrário, foi punido com alguma medida disciplinar ou absolvido das acusações), data do despacho da Mesa e data de conclusão da residência. Muitas vezes, a documentação conserva o requerimento de abertura do processo que refere também o período de tempo em que o sindicado serviu o lugar (datas de posse e de termo do serviço).

III. O processo

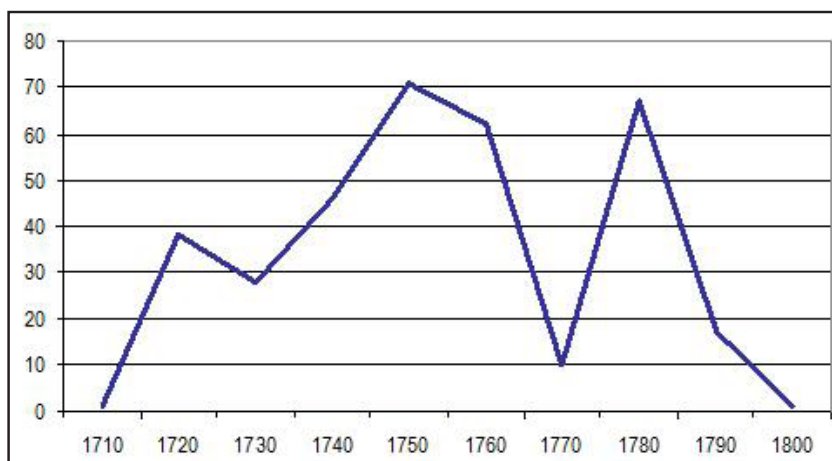
Se nos ativermos às Ordenações, o processo da residência era desencadeado pelo magistrado cessante, que era obrigado a comunicar ao Desembargo do Paço a proximidade do termo do seu serviço. Mas a documentação mostra que, com a crescente burocratização, e conseqüente previsibilidade dos procedimentos administrativos, muitas vezes uma residência podia começar antes mesmo desse documento inaugural, pelas mãos dos escrivães que, informando-se da proximidade do termo dos serviços dos seus concehlos, ofereciam os seus serviços ao Desembargo do Paço para redigirem os autos da residência.¹¹ Depois de receber o requerimento do magistrado cessante, o Desembargo do Paço procedia à nomeação de um sindicante. A lei falava tendencialmente em fazer essa escolha entre os desembargadores do tribunal de relação competente, mas estamos em crer que tal enviesamento se deve ao facto de a redacção do título sobre as residências se centrar especialmente nas fiscalizações feitas aos corregedores cessantes. Ora o princípio geral que é aplicado, na prática, é o da nomeação de um sindicante de uma jurisdição superior à do sindicado: corregedores, ouvidores ou provedores para sindicarem juizes de fora, por exemplo, e desembargadores para sindicarem corregedores. Outra regra é a escolha de magistrados com jurisdição sobre a circunscrição onde o sindicado exerceu o seu ofício. Certos condi-

¹¹ José Joaquim Minhoto, escrivão em Setúbal, faz um requerimento ao Desembargo do Paço, em Maio de 1779, oferecendo-se para escrivão da residência do bacharel José Francisco de Araújo e Vasconcelos, juiz de fora da mesma cidade, “por se achar ja acabado o seu dito lugar e ter se lhe nomeado sucessor; e porque elle suplicante tem as qualidades necessarias p.^a poder exercitar o cargo.” O processo só seria desencadeado em Julho do mesmo ano (ANTT, *Desembargo do Paço, Repartição da Corte, Estremadura e Ilhas*, maço 1651, doc. 42).

cionalismos logísticos davam origem a exceções: nas residências de ofícios nas colônias, por exemplo, é frequente o Conselho Ultramarino encarregar o novo juiz nomeado da residência do juiz cessante.¹² Noutros casos, a coroa podia admitir a possibilidade de, excepcionalmente, se fazer na Corte a residência de um ofício ultramarino.¹³

Uma vez nomeado o sindicante, é-lhe passada uma provisão conferindo-lhe poderes para proceder à residência e recordando-lhe as instruções actualizadas sobre o processo. Dependendo dos moldes da provisão, o juiz sindicante poderia nomear um escrivão e um meirinho para o assistirem na tarefa ou, noutros casos, recebia a nomeação desses oficiais.

FIGURA 1 – Distribuição das residências pelos anos da amostragem



Uma vez no local da residência, o sindicante instalar-se-ia no centro administrativo da jurisdição e procederia à divulgação da residência por meio de pregões e editais afixados na praça pública e outros locais centrais da localidade. Neles, apelava-se a que quem se quisesse queixar de algum agravo ou injustiça que o sindicado ou os seus oficiais tivessem cometido ao serviço, ou pôr alguma acção de dívida, se apresentasse perante o juiz sindicante no espaço de trinta dias, indicando a morada onde ele se encontrava e sublinhando a garantia de que o sindicado não mais serviria aquele cargo

¹² Agostinho Félix Santos Capelo, nomeado ouvidor de Sergipe d'el-Rei é encarregue da residência de Manuel Gomes Coelho, ouvidor cessante, que foi concluída em Novembro de 1740 (ANTT, *Desembargo do Paço, Repartição das Justiças e Despacho da Mesa*, maio 1816).

¹³ Quando Francisco José da Fonseca Rangel, provedor do Maranhão, concluiu o lugar, a rainha concede a dispensa de se "hir á ditta cidade tirar nova residencia suprimindose esta com a informação de Menistros togados e mais peçoas que o mesmo syndicado apontasse, e se achassem neste Reino" (ANTT, *Desembargo do Paço, Rep. das Justiças e Despacho da Mesa*, maio 1831).

naquela localidade.¹⁴ Aliás, fazia parte do processo da residência a suspensão do magistrado cessante, caso ele ainda estivesse ao serviço.

Durante o tempo em que decorria a residência, o sindicado deveria obrigatoriamente fixar-se longe do local onde decorria o inquérito por forma a evitar qualquer possível ingerência no processo. Do processo fazia parte uma certidão emitida por um escrivão do local onde ele se fixasse.

No espaço de trinta dias, o sindicante e os seus oficiais recolhiam os testemunhos das pessoas tidas por convenientes bem como de quem se apresentasse. Devia seguir-se o interrogatório prescrito nas ordenações e demais legislação extravagante e que era, de resto, recordado na provisão de nomeação do sindicante. Como “o sindicado me servio no dito cargo, do seu talento, vida, e costumes se hé de bom acolhimento ás partes, e se evitou amizades ilícitas no convento de Freiras do seu districto, e com o mais que achardes na informação particular que dele deveis tirar”.¹⁵

Terminado o prazo, e “perguntadas as testemunhas que parecerão necessárias e se haverem feito as mais diligencias para se haver de averiguar o procedimento do juiz sindicado”, concluíam-se os autos de residência. Eram remetidos ao Desembargo do Paço, normalmente acompanhados por uma carta do sindicante que resumia a informação relevante para a decisão final dos desembargadores.

Depois de vistos pela Mesa do Desembargo do Paço, os autos resultavam ou na aprovação da continuidade do magistrado no serviço das letras – se se considerasse que serviu bem o lugar – ou no seu julgamento – se se recolhesse informação que configurasse um desvio ao procedimento considerado correcto.

O sindicante deveria apresentar uma série de certidões, emitidas pelas diversas instituições da administração de Antigo Regime envolvidas na jurisdição do cargo cessante, provando o cumprimento de todas as ordens e instruções que delas emanaram. Só depois de fornecer essas provas, o sindicado era autorizado a pedir as certidões de boa residência indispensáveis para futuras nomeações.

Caso fossem encontradas culpas ou suspeitas no comportamento do sindicado, a residência era remetida à Relação para ser analisada. Isso acontecia normalmente quando uma ou mais testemunhas entregavam «capítulos» que incriminassem o magistrado cessante. Essa documentação era-lhe facultada para que ele pudesse rebatê-la. Infelizmente não encontramos nenhuma destas peças na documentação que consultámos na Torre do Tombo. Sabemos da sua existência pela descrição e referências que são feitas nos autos dos juízes relatores.¹⁶ Sendo resultado de um cultura letrada

¹⁴ “fazendo certo que o dito Bacharel sindicado não ha de servir mais o dito cargo nesta vila...” (ANTT, *Desembargo do Paço, Repartição da Corte, Estremadura e Ilhas*, maço 1617, n.º 11).

¹⁵ Provisão nomeando Joaquim António de Araújo como sindicante de Manuel Duarte da Silva Franco, juiz de fora da Golegã, 11 de Setembro de 1794 (*ibid.*).

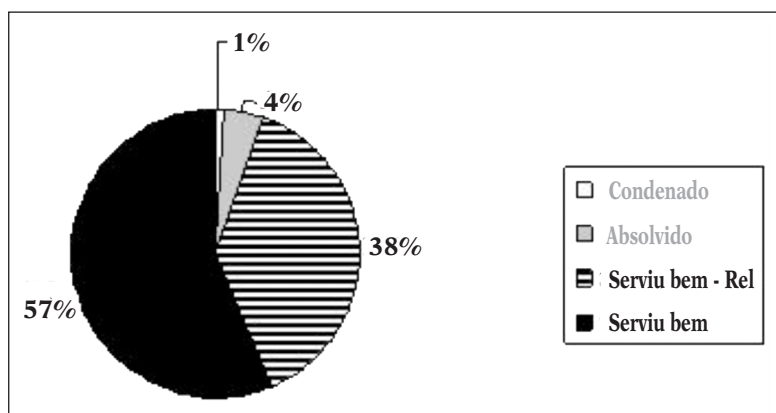
¹⁶ “Contra este offereceo os seos capitulos juntos Antonio de Amorim Pereira”, ANTT, *Desembargo do Paço, Repartição da Corte, Estremadura e Ilhas*, maço 1651, doc. 42.

e familiarizada com os procedimentos legais, habituada a recorrer à justiça da coroa, estes elementos seriam muitas vezes complexos e tecnicamente sofisticados, acrescentando documentos de prova ao testemunho pessoal do testemunhado.¹⁷

O réu tinha o direito de contestar as acusações, juntando os elementos que considerasse necessários. No tribunal de Relação, tudo seria visto por um conjunto de desembargadores que produziriam um acórdão que determinaria ou a condenação do sindicado (nesta altura já designado por “réu”), ou a sua absolvição. Em caso de condenação, o sindicado pode apelar e juntar mais elementos. Um acórdão final decide da qualidade da residência.

Raramente havia condenações. Do total de 341 residências que compõem a nossa amostra apenas três (1% do total) recebe condenações. Se quase metade (43%) é remetida para a Relação, a decisão dos desembargadores é esmagadoramente favorável aos sindicados (88% dos processos que são remetidos à Relação, terminam com a opinião de que o magistrado serviu bem). Dos processos que são julgados na Relação, 10% resultam absolvidos, isto é, depois de uma primeira condenação, o réu consegue, por apelo, alterar a decisão dos desembargadores.

FIGURA 2 – Distribuição das decisões sobre residências



A análise da documentação permite-nos lançar algumas pistas sobre este fenómeno. Existe a crença, estabelecida entre os magistrados, de que muitas das queixas são motivadas por má-fé e vontade de vingança por parte de indivíduos que foram julgados e condenados pelo ministro cessante.

¹⁷ A residência tirada ao bacharel José Francisco de Araújo e Vasconcelos, que foi à Relação, teve capítulos de várias testemunhas com apensos, certidões e com mais de 200 fólhos. Infelizmente apenas temos as referências feitas pelo juiz sindicante – “pello que consta das certidões que mandei extrahir, e juntas ao mesmo sumario, e decorrem ex f. 112 athe f. 228 pellas testemunhas do mesmo Sumario”; “como consta do apenso Letra A de f. 195v the 203” (ANTT, *Desembargo do Paço, Repartição da Corte, Estremadura e Ilhas*, maço 1651, doc. 42).

A figura das testemunhas animadas contra o sindicado acaba por ser largamente invocada quando se trata de absolver das culpas os magistrados cujas residências sobem à relação.¹⁸ O facto de o réu ter a seu favor testemunhas abonatórias, era, regra geral, bem acolhido pelos desembargadores da relação no sentido de o absolver das acusações formuladas pelo capitulante.¹⁹

Todo o processo da residência é controlado por magistrados que julgam os seus pares. Pela lógica de progressão na carreira, a reciprocidade da sindicância é pouco provável, mas não é impossível. O ministro que está a ser sindicado num dado momento, será o ministro sindicante doutro. Com o tipo de amostragem que utilizei, incidindo em períodos de um ano separados por uma década, não é fácil detectar redes de sindicâncias mas, alargando a recolha de dados, é possível reconstituir esse tipo de reciprocidades no processo. Não é, também, de menosprezar a possibilidade de existência de redes mais complexas em que as ligações se fazem com mais do que dois indivíduos, mas a comprovação e análise dessas estruturas necessitaria de uma recolha de dados mais extensa cronologicamente. A nossa amostra possibilita imagens obtidas de dez em dez anos e é com elas que aqui trabalhamos. Conseguimos identificar algumas recorrências: um mesmo magistrado a ser sindicado em mais do que uma ocasião; um magistrado no papel de sindicado e, depois, de sindicante; um mesmo magistrado a fazer mais do que uma residência. Este último aspecto é menos frequente do que esperávamos: a média é de 1,3 sindicâncias por magistrado, mas registamos alguns casos extraordinários de reincidência. Um grupo extremamente reduzido de cinco indivíduos regista mais do que três residências feitas. José Inácio de Brito Bocarro e Castanheda, é o autor de quatro residências, no ano de 1760, quando servia como corregedor de Évora, três a juízes de fora (Estremoz, Redondo e Mourão) e uma a um juiz dos órfãos letrado (Évora).²⁰ Se ao nível dos sindicantes verificamos, apesar de algumas reincidências, o recurso a um corpo bastante alargado de 232 sindicantes em 341 residências, no que diz respeito à cúpula da decisão sobre os processos de residência, ela era bastante mais reduzida. Referimo-nos aos juízes relatores que acompanham

¹⁸ “...ainda que algumas testemunhas nomeadas pelo capitulante jurassem a alguns artigos contra o sindicado comtudo como não só se prova que são testemunhas que se animarão a jurar contra o sindicado forão os considerados com o mesmo capitulante, e que ajudarão a formar os dittos capitulos mas por outras testemunhas em maior numero tão bem das nomeadas pelo capitulante, se convence animosidade e sinistra intenção dos outros juramentos e se manifesta a inocencia e inculpavel procedimento do sindicado”, ANTT, *Desembargo do Paço, Repartição de Justiça e Despacho da Mesa*, maio 1831.

¹⁹ “... não sendo verosimel que se o Reo tivera as culpas que o capitulante lhe acumulou o abonacem na rezidencia as pessoas que nella depozerão com juramento, as quaes devem ser mais atendidas e acreditadas, assim porque jurarão mais conformes a prezunção do direito que os julgadores tem a seu favor, como por não serem apresentadas, ou apontadas pella parte como forão as do capitulante, ficando assim mais prezumível o soborno para lhe diminuir o credito”, ANTT, *Desembargo do Paço, Repartição de Justiça e Despacho da Mesa*, maio 1824.

²⁰ Estas residências tiveram lugar em Março, Junho, Agosto e Setembro de 1760.

os processos que sobem à relação. Os 149 processos que têm de ser analisados pelos desembargadores são concentrados em 25 juízes relatores, sendo que cinco desses desembargadores concentram mais de metade dos processos.²¹ A relativa uniformidade das decisões finais sobre as residências decorrerá, também, desta homogeneidade de decisores.

A conflituosidade em que a função de julgar está submergida, funciona muitas vezes contra o juiz sindicado, sendo a residência um momento especialmente propício para serem levadas a cabo vinganças e retaliações por acções e decisões tomadas durante o mandato. Grande parte dos casos de residências que subiram à relação, e que acabaram por ser absolvidas, resulta de acções deste tipo.

“E como pellos documentos de rezidencia apensa se conclue manifestamente a grande e malicioza calunnia com que o capitulante quis infamar ao Reo com os capitulos que contra elle offreceu, e assignou principalmente produzindo testemunhas que huas não derão rezão comcludente de seus ditos, outras jurão de ouvido, e muitas forão contra producentem, depondo o contrario do para que forão apontadas [...] [sendo] apontadas pella parte como forão as do capitulante, ficando assim mais prezumivel o soborno para lhe diminuir o credito”.²²

Situações como a descrita neste excerto deixam entender que, muitas vezes, e ao contrário do que uma lógica corporativa simples deixaria pressupor, a acção maliciosa provinha dos próprios pares que levavam a cabo a residência.²³

Da linha de decisões maioritariamente favoráveis ao réu, podemos facilmente concluir que existe uma tendência para considerar que os magistrados beneficiam da presunção do direito. Essa presunção surge mesmo referida em diversas passagens, como a que citamos na nota dezanove. Um dos acórdãos da Casa da Suplicação que consultámos di-lo explicitamente:

“Não se acham legitimamente provadas as culpas por se tratarem de testemunhas singulares, de fama e ouvido, que regularmente não fazem prova e muito menos contra os Ministros que servem ao dito Senhor, que **por terem a seu favor a presunção de direito** devem ser **convencidos por provas mayores e mais legaes do que nos outros cazos se querem**, especialmente quando alias consta que são bem procedidos”.²⁴

²¹ António Velho da Costa, Diogo da Fonseca Pinto, António Álvares da Cunha e Araújo, João Rodrigues Pereira, João de Sousa Caria são os juízes relatores de 54% dos processos que sobem à relação.

²² ANTT, *Desembargo do Paço, Repartição de Justiça e Despacho da Mesa*, maço 1824.

²³ Na amostragem que trabalhamos, não nos foi possível, contudo, detectar qualquer tipo de acção contra estas práticas maliciosas.

²⁴ Desembargador Diogo da Fonseca Pinto (Autos da residência de Manuel Cipriano da Silva Lobo, ANTT, *Desembargo do Paço, Repartição de Justiça e Despacho da Mesa*, maço 1816). Destaque do autor.

Mesmo as três condenações da nossa amostra foram grandemente aliviadas depois do recurso dos respectivos réus. No caso mais grave registado na nossa amostra, a pena inicial de cinco anos de suspensão, expulsão do serviço e multa de 10\$000 (por erros que manifestavam desconhecimento das leis – não pronunciou um indivíduo acusado de usar armas proibidas, riscou do livro dos culpados um nome citado em correição pelo ouvidor, mandou soltar uma furagida da cadeia...) foi reduzida para dois anos de suspensão a contar da publicação da sentença e multa, por se considerar que os seus erros não serviam uma intenção malévola.²⁵ Noutro caso, uma suspensão menor (de seis meses) viu-se comutada no seu início (passou a contar-se a partir da data da publicação da sentença) e manteve-se a multa (porque o sindicato não havia tirado devassas gerais e não procedera ao inventário geral dos bens de um capitão-mor). Finalmente, o terceiro caso decretava uma suspensão por dois anos de degredo e multa por pouca assistência no local de serviço, o que deu azo à prática de inúmeras injustiças por parte dos seus substitutos. Acabou por ser aliviado dos anos de degredo.

Testemunhos isolados, “de fama e ouvido”, esbarram na presunção de inocência e de qualidade dos magistrados, que acaba por prevalecer e condicionar o perdão da maior parte das penas. O espírito que se deduz de toda a produção burocrática em torno das residências acaba por ser o desse duplo pressuposto: a presunção de direito e o princípio de que, *a priori*, os magistrados têm qualidades intrínsecas, que foram provadas na universidade e no exame da leitura de bacharéis, que marcou o ingresso na carreira. Mais do que um momento de selecção e de filtragem do elenco judicial, a residência acaba por funcionar como um processo de disciplina interna do corpo dos magistrados, com chamadas de atenção a falhas detectadas no exercício das funções de justiça e de administração que eram atribuídas aos magistrados. As falhas, no entanto, raramente são punidas de forma severa e as primeiras sentenças dadas aos comportamentos desviantes acabam sempre por ser temperadas pela análise final dos desembargadores das relações. Disciplina-se interiormente, ao mesmo tempo que se reforça a imagem exterior da qualidade dos magistrados ao serviço da justiça letrada.

A imagem que é produzida é a duma legião de magistrados que serviram “muito bem a coroa”, “de mãos limpas”, “afáveis às partes”, “bons despachadores”, “de muitas letras”, “rectos, prudentes, desinteressados”, muitas vezes referidos como “dos melhores ministros que serviram o lugar”. O juiz ideal, perfeito, que, se transmuta no juiz sindicado, por artes de magia corporativa.

²⁵ ANTT, *Desembargo do Paço, Repartição de Justiça e Despacho da Mesa*, maço 1811.

**VENALIDADE DE OFÍCIOS:
QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS**

VENALIDAD DE OFICIOS Y HONORES. METODOLOGÍA DE INVESTIGACIÓN*

FRANCISCO ANDÚJAR CASTILLO
Universidad de Almería

Señalar que no se entiende la investigación histórica sin una metodología que la sustente es una obviedad que no debería ni ser referida. A pesar de todo, cierto aires “neopositivistas” que recorren los caminos de la historiografía reciente, al calor de la fragmentación de la Historia, y alentados por los requerimientos administrativos que en la profesión valoran cada día más la cantidad que la calidad, están conduciendo en los últimos años a una sorprendente pérdida de interés por el método en la investigación. Semejante afirmación supone, como es lógico, una más que notable deriva hacia una historia que se aleja de postulados científicos, del rigor en la construcción de nuevo conocimiento, para aproximarse más el empirismo de la mera descripción o reproducción de documentos desempolvados de los archivos.

Si el método es imprescindible en la historia más aún lo es cuando el objeto de la investigación histórica es la venta de los cargos y honores, en particular en aquellas monarquías, como la hispánica, en la que no todos los oficios que integraban su aparato de gobierno podían ser provistos por dinero. Es el caso de la justicia en España que, como las leyes establecían, y como la historiografía ha interpretado durante largo tiempo, nunca podía el rey venderla, al contrario de lo que sucedía en Francia, en donde la venta de plazas a perpetuidad se produjo hasta en los Parlamentos, esto es, en los tribunales de justicia.¹ Si determinados empleos no se podían vender,

* El presente estudio se ha realizado en el marco del Proyecto de Investigación de I+D *Venalidad de cargos y honores en la España del siglo XVIII* (HAR2008-03180) financiado por el Ministerio de Ciencia e Innovación.

¹ Amén del trabajo clásico de Roland Mousnier, véase William DOYLE, *Venality. The sale of offices in Eighteenth-Century France*, Oxford, Clarendon Press, 1996; Jean NAGLE, *Un orgueil français. La venalité des offices sous l'Ancien Régime*, París, Odile Jacob, 2008. Por otra parte el

había que eliminar de los títulos de nombramiento el servicio pecuniario, para ocultarlo a los iguales, a quienes iban a servir por otros méritos en las mismas instituciones que los compradores. Ese necesario silencio del dinero no sería exclusivo de las plazas de justicia sino que existió siempre que hubo interés por alguna de las dos partes –vendedor y comprador– en que no se supiese que unas monedas habían colocado a un individuo en un determinado empleo. Y si ese interés existió para los cargos, mayores magnitudes alcanzó cuando lo que se adquiría era un honor, un título nobiliario, un hábito de las órdenes militares, e incluso, en el escalón inferior, una simple hidalguía.

Como hemos mostrado en otro estudio, silenciar la presencia del dinero como principal mérito fue, en numerosas ocasiones, objeto de pacto explícito cuando se negociaban operaciones de cargos públicos.² Algunos compradores lograban establecer como condición esencial para que efectuaran el ingreso de dinero –que casi siempre con tantas urgencias demandaba la monarquía– que en ningún documento administrativo, y menos aún en el título de nombramiento, constase que habían desembolsado unos ducados o reales a cambio de un determinado cargo u honor. Como hemos podido comprobar, hubo, además de la eliminación efectiva de ese embarazoso “ruido”, múltiples formas de depositar el dinero en una tesorería de la hacienda para ocultar el mérito pecuniario. Desde el “beneficio secreto” hasta el “donativo gracioso”, pasando por otras muchas fórmulas, tales como “gracia reservada” o “donativo voluntario gracioso”, se utilizarían diversos métodos de encubrimiento de algo que, en demasiadas ocasiones, trató de ser ocultado. Un ejemplo, muy significativo y gráfico, es suficiente para sintetizar esta idea de la ocultación: en el Archivo General de Simancas se conservan varios miles de hojas de servicios de oficiales del ejército español del siglo XVIII, en las cuales se muestra la carrera profesional desde que un individuo ingresaba en la milicia hasta el primer grado del generalato, el de brigadier. Pues bien, buena parte de dichas hojas son de individuos que accedieron al ejército comprando sus cargos, ya fuese con ocasión de la formación de nuevos regimientos, ya fuese adquiriéndolos directamente en la Secretaría del Despacho de Guerra. Los porcentajes no son insignificantes, pues según mis cálculos, a mediados de la centuria, como mínimo el 47% de los capitanes del ejército habían comprado a lo largo de su carrera al menos un empleo, el de alférez, el de teniente o el mismo de capitán.³ Esas miles de hojas de

estudio de los magistrados ha sido objeto de una extensa producción historiográfica. Entre los más recientes estudios véase Martine BENNINI, *Les Conseillers à la Cour des aides (1604-1697). Étude sociale*, París, Champion, 2010.

² FRANCISCO ANDÚJAR CASTILLO, *Necesidad y venalidad. España e Indias, 1704-1711*, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2008.

³ FRANCISCO ANDÚJAR CASTILLO, *El sonido del dinero. Monarquía, ejército y venalidad en la España del siglo XVIII*, Madrid, Marcial Pons, 2004, p. 415.

servicios reflejan el *cursus honorum* de esos oficiales sin indicar casi nunca –la excepción puede ser de cinco hojas de servicio por cada mil– la razón existente para que un individuo ingresase directamente en el ejército como capitán en tanto que otro precisaba para llegar a ese grado más de veinte años de dura vida militar.

Por tanto, la primera dificultad para el historiador que pretende indagar en el mundo de la venta de cargos y honores reside en las propias fuentes de información. Si de por sí cualquier documento está provisto de una serie de cargas, de todo orden, que el historiador debe tratar de eliminar o depurar, mayores aún son los problemas cuando se enfrenta con documentación relativa a ventas, si es que existe ésta de forma explícita, porque con demasiada frecuencia el problema principal radica en los vacíos de la información, en la pérdida documental, en alteración de los registros disponibles o en la referida ocultación sistemática de cualquier huella del dinero como principal mérito en la obtención de un cargo o un honor.

La complejidad en la investigación de la venalidad es mayor aún por las dificultades que plantea el propio objeto de estudio. Jean Pierre Dedieu, al hilo de las reflexiones planteadas en un reciente seminario, ha dejado muy claro que estamos ante un concepto que, en sí mismo, entraña múltiples problemas de definición. La nómina que enumera es exhaustiva.⁴ A modo de ejemplo, basta con señalar, el propio concepto de “venta”, en qué momento tenía lugar una transacción, y cuándo el intercambio de una merced por dinero respondía a otros criterios. Pero se puede añadir, además, la diferenciación entre venta y beneficio, que se dio en la monarquía hispánica a lo largo de toda la Edad Moderna;⁵ las distintas formas de pago; el régimen de disfrute de los cargos adquiridos; los distintos tipos de cargos susceptibles de ser enajenados, desde los inferiores de los municipios hasta los empleos de la alta administración de la monarquía; y, sobre todo, como fundamental, ha de situarse el problema del tiempo de disfrute de los cargos que, de manera indefectible, siempre estuvo condicionado a diversas cláusulas contractuales que apenas han sido objeto de atención en la historiografía.⁶ En relación a ese tiempo que podía durar el ejercicio de un cargo, a la forma de compra, me parece fundamental distinguir las tipologías siguientes: cargos enajenados para ejercer de forma temporal, vitalicios –o por varias vidas–, y perpetuos transmisibles por juro de heredad. Como fácilmente se colegirá, cierta parte de la historiografía española sólo ha considerado ventas

⁴ Jean Pierre DEDIEU, “Acercarse a la ‘venalidad’”, en FRANCISCO ANDUJAR CASTILLO y María del Mar FELICES DE LA FUENTE (eds.), *El poder del dinero. Ventas de cargos y honores en el Antiguo Régimen*, Madrid, Biblioteca Nueva, 2011, pp. 19-28.

⁵ Véase la aportación de María del Mar Felices de la Fuente en esta misma publicación.

⁶ FRANCISCO ANDUJAR CASTILLO, “Los contratos de ventas de empleos en la España del Antiguo Régimen”, en FRANCISCO ANDUJAR CASTILLO y María del Mar FELICES DE LA FUENTE (eds.), *El poder del dinero...*, cit., pp. 63-82.

estos últimos, por cuanto suponían una venta del patrimonio regio –cual se vendían señoríos o rentas– para diferenciarlos de los demás en los que el rey conservaba la propiedad de los cargos, ya que volvían a manos de la Corona cuando finalizaba un mandato de alguien nombrado de forma temporal o cuando moría o ascendía quien que lo había disfrutado de forma vitalicia.

Las dificultades en investigación sobre venalidad son mayores aún si ponderamos otras cuestiones relativas al propio concepto. Admitiendo por tal que la enajenación de un cargo u honor se producía cuando el rey intercambiaba una merced por una cantidad de dinero como principal mérito, hemos de distinguir, además, diferentes tipos de transacciones. Una primera división nos llevaría a distinguir entre venalidad pública (cuando vende el rey) y otra privada (cuando la operación de venta se realiza entre dos particulares). Pero más decisivo aún resulta significar que hubo múltiples formas de desarrollo de la venalidad. La más importante de todas, desde luego, sería la que podríamos denominar como “institucionalizada” o “legal”, es decir, aquella se ponía en marcha cada vez que la monarquía precisaba de recursos extraordinarios, casi siempre para financiar guerras, aunque hubo también otros elementos de legitimación ajenos a lo bélico. Por lo general eran encargos hechos a comisionados regios que procedían a la venta de despachos de nombramiento que previamente había firmado en blanco el rey, o que, en ocasiones, firmaba después tras el correspondiente depósito del dinero en una tesorería por parte del comprador. Conviene reseñar que el ingreso de las monedas en las cuentas de la hacienda real convertía a la operación en algo plenamente reglado, normalizado. A veces, incluso, esas ventas se habían pactado previamente entre rey y reino, como sucedió en las Cortes de Castilla en diversas ocasiones durante los siglos XVI y XVII.⁷ Era, por tanto, público y notorio que los cargos se vendían y que se podían adquirir en cualquiera de los diversos espacios de venta que llegaron a coincidir de forma simultánea en algunas coyunturas. Si además, la venta era a perpetuidad, mayor notoriedad aún tenía, por cuanto suponía la privatización en manos de una familia como un bien patrimonial.

Una segunda forma de venalidad, también plenamente institucionalizada, tenía lugar cuando la monarquía vendía igualmente empleos pero lo hacía de forma “reservada”, en razón a la importancia de los cargos o de las atribuciones de los mismos. Se trata de concesiones de cargos por precio que no se debían conocer públicamente, bien para que los iguales –los que serían compañeros en una institución de los nombrados por dinero– no conocieran el origen del nombramiento, bien porque fuesen cargos que “formalmente” la monarquía no debía enajenar. Parte de los nombramientos mediante “cédulas secretas” que se hicieron durante el siglo XVII respondían a un desembolso previo de una importante cantidad de dinero para hacerse con

⁷ Alberto MARCOS MARTÍN, “Las ventas de oficios en Castilla en tiempos de suspensión de ventas (1600-1621), en *Chronica Nova*, nº 33, 2007, pp. 13-35.

una plaza en un Consejo o en cualquier otro espacio relevante del gobierno de la monarquía. Del mismo modo, con el carácter de “beneficios secretos” se concedieron por dinero magistraturas de justicia durante los primeros años del siglo XVIII, porque, en teoría, la justicia nunca debía ser enajenada por el rey.⁸ En suma, esta segunda forma de venalidad, se aproximaría bastante a la primera al constituir una variante de la misma, pues como en aquella, el dinero de las operaciones venales se ingresaba también en una tesorería pública o en la de un financiero privado al servicio del rey.

Las ventas privadas, entre particulares, constituían una tercera forma de venalidad que, aun estando muy extendidas, son desconocidas en la historiografía española, excepción hecha de las renunciaciones de regidurías de los municipios castellanos, de las cuales tenemos abundantes noticias desde hace tiempo.⁹ Se trata de un tema de complejo estudio porque buena parte de la documentación legada sobre esas operaciones suele ser la notarial, fuente muy poco utilizada para estudios de historia que excedan del marco de lo local, amén de las dificultades intrínsecas que comporta su explotación sistemática. Esta desatención hacia las ventas privadas resulta paradójica, porque ha ignorado por completo las transacciones monetarias de mayor volumen que se producían cada vez que pasaban de unas manos a otras algunos de los principales empleos de la monarquía, entre otros, las tesorerías y contadurías de los Consejos, así como los alguacilazgos mayores de los mismos.

Otro mercado privado, más ignorado aún, fue el del alquiler de los cargos que habían sido enajenados a perpetuidad. Como hemos mostrado en un estudio reciente, cuando se adquirían empleos perpetuos, una de las facultades que incrementaba el valor de un oficio era la de que se pudiese “servir por teniente”, es decir, por una persona que lo ejerciese en nombre del propietario. A veces, valerse de un teniente –tenedor del oficio– era una necesidad cuando enfermaba el dueño, moría sin sucesión masculina, o los hijos no tenían la edad suficiente para desempeñarlo en el momento de recibir la herencia. Sin embargo, más frecuente aún era el caso de un contrato privado entre propietario y teniente, por el cual este último le alquilaba el cargo por un tiempo y en determinadas condiciones de disfrute. Es obvio que no era una venta propiamente dicha, pero en la práctica, tras la privatización del puesto en manos de un particular, lo que se producía realmente era una nueva concesión por precio de un cargo, en este caso en régimen de alquiler del mismo.

Llegamos por último a las ventas de cargos y honores más complejas de investigar: aquellas que formalmente no existieron porque nunca se ingresó

⁸ FRANCISCO ANDÚJAR CASTILLO, *Necesidad...*, cit., pp. 145-178.

⁹ Entre los trabajos más recientes vid. MAURO HERNÁNDEZ BENÍTEZ, “Venalidad de oficios municipales en la Castilla del siglo XVIII: un ensayo de cuantificación”, en *Chronica Nova*, n° 33, 2007, pp. 95-129.

en tesorería pública dinero alguno. En mi opinión, hablaríamos no de venalidad sino de corrupción, es decir, dinero que merced a la medición de un intermediario, de alguien próximo a la gracia del rey, tenía como destino el bolsillo particular de quien había proporcionado dicho cargo u honor. Coincidió con la venalidad “legal” en que el mecanismo utilizado era igualmente el dinero, pero no se puede calificar tampoco de “venalidad ilegal” sino de un fenómeno que se inscribiría claramente dentro de los parámetros de la corrupción.¹⁰ Para el historiador, la investigación en este campo resulta más complicada aún, pero puede valerse de algunos elementos indirectos de análisis como los que se detallan más adelante. De hecho, este problema se plantea cada vez que carecemos de fuentes documentales precisas para estudiar la venalidad, y todo lo más que puede hacerse es explicar esos excepcionales nombramientos en clave de meras relaciones clientelares, familiares o de paisanaje.¹¹

Dejando al margen esta última variante, es evidente que el estudio de la venalidad precisa de una metodología de investigación específica que permita poner de relieve no sólo su realidad sino todo aquello que, con demasiada frecuencia, las fuentes silencian. Y a tal efecto no es posible la utilización de un método único sino de varios a la vez, en aras a construir una historia lo más rigurosa posible y lo más próxima a lo que fueron las dinámicas venales en las sociedades del Antiguo Régimen, en particular aquellas en las que la venta de la gracia regia no formaba parte de su práctica política institucionalizada o aquellas en las que determinados espacios del entramado de gobierno de la monarquía o de remuneración con mercedes honoríficas debían quedar preservados de cualquier veleidad enajenatoria.

Desde luego, lo más fácil y directo es disponer de evidencias documentales claras que permitan constatar que el dinero había sido el factor decisivo que había movido al rey hacia la concesión de un empleo o de un honor a cualquier súbdito. Es decir, el primer problema capital sería el de la identificación del servicio pecuniario como elemento principal de mérito para la obtención de un cargo u honor. Al respecto, disponer de las cuentas de la hacienda estatal resulta clave, al menos para los empleos y honores que fueron enajenados en el ámbito de lo público. Sin embargo, por lo que hace a la monarquía hispánica, esas cuentas, cuando están disponibles, no siempre reflejan la totalidad de las transacciones, máxime porque a menudo eran intermediarios o financieros privados los encargados de negociar las ventas, de tal modo que el dinero no se ingresaba en la hacienda pública sino

¹⁰ Sobre la corrupción las aportaciones más recientes se encuentran en Michel BERTRAND, “Viejas preguntas, nuevos enfoques: la corrupción en la administración colonial española”, en Francisco ANDUJAR CASTILLO y María del Mar FELICES DE LA FUENTE, (eds.), *El poder del dinero...*, cit., pp. 46-62.

¹¹ Francisco ANDÚJAR CASTILLO “Nepotismo, clientelismo y fidelidad. De Floridablanca a Godoy (1789-1798)”, en *Cuadernos de Historia Moderna*, Anejos, VII, 2007, pp. 165-197.

en tesorerías particulares pertenecientes a hombres que, a menudo, habían adelantado a la monarquía previamente los caudales que luego iban a percibir procedentes de la venta de cargos y honores. Por otro lado, en función de la urgencia que tuviese el rey en vender determinados cargos, se daba también la circunstancia de que el dinero no se ingresaba en tesorería alguna sino que iba directamente a manos de los pagadores de ejército para su aplicación inmediata y directa al sustento de las tropas.¹²

En consecuencia, la identificación de una operación venal a través de las cuentas de la hacienda estatal presenta demasiadas dificultades como para dar validez a la totalidad de las cifras que hoy suelen registrar. Como problema añadido, determinados cargos, como los de justicia, que no podían –ni convenía que se supiese– ser enajenados, solían registrarse de forma secreta sin que se pueda identificar a los depositarios del dinero. Como hemos mostrado para los primeros años de la Guerra de Sucesión, la existencia de “donativos secretos” y “beneficios secretos”, cuyo importe se depositaba de forma anónima en una tesorería por un agente de negocios, por un intermediario, impide cualquier aproximación a la identificación de una transacción para conseguir un puesto o una merced honorífica. Con todo, reconstruir, si no la totalidad de las operaciones sí al menos los períodos, las tipologías de cargos y los nombres de algunos compradores es posible, siempre y cuando dispongamos de esas preciadas fuentes hacendísticas.

El escenario más complejo, que es el que casi siempre se suele dar cuando indagamos sobre esta materia, es aquel en el que no se han conservado cuentas, se han ocultado las ventas, o bien resulta de todo punto imposible identificarlas por otras muchas circunstancias que concurrían en estos procesos. En ese caso, el recurso a una metodología de investigación específica se torna en eje esencial del análisis. Una metodología que, a mi juicio, debe tener seis pilares esenciales: primero, cruzar de forma sistemática múltiples fuentes sobre un mismo individuo, sobre un mismo caso a analizar; segundo, recurrir a mecanismos de análisis indirectos que, constituidos, en elementos indiciarios nos aporten pistas esenciales; tercero, aplicar una metodología comparativa de casos para diferenciar méritos y circunstancias de agentes de la monarquía e individuos retribuidos con grandes honores en razón a los méritos alegados por unos y por otros; cuarto, proceder a un análisis simultáneo que combine al mismo tiempo el enfoque “macro” con lo “micro”, el conjunto de individuos de una institución con el estudio de casos individuales; quinto, abordar de forma específica la venalidad privada a partir de la documentación notarial; y sexto, una vez sorteados los problemas que podríamos denominar de “identificación” de la venalidad, restaría por aplicar una metodología de investigación que tuviera en

¹² Francisco ANDÚJAR CASTILLO, “Venalidad y gasto militar: sobre la financiación de la guerra de los Nueve Años”, en Agustín GONZÁLEZ ENCISO (Ed.), *Un Estudio Militar: Españã, 1650-1820*, Madrid, 2012, pp. 395-422.

cuenta las dimensiones del fenómeno en su totalidad, es decir, los aspectos sociales, económicos y políticos, pero no como elementos segmentados sino como partes integrantes de un proceso único, común. En aras a una mayor claridad expositiva, los presentaremos en las páginas siguientes de forma separada.

I. Cruzar múltiples fuentes documentales

Teniendo en cuenta las precisiones expuestas más arriba, parece obvio que el punto de partida de la investigación ha de ser necesariamente indagar sobre múltiples fuentes documentales en torno a cada caso de estudio. Si esto es necesario e imprescindible en la investigación histórica en general, mucho más aún lo es en relación a los trabajos sobre venalidad. La complejidad de los problemas enunciados, la propia identificación del dinero como resorte que ha movido la voluntad del rey, la eliminación del rastro del dinero en muchos casos, son cuestiones que obligan a una labor de paciente reconstrucción en la que cualquier dato puede resultar decisivo en la indagación. Lo que puede permanecer oculto en una fuente puede aflorar en otras, a veces en la más inesperada, en la que incluso podríamos despreciar inicialmente por poco relevante. De este modo, nuestra experiencia nos indica que cruzar hasta cinco y seis fuentes documentales en torno a los casos de estudio, aún siendo aparentemente repetitivos los datos, nos puede arrojar bastante luz en la investigación. En función de quien sea el destinatario de un papel relativo al nombramiento de un individuo puede cambiar su contenido. En un documento se pueden incluir las condiciones de un acuerdo –mediante contrato– para la venta de un empleo, en tanto que en otro se pueden anotar tan sólo los aspectos de ese contrato que interesan a las partes, de tal modo que, por interés mutuo, o de una de las dos partes, de ese segundo documento se ha hecho desaparecer cualquier huella del rastro del dinero.

Pongamos un ejemplo muy elemental sobre una fuente: la Gaceta de Madrid, un periódico que comienza a publicarse en el último tercio del siglo XVII y que fue el germen del actual Boletín Oficial del Estado. A través de sus páginas se podría hacer una historia de los agentes de gobierno de la monarquía y de los títulos nobiliarios que concedieron los sucesivos monarcas de la Casa de Borbón. Pero sucede que no publicitó a todos los que obtuvieron algún cargo o título al servicio de la monarquía durante cualquier período que consideremos. Con ser ese un problema, no menor lo es el hecho de que toda la sociedad que tenía posibilidad de leer ese período encontrara noticias que distaban mucho de la realidad, que previamente habían sido alteradas. Desde las oficinas reales se daba traslado a la Gaceta de las noticias que debían salir, pero en las condiciones que allí se habían establecido previamente. Todo partía hacia las prensas de la Gaceta convenientemente

“maquillado”. Así, por ejemplo, cuando Juan Pío Montúfar consigue el puesto de Capitán General de Quito con la Presidencia de su Audiencia en junio de 1747, la *Gaceta de Madrid* publica lo siguiente:

S.M. ha conferido a D. Juan Pío de Montúfar, Caballero del Orden de Santiago, en atención a sus servicios, la Presidencia de la Real Audiencia de Quito, nombrándole Gobernador y Capitán General de aquella Provincia; y en consideración a sus méritos, y los de sus Padres, y Abuelos, le ha hecho merced de Título de Castilla, con la nominación de Marqués de Selva Alegre, para sí y sus sucesores.¹³

Siguiendo literalmente lo que consta en el título de marqués, una publicación reciente señala que el título se le concedió por su brillante defensa de Camaná contra el almirante inglés Anson y por haber dificultado el contrabando desde su puesto de gobernador de aquella población sita en la actual Venezuela.¹⁴ Sin embargo, si recurrimos a la información de la hacienda estatal, encontramos que una nota de la Secretaría de la Cámara de Castilla a la de Hacienda indicaba que ese título nobiliario lo había comprado a la iglesia metropolitana de Granada a quien se le había concedido para costear las obras de construcción de la capilla del Sagrario.¹⁵ Y más aún, si buscamos entre la documentación del Archivo General de Indias, podemos precisar que, en efecto fue Capitán General de Quito, pero que ese puesto lo consiguió no por sus méritos en Camaná sino por un “servicio” de 32.000 pesos fuertes –640.000 reales–, de los cuales abonó 26.000 pesos en España y el resto en aquellas tierras.¹⁶ Lo que pagó por el título –unos 22.000 ducados– más lo que abonó por el cargo arroja unas cifras que nos inducen a considerar que más que dificultar el contrabando tal vez pudo tener alguna participación en el mismo.

El cruce de diferentes fuentes documentales sobre un mismo individuo permite no sólo indagar sobre la posible venalidad tras un nombramiento o un título nobiliario sino también proceder a un análisis más riguroso acerca de la información que aporta cada uno de los registros documentales disponibles. Así, conviene recordar que, por ejemplo, se suele escribir demasiada historia biográfica a partir de los memoriales elaborados por los propios interesados en las conocidas “relaciones de méritos y servicios”. Aunque

¹³ *Gaceta de Madrid*, 1 de agosto de 1747.

¹⁴ Margarita ZABALA MENÉNDEZ, *Coronas de Indias. Genealogía de los títulos nobiliarios concedidos en Indias*, Sevilla, 2007, T. IV, p. 515. Otros autores se limitan a hacer referencia a la concesión del título sin especificar méritos algunos. Vid. Eric BEERMAN, “II marqués de Selva Alegre: héroe de la Independencia Ecuatoriana”, en *Hidalguía*, nº 200, 1987, pp. 113-122.

¹⁵ Archivo General de Simancas (AGS), Secretaría y Superintendencia de Hacienda, Leg. 150.

¹⁶ Ángel SANZ TAPIA, “El acceso a los cargos de gobierno de la audiencia de Quito (1701-1750)”, en *Anuario de Estudios Americanos*, nº 63, 2, 2006, p. 60; Archivo General de Indias (AGI), Indiferente General (IG), Leg. 544, Lib. 3).

éstas eran certificadas por la Secretaría de un Consejo, contenían tan sólo la información que el interesado aportaba, se elaboraban a partir de la documentación que éste había considerado oportuna presentar y, por tanto, prescindiendo de todo aquello que pudiera ser perjudicial para su futuro profesional y social. En consecuencia, era una información a veces parcial –interesadamente sesgada– con silencios y ocultaciones.¹⁷

II. Análisis indirecto e interpretación de los registros documentales

Como hemos señalado, por ese interés mutuo –mayor por parte de los compradores de cargos y honores– cuando se obtenía una merced regia por dinero, la ocultación del ruido de las monedas se acordaba entre las partes. El rey, sus comisionados, y quienes adquirirían cargos, se comprometían a que en ningún registro documental público que pudiese ser conocido por los demás quedase huella alguna del mérito del servicio pecuniario como elemento decisivo en la obtención de la merced. En este caso, la investigación se torna más complicada aún, pero se pueden –y se deben– buscar alternativas para tratar de desvelar lo que las fuentes ocultan. Es preciso recurrir pues a métodos de análisis indirectos que nos permitan acercarnos a elementos indiciarios de esa venalidad.

Por lo que hace a la monarquía hispánica, varios elementos indirectos de análisis son susceptibles de ser ponderados. En lo que se refiere a cargos públicos durante los siglos XVII y XVIII, tres factores indiciarios podemos considerar, en tanto en cuanto hemos comprobado, a partir de análisis comparativos, que siempre se observan en los casos en los que se ha producido la compra de un cargo u honor. En primer término, la forma en que se produce un nombramiento, la vía administrativa por la que se resuelve la merced regia. Al respecto, hemos detallado en otros trabajos las diferencias que separaban a los “decretos decisivos o ejecutivos del rey” frente a la denominada “vía consultiva”. En los primeros, el rey ordenaba directamente a las Cámaras de Castilla o de Indias que procediesen a expedir el título nombramiento de un juez, un corregidor o de un consejero, o que otorgasen un título nobiliario, sin que los camaristas de ambas instituciones pudiesen pedir explicación alguna sobre el nombrado ni sobre el origen de esa merced. Instituciones creadas, entre otras funciones, para elevar consultas al rey proponiendo agentes de gobierno en razón a sus méritos y servicios, quedaban marginadas del proceso de selección. Pues bien, esa marginación de las dos Cámaras para imponer sin más la voluntad absoluta del rey se documenta casi siempre coincidiendo con etapas de repuntes de la venalidad.¹⁸ Los estu-

¹⁷ María del Mar FELICES DE LA FUENTE, “Silencio y ocultaciones en los despachos de los títulos nobiliarios: análisis crítico de su contenido”, en *Chronica Nova*, n° 36, 2010, pp. 229-252.

¹⁸ FRANCISCO ANDÚJAR CASTILLO, “The venality of offices and honors in Spain and America in the XVIII century” (en prensa).

dios de Antonio Álvarez-Ossorio para Italia¹⁹ y de María del Mar Felices²⁰ sobre la nueva nobleza titulada del siglo XVIII, corroboran nuestra tesis, aunque en el campo de los honores se acabó imponiendo progresivamente la vía ejecutiva como procedimiento fundamental de dispensa de títulos nobiliarios.

El segundo elemento indiciario tiene que ver con las condiciones de actividad de quienes adquirirían los cargos. Hemos constatado el predominio de nombramientos “supernumerarios” y “futurarios” en períodos de elevada venalidad. Cuando todas las plazas de un Consejo o de una Audiencia estaban ocupadas y alguien pretendía adquirir un puesto, se solía proceder a un nombramiento en calidad de “supernumerario”, es decir por encima del número o planta de ese Consejo o Audiencia, a la espera de que se produjese una “vacante del número” que permitiese desempeñar el cargo de forma efectiva. Aunque a veces esos nombramientos como “supernumerarios” respondían a la necesidad de cubrir las ausencias o enfermedades de algunos titulares, la mayoría de esos títulos respondían a compras de cargos que no se podían pasar a ejercer de inmediato por estar cubiertas todas las plazas. Este sistema, utilizado para las instituciones que tenían un número fijo de miembros, permitía a la monarquía vender un número ilimitado de plazas “supernumerarias”, siendo por tanto la única cortapisa la larga espera que debían soportar los compradores hasta que fuesen entrando quienes habían comprado con anterioridad.²¹ Un sistema similar se solía utilizar para los puestos que se concedían por dinero para empleos temporales, y que recibían el nombre de “futuras”, es decir plazas que se otorgaban a un individuo para ser ejercidas “en el futuro”, cuando finalizase el tiempo de mandato de un corregidor, un gobernador o un alcalde mayor.²² El recurso a estas plazas futurarias se constata igualmente en períodos de venalidad, pues permitía vender en un mismo año varias futuras de un mismo puesto, de tal modo que, por ejemplo, quien adquiría un corregimiento en América para desempeñarlo por cinco años y se hacía con una “tercera futura” –y por ende tenía dos nombrados con anterioridad– debía esperar hasta cerca de quince años para pasar a ejercerlo.

¹⁹ Antonio ÁLVAREZ-OSSORIO ALVARINO, “La venalidad de las magistraturas en el Estado de Milán durante el reinado de Carlos II”, en *Archivo Stórico Lombardo*, n° CXXVI, 2000, pp. 111-261; “La venta de magistraturas en el reino de Nápoles durante los reinados de Carlos II y Felipe V”, en *Chronica Nova*, n° 33, 2007, pp. 57-94.

²⁰ María del Mar FELICES DE LA FUENTE, “La Cámara de Castilla, el rey y la creación de títulos nobiliarios en la primera mitad del siglo XVIII”, en *Hispania. Revista española de historia*, vol. LXX, n° 236, 2010, pp. 661-686.

²¹ Francisco ANDÚJAR CASTILLO, *Necesidad...*, cit., p. 12.

²² Teresa NAVA RODRÍGUEZ y Gloria FRANCO RUBIO, “Vénalité et futures dans l’administration espagnole au XVIII^e siècle”, en Robert DESCIMON, Jean Frédéric SCHAUB y Bernard VINCENT (eds.), *Les figures de l’administrateur. Institutions, réseaux, pouvoirs en Espagne, en France et au Portugal 16^e-19^e siècle*, Paris, Éditions de l’École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1997, pp. 85-105.

Por tanto, que se produjesen nombramientos supernumerarios o futurarios cuando los puestos estaban ocupados solía tener su origen en las necesidades de dinero de una monarquía que se veía obligada a proveer cargos por dinero sin límite alguno. Sin embargo, tanto en períodos venales como fuera de los mismos se registraron a veces también nombramientos en esas mismas condiciones, en los que no constaba el dinero pero sí que eran futuras o plazas supernumerarias que, además, se otorgaban mediante decretos ejecutivos del rey. De este modo, la convergencia de elementos característicos de puestos concedidos por dinero se puede observar en títulos de nombramiento de cargos de los cuales se eliminó en su día cualquier rastro de esas monedas como principal mérito para su obtención.

En ocasiones, un cuarto elemento nos ayuda a perfilar el círculo completo de las características diferenciadoras de los empleos conseguidos por dinero. Aludo a las condiciones y características de desempeño de los cargos que figuran en algunos títulos, en los que igualmente ha desaparecido el rastro del dinero pero que, del mismo modo, la inclusión de una serie de condiciones de disfrute ponen de manifiesto que el servicio pecuniario había sido el factor determinante para que el rey hubiese inclinado la balanza en favor de unos u otros servidores. Los indicios que muestren la existencia de un contrato constituyen una de las pruebas fundamentales de las ventas, por cuanto revelan que a cambio de la entrega de una suma de dinero el comprador había obtenido el disfrute del cargo con una serie de condiciones. El tema lo hemos tratado recientemente por extenso. De forma sintética podemos anotar que esos contratos solían incluir tres elementos básicos: dispensas, seguridades y facultades, conocidas en conjunto como “calidades”, o lo que es lo mismo, como condiciones contractuales que, como es lógico, tenían su precio tasado y cuya inclusión siempre incrementaba el valor de los cargos adquiridos. Un individuo podía hacer desaparecer de su título de nombramiento el dinero pagado por un cargo pero si en el mismo título constaba que dicho cargo no podía verse afectado por una “reforma” –equivalente a una supresión del cargo en la institución en la que lo adquiría– significaba que había negociado una condición, y que había pagado por ella para que en caso de que el rey decretase una reducción del número de miembros de la institución o la supresión directa de ese puesto no se viese afectado por semejante medida. Del mismo modo, las múltiples “facultades” incluidas en los contratos de venta de cargos, amén de incrementar el precio, denotaban la negociación de condiciones siempre favorables a los intereses de quienes habían pagado una cantidad por un cargo y por el goce de esas facultades. Entre las más notorias, la facultad de que un empleo se pudiese “servir por teniente”, lo que en la práctica significaba la posibilidad de arrendarlo, era una de las más preciadas.²³ Y lo propio puede decirse de otra facultad más

²³ Francisco ANDÚJAR CASTILLO, “Los contratos de venta...”, cit., p. 73.

claramente indiciaria de venalidad, como era aquella que confería al titular de un puesto la posibilidad de transmitirlo a otra persona, tanto en el ámbito familiar como fuera del mismo. De hecho, esa facultad, permitió que durante la enorme almoneda que tuvo lugar en el último tercio del siglo XVII de cargos de gobierno político, hacienda y justicia para ejercer en América, muchos individuos pudieran comprar en un mismo día varios corregimientos con facultad de “transferirlos”, o lo que es lo mismo, de revenderlos.

III. Estudio comparado de *cursus honorum*

Para determinar los indicios de venalidad cuando la documentación no la evidencia de forma expresa, es necesario recurrir a la comparación entre *cursus honorum* de individuos que forman parte de una misma institución. Nuevamente, hay que entender tal método ponderando la necesidad de conjugarlo con los descritos más arriba, e incluso con los que detallaremos más adelante.

Tomemos en consideración, a modo de ejemplo, los individuos que forman parte de un tribunal de justicia, de una audiencia territorial. El análisis de un período determinado nos puede dar la edad media de acceso al cargo de todos los miembros de ese tribunal, y se puede comprobar si algunos de ellos ingresaron en el mismo a edades anormalmente tempranas o si todos lograron una plaza de oidor tras largos años de servicio en la administración de justicia. Observar que existen individuos que acceden a la edad de veinticuatro años a un puesto de oidor frente a una mayoría que lo hace a la edad de cuarenta y cuatro puede ser interpretado en dos claves bien distintas. Una primera hipótesis podría girar en torno a que quien accedía a tan joven edad pertenecía a una red de poder con fuertes influencias en los alrededores del soberano y en la Corte. Una segunda hipótesis se articularía alrededor de una posible compra del puesto, que habría facilitado ese acceso tan directo y a edad tan joven. Abiertas las dos posibilidades, si además, el nuevo juez había conseguido la plaza con dispensa de ejercerla –a pesar de las prohibiciones– en la misma jurisdicción en la que había nacido, cobraría desde luego más fuerza la segunda hipótesis porque semejante dispensa tan sólo se podía conseguir por dinero. Por último, si ese juez neófito había conseguido el puesto mediante un decreto ejecutivo, frente a los veteranos que habían accedido por la vía de los años de servicio y previa consulta de alguna de las dos Cámaras –la de Castilla o la de Indias– los elementos indiciarios se acumularían para determinar un más que posible origen venal de dicho cargo. Puede tomarse como referencia el caso de Felipe Ignacio Molina, quien tras una carrera de más de diecinueve años, ejerciendo en las chancillerías de Granada y Valladolid, así como en la audiencia de Cataluña, llegó a una plaza de la Sala de Alcaldes de Casa y Corte en 1735

a la edad de cincuenta y cuatro años.²⁴ Un año más tarde, en 1736, Antonio Díaz Román llegó al mismo tribunal merced a una extraña promoción directa desde alcalde del crimen de la chancillería de Granada, a la edad de treinta y cuatro años y con poco más de tres de servicios en la carrera judicial.²⁵ El nombramiento lo consiguió en calidad de “supernumerario” y merced a un decreto ejecutivo del rey –por tanto sin consulta de la Cámara de Castilla–, signos inequívocos ambos de una más que probable mediación del dinero como principal mérito para la obtención de aquel cargo.

El caso relatado nos lleva a plantear, al mismo tiempo, la necesidad de comparar los méritos previos a la obtención de los cargos –y también de los honores– de los miembros que integraban cualquier institución. El análisis comparado de *cursus honorum*, más allá del claro indicador de la edad, nos aporta un enorme caudal de datos para establecer cuándo estamos ante individuos que acreditan una larga trayectoria de servicio a la monarquía, y por ende pueden ser merecedores de ser consultados para un ascenso, y quiénes con apenas unos pocos años de servicio –algunos ni eso– logran encaramarse hasta puestos que para otros requieren hasta décadas de servicio al rey. Las diferencias entre unos y otros aparecen claramente reflejadas en una documentación tan elocuente como son las hojas de servicio de militares del ejército borbónico.

Y lo propio puede decirse de los títulos nobiliarios. Como han mostrado los estudios de María del Mar Felices, en la primera mitad del siglo XVIII Felipe V concedió numerosos títulos nobiliarios a individuos sin mérito alguno para ser agraciados con tan alta distinción, en tanto que otros los recibieron tras haber demostrado que habían sido fieles servidores de la monarquía en el ejército, el gobierno político, la diplomacia o el mundo de la justicia. Por lo general, en los primeros, en los “sin méritos”, en sus títulos apenas quedaron huellas de servicios pecuniarios pero se diferenciaban claramente de los segundos porque carecían de cualquier mérito que les hubiera hecho acreedores a esa magnanimidad regia. Cualquier análisis comparativo entre unos y otros revela las enormes diferencias que existían siempre entre el mérito y el “servicio pecuniario”.²⁶

IV. Los cambios de escala: de lo “macro” a lo “micro”

El análisis comparado de casos exige la construcción de numerosas biografías de los individuos agraciados con cargos o gratificados con mercedes honoríficas. Se impone la aplicación, en primer término, de un método pro-

²⁴ Archivo Histórico Nacional (AHN), Consejos (CON), Lib. 736, f. 144v.

²⁵ AHN, CON, Lib. 736, f. 161r.

²⁶ María del Mar FELICES DE LA FUENTE, *La nueva nobleza titulada de España y América en el siglo XVIII (1701-1740). Entre el mérito y la venalidad*, Almería, 2012.

sopográfico que permita reconstruir la totalidad de las carreras del grupo de individuos que forman parte de una institución en un momento dado, o en el caso de los honores, que fueron agraciados en determinadas coyunturas con mercedes de hábito de las órdenes militares o títulos nobiliarios.

El método prosopográfico es sobradamente conocido y diversos autores han realizado numerosas aportaciones en los últimos años sobre sus aplicaciones prácticas, sus características y, al mismo tiempo sus límites.²⁷ Lo que permite ese método en primera instancia es, fundamentalmente, establecer las características comunes que identifican a los miembros de cualquier institución, entre las cuales interesan aspectos esenciales en relación a la venalidad, tales como la referida edad de acceso a los cargos, el escalafón reglado de dicha institución, los criterios para ascender, las instancias administrativas por las que circulaban los memoriales de solicitud, los actores sociales intervinientes en los procesos de nombramiento, y un largo etcétera de elementos definitorios del perfil social y burocrático de los miembros que conformaban una institución, fuese esta un Consejo, un regimiento o un tribunal de justicia, por citar algunos. Como es obvio, huelga señalar que esa reconstrucción de biografías requiere desarrollar bases de datos relacionales que permitan establecer las comparaciones pertinentes tan imprescindibles en los análisis sobre operaciones venales.²⁸

Pero, como es bien sabido, el enfoque “macro” impide ver la complejidad de la realidad histórica, de las relaciones sociales, de las redes de poder, de los procesos de cambio. Modificar la escala de análisis hacia el enfoque “micro” nos muestra no ya una variedad de matices en los procesos históricos sino la verdadera realidad de los problemas, aunque, por su propia esencia, nos estemos refiriendo al caso individual que, por supuesto, no siempre tiene que ser representativo de la totalidad del grupo. Las posibilidades en este campo son extraordinarias porque, entre otras cosas, ese cambio de escala requiere un cambio de fuentes, o si se prefiere, una ampliación del número de fuentes, lo cual, a la postre, constituye uno de los fundamentos de la metodología que proponemos. Numerosos ejemplos podríamos aportar aquí sobre las virtudes de la escala “micro” en el análisis de las ventas de cargos y honores, pero basta significar que, en relación a la venalidad, amplían tanto la dimensión de análisis como que arrojan perspectivas

²⁷ Entre las reflexiones más recientes véase Michel BERTRAND, “Un vieil outil et l’ordinateur. De la prosopographie à l’histoire des relations sociales”, en Jean-Pierre DEDIEU y B. VICENT, *L’Espagne, l’État, les Lumières. Mélanges en l’honneur de Didier Ozanam*, Madrid, 2004, pp. 123-140; Michel BERTRAND y Jean Pierre DEDIEU, “¿Vino joven en odres viejas?: prosopografía y relaciones sociales en la monarquía hispánica”, en *Historia y perspectivas de investigación: estudios en memoria del profesor Ángel Rodríguez Sánchez*, Editora Regional de Extremadura, Mérida, 2002, pp. 31-38.

²⁸ Un buen modelo se encuentra en la base de datos Fichoz/Actoz. Vid. Jean Pierre DEDIEU, “Les grandes bases de dones: una nouvelle approche de l’histoire sociale”, en *Revista de Faculdade de Letras. Historia*, nº 5, 2004, pp. 101-114.

de estudio totalmente nuevas y clarificadoras. María del Mar Felices, que ha estudiado todos los nuevos títulos otorgados por Felipe V, con un enfoque “macro”, observa las características del conjunto de individuos –algo más de 300– que fueron agraciados con esas mercedes, de los cuales como mínimo un tercio de ellos compraron el título nobiliario.²⁹ De estos últimos, como se ha señalado, en sus títulos de nombramiento desapareció en la mayoría de ellos cualquier referencia al dinero. Sin embargo, un análisis micro de un caso entre esos 300, el del marqués de Dos Fuentes, diversificando la información documental, recurriendo a los protocolos notariales, entre otras fuentes, revela no sólo la ocultación del servicio pecuniario del título –pagó 22.000 ducados al convento de Nuestra Señora del Carmen de Sádava– sino también su verdadera ocupación profesional de comerciante y prestamista a escala local y comarcal.³⁰ Igualmente un cambio de escala a ese enfoque “micro” permite comprobar, en el mismo ámbito de los honores, que un título nobiliario que se concedió en 1702 a Tomás Marín de Poveda, el de marqués de Cañada Hermosa, en realidad no fue por los méritos de éste –Capitán General de Chile entre 1692 y 1700 por compra del puesto– sino por las relaciones de un hermano suyo que servía como capellán de honor del rey, que supo moverse en la cercanía del monarca y de su confesor, el padre Daubenton, y probablemente hacer algún sustancioso regalo o soborno a este último.³¹

En nuestra opinión, es básico combinar ambas perspectivas de análisis, la del grupo y la del individuo, la “macro” y la “micro”, máxime en estudios sobre ventas de cargos y honores, pues el dinero no debía “manchar” nunca el honor de los compradores, para que el resto de la sociedad no tuviera noticia de que ese había sido el mérito que les había proporcionado un cargo, un título nobiliario o un hábito de las órdenes militares. La conjugación de ambas escalas aporta siempre excelentes resultados y perspectivas de análisis complementarias entre sí. Sin embargo, como se deducirá fácilmente, el problema que plantea este método es la absoluta necesidad del trabajo de investigación en equipo, porque difícilmente un historiador solo, aislado, puede afrontar empresa de tal envergadura.

²⁹ María del Mar FELICES DE LA FUENTE, *La nueva nobleza titulada...*, cit.

³⁰ María del Mar FELICES DE LA FUENTE, “Del comercio a la nobleza titulada: la compra del título nobiliario de marqués de Dos Fuentes”, en O. REY CASTELAO y R. J. LÓPEZ (eds.), *El mundo urbano en el siglo de la Ilustración*, vol. II, Santiago de Compostela, 2009, pp. 515-527.

³¹ Francisco ANDÚJAR CASTILLO y Domingo Marcos GIMÉNEZ CARRILLO, “Iglesia, negocios y poder entre América, Madrid y el Reino de Granada en el siglo XVII: Bartolomé Marín de Poveda”, en Francisco ANDÚJAR CASTILLO y Domingo Marcos GIMÉNEZ CARRILLO (eds.), *Riqueza, poder y nobleza: los Marín de Poveda, una historia familiar vista desde España y América*, Almería, 2011, pp. 179-212.

V. La venalidad privada y la documentación notarial

Todo lo expuesto hasta aquí hace mención a las ventas de cargos y honores en el espacio de lo público, o lo que es lo mismo, las que tenían lugar entre el rey y los aspirantes a empleos de la monarquía o a sus preciados títulos honoríficos. Sin embargo, como apuntamos, también hubo un notable mercado privado cuyo origen estuvo en las ventas a perpetuidad, fundamentalmente de empleos que, como cualquier otro elemento patrimonial, se podían transmitir en el propio seno familiar o ser vendidos a un tercero en las mismas condiciones que en la primera adquisición a la monarquía. Como señalamos más arriba, hubo cuantiosas transmisiones privadas de regidurías de los municipios de Castilla, pero apenas conocemos las transacciones que tuvieron lugar en torno a algunos de los principales empleos de la monarquía.

Por otro lado, la monarquía, a excepción de algunas coyunturas, como la que tuvo lugar durante el valimiento del conde duque de Olivares,³² en que sí sabemos que se enajenaron hábitos, no parece que los vendiera directamente, porque entre otras razones temía caer en el delito de simonía.³³ Sin embargo tenemos más que fundados indicios de que hubo un considerable mercado privado de hábitos de las órdenes militares. No a otra cuestión, sino a transferencias privadas, respondieron buena parte de los conocidos “pasos de hábito” – más bien “traspasos” cuando éstos tenían lugar fuera de los círculos familiares – o las licencias regias que permitían a un individuo poner una merced “en cabeza” de otro, casi siempre un ficticio “pariente” que en realidad no era sino quien compraba dicha merced. Tal mercado privado tan sólo es posible rastrearlo mediante una atenta lectura e interpretación de la documentación del Consejo de Órdenes – en especial las cédulas y las licencias “de paso” – y, sobre todo, descendiendo hasta la documentación notarial, así como a las escasas correspondencias privadas que se conservan de los intermediarios especializados en la tramitación de asuntos y “negocios” – los conocidos “agentes de negocios” – en la Corte.

Se trata pues, de analizar la documentación de manera minuciosa, buscando explicaciones, por ejemplo, a los siguientes casos: a que un individuo fuera agraciado con varias mercedes de hábito y todas ellas acabasen

³² Agustín JIMÉNEZ MORENO, “Honores a cambio de soldados, la concesión de hábitos de las Órdenes Militares en una coyuntura crítica: la Junta de Hábitos (1635-1642)”, en Enrique SORIA MESA y Raúl MOLINA RECIO (eds.), *Las élites en la época moderna: la Monarquía española*, vol. II, *Familia y redes sociales*, Universidad de Córdoba, Córdoba, 2009, pp. 155-172; L. P. WRIGHT, “Las Órdenes Militares en la sociedad española de los siglos XVI y XVII. La encarnación institucional de una tradición histórica”, en John H. ELLIOTT (ed.), *Poder y sociedad en la España de los Austrias*, Crítica, Barcelona, 1982, pp. 15-56.

³³ Domingo Marcos GIMÉNEZ CARRILLO, “La venta de hábitos de las Órdenes Militares en el siglo XVII. Entre la ocultación y el delito de simonía”, en Francisco ANDÚJAR CASTILLO y María del Mar FELICES DE LA FUENTE, *El poder del dinero...*, cit., pp. 297-309.

convirtiendo en caballeros de las órdenes de Santiago, Calatrava o Alcántara a una persona ajena a su propia familia; al significado de que, por ejemplo, Tomás González Galeano, viajara a España en 1692 para comprar el empleo de Pagador General de la gente de mar y guerra del presidio de El Callao por la considerable fortuna de 17.000 escudos,³⁴ y que ese mismo año “encontrara” en Madrid a un supuesto “primo segundo”, el capitán Sebastián Velarde, que gozaba de una merced de hábito y que logró de inmediato licencia del rey para “ponerla en cabeza” de su “pariente”,³⁵ consiguiendo de este modo vestir el hábito de caballero de Santiago, y poco después, mediante un nuevo servicio pecuniario de 100.000 reales, titular como marqués de Sotoflorido;³⁶ a determinar qué fue lo que intercambiaron el duque de Veragua y Alonso Dávalos Bracamonte –conde de Miravalle desde 1690 por compra del título³⁷– cuando el primero “señaló” al segundo para una de las dos mercedes de hábito que obraban en su poder desde el año 1688 en que Carlos II se la diera con ocasión “del sitio que pusieron los moros a la plaza de Orán”;³⁸ al significado de que Francisco Rocamora Riquelme “nombrase” en 1694 para una merced de hábito de caballero de Santiago –que supuestamente tenía desde 1643 en que se le concedió por haber servido en el Batallón de Caballería de las Órdenes– a José Antonio Lejarzar Monroy.³⁹

“Poner en cabeza de”, “señalar a”, “nombrar a”, en todos los casos a terceras personas, ajenas por completo al titular de la merced de hábito, sin relación familiar alguna, son términos que no tienen otra interpretación que transacciones privadas entre dos particulares, pues no olvidemos que un hábito de las órdenes militares era uno de los más preciados honores que se podían exhibir en la sociedad del Antiguo Régimen y que tenía un precio tasado en una considerable cantidad que, de promedio, pudo oscilar en torno a los 5.000 ducados aunque hubo algunas mercedes que alcanzaron precios exorbitantes.⁴⁰ Si de esas negociaciones se formalizaron escrituras notariales, los siempre dificultosos y áridos protocolos notariales aguardan al historiador que quiera aventurarse a una investigación que, como vemos, pasa por un nuevo cruce de fuentes documentales, en este caso prácticamente inédito en la historiografía española. Tan sólo en esos registros es posible hallar evidencias de transmisiones privadas, aunque, en el caso de los hábitos de las órdenes militares, tratándose de un bien que podríamos denominar como “no intercambiable” o no “vendible” resulta más complicada

³⁴ AGI, Contaduría (CONT), Leg. 158.

³⁵ Archivo Histórico Nacional (AHN), Órdenes Militares (OOMM), Expedientillo 11406.

³⁶ AGI, CONT, Leg. 163.

³⁷ AGI, México, Leg. 601; AGI, CONT, Leg. 157.

³⁸ AHN, OOMM, Expedientillo 6071.

³⁹ *Ibid.*, Expedientillo 5795.

⁴⁰ Elena POSTIGO CASTELLANOS, *Honor y privilegio en la Corona de Castilla. El Consejo de las Órdenes y los Caballeros de Hábito en el siglo XVII*, Soria, 1988, p. 176.

su investigación. Por el contrario, de las transmisiones privadas de cargos han quedado ininidad de testimonios, porque cada vez que se producía una transferencia, como cualquier otro bien patrimonial, debía quedar escriturada ante el correspondiente escribano.

VI. Dimensiones de la venalidad: hacia una visión integral

Dejando a un lado la problemática de la propia detección de la existencia de operaciones venales en la obtención de un cargo u honor, concluimos con unas reflexiones finales que trascienden el mero ámbito del “mérito pecuniario” y su indagación para centrarnos en las perspectivas de análisis de la venalidad como proceso histórico. De partida, señalemos, que este punto postrero precisaría de por sí un extenso trabajo que, desde luego, excedería los límites de esta aportación. El abanico de posibilidades que abre la investigación sobre la venta de cargos y honores es tan amplio que resulta de todo punto imposible acotarlo en unas cuantas páginas. Sin embargo, creemos oportuno anotar algunas pinceladas, porque en razón a la formulación metodológica que se expone en adelante habrá que construir el propio proceso de investigación, la búsqueda de fuentes documentales, el tratamiento de las mismas y la elaboración del discurso histórico.

Entre los autores que, desde diferentes ópticas, han planteado interesantes reflexiones globales sobre el tema, destacan las de Robert Descimon⁴¹ y Jean Pierre Dedieu.⁴² En mi opinión, cualquier investigación sobre la venta de cargos y honores, amén de los problemas “identificativos” sobre los propios procesos venales expuestos, debería tener en cuenta todas las dimensiones de estudio, es decir, los aspectos sociales, económicos y políticos, entendiéndolos como partes de un proceso global, no como elementos aislados. Y en ese sentido habría que calibrar el problema de las “consecuencias de la venalidad”, entre otras el impacto de un proceso de selección de los agentes de gobierno de la monarquía sustentado en el dinero en comparación con los métodos “no venales”, acerca de los cuales sabemos que, a menudo, se articularon más que en derredor de criterios modernos de capacidad, mérito o experiencia, en razón a la pertenencia de los actores sociales a determinadas redes de poder. En ese sentido, conviene no prejuzgar que el seleccio-

⁴¹ Robert DESCIMON, “La vénalité des offices et la construction de l’État dans la France moderne. Des problèmes de la représentation symbolique aux problèmes du coût social du pouvoir”, en Robert DESCIMON, Jean Frédéric SCHAUB y Bernard VINCENT (eds.), *Les figures de l’administrateur...*, cit., pp. 77-93; “La vénalité des offices comme dette publique sous l’ancien régime français. Le bien commun au pays des intérêts privés”, en Jean ANDREAU, Gérard BÉUR y Jean-Yves GRENIER, *La dette publique dans l’histoire*, París, Comité pour l’histoire économique et financière de la France, 2006, pp. 177-242.

⁴² Jean Pierre DEDIEU y A. ARTOLA RENEDO, “Venalidad en contexto. Venalidad y convenciones políticas en la España moderna”, en Francisco ANDÚJAR CASTILLO y María del Mar FELICES DE LA FUENTE (eds.), *El poder del dinero...*, cit., pp. 25-41.

nado por el “mérito pecuniario” fuese necesariamente peor servidor que el seleccionado por otros mecanismos, ora fuesen estos meritocráticos, ora por la simple pertenencia a una red de poder bien consolidada en los espacios áulicos de decisión.

Nuestra propuesta, enunciada de forma muy sumaria, apresurada, y en forma de interrogantes se estructura a partir de los tres grandes ámbitos enunciados. Los presentamos de forma breve porque no constituyen sino un guión de problemas de investigación, todos ellos condicionados por la disponibilidad de fuentes directas –claramente identificativas de procesos venales– y por la posibilidad de aplicar los mecanismos de análisis indirectos enunciados más arriba.

Comencemos por el plano político-burocrático. Las interrogantes son múltiples pero deben de partir en primera instancia de las razones que legitimaban que la monarquía pusiese en venta cargos u honores. Por lo general, siempre subyacieron las necesidades generadas por una contienda bélica, pero se debe indagar acerca del destino final del dinero, es decir, si se aplicó finalmente a esa guerra o a otros gastos de la monarquía. Por lo que hemos podido comprobar para la monarquía hispánica, las urgentes demandas de numerario cada vez que se abría una guerra hacían que el dinero obtenido de las ventas de empleos se aplicase de inmediato a esos gastos. Pero no siempre fue así sino que en otras ocasiones se aplicó a la financiación de las Casas Reales o al “Bolsillo secreto” del rey, e incluso para nutrir los conocidos “Gastos Secretos” del soberano.⁴³

Por otro lado, resulta capital el análisis del cómo y quiénes enajenaban los cargos y honores. Anotamos como esencial esta cuestión por las implicaciones de todo orden que tiene, sobre todo desde el plano político, por cuanto interesa conocer los agentes que mediaban en las ventas, el poder que la monarquía había delegado en ellos, y su capacidad de negociación, tanto en el precio como en el control sobre la “calidad” social y profesional de los compradores. En el fondo, lo que estaba en juego en estas cuestiones era poder determinar hasta qué punto el rey cuando emprendía una operación venal, fuese del calado que fuese, delegaba su poder soberano –o una parte del mismo– en intermediarios que iban a ser, a la postre, los que finalmente acabarían nombrando a un individuo para un determinado puesto o elevándole hasta la cúspide de la pirámide social al concederle un título nobiliario. Se trata pues de analizar si las ventas, a pesar de ser una manifestación más del absolutismo, no suponían en paralelo una fisura del mismo, o una expresión más de lo que se ha dado en denominar como “absolutismo imperfecto”.⁴⁴

⁴³ David SEIZ RODRIGO, *La disimulación honesta: los gastos secretos en el reinado de Felipe IV: entre la razón de Estado y la merced cortesana*, Ediciones Endymión, Madrid, 2010.

⁴⁴ Francisco ANDÚJAR CASTILLO, “The venality...”, cit.

El proceso de venta tenía muchas aristas más. Responder a la pregunta de cómo se vendía tiene tantas implicaciones como tratar de determinar cómo funcionaban las redes de información sobre las “mercancías en venta”, o lo que es lo mismo cómo individuos tan alejados de la Corte como los que residían en Cuzco o en Sinaloa tenían conocimiento de todos los resortes necesarios para llegar hasta los “puntos de venta” de empleos u honores. A tal efecto, es fundamental el estudio de la “dirección” de las empresas venales y del poder decisorio último para aceptar o rechazar la oferta de un potencial comprador, pues en los procesos de negociación de los precios y condiciones de disfrute de los cargos casi siempre se llegaba a una etapa final de “allanamiento” que venía a ser la aceptación de una de las partes de las condiciones pactadas tras varias ofertas y contraofertas.

Por otro lado, el conjunto del procedimiento de tramitación burocrática de la compra de un cargo u honor es esencial para determinar el complejo recorrido de una operación venal hasta que fructificaba. Los agentes intervinientes, burócratas, mediadores, financieros privados en su caso, tesoreros, etcétera, resultaban fundamentales, por cuanto no sólo debían estar al tanto de todos los asuntos sino porque, además, algunos de ellos eran los encargados de ocultar, cuando así se había pactado, el sonido del dinero en la obtención de un cargo u honor.

Cuestiones no menos relevantes tenían que ver con la propia “economía” de las operaciones venales. Con ser importante –y al tiempo complejo– el tema de los precios, porque fluctuaban no sólo en función de la demanda sino de las condiciones negociadas para el ejercicio de los cargos, más trascendente es el análisis del período de amortización del dinero invertido por parte de los compradores, aspecto esencial, sobre todo para los cargos temporales en los que resulta más fácil medir las diferencias entre el salario a obtener y el capital invertido en un empleo. Aunque sabemos muy bien que quien adquiriría un cargo no compraba sólo un salario sino el prestigio y honor inherente a su desempeño –y ese capital inmaterial es prácticamente imposible cuantificarlo–, un estudio de las diferencias permitiría determinar las ganancias del bien adquirido, y en particular si se hacía un uso corrupto del mismo, cual sucedió en América con los cargos políticos que se beneficiaron –vendieron por un tiempo– entre 1674 y 1750, e incluso antes de esa primera fecha cuando fueron enajenados directamente por los virreyes para su beneficio personal.

En ese mismo apartado económico de las ventas, las formas de pago –en metálico o en especie, al contado o a plazos– o el análisis del volumen de dinero que aportaron a la hacienda regia en relación a otros medios extraordinarios de financiación o al conjunto de ingresos de la monarquía, son algunas cuestiones más de una larga nómina que tiene que ver con la dimensión cuantitativa y material de las ventas de cargos y honores.

El objeto a enajenar, ya fuese un cargo o un honor, debería constituir otro eje capital de estudio, teniendo siempre en cuenta dos cuestiones

fundamentales: el tiempo durante el cual se iba a desempeñar un empleo adquirido y las condiciones de disfrute del mismo. Más arriba señalamos las tipologías de empleos enajenados de forma temporal, vitalicia, plurivitalicia o a perpetuidad, así como las enormes diferencias que existían entre que fueran de gobierno municipal o de la alta administración de la monarquía. Su impacto sobre los precios no requiere más comentario que señalar que, mientras los primeros cotizaban a unos pocos miles de reales, los segundos, enajenados a perpetuidad, solían cotizar a decenas de miles de ducados. Por lo que hace a las condiciones de ejercicio, en el caso de los oficios vendidos a perpetuidad, el interés de su estudio deviene no sólo de su incidencia sobre los precios finales sino, sobre todo, del grado de pérdida de potestad del monarca sobre la titularidad de los oficios enajenados y las futuras sucesiones de los mismos.

Queda por analizar la venalidad desde el otro lado, desde la perspectiva de los compradores. La historia de los grupos sociales con poder económico para comprar cargos es, en cierto modo, la historia de gentes ávidas de servir al rey en puestos que proporcionaran, además del salario, los honores vinculados al ejercicio de determinados cargos. Por supuesto, la compra directa de mercedes honoríficas –hidalgúas, hábitos, títulos nobiliarios, honores de empleos cortesanos, honores de empleos de la administración– era la vía más directa para lograr esa movilidad social que casi siempre estaba en el fondo de las inversiones monetarias en cargos. Identificar los grupos sociales que compraban, sus orígenes, sus objetivos, es sin duda una de las tareas más interesantes con las que se enfrenta el historiador de estos procesos. Al respecto, merecería una investigación monográfica delimitar hasta qué punto determinadas inversiones en cargos proporcionaron a muchos individuos más rentabilidad social que económica.⁴⁵

Resta finalmente hacer referencia al problema de las consecuencias de las ventas de cargos y honores. Por lo que hace a estos últimos es sobradamente conocido en España el problema suscitado por la “inflación de honores” que, como consecuencia de su venta masiva y de su adquisición por parte de individuos de grupos en ascenso, alejados de la aristocracia tradicional, provocó una más que notable depreciación de su valor social. Más complejo es, desde luego, el problema de las consecuencias de las ventas de cargos de la administración de la monarquía en comparación con otros métodos de selección de los agentes de gobierno. De nuevo, una metodología comparada se impone para tratar de observar si un procedimiento venal fue más negativo o no que la aplicación por parte de la monarquía de criterios basados en la antigüedad o en el favor dispensado a un individuo por las redes de relaciones de patronazgo y clientelismo. El impacto sobre las insti-

⁴⁵ El ejemplo más elocuente se registra en el ejército español del siglo XVIII, donde muchos compradores de empleos militares al poco tiempo de realizar su inversión se hacían con un hábito de las órdenes militares. Vid. FRANCISCO ANDÚJAR CASTILLO, *El sonido del dinero...*, cit.

tuciones –paralización del escalafón, por ejemplo– y sobre la eficacia de las mismas en tiempos de fuerte peso de la venalidad, es otra materia digna de estudio, aunque no exenta de dificultades.

Esta apresurada nómina de cuestiones no es sino una mínima relación de posibles enfoques de una investigación, marcados por la complejidad derivada de la propia identificación de los procesos venales y de lo que conceptuamos como “venta”, tanto en un plano jurídico como económico. Si a ello añadimos una dimensión social, en la que el dinero actúa como una dinámica palanca de movilidad social ascendente, más un plano político, sobre lo que interpretamos como un poder absoluto del soberano que nombra a anónimos servidores, o que privatiza algunas parcelas de su entramado de gobierno, podemos asegurar que estamos ante uno de los ámbitos historiográficos más apasionantes de investigación.

VENTA Y BENEFICIO DE CARGOS EN LA ESPAÑA MODERNA: CONSIDERACIONES EN TORNO AL CONCEPTO DE VENALIDAD *

MARÍA DEL MAR FELICES DE LA FUENTE
Universidad de Almería

Desde que a finales de la década de los años sesenta y comienzos de los setenta dos clásicos de la historiografía española, Antonio Domínguez Ortiz y Francisco Tomás y Valiente,¹ iniciaran sus estudios relativos a la venalidad de cargos en la España de la Edad Moderna, los trabajos sobre esta materia han aumentado paulatinamente hasta experimentar una proliferación signi-

* El presente estudio se ha realizado en el marco del Proyecto de Investigación de I+D *Venalidad de cargos y honores en la España del siglo XVIII* (HAR2008-03180) financiado con fondos FEDER por el Ministerio de Ciencia e Innovación.

¹ Entre sus trabajos destacan: Antonio DOMÍNGUEZ ORTIZ, “La venta de cargos y oficios públicos en Castilla y sus consecuencias económicas y sociales”, en *Instituciones y Sociedad en la España de los Austrias*, Barcelona, Ariel, 1985, pp. 146-183; “La venta de cargos y oficios públicos”, en *Política fiscal y cambio social en la España del siglo XVII*, Madrid, Instituto de Estudios Fiscales, 1984, pp. 171-190; “Un virreinato en venta”, en *Mercurio Peruano*, XLIX, n° 453 (1965), pp. 43-51; Francisco TOMÁS Y VALIENTE, *La venta de oficios en Indias (1492-1606)*, Madrid, Instituto de Estudios Administrativos, 1972; “Origen bajomedieval de la patrimonialización y enajenación de oficios públicos en Castilla” en *Actas del I Symposium de Historia de la Administración*, Madrid, Instituto de Estudios Administrativos, 1970, pp. 125-159; “Ventas y renunciaciones de oficios públicos a mediados del siglo XVII”, en *Actas del IV Congreso del Instituto Internacional de Historia del Derecho Indiano*, México, Universidad Nacional Autónoma de México, 1976, pp. 725-753; “Ventas de oficios públicos en Castilla durante los siglos XVII y XVIII”, en *Gobierno e Instituciones en la España del Antiguo Régimen*, Madrid, Alianza Editorial, 1982, pp. 151-177; “La venta de oficios de regidores y la formación de oligarquías urbanas en Castilla (siglos XVII y XVIII)”, en *Historia, Instituciones, Documentos*, n° 2 (1975), pp. 525-547; “Opiniones de algunos juristas clásicos españoles sobre la venta de oficios públicos”, en *Filosofía y derecho: estudios en homenaje a José Corts Grau*, Valencia, Universidad de Valencia, Secretariado de Publicaciones, 1977, pp. 627-649; “Ventas de oficios y neofeudalismo”, en *Estudios en recuerdo de la profesora*

ficativa en los últimos años.² No obstante, pese a los avances conseguidos, todavía carecemos hoy de estudios monográficos que definan, entre otras cuestiones, las formas de venta que existieron, las tipologías de los cargos que se enajenaron, los espacios –públicos o privados– donde estos se vendieron, los mecanismos de compra –directos o indirectos–, las formas de pago –en metálico o en especie–, el destino del dinero de las ventas, quiénes mediaron en estas operaciones, quiénes fueron los adquirientes, cómo funcionaron –cuando existieron– los controles institucionales y sociales sobre los compradores de cargos, o cómo se legitimaron las ventas.

Evidentemente, quedan muchos aspectos relacionados con la venalidad por investigar todavía, si bien más importante si cabe que el conocimiento de todos ellos resulta la necesidad de definir exactamente qué fue *venalidad* en el Antiguo Régimen, y qué prácticas pueden considerarse *venales*, en aras a llevar a cabo nuevas investigaciones. Así lo ha puesto de manifiesto recientemente Roberta Stumpf, cuando afirma que es necesario “atribuir un sentido a este concepto para que los indicios que eventualmente podamos encontrar sean correctamente analizados”.³ Señala la misma autora que mientras la historiografía portuguesa y brasileña han sido mucho más restrictivas a la hora de emplear el término “venalidad” –utilizándolo sólo cuando el dinero, y sólo este, había sido fundamental para la obtención de un cargo–, la historiografía española, en contraposición, lo ha utilizado de una forma mucho más extensa, considerando venalidad cualquier operación en la que se consiguió un empleo tras la entrega de un servicio pecuniario,⁴ independientemente de si en el intercambio intervinieron más factores como

Sylvia Romeo Alfaro, II, Valencia, Universidad de Valencia, 1989, pp. 987-1000; “La formación del Estado y la venta de oficios”, en Aquilino IGLESIA FERREIRÓS y Sixto SÁNCHEZ-LAURO PÉREZ (coords.), *Centralismo y autonomismo en los siglos XVI-XVII: homenaje al profesor Jesús Lalinde Abadía*, Barcelona, Publicacions i Edicions de la Universitat de Barcelona, 1990, pp. 387-399.

² Los estudios sobre venalidad son numerosos, por lo que remitimos a la bibliografía contenida en el monográfico que la revista *Chronica Nova* dedicó hace unos años a estos aspectos: *Venalidad de cargos y honores en la España Moderna*, n° 33 (2007). También puede consultarse la bibliografía inserta en las monografías más recientes sobre el tema: Francisco ANDÚJAR CASTILLO, *Necesidad y venalidad, España e Indias, 1704-1711*, Madrid, Marcial Pons, 2008; Ángel SANZ TAPIA, *¿Corrupción o necesidad? La venta de cargos de gobierno americanos bajo Carlos II (1674-1700)*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2009; Francisco ANDÚJAR CASTILLO y María del Mar FELICES DE LA FUENTE (eds.), *El poder del dinero. Ventas de cargos y honores en la España del Antiguo Régimen*, Madrid, Biblioteca Nueva, 2011.

³ Cf. en Roberta Giannubilo STUMPF, “Venalidad de oficios en la monarquía portuguesa: un balance preliminar”, en Francisco ANDÚJAR CASTILLO y María del Mar FELICES DE LA FUENTE (eds.), *El poder del dinero...*, cit., p. 338.

⁴ Entendemos por *servicio pecuniario* el desembolso de una cantidad determinada de dinero que implicó la consecución de un cargo u honor –con carácter temporal, vitalicio o perpetuo–, de modo inmediato y por obligación contractual, siendo la inversión de caudal el mérito determinante, y no otro, en la obtención de la merced. Por su parte, el servicio pecuniario pudo realizarse en metálico, o bien en especie, es decir, sufragando con el dinero pagado servicios igualmente requeridos por la Corona como fueron, entre otros, la formación de unidades militares de nueva leva o el suministro de caballos.

la posesión, por parte del adquirente, de otros méritos o servicios. Esta diferente concepción acerca de qué considerar venalidad o no, dificulta bastante los estudios comparativos entre países, por lo que es sumamente necesario que se establezcan criterios unitarios, sobre todo ahora que la investigación portuguesa y brasileña sobre estos temas se encuentra en sus albores.

Ciertamente, hemos de señalar que la proliferación de estudios en la historiografía española relativos a la venta de cargos en los diferentes territorios de la monarquía hispánica, no ha corrido en paralelo a la producción de trabajos que analicen el concepto de venalidad y su relación con los diversos aspectos que delimitaron sus contornos y estructuraron sus modalidades, como son, entre otros, el derecho positivo, el servicio, el mérito, la gracia, el dinero, los mecanismos de herencia, u otros.⁵ En relación a algunas de estas cuestiones ha reflexionado Jean Pierre Dedieu, quien ha definido cuándo el intercambio monetario fue considerado *mérito* o *venta* en base a su uso. El autor distingue, de acuerdo con los últimos estudios de Laurence Fontaine,⁶ entre dos intercambios monetarios que estuvieron en planos distintos y que tuvieron una consideración social dispar: el *Intercambio Aristocrático*, cuando el dinero, dado normalmente en forma de préstamo, se entendió como un servicio –signo de una relación personal entre quien da y quien recibe– que se hacía sin ánimo de lucro ni de devolución, sin esperar nada a cambio de forma inmediata, y en señal de amistad; y el *Intercambio Mercantil*, mediante el cual se desembolsaba dinero para recibir algo a cambio.⁷ La relación de inmediatez entre lo que se daba y lo que se recibía sería la clave para diferenciar con respecto a la venalidad lo que fue mérito y lo que fue venta. En consecuencia, *venta* sería la entrega de dinero a cambio de la inmediata concesión de un cargo u honor por obligación contractual, que implicaba la devolución del dinero en caso de incumplimiento,⁸ mientras que *mérito* fue el donativo o préstamo que se hacía a la Corona –sin plazo fijo de devolución e idealmente sin intereses, o bien con intereses y plazos, pero prorrogables–, cuya contrapartida implicaba la obtención de toda clase de recompensas, siendo éstas otorgadas transcurrido un tiempo y sin obligación explícita por parte del soberano, quien las concedía porque quería.

⁵ Cf. en Jean Pierre DEDIEU, “Acercarse a la «venalidad»”, en Francisco ANDÚJAR CASTILLO y María del Mar FELICES DE LA FUENTE (eds.), *El poder del dinero...*, cit., p. 19. En este trabajo el autor hace un balance de los aspectos de la venalidad que aún quedan por abordar.

⁶ Laurence FONTAINE, *L'économie morale. Pauvreté, crédit et confiance dans l'Europe préindustrielle*, París, Ed. Gallimard, 2008. Especialmente, pp. 224-254.

⁷ Vid. Jean Pierre DEDIEU y Andoni ARTOLA RENEDO, “Venalidad en contexto. Venalidad y convenciones políticas en la España moderna”, en Francisco ANDÚJAR CASTILLO y María del Mar FELICES DE LA FUENTE (eds.), *El poder del dinero...*, cit., pp. 33-34.

⁸ Que el dinero abonado pudiera ser recuperado por el comprador o por la familia del mismo en caso de no tomar posesión del empleo adquirido, fue una de las cláusulas que solían incluirse en los contratos de venta de cargos. Vid. Francisco ANDÚJAR CASTILLO, “Los contratos de venta de empleos en la España del Antiguo Régimen”, en Francisco ANDÚJAR CASTILLO y María del Mar FELICES DE LA FUENTE (eds.), *El poder del dinero...*, cit., p. 71.

Junto a los aspectos enunciados, otra de las cuestiones poco tratadas con respecto a la venalidad ha sido el problema de la frontera entre ésta y la corrupción, tema que ha sido considerado recientemente por algunos autores como Francisco Andújar o Michel Bertrand.⁹ El primero, en su obra *Necesidad y venalidad*, considera que la venalidad, como resultado de las urgencias impuestas por la situación de crisis económica en que se encontraba la monarquía durante la guerra de Sucesión, no respetó los canales habituales y establecidos para la venta de cargos practicada desde decenios anteriores por el rey, lo que dio paso a modalidades de enajenación, promovidas por la propia monarquía, que han sido interpretadas como indicios de corrupción.¹⁰ Por su parte, Michel Bertrand ha dedicado un reciente estudio a identificar lo que puede considerarse corrupción en las sociedades del Antiguo Régimen, así como a reflexionar sobre cómo abordarla, evitando el peligro de caer en el anacronismo y analizar el hecho desde una visión actual.¹¹

Tampoco se conoce mucho sobre las consecuencias que tuvo la venalidad como sistema de acceso a un empleo, en sustitución a largos años de servicio. Sabemos que el dinero funcionó como un mérito más para la obtención de un cargo, de eso no cabe duda, pero es cierto que no en todos los casos el *servicio pecuniario* a cambio de un puesto fue valorado de la misma manera o aceptado por el grupo de iguales. El rechazo fue mayor cuando quien adquirió un empleo no perteneció al grupo de poder de un lugar determinado. Como señaló Robert Descimon, en la venta de cargos existieron tres etapas: la *provisión*, por la que el soberano, previo pago de un monto determinado, transfería el oficio; el *juramento*, mediante el cual se transfería el oficio al comprador, y la *recepción*, por la cual los compañeros del agraciado lo reconocían como uno más del grupo del que a partir de entonces formaría parte¹². Esta última etapa era fundamental, por cuanto implicaba el recono-

⁹ El autor ha estudiado la corrupción en relación al mundo de la Real Hacienda novohispana de los siglos XVII y XVIII. Vid. Michel BERTRAND, *Grandeur et misère de l'office. Les officiers de finances de Nouvelle-Espagne, XVII^e-XVIII^e siècles*, París, Publications de la Sorbonne, 1999, pp. 27 y ss. Para el caso americano resultan igualmente interesantes, entre otros, los trabajos de Horst PIETSMANN, "Burocracia y corrupción en Hispanoamérica colonial. Una aproximación tentativa", en *Nova Americana*, n^o 5 (1982), pp. 11-37; "Corrupción en las Indias españolas: revisión de un debate en la historiografía sobre Hispanoamérica colonial", en Manuel GONZÁLEZ JIMÉNEZ et al., *Instituciones y corrupción en la historia*, Valladolid, Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico, Universidad de Valladolid, 1998, pp. 31-52.

¹⁰ Francisco ANDÚJAR CASTILLO, *Necesidad y venalidad...*, cit., pp. 315 segs.

¹¹ Michel BERTRAND, "Viejas preguntas, nuevos enfoques: la corrupción en la administración colonial española", en Francisco ANDÚJAR CASTILLO y María del Mar FELICES DE LA FUENTE (eds.), *El poder del dinero...*, cit., pp. 46-62.

¹² Cf. en Robert DESCIMON, "La venalité des offices et la construction de l'État dans la France moderne. Des problèmes de la représentation symbolique aux problèmes du coût social du pouvoir", en Robert DESCIMON, Jean-Frédéric SCHAUB y Bernard VINCENT (eds.), *Les figures de l'administrateur. Institutions, réseaux, pouvoirs en Espagne, en France et au Portugal 16^e-19^e siècle*, Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1997, p. 79.

cimiento del comprador como un miembro más del cuerpo en el que ingresaba. Sin embargo, lo que hacía inaceptable la venta era que el adquirente no perteneciera a la elite política, lo que podía provocar que el grupo no lo aceptase como parte del mismo.¹³ Esta circunstancia pone de manifiesto que a pesar de que el dinero podía elevar socialmente a aquellos que hacían uso de él para obtener cargos, también tuvo sus límites. Un caso significativo al respecto es el que protagonizó Miguel Pavón Fuentes –marqués de Casa Pavón en 1704¹⁴–, natural de Morón de la Frontera (Sevilla), quien gozaba de un importante poder económico merced a la propiedad de tierras,¹⁵ que le permitió promocionar socialmente hasta formar parte de la Real Maestranza de Granada (1695),¹⁶ ocupar un puesto de alguacil mayor del Santo Oficio de Sevilla (1699),¹⁷ y convertirse en señor de Mochales (Guadalajara), Moral de Calatrava (Ciudad Real), y Casa Bermeja (Málaga)¹⁸. Prosiguiendo con su ascenso, a comienzos del siglo XVIII Miguel Pavón Fuentes trasladó su centro de actuación a Jerez de la Frontera (Cádiz), donde pretendió reforzar su posición social mediante la compra de una veinticuatría que había salido a subasta pública. La adquisición del cargo sí se hizo efectiva, en 1702, tras el pago de 2.100 ducados, pero no su ingreso en el cabildo municipal de la ciudad, pues el resto de veinticuattros se opusieron a ello, por no pertenecer el referido Miguel Pavón a la elite de poder jerezana.¹⁹

Al hilo de las consecuencias que tuvo la venalidad, y teniendo en cuenta el peso que llegó a ejercer en determinadas coyunturas, algunos historiadores han reflexionado además en torno al absolutismo regio y al poder efectivo que tuvo el soberano en periodos especialmente venales.²⁰ Desde

¹³ Jean Pierre DEDIEU y Andoni ARTOLA RENEDO, “Venalidad en contexto...”, cit., pp. 35-36.

¹⁴ Obtuvo el título nobiliario junto al grado de coronal tras levantar un regimiento de 500 hombres. Archivo General del Ministerio de Justicia (AGMJ), Leg. 213-1, Exp. 1891.

¹⁵ Vid. Francisco Javier GUTIERREZ NÚÑEZ, “El marquesado de Pilares. Herencia de linajes moronenses (siglo XVIII-XX)”, en Juan Diego MATA MARCHENA (coord.), *Actas de las VI Jornadas de Temas Moronenses, 29 de septiembre al 3 de octubre de 2003*, Morón de la Frontera, FFV, 2005, pp. 338-339.

¹⁶ Cf. en Enrique SORIA MESA, “Ascenso social y legitimación en la Granada moderna: la Real Maestranza de Caballería”, en Inés GÓMEZ GONZÁLEZ y Miguel Luis LÓPEZ-GUADALUPE MUÑOZ (eds.), *La movilidad social en la España del Antiguo Régimen*, Granada, Editorial Comares, 2007, p. 176.

¹⁷ Cf. en Jesús Manuel GONZÁLEZ BELTRAN, *Honor, riqueza y poder: Los Veinticuattros de Jerez de la Frontera en el siglo XVIII*, Jerez, Servicio de Publicaciones, Ayuntamiento de Jerez, 1997, p. 101.

¹⁸ Cf. en Francisco Javier GUTIERREZ NÚÑEZ, “El marquesado de Pilares...”, cit., p. 339.

¹⁹ La veinticuatría fue destinada entonces a formar parte de la dote de su hija, Micaela Pavón Fuentes, quien en 1712, tras recibir su valor en metálico, la renunció a favor de su hermano, Fernando Pavón Fuentes. Vid. Jesús Manuel GONZÁLEZ BELTRAN, *Honor, riqueza y poder...*, cit., pp. 107 y 144.

²⁰ Véanse al respecto, entre otros trabajos, las recientes páginas que el Dr. Francisco Andújar Castillo ha dedicado a reflexionar sobre la relación entre venalidad y absolutismo. En ellas se incluyen además referencias bibliográficas sobre otros estudios que han abordado el

que hace casi tres décadas Antonio Domínguez Ortiz definiera las ventas de cargos, en el ámbito municipal, como “una manifestación más del creciente peso del Estado”,²¹ numerosos autores se han sumado a esta opinión, si bien han surgido interpretaciones contrapuestas que consideran que la venta de oficios recortó la capacidad de acción de la monarquía a la vez que cedió competencias y poderes a los concejos. Existen también posturas intermedias que creen que la venalidad, aún siendo expresión máxima del absolutismo regio, puede convertirse asimismo en un claro reflejo de debilidad del propio sistema,²² planteamiento que está en sintonía con algunos estudios recientes que han matizado el significado que se le ha dado hasta al momento al concepto de “absolutismo”. Tal es el caso de los trabajos de Mark Potter –quien habla del “absolutismo imperfecto”, y precisa que esta forma de gobierno no siempre consistió en la imposición de la voluntad del rey o del modelo centralizado de poder político– y William Beik para el caso francés, o de Joaquim Albareda para el caso español.²³ Como afirma Francisco Andújar, en España, las formas de consenso con las ciudades a la hora de negociar las contribuciones fiscales de éstas, la negociación con el reino a través de las Cortes, o la permanente colaboración en el reclutamiento de las elites, los poderes intermedios, o la nobleza, por ejemplo, serían algunas muestras de la “imperfección” que señalaba Potter, y de la necesaria colaboración de ciertos sectores sociales que precisaba el poder “absoluto” del monarca.²⁴ Por tanto, la venalidad sería una forma más de “colaboración” con el soberano, por parte de quienes disponían de caudales suficientes como para invertir en la compra de cargos, tal y como sostiene el mismo autor. De este modo, según los planteamientos de Irving A. A. Thompson, la Corona conseguiría además integrar a las elites locales dentro del sistema político de la monarquía.²⁵ En cualquier caso, como puede derivarse de lo expuesto, la

tema. Vid. Francisco ANDÚJAR CASTILLO, “Los contratos de venta de empleos...”, cit., pp. 79-82; y “La venalidad de los cargos y honores en España y América en el siglo XVIII” (en prensa). Agradezco al autor su generosidad por permitirme la consulta del texto antes de ver la luz impresa.

²¹ Cf. en Antonio DOMÍNGUEZ ORTÍZ, *Política fiscal y cambio social en la España del siglo XVII*, Madrid, Instituto de Estudios Fiscales, 1984, p. 183.

²² Francisco ANDÚJAR CASTILLO, “La venalidad de los cargos y honores...”, cit. (en prensa). Como asegura el propio autor, la venta de cargos públicos sería “una expresión de la debilidad del poder absoluto de un monarca que, por dinero, se plegaba ante las numerosas cláusulas que se pactaban en los contratos cada vez que se vendían cargos, en especial, los que tenían el carácter de perpetuos”, ya que estos cargos serían privatizados por los compradores, quienes a su vez podrían revenderlos, escapando así, del control real, los sucesivos nombramientos en el puesto enajenado. No obstante, al mismo tiempo, la propia facultad que tenía el rey de nombrar agentes de la monarquía por dinero, sería una clara muestra de su extenso poder.

²³ Vid. Francisco ANDÚJAR CASTILLO, “Los contratos de venta de empleos...”, cit., p. 80.

²⁴ *Ibid.*

²⁵ Irving A. A. THOMPSON, “Patronato real e integración política en las ciudades castellanas bajo los Austrias”, en José Ignacio FORTEA PÉREZ (ed.), *Imágenes de la diversidad. El mundo urbano en la Corona de Castilla (s. XVI-XVIII)*, Cantabria, Universidad de Cantabria, Asamblea Regional de Cantabria, D.L., 1997, pp. 475-496.

venalidad entrañaría una doble faz, pues como expone María López Díaz, en ella: “se da la paradoja de que puede ser considerada como un mecanismo que debilita la monarquía, restándole capacidad de intervención en dichos ámbitos, pero también como un mecanismo que refuerza su penetración en el territorio y ámbito local”.²⁶

Además de los elementos señalados, y centrándonos ya en el tema que nos ocupa, uno de los principales debates que se ha generado en los últimos años en torno a la venalidad, ha sido, sin duda, la consideración de este término, por parte de algunos historiadores, como algo distinto al “beneficio”.²⁷ Según estos autores no todos los cargos que fueron dados por precio pueden considerarse cargos venales, pues los llamados “cargos beneficiados” serían algo diferente a los “cargos vendidos”, y por tanto, estarían fuera de lo que tradicionalmente se ha considerado *venalidad*, es decir, la obtención de un cargo por dinero –dado en metálico o en especie–, siendo éste el mérito principal para recibir un nombramiento.²⁸

Esta diferenciación entre cargos “beneficiados” y “vendidos” fue planteada por primera vez en la década de los años setenta del siglo pasado por un sector de historiadores americanistas, entre los que destacan Alberto Yali Román y Fernando Muro Romero, quienes entendieron que el “beneficio” de cargos suponía que la Corona percibía un provecho o beneficio adicional –económico– por el desempeño de sus normales funciones de nominar individuos para determinados cargos, lo cual no implicaba la venta propiamente dicha del cargo, ya que el comprador no adquiría la propiedad del mismo, como sí ocurría cuando se enajenaban regidurías, escribanías u otros cargos “verdaderamente vendibles”.²⁹ En este mismo sentido se pronunció también Tamar Herzog, quien señaló que el término “beneficio” se empleaba para distinguir los oficios “beneficiados” de los “vendibles y renunciables”, puesto

²⁶ Cf. en María LÓPEZ DÍAZ, “Enajenación de oficios y gobierno de los pueblos: las ciudades gallegas en el siglo XVII”, en FRANCISCO JOSÉ ARANDA PÉREZ (COORD.), *La declinación de la Monarquía Hispánica en el siglo XVII. Actas de la VII Reunión Científica de la Fundación Española de Historia Moderna*, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2004, p. 722.

²⁷ No debemos confundir el término “beneficio” que aquí empleamos con el “beneficio eclesiástico”, que consistía en un conjunto de derechos y emolumentos que obtenía un eclesiástico de un oficio o de una fundación o capellanía. En consecuencia, debe entenderse el sentido de “beneficio” como la obtención de un empleo o cargo mediante el desembolso de una cantidad determinada de dinero.

²⁸ Este es el significado que ya se le daba al término según el *Diccionario de Autoridades*, publicado en 1726. *Venalidad* significaba exactamente: “La aptitud de ser vendida alguna cosa, o el vicio del cohecho con dinero”. En cuanto al significado de *venal*, se definía como: “lo mismo que vendible o expuesto a la venta”, y, en otra acepción, se aplicaba “al sujeto que se deja corromper con dádivas, o dinero”. *Diccionario de Autoridades*, Madrid, 1739, T. VI, p. 493.

²⁹ Alberto YALÍ ROMÁN, “Sobre alcaldías mayores y corregimientos en Indias. Un ensayo de interpretación”, en *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikaa (Anuario de Historia de América Latina)*, n° 9 (1972), p. 34. Vid. además Fernando MURO ROMERO, “El beneficio de oficios públicos con jurisdicción en Indias. Notas sobre sus orígenes”, en *Anuario de Estudios Americanos*, n° 35 (1978), pp. 1-67.

que el “beneficio” de un cargo sólo adjudicaba su ejercicio por un tiempo determinado, sin dar al adquirente ningún derecho patrimonial sobre el mismo.³⁰ La venta, en cambio, supondría una transacción entre la Corona y el comprador, que adquiriría a perpetuidad un empleo con facultad incluso de transmitirlo por herencia o volverlo a enajenar a un tercero. En consecuencia, los cargos “beneficiados” no otorgarían derechos patrimoniales sobre los mismos a sus compradores, mientras que los “vendidos” sí supondrían un bien privado del adquirente.³¹ Esta vinculación entre “venta” y “propiedad”, según Francisco Andújar, quedó sustentada para el caso americano en los llamados oficios “vendibles y enajenables”, los cuales se vendieron con carácter de perpetuos, en su gran mayoría, en el propio territorio indiano. En contraposición estarían los oficios “beneficiados” que implicaban el desempeño temporal de un cargo por espacio de tres u ocho años –dependiendo del tipo de cargo–, si era una alcaldía mayor o un gobierno, o bien, durante una vida, si se trataba de una magistratura de justicia o un empleo de hacienda.³²

Más recientes aún son los planteamientos que en esta misma línea ha argumentado uno de los principales estudiosos del “beneficio” de cargos en América, Ángel Sanz Tapia, quien mantiene que no es correcto identificar “beneficio” con “venta” por cuanto “los oficios beneficiados lo eran temporalmente y además reunían distintas condiciones que los oficios vendibles”.³³ En una de sus últimas publicaciones ha definido el término “beneficio” como: “la entrega de un dinero, donado o prestado, a la Real Hacienda para obtener el nombramiento de un cargo que conlleva potestad judicial, de modo que la transacción se justifica como un servicio económico hecho al Rey”.³⁴ En consecuencia, según este autor, el concepto de “beneficio” se aplicaría tan sólo a los cargos que se ejercieron de forma temporal y que incluyeron administración de justicia.

Para simplificar, podemos aseverar que, según los historiadores que mantienen la distinción entre “venta” y “beneficio”, las diferencias básicas entre ambos significados estarían en que son dos conceptos jurídicos diferentes, y en la distinta duración del ejercicio del cargo, pues mientras la

³⁰ Tamar HERZOG, *La administración como un fenómeno social: la justicia penal de la ciudad de Quito (1650-1750)*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 1995, p. 54.

³¹ Otra autora que ha insistido en esta diferenciación, basándose en que los empleos del ejército “beneficiados” conferían a sus titulares el derecho de ejercerlos de forma vitalicia, pero no su propiedad, ha sido María López Díaz. Vid, María LÓPEZ DÍAZ, “Los hispanistas franceses y su influencia en la historiografía modernista española. Estado e instituciones peninsulares”, en *Mediterránea. Recherche Storiche*, nº 6 (2009), p. 253.

³² Vid. Francisco ANDÚJAR CASTILLO, “Los contratos de venta de empleos...”, cit., pp. 63-68.

³³ Esta idea se repite en diversas publicaciones del autor. Vid., entre otras, Ángel SANZ TAPIA, “Canarios en cargos políticos americanos (1670-1700)”, en Francisco MORALES PADRÓN (coord.), *XIII Coloquio de Historia Canario-Americana. VIII Congreso Internacional de Historia de América (AEA)*, Las Palmas de Gran Canaria, Cabildo de Gran Canaria, 2000, pp. 2558-2574.

³⁴ Cf. en Ángel SANZ TAPIA, *¿Corrupción o necesidad?...*, cit., p. 53.

“venta” comportaba la propiedad perpetua del oficio adquirido, el “beneficio” implicaba el desempeño del mismo de forma temporal, y debía incluir además, según las afirmaciones de Ángel Sanz Tapia, la administración de justicia. Recientemente, algunos trabajos del profesor Francisco Andújar, aunque han aceptado la diferenciación jurídica entre beneficio y venta, han refutado parte de estas afirmaciones y han puesto de manifiesto que la distinción entre estos dos términos no es más que una separación artificial, “pues ambos conceptos definen una misma realidad: la obtención de un cargo por dinero, o si se prefiere, siguiendo el lenguaje de la época, por un servicio pecuniario”.³⁵ Afirma, además, que el término de “donativo” o “dinero donado” al que hace referencia la definición de “beneficio” antes expuesta, no es más que la designación que se utilizó para encubrir la obtención de un cargo a cambio de dinero. Del mismo modo, la calificación del beneficio como un “dinero prestado”, responde al modo en que se producían las transacciones, pues una parte del precio del cargo se pagaba como “servicio pecuniario” y otra en calidad de “préstamo”, de modo que la hacienda regia debía devolver éste último en el tiempo estipulado. Francisco Andújar también plantea que vincular “cargo beneficiado” a cargo con potestad judicial es erróneo, pues esto no se cumple en todos los casos. Si aceptáramos esa premisa no serían cargos beneficiados, por ejemplo, los empleos de las hacienda de las cajas reales de América que estudió en su día Michel Bertrand para el caso de Nueva España.³⁶ En cuanto a la temporalidad de disfrute del cargo, los términos “venta” y “beneficio” se emplearon de modo indistinto para definir la provisión de un cargo por dinero, con independencia del tiempo de disfrute.³⁷

En resumen, la esencia de la distinción entre “beneficio” y “venta” estaría marcada tan sólo por una separación jurídica en cuanto a la propiedad del cargo, pues es cierto que en la época, a menudo se solía distinguir entre oficios “beneficiados” y “vendidos”, porque entre estos últimos se consideraban los enajenados a perpetuidad, en los cuales, mediante la operación de venta, la Corona perdía la propiedad sobre ellos para transferirla a un particular que, desde ese momento podía disponer libremente del cargo y transmitirlo por herencia o por nueva venta. Por el contrario, en los cargos “beneficiados” por un determinado período de tiempo o de forma vitalicia, la Corona conservaba la propiedad, dejando el “usufructo” –es decir, el goce y la percepción del salario– a quienes le hubieran hecho el correspon-

³⁵ Cf. en FRANCISCO ANDÚJAR CASTILLO, “Venalidad y movilidad social en la España de los siglos XVII-XVIII. Reflexiones conceptuales y ocultaciones para ascender”, en José María IMÍZCOZ BEUNZA y FRANCISCO CHACÓN JIMÉNEZ (eds.), *Procesos de movilidad social en la España moderna. Elites, redes y monarquía*, Madrid, Sílex (en prensa).

³⁶ MICHEL BERTRAND, *Grandeur et misère de l'office...*, cit.

³⁷ Al respecto véase, FRANCISCO ANDÚJAR CASTILLO, “Los contratos de venta de empleos...”, cit., pp. 63-68.

diente servicio pecuniario. Que “venta” y “beneficio” fueron dos caras de una misma moneda, más allá del tiempo de disfrute del cargo que comportara cada “modalidad” de enajenación, se pone de manifiesto además en el deseo que mostraron los compradores de ocultar la “mancha” del vil metal, pues hubo una intención generalizada en los procesos de negociación de silenciar el dinero que había mediado en la obtención de los cargos, aunque éstos se hubieran adquirido en calidad de simples “beneficios”.³⁸

La definición de “beneficio” como algo distinto de la “venta”, se hace todavía más insostenible si trasladamos esta distinción a la enajenación de los títulos nobiliarios, pues todos los que fueron otorgados por precio a lo largo de la primera mitad del siglo XVIII, se concedieron a perpetuidad, de modo que no cabría hablar de “títulos beneficiados”, sino únicamente de “títulos vendidos”. Sin embargo, la documentación relativa a títulos nobiliarios se refiere a ellos siempre como “títulos beneficiados”, no como “títulos vendidos” o “ventas”. El empleo exclusivo en estos casos del término “beneficio” no implica que en el siglo XVII o XVIII el concepto de “beneficiar” se considerara algo diferente a “vender”, todo lo contrario, pues incluso el propio *Diccionario de Autoridades*, publicado en 1726, definía el término “beneficio” como: “lo que se adelanta y da voluntariamente o condicionalmente para obtener algún empleo, dignidad, o cargo honorífico o lucroso: como tanta cantidad de dinero, tal o tal alhaja de valor o estimación, aunque por lo general siempre se entiende porción competente de dinero”; y la palabra “beneficiar” como: “conseguir y obtener algún empleo, ministerio y cargo, mediante la anticipación y desembolso de alguna cantidad de dinero o cosa de estimación y precio; y porque esto redundaba en beneficio de quien le da y confiere, se dice Beneficiar”.³⁹ Por tanto, la palabra “beneficio” o “beneficiar” se empleaba en el sentido de que quien vendía, ya fuera un particular, una institución o incluso la propia Corona, se “beneficiaba” de lo percibido por la venta de un cargo u honor. En consecuencia, “venta” y “beneficio” definieron una misma realidad: la obtención de un título nobiliario por dinero, o lo que es lo mismo, por un servicio pecuniario. Sin embargo, la historiografía más tradicional sí que ha mantenido una diferenciación entre ambos conceptos, pues según algunos autores, los “títulos beneficiados” no se corresponderían con “títulos vendidos” o “venales”, a pesar de que en ambos casos el dinero fuera el principal mérito argüido. Esta diferenciación no pretendió en su día otra cosa más que ocultar la presencia del desembolso económico, ya que empleando el término “beneficio” la compra quedaría más disimulada, y la obtención del honor no se vería “manchada” por la presencia del dinero. De este modo, el primer autor que se acercó al estudio de cuatro títulos de Castilla que el monarca concedió al monasterio de San Isidoro de León, en 1728, para “beneficiar” y financiar con su producto

³⁸ *Ibid.*, p. 67.

³⁹ *Diccionario de Autoridades*, Madrid, 1726, T. I, p. 593.

la reconstrucción de su Basílica y Panteón, aseguró que aquellas mercedes “no fueron vendidas sino beneficiadas”, y que, por tanto, no podían considerarse como ventas.⁴⁰ Otros trabajos que han abordado los títulos “beneficiados” se han mantenido en la misma línea de definir el “beneficio” como algo distinto de la venta, concretándolo como un “donativo pecuniario” que aportaba una persona,⁴¹ o bien, como algo que “escapa, si no conceptual sí formalmente, a la política gubernamental de ventas de oficios públicos, hidalguías, hábitos de las Órdenes Militares, señoríos, jurisdicciones, rentas reales, etcétera, en tanto que, en la práctica totalidad de los casos, con tal beneficio no se busca incrementar de manera directa los ingresos de la Hacienda real, sino que no graviten sobre ella gastos de diversa naturaleza”.⁴² Según esta interpretación, las hidalguías y hábitos sí se habrían vendido, a diferencia de los títulos nobiliarios, que se habrían “beneficiado”, con el fin único de ahorrar determinados pagos que, de otro modo, hubieran repercutido en la hacienda regia. Cuando estos títulos se concedieron en blanco a instituciones religiosas o ciudades para que los vendieran y sufragaran con su producto diversos gastos, la enajenación de estos honores sí estuvo encaminada a evitar que la Corona tuviera que hacer frente a determinados costes de construcción o reparación, en el primer caso, o bien, de hombres y caballos, ya que en lo que respecta a las ciudades, lo recaudado con las ventas solía destinarse a la financiación de servicios de esta índole ofrecidos al rey. Pero, ¿qué ocurre cuando los títulos fueron enajenados, por ejemplo, desde la propia Corte o por virreyes y gobernadores de Indias? En estos casos, el fin de las ventas no sería librar a las arcas reales de gastos sino recaudar ingresos para la guerra u otras necesidades.

La asimilación de “beneficio” y “venta” se pone de manifiesto además en los títulos nobiliarios que fueron enajenados a través de instituciones religiosas, pues aunque en todo momento fueron denominados como “títulos beneficiados”, se trató claramente de auténticas ventas, pues desde el momento en que se firmaba una escritura de compra, se entregaba un dinero a cambio del título –normalmente 22.000 ducados– y el convento o monasterio se comprometía a devolver dicha cantidad en caso de que la merced no fuera finalmente aprobada por el monarca en cabeza del comprador⁴³.

⁴⁰ Vicente CADENAS Y VICENT, “De cuatro Títulos de Castilla que, para beneficiar, concedió el rey don Felipe V a la Real Colegiata de San Isidoro”, en *Hidalguía*, n.º 19 (1956), pp. 753-776. Sobre la venta de estos títulos, véase además, María del Mar FELICES DE LA FUENTE, “El acceso venal a la nobleza titulada en la primera mitad del siglo XVIII: los monasterios como espacios de venta”, en José María IMÍZCOZ BEUNZA y FRANCISCO CHACÓN JIMÉNEZ (eds.), *Procesos de movilidad social en la España moderna. Elites, redes y monarquía*. Madrid, Sílex, (en prensa).

⁴¹ José de VILANA Y PETIT, “Títulos de Indias. Estudio de los «beneficiados»”, en *Cartela Heráldica*, n.º 9 (1973), pp. 15-17.

⁴² Ramón MARURI VILLANUEVA, “Poder con poder se paga: títulos nobiliarios beneficiados en Indias (1681-1821)”, en *Revista de Indias*, vol. 69, n.º 246 (2009), p. 208.

⁴³ El concepto de venta ha sido definido por Jean Pierre Dedieu como “la entrega de dinero a cambio de la inmediata concesión de un cargo, por obligación contractual que implica

Esta cláusula se reflejó, por ejemplo, en la escritura de compra que firmó Lorenzo López de Porras con el convento de Nuestra Señora del Carmen de la villa de Sádaba, en Aragón, a quien compró uno de los dos títulos de Castilla en blanco que recibió en 1738 para reconstruir su iglesia.⁴⁴ En ella, se hacía constar que el convento “cedía y traspasaba” la merced a Lorenzo López de Porras, y que “pareciendo lo contrario, volverá y restituirá el mencionado convento a dicho don Lorenzo López de Porras o a quien por él sea parte legítima de dichos veinte dos mil ducados de vellón”,⁴⁵ cantidad ésta que había abonado por el título. En la misma escritura de compra se hacía constar además una cláusula, no habitual en otras escrituras, que daba facultad al comprador para poder revender el título a quien quisiera.⁴⁶

Como puede apreciarse, los argumentos que diferencian entre “beneficio” y “venta” son débiles y están llenos de contradicciones, pues a fin de cuentas se trató de una misma realidad designada de dos modos diferentes. Cuando el rey “vendía” o “beneficiaba”, lo que estaba haciendo era otorgar un cargo o un honor a quien presentaba como mérito principal el desembolso de una determinada cantidad de dinero, amén de que contara además con otros méritos o servicios. Desde luego, en la obtención de estas mercedes, el dinero o “servicio pecuniario” funcionó como un servicio más, y procuró, al igual que los servicios o méritos acumulados en la guerra, la administración, la Corte u otros ámbitos de gobierno de la Monarquía, el acceso a toda clase de empleos y dignidades que procuraba el rey. Allegar recursos a la Corona fue un mérito muy valorado a la hora de obtener recompensas, sobre todo cuando se trató de recursos materiales –como hombres, caballos, avituallamiento, armamento, etcétera– o monetarios. Por tanto, como ha puesto de manifiesto Jean Pierre Dedieu recientemente, la aportación de dinero fue un mérito como otro cualquiera,⁴⁷ aunque es cierto que tuvo

la devolución del dinero en caso de incumplimiento” (cf. en Jean Pierre DEDIEU y Andoni ARTOLA RENEDO, “Venalidad en contexto...”, cit., p. 34). Por tanto, siguiendo esta definición, la enajenación de títulos nobiliarios a través de conventos o monasterios pueden considerarse como ventas en toda regla.

⁴⁴ El otro título fue adquirido por Luis Francisco de la Cruz Mesía, quien tituló como marqués de Dos Fuentes en 1741. Al igual que en el caso de Lorenzo López de Porras, la institución religiosa, una vez acordada la venta, se comprometió a devolverle los 22.000 ducados que había pagado por la merced, en caso de que la Cámara de Castilla no aprobara aquella operación (vid. María del Mar FELICES DE LA FUENTE, “Del comercio a la nobleza titulada: la compra del título nobiliario de marqués de Dos Fuentes”, en Ofelia REY CASTELAO y Roberto J. LÓPEZ (eds.), *El mundo urbano en el siglo de la Ilustración*, vol. II, Santiago de Compostela, Dirección Xeral de Turismo, 2009, p. 523).

⁴⁵ AGMJ, Leg. 188-2, Exp. 1662.

⁴⁶ *Ibid.* La escritura rezaba así: “y en caso de que el referido don Lorenzo López de Porras, no quiera usar de la presente cesión, renuncia o traspaso para titularse usando de ella, pueda en nombre del referido convento principal del otorgante en cuyo lugar, y derecho le subroga, con acción y poder en causa propia, ceder, renunciar y transferir el dicho título de Castilla, a favor de otra persona la que quisiere y señalare dicho don Lorenzo López de Porras [...]”.

⁴⁷ Jean Pierre DEDIEU y Andoni ARTOLA RENEDO, “Venalidad en contexto...”, cit. pp. 29-45.

una menor consideración social, y de ahí que gran parte de los compradores de cargos o títulos nobiliarios desearan ocultar la presencia del servicio pecuniario.

A modo de conclusión, podemos afirmar que a pesar del debate generado en torno a la “venta” y el “beneficio”, y a su consideración por algunos historiadores como dos términos distintos, tal diferenciación en la práctica, no se dio, pues al fin y al cabo, en ambos casos se conseguía un cargo o un honor tras presentar como mérito principal el desembolso de una cuantía determinada de dinero. Asimismo, el concepto de “beneficio” se aplicó durante el Antiguo Régimen de forma indistinta, por lo que todos los cargos u honores que se concedieron por precio fueron “beneficiados”, en cuanto que el producto de la enajenación, según la definición expuesta más arriba, “beneficiaba” a quien “daba y confería” la merced, en este caso, la Corona o un particular. Por tanto, más allá de la diferenciación jurídica que existió entre ambos conceptos en el caso de los cargos adquiridos, “beneficio” y “venta” fueron dos manifestaciones de una misma realidad, la venalidad.

LEGISLACIÓN Y DOCTRINA DE LOS OFICIOS EN ESPAÑA: EL PROCESO DE (RE)INCORPORACIÓN A LA CORONA *

MARÍA LÓPEZ DÍAZ
Universidad de Vigo

Con relación a la monarquía hispana y territorio peninsular en particular mucho se ha escrito –y continúa haciéndose para determinados contextos– sobre la *patrimonialización* y venalidad de los oficios públicos durante la época moderna.¹ Sin embargo, hay pocos trabajos y tenemos un exiguo conocimiento acerca del proceso de reversión o *(re)incorporación* de esos oficios a la Corona, quizás por su menor alcance y productividad económica.² Hecho que sorprende, siendo como es esta una faceta más del modelo patrimonial de oficios predominante en el Antiguo Régimen: la facultad de quitar o recuperar lo donado o vendido. Solo por ello ya está justificado su estudio, pues al hacerlo, independientemente de cual fuera su proyección y relevancia práctica, conoceremos mejor la cultura jurídica y política de la época, en particular lo relativo a los estatutos de la oficialidad moderna. Pero

* Trabajo realizado en el marco del Proyecto de Investigación HAR2008-02026, subvencionado por el MINCIN, dentro del VI Plan Nacional de Investigación Científica, Desarrollo e Innovación Tecnológica 2008-2011.

¹ Por todos, el reciente libro colectivo de Francisco ANDÚJAR CASTILLO y María del Mar FELICES DE LA FUENTE (coords.), *El poder del dinero. Ventas de cargos y honores en el Antiguo Régimen*, Madrid, Biblioteca Nueva, 2011. Para bibliografía, en lo que a municipios se refiere, uno de los ámbitos donde la patrimonialización y venalidad de cargos tuvo mayor impacto, en el mismo María LÓPEZ DÍAZ, “Tráfico de cargos y oligarquías urbanas: de lo «público» a lo «privado» y lo contrario”, pp. 119-144.

² Sobre todo si los comparamos con los obtenidos en la incorporación de otros bienes y alhajas enajenadas del patrimonio regio, como los señoríos y alcabalas. Cf. Salvador de MOXÓ, *La incorporación de señoríos en la España del Antiguo Régimen*, Valladolid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1959, p. 11.

es que además puede servir para precisar conceptos, su evolución y mutabilidad en el tiempo; una cuestión de sumo interés para evitar anacronismos en el uso del vocabulario jurídico empleado al estudiarlos.

En estas páginas trataré de aproximarme al tema, centrando la atención en el siglo XVIII, que es cuando dicho proceso adquiere mayor desarrollo legal y virtualidad práctica. Para ello utilizaré como fuentes de información las disposiciones normativas (las recopiladas en la Novísima y algunas otras, pues aquellas son solo una parte),³ los dictámenes fiscales en pro de incorporaciones concretas⁴ y el Expediente de Ley General de Incorporación, elaborado durante el reinado de Carlos III a instancias de la representación presentada por los fiscales del Consejo de Hacienda al monarca en 1772,⁵ que nos permitirán dar cuenta de las especificidades en lo que atañe a los oficios y sus avances en el curso del siglo. Bien entendido, conviene recordar, que esa política de incorporación de alhajas enajenadas no impidió que en paralelo los soberanos continuaran vendiendo oficios y otros bienes del patrimonio regio, a veces los mismos recuperados y otras mediante ventas simuladas con las que pretendían soslayar las leyes o normas que lo prohibían. De ahí que algunos autores califiquen el proceso y *actitud ilustrada* sobre el

³ Cf. en general Santos M. CORONAS, "La ley en la España del siglo XVIII", en *Anuario de Historia del Derecho Español*, 80 (2010), pp. 183-242, esp. 216-227. Y para el tema, FRANCISCO TOMÁS Y VALIENTE, "Dos casos de incorporación de oficios públicos a la Corona en 1793 y 1800", en *Actas del II Symposium de Historia de la Administración*, Madrid, Instituto de Estudios de Administración, 1971, pp. 361-381, donde cita algunos ejemplos.

⁴ Por ejemplo, la *Defensa jurídica de la merced de perpetuidad de los empleos de Consejero y Contador Mayor del Real, y Supremo Consejo de la Santa Cruzada, hecha a Don Pedro Valle de la Cerda, Caballero de la Orden de Calatrava, señor de la villa de Casatejada, y à sus sucesores en su mayorazgo; y consiguientemente no deber subsistir la Cedula de 8 de noviembre de 1745, por la que se ha despojado al actual poseedor de dichos empleos, sin haver sido ni citado en juicio alguno. Por Don Gaspar de Vardales, Valle de la Cerda, Caballero de la Orden de Calatrava, poseedor de dichos empleos y mayorazgo*. El expediente consta de 122 números, 20 fols., Madrid: s.f., 174]. En adelante citaremos *Defensa jurídica de la merced de perpetuidad de... Don Gaspar de Vardales*.

⁵ *Memorial ajustado hecho en cumplimiento del Decreto del Consejo con citación de los tres señores Fiscales y del Procurador General del Reino: Del expediente consultivo, que con su audiencia se ha instruido, en virtud de Real Orden, comunicada para que el Consejo pleno exponga su dictamen, sobre el contesto de una Representación hecha á Su Mag. por os señores Marqués de la Corona, y Don Juan Antonio de Albalá Iñigo, Fiscales del Consejo de Hacienda: en que solicitan, que mediante el derecho eminente que hay en la Corona para reintegrarse en los bienes, y efectos que salieron del Patrimonio Real por ventas temporales, ó perpetuas, restituído el precio primitivo de ellas, su Mag. sea servido de cerrar la puerta á todo pleito en esta materia, expidiendo su Real Decreto a este fin, y en la forma que expresa la Minuta que presentaron* (consta de 916 números). Incluye la Representación de los Fiscales del Consejo de Hacienda Marqués de la Corona y Don Juan Antonio de Albalá Iñigo (en números 1-517) y la Respuesta de los Fiscales del Consejo de Castilla Campomanes, Espinosa y Rodríguez (en números 518-535; 544-547; 554-558 y 585-901), así como del Procurador General del Reino (en números 548-549). Lo relativo a incorporación de oficios (mayormente en números 755-762, aunque hay información desperdigada en todo el expediente). El expediente resultante de todo ello lleva fecha de 15 de abril de 1776. En adelante citaremos *Memorial ajustado del Expediente de la Ley General de Incorporación*.

asunto u otros proyectos reformistas que pusieron en marcha como “ambigua” o “ambivalente”,⁶ “contradictoria” e incoherente⁷ o bien “agregativa” y acumulativa⁸, según donde pongan el acento.

I. El proyecto filipino: leyes y discurso

En cuanto al marco legal de la incorporación, Carlos II marca el camino, auspiciando la reversión por vía de impugnación judicial, mediante dos o tres normas recopiladas: un Auto Acordado de 17 de agosto de 1674, donde ordenaba a los fiscales del Consejo reconocer y demandar para su recobro lo enajenado “con perjuicio del Real Patrimonio”, ya se hubiese conseguido *graciosamente* o bien por mediar *lesión* en las ventas o contratos; otro de 25 de enero de 1695, instándoles a cumplir con dicha obligación de recuperación, literalmente “de lo vendido sin justo y efectivo precio”, y añade, precisando su objetivo, en cumplimiento de un tercer Real Decreto reiterativo de 16 de noviembre de 1693, como un medio ordinario y “el más natural” de hacer frente a las urgencias del momento. Es decir, reconoce que la *necesidad* o motivación fiscal está detrás de ambas medidas.⁹ Con todo, para los “oficios de justicia y de república” acrecentados o enajenados había precedentes anteriores: como más inmediato, las condiciones de *millones* pactadas por las Cortes que estipulaban el *derecho de tanteo* o retracto de los pueblos afectados, previa demanda ante el Consejo en Sala de Mil y Quinientas, y entre los más remotos, las antiguas disposiciones regias de reducción y consumo de oficios promulgadas, con el beneplácito de las Cortes, en tiempos de los Reyes Católicos (alguna antes) y reinados de Carlos I y Felipe II.¹⁰

Con todo, será Felipe V, en plena contienda sucesoria, y presionado por las urgencias del conflicto, quien le dé el primer impulso importante al proceso mediante la creación en 1706 de la denominada *Junta de incorpo-*

⁶ Francisco TOMÁS Y VALIENTE, “Dos casos de incorporación...”, cit., pp. 365-391, con ejemplos bien significativos. Partiendo de esta referencia, también Alexandra P. GIULIANI, “Datos y reflexiones sobre la Junta de Incorporación (1706-1717)”, en *Anuario de Historia del Derecho Español*, 67 (1997), pp. 1029-1038 (1028).

⁷ Antonio RIVERA GARCÍA, “Cambio dinástico en España: Ilustración, absolutismo y reforma administrativa”, en Eduardo BELLO y Antonio RIVERO (eds.), *La actitud ilustrada*, Valencia, Biblioteca Valenciana, 2002, pp. 215-239.

⁸ Carlos GARRIGA, “Gobierno y justicia: el gobierno de la justicia”, en Marta LORENTE SARIÑENA (dir.), *La jurisdicción contencioso-administrativa en España. ‘Una’ historia de sus orígenes*, Madrid, Consejo General del Poder Judicial, 2009, pp. 45-114 (108).

⁹ *Novísima Recopilación* [o Nov. R.]: 7, 8, leyes 8 y 9. Cf. Santos M. CORONAS GONZÁLEZ, *Ilustración y Derecho. Los fiscales del Consejo de Castilla en el siglo XVIII*, Madrid, Ministerio para las Administraciones Públicas, 1992, p. 92.

¹⁰ Nov. R.: 8, 1, leyes 1-20. Sobre las condiciones generales de los servicios de *millones*, en lo que atañe al asunto, Pedro ESCOLANO DE ARRIETA, *Práctica del Consejo en el despacho de los negocios consultivos, instructivos y contenciosos...*, Madrid, Vda. e Hijo de Marín, 1796, II, pp. 129-130.

raciones, encargada de examinar los títulos de los oficios públicos y demás derechos enajenados que por cualquier “título, motivo o razón” se hubiesen enajenado de la Corona, con una doble finalidad, según establecía el decreto de 21 de noviembre de dicho año: por un lado, examinar y verificar los títulos en virtud de los cuales se había producido la *egresión*; y, por otro, averiguar la cuantía de esas enajenaciones, eventuales descubiertos y recaudar el correspondiente *valimiento* (o rendimientos); una medida que de nuevo se justificaba en términos constitucionales: la necesidad creada por la propia guerra, y el reconocimiento del monarca, como ya hiciera Carlos II, de que en esas situaciones de urgencia era de “justicia y equidad usar de lo propio antes de entrar a grabar lo ajeno”.¹¹ Matiz claramente fiscal y vía extraordinaria que se corrobora viendo las bases de examen *gubernativo* y reconocimiento de títulos:

“que en las enagenaciones con título de venta no se hiciese más indagación que la de estar o no cubierto el precio; que en ciertas clases de oficios, aunque no contase ni el origen de su concesión ni la satisfacción del precio se despachasen sin obstáculo las confirmaciones por punto general; que en otros se tuviese por bastantes los despachos que para su ejercicio hubiese librado la Cámara; que no se contradijeren las pruebas de la *posesión inmemorial*...”.¹²

Tales eran los compromisos y concesiones hechas a los poseedores de las “pertenencias [derechos y bienes] de la Corona”. El resultado puede suponerse: más que una tarea de incorporación, como rezaba el título, la Junta desarrolló una tarea consultiva (de subsanar los problemas que la presentación de títulos planteaba) e informativa o inspectiva (averiguar el valor que tenían los oficios así en salarios como en otras utilidades...) con vistas al cobro o exacción del valimiento. De esta forma la Junta se convirtió o fue un engranaje más del complejo mecanismo de la Hacienda para la recaudación

¹¹ Esta interpretación ya la planteó Pablo FERNÁNDEZ ALBALADEJO, “La monarquía de los Borbones”, en *Fragmentos de monarquía*, Madrid, Alianza Editorial, 1992, p. 386, basándose en Faustino Gil Ayuso (*Junta de Incorporaciones, Catálogo de los papeles que se conservan en el AHN*, Madrid, 1934) y Pedro Sainz de Andino (*Alegación por el derecho de la Real Hacienda... entre su Fiscal más antiguo... y el Excelentísimo señor Duque del Infantado sobre Reivindicación por parte de la misma Real Hacienda de las alcabalas de la villa del Prado, Arenas y Alamin, Madrid, 1833*).

¹² Ignacio María VICENT LÓPEZ, “La Junta de incorporación: lealtad y propiedad en la monarquía borbónica”, en Pablo FERNÁNDEZ ALBALADEJO y Margarita ORTEGA LÓPEZ (eds.), *Antiguo Régimen y liberalismo: homenaje a M. Artola*, vol. 3: *Política y Cultura*, Madrid, Alianza, 1994-95, pp. 365-377 (366, nota 6), con una aguda interpretación de las medidas tomadas por Felipe V y compromiso que encierran que condicionará la política de incorporación del resto de los Borbones. Son pertinentes también los Decretos de 27 de junio y 13 de diciembre de 1707 (que prorrogan el valimiento por seis meses más en cada caso) y el de 8 de enero de 1708, que le pone fin pero manteniendo la obligación de presentación de títulos; la referencia en Francisco TOMÁS Y VALIENTE, “Legislación liberal y legislación absolutista sobre funcionarios y sobre oficios enajenados: 1810-1822”, en *Actas del IV Symposium de Historia de la Administración*, Madrid, 1983, p. 713, nota 30.

de esa contribución especial,¹³ que con algunas variaciones se prorrogó y aplazó sucesivas veces hasta 1717, año en que desapareció también la propia Junta.¹⁴

En lo que atañe a las incómodas cédulas o documentos reales de confirmación de oficios u otros derechos, que, conviene recordar, eran otorgados y firmados por Felipe V (con ello sanciona antiguos privilegios, mercedes y ventas por precio), formalmente no mejoraban la posición jurídica de sus titulares. Pero en la práctica, aunque solo fuera desde el punto de vista probatorio o defensivo, reforzaban su posición como elemento de prueba y fundamento de derecho en un eventual juicio contra la Hacienda o acreedores particulares.¹⁵ Y lo más importante: los afectados parece que intentaron hacer valer dichos documentos como si de títulos de adquisición se tratase, siendo así que el monarca se vio obligado a declarar en 1711 (Auto acordado 22 de julio) que dichas cédulas no generaba derechos nuevos ni mejoraban los antiguos, ni tampoco suplía defectos padecidos por los títulos o posesiones.¹⁶ Pero no sirvió de nada. A la postre estas cédulas de confirmación y el compromiso político que se escondía detrás de ellas serán *un* obstáculo (uno más) para la proceso de incorporación de los Borbones, complicando su tentativa de llevarla a cabo incluso por la vía ordinaria.¹⁷

Tras la supresión de la Junta se hizo cargo de su cometido el Consejo de Hacienda, siendo la casuística dispar y las normas diversas, la mayoría encaminadas a orientar la actividad de los fiscales en los pleitos de reversión.¹⁸ Y es que la presentación de títulos, como sucediera durante su vigencia, unas veces dio lugar a la confirmación de los poseedores o propietarios del oficio y otras a la incorporación del mismo a la Corona, mediante los correspondientes pleitos con demanda de oficio por parte del fiscal. Cronológicamente el proceso dio un giro eficaz a mediados de los años 1720 e inmediatamente posteriores, gracias al beneficio obtenido de la redención de juros tras la pragmática promulgada por Felipe V en agosto de 1727 y la Real Cédula de 5 de noviembre del mismo año, que fue complementada con otro Real Decreto de 18 de noviembre de 1732 donde ordenaba a la Contaduría general

¹³ Por lo menos esta es la delicada tarea y principal función que Felipe V le encomienda por Orden de 29 de septiembre de 1707, pues con anterioridad esa actividad informativa preliminar correspondía privativamente al Consejo de Hacienda (Alexandra P. GIULINI, "Datos...", cit., p. 1032; también da cuenta de otras leyes relativas a la actuación de la Junta al servicio de Hacienda, pp. 1033-1036).

¹⁴ Para ejemplo, *Defensa jurídica de la merced de perpetuidad de... Don Gaspar de Vardales*, cit., fol. 11, núms. 64, 65 y 66. Cf. Ignacio María VICENT LÓPEZ, "La junta...", cit., pp. 368-373.

¹⁵ Francisco TOMÁS Y VALIENTE, "Dos casos de incorporación...", cit., p. 368.

¹⁶ Según aclaraba Felipe V por Auto acordado de 22 de julio de 1711 (Nov. R.: 7, 8, 10).

¹⁷ Es claro en: *Defensa jurídica de la merced de perpetuidad de... Don Gaspar de Vardales*, cit., fols. 12-13, núms. 71-73. Esto también parece ocurrir en los pleitos de incorporación de señoríos y alcabalas poseídas por los Grandes y titulados: Salvador Moxó, *La incorporación...*, cit.; Ignacio María VICENTE LÓPEZ, "La junta...", cit., pp. 375-376.

¹⁸ Santos M. CORONAS GONZÁLEZ, *Ilustración...*, cit., p. 93.

destinar el caudal que se venía aplicado a la redención de juros y compra de principales “al desempeño de todas las alcabalas, tercias, servicio ordinario y extraordinario y cuatro medios por ciento del reino” enajenados del patrimonio real por ventas perpetuas y al quitar, usando para ello el mismo procedimiento; es decir, pagándole a sus dueños el precio primitivo, previo pago del valimiento correspondiente.¹⁹ A simple vista es una medida restrictiva en su ámbito de aplicación (no incluye los oficios ni los señoríos), pero de gran trascendencia, pues evidencia el deseo y compromiso del monarca en esta precisa coyuntura –tal que en la línea de la acción reformista de Patiño entre 1726 y 1736–,²⁰ de promover el proceso de incorporación aunque sea por motivos esencialmente fiscales.

Lo que no varía, en todo caso, es el fundamento jurídico sobre el que se asienta ese proceso de desempeño de *alhajas* enajenadas de la Corona. Prácticamente será el mismo durante toda la centuria, con independencia de que incluyan o no como objetivo material los oficios. Me sirven de guía Escolano de Arrieta (cap. XVI) y José Febrero,²¹ y lo atestiguan los expedientes que manejamos para distintas fechas. Estos como aquellas son una *privativa regalía* de la Corona, quien puede disponer de ellos a su arbitrio.²² Son invendibles por naturaleza, tan solo la urgencias del Estado (o *necesidad de la República*) han motivado su enajenación que lleva implícita la *calidad de reversión* (“títulos de ventas perpetuas, y al quitar”) previa restitución o devolución de su importe (precio de egresión) al comprador o sus causahabientes (titular-propietario), o sea, el abonado por el comprador inicial. Se trataba de la aplicación del *derecho de retracto* que se observaba entre particulares, pues mayores razones se concitaban para utilizarlo a favor de la causa pública.²³ La incorporación se configuraba así como lo que entre particu-

¹⁹ *Memorial ajustado del Expediente de la Ley General de Incorporación*, cit., supuesto 8, núms. 51-57 (Real Cédula expedida por el mismo Felipe V en 6 de noviembre de 1727 al Consejo y Contaduría Mayor de Hacienda, con inserción de la Real Pragmática de 12 de agosto del mismo año y Real Decreto de 18 también de 1727, relativo a la reducción de juros al tres por ciento, y que su residuo se destinase a comprar y pagar los principales de otros a que alcanzase) y supuesto 9, números 59-67 (Real Decreto de Felipe V, expedido el 18 de noviembre de 1732 consignando el residuo de aquéllos al desempeño de rentas reales, servicio ordinario y cuatro medios por ciento). Estas disposiciones pueden verse en: Nov. R.: 10, 14, leyes 4 y 5 y ley 6, respectivamente.

²⁰ Cf. José A. ESCUDERO, *Los orígenes del Consejo de Ministros en España*, Madrid, Editora Nacional, 1979, p. 97; más recientemente, Anne DUBET: “Control de la hacienda y eficacia en el siglo XVIII. El proyecto de José Patiño (1724-1726)” [manuscrito dactilografiado de autora, a quien agradecemos que nos permitiera su lectura y cita].

²¹ ESCOLANO DE ARRIETA, *Práctica...*, cit., cap. XVI; José FEBRERO, *Librería de escribanos*, Madrid: Consejo General del Notariado, 1990 (facs. ed. Madrid: Imprenta de D. Pedro Marín, 1789-1790, 2 tomos en 7 vols.), en concreto, extractamos tom. II (cap. VII, esp. num. 11) y III (cap. XIV, núms. 9-11).

²² *Nueva Recopilación* (o N. R.): 4, 25.

²³ José María VALLEJO GARCÍA-HEVIA, *La Monarquía y un ministro, Campomanes*, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 1997, pp. 347-348: en las donaciones debía buscarse la proporcionalidad.

lares se llamaría una *compraventa con pacto de retro*, esto es, una *retroventa* o retrocesión. Era distinta la consideración de los oficios y bienes donados, *beneficiados* o concedidos como *merced graciosa* o *remuneratoria*, pues en su caso la motivación no venía impuesta por la necesidad sino por el estímulo o los servicios que recompensar,²⁴ aunque de momento no se descende al asunto.

Conforme a estos planteamientos, la monarquía aplicó las disposiciones antes señaladas también a los oficios públicos, por más que formalmente no fueran una prioridad, sin duda por su dudosa rentabilidad. De hecho, así lo reconocen en su respuesta al Expediente de la Ley General de incorporación los tres fiscales reunidos en Consejo pleno,²⁵ y así consta también en las relaciones o certificaciones expedidas por altos funcionarios del Consejo de Hacienda y de la Contaduría General de Valores sobre las alcabalas, juros y otros derechos incorporados al patrimonio real desde el año 1739 hasta el de 1772 (para períodos diversos), donde figuran varios oficios y plazas desempeñadas en fechas y localidades diferentes:²⁶ en su mayoría contadurías, tesorerías, receptorías, correduerías y escribanías de rentas reales, del servicio de millones, de la seda u otros derechos, oficios de las Órdenes militares, del Consejo de Cruzada, de aduanas, de la Casa de Moneda, Correo mayor, etc.²⁷

Algunos de estos empleos, una vez incorporados, volvieron a ser vendidos al mejor postor, lucrándose la Corona con la operación al quedarse con la diferencia entre el precio de venta (con valor de cambio del momento en que se efectúa) y el precio de egresión, que además solía ser importante. Esto demuestra que con las incorporaciones la monarquía quería hacer manifiesto su poderío o despliegue absolutista, que es decididamente patrimonialista, pero también zanjar deudas y aumentar los ingresos de su maltrecha hacienda, cuya situación se agrava ante la apertura de nuevos conflictos bélicos. Así debió ocurrir, por ejemplo, después de 1739, en que la casa sobe-

²⁴ Para un primer acercamiento a los conceptos señalados y su significado, que incluso evidencia algunas contradicciones ver: Real Academia Española, *Diccionario de la lengua castellana, en que se explica el verdadero sentido de las voces, su naturaleza y calidad, con las frases o modos de hablar, los proverbios o refranes y otras cosas convenientes al uso de la lengua...* [seudónimo: *Diccionario de Autoridades*], Madrid, Gredos, 1979, 3 tms. [Facs.: Madrid, Francisco del Hierro, 1726-1739], voces “beneficiar”/“beneficio”, “gracia”/“graciosamente”, “donación”/“donar”, “merced” y “venta”. Abunda de modo vago en la distinción, basada en la intencionalidad, Ramón L. de DOU Y BASSOLS, *Instituciones del derecho público general de España con noticia particular de Cataluña y de las principales reglas de gobierno en cualquier estado*, Madrid, Oficina de Don Benito García y Compañía, 1801, III, pp. 66-69.

²⁵ *Memorial ajustado del Expediente de la Ley General de Incorporación*, cit., núms. 753-754, pp. 137-138.

²⁶ *Memorial ajustado del Expediente de la Ley General de Incorporación*, cit., supuestos 10, 11, 12, 13 y 14, núms. 69- 233, pp. 24-38.

²⁷ La relación de oficios es amplia, interesante y en algunos aspectos incluso sorprendente. Obviamente dar más información, pues espero en un futuro trabajo abordar la vertiente práctica de la incorporación de oficios a partir de la información contenida en dicho expediente.

rana, atrapada una vez más por su propia política exterior, se vio forzada a actuar, en la interior, en esa dirección. Dos medidas de urgencia ilustran el proceso: por un lado, la venta (diciembre de 1738) de los “empleos” de las ciudades, villas y lugares de la Corona de Aragón, con mención explícita de que se hacía “a semejanza de lo practicado en Castilla”;²⁸ y, por otro, la “venta con aumento” de las rentas y oficios reintegrados a la Corona (real cédula de 13 de abril de 1740).²⁹ Esta podía optar por una tercera vía, que si bien va en la misma dirección se asienta sobre principios jurídicos diversos: me refiero a la concesión de esos oficios como *merced remuneratoria* para compensar servicios prestados o *beneficiar* a linajes concretos. Nada extraño, pues lo mismo se hizo con algunos oficios *renunciabiles* declarados *vacos* (vacantes) por incumplimiento de sus titulares de alguna de las formalidades preceptivas para transmitirlos. En su caso no cabía reclamar la propiedad *sensu stricto*, que retenía la Corona, sino el derecho de posesión y libre traspaso, que era lo vendido o donado; un hecho que en ocasiones desencadenaba pleitos, pues los afectados consideran los oficios como “propios”, siendo juzgados, igual que los de incorporación, en Sala del Consejo de Castilla por ser sobre oficios litigiosos y de “reversión de gracia” concierne al patrimonio regio.³⁰

Con todo, más que el proceso de la nueva privatización, lo que aquí nos interesa es el de reincorporación que afectaba a todas aquellas rentas, derechos y oficios, que por cualquier “título, motivo o razón” se hubiesen enajenado de la Corona a perpetuidad, máxime si el disfrute derivaba de un contrato oneroso o lesivo. Para llevarlo a cabo aquella empleó a veces el proceder *gubernativo*, es decir, sin audiencia de partes (el fiscal y los particulares afectados en este caso), debiendo consultarse el asunto directamente a la “Real Persona”. Pero las reclamaciones de los interesados y reacciones internas de los círculos cortesanos así como los dictámenes de los Consejos implicados (Castilla y Hacienda) hicieron que el propio monarca revisara su decisión, sometiéndola a la tutela *judicial*; en consecuencia, se reconoce

²⁸ Joseph M. TORRAS I RIBE, “La venta de oficios municipales en Cataluña”, en *Actas del IV Symposium de Historia de la Administración*, Madrid, IEA, 1983, pp. 723-748.

²⁹ FRANCISCO TOMÁS Y VALIENTE, “Dos casos...”, cit., p. 368, cita como fuente AHN, *Consejos*, lib. 1510, núm. 36 (ley no recopilada). La difícil coyuntura de estos años justifica las operaciones. De hecho, Felipe V también benefició o traficó con cargos de otros ámbitos, como el militar. Cf., por todos, FRANCISCO ANDÚJAR CASTILLO, *El sonido del dinero: monarquía, ejército y venalidad en la España del siglo XVIII*, Madrid, Marcial Pons, 2004, pp. 111-173.

³⁰ Para ejemplo: *Joseph de la Peña, y Andino, en nombre de Don Juan Baptista Anguisola, Conde de Anguisola, Mayordomo de la Reyna nuestra Señora, en los Autos de D. Nuño Baca Osorio de la Carrera, ... sigue con el vuestro Fiscal, y mi Parte sobre retención de la gracia que le fue concedida del Oficio del Sello Real de Castilla*, 9 fols., Madrid, s.f. [174-]; *Segunda Alegación en defensa del Real Fisco, y en su nombre, por Don Juan Bautista de Anguisola, Conde de Anguisola, Mayordomo de la Reyna nuestra Señora, en respuesta de la escrita a favor de Don Nuno Baca Osorio de la Carrera..., sobre que se confirme la Sentencia de Vista del Consejo, por la que se declaró no haver lugar à la Retención de la Gracia hecha por su Majestad al Conde, de los Oficios del Sello Real de Castilla, Chanciller, y Registrador de la Corte*, 10 fols., Madrid, 1745.

a los afectados el derecho a defenderse por la vía contenciosa. Tal sucedió, por ejemplo, con las plazas de Contador mayor y tesoreros de Cruzada, enajenados a perpetuidad de la Corona, que fueron suprimidas en 1745 (real cédula de 8 de noviembre) merced a la nueva planta diseñada por los ministros filipinos para este Consejo.³¹ Cuestión nada irrelevante, viendo las cantidades que la Real Hacienda abonó a sus dueños por el consumo (el más alto entre los oficios relacionados por el secretario de la Contaduría de Valores, solo superado por las alcabalas y tercias de algunos partidos),³² y también el largo proceso a que dio lugar en los tribunales, incluida la disposición despachada por Fernando VI en 1748 (a consulta del 10 de diciembre) donde defiende su derecho (*regalía regia*) de crear y consumir oficios, según lo estimara conveniente, alterando incluso las reglas establecidas para el gobierno de los tribunales y su número de ministros. Precisamente esta resolución ponía en entredicho o reprobaba parte de las alegaciones o argumentaciones utilizadas por los afectados en su defensa.³³ Pero, en un plano más general, también denota la intención del nuevo monarca –ya formulada en ocasiones anteriores– de continuar con la política de incorporaciones de su predecesor, incluidos los oficios. De hecho, en la misma ley ordenó ejecutar el mencionado reglamento de 1745, continuar con los procesos abiertos y que la Tesorería mayor reintegrara a los damnificados el precio desembolsado por los causantes;³⁴ se entiende, respetando su derecho de contradicción o audiencia en juicio, que sustanciaría como *juex privativo* encargado de dicho negociado, según lo dispuesto por los Reales Decretos de 1742 (19 de octubre) y 1743 (26 de noviembre), Don Pedro Díaz de Mendoza, marqués de Fontanar.³⁵

³¹ Nov. R.: 7, 7, 21. La bibliografía sobre el Consejo de Cruzada es escasa, no hay ninguna monografía y los pocos trabajos existentes centran su atención en su etapa inicial: José MARTÍNEZ MILLÁN; Carlos J. de CARLOS MORALES, “Los orígenes del Consejo de Cruzada (siglo XVI)”, in *Hispania*, LI/3, 179, 1991, pp. 901-932, y obras que cita. Con anterioridad, ofrece algunos datos Mariano ALCOCER: “Consejo de Cruzada”, en *Revista Histórica*, 1925, 2, pp. 114-123. Hay más producción en la bibliografía hispanoamericana; para el tema que nos ocupa, por ejemplo, José A. BENITO RODRÍGUEZ, “Organización y funcionamiento de los tribunales de Cruzada en Indias”, en *Revista de estudios histórico-jurídicos*, 22, 2000.

³² En concreto, 1.609.500 reales de vellón por la plaza de Contador mayor; 1.603.918,01 por las contadurías y tesorería del mismo Consejo; 661.764,24 reales por el oficio de alguacil mayor; y 67.000 por el de portero de cámara (*Memorial ajustado del Expediente de la Ley General de Incorporación*, cit., supuesto XI, núm. 70, pp. 24-27).

³³ Primera alegación de Don Gaspar Bardales de la Cerda, impresa: *Don Gaspar de Bardales de la Cerda... dice: que con motivo de hallarse despojado del empleo de Consejero y Contador Mayor de la Santa Cruzada... tiene expuestas las razones de justicia en que funda la reintegración que espera por medio de la instancia pendiente en el Consejo de Cruzada*. [S.l.: s.n.], 1746, 8 fol.

³⁴ Nov. R.: 7, 7, 21.

³⁵ Desde esas fechas y hasta 1760, en que volvió dicho negociado al Consejo de Hacienda, todo lo tocante a la reversión de alhajas enajenadas de la Corona fue tramitado por dicho juez privativo; cf. *Memorial ajustado del Expediente de la Ley General de Incorporación*, cit., supuesto XIV, nº 184, p. 32.

Dada la importancia del proceso y oficios incorporados, así como sus peculiaridades por tocar a materia con jurisdicción especial como era la de Cruzada,³⁶ me detendré en la defensa jurídica de la merced de perpetuidad de los de Consejero y Contador mayor efectuada por don Gaspar de Vardales en contra de la privación o recobro que hizo la Corona, la cual fue impresa.³⁷ Es doblemente interesante, pues, aparte de la doctrina y fundamentos jurídicos del mismo, nos permite conocer parte de la problemática jurídico-privada que solía tejerse en torno a los oficios como bienes vinculados al patrimonio público.

Por la demanda sabemos que dichos oficios habían sido concedidos por Felipe II en 1592 a don Luis Valle de la Cerda, y que en años posteriores le fueron prorrogados por tres vidas a él y su mujer (cédulas de 1605, 1614 y 1617). En 1642 su hijo y titular del cargo, don Pedro Valle de la Cerda, obtuvo la merced de perpetuidad y el derecho a vincularlo por los muchos servicios que había prestado a Felipe IV en los Consejos de Guerra, Hacienda y Cruzada, y también en remuneración de los singulares méritos y servicios que su padre hiciera en favor de la Corona. Seis años más tarde el fiscal del Consejo de Castilla interpuso demanda de *lesión* contra el titular de los empleos y sucesor en el mayorazgo; un litigio inconcluso que fue motivo de sendas transacciones en 1652 y 1676, con un crecido desembolso a favor del Erario real por parte de los afectados. La titularidad de los oficios se mantuvo sin cambios hasta 1745, fecha en la que Felipe V reforma el Consejo de Cruzada y suprime los oficios de Contadores mayores, contadores y tesorero, que, según el decreto regio, “en perpetuidad se hallaban enagenados de la Corona, y gozaban por juro de heredad en virtud de contratos onerosos hechos por mis Reales antecesores, para acudir con su valor y producto a las urgencias del Estado.” Se suceden los recursos tanto del Consejo de Cruzada y Comisario general de ella como de los despojados de los cargos, que derivan en un complejo pleito contra su incorporación, al cual está anexa la alegación aquí considerada.

En esencia, Vardales centra su defensa jurídica en procurar demostrar la nulidad de la reversión, recurriendo para ello a principios legales, jurisprudenciales e incluso doctrinales. A tal fin señala que dichos empleos habían sido concedidos o donados por la Corona al referido don Pedro Valle de la Cerda perpetuamente, por *merced irrevocable* y *remuneratoria*, en compensación por “los muchos, buenos y agradables servicios”. Recuerda que lo constitutivo de la donación es la *liberalidad* de quien dona y su carácter irrevocable por ser *remuneratoria*, y como tal un *contrato oneroso, innominado* y de *permutación* o paga. Y añade que nada de esto constaba en la demanda de *lesión* que el fiscal real interpusiera en 1648, saldada con sendas negocia-

³⁶ Nov. R.: 2, 11, leyes 1, 2, 3, 5, 5 y 9.

³⁷ *Defensa jurídica de la merced de perpetuidad...*, por Don Gaspar de Vardales Valle de la Cerda, cit.

ciones confirmatorias de dicha *merced*; un derecho que se afianzó con la expedición de un nuevo título, donde no aparecía el término venta ni compra, ni semejante contrato, sino el de contrato *oneroso remuneratorio*, merced *donacion ob causam irrevocable*. A su juicio, tampoco había lesión ni se podía considerar el premio recibido excesivo, por no poder regularse una merced a precio, bastando con que el Príncipe que la concedía “juzgue les es debido”. Aun así, detalla los servicios y cantidades aportadas por su parte a la Corona, incluyendo el importe de los réditos, *media annata* y valimiento abonados en los años 1706-1708, 1710 y 1711-1716, de cuya resulta obtuvo la Cédula de confirmación de 12 de abril de 1710, quedando por eso dicha plaza exceptuada del Decreto de incorporación.

Coadyuvando a su defensa, alega también que para el caso no se reconocía “necesidad publica del Reyno, ni utilidad de él” que lo justificara, pues pese a haber en dicho Consejo otros oficios enajenados por venta (como el de Gran Canciller y el de Alguacil mayor) sin embargo no se habían incluido en la *orden de despojo*.³⁸ Igualmente, rebate otros puntos de la demanda de amortización: el principal, que el monarca no podía disponer de los caudales de Cruzada, por no ser suyos sino espirituales, destinados por el Papa para la Guerra Santa contra los infieles, siendo así que lo que Felipe IV había enajenado en la concesión de la merced de perpetuidad fuera “el derecho de nombrar Contador a su elección”, y no una venta de sueldos y derechos, porque estos eran dotación del empleo y su paga una pensión o gravamen de los caudales de Cruzada. A lo cual don Gaspar, poseedor de dichos empleos, contrapone dos objeciones: una, que con dicho derecho enajenara también la facultad que tenía de reformar los sueldos y derechos que gozaba don Pedro Valle, pues así lo concedió a perpetuidad, de modo que ahora no podía minorarlos, ni sus preeminencias, como tampoco revocar la propiedad del cargo; y apela para corroborarlo al privilegio de confirmación, que disponía que si el Pontífice dejaba de conceder la Bula dicho importe debía ser igualmente satisfecho por la real hacienda. Y la otra: que el rey sí tenía derecho a vender dichos empleos, bien por remuneración o por contrato de venta, equiparable al derecho de nominación en persona extraña, sin con ello vender los caudales de Cruzada. Anótese que trata de identificar la *merced remuneratoria perpetua* con un contrato de venta, con independencia de que englobara o no la propiedad. Incluso equipara el caso con el de la venta de sepulturas (que estaba prohibido enajenar por precio so pena de incurrir en simonía) donde lo que se enajenaba y heredaba no era la tal sepultura, lugar sagrado, sino el derecho de uso (derecho *sepliendi* en él) que era temporal, privativo de precio estimable y separado de su espiritualidad, concluyendo

³⁸ Según consta en la certificación evacuada por el contador general de valores del Consejo de Hacienda, don Salvador de Querajazu, el oficio de Alguacil mayor fue también incorporado a la Corona, siendo indemnizado su titular con 661.764,24 reales de vellón (*Memorial ajustado del Expediente de la Ley General de Incorporación*, cit., supuesto XI, núm. 70, p. 25).

que si la Iglesia, y el párroco en su nombre, podían vender una cosa religiosa y sagrada como eran las sepulturas, sin incurrir en simonía, con más razón podía hacerlo la Corona como remuneración por servicios prestados aunque fueran oficios de Cruzada. También contradice el reparo del fiscal de que siendo la concesión de la bula temporal de seis en seis años no podía el príncipe haber enajenado o concedido a perpetuidad el empleo de Contador, porque así constaba en los títulos y operaba también con el Comisario General y otros oficios dependientes del Consejo, pues el Papa no considera dicha temporalidad un impedimento para el nombramiento o confirmación de los Comisarios Generales sin necesidad de explicitarlo en los Breves. Además, concluye, si algún defecto hubiera en la enajenación quedaría subsanado por el Breve expedido por Benedicto XIV en 1742, que diera por buenas todas las ventas hechas de los oficios de Cruzada con sus dotaciones, tanto en España como en Indias.

No disponemos del informe del juez de incorporación Díaz de Mendoza que fundamentó la retrocesión de dichos oficios ni de las réplicas posteriores de Vardales, pero de lo expuesto se deduce que estaba asentada en tres principios: la regalía de la Corona para consumir oficios públicos; su certeza fundada en las urgencias del Estado (necesidad pública y bien común del Reino, según las *Alegaciones* de Larrea);³⁹ y defectos materiales de los documentos originales: contrato lesivo de dicha merced, considerándola hecha por venta, a perpetuidad, y el premio (precio) excesivo para los méritos y servicios prestados por los poseedores o sus antepasados. Tales debieron ser los criterios también que fundamentaron su dictamen final, sin que los causantes se conformaran con su resolución. Tanto es así que el propio rey, seguramente a consulta de aquél, despachó una orden en 1749 (9 de enero) mandando que se le restituyese a los dueños de las contadurías y tesorería del Consejo de Cruzada las cantidades que hubiesen desembolsado “por su compra” con los intereses del tres por cien, caídos desde la fecha de promulgación del reglamento que estableciera su supresión (8 noviembre de 1745).⁴⁰ Esto zanja el debate sobre la naturaleza de los oficios: se consideran *enajenados* mediante contrato oneroso, y su incorporación se tramita reintegrando lo providenciado más los réditos desde el momento en que ejecutó.

No fueron los únicos oficios incorporados. Por estas mismas fechas, concretamente en el período que media entre 1739 y 1758, nos consta que también se recobraron otros, la mayoría dependientes de rentas reales, millones y derechos de distintos Reinos, ciudades y provincias, como, por ejemplo, las contadurías de rentas y del servicio de millones de los partidos de Murcia, Huete, Valladolid, La Mancha, Palencia, Ponferrada y sus luga-

³⁹ Juan Bautista de LARREA, *Allegationum fiscalium*, m. 1645; Lugduni [Lyon]: Sumptibus Philippi Borde, 1665-1666, Alegación 3.

⁴⁰ *Memorial ajustado del Expediente de la Ley General de Incorporación*, cit., supuesto XIV, núm. 191, p. 33.

res...; asimismo las de Granada, León, A Coruña y Palencia o las de las ciudades de Llerena, Segovia y su provincias, entre otras.⁴¹ Evidencia que durante los últimos años del gobierno filipino y reinado fernandino se intensificó el proceso de recuperación de las alhajas de la Corona, sobre todo de los bienes y derechos relativos a rentas reales. Igualmente, prosiguió el de reconocimiento y confirmación de títulos, siendo así que para su mayor efectividad esta labor informativa en ocasiones se encomendó a jueces de comisión. Para llevarla a cabo solía nombrarse a oidores o alcaldes mayores de las Audiencias territoriales, quienes en caso de dudas sobre la propiedad o legitimidad del título “secuestraban” el uso de los oficios a sus poseedores o dueños mientras se solventaban los trámites del proceso.⁴²

II. El reformismo ilustrado: posibilidades y límites

Con todo, fue durante el reinado de Carlos III cuando se intensificó el movimiento incorporacionista, repartiéndose las competencias entre el Consejo de Hacienda y el de Castilla.⁴³ Concretamente, entre 1760 y 1763 se aprueban una serie de disposiciones orientadas a otorgar al primero todo lo concerniente al ramo de *rentas* (alcabalas, tercias reales, millones...) y de los oficios públicos segregados por cualquier título (compraventa o donación). Por su parte, la incorporación de señoríos, salvo excepciones, y las demandas de tanteo de jurisdicciones y de consumo de oficios *ejercitadas por los pueblos*, y no por simples particulares, corresponderían al de Castilla.⁴⁴ Además, para acabar con los conflictos de competencias suscitados entre ambos, por una real orden de 1760 (1 de febrero) colocó bajo dependencia del primero el *Juzgado de Incorporación* creado por Felipe V y que desde 1742 estaba en manos de un juez privativo,⁴⁵ aunque no remedió el pro-

⁴¹ *Ibid.*, supuesto XI, núm. 166, p. 28.

⁴² Así ocurre, por ejemplo, en el caso de las regidurías de Vélez de Málaga; cf. María Pilar PEZZIS PI, *El gobierno municipal de Vélez-Málaga en el siglo XVIII*, Málaga, Diputación Provincial de Málaga, 1997, pp. 88-89.

⁴³ Algunos autores señalan a Esquilache como promotor de este redoblado impulso, en el que fueron figuras clave por su celo y quehacer los fiscales Carrasco y Albalá (Consejo de Hacienda) y Campomanes, Moniño o Espinosa (Consejo de Castilla); cf. Santos M. CORONAS GONZÁLEZ, *Ilustración...*, cit., p. 217. Sobre el primero, específicamente, Salvador de MOXÓ, “Un medievalista en el Consejo de Hacienda: Don Francisco Carrasco, Marqués de la Corona (1715-1791)”, en *Anuario de Historia del Derecho Español*, 29, 1959, pp. 609-668; y sobre Campomanes, Laura RODRÍGUEZ DÍAZ, *Reforma e Ilustración en la España del siglo XVIII: Pedro Rodríguez de Campomanes*, Madrid, Fundación Universitaria Española, 1975; José María VALLEJO GARCÍA-HEVIA, *La Monarquía...*, cit.

⁴⁴ Nov. R. 4, 4, 7; 6, 10, 10 y 6, 10, 12; *Memorial ajustado del Expediente de la Ley General de Incorporación*, cit., supuesto XV, núms. 268-277. Cf. Pablo FERNÁNDEZ ALBALADEJO, *La Monarquía...*, cit., p. 426. Antes, Salvador de MOXÓ, “Un medievalista...”, cit., pp. 612-613.

⁴⁵ *Memorial ajustado del Expediente de la Ley General de Incorporación*, cit., núm. 184, p. 32.

lema. Y es que el proceso de reversión de oficios, como el de señoríos, cabía incoarlo por dos vías: *pleitos o acciones de tanteo*, que permitía a los pueblos interesados consumir o tantear los oficios acudiendo al Consejo en Sala de Mil y Quinientas, como tribunal diputado para su conocimiento conforme a las condiciones pactadas con el Reino en el servicio de *millones*;⁴⁶ y *pleitos de incorporación*, mediante demanda interpuesta de oficio por el fiscal del Consejo de Hacienda. A veces son procesos promovidos por particulares que, viniendo de las Audiencias y Chancillerías del reino, llegan en apelación al Consejo Real (en el caso de los oficios menos), y otras se instruyen como consecuencia del examen y revisión de títulos. En cualquier caso, solían ser expedientes procelosos y dilatados en el tiempo; *interminables* diría Campomanes con relación a los de señoríos.

Pues bien, es en este contexto que cobra importancia la representación, y minuta de Real Decreto, que en 1772 elevaron los fiscales del Consejo de Hacienda, Carrasco y Albalá, a Carlos III, proponiéndole desplegar la vía ejecutiva (*gubernativa*) para las incorporaciones de bienes y efectos salidos del patrimonio real por ventas temporales o perpetuas. Basándose en el derecho eminente de la Corona a recuperarlos restituyendo el precio primitivo a sus actuales poseedores-propietarios, solicitaron la promulgación de un decreto que pusiera fin a cualquier tipo de litigios y divergencias que hubiera en la materia; es decir, que los expedientes se solventaran sin audiencia del interesado, aunque fuesen incorporaciones efectuadas con la oposición de los interesados. Pero la respuesta dada por los fiscales del Consejo de Castilla en 1772, 1773 y 1775 fue negativa,⁴⁷ recordando que “sin audiencia sería cosa incivil despojar a nadie de lo que posee” o que encontrándose con “embarazos [por inconstancia de trámites legales] no es lícito a los jueces pasar por encima de ellos, ni juzgar a mero arbitrio, contrariándose en las sentencias i exponiendo el real Patrimonio real, que es el nervio del Estado, a permanecer enagenado”. O sea, que en las incorporaciones denominadas coactivas, fuera cual fuese el motivo, era obligada la audiencia en juicio.

Por lo demás, reiteran la máxima general de la jurisprudencia española de que todo efecto del erario, vendido por precio, podía ser retraído por la Hacienda Real siempre que se devolviese su precio al comprador o a sus causahabientes.⁴⁸ Sobre la propuesta de los miembros del Consejo de Hacienda de incluir entre las reversiones también las alhajas egresadas por *donación* o *merced* discrepan, estimando que su naturaleza era muy distinta. Mientras

⁴⁶ ESCOLANO DE ARRIETA, *Práctica...*, cit., II, p. 130.

⁴⁷ *Memorial ajustado del Expediente de la Ley General de Incorporación*, cit., supuesto XXIII y último, núms. 512-917, pp. 105v-156; la respuesta de los fiscales del Consejo de Castilla D. Pedro Rodríguez Campomanes, D. Santiago Ignacio Espinosa y D. José Celedonio Rodríguez de 12 de noviembre de 1775 (núms. 585-901) ha sido transcrita por Santos CORONAS GONZÁLEZ, *Ilustración...*, cit., pp. 433-486.

⁴⁸ *Memorial ajustado del Expediente de la Ley General de Incorporación*, cit., núms. 627 y 633, pp. 123-123v.

que en las ventas advierten hay falta de libertad por parte de los monarcas, que se ven forzados por la *necesidad* y *urgencias* del momento, en las donaciones legalmente efectuadas el único objetivo era “estimular i conservar en el esplendor de las familias beneméritas el fruto de sus acciones dignas”. En línea con lo anterior señalan asimismo que eran “títulos de propiedad muy respetables”, salvo las otorgadas en momentos y circunstancias históricas concretas (*mercedes enriqueñas*); que la mencionada diferencia no debía perderse de vista para evitar errores en la materia, y que las *donaciones* y *mercedes remuneratorias* se entendían como una recompensa o paga por los servicios prestados a la Corona y causa pública del reino, que debían surtir sus efectos con total plenitud, pues las leyes así lo establecían mandando que fueran firmes a los donatarios.⁴⁹ Y concluyen, luego de hacer otros razonamientos, que por principio general quedaban exceptuadas de la reversión al Fisco, salvo en una serie de casos concretos.⁵⁰

En lo que atañe expresamente a los oficios, aunque los expedientes de desempeño tramitados tuvieron menos importancia, nada sorprendente dada su menor rentabilidad,⁵¹ sabemos que también hubo ciertas discrepancias entre los fiscales de los dos Consejos, puede que incluso leves divergencias entre los dos fiscales de Hacienda (Carrasco y Albalá), en su caso por el precio o cantidades que debía abonarse a sus poseedores: solo el precio primitivo de la egresión, sin incremento alguno (principio general que defendía el primero) o bien contemplar en parte del mismo, según los casos, también otros servicios prestados a la Corona por los causantes del propietario (el segundo, un poco más en línea en este punto de lo que defenderán sus homónimos del Consejo de Castilla).⁵² Sin embargo, no se recogen en la representación y minuta que aquellos presentaron al rey, representándole la necesidad de promulgar una ley de incorporación general de todos los bienes y efectos que hubieran salido del patrimonio real, si bien los fiscales del Consejo de Castilla dejan clara su postura.

Trasladada la propuesta a consulta del Consejo Pleno, junto con la del Procurador General del Reino y demás informes fiscales solicitados a ambos Consejos, la última respuesta de Campomanes, Espinosa y Rodríguez fue en términos generales favorable a impulsar el proceso de incorporaciones, tal y como demandaba sobre todo Francisco Carrasco –fiscal del Consejo de Hacienda y hombre de confianza de Esquilache–, aunque introducen algunas modificaciones en el procedimiento sin alterar el objetivo final. Sobre los

⁴⁹ Citan N. R.: 5, 10, 6; *Ibid.*, núms. 640-641 y 647-651, pp. 123v-124v.

⁵⁰ Se referían básicamente a las denominadas *mercedes enriqueñas*; para relación, José María VALLEJO GARCÍA HEVIA, *La Monarquía...*, cit., p. 348.

⁵¹ *Memorial ajustado del Expediente de la Ley General de Incorporación*, cit., núm. 755, p. 138v.

⁵² *Ibid.*, núms. 880-881, p. 152. Cf. Del Expediente sobre la incorporación de las dos Escribanías de Cámara del Consejo de Órdenes, cit. Salvador Moxó, “Un medievalista...”, cit., p. 621.

oficios en particular y dudas que planteaba su incorporación no profundizan. Queda patente en los pocos párrafos que dedican al asunto,⁵³ en los cuales primero reiteran los principios que fundamentaron su enajenación: la *necesidad* y urgencias de la Corona, admitiendo que fuera un arbitrio del que abusaron los jueces de ventas –léase, los reyes– en el siglo XVII, aunque como contrapartida, atendiendo a las demandas de las Cortes, se le reconoció a los pueblos el *derecho a tantearlos* o consumirlos. Igualmente, justifican su reversión al Erario por *interés público* con devolución de la Real Hacienda del precio abonado por los compradores, máxime si los oficios estaban regentados por tenientes y arrendatarios y no por los propietarios, tal y como solía ocurrir con los enajenados. Una matización nada sorprendente, dado el contenido de otras disposiciones aprobadas por estos mismos años, como por ejemplo la Real Provisión de 28 de abril de 1768 que prohibía arrendar las regidurías perpetuas de las ciudades y villas del reino.⁵⁴

En cuanto a las dudas planteadas por los fiscales del Consejo de Hacienda respecto al precio que se debía desembolsar a los poseedores por los bienes incorporados, para los oficios no se indica nada expresamente, pero por los expedientes manejados se advierte que rigen las mismas reglas que para el resto. Que si se admiten servicios prestados a la Corona en el precio primitivo de egresión abonado por los compradores (o poseedores iniciales), o sus herederos, o bien algún incremento, y esos servicios o incrementos se justifican de forma adecuada, tal y como sucedió con los oficios del Consejo de Cruzada, se debía recompensar en el tanto correspondiente a la estimación de los mismos, teniendo en cuenta el tiempo de la venta.⁵⁵ Por lo demás, los fiscales del Consejo de Castilla consideraban que la incorporación en todos los ramos enajenados era *necesaria* (para evitar nuevas imposiciones), *justa* (porque era conforme a las leyes reales) y *favorable* (para los vasallos, que así no tendría que contribuir doblemente ni el rey echar mano de valimientos).⁵⁶ En el caso de los oficios, sobre todo los de rentas vendidos o acrecentados a cambio de servicios pecuniarios, intervenía otra razón añadida de orden práctico: la necesidad de que la monarquía eligiera libre y directamente los sujetos más *íntegros y experimentados* para la administración, custodia y liquidación de los caudales del erario público,⁵⁷

⁵³ *Memorial ajustado del Expediente de la Ley General de Incorporación*, cit., núm. 755-762, pp. 137-138.

⁵⁴ Provisión despachada a instancias de D. Gabriel Alonso Herrera, juez oficial de la Real Audiencia y casa de Contratación a las Indias y regidor de Cádiz, que confirma otra de 19 de abril de 1750 (*El libro de las leyes del siglo XVIII*, Madrid, 1996, tom. III, lib. 6, núm. 65, pp. 1535-1536). Para otras precedentes, Nov. R., 7, 6, 1 y 4; y en la misma línea otras cercanas en el tiempo (real resolución de 8 de abril de 1763) o posteriores (Real Orden de 13 de octubre y Cédula de 27 de noviembre de 1783), *Idem*, leyes 9, 10.

⁵⁵ *Memorial ajustado del Expediente de la Ley General de Incorporación*, cit., núms. 880-881, p. 152.

⁵⁶ *Ibid.*, núms. 831-833, pp. 146v-147.

⁵⁷ *Ibid.*, núms. 757-759, pp. 136v-137.

que bien pudiera extrapolarse a todos los oficios con jurisdicción (caso de los municipales).

Distinta fue la postura de los miembros del pleno del Consejo Real, que fue consultado en abril de 1777 sobre la propuesta de la ley general de incorporaciones de la Fiscalía del Consejo de Hacienda. En general, se mostró contrario a acelerar las incorporaciones con medidas ejecutivas y prohibición de audiencia, tal y como proponía en la minuta de Real Decreto por ser contraria a derecho; y respecto al informe evacuado por los fiscales del de Castilla matiza e incluso cuestiona su postura en algunos puntos, añadiendo a las consideraciones legales algunas de conveniencia política.⁵⁸ Aun así, en la consulta evacuada recomendaban promulgar una real pragmática con reglas claras y uniformes sobre la materia. Pero esta ley o este plan nunca llegó a aprobarse, siendo así que la incorporación en materia de oficios públicos, como la del resto de los bienes enajenados de la Corona, siguió haciéndose conforme a normas nunca sistematizadas, por debajo de las cuales *los usos* (a veces privados en el modo de proceder de los órganos e instituciones implicadas) suplían las lagunas legales a la par que generaban *prácticas* –lo que podría denominarse *estilo*– por todos conocidas, que no expresamente reconocidas.⁵⁹

Pese a todo, la política de incorporaciones desplegada durante el reinado de Carlos III no parece haber sido estéril, pues, al margen de sus logros productivos, pudo contribuir a difundir (o expandir) el espíritu e ideas favorables a la reversión. Prueba de ello es que continúa siendo una preocupación esencial del rey y sus ministros. Como tal figura en la *Instrucción reservada de la Junta Suprema de Estado*, elaborada por Floridablanca en 1787, con mención expresa de los oficios de regidores, escribanos y “otros de los pueblos, [y necesidad de ir] cortando el abuso de los arrendamientos, y otros con que convierten tales oficios en medios de estafar y vejar a mis amados súbditos” así como de tantear y consumir los oficios enajenados “en quanto permitieren las leyes y condiciones de millones”.⁶⁰ Durante estos años se promulgan también algunas disposiciones orientadas a resolver problemas a veces descubiertos a través del proceso y otras implícitos al mismo. Es el caso, por ejemplo, de la Real Orden de 13 de octubre y Cédula expedida por el Consejo de 27 de noviembre de 1783 que preceptuaba el cese de los arrendamientos de los oficios públicos *secuestrados* en los Reinos de Sevilla y Granada (incluidos los de la Audiencia y Chancillería) merced al negocio de incorporación o trámites de confirmación de títulos que allí se llevaron a

⁵⁸ José María VALLEJO GARCÍA-HEVIA, *La monarquía...*, cit., pp. 353-357.

⁵⁹ FRANCISCO TOMÁS Y VALIENTE, “Legislación liberal...”, cit., pp. 703-722, esp. p. 713.

⁶⁰ JOSÉ L. BERMEJO CABRERO, *Estudios sobre la administración central española: siglos XVII y XVIII*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 1982, p. 226 (núms. 49 y 50), donde publica el índice y resumen de materias de la Instrucción (223-243). Para transcripción completa, JOSÉ A. ESCUDERO, *Los orígenes del Consejo...*, cit., II, pp. 32-33 y 105.

cabo. Por la exposición de motivos sabemos que con esta medida se pretendían atajar los fraudes que se hacían al derecho de la *media annata* y “remediar otros males políticos que se han seguido de servirse los mencionados oficios secuestrados sin las formalidades y requisitos convenientes”. Igualmente nos enteramos, porque se regula, del modo en que se debían de nombrar las personas que los ejercieran (hasta que el propietario presente cédula de confirmación y pagara el valimiento), siendo obligación de los pueblos costear los gastos de esos arrendamientos y nombrar personas a cargo de sus Propios y Arbitrios cuando se tratase de oficios municipales y lo estimasen conveniente, informando de ello a la Cámara y Real Hacienda. Mientras que con relación a los tribunales afectados (Chancillería de Granada y Audiencia de Sevilla) se mandaba al Intendente remitir relación detallada con su parecer.⁶¹

III. Hacia el final del Antiguo Régimen

Con Carlos IV persiste el interés por incorporar a la Corona los oficios enajenados y reducir su excesivo número, incluso se aprueban leyes específicas al respecto, pero en general son vacilantes o dubitativas: a veces solo admonitorias, otras sin embargo innovadoras, conllevando avances significativos respecto a las anteriores. Entre las primeras figura el Auto Acordado de 14 de noviembre y Circular de diciembre de 1795 del Consejo de la Cámara, que prescribía las reglas convenientes o capítulos de la Instrucción que regían en la Secretaría de la Cámara para el despacho, traspaso, renuncia y devolución al Erario público de los oficios enajenados, distinguiendo según que fueran perpetuos, renunciables o libres. Nada nuevo, sencillamente confirma y clarifica providencias o disposiciones ya vigentes pero no siempre o poco aplicadas.⁶²

Para la materia que nos ocupa mas interés y trascendencia tiene la Real Orden de 24 de junio de 1797 –refrendada por otra de 5 de septiembre de 1798– que manda al Consejo de Hacienda promover las reversiones y proceder a una revisión general de los títulos de los oficios enajenados por precio, quedando los poseedores (tenientes) o dueños obligados a presentarlos en el término preciso de dos meses, con preferencia reconocida para los propietarios, bajo pena de incorporarlos y –aquí está la *novedad*– “sin desembolso de la Real Hacienda”; aun en caso de hacerlo se les reconocería solo el usufructo vitalicio, revirtiendo a su muerte los oficios a la Corona, que dispondría de ellos libremente.⁶³ De modo que la incorporación se producía no por reintegro al titular del precio de egresión sino a petición

⁶¹ Nov. R. 7, 6, 10.

⁶² Nov. R. 7, 8, 12.

⁶³ Nov. R., 7, 8, 14.

del interesado a cambio de que se le cediese el uso de por vida. El antiguo titular-propietario (perpetuo) se convertía así en un titular-usufructuario de carácter vitalicio, sin derecho alguno sobre el mismo ni posibilidad de tras pasarlo. Era un precepto nuevo, que sin alterar la condición de los oficios enajenados planteaba su incorporación gradual; en mi opinión –y coincido en ello con lo sugerido por Tomás y Valiente con relación a un expediente tramitado al amparo de esta ley– inteligentemente proyectado, con unos fines esencialmente fiscales o recaudatorios.⁶⁴ A la postre durante el tiempo que se aplicó, que no fue mucho, tuvo efectos en el plano institucional y político. Como más evidente, una alteración en la calidad jurídica de los titulares de oficios enajenados y consecuentemente también en la naturaleza o razón del interés de aquéllos: quienes acceden a la incorporación por este procedimiento no codiciaban el oficio para lucrarse de él como un bien o cosa (*res*) patrimonial (posibilidad vincularlo, transmitirlo a sus herederos, venderlo, arrendarlo, etc.) sino para beneficiarse durante su vida (como ejercientes o poseedores vitalicios).

En la práctica su aplicación desencadenó numerosos recursos o demandas por parte de los afectados, sobre todo de los dueños o propietarios. Alegan razones diversas, que evidencian el caos y desorden existente. Tratándose de regimientos municipales, que son los oficios para los que disponemos de más información,⁶⁵ unos dicen que, aun hallándose en posesión por muchos años de los mencionados oficios y con títulos que habían sacado para el ejercicio de los que los necesitaban, no tenían el de egrésión de la Corona ni lo encontraban en sus oficinas y archivos; otros, que al no poder servir el oficio por circunstancias particulares les era inútil la preferencia frente a los tenientes (téngase en cuenta que hablamos de un período donde el absentismo capitular que arranca de la primera mitad del XVIII es generalizado y muy alto); los menos, que para su manutención y la de su familia no tenían finca ni arbitrio; y muchos ofrecían servicios pecuniarios para evitar los gastos y resultas de los pleitos o también la incertidumbre de que se les pudieran poner en lo sucesivo, una forma de proceder que ya se había empleado en otras ocasiones.

Corroborra el matiz señalado, aunque quizás también influya esa cascada de demandas con dilaciones voluntarias y perjudiciales para la Real Hacienda así como las apremiantes urgencias de la Corona, el hecho de que apenas transcurridos tres años y cuatro meses se cambie el precepto mediante una Cédula del Consejo de 9 de noviembre de 1799, dirigida al Gobernador

⁶⁴ Cf., para el caso concreto de incorporación de una de las dos escribanías de la villa de Arjona basado en esta Real Orden, FRANCISCO TOMÁS Y VALIENTE, "Dos casos...", cit., pp. 378-379.

⁶⁵ Actas municipales de los concejos de Santiago (Archivo Histórico de la Universidad de Santiago), Lugo (Archivo Histórico Provincial de Lugo) y Ourense (Archivo Histórico Provincial de Ourense). Para ejemplo fuera de Galicia, RAMONA PÉREZ DE CASTRO, *Los regidores del concejo de Gijón durante la Edad Moderna (siglos XVI-XIX)*, Oviedo, Real Instituto de Estudios Asturianos, p. 31.

del Consejo de Hacienda, y Real Decreto del mes siguiente (6 de diciembre) que suspende la incorporación de oficios conforme a dichas órdenes, sustituyéndola por el pago de un nuevo valimiento⁶⁶. En concreto, ordenaba al Consejo de Hacienda hacer una nueva revisión general de todos los títulos de propiedad de oficios enajenados, dando a los poseedores y tenientes de los mismos un plazo de dos meses para presentar los documentos acreditativos ante el gobernador del mismo, bajo pena “de confiscación” o expropiación. El Consejo debía examinarlos “de plano y sin figura de juicio” –es decir, *gubernativamente*–, proponiendo los que considerase legítimos para expedir a su favor la cédula de confirmación, entregando previamente en las Cajas de Reducción de Vales creadas al efecto la tercera parte del valor estimado (tasado) de sus oficios, quedando el tanto consignado como aumento de su precio. Era una forma de encarecer artificialmente el oficio público enajenado, lo que en cierta forma complicaba una posible reversión.

En la misma dirección van las facilidades dadas para la confirmación de títulos y pago del nuevo valimiento: en caso de aparecer algún defecto por no existir títulos de egresión o notarse falta en ellos, podría suplirse con un servicio pecuniario (o tasación practicada por el Consejo) proporcional al defecto observado en la justificación; igualmente, cuando el oficio no rentara nada, el importe se calcularía atendiendo a su valor honorífico y en base al precio de mercado si se vendiera. Además, para realizar con acierto su cometido y evitar competencias se manda traspasar al mencionado Gobernador los pleitos pendientes en el Consejo sobre la materia, así como los expedientes que estaban en la Secretaría de Despacho, a fin de que les diera curso de acuerdo con la nueva disposición. Mientras que para la actividad informativa (e inspectiva) preliminar a la fase de confirmación y recaudación se le faculta para solicitar a las justicias de los pueblos todos los datos e información que consideren necesaria.⁶⁷

La opción carolina es clara: entre el derecho de incorporación de los oficios enajenados o recuperación de la disponibilidad sobre los mismos para la Corona (utilidad pública) en la línea más avanzada del reformismo ilustrado y la vía de la supervisión y autenticación títulos, previo pago del valimiento, más acorde de la política y medidas de los primeros Borbones, se elige la segunda alternativa. Para ello, y dado que los oficios eran de natu-

⁶⁶ Nov. R., 7, 8, 15.

⁶⁷ *Ibid.*, AHN, *Consejos*, Junta de Incorporaciones, leg. 11.573, cit. Manuel CUESTA MARTÍNEZ, *Oficios públicos y sociedad: administración urbana y relaciones de poder en la Córdoba de finales del Antiguo Régimen*, Córdoba, Universidad de Córdoba, 1997, p. 83, nota 269. Ya antes llamó la atención sobre su contenido e importancia el liberal Antonio SACRISTÁN Y MARTÍNEZ, *Municipalidades de Castilla y León: estudio histórico-crítico*, Madrid, Instituto de Estudios de Administración Local, 1981, p. 456. Para ejemplos prácticos: Manuel CUESTA MARTÍNEZ, *Oficios...*, cit., pp. 82-84; otra modalidad es la del cabildo veleño, quien pagó el nuevo valimiento conjuntamente, imputando su coste a las arcas municipales y a las haciendas particulares (Pilar PEZZI CRISTÓBAL, *El gobierno...*, cit., p. 91).

raleza y calidades diversas, por una resolución real de 1804, a consulta de 18 de diciembre, se confirma o ratifica el precepto de 1795, que regulaba todo lo relativo a la expedición de títulos, traspaso, renuncia y devolución a la Corona de los mismos.⁶⁸ Es obvio que con ello nada cambió ni se avanzó en el proceso de incorporación de los oficios enajenados, en general patrimonializados. Habrá que esperar a la etapa gaditana para que se asienten los principios que en las décadas posteriores permitirán ir cambiando poco a poco el régimen jurídico de aquellos oficios; esto es, sustituir los *propietarios* de oficios públicos y prácticas derivadas de la adquisición de los mismos *iure privato* por los simples *poseedores* de cargos e incorporación por ley, es decir, sin compensación alguna. Pero este es un asunto que en sentido estricto excede al Antiguo Régimen, además existe autoridad a la cual poder recurrir.⁶⁹

IV. Consideraciones finales

En las páginas precedentes analizamos algunas de las disposiciones normativas, el marco de referencia y los principios fundamentales que sustentaron la reversión de los oficios públicos “enajenados” a la Corona durante el siglo XVIII. Volviendo sobre el planteamiento inicial, como colofón quisiera hacer dos o tres reflexiones sobre un proceso que se revela mucho más complejo de lo que a primera vista pudiera pensarse, dado que afecta a un objeto –los cargos públicos, bienes de la Corona en general– traspasados y transmitidos bajo modalidades diversas (el concepto de “venalidad” ya es complicado en sí), máxime cuando se explicita que atañe a los “vendidos por precio” y no están sujetos a ese retracto los concedidos “por donación i merced remuneratoria”. Semejante diferencia resulta bien desconcertante, ya que significa enfrentarse a un problema de definición (criterios de distinción) y de los conceptos que engloban (o relacionados con ambos), asunto tanto o más enrevesado, que exige estudiar distintos casos prácticos. De ahí que lo que aquí se diga tenga algo o mucho de provisional.

La primera consideración atañe al vocabulario empleado en las leyes, que sigue siendo un lenguaje ficticio y a veces incluso incoherente, como antes ocurriera con las que prohibían la venta de cargos públicos, en parte porque se crean al amparo de los mismos conceptos y fundamentos jurídicos antiguos. Pero tímidamente también comienzan a abrirse camino y se van imponiendo nuevos usos lingüísticos, sobre todo en la etapa final del Antiguo Régimen, que apuntan hacia un nuevo *tempo* político. Por ejemplo, para referirse a los titulares de oficios enajenados en la jurisprudencia finisecular cada vez se habla menos de dueños o *propietarios* de los mismos y más de

⁶⁸ Nov. R., 7, 8, 12.

⁶⁹ Francisco TOMÁS Y VALIENTE, “Legislación...”, cit.

poseedores y ya en los últimos años del siglo *tenientes* del oficio (Real Orden de 24 de junio de 1799), como si solo fueran o se refirieran a sus titulares o autorizados por posesión concedida por el Fisco en el título emitido para su ejercicio. Otras veces se utiliza el término *poseedores* en un sentido polisémico, que resulta igualmente significativo. Las palabras son todo menos inocentes, aunque a veces sus usos y contenidos no acompañan la realidad social del momento en que se emplean.⁷⁰

Respecto a los fundamentos jurídico-políticos utilizados por los publicistas dieciochescos para defender o atacar la (re)incorporaciones de los oficios –de todos los bienes y alhajas enajenadas del patrimonio real en general– también llaman la atención las incoherencias y contradicciones teóricas que sus razonamientos a veces encierran.⁷¹ Los valedores de la reforma, como Campomanes o Carrasco, y tratadistas de la época, defienden esa reversión basándose en la *constitución secular española*; es decir, en el hecho de que los reyes habían jurado en Cortes una ley fundamental que prohibía la alienación *perpetua* del patrimonio de la Corona, cuyo origen remontan a la monarquía visigoda (*Forum Iudicum* de Recesvinto) que fue recogida por las *Partidas* (II, 15,4). El problema radicaba en que esos mismos reyes que habían jurado defender las leyes fundamentales –leyes generales del reino–, las habían incumplido reiteradamente. Así es que para eludir tal contradicción reconocen –Campomanes entre ellos– que solo obligaban al monarca en cuanto a su fuerza directiva (poderío real absoluto), y no a la coactiva,⁷² siendo así que su inobservancia no debía justificar su deposición. Además, desde el punto de vista jurídico, se presumía que algunas habían sido obtenidas por sus ministros abusando de la buena fe del soberano.

Dentro de este marco, la inobservancia de los pactos formulados históricamente con relación a la enajenación a perpetuidad de bienes y alhajas de la Corona o del *regnum* se justifica cuando intervienen motivos justos: por *necesidad* de la República (necesidad de utilidad pública). Y sobre el mismo principio fundaban, como se ha visto, el derecho de quitarlos o recobrarlos, conforme a las leyes del reino. Lo que resulta paradójico es que los defensores del patrimonialismo y del absolutismo regio –por tanto, los más favorables a aumentar el poder discrecional del monarca y su real patrimonio– usaran categorías políticas medievales o premodernas (*Corona*, *regnum*, *corpus mysticum*, *pactum dominaciones*, etc.), pues son conceptos empleados casi siempre por los representantes de la tradición (nobleza y clero) para defender sus privilegios y frenar la soberanía (*potestas*) absoluta del príncipe. Por su parte, los detractores de la reversión general y contrarios a acelerar el proceso con medidas ejecutivas (pleno del Consejo Real)

⁷⁰ Cf. Reinhart KOSELLECK, “Historia conceptual e historia social”, en *Futuro Pasado. Para una semiótica de los tiempos históricos*, Barcelona, Paidós, pp. 105-126.

⁷¹ Cf. Antonio RIVERA GARCÍA, “Cambio dinástico...”, cit., pp. 229-235.

⁷² Cf. F. SUÁREZ, *Las Leyes*, IEP, Madrid, 1967-68, III, XXXV; RIVERA GARCÍA, p. 17, nota 61.

utilizan asimismo argumentos que pueden ser interpretados como una defensa del absolutismo. Así, por ejemplo, señalan que “ni los pactos ni el juramento *atan* las manos de los soberanos, ni pueden presumirse que los hacen para privarse de la potestad de vender, o enajenar perpetuamente algunas alhajas de la Corona, interviniendo motivos justos y convenientes, y con los cuales no se ocasione daño, ni al Reino, ni á la causa pública”; o que “después de lo pactado y jurado en Cortes quedó al Rey la facultad de regular, y apreciar la necesidad que havia de preceder para las enajenaciones”.⁷³ Un concepto político, este del estado de necesidad, que, como probaron algunos autores, sirvió para legitimar el absolutismo y la concentración de la soberanía en manos del monarca; y que, como acabamos de señalar, también podía servir para legitimar las reversiones, por cuanto el rey siempre puede decidir si existe un estado de necesidad que obliga a los particulares el patrimonio real enajenado.

Quiérese decir con ello que nuestros ministros-juristas del XVIII mezclan, con independencia de su postura, categorías medievales contrarias al absolutismo con conceptos y principios propios del mismo. Otra cosa es que esos conceptos y palabras se usen o tengan siempre el mismo (único) significado. En cualquier caso, confluyen elementos viejos con algunos otros nuevos, una acumulación que también se da en el plano institucional (viejas estructuras y nuevos instrumentos, que pugnan por reducirles el espacio a aquellas) que vienen a representar lo que algún autor denominó, exagerando un poco, “las posibilidades y límites de la política reformista”.⁷⁴ Con todo, el armazón, los conceptos y principios que los sustentan, y también los hechos siguen siendo los del modelo tradicional.

En el plano jurídico, los procesos de incorporación pueden servir para conocer mejor el de venalidad y el de la transmisión de los cargos públicos, del que aquel era una vertiente, pues, como ocurrió con las plazas del Consejo de Cruzada, su curso podía cambiar la naturaleza del traspaso primigenio. Seguramente también sirvan para hacer aflorar un sinfín de situaciones particulares que van modulando la aplicación de la regla general. No es tarea fácil, pero es una vía para introducir nuevos elementos de reflexión sobre el tema y para ahondar en su contenido⁷⁵. Por el momento, de lo expuesto yo destacaría dos elementos a tener en cuenta. Uno que atañe a la dialéctica entre el mérito, los servicios prestados y la merced remuneratoria. Se considera legítima, y en ella interesa el cuánto (valor de los méritos y también de los servicios) tanto como el cómo, pues las mercedes o donaciones remuneratorias son objeto de incorporación y tasar aquellos es un

⁷³ José María VALLEJO GARCÍA-HEVIA, *La monarquía...*, cit., pp. 354-355.

⁷⁴ Carlos GARRIGA ACOSTA, “Gobierno...”, cit., pp. 107-108.

⁷⁵ Añadidos a los muchos que ya propone Jean Pierre DEDIEU, “Acercarse a la «venalidad»”, en Francisco ANDÚJAR CASTILLO y María del Mar FELICES DE LA FUENTE (eds.), *El poder...*, cit., pp. 19-28.

criterio fundamental para calibrar el precio que se debía reembolsar a los poseedores de los bienes incorporados. Vinculado a ello estaría el binomio oficio / honor. En el caso de las ventas contractuales se traspasa la propiedad (el beneficiario tiene él mismo la posibilidad de transmitir la plaza), pero en el caso de los concedidos por merced no: solo traspasa su ejercicio y el salario (y derechos) de la misma. Precisamente este era el criterio al que querían acogerse los dueños de las Contadurías mayores de Cruzada, aduciendo que por ello no incurrían en delito de simonía y el rey no vendiera lo que no era suyo (cargo o bien material de naturaleza eclesiástica), sino el *honor* o usufructo del mismo. Pero el veredicto final fue otro.

Entra en juego aquí el segundo punto de interés: el dinero y los servicios prestados, “servicios por precio” que están detrás de las mercedes remuneratorias, las cuales toman la forma de un intercambio monetario (intercambio mercantil) donde el beneficiario recibe a cambio unos réditos (sueldo pactado), que puede incrementarse aumentando la aportación de los servicios (principal). Esto acerca dichos oficios, incluidos en la categoría de *redituables*, a la de los “enajenados”. Las leyes y doctrina sobre las incorporaciones los equipara como objeto de reversión, diferenciándolos en cambio de la merced o donación simple; y el procedimiento usado para efectuarlas sería parecido al ejecutado para el desempeño y reducción de *juros*. Significativamente, recuérdese, como antecedente inmediato del primer Real Decreto que preceptúa la incorporación de alcabalas, tercias y demás rentas reales enajenadas por ventas perpetuas y al quitar (18 de noviembre de 1732) se citaba la Real Cédula de 6 de noviembre de 1727, que disponía la reducción de *juros*. Transitamos así por el mundo del intercambio y de las transacciones mercantiles, muy debatido en la moral occidental desde la antigüedad. Para el asunto que nos ocupa clave a la hora de explicar por qué estaban prohibidas ideológicamente las ventas, por qué se ocultan algunas de estas relaciones contractuales eufemísticamente bajo otros conceptos y, lo más importante, por qué se reedita esta problemática cuando se plantean las incorporaciones tanto en el plano teórico (doctrinal) como práctico (en el caso de las coactivas, que se resuelven mediante juicio). Investigar dicho proceso interesa por eso doblemente: como reverso de la enajenación, no en vano se asienta en los mismos principios, pero sobre todo como punto de llegada de la misma, pues abarca el fenómeno de la transmisión que pone el acento en los cambios, que también los hubo en el transcurso del tiempo.

**PRÁTICAS DE VENALIDADE
NAS MONARQUIAS IBÉRICAS
E SEUS DOMÍNIOS**

SERVIR AL REY, RECIBIR MERCEDES: ASENTISTAS MILITARES Y RECLUTADORES PORTUGUESES AL SERVICIO DE FELIPE IV ANTES DE LA GUERRA DE RESTAURACIÓN*

ANTONIO JIMÉNEZ ESTRELLA
Universidad de Granada

I. Introducción

Desde fines del siglo XVI factores como el estancamiento demográfico en Castilla y una menor predisposición a servir en la carrera de armas, hicieron cada vez más difícil el funcionamiento de los métodos de reclutamiento voluntarios que se realizaban por comisión, con la intervención directa de capitanes reclutadores, elegidos entre aspirantes con servicios y méritos suficientes para encabezar compañías a sueldo del rey. Como Thompson demostró hace años, el sistema de administración directa militar fue progresivamente sustituido por otro, indirecto, basado en la participación de los asentistas particulares y los miembros de las oligarquías locales. Ese nuevo modelo implicaría cambios en lo referente al reclutamiento de hombres para la guerra, ya que el rey, incapaz de movilizar por la vía administrativa y con sus propias finanzas todos los recursos militares que necesitaba poner en los distintos frentes abiertos, tuvo que echar mano de otro tipo de procedimientos de leva por medio de intermediarios, asentistas, agentes reclutadores, miembros de las elites locales y de la nobleza, lo que, en opinión del historiador inglés, supuso un proceso de desprofesionalización de la guerra y de debilitamiento del modelo administrativo y absolutista instaurado por los Austrias¹.

* Este trabajo se ha realizado en el marco del Proyecto de Excelencia *Realidades conflictivas: Sociedad, política, economía e ideología en Andalucía y América en el contexto de la España del Barroco* (P07-HUM-02835), financiado por la Consejería de Innovación, Ciencia y Empresa de la Junta de Andalucía.

La nueva realidad planteaba unas reglas de juego muy distintas a las que se habían desarrollado en época de Carlos V y Felipe II. Si antes los procedimientos de nombramiento de capitanes para levantar compañías se basaban fundamentalmente en la experiencia y méritos de los alféreces solicitantes, mediante un sistema de elección que pasaba por los filtros de las secretarías del Consejo de Guerra, ahora, el hecho de que desde principios del XVII fuese cada vez más difícil y costoso reclutar soldados, abría la puerta del acceso a la carrera militar a individuos con escasos o nulos servicios en el campo de batalla, pero sí con otro tipo de “méritos”,² que tenían más que ver con su hacienda y la red de contactos que podían mantener en el marco local, lo que sin duda les facilitaría la movilización de soldados para el rey en poco tiempo. Bajo esta premisa, aparecieron procedimientos de carácter venal para el acceso a puestos de oficiales que, a pesar de no implicar una patrimonialización del oficio ni concertarse la venta directa de los mismos por contrato o asiento, sí llevaba implícito como paso previo a su concesión un acuerdo de financiación de las unidades militares a cambio de la entrega del rango al que se aspiraba, o bien de otro tipo de contraprestaciones honoríficas, asimiladas al valor de la leva³. Ese fue el caso del reclutamiento “a costa” de particulares, consistente en que un determinado individuo ofertaba al rey la posibilidad de reclutar, vestir, armar y transportar una compañía de soldados a su costa, a cambio de una patente de capitán y, en la mayoría de los casos, de una cédula de suplimiento. Dicha cédula era fundamental para el caso de aspirantes sin servicios militares, pues era el documento legal emitido por el rey que permitía al candidato “suplir” los

¹ I. A. A. THOMPSON, *Guerra y decadencia. Gobierno y administración en la España de los Austrias, 1560-1620*, Barcelona, 1981. El autor desarrolla estas tesis de modo más específico en su interesante artículo: “La movilización de los recursos nacionales y las tesis de Downing. La guerra y el Estado en España a mediados del siglo XVII”, en Enrique MARTÍNEZ RUIZ y M. PAZZIS PI CORRALES (dirs.), *España y Suecia en la Época del Barroco (1600-1660)*, Madrid, 1998, pp. 279-306.

² Desarrollamos la idea de mérito y servicio en el ejército en: Antonio JIMÉNEZ ESTRELLA, “Mérito, calidad y experiencia: criterios volubles en la provisión de cargos militares bajo los Austrias”, en *Oficiales reales. Los servidores del rey en la Monarquía Hispánica, siglos XVI-XVII* (en prensa).

³ Al respecto, son muy estimulantes las reflexiones que realiza Jean Pierre Dedieu sobre la conceptualización y reformulación de términos como venalidad, patrimonialización, venta de oficios, etc., desde una óptica muy diferente a la tradicional: Jean Pierre DEDIEU, “Acercarse a la ‘venalidad’”, en Francisco ANDÚJAR CASTILLO y María del Mar FELICES DE LA FUENTE (eds.), *El poder del dinero. Ventas de cargos y honores en el Antiguo Régimen*, Madrid, 2011, pp. 19-28. Asimismo, por lo que toca a Portugal, en la misma obra colectiva Fernanda Olival y Roberta Stumpf realizan sendos estudios sobre la venalidad en tierras lusas, siendo el de ésta última una interesante puesta al día historiográfica: Fernanda OLIVAL, “Economía de la merced y venalidad en Portugal”, en Francisco ANDÚJAR CASTILLO y María del Mar FELICES DE LA FUENTE (eds.), *El poder...*, cit., pp. 345-357; Roberta STUMPF, “Venalidad de oficios en la monarquía portuguesa: un balance preliminar”, en Francisco ANDÚJAR CASTILLO y María del Mar FELICES DE LA FUENTE (eds.), *El poder...*, cit., pp. 331-344.

años de servicio y antigüedad que exigían las ordenanzas -en torno a diezdoce años para ser capitán-. Esta modalidad de reclutamiento, testimonial en los primeros años del siglo XVII, alcanzará cifras mucho más importantes en la década de 1630, sobre todo desde 1635, en que se produce la ruptura de hostilidades con Francia y la mala situación financiera de la Monarquía imponga la búsqueda de todo tipo de expedientes y arbitrios con que sufragar los elevados costes de la guerra.⁴ Como hemos podido analizar en un estudio recientemente publicado, el sistema de reclutamiento a costa permitió la entrada en el ejército de un buen número de capitanes reclutadores “con caudal y séquito” pero sin experiencia en la milicia,⁵ constituyendo un procedimiento venal en el que primaron más las exigencias de hombres para la guerra que cualquier criterio meritocrático en la elección de los oficiales y que, como ha demostrado Antonio José Rodríguez Hernández, alcanzaría sus cifras más elevadas a partir de los años ochenta del siglo XVII, bajo el reinado de Carlos II.⁶

La generalización del sistema de reclutamiento mediante el concurso de reclutadores privados presentaba otras posibilidades que iban más allá de la entrega de patentes de oficiales del ejército, y eso es lo que lo hacía realmente atractivo para muchos individuos que pretendían medrar socialmente. Por eso a partir de 1635 desde Madrid se emprendió una verdadera campaña de concesión de hábitos de órdenes militares vinculados al reclutamiento de unidades, canalizando numerosas ofertas de distintos capitanes reclutadores particulares que ofrecían levantar a su costa un número de hombres a cambio de hábitos, para su envío preferentemente a Cataluña.⁷ La entrada de los hábitos como instrumento de pago a reclutadores ampliaba el mercado venal de honores que por entonces se estaba registrando. No sólo

⁴ Sobre la situación económica y financiera en el reinado de Felipe IV, *vid.*: C. ÁLVAREZ NOGAL, *Los banqueros de Felipe IV y los metales preciosos americanos (1621-1665)*, Madrid, 1997. Para un marco cronológico más amplio y orientado al análisis de las relaciones entre rey y reino en el marco de la negociación fiscal, *vid.*: J. E. GELABERT, *La bolsa del rey. Rey, reino y fisco en Castilla (1598-1648)*, Barcelona, 1997.

⁵ Analizamos la cuestión al detalle en: Antonio JIMÉNEZ ESTRELLA, “El reclutamiento en la primera mitad del XVII y sus posibilidades venales”, Francisco ANDÚJAR CASTILLO y María del Mar FELICES DE LA FUENTE (eds.), *El poder del...*, cit., pp. 169-190.

⁶ Antonio José RODRÍGUEZ HERNÁNDEZ, “Patentes por soldados. Reclutamiento y venalidad en el ejército durante la segunda mitad del siglo XVII”, en *Chronica Nova*, n° 33 (2007), pp. 37-56. El autor desarrolla de un modo más amplio esta idea en la que sin duda es la monografía definitiva sobre el reclutamiento en la segunda mitad del siglo XVII, y en la que analiza todos los modelos y tipologías de reclutamiento arbitrado para abastecer a la Monarquía de hombres en sus múltiples frentes bélicos: *Los tambores de Marte. El reclutamiento en Castilla durante la segunda mitad del siglo XVII (1648-1700)*, Valladolid, 2011.

⁷ La campaña, canalizada desde la Junta de Hábitos, ha sido estudiada por A. JIMÉNEZ MORENO, “Honores a cambio de soldados, la concesión de hábitos de las órdenes militares en una coyuntura crítica: la Junta de Hábitos (1635-1642)”, en Enrique SORIA MESA y José Miguel DELGADO BARRADO (eds.), *Las élites en la Época Moderna: La Monarquía Española*, t. 3, *Economía y Poder*, Córdoba, 2009, pp. 155-172. Véase también el trabajo de Domingo Marcos GIMÉNEZ

se permitía el acceso de individuos con hacienda al primer escalafón de la nobleza castellana, sino también la posibilidad de ofertar el reclutamiento de unidades militares de mayor tamaño a cambio de varias patentes en blanco de oficiales y suboficiales –alféreces y sargentos–, con sus correspondientes suplimientos y “paquetes” de varios hábitos de órdenes –preferentemente de Santiago, por ser los más apreciados en la época– que se colocarían en el mercado privado para su venta a terceros, con objeto de financiar la leva.⁸ Y se fue aún más lejos, desde el momento en que el levantamiento de unidades militares se erigió en fuente de adquisición venal de títulos de nobleza. En efecto, a partir de la década de 1630 y, posteriormente, con especial intensidad en el período venal por excelencia que fue la década de 1680, se registraron ofertas de aspirantes a títulos de conde o marqués, que propusieron a la Corona levantar tercios enteros vestidos, armados y transportados enteramente a su costa –generalmente entre 400 y 700 hombres, muy pocas veces se llegaba a los 1.000–, a cambio de la entrega de títulos nobiliarios o la concesión de Grandezas.⁹ El reclutamiento se revelaba así como un verdadero instrumento de ascenso social en el Antiguo Régimen, cuyas posibilidades acabarían explotándose y desarrollándose a unos niveles hasta entonces desconocidos, bajo la nueva dinastía de los Borbones.¹⁰

El reclutamiento y las necesidades financieras de la Monarquía constituyeron el binomio perfecto para la apertura de una vía de promoción y movilidad social ascendente, que permitía el acceso a rangos de maestre de campo, capitán, mercedes de hábito e hidalguías, incluso títulos de la alta nobleza, a individuos dispuestos a usar su dinero, patrimonio y clientelas a nivel local, para montar unidades militares al servicio del rey. Este tipo de mercedes se convirtió también en una parte importante de los contratos firmados por los grandes agentes reclutadores de Felipe IV. A partir de los años treinta del siglo XVII se multiplica el número de asentistas con los recursos económicos y la red de contactos adecuada para hacerse cargo de grandes empresas de reclutamiento al servicio del rey. En la Península, las modalidades de asientos firmados fueron más allá de las meras empresas mercantiles que venían funcionando desde el siglo XVI y en las que se estipu-

CARRILLO, “La venta de hábitos de las Órdenes Militares en el siglo XVII. Entre la ocultación y el delito de simonía”, en FRANCISCO ANDÚJAR CASTILLO y MARÍA DEL MAR FELICES DE LA FUENTE (eds.), *El poder del... cit.*, pp. 301-313.

⁸ ANTONIO JIMÉNEZ ESTRELLA, “El reclutamiento en la...”, cit.

⁹ Analizamos algunos casos para la década de 1630-40, en ANTONIO JIMÉNEZ ESTRELLA, “El reclutamiento en la...”, cit. Asimismo, ANTONIO JOSÉ RODRÍGUEZ HERNÁNDEZ ofrece cifras sobre los ritmos de concesión, la naturaleza de los asientos, los aspirantes a títulos mediante la vía del reclutamiento, sobre todo para la década de 1680, en: “La venta de títulos nobiliarios a través de la financiación de nuevas unidades militares durante el siglo XVII”, en FRANCISCO ANDÚJAR CASTILLO y MARÍA DEL MAR FELICES DE LA FUENTE (eds.), *El poder del... cit.*, pp. 274-300.

¹⁰ Al respecto, véase: FRANCISCO ANDÚJAR CASTILLO, *El sonido del dinero. Monarquía, ejército y venalidad en la España del siglo XVIII*, Madrid, 2004.

laba la formación de grandes unidades militares a cambio de dinero, como fue usual en los asientos a gran escala para la movilización de soldados mercenarios de naciones hacia los campos de batalla europeos durante la Guerra de los Treinta Años.¹¹ En muchos casos se trataba de asentistas y reclutadores privados que concertaban el reclutamiento de un tercio y el mantenimiento hasta su embarque, a cambio de obtener el rango de maestro de campo junto con todas las patentes y suplimientos de los cargos de oficiales y suboficiales. Y en otros, como veremos más adelante, se concertaba una contraprestación en dinero para sufragar parte de la leva, a lo que se añadían patentes y mercedes honoríficas – hábitos de órdenes e hidalguías preferentemente – , que podían servir para completar la financiación.¹²

Aunque en una proporción bastante menor que los territorios castellanos, Portugal también debía abastecer de soldados a la Monarquía. Desde principios de los años treinta en Madrid se tiene muy presente su importancia como vivero de hombres para los ejércitos reales. La cuestión se aborda en una consulta de principios de febrero de 1631, en torno a una orden regia por la cual se disponía la realización de una gran campaña de reclutamiento en territorio peninsular para reunir, en teoría, 22.500 hombres.¹³ El peso más importante, como era habitual, lo soportaría Castilla con 15.000 hombres distribuidos en sesenta compañías de 250 soldados cada una. Las previsiones del Consejo eran demasiado optimistas, teniendo en cuenta que el índice de reclutas voluntarios por compañía había descendido considerablemente desde el último cuarto del siglo XVI, y a principios de los treinta ya era suficiente con llenar compañías de cien hombres.¹⁴ Una cosa eran las previsiones teóricas marcadas desde Madrid y otra muy distinta la realidad a la que se enfrentaban los oficiales encargados de las levas. Por eso en la misma orden se recomendaba que en la elección de los capitanes se mirase que fuesen “personas de entera satisfacción y experiencia, y otras de

¹¹ Sobre la cuestión de los asientos militares y las grandes empresas militares de reclutamiento para la provisión de hombres en el marco de la Guerra de los Treinta Años, véanse, entre otros: Fritz REDLICH, *The German enterpriser and His Work Force: A Study of European economic and Social History*, 2 vols., Wiesbaden, 1964-65; Peter H. WILSON, “The German «Soldier Trade» of the Seventeenth and Eighteenth Centuries: A Reassessment”, en *The International History Review*, vol. 18, n° 4 (nov. 1996), pp. 757-792.

¹² Un interesante análisis de las distintas tipologías de reclutamiento por asiento, en: FRANCISCO ANDÚJAR CASTILLO, “Empresarios de la guerra y asentistas de soldados en el siglo XVII”, en Enrique GARCÍA HERNÁN y Davide MAFFI (eds.), *Guerra y sociedad en la Monarquía Hispánica. Política, estrategia y cultura en la Europa Moderna (1500-1700)*, Madrid, 2006, t. II, pp. 375-394.

¹³ Consulta del Consejo de Guerra de 17-II-1631, Archivo General de Simancas (AGS), Guerra Antigua (GA), leg. 1.030, sf.

¹⁴ Para un análisis del proceso de reducción de la capacidad del reclutamiento en Castilla desde la segunda mitad del siglo XVI, véase: I. A. A. THOMPSON, “El soldado del Imperio: una aproximación al perfil del recluta español en el Siglo de Oro”, en *Manuscripts*, n° 21 (2003), pp. 17-38.

lustre, calidad y hacienda conocida”, término, éste último, reiterado hasta la saciedad durante las campañas de reclutamiento de la década de los treinta del siglo XVII y que, sin duda, nos remite de nuevo al peso específico que la hacienda y el caudal, en una época de difíciles condiciones para el reclutamiento, podían llegar a tener en la provisión de las patentes de oficiales. Según la información de la consulta, a las sesenta compañías que debían reclutarse en Castilla se debían sumar otras quince a levantar en Aragón, más otras quince compañías que debían levantarse en Portugal –en teoría 3.750 hombres–,¹⁵ debiéndose realizar las levadas en las partes más cercanas a los puertos de Castilla y Andalucía, porque parte de la gente debía servir para la segunda y tercera armada de Pernambuco, parte debía enviarse a Italia y parte a Flandes.

Aunque siempre debía buscarse el justo equilibrio en el grado de colaboración militar y fiscal que se pretendía desde Madrid, este equilibrio comenzaría a romperse a partir de 1635, con la ruptura de hostilidades con Francia y la decisión de Felipe IV de incrementar los esfuerzos bélicos de Portugal, contando con el concurso de la nobleza portuguesa a cambio de honores y títulos. Nueve años después de la consulta arriba reseñada, la situación va a cambiar radicalmente. Las relaciones hispano-lusas se van a ir tensionando a lo largo de toda la década de los treinta, debido a factores como el incremento de la presión fiscal y el intento de instaurar nuevas exacciones, así como a la concentración de esfuerzos en frentes tan alejados para los intereses portugueses como Flandes e Italia, en detrimento del Brasil, cuya recuperación no era un objetivo primordial para Felipe IV en esos momentos.¹⁶ Meses antes del estallido de la sublevación de diciembre de 1640, las tensiones en la frontera con Francia y el inicio de la rebelión catalana supuso un aumento de la presión reclutadora, añadió mayores dificultades para sacar hombres hacia otros frentes e incrementó el grado de resistencia y oposición de los reinos a la ambiciosa y asfixiante política reclutadora y fiscal de la Monarquía.¹⁷ Al respecto, conviene recordar que aún entonces, en las puertas de la rebelión, Portugal todavía ocupaba un papel importante como solar de reclutamiento para otros escenarios bélicos. En junio de ese mismo año se estaban conduciendo nada menos que 6.000 soldados procedentes de tierras lusas que debían ser reformados en tercios de doce compañías de 120 soldados cada una, y se esperaba realizar nuevas levadas de portugueses con destino a la ciudad de Tortosa, en Cataluña. No es casual que para la dirección de estos tercios la Junta de Ejecución pusiese el acento en el nom-

¹⁵ AGS, GA, leg. 1.030, sf.

¹⁶ Rafael VALLADARES, *La rebelión de Portugal. Guerra, conflicto y poderes en la monarquía hispánica (1640-1680)*, Valladolid, 1998, p. 23.

¹⁷ Un análisis de los mecanismos de resistencia opuestos por las ciudades castellanas en este período, en: Ruth MACKAY, *Los límites de la autoridad real. Resistencia y obediencia en la Castilla del siglo XVII*, Salamanca, 2007.

bramamiento de una serie de maestros de campo veteranos y portugueses, con servicios probados a la Monarquía. Y, por supuesto, que se insistiese en la posibilidad de contar con gente de séquito, caudal y hacienda, con objeto de aligerar lo antes posible el envío de hombres a la raya aragonesa. La elección de estos oficiales de origen portugués iba dirigida a estrechar los lazos de lealtad y fidelidad entre sus hombres en unos momentos difíciles para la Corona¹⁸. Dos meses después se estaba levantado, no sin importantes obstáculos y problemas para su financiación, un tercio de 1.000 portugueses para su conducción al frente catalán, al mando del maestro de campo don Tomás Mesía de Acevedo.¹⁹

La contribución de Portugal a las empresas militares de la Monarquía se realizó no sólo con la colaboración de las instituciones de gobierno locales, sino también a través de una red de agentes reclutadores y asentistas militares, cuya actividad fue intensa incluso en los momentos previos a la sublevación que dio lugar a la Guerra de Restauración. Se trataba de un reducido grupo de hombres de negocios y miembros de la nobleza portuguesa dispuestos a allegar soldados al rey cuando más lo necesitaba, a cambio de dinero, patentes de oficiales y mercedes honoríficas que usarían para sí y para financiar buena parte de las levadas ofertadas. Entraban así de lleno un mercado de honores y en un sistema de contraprestación de mercedes que no sólo tenía un fin crematístico. Servía también para afianzar los vínculos de servicio, lealtad y fidelidad al monarca,²⁰ en un período especialmente crítico. En estas páginas analizaremos la actividad desarrollada por algunos de estos asentistas y reclutadores de origen portugués al servicio de la Monarquía, en los años previos a la sublevación. Las ofertas de asiento realizadas, los procesos de negociación establecidos con la Corte para el establecimiento de las contraprestaciones económicas y honoríficas que podían ayudar a agilizar las levadas, así como las circunstancias que rodearon a su realización, cuyos resultados distarían mucho de lo dispuesto en el papel.

¹⁸ Los nombres propuestos eran los de don Juan de Meneses, Álvaro de Sosa, don Antonio Tello de Meneses, Jorge de Melo y Lorenzo Pérez de Tavora, todos ellos con dilatados servicios a la Monarquía en Flandes, la Armada de Portugal, la gobernación de territorios como Madeira, la campaña de recuperación de Bahía, la Carrera de Indias o bien como maestros de campo de tercios levantados en Portugal. Consulta de la Junta de Ejecución de 11-VI-1640, AGS, GA, leg. 1.328, sf.

¹⁹ Por carta de 22 de agosto de 1640 Margarita de Saboya informaba de que tuvo que pagar a crédito 300 vestidos de munición para la gente de este tercio, a la espera de nuevas remesas procedentes de Castilla, ya que en el presidio de Lisboa no quedaba dinero para pagar a la tropa. Desde Madrid se dispuso que fuese el marqués de Monesterio, quien entonces tenía a su cargo la factoría para la provisión de los Presidios, el encargado de pagar los gastos de salario y transporte de este tercio hasta su llegada a territorios aragoneses, AGS, GA, leg. 1.330, sf.

²⁰ Plasmamos una serie de reflexiones sobre el concepto de servicio y fidelidad al monarca a través del ejercicio de las armas, en: Antonio JIMÉNEZ ESTRELLA, "Los nuevos *bellatores* de Su Majestad: reflexiones en torno al servicio militar al rey en los siglos XVI y XVII", en Alicia ESTEBAN ESTRÍNGANA e Ignacio PULIDO SERRANO, *Élites de servicio – servicio de élites. Medios, fines y logros del servicio al soberano en la Monarquía de los Austrias* (en prensa).

II. Los protagonistas

En medio de este entramado de agentes reclutadores y asentistas dedicados a reclutar hombres para Felipe IV en los años treinta, encontramos al hombre de negocios portugués Martín Alfonso de Ataide, que al menos desde 1637 está firmando asientos de reclutamiento con Felipe IV. Martín Alfonso de Ataide pertenecía a una antigua casa nobiliaria portuguesa, la de los condes de Ataougua -era hermano de don Luis de Ataide, conde de Ataougua- y llevaba años vinculado a la Monarquía Hispánica por múltiples servicios militares. Su historial data de mucho antes de 1626, fecha en la que presentaba certificaciones de sus años de servicio en las Armadas reales, al menos en ocho ocasiones, y en una de ellas como prestamista de la Corona por valor de 8.000 ducados para proveer una de sus Armadas. En 1617 había sido merecedor de cien escudos de sueldo al mes y la merced de renunciar un juro de por vida superior a los 1.000 ducados en quien dispusiese. Ese mismo año de 1626 pedía una encomienda con renta de 1.300 ducados, solicitud a la que el Consejo respondía otorgándole una de las que habían quedado vacantes.²¹ Desde mucho antes de los primeros asientos que tenemos documentados, sabemos que Martín Alfonso de Ataide, como hombre de negocios, estaba bien insertado en las redes comerciales y mercantiles de ultramar, ya que consta que al menos desde 1638 participaba en el tráfico de esclavos negros hacia América.²² Este último dato no es una cuestión menor. Su participación en las redes de comercio americanas evidencia que Ataide manejaba importantes recursos económicos y que disponía de una importante red de contactos con otros hombres de negocios, sin la cual no puede entenderse su actividad como asentista militar de la Corona, en la línea de otros agentes reclutadores de la época.²³ Esa red es la que le va a permitir

²¹ Memorial de don Martín Alfonso de Ataide, de sus servicios al rey, British Library (BL), Ms. Egerton, 1.136, fol. 527.

²² Eduardo Saguier señala que Martín Alfonso fue comprador de uno de los paquetes de licencias de tráfico de negros destinados a Río de la Plata que quedaban disponibles del último asiento administrado por el arzobispo de Toledo, licencias que vendería a Nicolás Salvago en 1638: "Economic Impact of Commercial Capital on Credit Transactions: Buenos Aires in the Early Seventeenth Century", en *Anuario de Estudios Americanos*, n° 44 (1987), pp. 109-139. Asimismo, Lutgardo García Fuentes asegura que Ataide obtuvo licencia regia en 1639 para que sus marinos y navíos pudiesen salir directamente de Portugal sin necesidad de autorización de la Casa de Contratación: "El tráfico de negros hacia América", en J. ANDRÉS-GALLEGO (dir.), *Tres grandes cuestiones de la historia de Iberoamérica: ensayos y monografías*, Madrid, 2005 (Recurso electrónico), p. 27. Este último dato viene confirmado por una consulta de la Junta de Ejecución de 23-III-1639, por la que consta haberse dado por vía del Consejo de Indias dicha licencia a Ataide en 2 de febrero de ese mismo año, AGS, GA, leg. 1260, sf.

²³ Uno de los ejemplos más interesantes es el de Manuel de Cortizos, miembro de una familia de financieros y asentistas militares de la Corona que participaban en múltiples campos, como la administración de la consignación de la composición de milicias. Sobre su actividad mercantil, *vid.*: Carmen SANZ AYÁN, "Consolidación y destrucción de patrimonios financieros en la Edad Moderna: los Cortizos (1630-1715)", en Hilario CASADO ALONSO y Ricardo ROBLEDO

en 1637 ofertar a la Corona la realización de un asiento de reclutamiento de 2.000 irlandeses vestidos “con jubón, ropilla, calzón, medias, çapatos, espada y sombrero”, a razón de treinta ducados por hombre y una merced de 1.000 ducados de renta en Portugal a cambio de “perdonar” a la Corona 20.000 ducados de deuda que, según Ataide, mantenía con él. A la lista de condiciones estipuladas en el asiento se debían añadir dos hidalguías que se otorgarían a individuos de su elección en Portugal y un hábito de órdenes militares en los mismos términos.²⁴

El asiento ofertado por Ataide no era en absoluto algo original, pues se inscribe en la línea de otros muchos concertados para el reclutamiento de soldados irlandeses al servicio de la Monarquía Hispánica, una dinámica de servicio-merced perfectamente documentada y analizada por otros autores que han demostrado cómo el ejército se erigió en uno de los instrumentos de integración y ascenso social y político más importantes en manos de los irlandeses.²⁵ No obstante, la particularidad de la oferta radica en que ésta era hecha por un hombre de negocios portugués y no por un miembro de la nobleza irlandesa, como era usual en la época, capaz de aprovechar sus propias redes clientelares en la isla para llevar a cabo la formación de compañías, utilizando la concesión de patentes en blanco –con y sin suplimientos entre caballeros locales que se encargaban de correr con parte de los costes de las levadas, así como con patentes de maestros de campo de los tercios que se comprometían a levantar. Este último aspecto nos puede dar una idea de la red de contactos que Martín Alfonso de Ataide podía haber forjado, aprovechando, sin duda, su experiencia en el ámbito mercantil.

HERNÁNDEZ (eds.), *Fortuna y negocios. Formación y gestión de los grandes patrimonios (siglos XVI-XX)*, Valladolid, 2002, pp. 73-98. Sobre el papel de Cortizos en la composición de milicias, *vid.*: José CONTRERAS GAY, “Las milicias pecuniarias en la Corona de Castilla (1650-1715)”, en *Studia Historica, Historia Moderna*, n° 25 (2003), pp. 93-121.

²⁴ Consulta de la Junta de Ejecución representando a Su Majestad lo que se ofrece sobre la leva que propone Martín Alfonso de Ataide, AGS, GA, leg. 1.185, sf.

²⁵ Al respecto, destacan como pioneras las obras de Grainne HENRY, *Irish Military Community in Spanish Flanders, 1586-1621*, Dublín, 1993; y Robert A. STRADLING, *The Spanish Monarchy and Irish Mercenaries. The Wild Geese in Spain*, Dublín, 1994. Posteriormente se ha registrado una verdadera “fiebre” por la presencia de los irlandeses en el espacio político de la Monarquía Hispánica y, más concretamente, en el ejército en época de los Austrias. Prueba de ello son los trabajos, entre otros muchos, de Óscar RECIO MORALES: *El socorro de Irlanda en 1601 y la contribución del ejército a la integración social de los irlandeses en España*, Madrid, 2002; *España y la pérdida del Ulster. Irlanda en la estrategia política de la Monarquía hispánica (1602-1649)*, Madrid, 2003; Igor PÉREZ TOSTADO, “Por respeto a mi profesión: disciplinamiento, dependencia e identidad en la formación de las comunidades militares irlandesas e inglesas en los ejércitos hispanos”, en Enrique GARCÍA HERNÁN y Davide MAFFI (eds.), *Guerra y sociedad...*, cit., t. I, pp. 681-706. Así como los siguientes libros colectivos, en los que podemos encontrar un buen número de trabajos sobre la temática: Enrique GARCÍA HERNÁN y Óscar RECIO MORALES (eds.), *Extranjeros en el Ejército. Militares irlandeses en la sociedad española, 1580-1818*, Madrid, 2007; Igor PÉREZ TOSTADO y Enrique GARCÍA HERNÁN (eds.), *Irlanda y el Atlántico Ibérico. Movilidad, participación e intercambio cultural*, Valencia, 2010.

La oferta de los 2.000 irlandeses hecha por Ataide era parecida a otras muchas contratadas por la Corona desde principios de la década de los treinta, con resultados muy dispares. Por eso los miembros de la Junta de Ejecución tomaron su propuesta con reservas. La Junta no ponía objeciones a la entrega de las mercedes solicitadas por Ataide -las dos hidalguías y el hábito-, sin embargo, proponía una rebaja en los treinta ducados por hombre de la oferta inicial y, en caso de no ser posible, la garantía de que se colocarían en el Puerto de Pasajes y en un número mínimo de 1.000 irlandeses, suficientes para la formación de un tercio. En cuanto a la renta de 1.000 ducados situados en Portugal que solicitaba, la Junta consideraba que no era conveniente por la situación de las rentas lusas y, no menos importante, por el mal ejemplo que podría cundir entre otros posibles asentistas.²⁶ Felipe IV se mostró de acuerdo con las propuestas de sus consejeros, aunque con algunas condiciones adicionales que buscaban mayores garantías, como la introducción de un plazo de entrega y pena en caso de incumplimiento, así como la rebaja de los treinta ducados por hombre a veintidós-veintitrés ducados.²⁷

Ese fue el punto de partida de un largo proceso de negociación con Martín Alfonso de Ataide. El mismo resulta interesante porque nos permite profundizar en los mecanismos de la administración militar indirecta y de la contraprestación de servicios por dinero y honores. En carta de 16 de enero de ese año, dirigida al conde-duque, Ataide, temiendo la intromisión de posibles competidores, dejaba muy claro su interés por negociar y que fructificase la firma del asiento. Sin embargo, mostraba su malestar por los perjuicios que en su opinión le podía ocasionar ajustar tan a la baja los treinta ducados por hombre. A pesar de que se había llegado a los veintiséis ducados por hombre reclutado y vestido, Ataide planteaba que no era suficiente y, lo más interesante, el modo en que la concesión de las hidalguías concertadas constituía una fórmula esencial de financiación de la leva, pues aseguraba que los vestidos de munición, con gastos de fletes y otros costes añadidos le supondrían unos diecinueve ducados, mientras que el resto del dinero y las hidalguías otorgadas, una vez obtenido el producto de su venta, sería necesario para sufragar el sueldo de los irlandeses reclutados, dejando un margen muy escaso. Viendo que su solicitud de 1.000 ducados no prosperó, Ataide planteó que se le devolviesen 2.200 ducados por un embargo anterior. También pedía licencia para fundar un monasterio de irlandesas en Lisboa²⁸ y, por último, solicitaba la posibilidad de traer para su leva soldados veteranos de Italia, con objeto de agilizar el reclutamiento.²⁹

²⁶ AGS, GA, leg. 1.185, sf.

²⁷ *Ibid.*

²⁸ La solicitud de fundación del monasterio la hacía bajo la premisa de que era justo darles amparo a las mujeres si sus parientes se comprometían a prestar servicios militares al rey, para lo cual pedía que se dejase constancia de su intercesión en la fundación del monasterio. *Ibid.*

²⁹ *Ibid.*

Las nuevas condiciones de la leva fueron, en parte, admitidas por la Corona: veintiséis ducados por hombre, la condonación de su deuda de 2.200 ducados –siempre que se hiciese efectiva la leva– y la ampliación del plazo de entrega hasta mediados de mayo. La cuestión de la fundación del monasterio debía remitirse al Consejo de Portugal y la proposición sobre traer gente de Italia por Perpiñán se desechó, por ser necesaria en la frontera con Francia. No obstante, sí se aconsejaba el envío por parte del Cardenal Infante de capitanes irlandeses provenientes de Países Bajos para facilitar la recluta.³⁰ En consulta 24 de enero se ponían de manifiesto los problemas que planteaba el asiento de Ataide.³¹ En primer lugar, se abría la puerta a la licencia para la fundación del monasterio en Lisboa, siempre que hubiese garantías de una renta fija para su fundación y dotación y que no fuese más que para religiosas irlandesas. En las negociaciones con el secretario don Fernando de Contreras se había insistido en la importancia de las hidalguías y el hábito como instrumentos indispensables para la financiación de una leva que, como otras muchas, dependía de la compraventa de mercedes y honores, poniéndose de manifiesto que “necesita[ba] dellos para facilitar la leva, y que asimismo dar[ía] fianzas de lo que se valuasen estas mercedes”.³² Don Carlos Coloma, consejero de Estado y asistente a la Junta, era partidario de que se despachase cuanto antes el dinero acordado y las mercedes otorgadas, a fin de aprestar lo antes posible la llegada de los 2.000 irlandeses a España. La opinión de don Carlos Coloma era más la de un veterano militar que la de un hombre de negocios y, por tanto, redundaba en las urgencias de la guerra. Sin embargo, su postura no era compartida por el duque de Villahermosa y por Pedro de Arce, ambos con serias reservas sobre el buen cumplimiento de la leva, sin duda, remitiéndose al fracaso de otros asientos concertados con agentes reclutadores a los que se había adelantado dinero y mercedes, con resultados mediocres. Ambos abogaban por no adelantar ni el dinero ni el hábito ni las hidalguías hasta que no se certificase el cumplimiento de la recluta.³³

Los pareceres divergentes de los consejeros nos dan bastantes pistas sobre el modo en que se desarrollaban los procesos de negociación para la firma de asientos y, mucho más importante, la fijación de dos posturas totalmente dispares en torno al problema. Por un lado, la de los partidarios de no adelantar dinero ni mercedes en este tipo de empresas, porque la experiencia mostraba que en muchas ocasiones se perdían ambos y los resultados estaban muy por debajo de lo esperado. Por otro, la postura que finalmente se impuso, la de las urgencias de la guerra y la necesidad de reclutar, armar, vestir y colocar hombres en el menor tiempo posible, debido a la

³⁰ Consulta de la Junta de Ejecución, de 19-I-1637, AGS, GA, leg. 1.185, sf.

³¹ AGS, GA, leg. 1.185, sf.

³² *Ibid.*

³³ *Ibid.*

multiplicación de frentes bélicos que debía arrostrar la Monarquía. En esa línea se movió la decisión de Felipe IV de dar luz verde a la entrega de las mercedes cuanto antes, y al mismo tiempo tratar de contar con el concurso de un financiero que avalase a Ataide ante la Corona, para que ésta le adelantase el dinero, o bien presentar fianzas para el cumplimiento del contrato, so pena de pagar un tercio de lo acordado en caso de no cumplir los plazos.³⁴

En los meses siguientes continuaron las peticiones de Ataide en aras de facilitar el cumplimiento del asiento. Primero solicitó la salida del ejército de Flandes de dos capitanes irlandeses experimentados –don Patricio Geraldino y don Dermicio O’Sullivan–, y un alférez de la armada –Nicolás Esquidi–, así como la concesión de dos patentes de maestro de campo y las de capitán, todas ellas en blanco, para el mando de los tercios reclutados.³⁵ A la petición de patentes se unía la de una licencia para sacar 80.000 ducados de Castilla, una renta anual vitalicia de 250 ducados para el posible beneficiario del hábito concertado, así como los despachos necesarios para el hábito de Cristo que en tiempos del virrey don Diego de Castro había obtenido Antonio Gomes de Elvas para su hijo Luis Mendes.³⁶ Contra lo que cabría pensar, la Junta no se opuso a las nuevas mercedes solicitadas, poniendo como excusa las urgencias de la leva, siempre que los oficiales designados acreditasen los servicios requeridos y, a pesar de que la cuestión del hábito de Antonio Gomes se había topado con las resistencias del Consejo de Portugal, afirmaba poderse “dispensar con atención a lo que obliga a conceder esta gracia”.³⁷ Las negociaciones no se detuvieron ahí: Ataide solicitaba una prórroga en los plazos de reclutamiento e iba más lejos en sus pretensiones, ya que pretendía que las dos hidalguías concedidas con el asiento pudiesen recaer en individuos que no fuesen cristianos viejos, lo que abría, sin duda, las posibilidades de mercado de ambas mercedes. A pesar de que la solicitud del portugués contravenía la legislación sobre limpieza de sangre, la administración antepuso la necesidad de hombres a dicho obstáculo, por razones pragmáticas y que enlazaban de lleno con la tónica general de la relajación en la concesión de hidalguías, hábitos y títulos de nobleza por vía venal emprendida durante el gobierno del Conde-duque de Olivares. Partiendo de dicha premisa, la Junta aconsejó que el secretario Contreras diese una de las hidalguías cuando se certificase la llegada de 500 irlandeses y la segunda cuando fuesen 1.000, al tiempo que se le permitía la fecha tope del 15 de junio de 1637 para la entrega de los irlandeses.³⁸

³⁴ *Ibid.*

³⁵ Consulta de la Junta de Ejecución sobre lo que suplica Martín Alfonso para que tenga efecto la leva de irlandeses que se le ha encargado, 3-II-1637, AGS, GA, leg. 1.185, sf.

³⁶ AGS, GA, leg. 1.185, sf.

³⁷ *Ibid.*

³⁸ Consulta del 5 de marzo de 1637, AGS, GA, leg. 1.185, sf.

Poco más sabemos sobre el desarrollo de esta leva, aunque es posible que se cumpliera, al menos en parte. En caso contrario desde Madrid no se habrían admitido nuevas ofertas de reclutamiento por parte de Ataide. En efecto, pocos meses después ofertó levantar cien caballos y montarlos en la Corte,³⁹ para lo que solicitaba como contraprestación nuevas mercedes: 6.000 ducados de plata o en vellón con el premio; de nuevo que se solucionase la cuestión del hábito de don Antonio Gomes de Elvas con dispensa papal y la concesión de una serie de mercedes pecuniarias para aquél, su hijo y el propio Ataide,⁴⁰ así como la necesidad de que la Junta examinase la pretensión que tenía de que se le hiciese una merced por los navíos que perdió en Italia y el memorial de su sobrino don Fernando de Meneses. La Junta dio visto bueno a la leva, rebajando la concesión a 4.000 ducados de plata o en vellón con el premio y algunas de las pretensiones de Ataide con respecto a las mercedes solicitadas, siempre que montase los cien caballos antes de terminar el mes de mayo. Como siempre, los retrasos se fueron acumulando en la realización de la recluta, pues hay constancia de que a principios de junio todavía no se había cumplido y se despachaba el cargo de capitán para don Antonio Portocarrero –con siete años de servicios en la Armada y Flandes– más los correspondientes suplimientos para el teniente y el alférez de la compañía, lo que hace sospechar que se llenarían en individuos de séquito y dinero más que de servicios.⁴¹

Sin embargo, ni la leva de irlandeses ni la de los cien caballos ofrece tanta información sobre los mecanismos que presidieron la concesión de mercedes pecuniarias y honoríficas y patentes en blanco con suplimientos, como la ofertada por Martín Alfonso de Ataide en abril de 1638 a la Corona para el reclutamiento de dos tercios de 1.000 infantes en Portugal con destino a Flandes.⁴² Las características de la nueva leva eran distintas a la de 1637. Ataide esta vez no actuaba solo, sino que también lo hacía en nombre de su hermano, el conde de Ataouguia. Además, las condiciones de la leva aparecían con mayor grado de detalle y, en este caso, no se trataba de “importar” a la Península soldados de naciones, sino de sacar hombres de territorio portugués y enviarlos a Flandes, el destino principal del reclutamiento de soldados en la época.⁴³

³⁹ Consulta de la Junta de Ejecución del Ejército, representando lo que se le ofrece sobre el ofrecimiento de la leva de Cien caballos y mercedes que pide por ella Martín Alfonso de Ataide, con fecha 7-V-1637, AGS, GA, leg. 1.183, sf.

⁴⁰ Es de reseñar que Martín Alfonso pedía expresamente no se hiciese mención de esta “súplica” en los despachos emitidos por el rey, AGS, GA, leg. 1.183, sf.

⁴¹ *Ibid.*

⁴² Leva de los 2.000 infantes de Martín Alfonso de Ataide, AGS, GA, leg. 1.255, sf.

⁴³ Sobre este particular, consúltese el clásico de Geoffrey PARKER, *El ejército de Flandes y el Camino Español (1567-1659). La logística de la victoria y derrota de España en las guerras de los Países Bajos*, Madrid, 2000; Asimismo, contamos con las cifras del reclutamiento hacia Flandes desde Castilla en la segunda mitad del siglo XVII, en: Antonio José RODRÍGUEZ HERNÁNDEZ, “El

En el asiento se establecía que por cada tercio la Corona debía conceder los despachos en blanco de maestre de campo, sargento mayor, dos ayudantes y diez patentes de capitanes con los cargos de suboficiales, todos ellos libres de media anata. La leva se cifraba en 60.000 ducados, mitad en plata y mitad en vellón –treinta ducados por hombre– para los gastos de reclutamiento y conducción de los soldados, a condición de transportar y vestir a su costa al menos los primeros 1.000 hombres hasta su embarque en la Coruña, en un plazo de dos meses desde la entrega de los despachos, siempre con certificación de los oficiales del sueldo de la Coruña.⁴⁴ Condición indispensable era que el reclutamiento de soldados se realizase en territorio portugués, para lo cual se le darían los despachos necesarios, con objeto de que Margarita de Saboya diese órdenes a las justicias de colaborar con sus reclutadores. Se debían dar despachos a don Francisco Manuel de Melo, uno de los maestros de campo que participarían en la leva, para que los gobernadores de la isla Tercera le prestasen asistencia en el reclutamiento de voluntarios allí, así como órdenes para que ni los maestros de campo ni los demás oficiales de los tercios reclutados fuesen reformados a su llegada a Flandes. Esta última cláusula trataba de evitar una de las prácticas más habituales de la época y asegurar así la continuidad de los oficiales a sueldo de la Monarquía. Se establecía también la dotación de un navío de la Armada para el transporte de los soldados por mar, bien artillado, cuyo aprovisionamiento, gastos y sueldo de los marinos y artilleros correrían por su cuenta, además de comprometerse al pago de 4.000 ducados en caso de hundimiento. Como en todos los asientos de este tipo, se fijaban garantías de la restitución del dinero en proporción a la gente no reclutada y la obligación de una fianza de 24.000 ducados a cargo de Duarte Fernández, contratista portugués cuyo nombre se repetirá en nuevas empresas reclutadoras protagonizadas por Martín Alfonso. Otras concesiones arrancadas por Ataíde fueron las de un mes más de plazo para el segundo tercio de 1.000 hombres y, por supuesto, la entrega de un hábito de órdenes militares por tercio reclutado –dos en total– para las personas que él mismo eligiese.

Estas eran, sobre el papel, las premisas sobre las que se fundaba el asiento para la leva de los 2.000 soldados a reclutar en Portugal, vestidos, armados y transportados hasta el puerto de la Coruña en un plazo total de tres meses, que más tarde se ampliaría quince días más. Otra cosa muy distinta era la práctica. La documentación de la Secretaría de Guerra evidencia las vicisitudes por las que pasó la recluta y el modo en que, como ocurrió con otras muchas levas concertadas por asentistas, los plazos se alargaron considerablemente. Los despachos fueron dados a Martín Alfonso de Ataíde el 4 de mayo de 1638.⁴⁵ Una parte muy importante de la leva, un tercio

reclutamiento de españoles para el ejército de Flandes durante la segunda mitad del siglo XVII”, en Enrique GARCÍA HERNÁN y Davide MAFFI (eds.), *Guerra y sociedad en...*, cit., t. II, pp. 395-434.

⁴⁴ AGS, GA, leg. 1.255, sf.

⁴⁵ *Ibid.*

entero, era encomendada a don Francisco Manuel de Melo, que en junio de 1638 llegaba a Lisboa con título de maestre de campo, patente de sargento mayor en blanco, dos de ayudantes, diez para sargentos y diez de capitanes con nueve suplimientos de alféreces, y orden para señalarle distrito de reclutamiento en la región.⁴⁶ Sin embargo, desde el principio Melo se topó con numerosos obstáculos. Por un lado, los distritos de reclutamiento señalados por la princesa Margarita se adjudicaban con limitaciones. Por otro, el hecho de estar pendiente el embarque de la Armada para el Brasil dificultaba bastante la capacidad de acción de los oficiales reclutadores, cuando era el apresto de la armada el que se priorizaba frente a otras levas. A 7 de septiembre todavía Francisco Manuel de Melo no había llenado las patentes de capitanes y había problemas con la realización de los nombramientos y la concesión de los suplimientos, ya que, si bien desde Madrid se había concertado en el asiento que serían libres de media anata, la princesa Margarita ordenó lo contrario. El 29 de diciembre el maestre de campo había nombrado sólo a tres capitanes “de servicios” y había señalado sus distritos de reclutamiento para el traslado de las compañías a la Coruña y su embarque a Flandes. Sólo un día después se avisaba en la Junta de Ejecución que ya se había pagado la mitad del dinero concertado con el asentista portugués y que éste llevaba la leva muy atrasada.⁴⁷

A mediados de enero de 1639 Martín Alfonso de Ataíde se quejaba amargamente a don Fernando de Contreras por los inconvenientes que encontraba en la realización de su leva. Advertía al secretario de que no era justa la imposición de una fianza para el pago de la media anata por las patentes que portaba Melo y de que los seis distritos de reclutamiento señalados por Margarita de Saboya no estaban dando buenos resultados, pues “apenas se pueden sacar dellos 300 hombres. Y para rehinchar las compañías tiene el maestro de campo en Lisboa ha muchos días lucidísima gente, y a dicho de todos será este el mejor tercio que aya salido de aquel reino. Esto es si nos dejan”.⁴⁸ Uno de los grandes problemas a que tenían que hacer frente los oficiales reclutadores era la colisión directa con otras levas, que dejaban muy poco margen de maniobra para el reclutamiento voluntario en villas y ciudades ya diezmadadas por la entrada de los oficiales reales. Ese era, precisamente, uno de los obstáculos con los que se encontró Francisco Manuel de Melo, quien tuvo que competir con otro asentista portugués, Melchor Correa de Franca, a quien, en opinión de Ataíde, se le habían señalado los mejores distritos en Portugal, “con que habrá su siega en breve, dejándonos el rastrojo que cogeremos con más costa y trabajo”.⁴⁹

⁴⁶ *Ibid.*

⁴⁷ Consulta de la Junta de Ejecución, de 30-XII-1638, AGS, GA, leg. 1.217, sf.

⁴⁸ Carta de Martín Alfonso de Ataíde al secretario Contreras, de 18-I-1639, AGS, GA, leg. 1.255, sf.

⁴⁹ Carta de Martín Alfonso de Ataíde al secretario Contreras, de 19-I-1639, AGS, GA, leg. 1.255, sf.

Como se indica en la tabla 1, se produjeron importantes atrasos en las levás comprometidas por Ataide, dependiendo de los distritos donde se realizó el reclutamiento y los lugares de embarque. Mientras que, por un lado, en varios puertos de la cornisa vasco-cantábrica se habían embarcado “en plazo”, entre principios de junio y mediados de septiembre de 1638 un total de 247 hombres procedentes de distintas compañías incompletas, la parte más importante de la leva, 947 soldados, se concentraba en el puerto de la Coruña, pero con un retraso considerable sobre los plazos estimados en la firma del asiento, ya que dichos efectivos se habían recibido en la Coruña entre agosto de 1638 y finales de julio de 1639.⁵⁰ En descargo de nuestro protagonista, es preciso destacar que su leva no era la única atrasada. Ya en febrero de 1639 en Madrid se dejaba constancia de que la de Ataide y otros reclutadores particulares se habían demorado demasiado, suponiendo todas ellas el embarque en la Coruña de unos 6.000 soldados hacia Flandes.⁵¹

TABLA 1. Relación de los hombres recibidos a sueldo, procedentes de las levás a cargo de Martín Alfonso de Ataide

Embarque	Fecha	Embarcaciones	Nº de hombres
La Coruña	Agosto de 1638 á 24-VII-1639	—	947
Colindres	17-VII-1638	Galeón Ntra. Señora de Covadonga	104
Laredo	21-VII-1638	Galeón Ntra. Señora de Fresnedo	31
Portugalete	11 y 18 de septiembre de 1638	Galeón Natividad	30
Portugalete	9 á 13 de junio 1638	Escuadra de San José	47
Pasajes	22 de junio 1638	Escuadra de San José	35
		Total	1.194

FUENTE: AGS, GA, leg. 1.255, sf.

A los atrasos en la entrega de hombres se añadía el incumplimiento en las cláusulas del asiento en lo referente a los vestidos de munición, ya que en las certificaciones del contador de Pasajes rezaba que los treinta y cinco hombres que habían arribado allí llegaban sin calzado y sin espadas. Sin embargo, Martín Alfonso solicitaba órdenes para obtener nuevos distritos de reclutamiento en Portugal y cinco nuevas patentes en blanco con suplimientos que, en su opinión, facilitarían considerablemente la realización de la recluta. También pedía que una renta de 250 ducados de por vida concedida en Portugal se le situase, o bien se le diesen en su lugar 2 hábitos, así como una ampliación de la licencia otorgada para sacar 60.000 ducados de

⁵⁰ AGS, GA, leg. 1.255, sf.

⁵¹ Consulta de la Junta de Ejecución, sobre la gente que ha de ir a Flandes, de 25-II-1639, AGS, GA, leg. 1.256, sf.

plata para Portugal.⁵² No hace falta insistir en que la introducción de nuevas patentes con suplimientos y mercedes constituían una parte fundamental en los procesos de negociación con posibles miembros de las oligarquías locales que, a pesar de no contar con servicios en el ejército, podían suplir la falta de esos méritos objetivos con otro tipo, como sus contactos locales y su hacienda, con la que poder financiar el reclutamiento de las compañías concertadas por Ataide. A pesar de los retrasos registrados en la entrega de hombres, resulta indicativo el hecho de que este no fuese el único asiento contratado por el portugués por esas fechas, ya que sabemos que se acordó, posiblemente a fines de 1639, otra leva de un tercio de 1.000 hombres en territorio luso para su embarque a Flandes, para la que se le otorgaría un nuevo paquete de patentes de capitán en blanco, esta vez por la Junta de Portugal y en la que actuaba de nuevo como fiador el portugués Duarte Fernández.⁵³ No obstante, lo más interesante es que por entonces en la Corte ya se recelaba bastante de la capacidad de Ataide para ejecutar sus asientos. Por eso se insistía en que fuese Duarte Fernández y no Martín Alfonso de Ataide quien se encargase de la nueva recluta, para lo cual había que concederle once nuevas patentes en blanco de capitanes, por supuesto, con sus correspondientes suplimientos.⁵⁴

Sobre este último punto es especialmente esclarecedor el juicio emitido por el conde de Castrillo, quien entonces servía de intermediario entre la Corte y los principales agentes y oficiales reclutadores, encargándose de ajustar los distintos asientos de reclutamiento ofertados, así como organizar y canalizar el control y cumplimiento las levas que se debían realizar en la Península para el envío de soldados a Italia y Flandes. A 20 de enero de 1641 Castrillo advertía de que, de las dos levas asentadas con Ataide, la primera de 2.000 y la segunda del tercio de 1.000 hombres, todavía faltaban 1.021 soldados por recibir a sueldo de la Corona –500 de la primera y 521 de la segunda–, cuando se habían realizado ya cinco escrituras diferentes y se habían prorrogado los plazos en más de una ocasión.⁵⁵ Castrillo llamaba la atención sobre las pretensiones de Ataide de levantar los soldados al mismo precio que el acordado en 1638, cuando a principios de 1641 el conde tenía la consigna de concertar levas con asentistas a precios más competitivos y en las que se utilizarían la entrega de mercedes como moneda de cambio. La respuesta desde la Corte fue que Castrillo intentase ajustar el cumplimiento de la recluta lo mejor posible, pero no con Ataide, sino directamente con su fiador Duarte Fernández.⁵⁶ Sólo un mes después el secretario don Fernando Ruiz de Contreras pedía nueva información al conde de Castrillo

⁵² AGS, GA, leg. 1.255, sf.

⁵³ Consulta de la Junta de Ejecución, de 07-II-1640, AGS, GA, leg. 1.326, sf.

⁵⁴ Consulta de la Junta de Ejecución, de 19-IV-1640, AGS, GA, leg. 1.336, sf.

⁵⁵ AGS, GA, leg. 1.393, sf.

⁵⁶ *Ibid.*

sobre el desarrollo de las levas del portugués.⁵⁷ Éste último había intentado justificar ante la Junta de Ejecución el reclutamiento de más de 2.500 hombres, solicitaba que se le diese por buena la entrega de un buen número de soldados de los que no constaba certificación y que se respetasen las condiciones, precios y mercedes de asientos anteriores, a pesar del retraso acumulado. A ello se añadía la petición de otras concesiones económicas y la entrega de dos hábitos de Santiago para las personas que él mismo eligiese, con la condición de hacer sus pruebas en la Corte.⁵⁸ La respuesta de Castrillo al secretario fue contundente. En primer lugar, no entendía que se le requiriese su opinión sobre las nuevas peticiones de mercedes de Ataíde para agilizar el reclutamiento, cuando desde la propia Junta de Ejecución se le había conminado a negociar directamente con Duarte Fernández. Consideraba que el problema con las levas de Ataíde estaba estancado en negociaciones que no iban a ninguna parte, que Ataíde pretendía justificar sin certificaciones el cumplimiento de sus asientos a la hora de negociar las nuevas condiciones y sanciones que debía asumir por la demora en su leva, buscando “purgar la mora, no sólo excusando las penas della, sino recibiendo premios que yo no puedo aprobar ni proponer”, en clara alusión a las dos nuevas mercedes de hábito que pretendía.⁵⁹

Las apreciaciones del conde de Castrillo son muy elocuentes y nos indican la enorme distancia que existía entre las condiciones de los asientos de reclutamiento concertados con la Monarquía y su ejecución real sobre el terreno. En la línea de otros contratos firmados con agentes reclutadores de la misma época, las dificultades añadidas por la falta de brazos, la sobreexplotación de distritos de reclutamiento por parte de distintos oficiales y asentistas, así como otra serie de vicisitudes, determinaban atrasos en los plazos estipulados y la necesidad de solicitar a la Corte nuevas patentes en blanco con suplimientos de oficiales y hábitos de órdenes militares—sobre todo de Santiago— que permitiesen añadir la recompensa con oficios y mercedes honoríficas como principal aliciente para agilizar los procesos de reclutamiento. Por ejemplo, por esas mismas fechas el conde de Castrillo dejaba muy claro en su correspondencia con el secretario Contreras la enorme dificultad por la que pasaba el reclutamiento de soldados hacia Flandes e Italia debido a la multiplicación de frentes, lo cual obligaba a usar de todos los medios posibles, entre ellos, el envío urgente de las patentes en blanco con suplimientos y los hábitos acordados con los oficiales reclutadores.⁶⁰

⁵⁷ Carta del secretario Fernando Ruiz de Contreras al conde de Castrillo, de 23-II-1641, AGS, GA, leg. 1.393, sf.

⁵⁸ La solicitud de hacer las pruebas de hábito en Madrid no era cuestión baladí: así era mucho más fácil para los aspirantes encontrar a testigos adecuados y que no se comprometiese el expediente de concesión de la merced con testimonios adversos de paisanos y testigos locales comprometedores.

⁵⁹ AGS, GA, leg. 1.393, sf.

⁶⁰ Carta del conde de Castrillo al secretario don Fernando de Contreras, de 21-II-1641, AGS, GA, leg. 1.393, sf.

El problema es que a las dificultades para sacar hombres con destino a ambos escenarios bélicos, se añadía otro más grave aún, como era la apertura a lo largo del año 1640 de dos nuevos frentes en el corazón de la Monarquía: la rebelión de Cataluña y la sublevación de Portugal. Desde el principio hubo una mayor concentración de efectivos, recursos económicos y militares en el escenario catalán, debido a las importantes implicaciones estratégicas que tenía en el conflicto abierto con Francia, por su proximidad al Principado. Por el contrario, la apertura del frente portugués no se vio acompañada por un despliegue masivo de fuerzas en la frontera hispano-lusa, equiparable a los esfuerzos empleados en Cataluña. No será hasta después de la firma de la Paz de los Pirineos en 1659, cuando la Monarquía comience a concentrar su atención en la cuestión portuguesa y la Guerra de Restauración⁶¹ y se registre un incremento importante en el reclutamiento y envío masivo de hombres procedentes, no sólo desde Extremadura, que soportaría con especial intensidad la carga financiera y reclutadora de la guerra,⁶² sino también desde escenarios tan dispares como Italia o Irlanda,⁶³ que se convertirán en

⁶¹ Sobre las operaciones bélicas de la guerra, los tipos de campaña realizadas, las técnicas y tácticas de combate desarrolladas y las fuerzas movilizadas en conflicto, contamos con la tesis doctoral inédita de Lorraine G. WHITE: *War and Government in a Castilian Province: Extremadura, 1640-1668*, Universidad de East Anglia, 1985. La autora ha publicado algún que otro artículo de interés sobre la cuestión, trabajos en los que redunda en el carácter secundario que el conflicto revistió en la estrategia general de la Monarquía, respecto del conflicto catalán (1640-1652) o la guerra contra Francia (1635-1659): "Guerra y revolución militar en la Iberia del siglo XVII", en *Manuscrits*, 21 (2003), pp. 63-93; "Estrategia geográfica y fracaso en la reconquista de Portugal por la monarquía hispánica, 1640-1668", en *Studia Histórica. Historia Moderna*, 25 (2003), pp. 59-91. Desde perspectivas diferentes, contamos con los trabajos de: Nuno G. MONTEIRO, "A Guerra da Aclamação", en Manuel THEMUDO BARATA y Nuno SEVERIANO TEIXEIRA (eds.), *Nova História Militar de Portugal*, 5 vols., Lisboa, 2004, t. II, pp. 268-281; Fernando DORES COSTA, *A Guerra da Restauração 1640-1668*, Lisboa, 2004.

⁶² La presión del reclutamiento sobre tierras extremeñas y el desarrollo de las operaciones militares en dicho territorio, en el marco de la Guerra de Restauración, ha sido estudiado por Fernando CORTÉS CORTÉS, *El Real Ejército de Extremadura en la Guerra de la Restauración de Portugal (1640-1668)*, Cáceres, 1985. El autor evidencia que el Ejército de Extremadura se hizo a partir, básicamente, de la aportación fiscal y en hombres de la propia región, lo que diezmó enormemente su economía. En relación con este último punto, destacar del mismo autor: *Alojamientos de soldados en la Extremadura del siglo XVII*, Mérida, 1996. Para el caso específico de las consecuencias que acarreó la guerra en una ciudad castellana de frontera, véanse, entre otros: Rafael VALLADARES, *La guerra olvidada. Ciudad Rodrigo y su comarca durante la Restauración de Portugal (1640-1668)*, Ciudad Rodrigo, 1998; Fabián LAVADO RODRÍGUEZ, "Mérida y la Guerra de Restauración Portuguesa (1640-1668): su contribución humana y económica", en GARCÍA HERNÁN y Davide MAFFI (eds.), *Guerra y sociedad...*, cit., t. II, pp. 459-472.

⁶³ Antonio José Rodríguez Hernández ha realizado dos trabajos en los que cuantifica el notable incremento de fuerzas irlandesas e italianas a partir de mediados de la década de 1650, cuando se presta mayor atención al frente portugués. Para los irlandeses el autor da unas cifras superiores a los 5.000 soldados –la mayoría ya estaban en suelo peninsular–, mientras que en el caso de las unidades de origen italiano –napolitanos y lombardos esencialmente– que llegaron a la Península, las cifras son mucho mayores, de unos 20.000 efectivos entre 1660 y 1668: "La presencia militar irlandesa en el ejército de Extremadura (1640-1668)", en Igor PÉREZ TOSTADO y Enrique GARCÍA HERNÁN (eds.), *Irlanda y el...*, cit., pp. 127-153; "Al servicio del

viveros de soldados profesionales para el conflicto portugués. No obstante, el estallido de la guerra en suelo peninsular introducía nuevas variables. La situación creada con el levantamiento portugués, no cabe duda, iba a dificultar enormemente las posibilidades de reclutamiento en el territorio y más aún, la capacidad de maniobra de aquellos agentes y hombres de negocios portugueses que de algún modo seguían vinculados a la administración castellana y continuaban colaborando con Madrid, como era el caso de Martín Alfonso de Ataide.

En los meses siguientes se constató el importante atraso acumulado por la leva de Ataide, quien ya no gozaba de la confianza de los oficiales del Consejo de Guerra. Menos aún cuando a fines de marzo de 1641 desde la Coruña se informaba de que, de todas las levas recibidas para embarcarse a Flandes, sólo la gente de Ataide se encontraba “desnuda sin avérseles dado vestido de munición”.⁶⁴ Sin embargo, el problema radicaba en que las necesidades y urgencias de la guerra imperaron sobre otro tipo de cautelas. Sólo de ese modo se explica que todavía en julio de 1641 se estuviese sopesando la idea de encargar una nueva leva a Martín Alfonso de Ataide. Entonces se tanteaba con el conde de Castrillo la posibilidad de negociar una nueva campaña de levas con asentistas particulares, debido a la falta que hacía su envío a Italia.⁶⁵ El conde apuntaba las enormes dificultades que había para reclutar voluntarios y los escasos medios con los que se contaba,⁶⁶ pero entre los posibles asentistas seguía barajándose, junto a otros, el nombre del portugués. Lo cierto es que la necesidad apretaba, como se advertía desde la Junta de Ejecución, por lo que convenía encomendar al conde de Castrillo

tratar con personas particulares el ajustamiento dellas hasta en cantidad de ocho mil hombres, los 4.000 para Flandes, y los otros quatro para Italia, advirtiéndosele que la gente para Italia se ha de poner en Cartagena o Alicante en todo el mes de septiembre y que si pudiere hallar personas que se obliguen a poner la gente en Vinaroz o en Italia con navíos fletados lo trate y ajuste, y la que ha de pasar a Flandes en la Coruña...⁶⁷

rey. Reclutamiento y transporte de soldados italianos a España para luchar en la Guerra contra Portugal (1640-1668), en *Guerra e pace in età moderna. Annali di storia militare europea. Tra Marte e Astrea. Giustizia e giurisdizione militare nell'Europa della prima età moderna (secc. XVI-XVIII)*, n° 4 (2012), pp. 229-275.

⁶⁴ AGS, GA, leg. 1.396, sf.

⁶⁵ Consulta de la Junta de Ejecución, en que representa a Su Majestad lo que se ofrece sobre levantar gente para Italia, de 15-VII-1641, AGS, GA, leg. 1.376, s.f.

⁶⁶ Entre las posibilidades planteadas por el conde de Castrillo, estaba la de intentar sacar hombres de las levas atrasadas del 1% que estaban a cargo de la Junta de Coroneles, enviar soldados rezagados y no embarcados de las levas para Flandes que estaban a su cargo, conseguir nuevos efectivos de la leva de 500 hombres concertada con don Luis de Monsalve en Cádiz, así como la posibilidad de realizar nuevas campañas de reclutamiento en las islas Canarias. Salvo la propuesta de realizar un nuevo asiento con Martín Alfonso de Ataide, la Junta rechazó las otras, AGS, GA, leg. 1.376, s.f.

⁶⁷ *Ibid.*

Entre esas personas particulares, todavía se tenía en cuenta a Martín Alfonso de Ataíde.

Otro ejemplo de asentista portugués al servicio de Felipe IV es el de Melchor Correa de Franca, cuyos servicios a la Corona como reclutador están documentados al menos desde 1638, fecha en la que realizó una leva de 500 hombres, también para su envío a Flandes, que tenía asignados en Portugal distritos de reclutamiento similares a la asentada por Martín Alfonso de Ataíde.⁶⁸ En junio de 1640 Correa presentaba al rey una nueva oferta de reclutamiento, en la que participaba como interlocutor ante la Corte el secretario Diego Suárez, pieza clave, junto con Miguel de Vasconcelos, en el sistema de gobierno ideado por el conde-duque de Olivares para Portugal. Ambos eran hechuras y estrechos colaboradores de Olivares y, con el tiempo, se ganarían la animadversión, no sólo del sector portugués anti-austracista –Vasconcelos sería asesinado en los primeros compases de la sublevación–, sino también de la propia administración virreinal en Lisboa, debido a la forja de un sistema de gobierno clientelar por el que se les acusaba de prácticas corruptas.⁶⁹ El papel de Diego Suárez era primordial en las gestiones de la leva, ya que tras la disolución del Consejo de Portugal en marzo de 1639, los asuntos de dicho territorio se tramitarían por dos Juntas: una en Lisboa, a cargo de Vasconcelos y otra en Madrid, encabezada por el secretario Diego Suárez, quien se encargaría de numerosos negocios y materias de gobierno, en las que entraba la negociación y organización de las levas de portugueses que estaban a cargo de la Junta.⁷⁰

La oferta de Melchor Correa de Franca consistía en levantar 300 hombres y colocarlos en la Coruña, fijando como plazo el 31 de julio de ese año. A diferencia de los asientos de Martín Alfonso de Ataíde, la contraprestación monetaria no era la parte más relevante del servicio, ya que sólo solicitaba 4.000 ducados de plata –lo que suponía algo más de 13,3 ducados por recluta–. Por el contrario, Correa pretendía pactar un interesante “paquete” de mercedes cuyo valor de mercado podía llegar a ser más rentable aún. Dichas mercedes incluían, por supuesto, todas las patentes de oficiales en blanco, plaza de maestro de campo, tres hidalguías en Portugal, una encomienda o la futura de la encomienda de San Miguel de Oteyro, en manos de Gonzalo Coutiño, con calidad de poder traspasarla a su hijo, un hábito de Cristo para “colocarlo” en persona de su elección y, como parte importante del contrato, la futura del gobierno de la isla de Madeira, Cabo Verde o Río de Janeiro.⁷¹

⁶⁸ AGS, GA, leg. 1.262, sf.

⁶⁹ Rafael VALLADARES, *La rebelión de Portugal...*, cit., p. 48.

⁷⁰ Santiago de LUXÁN MELÉNDEZ, “La pervivencia del Consejo de Portugal durante la Restauración: 1640-1668”, en *Norba*, nº 8-9 (1987-1988), pp. 61-86, p. 64.

⁷¹ Consulta de la Junta de Ejecución, dando cuenta de la leva que ofrece Melchor Correa de Franca, de 06-VI-1640, AGS, GA, leg. 1.333, sf.

El ejemplo de Melchor Correa es bastante ilustrativo de cómo el reclutamiento de hombres para el ejército implicó algo más que la negociación de patentes y hábitos. En su oferta había cabida para la adquisición venal de un cargo de gobernador en Ultramar, en la línea de otras ofertas y acuerdos de empresas de reclutamiento concertadas en la época. Sin duda, el reclutamiento con intermediarios particulares presentaba grandes posibilidades en lo concerniente al mercadeo de una amplia gama de oficios que, como puede verse, iban más allá del ámbito puramente militar. El secretario Diego Suárez, mediador en numerosos asientos de levás, conocía a la perfección la dinámica de ese mercado de oficios pero también las dificultades que en esas fechas entrañaba el reclutamiento voluntario de soldados, por lo que aconsejó transigir con buena parte de las condiciones ofrecidas por Correa, pues, como afirmaba, “en el tiempo presente el servicio es grande”.⁷² En su opinión se le podía otorgar todo menos la futura de uno de los tres gobiernos que pretendía, concesión ésta que se pondría en las cláusulas, pero condicionada al envío efectivo de la leva a Flandes y a su paso con ella como maestro de campo. Sin embargo, la respuesta desde Madrid insistía en que el número de soldados ofrecidos era insuficiente y que si Melchor Correa elevaba su oferta a 600 hombres vestidos y armados, se admitiría y se aumentarían a cuatro las hidalguías. La “contraoferta” de Correa no se hizo esperar. Si los miembros de la Junta de Ejecución pretendían que se ascendiese a 600 hombres, no podía ser en los mismos términos, sino aumentando la cantidad a 6.000 ducados de plata, el hábito, las futuras sucesiones de la encomienda y el gobierno solicitados en la anterior consulta, más cinco hidalguías para personas “que vivan a ley de nobleza y aunque haya algún defecto en la sangre”.⁷³ Esta última cláusula es de gran importancia, ya que iba destinada a evitar los posibles obstáculos generados por la limpieza de sangre en la concesión de hidalguías y, por tanto, ampliaba enormemente las posibilidades del mercado de honores que se le otorgaba para financiar la recluta.

Las negociaciones con Melchor Correa dieron sus frutos, ya que la recluta se fijó en unos términos muy próximos a los deseados por la Corte. Debía colocar 600 hombres armados y vestidos en la Coruña antes del 31 de julio, a cambio de 6.000 cruzados portugueses –el pago ya no sería en ducados–, las cinco hidalguías y el resto de mercedes concertadas. Melchor Correa pudo arrancar una prórroga para el cumplimiento de la leva hasta el 25 de agosto y la concesión de la plaza de maestro de campo de la infantería que se iba a encargar de levantar –siempre que la leva fuese efectiva–, una patente de sargento mayor y, no menos importante, la entrega de las seis patentes en blanco, esta vez con suplimientos, con el fin de facilitar y acelerar la leva por medio de candidatos a puestos de capitán dispuestos acarrear con buena parte de los gastos del reclutamiento. Desde el punto de vista de

⁷² AGS, GA, leg. 1.333, sf.

⁷³ *Ibid.*

las estrategias de ascenso social y preservación de los intereses del grupo familiar, conviene destacar que Melchor Correa no sólo estaba preocupado por consolidar su carrera militar, sino también por asegurar la promoción de su hijo, quien le ayudaría en la realización de la leva, y para el que pedía la confirmación del hábito de Cristo que meses antes se le había prometido con 500 reales de pensión, por sus anteriores servicios en Flandes y en la Armada. La Junta accedió a las pretensiones del contratista portugués, siempre y cuando su hijo certificase dos años de servicios en Flandes.⁷⁴ Además, Madrid quería más garantías del cumplimiento de la leva. La dificultad de Melchor Correa para dar las fianzas correspondientes permitió a la Junta imponer nuevas condiciones económicas. Una de ellas era la de no pagarle directamente los 6.000 cruzados sino dejar su desembolso en manos del secretario Vasconcelos, que haría las gestiones oportunas desde Lisboa. Otra, especialmente ilustrativa del mercadeo al que estaban sometidas las hidalguías negociadas con este tipo de empresas, establecía que el dinero procedente de la venta de las cinco hidalguías concedidas, en torno a los 12.500 ducados –cada una estaba tasada en 2.500 ducados–, debía quedar también en manos de Vasconcelos, quien se encargaría de ir librando el dinero para el reclutamiento de los 600 hombres.⁷⁵

No sabemos con certeza si finalmente la leva se llevó a cabo en los términos pactados, ya que las últimas noticias con que contamos son las ofrecidas en diciembre de 1640, justo en el momento en que se estaba produciendo la sublevación en Portugal, en una relación del conde de Castrillo que informaba de todas las levas de asiento que estaban ajustadas para su embarque en la Coruña. En ella daba cuenta, entre otros, del estado en que se encontraba la leva de Martín Alfonso de Ataíde y de otro reclutador portugués, Gregorio Correa de Ravelo, que se había comprometido a colocar en el puerto coruñés 300 hombres armados y vestidos, aunque apenas contaba con sesenta efectivos reclutados. También avisaba del retraso en la leva de Melchor Correa, debido a problemas con las fianzas exigidas, por lo que los despachos no se habían entregado hasta final de octubre.⁷⁶ Esto último nos permite comprobar las enormes dificultades por las que pasaron las levas concertadas con intermediarios, integradas en un sistema de administración militar indirecta que ponía en manos de hombres de negocios, asentistas particulares y miembros de la nobleza la capacidad de allegar hombres al rey cuando éste más lo necesitaba, a cambio de cláusulas económicas ventajosas y una amplia gama de oficios y mercedes honoríficas en concepto de pago. En dicho sistema se integraron portugueses como Martín Alfonso de Ataíde, Melchor Correa de Franca o Gregorio Correa de Ravelo,

⁷⁴ Consulta de la Junta de Ejecución, de 09-VII-1640, AGS, GA, leg. 1.333, sf.

⁷⁵ AGS, GA, leg. 1.333, sf.

⁷⁶ Consulta de la Junta de Ejecución, sobre el estado en que se encuentran las levas que se encaminan a Galicia para Flandes, AGS, GA, leg. 1.331, sf.

que firmaron asientos de reclutamiento con resultados desiguales y a veces decepcionantes. Este tipo de experiencias o lo desorbitado de las mercedes solicitadas debieron ser factores determinantes para que la Corona desechase algunos ofrecimientos realizados por agentes y reclutadores portugueses en las mismas fechas. A mediados de 1639 el hidalgo portugués don Francisco Acevedo y Ataíde, con servicios militares en el Norte de África, ofrecía levantar 300 hombres en Portugal en las mismas condiciones económicas que muchas de las levas asentadas entonces, o bien levantar enteramente a su costa cien infantes portugueses para su embarque en la Coruña, a cambio de una merced de encomienda de 1.000 ducados anuales y otros 500 ducados de pensión eclesiástica para un hermano suyo. La Junta desechó la oferta, pues no se correspondía la proposición del servicio con las mercedes solicitadas.⁷⁷ Ese mismo año don Fernando de Mascareñas presentaba su condición de miembro de la nobleza portuguesa y más de quince años de servicios en las Armadas de Su Majestad⁷⁸ como el aval más sólido para que Felipe IV aceptase su oferta de reclutar un tercio de infantería de entre 800 y 1.000 hombres, la mitad en territorio portugués y la otra mitad en la frontera extremeña, para su posterior envío a Flandes. Quizá pensase que ayudaría en sus pretensiones el hecho de que por esas mismas fechas su hermano, el maestre de campo don Simón de Mascareñas, hubiese cumplido “puntualmente” la leva de 600 hombres para su embarque en Málaga que había ajustado con la Corona, acuerdo en el que se incluía la entrega de dos hábitos de la orden de Santiago.⁷⁹

Con estos antecedentes, don Fernando de Mascareñas incluía una “batería” de contraprestaciones nada desdeñable: patente de maestre de campo, con el compromiso de no ser reformado para poder pasar a servir a Flandes personalmente con su tercio; patente de sargento mayor y dos de ayudantes en blanco y doce patentes de capitanes, alféreces y sargentos en blanco con sus correspondientes suplimientos, todas libres de media anata, al objeto de facilitar su posible comercialización entre los posibles aspirantes. Sumaba a sus pretensiones los habituales despachos y cédulas para poder reclutar en Castilla y Portugal, más otras condiciones que buscaban

⁷⁷ Consulta de la Junta de Coroneles, de 06-VI-1639, AGS, GA, leg. 1.261, sf.

⁷⁸ En 1625 levantó una compañía, sirviendo de capitán de un tercio comandado por su padre, don Jorge Mascareñas, del que era coronel. Ese mismo año prestaba servicios en la Armada y en 1626 se volvía a embarcar en las naves de escolta de los galeones de la Carrera de Indias, a donde pasaría posteriormente. A su vuelta de América, se le ordenó levantar en Portugal una compañía de 500 hombres para pasar a Francia, aunque no llegó a hacerlo, pues se embarcó rumbo a Brasil, donde actuó de Almirante interino durante varios años, tras los que volvió a Lisboa, AGS, GA, leg. 1.258, sf.

⁷⁹ Consulta de la Junta de Coroneles, de 19-II-1639; Relación de las personas con quienes se han ajustado las levas, el número de gente y la parte donde se han de conducir, AGS, GA, leg. 1.258, sf.

flexibilizar las exigencias de la leva.⁸⁰ En lo concerniente a mercedes honoríficas con las que mercadear y financiar parte de la leva, solicitaba 2 hábitos de la orden de Avis y para él mismo el cumplimiento de la concesión de una encomienda que se le había prometido, junto con el oficio de Trinchante de la Casa Real de Portugal que estaba vacante, que juntos rentaban 500 ducados anuales. En caso de no hacerse efectiva esta última merced, solicitaba la futura de una encomienda por valor aproximado de 1.000 ducados. No obstante, la clave de su oferta radicaba en la solicitud del pago en Portugal de un juro de 25.000 ducados que se debían a su padre, don Jorge de Mascareñas, más otros 5.000 ducados, cantidad por la que se comprometería a levantar el tercio enteramente a su costa y ya “que pues Vuestra Majestad acostumbra hazer mercedes particulares a los que hazen estas levas con dinero de Vuestra Majestad, y él se ofrezca a hazerla con lo que se debe a su Padre”,⁸¹ solicitaba el cumplimiento efectivo de una merced de llave del señor Infante, para servir con “más lucimiento” al mando de su tercio en Flandes. A pesar de que la Junta de Ejecución aconsejaba negociar los términos de la oferta, la respuesta del rey no podía ser más clara, al afirmar que la leva era “carísima, y así se puede excusar. Y adviértase con el conde-duce ha hecho ahora por menos de seis mil ducados una leva de 300 hombres puestos en La Coruña sin otra ninguna adehala”.⁸²

III. A modo de conclusión

Los de Martín Alfonso de Ataíde y Melchor Correa de Franca no fueron los únicos casos de asentistas y reclutadores de origen portugués que colaboraron con Felipe IV en la movilización de hombres y recursos para su desplazamiento a otros frentes militares. No obstante, sí constituyen ejemplos muy ilustrativos de cómo se desarrollaron los procesos de negociación de las contraprestaciones económicas y la entrega de cargos de la oficialidad y mercedes honoríficas –hidalgúas, hábitos de órdenes militares, etc.– en el momento de la firma de los asientos y durante el proceso de ejecución de los mismos, cuyas condiciones podían cambiar en función de las circunstancias por las que pasase la campaña de reclutamiento. Esos cambios determinaron, como hemos podido comprobar, un verdadero “toma y daca” en el que ocupaban un lugar fundamental la renegociación de las condiciones pactadas y la introducción de prórrogas que permitiesen ampliar unos plazos

⁸⁰ Entre éstas, la posibilidad de que los capitanes pudiesen ir embarcando a la infantería en grupos de 40 o 50 soldados, sin reparar en la calidad de sus vestidos de munición y con la opción de ir completando las compañías posteriormente, AGS, GA, leg. 1.258, sf.

⁸¹ *Ibid.*

⁸² *Ibid.*

de reclutamiento que generalmente no se cumplían. Ahora bien, lo más interesante desde el punto de vista del sistema de contraprestación de servicios y de los procedimientos venales empleados por la Monarquía, es constatar el modo en que se incorporaron nuevas compensaciones en forma de patentes con suplimientos de capitanes, alféreces y sargentos, hábitos de órdenes e hidalguías como la mejor fórmula para obtener capitanes dispuestos a usar su propio capital con el fin de “agilizar” unas levas que no siempre llegaron a buen puerto.

Los asentistas y reclutadores conocían muy bien las necesidades bélicas de la Monarquía y contaban con la red de contactos necesarios entre las elites y oligarquías locales, con el conocimiento del territorio y con los medios económicos para encabezar levas de miles de efectivos. Algunos, con larga experiencia en la administración de guerra y con servicios militares contratados, conocían a la perfección la dinámica de la contraprestación de servicios con el monarca, las condiciones económicas en que se podían pactar los asientos para la provisión de hombres y las grandes posibilidades que dichos asientos ofrecían para la obtención de oficios y rangos del ejército y, mucho más importante, la consecución de una amplia variedad de mercedes honoríficas –hábitos, títulos de hidalguía– por vía venal, en pago por el envío de hombres reclutados, vestidos y armados y como una parte sustancial de los acuerdos para el levantamiento de unidades militares no sólo en Portugal, sino también fuera de dicho territorio.

Los procedimientos de reclutamiento con intermediarios y asentistas particulares propiciaron la apertura de un amplio mercado de oficios y honores, sobre todo en aquellos momentos en que el rey tenía especial necesidad de hombres para sus ejércitos por la apertura de múltiples frentes bélicos, como ocurriría a partir de 1635. Esta fue una realidad muy presente en Castilla y, aunque de menores dimensiones, también en Portugal, territorio que, como se ha visto, tuvo que contribuir con hombres a los ejércitos de Felipe IV. Y fue una realidad conocida no sólo por nuestros protagonistas, sino también por otros muchos reclutadores, hombres de negocios y nobles portugueses que debieron entrar -o lo intentaron- en el sistema de asientos en busca de los beneficios económicos y honores que podía reportarles, pero también como un modo de estrechar más sus colaboración y sus lazos de fidelidad con el monarca, por la vía del servicio al rey. Martín Alfonso de Ataíde, Melchor Correa de Franca, Simón de Mascareñas y Gregorio Correa Ravelo, son claros ejemplos de esa colaboración en las empresas militares de la Corona. Sin embargo, a lo largo de estas páginas se han podido constatar las enormes dificultades por las que pasó la ejecución de los asientos, en gran medida, condenados al incumplimiento sistemático de sus cláusulas. Esa experiencia debió pesar en la Corte a la hora de rechazar ofertas como las planteadas por don Fernando de Mascareñas y don Francisco de Acevedo, quienes ofrecen la otra cara de la moneda, la de aquellos asentistas y reclutadores portugueses cuyos proyectos de reclutamiento no fueron admitidos,

bien por no cumplir con las expectativas del rey en cuanto al número de hombres propuesto, bien por ser demasiado “ambiciosas” en el apartado de cláusulas económicas y mercedes solicitadas.

Las dificultades para encontrar hombres en los distritos de reclutamiento, la sobrecarga de levas en una misma zona, los atrasos en la entrega de soldados, el elevado nivel de deserciones registrado en la época, la llegada de compañías al 30% o al 40% de los efectivos que debían llevar en el momento de su embarque, su situación, con soldados “desnudos”, sin los vestidos de munición al completo o completamente desabastecidos, constituyeron una realidad denunciada por los oficiales de la administración del ejército en los puertos de embarque con demasiada frecuencia. Algo a lo que nuestros protagonistas no pudieron abstraerse. Los datos ponen sobre la mesa los problemas que el sistema de asientos podía llegar a generar. La urgente necesidad de hombres obligaba a la firma de este tipo de contratos porque, en teoría, permitía reclutar soldados en poco tiempo y a bajo coste. Sin embargo, los pobres resultados cosechados por las levas de asiento hicieron levantar voces muy críticas con el sistema a principios de los años cuarenta porque, como rezaba una consulta de 1643 de la Junta de Guerra, “las levas de asientos totalmente está reconocido no sirven sino de consumir hacienda y deshazer los exércitos y presidios”.⁸³ La experiencia y los datos aquí expuestos parecían dar la razón, al menos en parte, a los partidarios de su eliminación. No obstante, las premuras de la guerra y las posibilidades de mercadeo de honores y oficios que el sistema planteaba como moneda de cambio en manos de la Corona, pesarían más con el tiempo.

Además de los problemas generales por los que pasó el sistema de asientos de reclutamiento, en el caso específico de los asentistas y reclutadores portugueses se añaden las especiales circunstancias políticas que se desarrollaron a partir de 1640. Sus vínculos de colaboración, servicio y fidelidad con la Corona, tuvieron que verse necesariamente resentidos por la Guerra de Restauración. No lo sabemos con certeza, aunque es probable que Martín Alfonso de Ataíde pudiese verse salpicado por el protagonismo ejercido por su sobrino don Jerónimo de Ataíde, sucesor de su hermano Luis en el condado de Ataouguia en 1639, y erigido posteriormente en uno de los líderes más destacados de la aristocracia portuguesa en los inicios de la rebelión.⁸⁴ Asimismo, en el caso de Melchor Correa de Franca no debió ayudar mucho al desempeño de su empresa de reclutamiento el hecho de que fuese uno de los integrantes del grupo de colaboradores de la Monarquía que en 1641 fueron detenidos –y algunos ejecutados– por su supuesta implicación en una conspiración para derrocar a Juan IV.⁸⁵ La nueva situación

⁸³ Consulta de la Junta de Guerra, de 10-X-1643, AGS, GA, leg. 1.472, sf.

⁸⁴ Rafael VALLADARES, *La rebelión de Portugal...*, cit., p. 226.

⁸⁵ *Ibid.*, p. 40.

creada por la guerra no debió dejar muy bien parados a nuestros protagonistas, cuyas mercedes y rentas, en gran medida, habían sido situadas en un reino que ya no obedecía al rey que las había otorgado. Estos caballeros, nobles y hombres de negocios que habían mostrado su fidelidad a Felipe IV, quedaban ahora en una situación muy peligrosa, con sus haciendas dañadas y, en cierto modo, desamparados. Sin duda, los tiempos habían cambiado.

ENTRE PARTICULARES: VENALIDADE NA ÍNDIA PORTUGUESA NO SÉCULO XVII

NANDINI CHATURVEDULA *
CHAM - FCSH-UNL, UAç.

I.

Em 1662, o Vice-Rei do Estado da Índia António de Melo e Castro (1662-1666) enviou uma queixa a Lisboa sobre a má qualidade dos capitães que serviam nas fortalezas portuguesas espalhados por toda a Ásia. A corrupção entre esses era notória e generalizada e, segundo o Vice-Rei, duas coisas eram necessárias para combater esse problema: homens de honra e maior rigor no processo de selecção. A primeira condição representava uma condenação moral desses funcionários do rei, cujo comportamento dúbio era visto como um prejuízo para o bem comum do Estado da Índia. A segunda condição era muito mais concreta; Melo e Castro recomendou que no futuro os capitães devessem ser cuidadosamente examinados para garantir que possuíssem o “valor e qualidade necessárias [*sic*]” para ocupar e defender as fortalezas portuguesas. Se homens sem os pré-requisitos desejados fossem aprovados, o Estado como um todo sofreria e as autoridades em Lisboa e Goa seriam responsáveis pela colocação de homens incompetentes em posições importantes¹.

Parte do problema dos abusos entre os capitães das fortalezas na Índia parece estar associado com a forma como esses indivíduos atingiam a sua posição. A venalidade desempenhava um papel importante na aquisição de

* Bolseira de Pós-Doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia / Ministério da Educação e Ciência. A autora gostaria de agradecer Roberta Stumpf pela meticulosa revisão de várias versões deste texto.

¹ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Documentos Avulsos da Índia (DAI), Caixa 50, 24 Março 1670, Documento 145, Consulta do Conselho Ultramarino.

alguns cargos e, posteriormente, levava a outras formas de corrupção. Para a historiografia portuguesa, a venalidade tem sido vista como uma prática muito limitada, especialmente em comparação com a França e a Espanha e, como tal, recebeu pouca atenção dos investigadores. Na última década procurou-se estudar mais o tema, embora tenha se tornado claro que as formas e procedimentos relativos à venalidade diferiam em Portugal e em suas colónias e que são necessários estudos comparativos para entender as nuances dessa prática nas diferentes partes do império².

No final do século XVII teve lugar na Índia uma polémica em torno da compra e venda de cargos entre particulares, efectuada mediante renúncias. Nas décadas de 1670 e 1680, estas vendas eram mencionadas repetidas vezes nas correspondências entre a administração colonial em Goa e a Coroa. A proliferação das renúncias criou ansiedade em Goa sobretudo por duas razões: porque permitia que homens com dinheiro mas sem linhagem ou capacidade necessária entrassem em cargos importantes na Índia e porque o preço às vezes muito alto dos cargos abria portas para numerosos abusos. Esse artigo centra-se num estudo de caso em finais do século XVII na fortaleza de Diu onde o capitão e fidalgo, Dom Fernando de Castelo Branco, foi acusado por mercadores nativos de vários abusos. Como se verá, o debate sobre as acções de Castelo Branco envolvia a questão de venalidade – e se o exagerado preço pago pela capitania de uma certa forma induzia aos excessos. Mediante a análise desse caso, este artigo explora a forma como as renúncias funcionavam na Índia, as razões porque eram consideradas problemáticas, e as implicações desse tipo de venalidade para a administração colonial. Também procura entender porque as renúncias apareceram neste momento e o que estava em risco para a Coroa portuguesa.

II.

De acordo com as ordenações manuelinas e filipinas, compilações das leis portuguesas, a transacção de cargos públicos em Portugal era, de facto, ilegal. No entanto, segundo Francisco Ribeiro da Silva, havia ambiguidades e brechas na lei que permitiam a venalidade em determinadas condições, nomeadamente com a aprovação da Coroa. A prática existia tanto a nível público como privado; a nível público consistia na venda do cargo pelo rei ou na doação de um cargo em vez de dinheiro, pensões ou outras remunera-

² Fernanda OLIVAL, “Mercado de Hábitos e Serviços em Portugal (Séculos XVII-XVIII)”, *Análise Social* XXXVIII (2003): 743. Sobre venalidade e a venda de honras veja Fernanda OLIVAL, *As Ordens Militares e o Estado Moderno: Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789)*, Coleção Theses, 3, Lisboa, Estar Editoria, 2001. Sobre venalidade no século XVIII no Brasil veja Alberto GALLO, “La Venalidade de Ofícios Públicos en Brasil Durante el Siglo XVIII”, in *Dinámicas de Antiguo Régimen y Orden Constitucional: Representación, Justicia y Administración en Iberoamerica, Siglos XVIII-XIX*, ed. Marco Bellingeri (Torino, Otto, 2000).

rações pecuniárias. A nível privado, portanto, permitia ao proprietário de um cargo receber dinheiro ou um objecto de valor de um outro indivíduo em troca da titularidade do ofício.³ Muitas pessoas que eram premiadas com cargos optavam por vendê-los, ou renunciá-los em benefício de terceiros. As renúncias normalmente eram uma venda privada entre indivíduos que precisava licença real para ser considerada válida⁴.

A convicção geral no Portugal moderno era que a venalidade criava incompetência e abusos, e, portanto, a sua proliferação foi limitada. Objecções à prática estavam geralmente ligadas a receios sobre a potencial exploração do cargo por parte dos compradores. A venda de cargos entre particulares era especialmente problemática porque a qualidade do comprador não podia ser garantida; a Coroa escolhia as pessoas que considerava mais capazes e com ascendência social apropriada para o serviço real, enquanto aqueles que vendiam os seus cargos estavam geralmente mais preocupados em lucrar com a venda do que com a capacidade ou posição social do comprador⁵. Havia claramente uma distinção entre a maneira como as renúncias deviam funcionar em teoria e a maneira como de facto funcionavam na Índia. Embora as vendas por renúncias devessem ser registadas e aprovadas pela Coroa, na Índia é claro que havia muitas vendas efectuadas clandestinamente. Os administradores coloniais em Goa comentavam os valores extraordinários que eram pagos pelos cargos renunciados na Índia, principalmente àqueles que rendiam maiores lucros aos seus titulares⁶.

Entre 1669 e 1679, antes portanto do caso de Castelo Branco, as renúncias eram um assunto central em Goa; várias autoridades coloniais se queixavam das consequências negativas desta prática na Índia. Em Janeiro de 1669, o Conselho do Governo de Goa (1668-1671) escreveu a Lisboa para protestar contra a venda de ofícios através das renúncias reclamando sobretudo que aqueles que compravam ofícios dessa maneira muitas vezes não tinham qualificações para a posição. Do ponto de vista dos governadores, parecia que “a maioria dos indivíduos” que servia nas capitânias do Estado havia conseguido os seus postos desta forma. A presença de funcionários inexperientes em cargos importantes era visto como prejudicial para o serviço do rei e o funcionamento do império como um todo, contribuindo para a condição “miserável” do Estado da Índia no final do século XVII. Os governadores acrescentavam que nobres que deveriam defender os interesses da Coroa estavam apenas preocupados em acumular dinheiro para

³ Francisco Ribeiro da SILVA, “Venalidade e Hereditariedade dos Ofícios Públicos em Portugal nos Séculos XVI e XVII. Alguns Aspectos”, *Revista de História*, n.º 8 (1988): 204-205.

⁴ *Ibid.*: 203-07, 11. OLIVAL, “Mercado de Hábitos...”, cit., p. 240.

⁵ SILVA, “Venalidade e Hereditariedade...”, cit, pp. 203-204.

⁶ Veja Arquivo Histórico de Goa (HAG), Volume 43, Livros das Monções do Reino (MR) 35, 8 Janeiro 1669, fol. 35, Conselho do Governo ao Príncipe Regente Pedro. M. N. PEARSON, *Coastal Western India: Studies from the Portuguese Records*, Xchr Studies Series, No. 2 (New Delhi, Concept, 1981), pp. 21-22.

comprar posições lucrativas nas fortalezas da Índia, operando essencialmente como meros mercadores. O Conselho recomendou que o rei proibisse todas as renúncias em Portugal e no Estado “provendo em q[ue] os providos desse Reino não podendo vir peçoalmente servir suas capitanias e merçes a Índia mandem pessoa equivalente em seu lugar [*sic*]”⁷.

Alguns anos depois, em 1674, o Chanceler do Tribunal da Relação de Goa, Francisco Cabral de Almada, também se queixava em uma carta dirigida ao Príncipe Regente:

Vesse Snor o damno porque de ordinario se renuncião estas mercês, e os que as comprão não vão servir a VA, vão a contratar e a enriquecer, deixando as praças de VA no miseravel estado em que se vem, sem que athe agora houvesse castigo pera capitão algum...

Segundo o Chanceler, os interesses materiais de muitos nobres na Índia eram prejudiciais para a Coroa, distraíndo-lhes do serviço ao Rei com o resultado de que as fortalezas ficavam “expostas a qualquer invazão dos Inimigos do Estado [*sic*]”⁸. A acumulação de dinheiro para a compra de cargos seguia uma lógica mercantil que divergia significativamente do *ethos* e normas ideais da nobreza portuguesa.

O problema com a atribuição dos ofícios no Estado da Índia, de acordo com o Chanceler, residia na forma como estes eram preenchidos. O rei de Portugal impôs uma ordem para que só entrassem nas fortalezas pessoas “suficientes” que tinham de ser aprovados pelo vice-rei da Índia antes de exercer suas funções. Apesar das nomeações régias, portanto, a efectivação das mercês dependia do capricho do vice-rei, que podia “aprovar e revogar a quem ele queria, quando queria”. Almada criticou o processo de tomada de decisão dos vice-reis que muitas vezes aprovavam homens incompetentes para alguns cargos. Esta liberdade de escolha teria repercussões no futuro uma vez que estes homens “incapazes” não encontrariam dificuldades em transferir o cargo aos seus filhos e netos. Enquanto herdeiros de sangue do titular também seriam considerados insuficientes e ineptos, oferecendo assim serviços de má qualidade ao rei por sucessivas gerações⁹.

As somas escandalosas que os capitães conseguiam apropriar e extrair durante os seus triênios eram prejudiciais não só às comunidades mercantis locais como também à Fazenda Real. Além disso, era suposto que o Estado fosse auto-suficiente no sentido de que as receitas do comércio e de outras actividades serviriam para pagar todos os salários e as despesas militares. Os furtos assumiram tais proporções que a Coroa foi obrigada a desviar

⁷ HAG, Vol. 43, MR 35, 8 Janeiro 1669, fol. 35, Conselho do Governo ao Príncipe Regente Pedro.

⁸ AHU, DAI, Caixa 53, 29 Novembro 1674, Documento 206, Chanceler Francisco Cabral de Almada ao Pedro Regente.

⁹ *Ibid.*

fundos de outras partes do Estado para a Índia, além de fazer novos investimentos a partir de Lisboa¹⁰.

As consequências das renúncias também foram notadas pelo magistrado da Relação de Goa, Miguel Nunes de Mesquita, que em 1679 lançou uma crítica geral sobre o funcionamento do Estado, chamando a atenção em particular para a venda e compra mediante renúncias, que ele considerava ser “a ruína da Índia”. Mesquita dirigiu os seus comentários especificamente para a venda de ofícios nas feitorias, onde um ofício com um salário de 1.000 xerafins podia ser vendido por 6.000 xerafins. Uma vez no cargo, esses funcionários roubavam dinheiro suficiente para compensar o preço pago por eles, e conseguiam acumular grandes lucros, subornando os responsáveis pela fiscalização das contas régias¹¹.

Esta forma de venalidade tinha claras implicações para a administração colonial. Os nobres que tinham cargos muitas vezes renunciavam em benefício de não nobres, reduzindo a qualidade das pessoas que serviam, aumentando a probabilidade da incompetência, e retirando da Coroa o controlo sobre quem ocupava os cargos. As pessoas que eram nomeadas para servir no Estado muitas vezes abandonavam o serviço real para procurar outras formas de ganhar dinheiro rapidamente de modo a poder comprar um cargo mais rentável, deixando o Estado carente dos funcionários que desesperadamente necessitava¹². As pessoas que compravam os ofícios abusavam, por vezes, das suas posições para recuperar o investimento e para acumular lucros para assim viverem de forma luxuosa quando terminasse o triénio, tempo que normalmente duravam as serventias transaccionadas.

Nestas compras na Índia existia uma espécie de “dupla corrupção”, pois os vendedores e compradores negociavam o preço do cargo clandestinamente, sem pagar os impostos exigidos pela Coroa, além dos outros abusos já apontados. A falta de ministros da Relação de Goa significava que frequentemente não havia maneira de punir os oficiais cujo comportamento já havia sido reprovado. Em 1667, por exemplo, o Vice-Rei João Nunes da Cunha avisou a Coroa que uma avaliação dos roubos cometidos por governadores na Índia era absolutamente essencial a fim de identificar e tirar “ladrões que sem temor de Deos e de VMag.de obrão [*sic*]”. No entanto, era impossível para o Vice-rei enviar alguém para investigar o comportamento alegadamente suspeito¹³.

¹⁰ *Ibid.*

¹¹ AHU, Códice 212, 1 Março 1680, fols. 84-86, Consulta do Conselho Ultramarino. Veja-se também AHU, DAI, Caixa 56, 1 Março 1680, Documento 45.

¹² Veja-se HAG, Vol. 43, MR 35, 8 Janeiro 1669, fol. 35, Conselho do Governo ao Pedro II.

¹³ Veja-se HAG, Vol. 41, MR 33, 26 Janeiro 1667, fol. 120, Vice-Rei João Nunes da Cunha ao Afonso VI.

III.

Nas comunicações entre Goa e Lisboa entre 1679 e 1682 sobre os abusos do capitão de Diu, o desconforto por parte da administração colonial e da Coroa quanto às renúncias é bem visível. Em 1679, o Príncipe Regente emitiu um alvará proibindo o uso da força contra os mercadores e moradores da fortaleza de Diu. O alvará foi uma resposta às queixas que a Coroa recebeu sobre a opressão sofrida pelos Baniás (mercadores nativos) e outros residentes forçados a fugirem para as “terras dos mouros”. O capitão de Diu nessa altura era Dom Fernando de Castelo Branco, e segundo os Baniás, a fim de impedir a liberdade de comércio e extrair dinheiro deles, o capitão e outros funcionários régios fizeram exigências financeiras ultrajantes e, em muitos casos, prenderam ilegalmente comerciantes e outros moradores. As mulheres dos indivíduos presos também foram detidas e as suas jóias confiscadas, obrigando os maridos a pagarem grandes somas para reaver esses ornamentos. Além disso, os circuitos comerciais utilizados pelos Baniás foram bloqueados de modo que não podiam enviar os seus barcos para recolher ou entregar mercadorias¹⁴.

Castelo Branco e seus criados também defraudavam a Fazenda Real, deixando de pagar as taxas de entrada e saída de barcos no porto de Diu e levando mercadorias directamente para os armazéns para se livrarem dos impostos na alfândega. O capitão também foi acusado de se apropriar dos recursos da fortaleza para enviá-los aos territórios dos inimigos, deixando os moradores de Diu sem nada. Por causa do desvio de fundos por Castelo Branco e outros oficiais, os lucros da fortaleza sofreram uma grande redução e não havia dinheiro para compensar os soldados ou pagar outras despesas ordinárias, com excepção do armamento militar dos barcos do capitão para que ele pudesse comerciar de forma mais eficaz e segura. Entretanto, o forte ficou completamente exposto e sem medidas de defesa adequadas¹⁵.

Castelo Branco também conseguiu “convencer” os Baniás ricos de Diu a ajudá-lo a organizar o seu comércio com Moçambique¹⁶. Os comerciantes

¹⁴ HAG, Códice 512, Cartas Patentes e Alvarás, 4 Março 1679, s.p., “Alvará pera que na Fortaleza de Dio não fazerem forces e violências aos mercadores e moradores della [sic]”. Sobre a actividade mercantil dos mercadores Baniás de Diu e a sua opressão veja Luís Frederico Dias ANTUNES, “A Crise no Estado da Índia no Final do Século XVII e a Criação das Companhias de Comércio das Índias Orientais e dos Baneanes de Diu”, *Mare Liberum*, n.º 9 (1995), p. 21. Veja-se também Luís Frederico Dias ANTUNES, “A Actividade da Companhia de Comércio dos Baneanes de Diu em Moçambique: A Dinâmica Privada Indiana no Quadro da Economia Estatal Portuguesa (1686-1777)”, *Mare Liberum*, n.º 4 (1992).

¹⁵ *Ibid.*

¹⁶ Os mercadores Bania tinham uma longa tradição de comércio com Moçambique em mercadorias tais como mármore, âmbar, marfim, ouro e prata. No final da década de 1680, uma companhia monopolista composta na sua maioria por Baniás foi fundada numa tentativa de reanimar o comércio do Estado e criar laços económicos com África, mas o esforço foi um fracasso e a empresa foi dissolvida em 1699. ANTUNES, “A Crise no Estado da Índia...”, cit., pp. 24-27.

nativos que estavam envolvidos fizeram-no por seu próprio risco. Se um navio estivesse perdido, eles também perderiam todo o seu investimento, mas se o embarque fosse bem-sucedido, eles não ganhavam nada porque Castelo Branco vendia-lhes as mercadorias a preços exorbitantes ou as adquiria por um valor inferior. Aos funcionários corruptos da alfândega que ajudavam o capitão a desviar fundos “era permitido meterem a mão e serem ladrões, arriscando muitas vezes a conservação da Praça [sic]”¹⁷.

Na ausência de um magistrado da Relação para fiscalizar a conduta do capitão, a Coroa ordenou que o Governador Antonio Paes de Sande tomasse todas as medidas necessárias para tentar evitar tais abusos até que o Príncipe pudesse enviar alguém para investigar o assunto. O Regente Pedro estabeleceu um protocolo para a punição, afirmando que após o decreto real qualquer capitão ou outro funcionário que continuasse com tal violência e descomedimento seria imediatamente afastado do cargo e enviado nas galés de regresso a Lisboa, onde seria multado e impedido de voltar a integrar o serviço real. Além de uma multa, seria imposto o pagamento adicional de metade do valor de todos os bens roubados, assim como o reembolso de todas as vítimas, pago mediante o confisco de todas as propriedades do culpado¹⁸.

Em Janeiro de 1681, Antonio Paes de Sande respondeu ao Príncipe Regente dizendo que também tinha recebido uma queixa semelhante dos moradores de Diu e que tinha mandado para Lisboa os resultados de uma devassa que foi tirada pelo magistrado da Relação, Miguel Nunes de Mesquita. Enquanto estava a ser devassado, Paes de Sande obrigou Castelo Branco a retirar-se para Damão e ordenou a João de Sá e Menezes, morador de Tana, que tomasse posse de Diu. Infelizmente, essa devassa não sobreviveu mas sabemos por outros documentos sobre o caso que Mesquita considerou verdadeiras as acusações contra Castelo Branco e que Paes de Sande recomendou que ele fosse retirado imediatamente do cargo. Paes de Sande também aproveitou para lembrar o Príncipe que não era a primeira vez que o Governador tinha chamado a atenção para esse tipo de comportamento nas fortalezas da Índia:

“... muitas vezes tenho representado a VA que a total ruína das praças da Índia, e a principal cauza por onde muitas se perderão hão sido os excessos dos capitães e não as armas dos inimigos... [sic]”.

O Governador estava convencido que a única maneira de conservar o Estado da Índia era aplicar um castigo exemplar contra os ditos capitães e também contra os vice-reis e governadores que, segundo ele, “obraram sem temor da justiça”¹⁹.

¹⁷ HAG, Vol. 52, MR 46^a, 15 Novembro 1680, fols. 66-67v, Consulta do Conselho Ultramarino.

¹⁸ *Ibid.*, ANTUNES, “A Crise no Estado da Índia...”, cit., pp. 24-27.

¹⁹ HAG, Vol. 52, MR 46^a, 15 Novembro 1680, fols. 66-67v, Consulta do Conselho Ultramarino.

As percepções de Paes de Sande sobre o império na Ásia reflectem a ansiedade de muitos administradores coloniais no final do século XVII. A ideia de que o Estado estava em declínio prevalecia desde a era da “Goa Dourada”, no início do século XVI, mas as persistentes perdas para os poderes holandeses e asiáticos no século XVII reforçaram claramente a concepção da decadência portuguesa na Ásia. Paes de Sande não estava sozinho nas suas referências à “ruína” da Índia, mas ao invés de culpar forças externas pelo declínio aparente do Estado, entendia que a causa da decadência eram os próprios portugueses. Maior regulação e vigilância sobre o comportamento dos funcionários, esperava ele, ajudaria a impedir o roubo do tesouro real e a persuadir os comerciantes locais a continuar com o comércio nos territórios portugueses. Somente o aumento das receitas, por fim, permitiria que o Estado da Índia voltasse ao seu *status* anterior.

A Coroa enviou instruções para o Vice-rei da Índia, agora Francisco de Távora, para que o castigo imposto a Castelo Branco servisse de exemplo a futuros capitães. O Regente Pedro estava muito preocupado com o movimento de mercadores indígenas para as terras fora do controlo dos portugueses. Para ele, o comércio desses nativos era crucial para a recuperação e sobrevivência de Diu. Conjuntamente com as instruções enviadas para Távora, o Conselho Ultramarino fez juntar um parecer, no qual procurava estabelecer mecanismos para lidar com os excessos que foram repetidamente denunciados à Coroa. O Conselho analisou o comportamento e as acusações contra Castelo Branco, concluindo que esse havia pago 43.000 xerafins pelo cargo que ocupava, conseguindo recuperar para si, ao longo do triénio, entre 100.000 e 200.000. Durante esse mesmo período, os conselheiros argumentaram que a Fazenda Real havia sofrido grandes perdas, tendo sido necessário subsidiar a cada ano o tesouro de Diu com as rendas das feitorias de Baçaim e Damão. O facto dos lucros dos capitães serem superiores aos da Fazenda Real era, para os conselheiros, como “ter o Diabo introduzido naquellas Conquistas [*sic*]”. Os conselheiros acusavam tais capitães de gananciosos, e até mesmo os vice-reis e os governadores de agir como comerciantes interessados apenas no seu próprio lucro. Propunham, assim, ao monarca que limitasse o preço das renúncias argumentando que se estas fossem mais baixas, os oficiais estariam menos inclinados a roubar e a cometer outros abusos. E assim, os capitães das fortalezas poderiam “tirar os seus interesses sem tão grandes vexações dos povos, como agora experimentação [*sic*]”²⁰.

O Conselho Ultramarino e o Príncipe percebiam a necessidade de abordar esse assunto de forma rápida e rigorosa para evitar uma fuga ainda mais significativa no comércio, devido ao constante êxodo dos vassallos portugueses para terras estrangeiras. A punição de Castelo Branco foi concebida como uma forma de mostrar a outros funcionários reais que havia conse-

²⁰ *Ibid.*

quências para o uso indevido de sua posição. Embora a investigação oficial realizada para verificar a conduta de Castelo Branco não esteja disponível, outras fontes revelam que ele acabou por ser privado do cargo de capitão e condenado a cinco anos de degredo no Morro de Chaul²¹. Foi também proibido de entrar no serviço Real no futuro e os seus bens foram confiscados²². Aos Baniás oprimidos por Castelo Branco, a administração colonial concedeu-lhes privilégios na alfândega Real para que continuassem a viver em Diu. Aos mesmos se ofereceu ajuda financeira para a compra de mais seis barcos para reiniciarem seus negócios comerciais²³.

IV.

As renúncias aparecem com regularidade nas fontes das décadas 70 e 80 embora não fique claro o porquê desta frequência. Segundo Glenn Ames, durante a regência e o reinado do Príncipe Pedro havia uma tentativa de reformar e recuperar o Estado da Índia, sobretudo depois da perda de Cochim em 1663.²⁴ Embora essas tentativas não necessariamente surtiram efeito, a preocupação com as renúncias pode ser vista no contexto desse programa geral de reformas. Dados os problemas económicos do Estado nos finais do século XVII, o Regente tentou restringir os abusos dos capitães das fortalezas porque afectavam a actividade comercial dos mercadores, a Fazenda Real, e a reputação geral dos portugueses na Índia. No contexto das perdas para os holandeses em toda a Ásia e os resultantes problemas económicos e políticos, os excessos dos capitães ganharam importância. Vários vice-reis e governadores da Índia acreditavam que para recuperar o Estado era preciso contar com homens de melhor qualidade dos que até então haviam servido à Coroa, sendo também necessário acabar com a corrupção notória, sobretudo nas capitanias. Em Diu, os oficiais eram constantemente acusados de várias formas de corrupção mas, no final do século XVII, a Coroa tinha que prestar atenção às queixas nas fortalezas, cada vez mais dependentes do comércio dos mercadores locais. A sobrevivência económica dos portugueses dependia sobretudo do envolvimento dos nativos e das suas próprias redes comerciais (com Moçambique e a região do mar Vermelho,

²¹ Em teoria, o degredo era um castigo reservado exclusivamente para a nobreza, enquanto o exílio para as galés era utilizado como punição aos plebeus. Na prática, porém, o degredo poderia ser imposto a indivíduos de qualquer grupo social. Timothy J. Coates, *Convicts and Orphans: Forced and State-Sponsored Colonizers in the Portuguese Empire, 1550-1755* (Stanford, Calif., Stanford University Press, 2001), pp. 21-22.

²² HAG, Códice 8001, Assentos do Conselho do Estado, 20 Janeiro 1682, fols. 95-95v, Resolução de Francisco de Tavora e António Paes de Sande.

²³ ANTUNES, "A Crise no Estado...", cit., p. 21.

²⁴ Glenn J. AMES, *Renascent Empire?: The House of Braganza and the Quest for Stability in Portuguese Monsoon Asia, c. 1640-1683* (Amsterdam, Amsterdam University Press, 2000).

por exemplo). A grande presença de mercadores Baniás em Diu levou o historiador Ashin Das Gupta a denominá-la de “Cidade dos Baniás”. Das Gupta entende que Diu e Damão eram cidades fundamentalmente Baniás em vez de portuguesas, onde os governadores e oficiais portugueses participavam no comércio nativo em troca de protecção naval e cooperação²⁵.

Dada a sua importância económica, a saída de comerciantes indígenas de enclaves portugueses era uma situação que a Coroa queria evitar. Os portugueses tinham pouco controlo sobre o movimento nas fronteiras e as populações locais utilizavam a fronteira entre os domínios lusos e as regiões controladas por outros poderes como forma da resistência à opressão económica (ou até religiosa) desde o início da fixação portuguesa na Índia. A presença dos ingleses em Bombaim e dos holandeses em vários locais na costa ocidental oferecia alternativas aos mercadores não-cristãos, que podiam trabalhar sob a influência de poderes europeus, aumentando os lucros dos inimigos dos portugueses e trazendo danos consideráveis à Fazenda Real. O Estado da Índia tinha que ser um lugar acolhedor com políticas favoráveis para a fixação dos comerciantes²⁶.

Para o Príncipe, Diu tinha uma posição muito importante – na maioria das cartas que ele escreveu acerca de Castelo Branco, sempre classificou Diu como a fortaleza mais importante da Índia, embora essa importância talvez fosse de facto mais simbólica do que verdadeira. De qualquer forma, as denúncias contra os capitães em Diu decresceram depois da década da 1680, possivelmente indicando um melhor comportamento dos capitães e melhores relações entre esses e os moradores. Provavelmente, as queixas diminuíram também devido à redução da importância económica de Diu. Dados quantitativos revelam que entre 1620 e 1680 as receitas de Diu caíram para um terço dos níveis anteriores. Em 1620 os rendimentos de Diu contribuíram para 17% do total das rendas do Estado da Índia, mas nos meados da década de 1680 caíram para menos de 8%²⁷. Essa contracção deveu-se em parte à mudança do comércio para o porto Mogol de Surat, onde os portugueses tinham que competir com feitorias inglesas e holandesas, e aos ataques dos árabes de Omão que saquearam Diu em 1668 e 1676²⁸.

²⁵ Citado em C. R. BOXER, *Portuguese India in the Mid-Seventeenth Century*, Heras Memorial Lectures, 1978 (Delhi, Oxford University Press, 1980), p. 43.

²⁶ Sobre o papel dos nativos no Estado veja-se: G. V. SCAMMELL, “The Pillars of Empire: Indigenous Assistance and the Survival of the ‘Estado Da India’ c. 1600-1700”, *Modern Asian Studies* 22, n.º 3 (1988).

²⁷ Sanjay SUBRAHMANYAM, *The Portuguese Empire in Asia, 1500-1700: A Political and Economic History* (London/New York, Longman, 1993), p. 190.

²⁸ *Ibid.*, pp. 189-91. Ernst VAN VEEN, *Decay of Defeat? An Inquiry into Portuguese Decline in Asia 1580-1645* (Leiden, Universiteit Leiden, 2000), p. 107.

V.

O impacto das renúncias de ofícios foi entendido de diferentes formas pelas autoridades coloniais da Índia e os órgãos régios em Lisboa. Os Vice-reis e governadores em Goa neste período queixavam-se frequentemente de que muitos portugueses na Índia estavam preocupados apenas com a acumulação de riqueza, a fim de adquirir posições. Castelo Branco, também ele um nobre, é apenas um exemplo entre muitos dessa ganância. Tal acumulação obedecia a uma lógica mercantil que contrastava drasticamente com o *'ethos nobre'* que muitas autoridades procuravam defender. Este *ethos* e os valores associados a ele entravam em conflito com uma concepção comum de que o serviço na Índia era propício ao enriquecimento rápido.

A Coroa, por outro lado, mostrou-se muito mais pragmática. No caso de Castelo Branco, a preocupação era aliviar a opressão contra mercadores nativos, tidos como peças vitais para o comércio português. O Conselho Ultramarino em Lisboa propôs que o rei determinasse um limite para o preço da venda de renúncias das fortalezas da Índia, seguindo o raciocínio de que se os preços fossem mais baixos, os funcionários estariam menos inclinados a tentar recuperar o dinheiro durante o exercício de seus cargos. Assim, embora se aceitasse que os capitães e outros oficiais pudessem envolver-se em actividades direccionadas para o lucro pessoal, o caso de Castelo Branco excedeu os limites do que era considerado tolerável.

Acusações contra homens como Castelo Branco também devem ser entendidas do ponto de vista estratégico – eram uma forma de criticar a administração colonial e promover os interesses do grupo – nesse caso das comunidades locais mercantis que foram excluídas do comércio em áreas onde tradicionalmente dominavam. Os comerciantes nativos tinham tudo a ganhar ao dar visibilidade às práticas de corrupção. Se a resposta do rei não lhes fosse favorável poderiam simplesmente abandonar os territórios portugueses. Os nativos eram, de facto, muito hábeis em utilizar a fronteira ténue entre os poderes portugueses e estrangeiros como uma forma de resistência. A presença dos ingleses em Bombaim, dos mogóis em Surat, e os vários enclaves holandeses na costa ocidental da Índia deixavam os comerciantes não-cristãos com a opção de comerciar dentro de outras esferas de influência, aumentando os lucros dos inimigos portugueses à custa do Estado.

Infelizmente, não temos muitas fontes documentais que nos permitam perceber a perspectiva dos capitães sobre o seu papel no Estado. Talvez para Castelo Branco, as suas acções em Diu eram perfeitamente aceitáveis, não diferindo do que qualquer outro funcionário na sua posição poderia fazer. No final do século XVII, a Coroa não podia se dar ao luxo de ignorar os abusos de homens como Castelo Branco, especialmente em Diu. Os nativos utilizavam com sucesso a sua posição de vassallos da Coroa e os canais

de comunicação com Lisboa para apelar à intervenção do Regente Pedro. No caso de Diu, a resposta da Coroa é um testemunho do poder económico desses grupos indígenas, assim como um reconhecimento claro da dependência portuguesa face aos mercadores locais durante este período.

FORMAS DE VENALIDADE DE OFÍCIOS NA MONARQUIA PORTUGUESA DO SÉCULO XVIII

ROBERTA STUMPF*
CHAM-FCSH-UNL, UAç.

Dada a escassez de fontes documentais mais conhecidas sobre a venalidade de ofícios no Antigo Regime português, não surpreende que os historiadores ao investigar o tema se deparem com dificuldades teórico-metodológicas.¹ Mas se muitas fontes mais ocultam do que revelam sobre essa actividade que não deveria ganhar publicitação, impedindo-nos de dimensionar a intensidade e a amplitude que a venda de ofícios alcançou, nos parece essencial entender o tema tocando em outros aspectos fundamentais da cultura política portuguesa, em especial no que diz respeito aos provimentos de ofícios na sua generalidade. É por esta razão que, ainda que nossa pesquisa se centre na venda de cargos americanos efectuada pela monarquia no Setecentos, não podemos deixar de mencionar questões que abrangem um período e um território mais alargados.

Antes de mais nada, convém frisar que o conceito de venalidade não tem sido utilizado de forma consensual,² resultando em opiniões desencontradas sobre a frequência que esta prática ganhou em território português, sobretudo quando praticada pela Coroa. A nosso ver, cargos e honras teriam sido vendidos pela monarquia não somente quando esta recebera um mon-

* Bolseira de Pós-Doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia/Ministério da Educação e Ciência.

¹ Para além dos trabalhos adiante citados, lembramos ainda: Francisco R. da SILVA, “Venalidade e hereditariedade dos ofícios públicos em Portugal nos séculos XVI e XVII. Alguns Aspectos”, in *Revista de História*, n.º 8 (1988), pp. 208-257; Rui Alberto Manupella TERENO, “Venalidade e hereditariedade no reinado de D. João V”, in *Revista de Direito de Lisboa*, n.º 25 (1984), pp. 363-390.

² Roberta Giannubilo STUMPF, “Venalidad de oficios en la monarquía portuguesa: un balance preliminar”, in Francisco ANDÚJAR CASTILLO y María del Mar FELICES DE LA FUENTE (eds.), *El poder del dinero. Ventas de cargos y honores en el Antiguo Régimen*, Madrid, Biblioteca Nueva, 2011, pp. 331-344.

tante de dinheiro, mas também quando oferecia tais mercês em retribuição a serviços pecuniários extraordinários.³ Efectuados por particulares que utilizavam recursos próprios para demonstrar voluntariamente fidelidade ao monarca, tais serviços não contemplam os protagonizados por oficiais régios que arcavam com as despesas do exercício do mando. Por mais que pudessem se valer futuramente dos “sacrifícios de sua fazenda” para exaltar o zelo para com a monarquia, este era um dever do ofício, que só aparece como um atributo merecedor de recompensas quando considerado excessivo, vale dizer, maior do que aquele exigido aos titulares dos cargos.

No entanto, mesmo que fosse possível comprar um ofício contribuindo financeiramente com reparos em edifícios públicos, formação de companhias militares, envio de marinheiros ao Estado da Índia e com a construção de fortalezas, para citar alguns exemplos, era raro que solicitações de recompensas por tais serviços, encaminhadas de distintos territórios do Reino e das conquistas ultramarinas, fossem atendidas. Ao que parece a monarquia portuguesa foi também bastante reservada neste sentido, sobretudo quando a iniciativa partia dos particulares. Nem sempre os auxílios financeiros eram vistos como indispensáveis⁴ ou as mercês requeridas condizentes aos esforços alegados. Quando em 1721 João de Castro de Oliveira se ofereceu para pagar à sua custa a construção de uma fortaleza na praia de Santos, na Capitania de São Paulo, certamente que a importância desta oferta foi reconhecida. Porém, não havendo notícia de que fosse atendido, pode-se imaginar que o possível indeferimento teve por base a excessiva ambição do suplicante.⁵ Por outro lado, quando era a monarquia a estipular como o dinheiro

³ Tal como entende Alberto Gallo, que acrescenta que estas vendas por serviços pecuniários “no dieron origen a un verdadero régimen jurídico de la venta de propiedades como el instituido en las Indias de Castilla por la cédula de 1606”. Alberto GALLO, “La venalidad de oficios públicos durante el siglo XVIII”, in Marco BELLINGERI (coord.), *Dinâmicas de Antigo Régimen y orden constitucional. Representación, justicia y administración. Siglos XVIII-XIX*, Otto Editore (2000), p. 99.

⁴ Em 1744, Caetano Mendes fora nomeado capitão da Fortaleza de Santa Luzia, no Rio de Janeiro, por seu pai ter construído ali uma muralha de pedra e cal e casas cobertas de telha. Mas quando, em 1756, solicitou a confirmação desta patente, não obteve êxito pois o então governador considerou que, além da “despesa ser inútil para o nome de fortificação, também a sua construção é de pouco valor, nem me consta que o pai do suplicante se servisse dela, senão para maus usos, e à Vossa Majestade certamente não fez serviço algum”. AHU/RJ (Arquivo Histórico Ultramarino/Rio de Janeiro), cx. 50, doc. 5070. Ver também Ofício do [vice-rei do Estado do Brasil], conde de Resende [D. José Luís de Castro], ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, informando ser descabido o requerimento do capitão-mor da vila de São Salvador [dos Campos dos Goitacazes], José Francisco da Cruz, que requer em 1799 o governo de uma fortaleza que quer levantar em São João da Barra, Rio de Janeiro. AHU/RJ, cx. 170, doc. 12595.

⁵ Por tal despesa solicitava nada menos que a promessa de um ofício na Capitania de Minas Gerais, a mercê de dois hábitos da Ordem de Cristo, para ele e seu filho, o foro de fidalgo da Casa Real, o posto de sargento-mor com o soldo requerido, o qual, por sua morte, passaria ao seu primogénito. José Jobson de Andrade ARRUDA (coord.), *Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania de São Paulo*, catálogo 2 (1618-1823), p. 41. Agradeço a João Figuerôa Rego por esta

deveria ser gasto e qual a mercê que se deveria dar em troca, esta venda mediante dispêndio de recursos financeiros para obras públicas era efetuada sem contratempo. É o que acontece em 1717, quando António Barroso Borralho tornou-se proprietário do ofício de provedor da Casa da Saúde de Lisboa mediante a aceitação de que daria 300 mil réis de donativo para uma obra na rua dos Ourives do Ouro. Neste caso foi favorecido porque a Câmara da referida cidade tinha “um decreto de Vossa Majestade para os venderem (os ofícios), no caso que vaguem, para a obra da rua dos Ourives”.⁶

Aos altos funcionários da Coroa portuguesa parecia não agradar a ideia de conceder em troca de serviços pecuniários qualquer espécie de mercê. Em 1801, os conselheiros do Conselho Ultramarino foram unanimemente contra a confirmação de 587 “patentes (militares) honoríficas”, sem exercício, concedidas em troca de donativos pelo vice-rei 2.º Conde de Resende para o reparo em fortalezas e para a construção de um cais no Rio de Janeiro. O fato do número ser bastante expressivo e do vice-rei ter agido por conta própria certamente explicam a oposição dos conselheiros. Entretanto, o que parecia incomodar não eram apenas as vendas fugirem ao controle régio, afinal as patentes deviam ser confirmadas pelo monarca. O motivo de contrariedade eram as vendas implicarem a compra de um estatuto privilegiado pois não era legítimo aceitar isso a que chamavam de “venda disfarçadas de graduações” que “só resulta diminuição de apreço das honras militares e multiplicação, sempre odiosa, de privilégios”.⁷

Observa-se assim que, mesmo quando atribuímos à venalidade régia de ofícios um sentido mais amplo, é difícil afirmar que a Coroa portuguesa tenha se socorrido dela com frequência como forma de adquirir benefícios económicos. Como adiante se verá, a venda de ofícios mediante a entrega de dinheiro pago directamente aos tribunais e órgãos fazendários só se tornará uma prática sistemática a partir de 1741,⁸ e apenas no que respeita a alguns cargos americanos.

indicação bibliográfica. Sobre o indeferimento do Conselho Ultramarino aos pedidos considerados excessivos em relação à qualidade dos serviços efectuados e sobretudo à condição social dos suplicantes ver: Roberta G. STUMPF, *Cavaleiros do ouro e outras estratégias nobilitantes nas Minas Setecentistas*, São Paulo, Hucitec, 2012 (no prelo).

⁶ Desembargo do Paço – Repartição das Justiças e Despacho da Mesa, consultas 1717, maço 1000.

⁷ AHU/RJ, cx. 209, doc. 14567. Outros exemplos de venda de patentes militares: Jerónimo de Paes Bulhões “comprou” a patente de capitão e cabo do Forte de Santo António da Barra de Catuâma, em 1721, pela despesa efetuada na mesma. Registro de Consultas do Conselho Ultramarino da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar 1720-1832, código 907, f.111v. Martinho Pereira de Eça, primogénito na Casa dos Biscainhos da cidade de Braga, em 1762, “levantou uma companhia de cavalos de que ficou capitão”, in Ignácio José PEIXOTO, *Memórias particulares. Braga e Portugal na Europa do Século XVIII*, Braga, Arquivo Distrital de Braga/ Universidade do Minho, 1992, p. 63 (texto do início do século XIX).

⁸ Alberto GALLO, “La venalidad de oficios públicos...”, cit.

I. A venalidade de ofícios: uma prática a ser evitada

Embora, tal como afirmou António M. Hespanha, “no plano do direito comum (e pátrio) se entendesse que não havia obstáculos legais à venda dos cargos públicos pelo rei”,⁹ em especial em contextos de “urgência” financeira, faz sentido investigarmos com maior profundidade de que forma a monarquia portuguesa agiu em situações nas quais as rendas régias estavam ameaçadas e a venda de cargos do património régio poderia ser uma alternativa para recuperá-las. Sabemos, por exemplo, que no período da Guerra da Restauração¹⁰ e da Sucessão Espanhola¹¹ a venalidade fora cogitada nos altos círculos de poder, mas sempre, como apontou Fernanda Olival, a propósito do reinado de D. João IV, como um recurso último, como um mal menor.¹²

Em 1675, os membros do Conselho Ultramarino, apesar de considerarem “de ruim exemplo (e) em menos observação da justiça”, defendiam a venda de quatro importantes ofícios em diferentes capitânicas americanas, para angariar fundos para socorrer Angola. Entre estes estava o cargo de provedor da Fazenda da Capitania de Pernambuco que se vendeu por dez

⁹ António Manuel HESPANHA, *História das Instituições. Épocas medieval e moderna*, Coimbra, Livraria Almedina, 1982, p. 391. Fernanda OLIVAL, *As Ordens militares e o Estado moderno: Honra, mercê e venalidade: moderno (1641-1789)*, Lisboa, Coleção Theses, 2001, p. 238.

¹⁰ “Consulta do Conselho de Estado, na qual tendo-se visto uma consulta do Conselho da Fazenda sobre os socorros a prestar à Índia, Angola e Rio de Janeiro, parecera necessário procurar-se dinheiro para se poderem efectuar” (17 de Agosto de 1654). Memórias do Conselho de Estado – Cód. 1081 (K VIII 6b), fls. 279-280, in *Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval*, doc. 181, p. 133. Resolução de 7 de Março de 1647. Virgínia RAU e Maria Gomes da SILVA, *Os Manuscritos do Arquivo da Casa do Cadaval respeitantes ao Brasil [1640-1724]*, Coimbra, Universidade, 1956-1958, vol. I, doc. 108, p. 58. Fernanda OLIVAL, *As Ordens militares...*, cit., pp. 239-240.

¹¹ Em 19 de Outubro de 1711, frente à eminência do ataque francês no Brasil, o Secretário de Estado defendia que as despesas com o “socorro do Brasil” deveriam ser pagas mediante a cobrança das dívidas da Real Fazenda, a venda de ofícios vagos, a cobrança do tributo denominado “usual” e a solicitação de um breve papal para que o eclesiástico pagasse a décima como os seculares. O Duque de Cadaval, quando chamado a dar seu parecer, esclarecia que o papa não concederia a décima, que o “usual” era um tributo demasiado violento, mas era favorável à cobrança de tudo o que se devia assim como a venda dos ofícios vagos “guardando-se o dinheiro num cofre” e que “não se gaste” até virem informações do Brasil. Virgínia RAU e Maria Gomes da SILVA, *Os Manuscritos...*, cit., vol. II, docs. 126 e 127, pp. 82-83. Sobre o tema ver: Miguel Dantas da CRUZ, *Proteger o Atlântico (para além do Conselho Ultramarino): o marquês de Fronteira e a defesa do Brasil – 1710-1727* (mimeo). Carta de Antão de Faria da Silva a D. Nuno Álvares de Pereira e Melo, duque de Cadaval, sobre a venda do lugar de presidente do tribunal da Mesa da Consciência e Ordens, com referência a D. Teodósio e a Pedro Vieira, s.l., s.d., fl. 86, in *Manuscritos do Fundo Português da Biblioteca Nacional de França*, p. 223.

¹² Fernanda OLIVAL, *As Ordens militares...*, cit., pp. 239-241. Segundo Oliveira, no Portugal de 1800, conferiu-se “o Foro de Fidalgo a quem concorresse com 25 mil cruzados para as urgências do Estado e o Hábito de Cristo a quem entrasse com 5 mil cruzados no Erário Régio, para com estes subsídio acudir às despesas da Guerra que estávamos com a República Francesa”. Luiz da Silva Pereira OLIVEIRA, *Privilégios da Nobreza e Fidalguia de Portugal*, Lisboa, Nova Oficina de João Rodrigues Neves, 1806, p. 115.

contos a João do Rego Barros, que já havia ocupado o posto de capitão-mor da Paraíba. A justificativa respaldava-se evidentemente na urgência em conseguir recursos para preservar um território essencial ao Reino e também ao Brasil, mas argumentavam ainda os conselheiros que em outros contextos similares, em particular no Estado da Índia, o Reino português já teria se valido desta medida que “nos estranhos é coisa comum”.¹³ Se a lembrança de exemplos anteriores, inclusive de outras monarquias, dava consistência ao parecer, sabiam os conselheiros que as vendas deviam ser feitas de forma a não contrariar os mecanismos e critérios que regiam o sistema de provimento de ofícios, quando eram estes protagonizados pelas instituições do centro. Pelo que se deu preferência à venda de poucos, mas importantes cargos, ao invés de colocar “no mercado” uma maior quantidade de ofícios menores. Para além do fato de se dar reduzida exposição a uma prática que suscitava polémicas, conseguia-se assim arrecadar uma soma mais elevada de dinheiro, visto a relevância dos cargos. Da mesma forma, quando os compradores eram homens de prestígio e experiência, que bem poderiam ter sido providos em tais cargos por seus serviços, aos benefícios trazidos à Fazenda Real somava-se a garantia de que a administração régia na América continuaria nas mãos de homens qualificados. Em suma, quando foi necessário vender ofícios, nada nos permite dizer que os monarcas abusaram desta prerrogativa; a cautela e a prudência parecem ter sido regra comum.¹⁴

Comparando-se com o que se sucedeu na Coroa de Castela, onde quase tudo se vendia¹⁵ e nem sempre de forma velada,¹⁶ não deixa de ser uma fonte de interrogações o fato de parecer certo que a monarquia portuguesa foi

¹³ Arquivo Histórico Ultramarino/Pernambuco (AHU/PE), cx. 11, doc. 1023.

¹⁴ AHU, Consultas Mistas, códice 19, fls. 96v-97. Sobre a dúvida que se lhe oferece a se passar a Manoel de Moraes Navarro, a mercê do ofício de escrivão dos órfãos da Cidade da Bahia, dizem os conselheiros do Conselho Ultramarino em 1698: “E porque a praça da Bahia se achava sem aqueles efeitos necessários para ser provida de munições para estar com maiores defensas, à imitação do que Vossa Majestade já havia mandado praticar na vacatura de outros ofícios nas conquistas, se ordenou ao governador da Bahia mandasse ali por editais para a venda deste ofício”. Dois anos depois, quando as dúvidas não se dissiparam, esclarecia el-rei: “Para o provimento deste ofício se ponham editais de novo na Bahia declarando-se que se há de prover por serviços e merecimentos e não por venda”, idem, fl. 173.

¹⁵ Enrique SORIA MESA, *La nobleza en la España moderna-cambio y continuidad*, Madrid, Marcial Pons Historia, 2007, p. 47. Nossa opção em estabelecer uma análise comparativa com Castela deve-se ao intuito de compreender as realidades americanas, apesar de saber que em outros reinos, em especial a França, a venalidade de ofícios foi ainda mais acentuada. A obra de Francisco Andújar Castillo é de fundamental importância para se entender a amplitude da venalidade de cargos e honras no Reino de Castela, prática que não se efectuou apenas em função das “urgencias de la presente guerra”. FRANCISCO ANDÚJAR CASTILLO, “Vender cargos y honores: un recurso extraordinario de la corte de Felipe V”, in *Homenaje a Antonio Domínguez Ortiz*, t. III (2008), pp. 89-110.

¹⁶ Muitas vezes, a venda de cargos era registrada em contratos estabelecidos entre os súbditos e a Coroa. FRANCISCO ANDÚJAR CASTILLO, “Los Contratos de Venta de empleos en la España del Antiguo Régimen”, in FRANCISCO ANDÚJAR CASTILLO y María del Mar FELICES DE LA FUENTE (eds.), *El poder del dinero*, cit.

muito mais comedido na venda de mercês, ofícios ou honras. Explicar as razões desta discrepância não é tarefa fácil, principalmente porque é preciso considerar muitas hipóteses, algumas já mencionadas pela historiografia.

Primeiramente é preciso lembrar que a monarquia portuguesa se envolveu em um número menor de anos em guerras. Em seguida, que as receitas das conquistas podem ter contribuído para que mesmo em conjunturas de dificuldades financeiras a venda de ofícios não fosse cogitada como sendo a melhor estratégia. Como opção, outras alternativas de menor impacto moral foram acordadas, como a criação de novos impostos ou mesmo a cobrança daqueles já existentes de quem estava isento de pagá-los.¹⁷ Porém, importa lembrar que nestes casos, porque o pagamento do imposto não era um ato voluntário, não se constituía um serviço digno de recompensa régia.¹⁸ Pagar os tributos era uma obrigação e como tal não contribuía para a aquisição de honras e cargos, ou seja, não alimentava qualquer tipo de transacção venal entre os súbditos e o monarca.¹⁹

Outro factor a explicar a pouca inclinação da monarquia portuguesa em vender mercês são as fortes censuras morais, sobretudo dos tratadistas²⁰ que, se não eram representantes da mentalidade de uma época, o eram de um grupo particularmente influente, que via com maus olhos a ideia do monarca “fazer feira de ofícios”.²¹ Um rei mercador que premiava os homens cuja riqueza era o principal, senão o único, atributo qualificador, não condizia com a imagem de um monarca justo, que agraciava com cargos e honras os homens beneméritos de elevada condição social. No período pós-restau-

¹⁷ Em 1722, os conselheiros em consulta sobre como custear a nau guarda na costa do Rio de Janeiro foram “contra a criação de mais um tributo a recair nos vassallos, no caso cobrando sobre os escravos, (...) porque não deve mandar que as suas Reais obras se façam à custa dos seus vassallos, só em tempo de necessidade pública se poder permitir...”. Registro de Consultas do Conselho Ultramarino da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar 1720-1832, códice 907, fl. 227. Sobre os descontentamentos gerados em relação aos “impostos de guerra”, para a primeira metade do século XVII, ver Fernando Dores COSTA, “As forças sociais perante a guerra: as Cortes de 1645-46 e de 1653-54”, in *Análise Social*, vol. XXXVI, n.º 161 (2002), pp. 1147-1181.

¹⁸ Neste artigo sobre os empréstimos e donativos ofertados voluntariamente, ou cobrados pela monarquia, no final do século XVIII e início do seguinte, encontramos uma explicação do redactor do *Correio Brasiliense* que merece ser transcrita. Para este, “segundo os nossos princípios, o Soberano, ou o Governo, poderia exigir uma derrama ou pedido ou qualquer outro imposto do povo para ocorrer (*sic*) a esta necessidade pública. Em tal caso, uma vez que a imposição é obrigatória e compete a todos os cidadãos (...) ninguém tem merecimento em pagar a quota que lhe cabe”. E acrescenta o autor: “A perspectiva é diversa se houver contribuições voluntárias, estas são um serviço que deve ser remunerado”. *Apud* Fernando Dores COSTA, “Capitalistas e serviços: empréstimos, contratos e mercês no final do século XVIII”, in *Análise Social*, vol. XXVII, n.º 116-117 (1992), p. 444.

¹⁹ Como exceção, na Capitania de Minas Gerais a contribuição de mais de oito arrobas de ouro poderia render uma mercê régia, de acordo com o Regimento das Casas de Fundação de 1750. Porém, esta era uma soma bastante considerável. Roberta G. STUMPF, *Cavaleiros do ouro...*, cit.

²⁰ António Manuel HESPAÑA, *História das Instituições...*, cit., pp. 391-392.

²¹ Diogo Camacho ABOIM, *Escola Moral, política, cristã e jurídica*, Oficina de Bernardo Antonio de Oliveira, 1754, p. 321. (Terceira edição).

ração, a prática venal fora associada aos reinados dos Filipes e ao ser lembrada em tom de reprovação moral contribuía para defender a dinastia bragantina, ou seja, a dignidade e a legitimidade dos novos herdeiros do trono.²²

Para além dos danos que podia causar à imagem do monarca, atribuir mercês em troca de dinheiro causava prejuízos à justiça distributiva.²³ Ao reduzir o prestígio e a quantidade de “prémios” a serem concedidos acabava por abalar a reciprocidade que unia o rei a seus vassallos. Para que a monarquia preservasse sua legitimidade era preciso primar pelas regras do jogo, era necessário que cada parte honrasse seus compromissos, porque a cada um era exigido que se comportasse conforme o esperado. Ideia esta tão conhecida e repetida, mas que deve ser mencionada sempre que necessário; afinal era disso que se tratava.

Dentre este leque de possibilidades analíticas, a leitura das fontes normativas, das consultas do Conselho Ultramarino e do Desembargo do Paço sugere que a preocupação com a eficácia da administração pública pode ser mais uma hipótese a ser considerada para se entender a escassa venda régia de ofícios no Antigo Regime português.²⁴ Quanto a este ponto convém nos atentarmos para o posicionamento da monarquia e de suas instituições no que se refere à qualidade dos homens que eram tidos como dignos de se constituírem oficiais régios. A recorrência com que os ofícios foram patrimonializados e a tentativa de controlar a transmissão dos ofícios dados em propriedade podem ser lidas como uma consequência desta visão que permeava, ao menos em teoria, as lógicas de nomeação régia dos cargos.

A patrimonialização dos ofícios, por um lado, tinha a desvantagem de diminuir o número de mercês que alimentava o sistema de remuneração de serviços (pois os cargos deixavam de pertencer ao património régio) mas por outro era defendida como benéfica ao funcionamento da administração. Para além das razões apontadas por Hespanha,²⁵ julgava-se que a concessão de ofícios em propriedade, por ser apanágio dos tribunais régios, dava

²² Ver: Memorial de Pero Roiz Soares in João Francisco MARQUES, *A parenética portuguesa e a dominação filipina*, Ed. Porto e INIC, 1986, p. 140. Fernanda OLIVAL, *As Ordens militares...*, cit., p. 240.

²³ Francisco BETHENCOURT, “A América Portuguesa”, in Francisco BETHENCOURT & Kirti CHAUDHURI (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, volume 3, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1998, pp. 248-249. Fernanda OLIVAL, *O Estado Moderno...*, cit., p. 240.

²⁴ O que não elimina a idéia de que a “eficácia da administração pública é subordinada a razões de prestígio e à satisfação dos valores dominantes da ideologia feudal” na medida em que não nos referimos à eficácia no sentido moderno (capacidade profissional), mas aquela vinculada às virtudes próprias do Antigo Regime. António Manuel HESPANHA, *História das Instituições...*, cit., p. 390.

²⁵ Como a continuidade da administração pública (com o estabelecimento de uma tradição familiar do serviço público), a autonomia dos proprietários menos vulneráveis às pressões estranhas (entre as quais os caprichos dos monarcas), o estabelecimento de uma idéia transpessoal de serviço público (“desenvolvendo um corpo de regras técnicas e deontológicas que racionalizam o exercício de cada cargo”). *Ibid.*, p. 393.

maior garantia de que fossem ocupados por pessoas mais aptas, já que suas qualidades, como a importância social, a dignidade ou a experiência administrativa, seriam escrutinadas com maior rigor.²⁶ Melhor qualificados, era preciso no entanto assegurar que fossem os proprietários os que serviriam os ofícios para os quais foram nomeados e, em caso de impedimento ou morte, o direito de hereditariedade garantia a seus filhos primogênitos, herdeiros de seus bens e de suas virtudes, a posse semiautomática dos mesmos.²⁷ Para que os titulares/proprietários nomeassem um serventuário ou renunciassem o cargo em terceiros sem parentesco sanguíneo, só havendo “causa muito justa”, tal como reiteradamente se ordenou,²⁸ e mesmo assim em pessoas que portassem as virtudes morais associadas à ideia de nobreza e também a de bom servidor. Há uma extensa legislação sobre o assunto, já referida e analisada por Hespanha,²⁹ a qual serviu para que os tribunais régios se posicionassem.

Veja-se, por exemplo, o caso do tabelião do judicial da cidade de Évora que, em 1717, já estando encartado, pediu ao Desembargo do Paço dispensa da idade para servir, pois tinha apenas vinte e um anos. Seu pedido foi deferido, pois “era útil que os proprietários sirvam os seus ofícios como Vossa Majestade assim o tem ordenado por repetidas ordens suas”.³⁰

No entanto, quando os proprietários estavam impossibilitados de servir e não podiam repassar o cargo a um parente era preferível que renunciassem ao mesmo do que nomeassem um serventuário.³¹ Assim agindo, o ofício recairia em um novo proprietário. Tal preferência de transmissão justificava-se, na óptica oficial, não só pelos motivos já elencados, mas também

²⁶ As propriedades de ofícios americanos também não podiam ser concedidas por autoridades coloniais. Eram providas pelo monarca após consulta do Conselho Ultramarino ou da Mesa de Consciência e Ordens. Uma vez aprovadas, as mercês eram registadas no Registro Geral de Mercês e as cartas ou alvarás de provisão passados pela Chancelaria régia, após cobrança dos tributos devidos.

²⁷ Não sem a apresentação de uma série de documentos que atestavam este direito: cópia do alvará de renúnciação (emitida ao proprietário quando este em vida solicitava o direito de renunciar o ofício após sua morte), sentença de justificação (passada pelo juiz das justificações na qual se comprovava que o filho, segundo o direito consuetudinário, tinha a posse do ofício), certidão de batismo (para se comprovar ser maior de 25 anos), comprovativo de sua qualidade (passada pelo Juiz da Índia e Mina e Justificações Ultramarinas).

²⁸ Como exemplo citamos: Decreto de 27 de outubro de 1705 em que se ordenou se não consultassem requerimentos de renúncias de Ofícios, ou fazenda, não sendo nos filhos dos mesmos Proprietários, salvo havendo causa muito justa. [Consult. 11 Dez. 2009] Disponível em <URL:<http://www.iuslusitania.fcsh.unl.pt>>

²⁹ António Manuel HESPANHA, *As vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político. Portugal século XVII*, volume 1, Lisboa, 1986, p. 722.

³⁰ Desembargo do Paço – Repartição das Justiças e Despacho da Mesa, maço 1000.

³¹ Há uma diferença entre renunciar a um ofício ou nomear um serventuário para o mesmo. No primeiro caso, alienava-o a um terceiro que passaria a ser o novo titular proprietário. No segundo, o proprietário concedia a outrem apenas o direito de servir o ofício, por um período previamente delimitado (normalmente três anos), mediante a cobrança da terça parte dos rendimentos anuais.

porque se supunha que os proprietários eram menos “corruptíveis” e mais comprometidos com as atribuições de seus cargos. Ditavam as leis, por exemplo, que do bom desempenho de suas funções dependiam seus descendentes para herdar os ofícios.³²

Assim, António Vaz Coimbra ao pedir para renunciar aos ofícios de escrivão dos contos e feitos da Fazenda e do almoxarifado das armas da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro conseguiu parecer favorável do Conselho Ultramarino pois era conveniente que

semelhantes empregos não and(ass)em por serventuários por ter mostrado a experiência o grande dano que disso se segue ao serviço de Sua Majestade e ao benefício das partes, pois cuidam mais nos seus interesses do que na satisfação das suas obrigações.³³

Com base neste último exemplo, podemos sustentar o que foi dito anteriormente: no Antigo Regime português defendia-se que o bom êxito da administração dependia das virtudes dos servidores régios, e se nas cartas e alvarás de provimento algumas vezes a riqueza é tida como uma qualidade digna de ser mencionada, normalmente é para enfatizar que o titular serviria com limpeza de mãos;³⁴ nunca aparece como único atributo a justificar a nomeação. A riqueza por si só não dava aos homens a nobreza necessária para servir, o que explica o receio em se prover os cargos mediante transacções venais,³⁵ pois

“os que compram por dinheiro hão de tratar de embolsar o preço que deram pelo ofício que compraram, (...) com grande detrimento das partes e grande prejuízo e quebra da Fazenda Real, na qual hão de meter a mão pela medida dos seus interesses sem outro respeito que o das suas conveniências”.³⁶

³² Alberto GALLO, “La venalidad de ofícios públicos...”, cit., p. 111. O autor afirma ainda que o proprietário deveria servir no mínimo 20 anos para que seu filho herdasse o cargo. Entretanto, na documentação por nós analisada nunca encontramos esta exigência.

³³ Registro de Consultas do Conselho Ultramarino da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar 1720-1832, código 907.

³⁴ Sobre a importância da riqueza nas trajetórias de enobrecimento ver Roberta G. STUMPF, “O ouro nobilitante: a nobreza na capitania de Minas Gerais”, in *Anais de História de Além-Mar*, Lisboa, volume X, 2009, pp. 183-203.

³⁵ António Manuel HESPANHA, *História das Instituições...*, cit., p. 391.

³⁶ AHU/PE, cx. 11, doc. 1023 (1675). Ver ainda o parecer do Conselho Ultramarino sobre o requerimento de João Pereira do Lago para o ofício de juiz dos órfãos de São Francisco de Sergipe do Conde: “Parece dizer a Vossa Majestade que não são estes os ofícios porque se possam admitir donativos, porque o principal que para eles se requer é a suficiência, e capacidade da pessoa, que o houver de servir, e que na administração da justiça proceda muito como convém ao serviço de Vossa Majestade, e em benefício dos vassallos, sendo certo que aqueles sujeitos, que por este meio do dinheiro, o solicitam sempre(?) o seu empenho, é de fazerem a sua conveniência, sem atenderem a nenhum outro fim, que é o em que se deve reparar muito, e principalmente ao prejuízo que disto se pode seguir, aos miseráveis órfãos”. AHU, Consultas Mistas, código 19, fl. 110v.

É este raciocínio que encontramos em muitas directrizes régias que permeavam a conduta dos tribunais responsáveis pelos provimentos no Reino. E porque muitos cargos estavam patrimonializados,³⁷ as leis foram categóricas no sentido de evitar que os proprietários, ao escolherem os seus substitutos, beneficiassem homens pouco qualificados ao serviço régio. Para além da proibição legal da prática venal entre os particulares,³⁸ procurou-se exercer um controle directo sobre a nomeação de serventúrios ou sobre as renúncias de ofícios, as quais dependiam em última instância da autorização do rei. Foi assim no século XVIII, como nos anteriores, conforme revelam as fontes normativas, mas também os pareceres emitidos pelos tribunais régios, pelos quais podemos saber como afinal tais questões se efetuavam na prática. Em 1588, quando o alcaide Leonardo Fróes solicitou ao Desembargo do Paço permissão para renunciar o ofício que recebera como dote de sua esposa, os desembargadores se opuseram pois não lhes parecia razão bastante alegar indisposição para servir, além do que seria grande mau exemplo deferir sua solicitação pois todos aqueles “que não quisesses servir os ofícios (...) dados em dote pediriam licença para os vender”.³⁹

II. Flexibilização: a venalidade consentida ou incentivada pela monarquia

Que os ofícios não deviam constituir uma mercadoria livremente transaccionada pelos proprietários, sob o risco da Coroa se ver rodeada de maus servidores, parece ter ficado claro. Mas, quando as circunstâncias exigiam, o monarca soube olhar para estes súditos cujas qualidades já haviam sido julgadas no centro político aquando dos seus encartes. Em alguns casos, os tribunais régios foram favoráveis à alteração das normas, consentido com todas as letras a venda de cargos entre particulares, no Reino ou nas conquistas, principalmente quando era a honra dos proprietários ou de sua família que estava ameaçada. Importa notar, todavia, que quando este assentimento é explícito raramente se autorizava que o valor da venda fosse

³⁷ Está por se fazer ainda um estudo exaustivo sobre o estatuto dos cargos no Reino e no Império português. De qualquer forma, é sabido que a monarquia portuguesa alimentou as práticas de patrimonialização, pelas razões já referidas. FRANCISCO BETHENCOURT, “A América portuguesa...”, cit., pp. 240-241.

³⁸ Já nas ordenações Afonsinas (L. IV, T. VIII) e Manuelinas (L. I, T. XLI e LXXIII) tais proibições estão explicitadas. [Consult. 14 Dez. 2008] Disponível em <URL: <http://www.iuslusi-tania.fcsh.unl.pt>>

³⁹ ANTT (Arquivo Nacional da Torre do Tombo)/Corpo Cronológico, Parte I, maço 112, n.º 39, 3/3/1588. Se podemos suspeitar que as renúncias e as vendas eram práticas que estavam interligadas, é raro encontrarmos este jogo de palavras que as associam explicitamente. Ainda assim, convém não tomá-las como sinónimas.

revertido para os proprietários. Podiam alienar seus cargos em circunstâncias excepcionais⁴⁰ mas normalmente não viam a cor do dinheiro, que deveria ser depositado nos cofres reais ou no de alguma instituição religiosa.⁴¹

D. Maria de Albuquerque, depois de herdar em 1699 os ofícios de tabelião e escrivão dos órfãos da Vila de Cachoeira na Baía,⁴² que pertenciam ao seu pai, conseguiu dez anos depois a permissão para “podê-los vender para que mais facilmente pudesse conseguir o estado de religiosa, cuja venda fez (...) pela quantia de 8 mil cruzados”.⁴³ Seu caso é particularmente interessante porque no Registro Geral de Mercês consta somente a autorização para renunciar e só sabemos que a renúncia neste caso implicou uma venda porque, em 1735, D. Maria solicitou os rendimentos desta transacção, que estavam em depósito, por estar muito idosa e não ter como se manter.⁴⁴

A Diogo da Silva Castelo, proprietário de um dos cargos de tabelião e escrivão do judicial da Vila de Santarém,⁴⁵ também se autorizou a venda deste segundo ofício mas por razões bem diferentes. Para além das dívidas pessoais que contraíra, fora roubado em setenta moedas de ouro “pertencentes à Vossa Majestade, as quais estava obrigado a pagar, e se achava sem bens capazes para as poder satisfazer, mais que os que podiam pertencer a seus filhos”. Pelo que pretendia fazer “execução no dito ofício vendendo-se em praça por muito menos do seu justo valor”.⁴⁶

⁴⁰ Segundo Cândido Mendes de ALMEIDA, na edição de 1870 do Código Filipino, “as renúncias de ofícios, ainda que fosse para dotes, Religião, pagamento de credores ou ouro para dotes era proibido ao Desembargo do Paço consultar”. O autor cita fontes legislativas do período filipino, mas também a Lei de 3 de Junho de 1741. Veja-se que apesar da proibição eram estas renúncias/vendas que acabaram por ser consentidas. *Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal – Livro I*. [Consult. 20 Out. 2011] Disponível em <URL:http://www.iuslusitania.fcsh.unl.pt>

⁴¹ Para dar estado de religiosa a uma irmã, em 1717, “... a Mathias de Vasconcelos Cabral foi concedida a permissão para renunciar o ofício de escrivão dos órfãos da Vila da Torre de Moncorvo (...) com a cláusula de se depositar o preço na mão da Abadia do Mosteiro em que houvessem de professar, para que não professando ficasse o preço para a Coroa. Desembargo do Paço – Repartição das Justiças e Despacho da Mesa, consultas 1717, maço 1000.

⁴² Registro Geral de Mercês (RGM), D. Pedro II, liv. 12, fl. 275v. Alvará. Propriedade de ofício, 9/12/1699. RGM, D. João V, liv. 3, fl. 266. Alvará. Para que possa renunciar os ofícios de escrivão e tabelião dos órfãos da Vila de Cachoeira, 29/05/1709.

⁴³ AHU/BA, cx. 53, doc. 4647.

⁴⁴ Idem. Mais uma vez temos a comprovação de que o estudo da venalidade exige o cruzamento de fontes diversas, e que as fontes relativas às consultas dos tribunais régios são indiscutivelmente mais ricas do que aquelas que seguem uma formalidade retórica, que pouco acrescentam sobre a questão.

⁴⁵ A carta de propriedade foi registrada nos livros do Registro Geral de Mercês em 1705, RGM, D. Pedro II, liv. 11, fl. 426v. O parecer final do Desembargo do Paço é de 18 de Novembro de 1718, logo a seguir consta no RGM, D. João V, liv. 10, fl. 227v, a mercê “para que possa renunciar o ofício de escrivão do judicial da vila de Santarém” datado de 11/12/1718.

⁴⁶ Desembargo do Paço – Repartição das Justiças e Despacho da Mesa, consultas 1717, maço 1003.

Outro caso, o do capitão Caeiro de Brito, envolvendo também a propriedade de um ofício intermédio no Reino,⁴⁷ o de tabelião do público judicial e notas da Vila de Setúbal, suscitou polémicas. Depois de vinte e um anos de serviço, por ter “empenhos” que “não podia satisfazer sem se valer do dito ofício”, rogava “à grandeza de Vossa Majestade” para lhe conceder “faculdade para renunciar de que havia muitos exemplos”. O ouvidor da Comarca de Setúbal, chamado a se pronunciar, lembrava que Brito tinha uma filha legítima e que esta devia ser ouvida como “acredora” do dito ofício por este ter sido “dado por serviços de seu avô”. E desta opinião compartilhava o Procurador da Coroa. Mas os deputados da Mesa do Desembargo do Paço eram favoráveis que o monarca fizesse a mercê ao suplicante pois “os filhos não tinham direito aos ofícios em vida dos pais”.⁴⁸ Veja-se que aqui, como em outros casos encontrados, a palavra venda não é mencionada uma única vez, embora não haja dúvidas de que a renúncia solicitada tivesse esta como intento, visto o suplicante querer se ver livre de seus “empenhos”.

Quanto aos ofícios providos pelas Câmaras, os órgãos centrais além de fiscalizarem as nomeações que ocorriam de forma ordinária podiam autorizar a venda de cargos “para aplicar o preço para o desempenho de suas rendas”.⁴⁹ Os exemplos encontrados não são muitos e importa transcrever um em particular, ainda que seja necessário recuar mais uma vez no tempo, sobretudo porque a reacção dos camaristas da Cidade de Lisboa nos permite saber o que geralmente era ocultado. Em 1670, frente à proibição de D. Pedro II (quando ainda regente) em permitir a venda de ofícios da referida Câmara, lembravam os camaristas que no tempo de D. João IV se “permitiu venderem-se ou proverem-se com algum donativo” os cargos camarários e que “os irreparáveis danos que o senado representa a Vossa Alteza justificam praticarem-se estes agora”. E porque reconheciam que nem sempre os exemplos eram dignos de serem seguidos, e para dar maior consistência às suas reivindicações, denunciavam a política levada a cabo por D. Pedro II que era

“servido conceder a alguns particulares, com nome de renúnciação, tácito consentimento para venderem os ofícios de que são proprietários, sem mais utilidade que a particular de cada um, justa causa parece que é para Vossa

⁴⁷ A terminologia utilizada por Gallo é ofícios subalternos por serem dependentes das provedorias da Fazenda, dos órgãos de justiça e do Tribunal da Relação. Preferimos denominá-los de cargos intermédios pela característica de não darem nem tirarem nobreza aos indivíduos. Alberto GALLO, “La venalidad de ofícios públicos...”, cit., pp. 115-116.

⁴⁸ Desembargo do Paço – Repartição das Justiças e Despacho da Mesa, consultas 1717, maço 1003.

⁴⁹ Semelhante prática foi comum no século XVII nas Câmaras do Reino, como por exemplo em Elvas e Santarém, em 1614 e 1699 respectivamente. José Justino de Andrade e SILVA, *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa 1640-1700*. [Consult. 27 Jul. 2011] Disponível em <URL: <http://www.iuslusitania.fcsh.unl.pt>>. Não encontramos registos sobre o século XVIII. Da mesma forma, nada nos permite afirmar que as Câmaras na América foram privilegiadas com mercês de licença para vender ofícios.

Alteza conceder ao senado, que é proprietário, a mesma licença para remediar as necessidades da república”.⁵⁰

Pode-se concluir assim que a Coroa portuguesa por distintas razões, entre as quais a preocupação alegada em primar pela qualidade de seus servidores, procurou controlar a venalidade de ofícios protagonizada por particulares ou por autoridades encarregadas de provê-los. Quando foi condescendente com semelhante prática, respaldou-se nas razões “nobres” alegadas pelos suplicantes, que raramente elencavam apenas motivos econômicos. No caso das Câmaras, se a venda de ofícios foi solicitada como uma medida eficaz para solucionar os problemas financeiros, só foi autorizada porque estes afectavam o bem comum.

Porém, nem sempre os interesses “privados” deixaram de ser contemplados com as vendas, como lembra o capitão Caeiro de Brito que, na expectativa de ser atendido, se referia a tantos outros exemplos, vale dizer ao costume, pelos quais era sabido que o monarca consentira a venda pelos proprietários para que estes pudessem se livrar de seus empenhos. Entretanto, o pagamento de credores não era um assunto que envolvia somente questões pecuniárias, era também considerado uma atitude digna de quem reconhecia a importância de honrar o próprio nome. Mas o que dizer então da lembrança maliciosa dos camaristas de Lisboa em 1670 sobre a recorrência com que se permitiam a venda entre particulares mesmo quando não havia nenhuma necessidade pública que a justificasse? Se um único caso nos parece pouco significativo para se tirar conclusões definitivas, principalmente por se tratar de um requerimento de mercê no qual o uso de estratégias retóricas era comum, acrescentamos outro, desta vez datado do século XVIII, significativo da flexibilidade dos tribunais régios em matéria de venalidade de ofícios.

Em 1743, o provedor-mor da Fazenda do Maranhão, Inácio Gabriel Lopes Furtado, denunciou a renúncia de um ofício patrimonializado mediante a falsificação de assinaturas porque “o renunciante não tinha permissão para vender, só para renunciar, o que não é a mesma coisa” e perguntava se devia “negar a propriedade de quem comprou o ofício”. Neste caso, o proprietário não tinha autorização para vender, como está explicitado, mas o procurador da Fazenda no Reino não se opôs, respondendo apenas com indiferença, não aprovando, nem reprovando o contrato que se declarava, dizendo somente que não se impugnasse, devendo-se cumprir a carta de ofício já emitida.⁵¹

⁵⁰ Ou seja, o pagamento das dívidas da Câmara de Lisboa. *Apud* Eduardo Freire de OLIVEIRA, *Elementos para a história do município de Lisboa*, VII, 1.ª parte, pp. 199ss. Agradeço a Pedro Cardim pela indicação desta referência bibliográfica.

⁵¹ AHU/Maranhão (MA), cx. 27, doc. 2809.

Pouco se podia fazer em relação a um fato consumado, pelo que a lealdade do provedor da Fazenda do Maranhão, que quis corrigir os abusos praticados entre particulares, não era desejada. Ao dar excessiva visibilidade a uma prática ilegal, expunha também a fragilidade da monarquia em controlá-la. É esta lógica que explica também a complacência da Coroa em relação aos seus próprios funcionários que ilegalmente vendiam os ofícios cujo provimento lhes competia. Daí não surpreender que quando a conduta dos servidores régios era averiguada através de devassas ou residências, raros foram aqueles que foram penalizados.⁵² Nada se sabia, ou não se queria saber. Para os historiadores é sempre difícil, neste universo onde tudo se oculta, estudar o tema da venalidade. Se os documentos sobre as nomeações realizadas na América, por exemplo, dificilmente evidenciam alguma ilegalidade, aqueles em que as autoridades se denunciavam mutuamente podem conter algum indício de provimentos realizados com base na oferta de dinheiro dos candidatos. Assim, só sabemos que o capitão-mor da Capitania do Maranhão fora nomeado pelo governador-geral deste Estado mediante o pagamento de 4 mil cruzados porque o então donatário lembrou que tal provimento era de sua jurisdição, solicitando que o ouvidor-geral tirasse uma devassa do caso, que não chegou a ser concluída.⁵³

Não se trata de nenhum paradoxo ou falta de coerência fazer vista grossa a condutas que por lei deviam ser penalizadas ou conceder sub-repticiamente vendas sob nomes de renúncias. É provável que os tribunais do centro procurassem exercer maior controle sobre os provimentos de cargos, como lhes autorizavam as leis e nos indicam tantas outras fontes, mas os obstáculos eram inúmeros. Como controlar de forma eficaz a nomeação dos funcionários, escolhidos pelos particulares ou pelas autoridades locais, de forma a primar pela qualidade dos mesmos? Como saber se as qualidades atribuídas eram de fato verdadeiras, quando até mesmo as genealogias eram falsificadas por quem pretendia se valer de uma antiguidade ilustre? Frente às dificuldades logísticas, próprias da administração de um território tão extenso como era o Império português, confiava-se nas palavras daqueles que detinham a atribuição de nomear os titulares. Estes últimos eram tidos como pessoas aptas se os proprietários e as autoridades locais assim confirmassem, e a obrigatoriedade de confirmar tudo por escrito não impedia que os provimentos se efectivassem.⁵⁴ Qual era a lógica que permeava tais indicações, é difícil dizer, mas certamente nem sempre fora a mesma daquela defendida pela Coroa.

⁵² Nuno CAMARINHAS, *Juízes e administração da justiça no Antigo Regime (Portugal e o império colonial, séculos XVII e XVIII)*, Lisboa, 2010, p. 323.

⁵³ Desembargo do Paço – Repartição das Justiças e Despacho da Mesa, consultas lavradas 100-1752, maço 937.

⁵⁴ António Manuel HESPANHA, *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime. Coletânea de textos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 36.

Para além destas dificuldades era o próprio sistema político e institucional que impunha obstáculos de diversas ordens. O regime de patrimonialização dos ofícios e a permissão dada aos proprietários de renunciarem ou nomearem serventuários em caso de impedimento acabou por atribuir aos cargos um valor transaccional.⁵⁵ E se a Coroa procurava incentivar os proprietários a servirem, fora ela que, paradoxalmente, multiplicara os impedimentos que os afastavam do exercício do poder.⁵⁶ Também a possibilidade de satisfazer interesses próprios, como adquirir maior *status* social, contribuiu para que muitos almejassem comprar a propriedade ou a serventia dos ofícios, em particular aqueles não poderiam conquistá-los de outra maneira.

Em um regime político pluralista, que abria as portas para que os funcionários régios exercessem com relativa autonomia o poder que lhes fora delegado, não parece estranho que estes quando podiam prover cargos levassem em conta critérios alheios aos interesses da monarquia. Não era difícil para os que serviam em regime de posse ou serventia burlar o controlo régio e prover os ofícios baseando-se, por exemplo, no dinheiro. Enquanto isso a monarquia se vangloriava de vender poucos ofícios de seu património mesmo em contextos nos quais a precariedade financeira poderia justificar essa medida.⁵⁷

III. Os reinados de D. João V e D. José: novos critérios de provimento de ofícios?

Frente a este cenário, onde os maiores perdedores eram a Coroa e o bem comum, é que pretendemos entender o decreto de 1741 que incentivou a venda régia de serventias de ofícios americanos, já brilhantemente estudado por Alberto Gallo. Pela primeira vez, as fontes normativas dão a entender que os cargos se tornaram uma mercadoria também para os tribunais régios embora o teor do decreto não nos permite saber com clareza quais eram os objectivos que se pretendia alcançar. Apostar que a venalidade fora, a partir de então, legalizada e sistematizada sobretudo para acrescentar dividendos à Fazenda Real nos parece uma hipótese temerária se lembrarmos que no reinado de D. João V se viveu uma fase áurea, literalmente, graças às remessas do ouro americano. Porém, se não havia nenhuma necessidade económica a justificar tal medida, outras tomadas no reinado joanino contribuem para mostrar que a Coroa pretendia ganhar com os provimentos dos

⁵⁵ Idem, p. 60. António Manuel HESPAÑA, *História das Instituições...*, cit., p. 310ss.

⁵⁶ Dentre os quais a obrigatoriedade de ter 25 anos de idade e a proibição expressa em lei do reinado de D. Pedro II que determinava que “ninguém possa ter dois ofícios incompatíveis”.

⁵⁷ “Entretanto se he exacto o que diz Pegas no respectivo *Com.*, he honroso para os Monarcas Portuguezes nunca haverem vendido Officios públicos, com ou sem jurisdição”. Cândido Mendes de ALMEIDA, *Codigo Philippino...*, cit.

cargos vacantes, ou dos ofícios já ocupados por serventuários. Para além dos impostos cobrados nas Chancelarias, entre os quais os novos direitos, em 1722 instituiu-se a cobrança da terça parte do rendimento anual das serventias dos ofícios pertencentes ao património régio. A monarquia concedeu para si um direito que os proprietários já usufruíam quando nomeavam serventuários,⁵⁸ não sendo arriscado pensar – por analogia – que tenha se valido da venalidade régia em 1741 também para se beneficiar de uma prática que só era efetuada por quem não tinha direito a ganhar com ela.

Entretanto, mesmo considerando que os benefícios económicos influenciaram a decisão da Coroa em vender ofícios americanos, também o leilão de cargos americanos poderia trazer vantagens políticas à monarquia. Para o historiador italiano, Alberto Gallo, um ponto merece destaque: o ensejo em se centralizar no Reino as nomeações dos funcionários régios do Ultramar sobretudo por estar em consonância com a tendência centralizadora que caracterizou a política portuguesa como um todo no Setecentos. O que faz todo sentido, se lembrarmos que, ao contrário da monarquia castelhana no século XVIII,⁵⁹ a maior parte dos ofícios na América quando estavam vagos, não eram providos até então na metrópole, mas pelos governadores (e outras importantes autoridades coloniais) e sobretudo pelas Câmaras.⁶⁰ Tal regulamentação parece ainda mais urgente em um período no qual a descoberta de novos territórios demandava a expansão da estrutura administrativa e a criação e o provimento de novos cargos.

Para o autor, o intuito de controlar os provimentos de forma que recaíssem em pessoas de qualidade não está ausente das preocupações que culminaram na provisão de Fevereiro de 1741. Depois de tantos anos em que se pode aprender com a experiência, como se dizia, já não era possível acreditar que as autoridades locais ao proverem os funcionários cumpririam esta premissa, recorrentemente lembrada nas leis e nos provimentos efetuados no Reino. Entretanto, se o teor da provisão exigia que as nomeações recaíssem em pessoas aptas, a Coroa e os tribunais do centro pouca atenção deram a este ponto, que até então não era um mero detalhe. Se observamos os alvarás de serventia emitidos pela Chancelaria régia, os provimentos efectivados mediante pagamento de donativo a partir de então justifica-

⁵⁸ Exceptuando os ofícios de menor remuneração, ou seja, que rendiam menos de 200\$000 réis anuais. Arno WEHLING, *Administração Portuguesa no Brasil de Pombal a D. João (1777-1808)*, Brasília, FUNCEP, 1986, p. 33. Para este autor, as terças partes e o chamado “donativo” (que entende que passou a ser cobrado a partir de 1722, o que parece ser um erro) “era a forma de desafogar o erário régio, e simultaneamente, conseguir que as funções se cumprissem”, pois a maioria dos cargos arrematados por donativos não eram remunerados com salários, mas apenas com propinas e emolumentos cobrados da sociedade pelos serviços efetuados. Idem, pp. 33-34.

⁵⁹ Ver neste livro, Guillermo BURGOS LEJONAGOITIA, “*La provisión de cargos en la América española a través del Consejo y Cámara de Indias durante el reinado de Filipe V*”.

⁶⁰ Alberto GALLO, “La venalidad de oficios públicos...”, cit., pp. 128-130.

vam-se unicamente em função do montante oferecido. A importância social ou a experiência no serviço da monarquia, que por ventura pudessem ter os novos titulares, não são referidos. Era só o dinheiro, e apenas este, que servia de base à concessão dos novos cargos dados em serventia. Este favorecimento da riqueza em detrimento dos méritos, entendidos como tradicionais, explica porque a Coroa autorizava, a quem desse o maior lance, a faculdade de renunciar ao ofício, deixando esta conduta de se constituir um alvo de preocupação, como sempre fora. Por se tratar de um leilão, os cargos eram dados a quem oferecesse o donativo mais elevado, que não seria pago pelo comprador se este renunciasse o ofício, mas sim por quem de fato fosse servi-lo.⁶¹ A Coroa, em teoria, favorecia-se politicamente ao nomear a serventia de muitos cargos que anteriormente não eram providos no Reino, mas as vantagens esperadas eram sobretudo económicas, já que a possibilidade concedida em se renunciar aos ofícios comprados elevava o valor dos donativos a serem introduzidos nos cofres régios.⁶²

O que fica por se explicar, evidentemente, é porque no reinado de D. João V a monarquia, depois de séculos primando pela qualidade dos súbditos, a ponto de não vender exaustivamente ofícios mesmo em contextos de debilidade financeira, finalmente resolveu ganhar também com esta prática, contribuindo para aumentar o que ela sempre aparentemente procurou controlar: o mercado venal entre particulares. Um exemplo nos parece suficiente para comprovar este dado. António da Silva Porto, natural da cidade que tinha por apelido, apesar de já ter sido denunciado anteriormente por erro de ofício, quando servira o cargo de escrivão da Ouvidoria de Vila Rica, comprou mediante donativo a serventia de sete cargos intermédios no período de 1742 a 1747 para serem servidos cada um por três anos em duas capitânias diferentes, Minas Gerais e Rio de Janeiro.⁶³ Evidentemente que não podendo servir a todos, renunciou/revendeu alguns com consentimento

⁶¹ O donativo devia ser pago em seis parcelas, depois de cada semestre servido, pois os cargos eram arrematados por um período de três anos.

⁶² Segundo o autor, o sucesso da venda de ofícios americanos ficou aquém do esperado porque as autoridades locais ofereceram forte resistência impossibilitando a correta avaliação dos cargos e a cobrança eficaz dos donativos. Alberto GALLO, "La venalidad de oficios públicos...", cit.

⁶³ Em 1741, comprou o cargo de escrivão da Fazenda e Matrícula do Rio de Janeiro, e o de escrivão dos órfãos de Vila Rica, tendo pago respectivamente 3 contos e 800 mil réis e 1 conto e 100 mil réis. Em 1745, arrematou novamente o cargo de escrivão da Fazenda da Matrícula do Rio de Janeiro, pelo mesmo valor que havia pago há 4 anos e também a serventia do ofício de escrivão das Execuções de Ribeirão do Carmo, futura cidade de Mariana, pela exorbitante quantia de 4 contos e 300 mil réis. Em 1747, volta a comprar a serventia de mais 3 ofícios: de meirinho dos órfãos, de escrivão dos órfãos da Vila de Santo António de Sá, e finalmente de escrivão da Câmara e mais anexos da Vila de Parati, todos na Capitania do Rio de Janeiro. AHU/MG, cx. 41, doc. 25; cx. 45, doc. 28; AHU/RJ, cx. 38, doc. 2, f. 9; cx. 38, doc. 81; cx. 39, doc. 39; RGM, D. João V, liv. 32, fl. 13; liv. 37, fl. 7; ANTT/HOC (Habilitação da Ordem de Cristo), letra A, maço 53.

régio, atendendo aos seus próprios interesses e não ao proclamado bem comum.⁶⁴

A venalidade promovida no reinado de D. João V pode sem dúvida nos levar a pensar que a intenção da monarquia em exercer um controle sobre o provimento dos ofícios, de forma a garantir a boa qualidade de seus funcionários, não fora de fato uma premissa a ser seguida à risca, devendo ser aplicada apenas quando fosse conveniente aos interesses régios. Se mais uma vez eram as circunstâncias que determinavam a aplicação ou não das leis, ao menos se verificou que os argumentos utilizados nos provimentos dos ofícios seguiam esta lógica, ou seja, era este o discurso a ser reproduzido por todos aqueles encarregados de nomear os funcionários régios ou mesmo de ceder a serventia ou a propriedade de seus cargos. Mas na década de 40, os critérios normalmente alegados para justificar a aptidão dos súbditos em servir deixaram de ser mencionados, tornando-se a riqueza o atributo mais importante na nomeação das serventias de cargos intermédios na América.

Isso não sinaliza uma mudança progressiva e linear a qual se dará continuidade no reinado josefino, pois neste a venalidade de ofícios americanos fora temporariamente interrompida, por Aviso de 10 de Julho de 1757, para voltar a ser incentivada em 1758, mas com importantes alterações. Pombal restabeleceu o ideal do servidor/proprietário, consolidado na cultura política portuguesa, sem deixar de abrir mão dos eventuais benefícios económicos que as vendas poderiam acarretar. Ao invés das serventias, pretendeu vender todas as propriedades de ofícios americanos que fosse possível, controlando porém a idoneidade dos compradores que seriam obrigados a servir. Pelo que foi preciso enviar à América um representante da Coroa, e conselheiro do Conselho Ultramarino, para exercer um controle mais estrito sobre as vendas. Agindo *in loco*, procurava evitar também aquilo que se constituiu um problema na década de 40: a revenda de ofícios entre particulares.

Tudo parece indicar um restabelecimento das directrizes sobre os provimentos de ofícios que predominaram nos séculos precedentes. Mas, Gallo nos alerta para uma questão essencial: se a qualidade dos titulares continuou a ser enfaticamente defendida, e as renúncias controladas, ao manter-se os provimentos mediante o pagamento de donativos a idéia de aptidão, tal como concebida antes do século XVIII, sofrera um redimensionamento. Se a dignidade em servir continuava a ser avaliada pela importância social e pela experiência dos candidatos, a “aptidão profissional” e a riqueza passaram a ganhar destaque.⁶⁵

No entanto, apesar das “boas” intenções alegadas à venda de cargos na América, os obstáculos foram sentidos sobretudo nas capitánias de colonização remota. Ali uma série de condicionamentos “políticos”, como as prer-

⁶⁴ Roberta Giannubilo STUMPF, “Movilidad social en la América portuguesa: la sangre, los servicios y el dinero”, in M. LÓPEZ DÍAZ (ed.): *Élites y poder en las monarquías ibéricas: del siglo XVIII al primer liberalismo*, Madrid, Biblioteca Nueva, 2012 (no prelo).

⁶⁵ Alberto GALLO, “La venalidad de ofícios públicos...”, cit., p. 161.

rogativas das autoridades americanas e dos proprietários de ofícios, ou o alto valor dos cargos, impossibilitaram os bons resultados.⁶⁶

Segundo Gallo, é preciso considerar este fracasso para entender as leis de 1761 e de 1770, voltadas essencialmente para a alteração dos estatutos dos ofícios e de seus titulares. Conforme a lei de 1761, o princípio da hereditariedade, sempre defendido pela monarquia e reivindicado pelos súbditos com base no direito consuetudinário, fora questionado pois não impedia que os ofícios acabassem em pessoas “impróprias e abjectas”.⁶⁷ Veja-se que não se trata de negar a eficácia em se prover os ofícios por um período mais alargado, já que se continuava a defender que a fidelização à monarquia dependia deste pressuposto. Entretanto, destaca-se mais uma vez o problema tantas vezes referido: o de que as renúncias dos ofícios, desta vez também em filhos legítimos, não asseguravam que estes recaíssem em pessoas de merecimento que pudessem desempenhar os cargos de forma a zelar pelos interesses régios e do bem comum. Isto só poderia ser alcançado se apenas a Coroa provesse os ofícios que não seriam mais concedidos em propriedade, mas como “serventia vitalícia”.

Com a lei de 1770 obtém-se a base legal a estas transformações de grande monta. A tradição é reinventada para se combater o direito consuetudinário e as transmissões semiautomáticas dos ofícios hereditários, trazendo à luz a polémica, nunca adormecida, de que mesmo os ofícios dados em propriedade pertenciam ao património régio e que uma vez vagos poderiam ser novamente concedidos pelo monarca, não necessariamente aos herdeiros, mas àqueles que apresentassem as qualidades que naquele contexto eram tidas como mais importantes, como a “indústria dos providos”.⁶⁸ Os objectivos políticos destas medidas são claros: ao se retomar o tema da qualidade dos servidores e reforçar a importância do sistema de distribuição das mercês, atribuía-se ao monarca um papel central, que o opôs inclusive aos letrados e juristas, defensores dos direitos tradicionais dos particulares.⁶⁹

No reinado de D. Maria, logo em 1777, a antiga normalidade do ambiente cultural em relação aos provimentos é restaurada,⁷⁰ porque as

⁶⁶ Idem, p. 137.

⁶⁷ Alberto GALLO, “La venalidad de ofícios públicos...”, cit., p. 165.

⁶⁸ Regimento com força de lei de 23 de Novembro de 1770. Pelo qual se prescreve como erróneo o abuso do direito chamado Consuetudinário, e se dão as providências necessárias para o provimento, e serventia dos Ofícios. [Consult. 3 Jan. 2009] Disponível em <URL:http://www.iuslusitania.fcsh.unl.pt>. Ver sobre o tema António Manuel HESPANHA, *Poder e Instituições*, cit.

⁶⁹ Pombal, ainda que não negasse que as virtudes eram transmitidas pelo sangue, defendia a importância dos méritos pessoais como forma de tornar a administração eficaz. Defesa que tinha a sua própria trajectória como exemplo a ser seguido.

⁷⁰ Aviso de 3 de Setembro de 1777. Para se consultarem os requerimentos dos filhos, ou filhas, que ficarem de Proprietários encartados em Ofícios. Aviso de 20 de Novembro de 1795. Para se consultarem requerimentos de Netos de Proprietários Encartados, e em que se peça a mercê dos mesmos Ofícios, [Consult. 11 Dez. 2009] Disponível em <URL:http://www.iuslusitania.fcsh.unl.pt>

mudanças propostas nos reinados anteriores não puderam se enraizar em uma monarquia onde os valores tradicionais estavam tão consolidados. O que pode também explicar porque, no período em que a venalidade régia foi legalmente promovida (1741-1777) nada se sabe quanto à venda de títulos, comendas, altas patentes e altos cargos burocráticos. O que se vendeu foi sobretudo cargos intermédios na América, porque disponibilizar mediante dinheiro mercês que conferiam um estatuto social elevado poderia alterar substancialmente uma ordem política e social que até mesmo os dirigentes no Reino sabiam que era preciso ser mantida. Uma realidade bem distante da castelhana e não somente porque ali os contextos de dificuldades financeiras foram maiores.

OS AUTORES

Mafalda Soares da Cunha

Professora de História Moderna no Departamento de História da Universidade de Évora; Presidente da Comissão Científica do Programa Interuniversitário de Doutoramento em História (PIUDH). Co-editora do *e-Journal of Portuguese History*. A sua investigação centra-se na História Social e Política da Época Moderna. As principais publicações incluem *Linhagem, Parentesco e Poder: A Casa de Bragança (1384-1483)* (1990); *A Casa de Bragança (1560-1640). Práticas Senhoriais e Redes Clientelares* (2000); a co-organização dos livros *Optima Pars. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime* (2005) (com Nuno G. Monteiro e Pedro Cardim), *Os Municípios no Portugal Moderno. Dos Forais Manuelinos às Reformas Liberais* (2005) (com Teresa Fonseca) e *Sociedade, Família e Poder na Península Ibérica. Elementos para uma História Comparativa* (2010) (com Juan Hernández Franco) e a co-autoria (com Leonor Freire Costa) de *D. João IV* (2006) bem como vários artigos em revistas e capítulos de livros nacionais e internacionais.

Nuno Gonçalo Monteiro

Investigador Coordenador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Doutorado em História Moderna pela FCSH/Universidade Nova de Lisboa e agregado em História pelo ISCTE. Foi professor visitante em diversas universidades e integra os conselhos editoriais de várias publicações internacionais, tendo participado nas redacções das revistas *Ler História*, *Análise Social* e *Penélope*. Realizou mais de centena e meia de conferências e comunicações em diversos países. Publicou mais de uma centena de títulos, contando-se entre estes: *O Crepúsculo dos Grandes (1750-1834)* (2.ª ed., 2003); *D. José. Na sombra de Pombal* (2.ª ed., 2008); (coordenação) *História da vida privada em Portugal*. 2.º vol. *A Idade Moderna* (dir. J. Mattoso, 2011); *Elites e Poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo* (3.ª ed., 2012); *História de Portugal* (7.ª ed., 2012) (com Rui Ramos (coord.) e Bernardo V. e Sousa) – prémio D. Dinis, 2009).

Fernando Dores Costa

Doutor em Sociologia e Economia Históricas pela Universidade Nova de Lisboa, investiga temas de História social portuguesa dos séculos XVII, XVIII e XIX, na perspectiva das práticas de recrutamento, das resistências ao estilo militar e dos modos de governo desde 1640 até à primeira metade do século XIX. Foi colaborador da *Nova História Militar de Portugal* (2004) e autor de *A Guerra da Restauração 1641-1668* (2004). Em parceria, publicou ainda: *D. João Carlos de Bragança, 2.º duque de Lafões – uma vida singular no Século das Luzes* (2006) e *D. João VI* (Portugal, 2006 e Brasil, 2008). Recentemente lançou *Insubmissão. A aversão ao serviço militar em Portugal no século XVIII* (2010). Presentemente continua a investigar o período da Guerra Peninsular e do pós-guerra, tendo dezena e meia de artigos e capítulos de obras colectivas sobre assuntos deste período.

José Subtil

Doutor e Agregado em História Política e Institucional Moderna da Universidade Nova de Lisboa e Professor Catedrático da Universidade Autónoma de Lisboa, onde é Presidente eleito do Conselho Científico. Dentre as suas publicações destacam-se os livros sobre *O Vintismo e a Criminalidade (1820-1823)*, *O Desembargo do Paço (1750-1833)*, *O Ministério das Finanças (1801-1996)*, *A Câmara de Viana do Minho nos Finais do Antigo Regime (1750-1834)*, *O Terramoto Político (1755-1759)*, *Memória e Poder, o Dicionário dos Desembarçadores (1640-1834)* e *Actores, Territórios e Redes de Poder, Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Colaborou ainda em muitos livros como *História de Portugal* (direcção de José Mattoso), *História da Universidade em Portugal* e *História Económica de Portugal*. Foi coordenador científico da edição em DVD do *Dicionário Jornalístico Português* de Xavier da Silva Pereira, Academia das Ciências. Tem publicado cerca de sete dezenas de artigos, no país e no estrangeiro, e realizou perto de uma centena de comunicações.

Susana Münch Miranda

Docente do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, investigadora integrada do CHAM (Centro de História de Além-Mar da FCSH-UNL e Universidade dos Açores) e bolsista de pós-Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Doutora em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa (2007), a sua investigação tem privilegiado a história do Império português durante a época moderna, numa dupla perspectiva institucional e económica. Actualmente dedica-se também à história das relações diplomáticas entre Portugal e o Sacro Império nos reinados de D. Pedro II e D. João V, ao abrigo do projecto de pós-doutoramento financiado pela FCT. Publicações recentes: *História Económica de Portugal (1143-2010)* (2011, com Leonor Freire Costa e Pedro Lains); “A Fiscalidade no Estado da Índia: configuração e dinâmicas (1510-1640)”, in Luis Salas (org.), *Los Ambitos de la Fiscalidad: fronteras, territorio y percepción de tributos en los imperios ibéricos, siglos XV-XVIII*.

José Damião Rodrigues

Professor do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores desde 1988, é Doutor em História, com especialidade em História Moderna, pela mesma Universidade (2001). Investigador integrado do CHAM, é o Coordenador do Núcleo do CHAM da Universidade dos Açores. Coordena ou participa em diversos projectos de investigação nacionais e internacionais; é membro do Editorial Board da série “European Expansion and Indigenous Response”, da Editora Brill; e de entre as suas publicações destacam-se os livros *São Miguel no século XVIII: casa, elites e poder*, (2003) [2004], 2 vols., e *Histórias Atlânticas: os Açores na primeira modernidade*, “Estudos & Documentos, 13” (2012); e, como co-editor, com Francisco José Aranda Pérez, *De Re Publica Hispaniae: Una vindicación de la cultura política en los reinos ibéricos en la primera modernidad*, “Sílex Universidad” (2008).

Guillermo Burgos Lejonagoitia

Licenciado em História pela Universidade de Granada (2007) onde obteve o Diploma de Estudos Avançados em História Moderna (2009). Posteriormente tornou-se bolsista de investigação na Universidade de Almería, onde desenvolve sua tese de doutoramento sob a orientação do Professor Francisco Andújar Castillo focada no provimento de cargos públicos na América e venalidade durante o reinado de Filipe V. Participou do projecto “Venalidade dos cargos e honras na Espanha do século XVIII” e actualmente é membro do projecto “O poder do dinheiro. Dimensões da venalidade dos séculos XVII e XVIII”. É também pesquisador do grupo Clio do Sul da Universidade de Almería. Autor de cinco artigos centrados em diferentes aspectos do provimento de ofícios na América, da venalidade e do Consejo de Indias.

Inés Gómez González

Professora titular de História Moderna na Universidade de Granada. Doutorou-se na Universidade de Granada e ampliou sua formação pós-doutoral na l'École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris. A sua investigação centra-se no estudo da administração da justiça e do oficialato judicial da Idade Moderna. Participou em muitos congressos e seminários científicos. É autora também de numerosos artigos em revistas e publicações especializadas. Entre as suas obras destacam-se: *La justicia en almoneda. La venta de oficios de justicia en la Chancillería de Granada (1505-1834)* (2000); *La justicia, el gobierno y sus hacedores. La Chancillería de Granada en el Antiguo Régimen* (2003) y *La Movilidad Social en la España del Antiguo Régimen* (2007).

Nuno Camarinhas

Investigador de pós-Doutoramento no Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade (CEDIS), da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, onde desenvolve um projecto sobre o tribunal da Casa da Suplicação e o recurso à justiça no final do Antigo Regime. É igualmente membro do projecto “Grupos intermédios em Portugal e no Império Português: as familiaturas do Santo Ofício (c.1570-1773)”, sob a direcção de Fernanda Olival. Publicou, em 2010, a sua tese de doutoramento sob o título *Juízes e administração da Justiça. Portugal e o seu império colonial, sécs. XVII-XVIII*.

Francisco Andújar Castillo

Professor catedrático de História Moderna na Universidade de Almería. Autor de numerosos estudos relacionados com a história social do exército, instituições e elites do poder, bem como sobre a venalidade dos cargos e honras. A maior parte da sua investigação tem incidido sobre o século XVIII. Seus livros mais recentes, como autor, são *El sonido del dinero. Monarquía, ejército y venalidad en la España del siglo XVIII* (2004) e *Necesidad y venalidad. España e Indias, 1704-1711* (2008). Tem sido o principal investigador de vários

projectos de investigação de I+D, sendo os dois últimos relativos à venalidade de cargos e honras no Antigo Regime e ao poder do dinheiro. Dimensões da venalidade dos séculos XVII e XVIII. Actualmente é membro dos conselhos de assessores das Revistas *Hispania* y *Estudis*.

María del Mar Felices de la Fuente

Doutora em História Moderna pela Universidade de Almería (2011) e autora de mais de uma vintena de trabalhos relacionados à nobreza titulada do século XVIII. Entre eles destacam-se os livros: *La nueva nobleza titulada de España y América en el siglo XVIII (1701-1746)*. *Entre el mérito y la venalidad* (2012) e *El poder del dinero. Ventas de cargos y honores en el Antiguo Régimen* (2011, edição com Francisco Andújar Castillo). Publicou alguns estudos em revistas científicas, como *Hispania. Revista Española de Historia* (2010) ou *Chronica Nova* (2007, 2010). Integrou os projectos de investigação de I+D: *Venalidad de cargos y honores en el Antiguo Régimen*; *El poder del dinero. Dimensiones de la venalidad en los siglos XVII y XVIII*; e é membro do Projecto de Excelencia da Junta de Andalucía: *Realidades conflictivas: sociedad, política, economía e ideología en Andalucía y América en el contexto de la España del Barroco*.

María López Díaz

Doutora em História pela Universidade de Santiago de Compostela e professora de História Moderna da Universidade de Vigo desde 1995. Especialista em História política e institucional, é autora de mais de setenta publicações e comunicações em congressos nacionais e internacionais. Dedicou grande parte da sua actividade de investigação ao estudo do poder e elites locais, da administração da justiça, e do conflito jurisdiccional no Antigo Regime, sobretudo da Galiza. Destacam-se seus quatro livros como editora e cinco como autora, em especial *Señorío y municipalidad. Concurrencia y conflicto de poderes en la ciudad de Santiago (siglos XVI-XVII)* (1997) ou o mais recente *Jurisdicción e instituciones locales (siglos XVI-XVIII)* (2011). Nos últimos quinze anos tem participado em seis projectos de investigação financiados pela *Xunta* da Galiza ou do Ministério de Ciência e Tecnologia de Espanha, alguns em colaboração com professores da USC. Actualmente dirige o grupo de investigação de História Moderna (HM2) da Universidade de Vigo e um projeto sobre as elites e dinâmica político-militar do reino da Galiza durante a Monarquia borbónica. Desde 2009 é a directora da revista de Humanidades *Minius* (Universidade de Vigo).

Antonio Jiménez Estrella

Professor vinculado ao Departamento de História Moderna e de América da Universidade de Granada. Especialista em História social do exército e dos mecanismos de provimento de ofícios militares na época dos Áustrias. De entre tantas publicações destacam-se o livro: *Poder, ejército y gobierno en el siglo XVI. La Capitanía General del reino de Granada y sus agentes* (2004), e as publicações em livros especializados, sendo as mais recentes: "Las milicias en Castilla: evolución y proyección social de un modelo de defensa alterna-

tivo al ejército de los Austrias”, in J. J. Ruiz Ibáñez (ed.), *Las milicias del rey de España. Política, sociedad e identidad en las Monarquías Ibéricas* (2009) e “Los nuevos ‘bellatores’ de Su Majestad: reflexiones en torno al servicio militar al rey en los siglos XVI y XVII”, in A. Esteban Estríngana (ed.), *Servir al rey en la Monarquía de los Austrias* (2012).

Nandini Chaturvedula

Doutora em História pela Columbia University em 2010, actualmente é pós-doutoranda do CHAM/UNL e bolsista da FCT. A sua pesquisa concentra-se nos temas da corrupção e da decadência da Índia Portuguesa nos séculos XVII e XVIII. As suas outras áreas de interesse são a História social e religiosa da Índia moderna, a conversão e missionação na Ásia e nas Américas no mesmo período, assim como o colonialismo em perspectiva comparativa. Está a escrever seu primeiro livro, baseado na sua tese de doutoramento, cujo título provisório é: *Imperial Excess: Moral and Political Order in Early Modern Portuguese India, 1660-1740*.

Roberta Giannubilo Stumpf

Investigadora integrada do CHAM/UNL desde 2010 e bolsista de pós-doutoramento da FCT tem como tema da sua investigação actual a venalidade e o provimento de ofícios no Brasil e em Portugal no século XVIII. Obteve grau de mestre em História Social na Universidade de São Paulo e de doutora na Universidade de Brasília. Têm um livro publicado no Brasil, *Filhos das Minas, americanos e portugueses: identidades políticas nas Minas Gerais (1763-1792)* (2010), e outro em vias de publicação intitulado *Cavaleiros do ouro: trajectória de nobilitação nas Minas Setecentistas*. Além de artigos sobre as identidades políticas e as elites mineiras do século XVIII, tem contribuído com capítulos para livros especializados no Brasil, Portugal e Espanha, sobre o tema dos ofícios no mundo Ibérico. Coordena também (em parceria com Ângela Xavier) o projeto “Monarquias ibéricas em perspectiva comparada” (ICS/Casa Velásquez) e participa ainda, como investigadora, de outros projectos com integrantes do CHAM.

